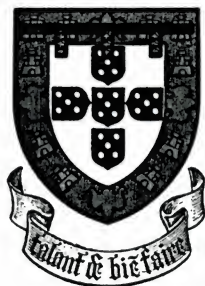


Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME II
(1411-1421)



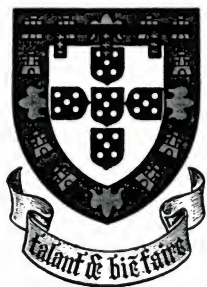
COIMBRA
1960

MONUMENTA
HENRICINA

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME II
(1411-1421)



COIMBRA
1960

SUBCOMISSÃO DE «MONUMENTA HENRICINA»

MANUEL LOPES DE ALMEIDA

IDALINO FERREIRA DA COSTA BROCHADO

ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIS, O. F. M.



Salvate nos Domine

AO LEITOR

No Prefácio do volume primeiro da presente publicação delineámos, a traços largos, o plano geral da mesma. Contudo, não nos dispensaremos de neste lugar irmos chamando a atenção do leitor para os factos principais, testemunhados em cada um dos volumes subsequentes. Aconselhou-nos a fazê-lo o método adoptado na edição dos documentos e que se nos afigurou ser ainda o melhor, o cronológico, posto enferme do defeito de desligar constantemente os assuntos.

Nos 152 textos diplomáticos e narrativos do volume primeiro, entre outros problemas focados com menor insistência, documentámos especialmente os seguintes:

a) a atitude da Santa Sé perante a expansão territorial portuguesa à custa do sarraceno desde o início da nacionalidade, no século XII, até os princípios do XV, para estudo da génese e do condicionamento político-religioso da nossa expansão ultramarina, período em que se manifesta crescente empenho pontifício, mormente a partir de Bento XII, para cruzada no Ocidente euro-africano, arrefecidos os ânimos para organizá-la contra o Oriente;

b) as origens do Vicariato de Tomar e das Ilhas, curiosíssima prelazia nullius dioecesis, regida por simples sacerdote e constituída por algumas terras metropolitanas, pelas Ilhas Adjacentes, por algumas das Ilhas Canárias, pelo arquipélago de Cabo Verde e pelo litoral africano por nós descoberto na época henriquina e até à criação da diocese do Funchal em 1514;

c) a posição, no século XIV, do problema dos direitos políticos sobre o arquipélago canariense, disputados entre Portugal e Castela, e com maior acuidade no século seguinte, pela intervenção do infante D. Henrique;

d) as origens e orgânica fundamental da portuguesa Ordem Militar de Jesus Cristo, sucedânea da extinta internacional dos Templários, e cujo pessoal e rendimentos tanto haviam de contribuir para a empresa marítima do Navegador no século XV;

e) os primeiros factos históricos provados da vida de D. Henrique: seu nascimento e baptizado no Porto em 1394, a organização de seu patri-

mónio e montagem de casa, de 1408 a 1411, e notícia de algum pessoal seu servidor;

f) *enfim, aspectos da política luso-castelhana, em reflexo da batalha de Aljubarrota, numa tentativa de possível congraçamento dos dois vizinhos rivais, e bem assim diligências de robustecimento de velhos laços de amizade entre Portugal e Aragão, através do matrimónio da infanta D. Leonor com um dos infantes portugueses.*

Nestes termos, o volume primeiro da presente colectânea documental constitui como que introdução geral ao panorama novo da nossa história, seguidamente iniciado, o da formação do Império, atestado já neste segundo volume, relativo aos anos de 1411 a 1421.

•

Observamos, em a nota da página 33, haver probabilidades de que ainda antes do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411 com Castela alimentava el-rei D. João I de Portugal programa de atacar o sarraceno para além da fronteira-pátria e que não é impossível remonte àquele ano e até a mês anterior ao referido Tratado a precisa bula de cruzada, desconhecida, que veio a ser aproveitada para a conquista de Ceuta no ano de 1415.

Assentes assim as pazes entre os delegados de el-rei de Portugal e os tutores de D. João II de Castela; achando-nos ademais em boa harmonia com as restantes monarquias, peninsulares e não peninsulares, podemos abalançar-nos à luta contra o islamita. E seguem-se os tentames referenciados pelos cronistas Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. Não consentida então por Castela a nossa intervenção em Granada, avançámos para a zona marroquina.

Os preparativos da armada portuguesa para tal efeito, cujo destino el-rei D. João I tão hábilmente manteve até o fim no maior segredo, suscitaram em Castela, no Aragão, noutras partes da Cristandade e até entre

os granadinos, as maiores apreensões e preocupações, conhecidas já através da Crónica da tomada de Ceuta e agora melhor esclarecidas e temporariamente localizadas, mercê sobretudo da documentação do Arquivo da Coroa de Aragão reproduzida no presente volume.

De não menor monta e interesse histórico são os textos alusivos aos reflexos da conquista da citada praça africana. Sublinharemos, a este propósito, a resposta do rei aragonês, de 18 de Outubro de 1415, à carta joanina de notificação da tomada de Ceuta, em que se evidencia, como móbil do feito português, unicamente o aspecto cruzadístico: «como sea cosa que toca a servicio de Dios e exaltacion de la fe catholica, a que todos los fieles christianos, en special rreyes e principes son obligados, e augmentacion no poca de vuestra honor e fama» (1).

A mesma ideia transparece da belíssima carta de el-rei D. João I àquele monarca, de 20 de Outubro de 1415, a convidá-lo para Castela, Aragão e Portugal se unirem em luta decisiva contra o reino de Granada, agora isolado do auxílio marroquino pela conquista portuguesa da praça de Ceuta, na qual, entre outros dizeres, sobressai este: Deus «quis acabar nossas guerras pera auermos de começar a sua» (2).

Não desdiz das precedentes a resposta dada pela rainha de Aragão, em 29 de Março de 1416, em nome de seu marido enfermo, àquele carta joanina: «somos ciertament informada de la vuestra buena sanjdat e estamjento e assi mismo de la buena e gran jntencion que monstresdes hauer en el exaltamiento de la rreligion christiana e extermjnacion de los infieles», etc. (3).

A este cenário de feição bélica e claramente cruzadística fomos buscar, como não podia deixar de ser, atenta a finalidade da presente colectânea, o jovem e entusiasta cavaleiro e infante D. Henrique. E seguimos-lhe os

(1) Cfr. o nosso DOC. 106.

(2) Veja-se o nosso DOC. 108.

(3) Cfr. o nosso DOC. 120.

passos e os feitos atentamente: primeiro, nos preparativos da armada; depois, na sua valiosa intervenção militar em Ceuta; logo empenhado, ao que parece, na ocupação de algumas ilhas do arquipélago canariense e em avançar para lá dele, a desvendar os segredos do oceano; no descerco da praça de Ceuta contra forte investida mourisca; enfim, no descobrimento ou redescobrimento e povoamento das Ilhas Adjacentes.

Vêmo-lo: premiado pelo pai e monarca com o ducado de Viseu e o senhorio da Covilhã, em recompensa da sua actuação bélica em Ceuta; logo incumbido pelo mesmo dos cuidados supremos da defesa e provimento daquela nossa base africana, com poderes régios e preterido o infante D. Pedro, posto fosse mais velho, que do primogénito havemos de entender ser o auxiliar indispensável do velho pai no governo do reino; finalmente, alçado a Administrador e Governador vitalício da Ordem Militar de Cristo. Parece que D. João I, com tal escolha, anteviu as certezas da futura e eficiente actuação de seu terceiro filho.

Afigurou-se-nos criticamente acertado aduzir a documentação básica relativa ao infante D. Pedro, para melhor esclarecimento dos problemas que lhe respeitam e mais segura interpretação histórica dos acontecimentos que vieram a culminar tristemente em Alfarrobeira. Cremos que, pela vez primeira, se sublinha neste volume o facto, deveras curioso e elucidativo, de nem o pai nem o rei D. Duarte haverem aproveitado aquele filho e irmão, nomeadamente para o governo de Ceuta e para administrar alguma das Ordens Militares, confiadas por D. João I a seus três filhos mais novos, D. Henrique, D. João e D. Fernando.

A própria obtenção, em 1418, da Marca de Treviso pelo futuro Regente do Reino parece denunciadora do desânimo que já então pungia o espírito de D. Pedro, aliás nada acomodado, segundo todos os visos, à subordinação pouco dignificante de vulgar vassallo feudal que lhe impôs o imperador Sigismundo e à qual, talvez por isso mesmo, nunca o infante pessoalmente se sujeitou.

Não é intuito nosso, na presente colectânea, documentar a navegação e o comércio marítimo entre a metrópole portuguesa e os países europeus, já testemunhados aliás na magnífica publicação do sr. Dr. João

Martins da Silva Marques (4) e em cujo esclarecimento se empenham activamente outros investigadores, nacionais e estrangeiros, na mira de desvendarem os problemas económicos da época. Não devíamos omitir, porém, os documentos fundamentais sobre as nossas relações comerciais com a Flandres na época henriquina, atenta a correlação do assunto com a acção do Navegador. E do arquivo aragonês recortámos também um ou outro texto de maior interesse, demonstrativos de navegações nossas na zona mediterrânea, especialmente antes da conquista de Ceuta.

Reeditamos, uma vez mais, o regulamento do «pedido» joanino de 1418, cuja finalidade não foi descortinada por João Pedro Ribeiro (5) nem, que nos conste, por qualquer outro autor. E agora elucidada pela seguinte carta régia, não inserta por lapso no corpo do volume:

Congelho e homeens boons da çidade de Coimbra.

Nos eirrej uos enuyamos muyto saudar.

Bem saboes como nos trautos das pazes que ssam ffectas antre nos e eirrej de Castella he conthedo que, quando el for em hidade de xliij.^a anos, jure e aproue as dictas pazes. E, porque os dictos xliij.^a anos sse acabom deste março que ora uem a hũu ano e nom sabemos a maneira que o dicto rrey querra teer de aprouar as dictas pazes ou nom; porende, conpre a nosso seruiço e he bem de nossa terra de nos proueeremos sobreello. E hordenamos de teer cortes em Sanctarem, por primeiro día de may[o] que uem, a Deus prazendo, pera termos conselho comuoso e com os outros que pera ello mandamos chamar da maneira que auemos de teer e sobre prouijmento de dñheiro pera o soldo, sse mester for.

E porem uos mandamos que escolhaaes antre vos dous homeens boons e entendidos, quaees vjrdes que pera tal cousa som perteecentes, os quaees tragam uossa procuraçom abastante pera outorgarem quaeesquer cousas que nas dictas cortes forem hordenadas e outorgadas. E selam no dicto lugar pera o dicto día,

(4) *Descobrimentos Portuguezes*, 2 vols., Lisboa, 1944.

(5) Ao aludir às cortes de Santarém de 1418, em suas *Memorias sobre as Fontes do Código Philippino*, nas «Memorias de Litteratura Portugueza» da Academia das Ciências de Lisboa, t. 2, 2.^a ed., Lisboa, 1792, p. 78.

que nom faleçom dello em nenhũa guisa. E elles podem vijr em quaesquer bestas que quizerem.

Fecta em a çidade dEuora, pustumeiro dia de feureiro. Elrrej o mandou. Martin Annes a fez.

No verso: Por elrrey. Ao conçelho e homeens boons da çidade de Coímbra (6).

Muito graves haviam de ser os informes então recebidos por D. João I para alarmar assim o país mais de um ano antes de el-rei de Castela completar os 14 de idade e haver de ratificar o Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, pelo monarca português e por seus filhos jurado quatro anos antes (7), e para colocar por fronteiros, em Vila Real, Viseu e Bragança, respectivamente, os infantes D. Pedro e D. Henrique e o conde de Barcelos (8).

Não bastaria para tanto, a ser anterior a este convite para cortes, a negativa dada nesse ano em Castela aos embaizadores portugueses João Gomes da Silva e Drs. Martin do Sem e Fernão Gonçalves Beleáguia, ali enviados a solicitar a dita ratificação: «quel Rey no era de edad, é que en este caso no podían responder hasta quel Rey cumpliese los catorce años» (9), a menos que já então se houvesse esboçado a indecisão de 14 de Junho de 1419 (10) ou a resolução de 1420 (11). Se, de facto, chegou a recolher-se o «pedido», como parece, e não tendo sobrevindo guerra contra os castelhanos, em que ele devesse ter sido utilizado, é possível que haja revertido para a defesa e manutenção de Ceuta.

(6) Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra. *Cartas originaes dos Infantes*, n.º 1, original em papel, sem selo. Não leva o documento indicação de ano; mas, como el-rei D. João II de Castela completou os 14 anos de idade em 1419, infere-se do texto da carta régia que ela é do ano de 1418.

(7) Veja-se o nosso DOC. 40.

(8) Cfr. a nota de nossa p. 293.

(9) Cfr. o nosso DOC. 150.

(10) Veja-se o nosso DOC. 158.

(11) Cfr. o nosso DOC. 195.

•

Neste volume e nos subsequentes tenham-se em conta as normas de transcrição dos textos exaradas no Prefácio do volume primeiro. Não se indicando o contrário, o plano de Monumenta Henricina, a supervisão dos trabalhos e cooperação na investigação e transcrição de textos, a anotação bibliográfica, as notas críticas e a revisão de provas continuam a ser de A. J. Dias Dinis, coadjuvado, na revisão tipográfica da obra, especialmente pelo R. P. Mário Martins, S. J., e incumbidos os Índices Analíticos ao sr. Dr. Joaquim Rosado Carmelo Rosa, Primeiro Bibliotecário da Biblioteca da Assembleia Nacional de Lisboa.

ABREVIATURAS

- ACA.* — Archivo de la Corona de Aragón.
ACMC. — Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra.
ad. an. — ad annum.
ADB. — Arquivo Distrital de Braga.
ADV. — Arquivo Distrital de Viseu.
AHCML. — Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa.
ANTT. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.
as. — assinado.
AUC. — Arquivo da Universidade de Coimbra.
Aut. — autor.
AV. — Archivio Segreto Vaticano, Roma.
BGUC. — Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
Bibl. — Biblioteca.
BNP. — Bibliothèque Nationale de Paris.
BPMP. — Biblioteca Pública Municipal do Porto.
BSGL. — Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.
Cap., cap., Caps., caps. — capítulo, capítulos.
Cfr. — Confira.
Cit., cit., cits. — citado, citados.
Cód., cód. — códice.
Dec. — década.
Doc., doc., Docs. — documento, documentos.
ed. — edição.
epist. — epistola.
ex. — exemplo.
f.º, fl., fol., fls. — fôlio, fôlios.
GHCP. — Gabinete de História da Cidade do Porto.
infracit. — infracitado.
lib., liv. — *liber*, livro.
Lug. — lugar.
ms., mss. — manuscrito, manuscritos.
n.º, n.ºº — número, números.
O. F. M. — Da Ordem dos Frades Menores.

p., pp. — página, páginas.
Reg. — Registro.
Reg. Aven. — Regestum Avinionense.
Reg. Lat. — Regestum Lateranense.
Reg. Suppl. — Regestum Supplicationum.
Reg. Vat. — Regestum Vaticanum.
Retrocit., rectrocits. — retrocitada, retrocitadas.
rev. — revista.
S. d. — sem data.
S. J. — Da Companhia de Jesus.
S. l. n. d. — Sem lugar nem data.
SS. — Santissima.
ss. — seguintes.
supracit. — supracitada.
t., tom., ts. — tomo, tomos.
tit. — título.
v. — *verbo*.
v. — verso.
vol., vols. — volume, volumes.

6 AGOSTO 1411

Letras Significarunt nobis, do antipapa João XXIII, dirigidas ao abade do mosteiro de Santa Maria de Seíça, a ordenar-lhe que, em seu nome, por si ou por outrem, anuncie publicamente nas igrejas que pessoas que retenham bens do convento de Cristo de Tomar os restituam ou revelem em prazo marcado e que, se não o fizerem, lhes aplique solenemente sentença de excomunhão até que satisfaçam; pois o Mestre e freires do referido convento se lhe queizaram de que filhos da iniquidade occultaram e mantêm occultos bens do mesmo convento.

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 6, maço 2, n.º 26, original em pergaminho com selo de chumbo, pendente por cordão de cânhamo.

Johannes episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilecto filio.. abbati monasterij Sancte Marie de Ceyca, Colimbriensis diocesis, salutem et apostolicam benedictionem.

Significarunt nobis dilecti filij.. magister et fratres domus milicie Yhesu Christi de Thomerio, Vlixbonensis diocesis, quod nonnulli iniquitatis filij, quos prorsus ignorant, decimas, primicias, census, legata, redditus, terras, prata, pascua, vineas, domos, piscarias, nemora, molendina, calices, cruce aureas et argenteas, ornamenta ecclesiastica, uasa aurea et argentea, bladi et uini quantitates, instrumenta publica, litteras autenticas, sanctorum reliquias, libros ecclesiasticos, boues, oues, uaccas, porcos, pannos laneos et lineos, pecuniarum summas et nonnulla alia bona ad dictam domum spectantia temere et maliciose occultare et occulte detinere presumunt, non curantes ea prefatis magistro et fratribus exhibere, in animarum suarum periculum et ipsorum magistri et fratrum et domus non modicum detrimentum, super quo iidem magister et fratres apostolice sedis remedium implorarunt.

Quocirca, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus omnes huiusmodi occultos detentores decimarum, primiciarum, censuum

et aliorum bonorum predictorum, ex parte nostra, publice in ecclesijs, coram populo, per te uel alium, moneas ut, infra competentem terminum, quem eis prefixeris, ea prefatis magistro et fratribus a se debita restituant et reuellent ac de ipsis plenam et debitam satisfactionem impendant.

Et, si id non adimpleuerint infra alium terminum competentem, quem eis ad hoc peremptorie duxeris prefigendum, ex tunc in eos generalem excommunicationis sententiam proferas et etiam facias, ubi et quando expedire uideris, usque ad satisfactionem condignam solenniter publicari.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, viij idus augusti, pontificatus nostri anno secundo.

2

1 SETEMBRO 1411

Letras Cum pro nonnullis, do antipapa João XXIII, para o colector dos rendimentos da câmara apostólica em Portugal pagar, com tais rendimentos, aos credores de Nicolau, prior da Ordem do Santo Sepulcro, e de Lançarote de Portugal, enviados do papa junto de el-rei D. João I (1).

AV., Reg. Vat., vol. 343, fl. 66 v.

Johannes, etc.

Dilecto filio Nicolao de Lapis, archipresbytero ecclesie sanctorum Geruasij et Prothasij de Butrio, Bononiensis diocesis, legum doctori Bononiensi ac fructuum et prouentuum camere apostolice in regno Portugalie debitorum collectori, salutem, etc.

Cum, pro nonnullis arduis nostris et ecclesie romane negocijs, dilectos filios Nicolaum de Balionibus, priorem Jerosolimitanum ac tocius ordinis

(1) Sobre este Dr. Lançarote, formado em Direito na Universidade de Bolonha, professor da portuguesa, do desembargo de el-rei D. João I e seu secretário, Conde Palatino e nosso embaixador ao concílio de Pisa, pode ver-se o estudo de SOUSA COSTA, *O doutoramento em Bolonha do Secretário de D. João I*.

Sancti Sepulcri Dominici, et Lancelotum de Portugalia, legum doctorem, comitem palatinum, nuncios nostros ad carissimum in Christo filium Johannem regem ac regnum Portugalie presencialiter destinemus et, pro huiusmodi negociorum per nos eis commissorum execucione, forte continget prefatos nuncios nostros a nonnullis prelatis et personis, tam ecclesiasticis quam etiam secularibus, prout rerum, temporum et huiusmodi negociorum perurgens necessitas exiget, nostro et apostolice camere nomine, mutuo certas pecuniarum summere quantitates; nos, summe in desiderijs gerentes quod huiusmodi negociorum expedicio celerem ac felicem sorciatur effectum, et propterea, volentes omnibus et singulis prelatis et personis huiusmodi de ac super indemnitate ac restitutione peccuniarum, quas eos ut prefertur, mutuare contigerit, ut congruit providere; deuocioni tue, presencium tenore, mandamus quatinus omnibus et singulis prelatis ac personis supradictis, pro plenaria solucone quantitatum pecuniarum huiusmodi, quas mutuauerint, ut prefertur, cuilibet videlicet pro rata sua, concedas, deputes et assignes, ad tempus de quo prefatos nuncios nostros cum huiusmodi mutantibus contigerit conuenire, omnes et singulos fructus, redditus et prouentus camere apostolice in regno Portugalie quomodocunque spectantes et im posterum spectaturos ad manus tuas iam peruentos et im posterum peruenturos (2), ita quod eis et cuilibet eorundem, pro quantitate quam mutuauerint et ad tempus de quo conuentum fuerit, ut prefertur, ex huiusmodi fructibus, redditibus et prouentibus plenarie satisfiat, constitutionibus apostolicis necnon ordinacionibus aut assignacionibus fructuum et prouentuum predictorum quomodocunque iam factis, quas ex nunc post satisfacciones debitas huiusmodij mutuancium dumtaxat deduci decernimus, alijsque contrarijs non obstantibus quibuscunque. Nos enim, ut omnes et singulos fructus, redditus et prouentus huiusmodij ad nos et prefatam cameram quomodocunque spectantes ac spectaturos im posterum, usque ad satisfaccionem omnium pecuniarum, ut prefertur, mutuo summendarum et ad tempus de quo prefatos nuncios nostros conuenire contigerit, concedere et assignare valeas eidem deuocioni tue plenam et liberam, tenore presencium, concedimus facultatem.

Volumus, autem, quod de hijs que vigore presencium soluta fuerint duo confici debeant consimilia publica documenta, quorum vno penes te aut soluentes pro tua uel ipsorum cautela retento, alterum ad eandem cameram quantocius transmittatur.

Datum Rome, apud sanctum Petrum, kalendis septembris, pontificatus nostri anno secundo.

(2) No ms. prouenturos.

3

1 OUTUBRO 1411

Bula Sincere deuotionis, do antipapa João XXIII, dirigida a Lançarote de Portugal, a comunicar-lhe as providências tomadas para a liquidação das despesas por ele feitas em serviço da Santa Sé.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 343, fl. 89 v., donde se reproduz; *Reg. Lat.*, vol. 157, fl. 124.

Publicada por SOUSA COSTA, *O Doutoramento em Bolonha*, p. 217, segundo o texto de *Reg. Lat.*, anotadas as variantes de *Reg. Vat.*

Johannes, etc.

Dilecto filio Lanceloto de Portugalia, legum doctori, comiti palatino, salutem etc.

Sincere deuotionis affectus, quem ad statum romane ecclesie atque nostrum gerere comprobaris, merito nos inducit (1) vt te, qui prefate ecclesie obsequijs fideliter ac diligenter insistis, condignis fauoribus prosequamur.

Attendentes itaque quod dudum carissimus in Christo filius noster Johannes, rex Portugalie et Algarbij jllustris, volens, sicut suum et cunctorum christifidelium debitum exposcebat, circa extirpacionem detestandj scismatis (2) ac reducendam in Dei ecclesia saluberrimam vnionem manus apponere adiutrices, te, vna cum certis alijs oratoribus ac nuncijs suis ad generale concilium Pisis, auctore Deo, feliciter celebratum, per cuius sententiam perdicionis filij Petrus de Luna, olim Benedictus xij, et Angelus Corario, olim Gregorius xij, in eorum obediencia nuncupati, de papatu damnabiliter contententes, propter ipsorum enormia et notoria iniquitates, crimina et excessus, a Deo et sacris canonibus ipso facto abiecti, priuati, ab ecclesia precisi et pertinaces heretici declarati et nichilominus per eandem sententiam ex habundanti priuati, abiecti atque precisi fuerunt, de consilio prelatorum ac cleri regni sui cum pleno mandato transmisit, decreta propterea tibi et prefatis nuncijs, ut longi atque dispendiosi iti-

(1) No ms. *inducunt*.

(2) No *Reg. Lat.* *scismaticis*.

neris sumptus commodius supportare possetis, certa prouisione per prelatos et clerum huiusmodj persoluenda; quodque deinde felicis recordationis Alexandrij pape quinti, predecessoris nostrj, ac subsequenter nostris, qui eo, sicut altissimo placuit, ab huius seculi mortalitate sublato, fuimus, diuina fauente clemencia, ad apicem summj apostolatus assumpti, prefateque ecclesie obsequijs, nullos reformidando labores, fideliter intendisti, prout intendis atque inuigilas eciam de presenti, et insuper, pro nonnullis arduis nostris et eiusdem ecclesie negocijs, te ad prefatos regem et regnum presencialiter destinemus; nos, volentes tibi, ut huiusmodj expensarum onera, que tam apud sedem apostolicam residendo, quam in eundo presencialiter ad regem et regnum prefatos ac eciam ad nostram presenciam redeundo, te subire, de necessitate, oportuit ac oportet, supportare valeas, de oportune subuencionis auxilio prouidere, prouisionem predictam, tibi alias assignatam, prout hactenus a prelati ac clero predictis percipere consueuisti, a die qua prefati prelati et clerus de prouisione huiusmodj tibi aut procuratoribus tuis ad id deputatis respondere desierunt vsque ad kalendas junij proxime secuturj, deuocioni tue per prelatos et clerum eosdem efficaciter persoluendam, auctoritate apostolica, tenore presencium, deputamus, concedimus et eciam assignamus, decernentes quod, in terminis ac de quantitate alias consuetis, vsque ad satisfactionem debitam prouisionis eiusdem, pro dicto duntaxat tempore, tibi aut tuis nuncijs vel procuratoribus integre persoluatur, statutis ac consuetudinibus ecclesiarum et cleri regni predicti alijsque contrarijs non obstantibus quibuscunque.

Nulli ergo, etc., nostre deputationis, concessionis, assignationis, constitutionis et voluntatis infringere, etc. Si quis autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, kalendis octobris, anno secundo.

4

1 OUTUBRO 1411

Bula Sincere devotionis, do antipapa João XXIII, a ordenar aos prelados de Braga, Porto e Évora dêem a Lançarote de Portugal tudo aquilo a que ele tem direito, pelas despesas feitas em serviço da Igreja e noutras ocasiões e lugares.

AV., Reg. Vat., vol. 343, fl. 90 v., — texto que se reproduz; Reg. Lat., vol. 157, fl. 124.

Publicada por SOUSA COSTA, O Doutoramento em Bolonha, p. 218, segundo o texto de Reg. Lat..

Johannes, etc.

Venerabilibus fratribus archiepiscopo [Martino], Bracharensi et [Johanni], Portugalensi et [Aluaro], Elborensi episcopis, salutem, etc.

Sincere deuotionis affectus, quem dilectus filius Lancelotus de Portugalia, legum doctor, comes palatinus, ad statum romane ecclesie atque nostrum gerere comprobatur, merito nos inducit (1) ut ipsum, qui prefate ecclesie obsequijs fideliter ac diligenter insistit, condignis fauoribus prosequamur.

Attendentes itaque quod dudum carissimus in Christo filius noster Johannes, rex Portugalie et Algarbij jllustris, volens, sicut ipsius regis et cunctorum christifidelium debitum exposcebat, circa extirpacionem detestandj scismatis ac reducendam in Dei ecclesia saluberrimam vnionem manus apponere adiutrices, prefatum Lancelotum vna cum certis alijs oratoribus ac nuntijs suis ad generale concilium Pisis, auctore Deo, feliciter celebratum, per cuius sententiam perditionis filij Petrus de Luna, olim Benedictus xij, et Angelus Corario, olim Gregorius xij, in eorum obediencijs nuncupati, de papatu dampnabiliter contententes, propter ipsorum enormia et notoria iniquitates, crimina et excessus, a Deo et sacris canonibus ipso facto abiecti, priuati, ab ecclesia precisi, ac pertinaces heretici declarati et nichilominus per eandem sententiam ex habundantj priuati, abiecti atque precisi fuerunt, de consilio prelatorum ac cleri regni sui cum pleno mandato transmisit, decreta propterea eidem Lanceloto et prefatis nuncijs, vt longi atque dispendiosi itineris sumptus commodius supportare possent, certa prouisione, per prelatos et clerum huiusmodj persoluenda; quodque deinde felicis recordationis Alexandrj pape quintj, predecessoris nostrj, ac subsequenter nostris, qui eo, sicut Altissimo placuit, ab huius seculi mortalitate sublato, fuimus, diuina fauente clemencia, ad apicem summj apostolatus assumpti, jdem Lancelotus prefate ecclesie obsequijs, nullos reformidando labores, fideliter intendit, prout eciam intendit atque inuigilat de presenti. Et jnsuper, pro nonnullis arduis nostris et eiusdem ecclesie negocijs dictum Lancelotum ad prefatos regem et regnum presencialiter destinemus; nos, volentes sibi, vt huiusmodj expensarum onera, que ipsum Lancelotum, tam apud sedem apostolicam residendo, quam in eundo presencialiter ad regem et regnum prefatos ac eciam ad nostram presenciam redeundo, ipsum subire de necessitate oportuit ac oportet, supportare valeret, de oportune subuencionis auxilio prouidere, prouisionem predictam, dicto Lanceloto alias assignatam, prout hactenus a prelati ac clero predictis percipere conueuit, a die qua prefati prelati ac clerus de proui-

(1) No ms. inducunt.

sione huiusmodj sibi aut procuratoribus suis ad id deputatis respondere desierunt, vsque ad kalendas junij proxime secuturj, deuotioni eiusdem Lanceloti per prelatos et clerum eosdem efficaciter persoluendam, auctoritate apostolica, tenore presencium, deputauimus, concessimus et etiam assignauimus, decernentes quod in terminis ac de quantitate alias consuetis, vsque ad satisfactionem debitam prouisionis eiusdem, pro dicto duntaxat tempore, dicto Lanceloto aut suis nuncijs vel procuratoribus integre persoluatur, statutis et consuetudinibus ecclesiarum ac cleri regni predicti alijsque contrarijs non obstantibus quibuscunque.

Quocirca, fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut vnus vestrum, per vos vel alium seu alios, prefato Lanceloto aut nuncijs vel procuratoribus supradictis de prouisione huiusmodj, iuxta litterarum nostrarum tenorem, responderi integraliter faciatis, non obstantibus omnibus supradictis, seu si prelati et clero predictis communiter vel diuissim a prefata sede indultum existat quod interdicti, suspendj vel excommunicarj non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodj mencionem, contradictores auctoritate nostra, appellacione postposita, compescendo.

Datum Rome, apud sanctum Petrum, kalendis octobris, anno secundo.

5

31 OUTUBRO 1411

Tratado de paz e de aliança perpétua, celebrado em Ayllon, entre os delegados de el-rei de Castela, menor de idade, representado por seus tutores, a rainha e mãe D. Catarina e o infante D. Fernando, e el-rei D. João I de Portugal, cujas cláusulas principais são as seguintes: paz perpétua entre as duas nações, compreendido o rei de França pela parte de Castela, se ele o desejar, e o infante D. Fernando no que respeita à sua sucessão no trono de Aragão; renúncia pelo rei castelhano aos danos que lhe foram infligidos durante a guerra, mas não aos recebidos dentro das últimas tréguas, iniciadas em 29 de Setembro de 1403 e a terminar em 1 de Março de 1413, podendo portanto os lesados requerer satisfação, nos termos das mesmas tréguas; el-rei de Castela fará guardar o presente tratado, não prejudicado pelo Cisma existente nem por causa da rainha D. Beatrix ou de qualquer outra pessoa, sob pena de 300.000 escudos de bom ouro e justo peso de França; completos 14 anos e 2 meses de idade, e 30 dias depois de requerido pelo

rei de Portugal, o referido monarca ratificará o presente tratado de paz; no prazo de 3 meses após o dia em que for requerido, restituirá aos portugueses que tinham bens em Castela no começo da guerra e lhes foram tomados esses bens ou o justo valor, para o que, da data do presente tratado até nove meses, ambos os reis nomearão dois homens bons e dois notários que, no prazo de um mês, examinem as ditas restituições; tal cláusula não se estende, porém, aos bens que mosteiros, igrejas e Ordens de Portugal possuem nos reinos de Castela e foram tomados em razão do Cisma, os quais permanecerão na situação actual até que Deus proveja de papa indubitável a que ambas as nações obedeçam e até que ele determine o que sobre o assunto se deve fazer; restituição aos castelhanos existentes em Portugal no início da guerra e que não foram vassallos de el-rei avô do de Castela nem o reconheceram por senhor, dos bens que eles possuíam nos reinos de Castela, salvo de doações régias; permissão aos moradores de Portugal e do Algarve de entrarem em Castela e comerciarem ali com os castelhanos, pagos os direitos que estes pagam, menos em mercadorias que sempre se proibiu exportar dos ditos reinos: ouro, prata, moedas, armas, poldros, cavalos, jumentos, etc.

ANTT., Gaveta 18, maço 11, n.º 4, em caderno de pergaminho, inserto no original da carta de aprovação e ratificação, em Avila, a 30 de Abril de 1423, do mesmo Tratado por el-rei D. João II de Castela.

Publicado, em adaptação latina, por: G. G. LEIBNITZ, *Cod. Jur. Gent. Diplomt.*, t. 1, p. 290, e por DUMONT, *Corps Universel Diplomatique*, t. 2, parte 1, p. 336.

Sumariado no Quadro elementar, t. 1, pp. 288 e ss. Aduzido por: FERNAO LOPES, *Crónica de D João I*, vol. 2, caps. 181 a 195; por ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 5; por MATEUS DE PISANO, *De bello Septensi*; por LÉAO, *Chronica dos Reis*, t. 3, cap. 81; e por SOARES DA SILVA, *Memoorias*, t. 2, cap. 192, p. 960. As palavras e sílabas de começo de período que vão entre colchetes acham-se no ms. à margem ou faltam.

[Jn] Dey nomjne amen. Segunt diz e afirma la sacra escriptura e los filosofos e sabios antiguos enseñaron e la esperiencia, que es maestra demostrativa de todas las cosas, lo demuestra, la paz e la concordia es virtud principal e madre de todas las virtudes; ca, ssegund diz SantAgostin, esta serena e amansa las voluntades e coraçones de los omnes e pone amorios entre los coraçones dellos, tuelle e quita los engaños, rrefrena las batallas e peleas e abaxa e apremja los soberujos, ama los homjldes e justigieros, concorda los enemigos e aduersarios e discordes; esta non sabe enloquecer, non ssabe vanagloriar, onrra la justia e castiga e corrige

los malos. Quien vna vez la rresçibio e ouo deuela ssaber guardar e tener; e, quien la perdio deuela buscar e fazer mucho por la cobrar; ca, quien non fuere fallado en ella desechado es de Dios Padre e desheredado del Fijo e fecho es ageno del Espritu Santo. Finalmente, esta es fin e acabamiento de todas la[s] guerras e discordias e males e fundamento de todos los bienes.

Et tanto es el bien de la paz, ssegunt el mesmo diz en el libro de la Çibdat de Dios que, avn en todas las cosas terrenas e mortales, non ay cosa que mas graçiosamente se suela oyr njn ay cosa que mas deseadamente se suela cudiciär. Et, finalmente, non ay cosa que mejor que ella se pueda fallar; esta predico e enseño nuestro Saluador Jhesu Christo en el mundo e dexo a sus diçipulos, por lo qual todos los omnes, espeçial e sseñaladamente los rreys e principes e grandes sseñores la deuen amar, tener, buscar e mantener e guardar; porquanto a ellos pertenesçe de rreger e gouernar e mantener asus rregnos e sseñorios e tierras e subditos en paz e en justiçia e sosiego. E, segund diz Casiodoro, grant gloria es al principe mantener en paz e sosiego e justiçia la ssu tierra.

[Por]ende nos, don Iohan, por la graçia de Dios, rrey de Castilla, de Leon, de Toledo, de Gallizia, de Seuilla, de Cordoua, de Murçia, de Jahen del Algarbe, de Algezira e sseñor de Vizcaya e de Moljna, considerando en commo entre elrrey don Iohan, nuestro auuelo, por rrazon de la rreyna dona Beatriz, su muger, et despues entre elrrey don Enrique, nuestro padre, de esclareçida memoria, a cuyas [almas] Dios de sancto parayso, e los dichos nuestros rregnos de Castilla e de Leon, de Toledo, de Gallizia, de Seuilla, de Cordoua, de Murçia, de Jahen del Algarbe, de Algezira e sseñorios de Vizcaya e de Moljna, tierras, sseñorios, partidas, gentes e subditos dellos, de la vna parte; et entre el rrey don Iohan de Portogal e del Algarbe, que agora es et los dichos rregnos de Portogal e del Algarbe, tierras, sseñorios, partidas, gentes e ssubditos dellos, de la otra parte, fueron guerras, debates, muertes, rrobos, fuerças, tomas de çibdades e villas e lugares e de otras cosas que mas daños, injurias, ofensas, perdidas, despensas, jntereses, penas e otros males, por luengos tienpos e diueras maneras.

Et agora nos, queriendo tirar e esquivar, desujar e arredrar de se non fazer mas, de aqui adelante, semejantes guerras, discordias e males e non se acreçentar njn enander males a males entre christianos, amando e deseando la dicha paz e concordia; considerando ssobre ello el seruçio de Dios e pro e bien de nuestros rregnos et otrosi los grandes debdos que a Dios plogo que fuesen entre nos e nuestra sseñora la rreyna doña Cataljna, nuestra madre, e nuestras hermanas las jnfantes doña Maria e doña Cataljna, et nuestro tio el jnfante don Ferrando e su muger e sus fijos et el dicho rrey don Iohan de Portogal e la rreyna doña Felipa, ssu muger, nuestra tia et el jnfante Aduarte e los otros jnfantes sus fijos, nuestros primos.

[1]

[Por]tanto nos, con acuerdo e conseio e abtoridat de la dicha sseñora rreyna doña Cataljna, nuestra madre, e del dicho jnfante don Ferrando, nuestro tio, nuestros tutores e rregidores e gouernadores de los dichos nuestros rregnos e sseñorios et eso mesmo con conseio e acuerdo de los del nuestro conseio et de los perlados, duques e condes, maestres, rricos omnes de nuestros rregnos e de los procuradores de las çibdades e villas de los dichos nuestros rregnos, ssobre lo que dicho es; acordamos, firmamos, fazemos, ponemos, damos e otorgamos, por nos e por todos nuestros herederos e subçesores et por los dichos nuestros rregnos de Castilla e de Leon, de Toledo, de Gallizia, de Seuilla, de Cordoua, de Murçia, de Jahan del Algarbe, de Algezira e los sseñorios de Vizcaya e de Moljna, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssuditos dellos e de cada vno dellos; et otrosi por el rrey de Françia, nuestro hermano e nuestro aliado, si en ella quisiere ser et por el dicho jnfante don Ferrando, nuestro tio e nuestro tutor e rregidor de nuestros rregnos, por e enquanto toca a la subçesion e prosecucion de los rregnos e sseñorios de la corona de Aragon, ssobre que agora demanda e pretende auer buena paz, leal, pura, verdadera, estable, firme, perpetua e valedera pera todo ssienpre jamas, asi por mar commo por tierra, al ssobredicho rrey don Johan de Portogal e del Algarbe, que agora es, e a todos sus herederos e subçesores que por los tienpos fueren et a los dichos sus rregnos de Portogal e del Algarbe, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssuditos dellos e de cada vno dellos.

Et, por esta dicha paz, fazemos fin, rremision, quitaçion e concordia, espeçial e espresa, ha e con el dicho rrey de Portogal e del Algarbe e con todos sus herederos e subçesores et con los dichos sus rregnos de Portogal e del Algarbe, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssuditos dellos e de cada vno dellos ssobre las dichas guerras, debates, muertes, rrobos, fuerças, tomas, quemas, daños, jnjurias, ofensas, perdidas, despensas, jntereses, penas e otros qualesquier males passados por qualquier guisa e manera que fuesen o se digan ser fechos fasta el dia de la fecha desta nuestra carta.

Et eso mesmo fazemos rremjsion, rrefutaçion e rrenunçiaçion, espeçial e espresa, de todo el derecho e abçion que nos auemos o podamos auer et de todo aquello que a nos e a nuestros herederos e ssubçesores et a los dichos nuestros rregnos de Castilla e de Leon, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssuditos dellos e de cada vno dellos pertenesçe o pudiese pertenesçer, por qualquier guisa o manera que sea, por rrazon de las dichas guerras, debates, muertes, rrobos, fuerças, tomas, quemas, daños, jnjurias, ofensas, perdidas, despensas, jntereses, penas e otros males contra

el dicho rrey don Iohan de Portugal e del Algarbe e sus herederos e subçesores o contra los dichos sus rregnos de Portugal e del Algarbe, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssuditos dellos e de cada vno dellos.

Et queremos, otorgamos e prometemos de nunca demandar las dichas guerras, debates, muertes, rrobos, fuerças, tomas, quemas, daños, injurias, ofensas, perdidas, despensas, intereses, penas e males nñ parte dellas nñ alguna dellas, por nos nñ por otro, en juyzio nñ fuera de juyzio, de fecho nñ de derecho nñ por otra qualquier manera, nñ daremos consentimiento, ayuda nñ conseio, en publico nñ en escondido, contra lo que ssobredicho es nñ contra parte dello por nñguna guisa que sea.

[2]

E esta dicha rremision, rrefutacion, rrenunçacion e quitacion queremos que aya lugar e se estienda non tan solamente alo que toca a nos e a nuestros herederos e ssuçesores e a los dichos nuestros rregnos, tierras, sseñorios e partidas dellos, mas avn alas gentes e ssuditos nuestros et a todas las personas assingulares, e a cada vna dellas, que fueron dañficados des que la dicha guerra se comengo entre el dicho rrey don Iohan, nuestro auelo et el dicho rrey don Iohan de Portugal, agora fuesen fechos los danpnos en guerra o en treguas. Ca todo queremos que sea rremetido e lo rremetimos e quitamos e queremos e mandamos que non pueda ser demandado en juyzio nñ fuera de juyzio nñ en otra manera qualquier, ssaluo en los danficados que rresçibieron daños e males en estas postrimeras treguas de los diez años que agora duran, que fueron fechas entre el dicho sseñor rrey don Enrique, nuestro padre, que Dios perdone, et el dicho rrey don Johan de Portugal, que se començaron por dia de Sant Miguell, que fue a veynte e nueue dias del mes de setienbre del año del nascimiento del Nuestro Señor Jhesu Christo de mill e quatroçientos e dos años, et se han de acabar primero dia de março que verna en el año de mill e quatroçientos e treze años, que non queremos que aya lugar la dicha rremision e rrefutacion, rrenunçacion e quitacion, mas que quede ssu derecho a saluo a los dichos dañficados, pera demandar la hemienda e satisfacion e las otras cosas que de derecho les pertenesçen, ssegunt la forma e manera de los traptos de las dichas postrimeras treguas.

Et, por que los dichos dañficados mas ayna e en breue alcançen complimiento de justicia e vean que, por nos nñ por aquellos a quien lo encomendaremos, non se procuran nñ se fazen otras dilaciones e luengas o escusas e que se libran los dichos negoçios breuemente, sin estrepitu e figura de juyzio, solamente ssabida la verdat, ssegunt la forma de los dichos traptos de treguas, queremos que vn procurador del dicho rrey

don Iohan de Portugal sea presente e vea todos los abtos e las otras cosas que pasaren, si quisier, por que de vista pueda dar testimonio de verdat. Et mandamos a los escriuanos por quien pasaren los dichos abtos e cosas que les den copia e trespado dellos o delo que ellos quisieren, sso pena que, por ese mesmo fecho, pierdan los ofiços que toujeren e nunca mas vsen dellos njn puedan vsar.

[3]

Otrosi queremos, otorgamos e prometemos, por nos e por nuestros herederos e subçesores e por todos los dichos nuestros rregnos, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssuditos dellos e de cada vno dellos que, por rrazon de las dichas guerras, debates, muertes, rrobos, fuerças, tomas, quemas, dāpnos, injurias, ofensas, perdidas, despensas, intereses, penas de nunca ofender al dicho rrey don Iohan de Portugal e del Algarbe njn a sus herederos e subçesores njn a los dichos sus rregnos de Portugal e del Algarbe e sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssuditos dellos e de cada vno dellos, por mar njn por tierra, por nos njn por otros nuestros ssuditos o non ssuditos de qualquier ley, estado o condiçion que sean en los dichos sus rregnos njn fuera dellos, en njnguna parte del mundo, por njnguna manera que ssea.

[4]

Otrosi queremos, otorgamos e prometemos, por nos e por todos nuestros herederos e subçesores que por el tienpo fueren et por los dichos nuestros rregnos, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssuditos dellos e de cada vno dellos, que guardaremos, ternemos, conpliremos e faremos tener, conplir, guardar bien, fiel, leal e verdaderamente la ssobredicha paz, fin, rremision, rrefutaçion, rrenunçiacion, quitaçion e concordia et todas las cosas suso e ayuso escriptas e cada vna dellas, agora e de aqui adelante pera todo ssienpre; e aueremos por firme, grato e rrato e valedero todas las cosas e cada vna dellas en esta nuestra carta contenjdas.

Et que non yremos, njn vernemos, njn faremos contra la dicha paz e cosas en ella contenjdas njn cada vna dellas, njn demandaremos, njn consentiremos demandar las ssobredichas cosas njn cada vna dellas, por nos njn por otro njn por njnguna rrazon, causa, manera de derecho njn de fecho, derechamente o non derechamente, publicamente njn escondidamente, agora njn de aqui adelante pera todo sienpre, por rrazon del çisma que agora es njn de qualquier otra discordia que sea o fuere en la iglesia de Dios njn por rrazon de la ssobredicha rreyna doña Beatriz njn de otra

persona o personas qualquier o qualesquier, de qualquier ley, estado o con-
dición que sea, aso pena de trezientas mill coronas del cuño de Françia,
de buen oro e de justo peso. La qual pena, pagada o non pagada, prome-
temos e otorgamos que la dicha paz, fin, rremision, rrefutación,
rrenunçiaçion e quitaçion e concordia con todas las cosas ssobredichas e
cada vna dellas finquen, esten, sean e duren firmes, estables e valederas
en su firmeza pera todo ssienpre jamas.

[5]

Otrosi queremos, otorgamos e prometemos que quando, plaziendo a
Dios, fuéremos en hedat de catorze años conplidos e, pasados mas dos
meses primeros sseguientes que, dende en adelante, del dia que fuéremos
rrequerido por parte del dicho rrey don Iohan de Portugal o de sus here-
deros e subçesores que por el tienpo fueren, fasta treynta dias, que nos,
por nos e en nuestro nombre e por todos nuestros herederos e subçesores
et por los dichos nuestros rregnos e sseñorios, tierras, partidas, lugares,
gentes, subditos dellos e de cada vno dellos aprouaremos, firmaremos,
rratificaremos, ternemos, guardaremos e conpliremos e faremos tener,
guardar e cunplir bien, fiel, lealmente e verdaderamente e aueremos por
firme, grato e rrato, pera todo ssienpre, la dicha paz, fin, rremision, quita-
çion, rrefutación, rrenunçiaçion e concordia e todas las otras cosas sobre-
dichas e cada vna dellas por la manera e guisa que son fechas por nos con
abtoridat de los dichos nuestros tutores e por los dichos nuestros tutores
en nuestro nombre.

Et que, otrosi, prometeremos por nuestra fe rreal e juraremos, por
Dios e por la cruz e ssobre los ssantos euangellios, con nuestras manos
corporalmente tañjdos, por nos e por todos nuestros herederos e subçesores
e por los dichos nuestros rregnos, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gen-
tes e subditos dellos e de cada vno dellos, de fazer e tener e guardar e con-
plir e ternemos e guardaremos e cunpliremos e faremos tener, guardar e
cunplir bien, fiel e lealmente e verdaderamente, sen njnguna arte o engaño,
la dicha paz, fin, rremision, quitaçion, rrefutación, rrenunçiaçion e concor-
dia e todas las otras cosas e cada vna dellas en esta nuestra carta contenj-
das pera todo ssienpre, asi e en aquella manera que en la dicha carta e capi-
tulos della mas conplidamente es contenjdo. E eso mesmo juraremos que
non pediremos njn enpetraremos, por nos njn por otro, restituçion *in inte-
grum* njn asoluçion del dicho juramento contra las ssobredichas cosas e
cada vna dellas por njnguna guisa njn por rrason de menor de hedat o
daño o engaño alguno que ouiesemos rreçebido asi commo menor de hedat
o commo rrey o commo fisco o en otra qualquier manera que por nuestra
parte se deizr e allegar pudiese.

Et que, otrosi, rrenunciaremos, espeçialmente e espresamente, toda abçion e derecho canonjco e çeuil, escripto o non escripto, e ofiçio e beneficio e preuilleio de derecho espeçial, comun o general, e fuero, fazaña, costunbre e vso espeçialmente al beneficio e preuilleio de menor hedat; e otrosi al beneficio e preuilleio o beneficios e preuilleios de derecho espeçial, comun o general, que pertenesçen a los rreys, asi commo rreys o asy commo fiscos o en otra manera qualquier que a nos pertenescan o pueden pertenescer e de que nos e nuestros herederos e subçesores nos podamos o pudiessemos aprouechar e ayudar en qualquier manera; el qual o quales beneficio o beneficios, preuilleio o preuilleios, fuero o fueros, fazaña o fazañas, vso o costunbres aueremos aqui por espresos e espaçificados e espeçialmente nonbrados; e nos auremos dellos e de cada vno dellos por çierto e certificado, bien asi commo si aqui, de palabra a palabra, fuesen puestos, escriptos e espaçificados.

Et nos asi los rrenunciaremos et eso mesmo rrenunciaremos a toda via e manera espeçial, comun o general que a nos pertenezca o pudiese pertenescer en qualquier manera, de querellar o denunçiar o demandar o oponer o contraddezir en juyzio o fuera de juyzio, njn venjr por otra qualquier manera contra la dicha paz, fin, rremision, quitaçion, rrefutaçion, rrenunçiaçion e concordia, fecha e fechas ssobre las dichas cosas njn contra las dichas cosas o cada vna dellas. Et otrosi que rrenunciaremos la ley e derecho que diz que general rrenunçiaçion non vala e que faremos todas las obligaçion, obligaciones e rrenunçiaçion e rrenunçiaçiones que, por bien e firmeza e guarda deste contrapto, por nos en esta carta son dichas, fechas e declaradas asi e tan conplidamente commo en ella es contenjdo. Et otrosi que supliremos qualquier desfallesçimiento o desfallesçimientos de fecho o de derecho o de derechos o de solepnjdad o solepnjdades, de derecho o de derechos, o de fuero o fazaña, costunbre o vso que en este contrapto fueren o falleçiesen o sean omjsos, puesto que tal o tales sean de que deuiese en el ser fecha espeçial e espresa mençion, el qual o quales nos todos e cada vno dellos aueremos aqui por espaçificados e espresamente nonbrado e nonbrados.

Et querremos e otorgaremos que, non enbargante el dicho desfallesçimiento o desfallesçimientos, la dicha paz e fin, rremision, quitaçion, rrefutaçion, rrenunçiaçion e concordia e todas las cosas ssobredichas e cada vna dellas sean firmes, estables e valederas pera todo sienpre jamas, asi e tan conplidamente commo si entre contrapto njngunt defeto o defetos fuesen njn alguna solèpnjdade o ssolepnjdades qualesquier fallesçiesen o fuesen omisas e, finalmente, que faremos, ternemos, guardaremos e conpliremos, so el dicho juramento, todas las cosas e cada vna dellas en esta nuestra carta contenjdas njn vernemos njn faremos contra ello o parte dello, agora njn de aqui adelante njn en njngunt tiempo del mundo en njnguna forma o manera, qualquier que sea.

[6]

Otrozi queremos e otorgamos que todos los bienes que los portogaleses que eran vezinos e moradores en Portugal al tienpo que la dicha guerra se començo entre el dicho rrey don Iohan, nuestro auuelo, e el dicho rrey don Johan de Portugal, aujan de sus patrimonjos en estos dichos nuestros rregnos e sseñorios e les fueron ocupados e tomados despues de las dichas guerras aca, que les sean libremente tornados; e que los que los tienen que gelos desenbarguen e nos que gelos fagamos tornar e desenbargar rrealmente e con efecto o les paguemos la estymaçion verdadera dellos, qual nos mas quisieremos; et que, desde el dia que ffueremos rrequerido por aquel a quien los dichos bienes pertenesçen o por ssu procurador en su nonbre, fasta tres meses primeros sseguientes, seamos tenuto a declarar e declaremos la escogencia que quisieremos fazer e tornar los dichos bienes, commo oy dia estan, a los ssobredichos o les pagar la estimacion dellos; e, fecha la dicha escogencia por nos, en que les queremos pagar la dicha estimacion, que nos que la paguemos commo oy dia valen los dichos bienes o commo valjan agora ha cinco años, qual la parte que la estimacion oujere de auer mas quisiere.

Et, por que esto mejor se pueda fazer, queremos e prometemos que, desde el dia de la data desta carta fasta nueue meses primeros sseguientes, nos daremos vn omne bueno e vn notario por nuestra parte et quel rrey de Portugal, en ese mesmo termjno, de otro omne bueno e otro notario por la suya; los quales, fasta vn mes primero siguiente, vengan ante nos e en nuestra presençia fagan juramento ssobre la cruz e los santos euangellios, corporalmente con sus manos tañjdos, que bien, fiel, lealmente e verdaderamente veran los dichos bienes, yendo personalmente a los lugares do los dichos bienes estoujeren e los estimaran quanto oy dia valen o quanto valian agora ha cinco años, qual la parte mas quisiere, commo dicho es, ssegund Dios e sus conçiencias, so el dicho juramento, aujendo enformacion de los omnes buenos de la comarca do fueren los dichos bienes; et eso mesmo los dichos notarios juraran que escreujran bien, fiel, leal e verdaderamente, presentes los dichos estimadores, las estimaciones en que fueren estimados los dichos bienes; la qual estimacion faran desde el dia que fueren rrequeridos por la parte o por su procurador fasta ocho meses primeros sseguientes, al mas tardar, o antes, ssy antes buenamente pudieren, so el dicho juramento que fizieren.

El, fecha la dicha estimacion que, del dia que fueremos rrequerido por la parte que oujer de auer la dicha paga o por su procurador fasta seys meses primeros sseguientes, nos faremos e mandaremos fazer, rrealmente e de fecho, con efecto paga de todo lo asi estimado aaquellos cuyos eran o son o pertenesçen los dichos bienes, que non mengue ende cosa alguna; pero

que esto non se entienda en rrazon de los bienes que los monasterios o egle-
sias o ordenes de Portugal han en estos dichos nuestros rregnos e sseñio-
rios; porquanto estan ocupados por rrazon del çisma que es en la egleſia
de Dios, mas que se esten por la manera que oy dia estan, fasta que Dios
quiera dar vn papa *indubitato*, a quien amas las partes obedezcamos, el
qual determijne lo que ssobre ello se deue fazer.

[7]

Otrosi queremos e otorgamos e prometemos que a los castellanos que
agora andan en Portugal, que se alla pasaron al tienpo que la dicha guerra
se començo entre el dicho rrey don Johan, nuestro auuelo, et el dicho rrey
don Johan de Portugal, que non fueron vasallos del dicho rrey don Johan,
nuestro abuelo, njn estoujeron so ssu obediencia njn lo rreconosçieron por
sseñor, que les faremos emjenda por los bienes de sus patrimonios que aca,
en los dichos nuestros rregnos de Castilla e de Leon, tierras, partidas,
sseñorios della aujan e poseyan a los tienpos que se alla pasaron, que non
fueron donados de rreyes, ssegunt que, oy dia, los dichos bienes valen o
assegund que valian oy ha çinco años de la fecha desta nuestra carta, qual
mas quisiere el que oujer de rresçibir la dicha enmjenda.

Et, pera ssaber el verdadero valor de los dichos bienes en que la esti-
macion deue ser fecha, queremos que sean tomados vn omne bueno e vn
notario, por nuestra parte, e otro omne bueno e otro notario, por parte
del dicho rrey de Portugal, los quales juraran ssobre la cruz e los ssantos
euangellios con sus manos corporalmente tañjdos que bien, fiel e leal e
verdaderamente faran la estimacion de los dichos bienes ssegunt el tienpo
de agora o de los dichos çinco años antes, qual la parte que la dicha emjenda
oujer de rresçibir mas quisier, declarando antes que la dicha estimacion se
faga de qual de los dichos tienpos quieren que la dicha estimacion se faga
et que los dichos notarios otrosi fagan juramento que bien, fiel, leal e
verdaderamente escriuiran las dichas estimaciones, presentes los dichos
estimadores e todas las otras cosas e abtos que pasaren entre los dichos
estimadores o que por ellos fueren fechas. La qual estimacion faran los
dichos estimadores yendo personalmente a los lugares do son los dichos
bienes e resçibiendo enformacion de los omnes buenos de la comarca do
fueren los dichos bienes quales e quantos eran e por que manera estauan
rrepartidos a los tienpos en que los ssobredichos escogieren que sea fecha
la dicha estimacion, commo dicho es.

Et todas las otras caljdades que neçesarias o prouechosas fueren pera
la dicha estimacion, los quales dichos omnes buenos, estimadores e notarios
queremos que sean nonbrados del dia que esta carta es fecha fasta nueue
meses primeros sseguintes et que sse ayunten en vno, desde el dia que asi

fueren nonbrados fasta treynta dias primeros siguientes, donde quier que nos seamos, e ellos, asi ayuntados, fagan el dicho juramiento por ante los dichos notarios en nuestra presençia; et que los dichos notarios pongan el dicho juramiento en comienço de las dichas estimaciones e que, desde los dichos treynta dias en adelante fasta vn año primero sseguiente, fagan e acaben las dichas estimaciones e todavia que juren que, sy antes del dicho tienpo buenamente pudieren fazer e acabar las dichas estimaciones, que asi lo fagan et que nos, rrealmente e de fecho e con efecto, pagaremos e faremos pagar las quantias en que los dichos bienes fueren estimados a vn omne del dicho rrey de Portugal, qual el nonbrare e pera ello toujere ssu poder ssuficiente, en la nuestra çibdat de Badajoz, desde el dia que nos aprouaremos e juraremos asi la dicha paz, despues que oujereamos catorze años conplidos fasta seys meses primeros sseguientes.

Et, por que las quantias en que los dichos bienes fueren estimados puedan ser contados con tienpo e la paga pueda ser fecha fasta el dicho plazo, quel dicho rrey de Portugal enbie el dicho ssu omne con el dicho poder a la dicha çibdat de Badajoz, desde el dicho dia que asy por nos fuere aprouada e jurada la dicha paz fasta tres meses primeros sseguientes, por que le queden otros tres meses pera poder contar e rresçibir las dichas quantias. Et, si dentro del dicho plazo de los dichos primeros tres meses omne non venjere e venjere despues con el dicho poder, pera rresçibir las dichas quantias, que nos seamos tenuto, desde el dia que alli llegare fasta tres meses primeros sseguientes, de le fazer la dicha paga, segunt dicho es, por tal manera quel, libremente, sin enbargo alguno, sea entregado e apoderado a toda su voluntad de todas las quantias en que los dichos bienes fueren estimados.

Et el asi entregado e apoderado, lo mandaremos poner sseguro en ssaluo con las dichas quantias, en la villa de Yelues (1), que es del dicho rrey de Portugal, en manera que non rresçiba rrobo njn furto njn otro mal njn desagujado alguno, en ssu persona njn en ssus bienes njn en las dichas quantias que asi oujere rresçibido, de nos njn de nuestros subjetos e ssubditos njn de otras personas estrangeras que en los dichos nuestros rregnos e sseñorios sean. Pero, se portogaleses algunos entraren en nuestros rregnos e sseñorios, al dycho tienpo que la dicha paga se ha de fazer o quinze dias antes, pera furtar o rrobar las dichas quantias, que nos non seamos tenuto al rrobo o furto que estos tales fizieren; e todavia que nos prometemos, a buena fee, sin mal engaño, de fazer nuestra diligencia en guardar e fazer guardar que el tal furto o rrobo e mal e daño por los tales non se pueda fazer en manera que en la dicha villa de Yelues, libremente, el dicho omne sea tornado en ssaluo e sseguro con las dichas cosas e quan-

(1) Por *Elvas*.

tias pera que allj el dicho omne asi nonbrado e enviado por el dicho rrey de Portugal pague a los dichos castellanos las quantias en que asy fueren estimados los dichos sus bienes.

Et, sy nos non fizieremos las dichas pagas en estos dos capitulos contenjdas en la manera que en ellos es escrita e declarada, que paguemos, de pena, al dicho rrey de Portugal, dozientas mill coronas de Francia, de buen oro e de justo peso; la qual pena, pagada o non pagada, que todavia seamos tenuto e obligado a fazer las dichas rrestituciones de bienes o pagas, ssegunt que en estos dos capitulos es contenjdo e declarado. E demas que esta dicha paz, ffin, rremision, rrenunçiaçion e quitamiento, suso e ayuso escritos, sea njnguna e de njngunt valor e aujda por non fecha njn aprouada njn rratificada en qualquier tiempo que las dichas aprouaçiones e rratificaçiones sean fechas et que non podamos dezjr que los ssobredichos que asi oujeren de auer los dichos bienes o estymaçiones o estimaçiones solas, commo dicho es, non deuen auer los dichos bienes o estimaçiones, por que fueron contra nos o contra los dichos nuestros rregnos de Castilla e de Leon o contra la tierra do son naturales, njn poner otra escusa njn dilaçion njn luenga alguna.

Pero, sy nos pusyeremos las dichas quantias en que los dichos bienes fueren estimados en la dicha nuestra çibdat de Badajoz e las pagaremos al dicho omne que poder del dicho rrey de Portugal oujer en los dichos terminjos, commo dicho es, e lo pusieremos en ssaluo e sseguro en la dicha villa de Yelues, ssegunt e por la manera que dicha es; que nos seamos libre e quito de las dichas quantias e ssumas, que a los dichos castellanos aujamos de pagar, bien asi commo sy a ellos mesmos las oujeseamos pagado. Et que non cayamos njn sseamos tenuto a pena alguna de las en este[s] capitulos contenjdas njn sea la dicha paz aujda por njngunt valor njn aujda por non fecha njn aprouada njn rratificada njn rronpida, mas que quede e finque firme e valedera pera ssienpre jamas. Et, por esquivar algunos engaños que se podriam fazer en la moneda en que los dichos bienes fuesen estimados, queremos que los dichos bienes sean estimados en moneda de oro de coronas de Francia o en la moneda que agora corre en estos rregnos.

Et asy fecha la dicha estimaçion, luego en punto ayan ssu enformaçion los dichos estimadores quanto e a commo vale la dicha moneda de oro en la nuestra çibdat de Burgos de esta dicha moneda que agora corre en nuestros rregnos. Et lo escriuan asy luego junto, quando se escreujeren las dichas estimaçiones de los dichos bienes asy e por tal manera, que escriuan la estimaçion de los dichos bienes en moneda de oro, et eso mesmo de la moneda corriente. Et si, desde agora e desde el dia que fueren fechas las dichas estimaçiones fasta el dia que se han de fazer las dichas pagas, fizieremos o mandaremos fazer moneda alguna por la qual, en qualquier manera que sea, la moneda que agora e al tiempo de las dichas

estimaciones corre valjere menos de commo agora e al tienpo de las dichas estimaciones vale o se menoscabare, en qualquier manera que sea, en ssu valor, que seamos tenuto e obligado a pagar e paguemos las quantias de los dichos bienes en la moneda de oro en que fueren estimados los dichos bienes o en otra moneda de oro e de plata en ssu valor assi rrespetto de commo valiere la dicha moneda de oro en que fueren estimados los dichos bienes.

Et, sy al tienpo en que oujeremos de fazer las dichas pagas non oujeremos fecho njn mandado fazer moneda alguna, por que se menoscabe el valor de la dicha moneda corriente, ssegund dicho es, e quisieremos pagar las dichas estimaciones de los dichos bienes en la dicha moneda que corriere al tienpo que fueren fechas las dichas estimaciones, que las paguemos en la dicha moneda corriente, ssegunt la enformacion ssobredicha, que oujeren los dichos estimadores que valia estonce la moneda de oro en la dicha cibdat de Burgos desta dicha moneda corriente e los valores de los dichos bienes que ellos escreujeren que valian en la dicha moneda corriente. E prometemos a buena fee que, desde el dia que fizieremos las dichas pagas en la dicha moneda corriente fasta cinco años conplidos primeros sseguintes, non faremos njn mandaremos fazer moneda alguna por la qual la dicha moneda corriente en que fueren fechas las dichas pagas valga menos o se menoscabe, en qualquier manera que sea, en ssu valor njn rreprouaremos njn abaxaremos la dicha moneda corriente njn faremos que menos vala, en qualquier guisa o manera que sea.

[8]

E, por mayor ssegurança de la dicha paz, queremos e otorgamos que, de aqui adelante, los vezynos e moradores en los dichos rregnos de Portugal e del Algarbe, sseñorios, tierras e partidas dellos e de cada vno dellos puedan entrar, estar e andar e ssaljr en estos nuestros rregnos e sseñorios, ssalua e sseguramente, e traer e leuar e sacar qualesquier mercaderias et que les non sea fecho embargo njn contrario njn otro mal njn sin rrazon alguna, pagando los derechos e tributos que oujeren e fueren tenudos de pagar los nuestros naturales a los tienpos que las troxieren e ssacaren e leuaren de tales mercaderias; et, non pagando los dichos derechos e tributos, que cayan en aquellas mesmas penas en que caerian sy fuesen nuestros naturales, non ssacando njn leuando cosas algunas de las que en tienpo de las pazes antiguas fueren vedadas, las quales son estas que se ssiguen.

[9]

Conujene a ssaber oro, plata, monedado o non monedado, mone-
das, armas, cauallos, potros, yeguas, moros. Et sy alguno o algunos
leuaren o ssacaren las dichas cosas asy vedadas o alguna dellas, que les
puedan ser tomadas en aquellos lugares onde se acostunbraron tomar
en tiempo de pazes; et demas, que ayan aquellas mesmas penas que aue-
rian e deurian auer el natural o naturales de los dichos nuestros rregnos
que las dichas cosas vedadas sacasen e que vsem e conuersen bien e
conplidamente en todas las cosas, ssegunt que mejor e mas conplida-
mente vsauan e acostunbrauan vsar en los tienpos pasados quando eran
pazes.

Et, por que estas palabras oro e plata traen muchas dubdas de commo
se entienda e nos es dicho que los allcaldes de las sacas vsan dellas a su
voluntad, declaramoslas en esta manera: que non se entienda sacar oro njn
plata sy alguno sacare tocaduras avn que aya en ellas orillas de oro o de
plata; njn se entienda sacar oro njn plata por auer en los libros que leuaren
algunas letras de oro o de plata; njn eso mesmo por sacar cabeçadas de
frenos dorados o plateados njn bolsas njn paños, avn que en ellos aya algu-
nas orillas o brosladuras o lauores o otras cosas semejantes de oro o de
plata.

Otrosi queremos que qualesquier personas, asy castellanos commo
portogaleses commo otros estrangeros qualesquier que pasaren destos
nuestros rregnos en Portogal que moneda de oro o de plata o otra
qualquier moneda leuaren pera ssu despensa pera yda e estada e pera
tornada, ssegunt la distançia del lugar a que van e ssegunt el estado
que ljeuan, que les non sea tomado, mas que los dexten yr libremente,
con ello et que sea creydo por ssu juramento, quel nuestro allcalde
de las sacas o sus lugares tenjentes le tomen, ssobre dezjr el lugar
donde va.

Et, porque nos es querellado que los tenjentes por el allcalde mayor
de las sacas e sus guardas fazen muchos agraujos e sin rrazones e que non
ha juez ante quien se puedan querellar, porque en la ordenança del quader-
njo de las sacas rreseruamos el conoçimiento pera nos mesmo; et, por-
quanto los omnes por pequeñas cosas antes las dexan perder por las gran-
des costas que asobrello fazen en se venjr a nos querellar, que non deman-
darias queremos; e mandamos que, de los agraujos que los ssobredichos
fizieren, quel dicho allcalde mayor de las sacas conozca, sy presente
fuere; e, ssy non fuere presente, que conozca, en cada obispado e ssa-
cada, en el lugar o lugares donde es la cabeça del obispado o de la
sacada, vn omne bueno qual nos nonbraremos, el qual aya poder del dicho
allcalde mayor de las sacas pera conozçer de los agraujos que los dichos

alcalldes menores o sus guardas fizieren, por que los omnes ayan a quien se querellar e fallen quien les faga conplimiento de justia; et que nos seamos tenuto de nonbrar el dicho omne bueno e fazer el dicho alcalldes mayor de las ssacas que le de el dicho poderio, desde el dia de la data desta carta fasta seys meses primeros sseguientes; et, sy el dicho alcalldes non le quisiere dar el dicho poderio, que nos gelo demos.

[10]

Otrosi, por esquivar las rrepresarias e preudas que, por menguamiento de justia de vnas partes a otras se podrian fazer, queremos que en todos los pleitos ceujles e crimjnales que oujeren los dichos portogaleses e en todos los casos e cosas que acaescieren de aqui adelante ssobre que ayan de ser demandados o demandadores en estos nuestros rregnos e sseñorios, acusados o acusadores, o aya de ser proçedido por ofiçio de judgador o en otra manera qualquier, que asy sean oydos judgados e preuillejados e gozen e ayan esas mesmas libertades e preuillejos e sean juzgados por esos mesmos juezes e leys e fueros, vsos, costumbres e fazañas que serian juzgados e aurian si todos fuesen castellanos nuestros naturales e morasen en estos dichos nuestros rregnos e sseñorios; et sy escogieren de dexar todos los otros juezes e venjeren ante los nuestros oydores principalmente, que lo puedan fazer; et, si venjeren ante nos principalmente o, dexados los juezes de las apellaçiones e ssuplicaçiones, escogieren a nos por juez de la apellaçion o suplicaçion, que nos seamos tenuto de les mandar fazer conplimiento de justia, ssegund dicho es. Et, por esta mesma orden e via, los nuestros naturales vezjnos e moradores en los dichos nuestros rregnos e sseñorios ayan de pedir e pidan justia e conplimiento della en los dichos rregnos de Portogal e del Algarbe, tierras, partidas e sseñorios dellos e de cada vno dellos.

[11]

E, sy principalmente o por via de appellaçion o suplicaçion, a nos venjer el caso o nos fuere querellado de menguamiento de justia de los dichos juezes o de alguno dellos, que nos seamos tenuto de fazer o mandar fazer conplimiento de justia en los casos sobredichos e en cada vno dellos, breuemente, sin dilaçiones e luengas maliciosas e syn estrepitu e figura de juyzio, solamente sabida la verdat del fecho. Et, se fuermos njlgigente e non fizieremos o mandaremos fazer justia a los dichos dañificados, en los casos ssobredichos o en alguno dellos, quel dicho rrey de Portogal nos pueda rrequerir, por sus cartas o por su procurador, que nos fagamos

o mandemos fazer justiça a los dichos dañificados, rrealmente e con efecto, el qual rrequerimiento queremos que nos sea fecho por ante escriuano de la nuestra camara e non por otro alguno.

Et, sy non fizieremos complimjento de justicia, segunt dicho es, o de lo que fizieremos la parte querellante o el que poder oujere por el dicho rrey de Portugal lo pidiere ssignado, queremos e mandamos al dicho nuestro escriuano de camara por ante quien nos fuere fecho el dicho rrequerimiento et a los otros escriuanos por ante quien pasaren todos los otros abtos que gelo de todo assignado en manera que faga fee, sso pena de priuacion de los ofiçios, ssegunt que suso dicho es, del dia que fueren rrequeridos fasta tres dias primeros ssegulentes, sy la escriptura fuere tal que en el dicho terçer dia se pueda escriujr; et, si non, que aya tanto espacio en quel dicho escriuano la pueda escriujr, lo qual el faga sin escusa e malicia alguna. Et, desde el dicho dia en que se pudiere acabar de escriujr fasta tres dias primeros segulentes, sea tenuto de le dar ssignada la tal escriptura, ssegunt dicho es, por quel dicho rrey de Portugal vea e ssepa sy a los naturales vezjnos e moradores de los dichos rregnos de Portugal e del Algarbe es ffecha justicia o menguada.

Et, sy el entendiere que la justicia es en alguna cosa menguada, quel que nos rrequiera e pueda rrequerir otra vez, espremjendo por capitulos e articulos los agraujos que dixiere ser fechos. Et nos seamos tenuto de rresponder a cada capitulo e agrauo fasta treynta dias primeros ssegulentes. Et sy, en el dicho termjno, nos o los dichos rreyna e jnfante, nuestros tutores e rregidores, o los del nuestro conseio non rrespondieremos en la manera desuso dicha que, en el tal caso, sea la justicia aujda por denegada et el pueda e mande ffazer rrepresarias en bienes muebles e ssemoujentes, solamente, e non en omnes njn en mugeres njn en çibdades, villas e castillos e qualesquier lugares, por la suma e quantia que montaren en el dicho pleito ssobre que la justicia es denegada.

Et, sy los dichos nuestros escriuanos por ante quien pasaren los dichos procesos e abtos e las otras cosas o el dicho nuestro escriuano de camara por ante quien pasaren los dichos rrequerimientos, de fecho, non lo quisieren dar assignado; nos, desde agora, damos licencia a qualquier escriuano del dicho rrey de Portugal, que en estos nuestros rregnos venjere con el dicho procurador del dicho rrey de Portugal, que de assignados los dichos rrequerimientos que nos fueren fechos; e, passado el dicho terçer dia que fueremos rrequerido que mandasemos dar el dicho testimonjo assignado al dicho escriuano e, si non lo fizieremos, que lo quel dicho escriuano de Portugal diere assignado en este caso que sea firme e valedero asi commo se lo diese assignado el dicho nuestro escriuano de camara, por ante quien pasaren los dichos rrequerimientos. Et eso mesmo si los otros escriuanos por ante quien pasaren los otros abtos ante los dichos juezes non lo quisieren dar assignado a la parte principal o al dicho procurador del dicho rrey

de Portugal, en el término ssobredicho, quel dicho escriuano del dicho rrey de Portugal lo pueda dar assignado, por que a nos pueda ser mostrado el menguamjento de justia que le fuere fecho e le nos proueeamos o mandemos proueer, asegunt dicho es.

[12]

Otrosi, queremos que, si el dicho rrey de Portugal principalmente, conosciere de los pleitos e demandas e contiendas que los nuestros naturales e ssubditos oujeren en sus rregnos e sseñorios, o por via de apellacion o suplicacion o en otra manera qualquier, e por su propia persona o por los del ssu conseio diere ssentencia, que la tal ssentencia ante nos non pueda ser dicha njnguna, njn jnjusta njn agrauada e que nos, por el tal menguamiento de justia que por los dichos nuestros naturales vezinos e moradores de los dichos nuestros rreynos nos fuere querrellado e dicho ser fecho por el dicho rrey de Portugal o por los del dicho ssu conseio, non fagamos njn mandemos fazer njn puedan ser fechas rrepresarias algunas. Et, sy principalmente o por via de apellacion o de ssuplicacion, ante el venjere el caso o le fuere querrellado de menguamiento de justia de los dichos juezes o de alguno delles o le fuere rrequerido que le faga o mande fazer complimiento de justia e non lo fiziere que, avn que tal rrequisicion ante nos parezca, que nos por ella non mandemos fazer rrepresarias algunas, mas que seamos tenudo de lo rrequerir e mandar rrequerir otra vez, por escripto, espremjendo los agraujos por capitulos e articulos, por manera que por allj parezcan las cosas en que dixieremos la justia ser denegada.

Et, si el rrespondiere a cada capitulo e articulo e allegare rrazones por que diga que la justia non es denegada et la dicha rrespuesta diere por si e por los del dicho su conseio, que allj aya fin el dicho negocio et que nos non fagamos njn mandemos fazer rrepresarias por el menguamiento de justia que asy dixieremos ser fecho. Et, si del dia que el dicho rrey de Portugal fuere rrequerido la assegunda vegada que faga complimiento de justia fasta los dichos treynta dias primeros asseguientes non rrespondiere por sy o por los del su conseio por la manera e forma de suso dicha que, en el tal caso, la justia se entienda ser denegada et nos podamos e fagamos e mandemos fazer rrepresarias en esta manera que nos, por nos mesmo o por los dichos nuestros tutores o por los del nuestro conseio, conozcamos del dicho menguamjento de justia e demos ssentencia en el pleito en que la dicha justia se dixiere ser denegada.

E, por la forma en la dicha sentencia contenjda, mandamos a omnes buenos, sin sospecha, que fagan rrepresarias en bienes de vezjnos e moradores de los rregnos e sseñorios de Portugal e del Algarbe que non sean

çibdades njn villas njn castillos njn lugares njn bienes, rrayzes algunos njn en cuerpos de omnes e mugeres, mas que las fagan en otros bienes muebles e semoujentes. Et que los dichos bienes que asy tomaren por las dichas rrepresarias que los tengan de manjfiesto e los non vendan fasta nouenta dias primeros siguientes, en el qual termjno aquellos a quien fueren tomados los dichos bienes puedan rrequerir e rrequieran, asy al dicho rrey de Portugal commo a los otros a quien el fecho tocare, que enbie fazer paga de la ssuma en la dicha sentençja contenjda con las costas que en fazer las dichas rrepresarias fueren fechas.

Et, si dentro de los dichos nouenta dias non venjere fazer la dicha paga, segunt dicho es, que los bienes que asy fueren tomados puedan ser vendidos ssegunt los fueros e ordenamientos e derechos de los nuestros rregnos e de la quantia que valieren los dañficados sean pagados ssegunt la forma de sus ssentençjas; et, sy los dichos bienes valieren mas quantias de lo contenjdo en las dichas sentençjas con las dichas costas, ssegunt dicho es, que lo que demas valieren, a buena fe, sin mal engaño, sea tornado e entregado aaquellos en cuyos bienes se fizieren las dichas rrepresarias.

[13]

Otrosy, sy alguno o algunos de los dichos nuestros rregnos e sseñorijos furtaren o tomaren o entraren çibdat o villa o castillo o lugar de los dichos rregnos de Portugal e del Algarbe, sseñorios, tierras, partidas dellos o lo rresçibieren, puesto que gela den algunos moradores o naturales de los dichos rregnos de Portugal e del Algarbe contra voluntad del dicho rrey de Portugal o de sus herederos e subçesores que en aquel tienpo fueren, que nos e nuestros herederos e subçesores que, al tienpo de la dicha tomada fueremos, seamos tenuto e obligado de proceder e proçederemos contra el malfechor o malfechores que tal cosa fizieren e contra los que con el fueren o estuuieren aaquellas penas crimjnales e çeujles que, segunt derecho e los fueros et leys e ordenamientos de los nuestros rregnos, mereçen aquel o aquellos que tales cosas fazen et que de los bienes que oujeren los tales malfechores que sean satisfechos el dicho rrey de Portugal o sus herederos e subçesores que en aquel tienpo fueren e fagamos todavia justiaçia del e de los que con el fueren o estoujeren, commo dicho es.

Et, demas, quel dicho rrey de Portugal o sus herederos e ssuubçesores que a ese tienpo ffueren pueda o mande çercar e cobrar la tal çibdat o villa o lugar o castillo e lo pueda tomar o mandar tomar por fuerça o por otra qualquier manera e prender los dichos malfechores e fazer dellos justiaçia, ssegunt la dicha pena. Et que nos njn nuestros herederos e subçesores que a ese tienpo fueremos non daremos njn consentiremos dar fauor

njn ayuda alguna al tal malfechor o malfechores pera se defender antes, sy a nuestros rregnos se acogieren, que nos seamos tenudo, a buena fe e sin mal engaño de trabajar e fazer nuestro poder por los prender. Et, sy preso o presos fueren, que los entreguemos e rremjtamos al dicho rrey de Portugal o a sus herederos e subçesores que a ese tiempo fueren por que, allj onde cometieren el maleficio, sea fecha dellos justiçia, ssegunt dicho es.

[14]

Otrosi, si alguno o algunos de los dichos rregnos de Portugal e del Algarbe, sseñoryos, tierras, partidas e lugares dellos se venjeren pera los dichos nuestros rregnos e sseñorios, tierras, partidas e lugares dellos con alguna o algunas cosas qualesquier e las, furtiblemente o rrobadamente, troxieren contra voluntad de sus dueños o alguno leuare muger casada o ella se fuere contra voluntad de ssu marido o se venjere a los dichos nuestros rregnos e sseñorios que, seyendo nos o nuestros herederos e subçesores que por el tienpo fueren o las nuestras justiçias o qualquier dellas ssobre ello rrequerido o rrequeridos, que lo fagamos enbiar preso, de conçeio en conçeio, e entregar en el primer lugar de Portugal con las dichas cosas que fueren falladas e se pudieren auer pera se fazer dellos e de cada vno dellos derecho en el lugar o lugares donde se fiziere e cometierte el maleficio o maleficios.

[15]

Otrosi, nos, de nuestro conplido, absoluto e rreal poderio, ssuplimos qualquier defalleçimiento o desfallaçimientos, de fecho o de derecho o de derechos o de ssolepnjdad o solenjdades de derecho o de fuero, fazaña, costunbre, vso que en este contrapto fuesen o falleçiesen e sean omjsos, puesto que tal o tales sean de que deujese en ellos seer fecha espeçial e espresa mençion, et el qual o quales nos todos e cada vno dellos auemos aqui por espresos e espaçificados e espresamente nonbrado e nonbrados. Et queremos e otorgamos que, non enbargante el dicho desfallaçimiento o desfallaçimientos, la dicha paz, fin, rremision, rrefutaçion, rrenunçiacion e quitaçion e concordia e todas las cosas sobredichas e cada vna dellas suso e ayuso escriptas sean firmes e estables e valederas pera todo ssienpre jamas, asi e tan conplidamente commo si en este contrapto njngunt defeto o defetos fuesen njn alguna ssolenjdat o solepnjdades qualesquier falleçiesen o fuesen omisas e a que, de uerbo a uerbo, espresamente, fuesen contenjdas.

[16]

Otrosi, por mayor firmeza e guarda desta dicha paz e cosas en ella contenjdas, las personas e conçeios de yuso escritas, desde el dia de la fecha desta carta fasta seys meses primeros sseguientes, juraran ssobre la cruz e los santos euangellios de tener, guardar e cunplir esta paz; el qual juramento fara cada vno en esta forma que se ssigue, a saber:

Yo, fulano, juro a Dios e ssobre esta cruz e a estos santos euangellios, con mjs manos corporalmente tañjdos, que bien, fiel e leal e verdaderamente, sin njguna arte e mal engaño, terne e guardare e cunplire e fare tener, guardar e cunplir a todo mj leal poder esta paz e todas las cosas e cada vna dellas en esta carta contenjdas, de aqui en adelante e pera todo ssienpre, seyendo la dicha paz por el dicho sseñor rrey aprouada, jurada e guardada ssegunt en esta su carta es contenjdo, las quales personas e conçeios son estos, lo que se ssigue.

[17]

E para fazer e tener e guardar e cunplir todas las cosas ssobredichas e cada vna dellas, obligamos a nos e a todos nuestros herederos e ssubçesores e a todos nuestros bienes, aujdos e por auer, asi rreales commo fiscales commo patrimoniales e otros qualesquier en qualquier manera que sean vulgarmente nonbrados, que nos ayamos e a nos pertenezcan, asi commo a rrey o commo a fisco o en otra manera qualquier. E rrenunçiamos, especialmente e espresamente, toda abçion e derecho canonico e çeujl, escrito e non escrito, e ofiçio e beneficio e preuilllejo de derecho espeçial, comun o general, fuero, fazaña, costunbre, vso, especialmente al beneficio e preuilleio o beneficios o preuilleios e derechos comunes e espeçiales que pertenesçen a los rreys, asi commo rreys o asi commo fiscos o en otra manera qualquier que a nos pertenezcan o pueden pertenesçer et de que nos e nuestros herederos e subçesores nos podamos o pudiesemos aprouechar e ayudar en qualquier manera que sea; a los quales beneficio o beneficios, preuilleio o preuilleios, fuero o fueros, fazaña o fazañas, vsos e costunbres auemos aqui por espresos e espaçificados e espeçialmente nombrados e nos auemos dellos e de cada vno dellos por çierto e por certificado, bien asi commo sy aqui, de palabra a palabra, fuesen puestos e escritos e espaçificados.

E nos asy lo rrenunçiamos et eso mesmo rrenunçiamos a toda via espeçial, comun o general que a nos pertenezca o pudiese pertenesçer, en qualquier manera, de querellar o denunçiar o demandar o oponer o contra-

dezjr, en juyzio o fuera de juyzio, njn venjr por otra qualquier manera contra la dicha paz, fin, rremision, rrefutacion, rrenunçacion e quitacion e concordia, fecha e fechas ssobre las dichas cosas njn contra las ssobre-dichas cosas o cada vna dellas. Et rrenunçamos eso mesmo la ley e el derecho que diz que general rrenunçacion non vala. Et, por mayor firmeza desta paz, fin, rremision, rrefutacion e rrenunçacion e quitacion e concordia e de todas las cosas ssobredichas e de cada vna dellas, e ellas sean mas firmes e mejor guardadas, otorgamos e prometemos, por nuestra fe rreal, por nos e por todos nuestros herederos e subgesores e por los dichos nuestros rregnos e sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssudditos dellos e de cada vno dellos de tener e guardar e cunplir.

E ternemos e guardaremos e cunpliremos, faremos tener, guardar e cunplir bien, fiel, leal e verdaderamente, sin njnguna arte o engaño, la dicha paz, fin, rremision, rrefutacion, rrenunçacion, quitacion e concordia et todas las otras ssobredichas cosas e cada vna dellas pera todo ssienpre jamas e en aquella manera que en esta nuestra carta e capitulos della mas conplidamente es contenjdo. Et eso mesmo que non pediremos njn enpetraremos, por nos njn por otro, rrestitucion *jn integrum* (2) contra las ssobredichas cosas o cada vna dellas, dejendo que somos dañificado o leso o que rresçibjmos dēpno o engaño alguno, asi commo rrey o commo fisco o en otra qualquier manera e guisa que, por nuestra parte, se pudiese dezjr e allegar; njn vernemos njn faremos contra todo lo ssobredicho o parte dello, agora njn de aqui adelante njn en alguno tienpo del mundo, en njnguna forma njn por qualquier manera que sea, njn por rrazon del çisma que agora es njn de otra qualquier discordia que sea o fuere en la iglesia de Dios njn de qualquier persona de qualquier ley, estado o con-dicion que sean.

[18]

E nos, los dichos rreyna doña Cataljna e infante don Ferrnando, tuto-res del dicho sseñor rrey e rregidores e gouernadores de sus rregnos, seyendo presentes a todas las cosas ssobredichas e a cada vna dellas, damos e otorgamos, commo tutores del dicho sseñor rrey especialmente, nuestra liçencia e interponemos espresamente nuestra abtoridad, para que este dicho contrapto e todas las cosas en el contenjdas e cada vna dellas sean firmes, estables e valederas, agora e de aqui adelante, pera todo ssienpre jamas. Et, por mayor abondamiento e firmeza del dicho con-trapto e cosas en el contenjdas, porquanto el dicho sseñor rrey es de

(2) No ms. *integrum*.

pequeña hedat; nos, los dichos ssus tutores, aujendo, por serujcio de Dios e del dicho sseñor rrey e pro e bien de los sus rregnos, la dicha paz e conseio e acuerdo de los del conseio del dicho sseñor rrey e de los perlados, duques, condes, maestros, rricos omnes, caualleros e procuradores de las çibdades e villas e lugares de los dichos sus rregnos, sy e enquanto sea cumplidero e nescesario, de fecho o de derecho, por bien del dicho contrapto nos, commo tutores del dicho sseñor rrey, acordamos, firmamos, fazemos, ponemos, damos e otorgamos, por el dicho sseñor rrey e en su nonbre e por todos ssus herederos e ssubçesores e todos sus rregnos e señorios e gentes e ssubditos dellos, la dicha paz, buena, leal, pura, verdadera, estable, firme, perpetua e valedera pera todo asienpre jamas, al ssobre dicho rrey don Johan de Portogal e a sus herederos e subçesores e sus rregnos e sseñorios e gentes e ssubditos dellos e en aquella manera e forma que en esta carta es contenjdo e mejor e mas conplidamente que se por nos fazer puede.

Et otrosy, por el dicho sseñor rrey e en ssu nonbre, commo sus tutores, fazemos la dicha fin, rremision, quitacion e concordia, espeçial e espresa ha e con el dicho rrey de Portogal e todos sus herederos e ssubçesores e sus rregnos e sseñorios e gentes e ssubditos dellos ssobre todas las dichas guerras, debates e males pasados. Et eso mesmo fazemos la dicha rremision, rrefutacion e rrenunçacion, espeçial e espresa, de todo derecho e abçion quel dicho sseñor rrey e sus herederos e subçesores e ssus rregnos e sseñorios e gentes e ssubditos dellos han o pudiesen auer para adelante, por rrazon de las dichas guerras, debates e males pasados contra el dicho rrey de Portogal e sus herederos e subçesores e ssus rregnos e sseñorios e gentes e ssubditos dellos.

Et otrosy, por el dicho sseñor rrey e en ssu nonbre, commo sus tutores, fazemos todas las obligacion e obligaciones, rrenunçacion e rrenunçaciones que, por bien, firmeza e guarda deste contrapto, por el dicho sseñor rrey en esta dicha su carta son dichas, fechas e declaradas, et asi e en aquella forma e manera que en la dicha carta es contenjdo. Et prometemos de nunca demandar njn consentir demandar las dichas guerras, debates e males pasados, ssegunt en esta dicha carta es contenjdo. La qual dicha paz, fin, rremision, quitacion, rrefutacion, rrenunçacion e concordia e todas las otras cosas e cada vna dellas nos, los dichos tutores, en nonbre del dicho sseñor rrey e por el e todos sus herederos e subçesores e sus rregnos e sseñorios e gentes e ssubditos dellos, fazemos, damos e otorgamos con e al dicho rrey de Portogal e sus herederos e subçesores e ssus rregnos e sseñorios e gentes e ssubditos dellos, en aquella manera e forma que se en esta dicha carta contiene e mejor e mas conplidamente que se por nos e en nonbre del dicho sseñor rrey fazer puede, e asy e tan conplidamente commo sy todas las palabras que son dichas e puestas, conçebidas e pronunciadas, en persona del dicho sseñor rrey, en esta dicha su carta,

fuesen dichas, puestas, conçebidas e pronunciadas por nos, en nuestras propias personas; e asi, como sus tutores e en nombre del dicho sseñor rrey e asi commo sus tutores, asy las dezimos, ponemos, conçebjmos e pronunçiamos, cada vnas palabras en su lugar, asi commo son asentadas e escriptas en esta dicha carta.

[19]

El luego de presente prometemos e juramos, por Dios e por la asgnificancia de la cruz e los ssantos euangellios, con nuestras manos corporalmente tañjdos que, fasta quel dicho sseñor rrey sea en hedat de catorze años conplidos, que nos bien, fiel, lealmente e uerdaderamente, sin nñguna arte o mal engaño, a todo nuestro leal poder, asy commo tutores del dicho sseñor rrey, e otrosy commo rreyna doña Cataljna e infante don Ferrnando, ternemos, guardaremos e cunpliremos e faremos tener, guardar e cunplir esta dicha paz, fin, rremjsion, quitacion, rrefutacion, rrenunçiaçion e concordia e todas las otras cosas e cada vna dellas, asy e por aquella manera que en esta dicha carta mas cunplidamente es contenido, enquanto en nos fuere e a nos pertenesçe, commo tutores del dicho sseñor rrey, et en lo que al dicho sseñor rrey e sus herederos e susçesores e sus rregnos e sseñorios e subditos tienen e pertenesçe de tener e guardar e cunplir.

Et eso mesmo en lo que a nos toca e pertenesçe, asy commo rreyna doña Cataljna e commo infante don Ferrnando, asy e por aquella manera que en esta dicha carta e capitulos della mas cunplidamente es contenido; et que non vernemos nñ faremos contra las sobredichas cosas o cada vna dellas nñ pidiremos o enpetraremos, por nos nñ por otro, rrestitucion *in integrum* nñ absolucion del dicho juramento contra la dicha paz e cosas en ella contenjdas o cada vna dellas, en nuestro nonbre o del dicho sseñor rrey, nñ por rrazon de la ssu menor hedat nñ por rrazon de daño o engaño alguno que, por parte del dicho sseñor rrey o por nuestra parte, se dezir e allegar pudiese, rrenunçiaudo espresamente todo derecho, abçion e exenpcion, ofigio, beneficio o preujllejo de derecho espeçial, comun o general, por el qual o quales contra lo ssobredicho o parte dello pudiesemos venjr en qualquier manera, aujendo los dichos derechos, ofigio o oficios, beneficio o beneficios, preuillejo o preuillejos aqui todos e cada vno dellos por espresos e espeçificados e espeçialmente nombrados et nos dellos e de cada vno dellos por çiertos e por çertificados et eso mesmo rrenunçiaudo la ley e el derecho que diz que general rrenunçiaçion non vala.

[20]

E otrosi, prometemos e juramos, por Dios e ssobre la dicha cruz e los ssantos euangelios, con nuestras manos corporalmente tañjdos, commo tutores del dicho sseñor rrey et otrosi commo rreyna doña Cataljna, su madre, e commo infante don Fernando, asu tio, de traptar, fazer, procurar e consejar, a todo nuestro leal poder, bien, fiel, lealmente e verdaderamente que quando, plaziendo a Dios, el dicho sseñor rrey sera en hedat de los dichos catorze años cumplidos, quel aprouara, firmara, rratificara e terna, guardara e fara tener e guardar e cunplir lealmente e verdaderamente la ssobredicha paz, fin, rremjsion, quitagion, rrefutagion, rrenunciagion e concordia e todas las otras cosas en esta dicha carta contenjdas e cada vna dellas; et que non verna njn fara contra ello o parte dello, por njnguna rrazon o manera que sea, et que rrenunçiará espresamente toda abçion e derecho, ofiçio, beneficio e preuilleio de derecho espeçial, comun o general, por el qual o quales contra lo que dicho es o parte dello pudiese venjr en qualquier manera et que fara todas las ssobredichas obligacion e obligaciones e rrenunciacion e rrenunçiaçiones, asy e en aquella forma e manera que en esta dicha ssu carta es contenjdo.

Et que ssuplira, de ssu poderio conplido, rreal e absoluto, qualquier defaleçimiento o defaleçimientos de fecho o de derecho o de ssolenjdat o asolepnjdades de derecho o de otra qualquier cosa que en este contrapto fuesen o falleçiesen o fuesen omjsas en qualquier manera; et, finalmente, que jurara espresamente, por Dios e sobre la cruz e los santos euangelios, con sus manos corporalmente tañjdos, que bien, fiel, lealmente e verdaderamente fara, terna, guardara e cunplira e fara tener e guardar e cunplir la ssobredicha paz, fin, rremision, quitagion, rrefutagion, rrenunciagion e concordia e todas las otras cosas e cada vna dellas, asy e en aquella forma e manera que en esta dicha carta e capitulos della, mejor e mas conplidamente es contenjdo; et que non pedira njn enpetrara, por si njn por otro, rrestitucion *jn integrum* njn absolucion del dicho juramento contra la dicha paz e cosas en ella contenjdas o cada vna dellas, por njnguna manera o rrazon, qualquier que sea.

[21]

E, a mayor firmeza deste dicho contrapto, nos, los dichos tutores, commo tutores del dicho sseñor rrey e rregidores e gouernadores de los dichos sus rregnos, lo firmamos de nuestros nombres e mandamoslo sellar con el sello de plomo del dicho sseñor rrey. E mandamos a los presentes escriuanos e publicos notarios que lo den assnado de sus signos, pera guarda de amas las partes, e a los que son presentes que sean dello testi-

gos, los quales son: don Alfonso Enrriquez, almjrate mayor de Castilla, e Pero Afan de Ribera, adelantado mayor de la frontera, e Diego Ferrnandez, mariscal, e Johan Aluarez Osorio, guarda mayor delrrey, e don fray Johan Enrriquez, obispo de Lugu (3).

Dada en la villa de Ayllon, postrimero dia de octubre, año del nacimiento del Nuestro Señor Jhesu Christo de mill e quatroçientos e onze años. Yo la Reyna. Yo el jnfante.

Yo Sancho Romero, escriuano de camara de nuestro sseñor elrrey e ssu notario publico en la ssu corte e en todos los sus rregnos, fuy presente, en vno con Aluar González de Amaya, escriuano del dicho rrey de Portugal, e con los testigos en esta carta contenjdos, quando los dichos sseñores rreyna e jnfante otorgaron esta carta de paz e todas las cosas en ella contenjdas e cada vna dellas e fizieron el dicho juramento, poniendo sus manos derechas ssobre vna cruz e vn libro de euangellios, segunt e por la manera que desuso es contenjdo e declarado. Et, por mandamiento de los dichos señores rreyna e jnfante e, a rrequerimiento de Johan Gomez da Silua e de los doctores Martjn do Sem e Ferrnand González Belesga, que presentes estauan, por parte del dicho rrey de Portugal e commo sus enbaxadores, la fiz escriuir en estas tres pieles de porgamjno, las quales van juntas con la cola; e en las espaldas, en cada juntadura, va firmado de los nonbres del dicho Aluar González e de mi. Et pusi aqui este mjo ssigno, en testimonio de verdat.

Et yo, Aluar González de Amaya, escriuano de la camara del sobre-dicho señor rrey de Portugal e notario publico en la su corte e en todos sus rregnos que, por licença, poder e abtoridat que me fue dada e otorgada, por aluala del dicho señor rrey de Castilla, pera en la ssu corte dar fee e testimonios de verdat en este trpto de paz e en las cosas que a el pertenesçen, en vno con el dicho Sancho Romero, escriuano del dicho sseñor rrey de Castilla, e con los testigos desuso escritos, fuy presente quando los dichos señores rreyna e jnfante otorgaron esta carta de paz e todas las cosas en ella contenjdas et cada vna dellas e fizieron el dicho juramento, poniendo sus manos derechas en vna cruz e vn libro dauangellios, ssegunt e por la manera que suso es contenjdo e declarado (4). E, por

(3) Sobre estas testemunhas pode ver-se FERNAN PEREZ DE GUZMAN, *Generaciones, semblanzas é obras de los Excelentes Reyes de España*.

(4) Este Alvaro Gonçalves da Maia tomara já parte nos antecedentes diplomáticos do presente Tratado, voltou depois a Castela com João Gomes da Silva e o Dr. Martim do Sem, na embaixada sobre declarar-se guerra aos granadinos, e ainda em Outubro de 1415, então vedor da fazenda da cidade do Porto, segundo ZURARA, ou vedor da casa de el-rei, a teor de documento que adiante publicamos, seguiu para Aragão, como embaixador de D. João I a D. Fernando I (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, caps. 190, 192 e 196, e ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 91).

mandamiento de los dichos señores e, a rrequirimiento de los dichos enbaxadores del dicho rrey de Portugal, pusi en esta carta mjo ssignal, en testimonio de verdat, que tal es (5).

6

10 NOVEMBRO 1411

Carta de el-rei D. João I, a doar o lugar de contador dos contos de Lisboa ocupado por João Lobato a Rodrigo Anes, contador do cardeal da mesma cidade, a seu pedido, e a quem o prometera em alvará antes da partida do referido cardeal para a

(5) PISANO, *Obra supracit.*, atribui influência decisiva, na harmonização das partes contratantes, ao deão de Santiago. Sobre a promulgação do Tratado informa ZURARA que «foron dados pregões per todo aquelle lugar onde a corte era com toda solempnidade que a tal feito compria e assi feitas cartas pera todallas çidades, villas e lugares daquelles rreinos, pera que fexessem apregoar per todallas suas praças e rruas prinçipaes a firmeza em que as ditas pazes eram feitas», tendo-se feito o mesmo em Portugal (*Crónica cit.*, caps. 5 e 6).

Cumprê sublinhar, porém, que não se refere ao presente Tratado a *Crónica del Serenissimo Príncipe Don Juan Segundo*, a qual narra assim o facto, que localiza no ano de 1411: — «En este tiempo vinieron embaxadores de Portugal al Rey Don Juan é á la Reyna su madre, la conclusion de los quales era demandando que, pues el tiempo de la tregua con Castilla se cumpla muy presto, les pluguiese dar paz perpetua á Portugal, que no era bien que entre Christianos hubiese guerra. Sobre lo qual hubo grandes altercaciones en el Consejo, é unos decian que era bien que la paz se hiciese para siempre, é otros decian que no era razon mas que se diese tregua por algun tiempo. El Infante dixo que le parecia que se debía ver si el Rey, su señor y su sobrino, tenia algun derecho al Reyno de Portugal, é si esto paresciese que era razon, de darles tregua quando mas por ocho ó diez años; é, si se hallase no tener derecho alguno, que bien podia dar la tregua por mas largo tiempo, ó perpetua si le paresciere. Y en esto se hubieron de detener los embaxadores, porque no se pudo bien determinar si el Rey Don Juan tenia derecho al Reyno de Portugal, é no. E la conclusion que en esto se tomó no se halló en escrito» (Edição da «Biblioteca de Autores Españoles», t. 68, p. 335). Alude ao tratado ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, parte 2, liv. 12, cap. 52.

Assente naquele que D. João II de Castela o ratificasse depois de feitos os 14 anos de idade, que completou em 6 de Março de 1419, sucederam-se as embaixadas portuguesas áquele país com essa finalidade em 1418 e 1419, o agitado Conselho de 1420, a vinda a Portugal do deão Don Alonso de Cartagena em 1421 e, enfim, a almejada ratificação régia em Avila, a 30 de Abril de 1423, como adiante se verá. Para a bibliografia portuguesa do presente tratado veja-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 22, nota.

corte de Roma, uma vez que ele indemnizara o Lobato com pão e dinheiro (1).

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 93.

Dom Joham pella graça de Deus rrey de Purtugall e do Algarue.

A quantos esta carta virem fazemos [saber] que a nos, pollo do cardeal de Lixboa, do nosso conselho, ante que de nossa terra partisse pera a corte de Roma, pormetemos, per aluara nosso, assynado per nossa maaõ, de dar a Rodrigo Anes, sseu contador, a contadoria que ha em os nos-

(1) O cardeal em referência é D. João Afonso de Azambuja ou D. João Esteves de Azambuja, sucessivamente bispo de Silves, do Porto, de Coimbra e arcebispo de Lisboa, de que foi nomeado cardeal pelo antipapa João XXIII a 6 de Junho de 1411, do título de S. Pedro *ad Vincula*. Tomou parte no concílio de Pisa (1409) e faleceu em Bruges a 22 de Janeiro de 1415, ao regressar de Roma (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja*, t. 2, pp. 502-503 e 459 e a bibliografia aí aduzida, e EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, p. 507).

No século XVIII, JERONIMO DE S. JOSE, *Historia chronologica... da SS. Trindade*, t. 1, p. 260, supõe que tivesse sido o antipapa João XXIII informado em 1410 do projecto de Portugal sobre o ataque a Ceuta pelo trinitário português Fr. Sebastião de Meneses, incumbido de prestar àquele as homenagens de obediência de el-rei D. João I. Recentemente, o illustre historiador belga Dom CHARLES-MARTIAL DE WITTE objectou criteriosamente: — «Il faut rejeter cette hypothèse, l'idée de conquérir Ceuta n'étant née à Lisbonne qu'après la conclusion du traité de paix avec la Castille (31 octobre 1411). Il nous paraît plus vraisemblable que Jean XXIII n'ait été mis au courant des plans portugais qu'à l'automne de 1414, par le cardinal Jean Esteves de Azambuja, archevêque de Lisbonne, et l'évêque de Porto, Ferdinand da Guerra qui se trouvaient alors auprès du pape à Bologne (H. FINKE, *Acta Concilii Constanciensis*, t. II, p. 301)» (*Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle*, p. 687, nota 1).

O presente documento prova que D. João Esteves de Azambuja se achava em Roma em Novembro de 1411, ou seja precisamente na ocasião em que D. João I se empenhava na luta contra os sarracenos, para a qual convidava ou aceitava o convite de Castela, a teor dos nossos DOCS. 7 e 9. É natural, pois, que estivesse então prevenido ou se prevenisse com a costumada bula da cruzada, na emergência de ser o convite aceite pelo país vizinho, pelo menos; porque, perante a negativa de Castela de guerra contra Granada, podia ele pensar já na campanha marroquina, depois de firmadas as pazes. E tal bula, desde que não tivesse pequeno prazo de validade, como o não tiveram por exemplo as bulas *Rex regum*, de 4 de Abril de 1418, de cruzada para Ceuta, e de 8 de Setembro de 1436, de cruzada contra Tânger, declaradas válidas por toda a vida dos respectivos monarcas (Cfr. SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 246 e 365), podia vir a ser utilizada em qualquer data do reinado joanino. Nem precisava o monarca, ao solicitá-la, de declarar a João XXIII, em 1411 ou em anos subsequentes, o segredo que manteve até à última

sos contos da çidade de Lixboa Joham Lobato, aconteçendo (2) de sse uagar.

E ora, porquanto fomos certo per PedrEannes Lobato e caualeyro, nosso uassallo, e per Martim Alho, jeenrros do dicto Joham Lobato, que o dicto cardell manda dar pam e djnheiros ao dicto Joham Lobato, em tall guissa que o dicto Joham Lobato e elles sam contentes e lhes praz de o dicto Rodrigo Anes auer a dicta contadaria; porem, fiando nos del e querendolhe fazer graça e merçee, teemos por bem e damollo por nosso contador em os nossos contos da dicta çidade de Lixboa, em logo do dicto Joham Lobato.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e a Gonçallo Roiz Camello, nosso contador moor, que esta em os dictos contos, e a outros quaesquer que esto ouuerem de ueer per qualquer guissa, a que esta carta for mostrada, que ajam, daquy em deante, por nosso contador em os dictos contos o dicto Rodrigo Anes, como dicto he, e lhe leixem auer o dicto ofiço e usar del sem nhũu embargo, emquanto em elle seruir, tal e tamanho mantimento e vistir quall o am os outros contadores que estam em os dictos contos. Vnde al nom ffaçades.

Dante em Lixboa, x dias de nouenbro. Elrrey o mandou, per Joham Affonso dAlanquer, seu uassallo e ueedor da ssua fazenda. Rodrigo Affonso a fez. Era de mjl e iiijº. e Rix annos. E lhe façam dar e pagar des o dia que começar de sseruir no dicto ofiço.

hora do assédio a Ceuta ou a que zona dos sarracenos se destinava a campanha projectada, que tanto podia desenvolver-se em Granada como em Marrocos, segundo a conveniência de momento. E assim, a desconhecida bula da cruzada para a conquista de Ceuta, publicada em Lagos pelo franciscano Mestre João Xira a 28 de Julho de 1415 (Cfr. o cap. 53 da *Crónica... de Ceuta*) pode haver sido obtida muito antes daquela data, porventura até em fins do ano de 1411, após o Tratado de Paz com Castela, pelo referido cardeal Azambuja, que então se achava em Roma bem como João XXIII.

Demais, comentando conversa havida em Santarém, em Janeiro ou Fevereiro de 1414, entre el-rei D. João I e seus filhos, sobre o feito de Ceuta em projecto, ZURARA diz remontar tal ideia a três anos antes: — «Ca, segundo achamos, des que neste feito primeiramente foy fallado ata aquelle pomto, eram passados melhoria de tres annos» (*Crónica... de Ceuta*, cap. 24). Tenha-se ainda presente a bula *Eximie deuocions* de 20 de Março de 1411, em nosso vol. 1, DOC. 147.

Também um dos conselheiros do duque de Holanda observava a este em 1414, supondo a sério o desafio do rei de Portugal: — «ca bem ha dous annos, disse hũu delles, que eu ouuy a hũu mercador que uijnha de Bruges que eram hy nouas que elrrey (de Portugal) fazia rrepayrar sua frota e mandaua fazer outra de nouo, com outros grandes corregimentos de guerra, de que sse perçebia calladamente. E, pois elle teem pazes feitas com Castella, bem sse mostra, segundo este trecado, que aa uossa homrra se fazia toda esta festa» (*Ibi*, cap. 28). E, no capítulo 63, o cronista põe na boca do monarca a afirmação de que «açerqua de seis annos que amda em este trabalho».

(2) No ms. *aconteçendo*.

7

1411

Concluído o Tratado de Paz entre Portugal e Castela, em 31 de Outubro de 1411, poucos dias depois de regressarem a Portugal os representantes de el-rei D. João I, a rainha de Castela solicitou-lhe o auxílio de 10 ou 12 galés para retomar a guerra contra Granada, no verão próximo.

FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, Porto, 1949, cap. 196, onde se reproduz a correspondência trocada entre Portugal e Castela quase na íntegra, mas com omissão da data, que parece cair indubitavelmente no ano de 1411, atendendo-se a este dizer do cronista: — «E dada fim aos negucios da paaz, a mui poucos dias que os mesegeiros a Purtuguall chegaram, logo a rainha», etc.

Asi como de hũa regra nasce outra, segundo dizem os letrados, asy desta paaz aos emtemdidos naceu duas cousas desejosas de saber. A primeira, se depois desta paaz asy feita foi requerido a elrrey de Purtuguall que lhe fizesse algũa ajuda e quomta e de que guissa e se lha feez ou prometeo e que reposta deu sobre esto. A seguunda, pois tais filhos, a Deus graças, avia de hũa parte e doutra, como se nam movia casamemto amtre elles, por ser moor liamça damor e bemquerença. E, comtentando algũ pouco os que esto saber querem, sabei que foy e nam tardou muito. Caa, loguo por experiencia provar quiseram se tinham nelle fiell amiguo, quejando os mesegeiros, per muitas vezes, tinham afirmado. E, dada fim aos negucios da paaz, a mui poucos dias que os mesegeiros a Purtuguall chegaram, logo a rainha screpveo hũa carta a elrrey, requeremdohe ajuda pera a guerra dos mouros, cujas rezoens eram estas.

Muy caro e mui amado e com todo o meu coraçaom bem querido irmão elrrey de Portugal. Eu, a sem ventura rrainha de Casteella e de Leom, madre delrrey e sua titor e rregedor de seus rregynos, vos envio muito saudar, como aquele pera que eu queria saude e vida quamta vos mesmo desejaes. Muy caro e amado irmão. Bem sabes como emviastes a mim, com vosa embaixada, sobre os feitos da paaz, Ioam Gomez da Silva e o doctor Martim do Sem, do voso comselho, e o doctor Fernam Guomçallvez Beleaguo e Alvaro Gonçalvez da Maia, vosos servidores. Eu, mui caro e mui amado irmão, trabalheime teer sobre ello, asy com o ifante meu irmão como com todollos do comselho delrrey meu filho, as melhores

maneiras que eu entemdy que compria pera bem de taes feitos virem a boa fim, de guissa que, a Deus muitas graças, a paaz he acordada amtre elrey meu filho e seus rregnos, e vos e os vossos pella guissa que me emviastes dizer. E esto, mui caro e mui amado irmão, screpvo porque Deus sabe que desta cousa ei mui grande comsolaçam e sam muito leda; e emtemdo iso mesmo que vos e a rrainha vossa molher, minha muito amada e prezada irmã, serees, per a Deus prazer, por esta paaz os grandes e bons dividos que amtre nos haa serem avidos e confirmados em bom e verdadeiro amor.

Porquoamto, muy caro e muito amado irmão, vos sabees bem como elrey meu filho tem começada guerra com os mouros de Graada (1), a quoa he desposto de continuar, prazendo a Deus, por seu serviço; e eu emtemdo que pera ella lhe comprira e hee muito necessario aver de vos ajuda de dez ou doze gales, pera o primeiro verão, em que se ha dita guerra de fazer ouver. Porem, mui caro e amado irmão, vos roguo afficadamente quoaanto poso que, por serviço de Deus e minha homrra e contemplaçam e por mostrardes por obra o bom desejo que eu sempre semty que vos a mim e a elrey meu filho avies, por rezaom dos grandes e boons dividos que amtre nos haa, vos praza doutorguar e fazer a elrey meu filho a dita ajuda, que vos certifico que elle vos fara outra semelhante, quoaando vos delle compridoiro for. Em esto, mui caro e mui prezado irmão, farees serviço a Deus e a mim obra de bom e verdadeiro irmão e amostrares a boa vomtade que a elrey meu filho e a mim sempre ouvestes e cousa que vos elle e eu muito agradeceremos (2). Muy caro e muy amado irmão. A Samta Trimdade vos aja sempre em sua guarda. Scripta etc.

(1) Ou seja de Granada.

(2) FERNAO LOPES sublinha ter a rainha em vista, neste convite, sondar sobretudo a boa disposição de el-rei de Portugal em relação ao de Castela, após o tratado de paz, então celebrado. Realmente, por duas vezes, nesta carta original, vertida pelo cronista em português, a rainha insiste no ponto, com nitidez bastante. Demais, Castela, embora estivesse a refazer seu exército, após o brilhante feito de Antequera, com mira em operações futuras contra o mouro granadino, havia assentado com ele trégua de 17 meses. E D. Fernando, tutor do monarca e principal governador do reino castelhano, empenhava-se então sobretudo em haver o trono aragonés, ainda à custa das receitas outorgadas pelas cortes para futuras guerras em Granada. Pelo que, a ele e, portanto, a Castela não interessava, de momento, reacender a luta com o sarraceno (Cfr. LAFUENTE, *Historia General de España*, t. 5, pp. 319-20, e BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, pp. 424-25).

Demais, como sublinha GIMÉNEZ SOLER, depois de entronizado em Aragão, no ano seguinte, pelos compromissários de Caspe, D. Fernando — «no pudo ejercer la soberania derivada de este cargo (de tutor de D. João II de Castela), porque los acontecimientos de la sucesión y la necesidad de tomar posesión de los Estados que heredaba, la rebelión del conde de Urgel y la extinción del cisma lo retuvieron acá los cinco años próximamente que ocupó el trono (*La Edad Media en la Corona de Aragón*, p. 192).

Elrrey recebeo mui bem o mesegeiro, mostramdolhe bom e gracioso guasalhado, por lhe trazer tall recado; e, per elle escreveo outra ha rrainha, em resposta, que dizia desta guissa:

Muy cara e muy amada, a que com todo noso coraçaom inteiramente bem queremos, irmã e amiga rrainha de Castela e de Leom. Nos elrrey de Purtuguall e do Alguarve vos enviamos muito saudar, como irmã e amiga, que muito amamos e prezamos e pera quem queriamos que Deus dese tamta saude e vida e homrra como vos mesma desejaes. Mui cara e mui amada irmã. Fazemosvos saber que vimos a carta que nos per Alvaro Gonçalvez da Maia, scripvam da vosa camara, emviastes; na quoall era comtehuo que vos avies trabalhado sobre os feitos da paaz, asy com o ifante voso irmão como com todollos do conselho delrrey voso filho, temdo com elles as maneiras milhores que poderees; em tall guissa que, a Deus graças, a paaz he comcordada amtre elrrey voso filho e seus rregnos e nos e os nosos rregnos, pela guissa que per nosos embaixadores vos enviamos dizer e que nos certificavees desto, porque Deus sabia que desta cousa avies gram consolaçaom e emtemdies que iso mesmo nos e a rrainha minha molher, vosa irmã, teriamos; porque, por esta paaz, os grandes e bons dividos que amtre nos haa seriam hunidos (3) e comfirmados em boom e verdadeiro amor. Muito amada e prezada irmã. Deus sabe que nos e vosa irmã a rrainha, minha molher, somos desta cousa muito ledos e gradecemos muito a Deus de amtre noos aver paaz, que gramde mall fora omde tam grandes e boons dividos como amtre nos haa ser guerra, nem outra cousa nenhũa que de maall fose.

Otrosy, muito amada e prezada irmã, ao que nos emviastes dizer [que], pois esta cousa asy era feita de sermos em paz, que noos bem sabiamos como elrrey voso filho era em guerra com os mouros de Graada, aa quoall era desposto continuar, por serviço de Deus e seu. E que porem nos roguavees que, pera o primeiro verão, em que se a guerra ouvese de fazer, fizesemos ajuda a elrrey voso filho de dez ou doze gualles, que lhe eram muito compridoyras. Mui prezada e mui amada irmã. Vos devees de ser bem certa que, pois a Deus aprouve tirar o embargo da guerra que amtre nos avia, que toda a cousa que nos, daqui em diamte, por vos e por elrrey voso filho, bem podermos fazer, que o faremos mui de graado, em tall guissa que, prazemdo a Deus, vos nos acharees bem e verdadeiro e direito irmãooo. E, destas gualles que nos mandastes demamdar, a nos praz, pera o primeiro verão, em que voso filho fizer guerra, de as mandar laa, em sua ajuda, mui amada irmã.

(3) Noutra lição, a do cód. 784 da BPMP: *serão avidos*.

Em fazendo a elrrey esta pedida e ajuda, nam se comtemtou seu grandioso coraçam, cheo de estremada grandeza, teella feita desta guissa, emtemdendo, pois lhe tamto aficadamente fora requerida, que os aficados roguos o complia[m] e costrangiam que a fizesse, o que era a elle pouca homrra e fama. E, loguo a pouca sação depois desto, sendo ja o ifante dom Fernando rrey dAraguão, tendo porem guovernaçam de Castella, como damtes tinha, este nobre rrey de Purtuquall, vendo tam devota comquista qual se daquelles rregnos contra mouros fazer queria, avendo gram desejo ao serviço de Deus e que o empacho que a Espanha recebia, de terem emfiees o rregno de Graada, fose de todo tirado, lhe enviou oferecer que, prazemdohe de guerrear e continuar sua comquista, que elle, por seu corpo e com seu poderio, o ajudaria mui de graado; e elle foy muyto ledo de tall embaixada e, despoemdose de a comprir, torvouho a morte, acabando seus dias (4).

E, depois de seu finamento, continuando em sua boa vomtade, este catoliquo prinçepe rrey de Purtuguall mandou fazer semelhante requerimento a rainha dona Catarina, madre delrrey de Casteella. A quoaillho agradeceo quanto emtemder podes; mas dise que ella era molher, a que nam pertenciam feitos de guerra e que elrrey seu filho nam era de tantos annos que em ella podese ser e que, por esto, lhe nam comvinha de se despoer a tall obra. E, depois que elle foy em tall idade pera reger seus rregnos e começou de conquistar os mouros, o nobre rrey de Portugal lhe enviou dizer e recomtar estes requerimentos pasados e porque nam ouveram efeito; e que, agora, pois que o Deus trouvera a perfeita idade e elle com samta e boa emtemção começava de fazer tall comquista, quemdoa continuar, que elle, per pessoa, com mui boa e sam vomtade, acompanhado de seu primogenito filho e dos outros ifantes e comdes de sua terra, o ajudariam a ella, declaramdohe loguo a maneira em que o emtemdia, com a graça de Deus, de fazer. E, se lhe pervemtura fose empacho ir elle per pessoa, que elle lhe mandaria seus filhos todos ou aquelles que, a seu bom prazer, milhor emtemdese de ser servido. E, desta e doutras vezes que lhe tall ajuda foy oferecida, sempre sua reposta era que lhe agradecia muito seus boons offerecimentos e que, a breve tempo, lhe mandaria a reposta: a quoaill, a breve espaço nem a

(4) El-rei D. Fernando I de Aragón faleceu a 2 de Abril de 1416, em Igualada (Cfr. por ex. BALLESTEROS Y BERETTA, *Obra e vol. cit.*, p. 492). Deste passo de FERNÃO LOPES se infere que tem fundamento histórico o relato de ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 7, seguidamente reproduzido. Pelo que pode datar-se o facto do ano de 1412, depois de 15 de Junho, sendo já D. Fernando rei de Aragón.

lomguo, de nenhũa veez foy enviada, emjeitando muy devaguar esta inteira ajuda, a quoll, a primeira, com grande triguança e pedidos, requeriam (5).

8

26 DEZEMBRO 1411

Carta de João Sem Medo, duque de Borgonha, a outorgar privilégios aos mercadores, mestres de navios, marinheiros e súbditos dos reinos de Portugal e Algarve em Flandres, especialmente na cidade de Bruges (1).

ANTT., *Casa da feitoria portuguesa em Antuérpia*, calxa 3, n.º 15, original em pergaminho, que teve selo pendente, — texto que se reproduz; *ibí*, n.º 17, na carta de confirmação de Filipe o Bom, de 20 de Fevereiro de 1421; BRUGES, STADSARCHIEF, *Stadscartularium, Ouden Wittenbouc*, fl. 94.

Publicado o original: por BRAAMCAMP FREIRE, *A feitoria de Flandres*, pp. 417 e ss.; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portuguezes*, vol. 1, pp. 83 e ss. Editaram a cópia de Bruges, com incorrecções: L. GILLIODTS VAN SEVEREN, *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges*, t. 1, pp. 483 e ss., n.º 589; e VANDEN BUSSCHE, *Flandre et Portugal*, pp. 173 e ss.

O documento foi resumido por B. FREIRE, *Lugar cit.*, pp. 339 a 341.

(5) Pelos modos, el-rei D. João I insistiu e reinsistiu, vezes várias, após o Tratado de Paz com Castela de 1411, para que fosse retomada a luta contra os mouros de Granada, sem qualquer êxito; o que marca, entretanto, a sua decisão de guerrear o sarraceno, inimigo do nome de Cristo, prelúdio bem nítido do futuro ataque à praça de Ceuta, sob a sua direcção e por sua iniciativa, em 1415.

(1) Sobre as nossas relações políticas e comerciais com os estados de Flandres e Brabante desde o início da nossa nacionalidade pode ver-se o bem documentado estudo de BRAAMCAMP FREIRE, *A feitoria de Flandres* e a bibliografia aí aduzida, a que adicionamos: EMILE VAN DEN BUSSCHE, *Mémoires sur les relations qui existèrent autrefois entre les Flamands — particulièrement ceux de Bruges — et les Portugais*; J. A. GORIS, *Étude sur les colonies marchandes méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*; JEAN DENUCE, *Rapports Economiques et Anciens entre le Portugal et la Belgique, e Privilèges Royaux Portugais accordés aux marchands flamands et allemands du XV^e et XVI^e siècle*; ALBERT DE BURBURE DE WESEMBECK, *Le Portugal et la Fortune d'Anvers e Les Belges au Portugal dans le passé e Une Colonie portugaise à Ostende*; L. GILLIODTS-van SEVEREN, *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges e Cartulaire de l'ancien consulat d'Espagne à Bruges*; e M. BRUCHET, *Archives départementales du Nord. Répertoire numérique*.

Jehan, duc de Bourgoingne, conte de Flandres, dArtois et de Bourgoingne palatin, seigneur de Salins et de Malines. A tous ceulx qui ces presentes lectres verront, salut (2).

Sauoir faisons que nous, desirans le proufit commun de noz subgiez de nostre pais de Flandres; considerans que, par le fait de la marchandise que honorables hommes les marchans, maistre[s] de nefz, maronniers et subgiez du rroyaume de Portugal font de leurs biens et marchandises quilz mainent et font conduire en nostre dit pais, par mer et par terre, et aussi quilz achatent en ycelui nostre pais et font mener et conduires, par mer et par terre, en leur pais et ailleurs, dont grans proufiz et biens viennent a noz subgiez et a nostre dit pais communement, pour le bien proufit et multipliement dicelui nostre pais et auancement de noz subgiez. Sur ce bien informez par nostre rreceueur general de Flandres et lescouthecte de nostre ville de Bruges, noz conseillers, et apres la remoustrance sur ce faite de la partie des bonnes gens des quatre membres de nostre dit pais de Flandres; eu sur tout meure deliberacion de conseil;

Auons, pour faueur et a la priere et contemplacion de messire Aluaro (3) Goncalves Coutinho, chevalier du dit rroyaume et nostre chambellan, pour les bons, notables et agreables seruices quil nous a faiz, par sa grant vaillance ou seruice de monseigneur le roy, en armes ceste presente annee a Paris et Saint Cloud, a lencontre de celui qui se dit duc dOrliens et autres ses aliez et adherens, rebelles et ennemis de mon dit seigneur de rroy et de nous (4); et, mesmement, a la poursuite et supplication des diz marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez du dit rroyaume et de plusieurs noz subgiez et bonnes gens de nostre dit pais de Flandres a nous sur ce faiz, par plusieurs foiz, afin quilz puissent plus aisieement et plus seurement faire et hanter leurs dictes marchandises,

(2) Sobre João Sem Medo veja-se o recente estudo histórico de JOSEPH CALMETTE, *Les Grands Ducs de Bourgogne*, pp. 104 a 180 e a bibliografia aí citada.

(3) No ms. *Oluaro*.

(4) «Morrera o Duque Filipe II em 1405, sucedera-lhe seu filho João, a quem deram o cognome de Sem Favor, e logo inicia as suas hostilidades com o rejente do reino de França durante a doença de Carlos VI, o Duque de Orléans. Em 1407 manda-o assassinar; em 1409 é perdoado pelo Rei e conclue pazes, mais aparentes do que reaes, com o filho da victima a quem, no outono de 1411, obriga á força armada a levantar-se de S. Cloud, d'onde ameaçava Paris. Nestes sucesos foi o Duque de Borgonha servido por um português, Alvaro Gonçalves Coutinho, o legendario Magriço (Sobre o Magriço vide *Portuenses illustres* de Bruno (sr. José Pereira de Sampaio), vol. I, p. 29 e seg.), a quem elle havia nomeado seu camarista. A Alvaro Gonçalves ficara grato o Duque pela grande valentia com que o servira naquella jornada e por isso, gostosamente aquiescendo ao seu pedido, concedeu aos mercadores portugueses que negociavam em Flandres uma ampla carta de liberdades e privilegios». (B. FREIRE, *A feitoria de Flandres*, p. 339).

aler, demourer et conuerser paisiblement par tout nostre pais. Donne, consenti et octroye, donnons, consentons et octroyons aus diz marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez dessudiz, pour eulz et pour les leurs, les poins, articles et franchises qui cy apres sensuiuent.

Premierement. Que les diz marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez du dit rroyaume de Portugal, leurs biens, nefz et marchandises et tous ce que a eulx et leurs dictes nefz appartient soient, des maintenant, sauf et seur et en nostre sauvegarde et seure protection; et que ilz mesmes, leurs nefz, biens ou marchandises ne soient pris, detenuz, empeschiez ne arrestez pour aucuns debaz entreprises ou malefaçons qui aient este faites ou temps passe ou qui aduenir pourroient, par guerre qui sourdre pourroit entre quelconque maniere de gens que ce feust par mer ou par terre es parties de Flandres, si auant que nostre pouoir et seigneurie de Flandres sextend, fors seulement de leurs propres debtes ou de leur propre meffait. Et que, ou cas que aucun deulx feust pris, quil soit tantost mene pardeuant nostre loy et que, se ilz peuent trouver pleiges souffisans audiz de la loy ou ilz seroient arrestez, dester a droit et a loy de ce que ou leur demanderoit que, parmy celle plesgerie, ilz soient desarrestez et mis hors de prison, en faisant droit et loy, selon ce que la loy du dit lieu donroit.

Jtem, que pour cause de ce que, ou temps passe, ilz ont troue si, comme ilz dient, deffaulte et grant encombrer es peseurs, quilz en aient vn qui leur pesera au droit et au juste pois dont on vsait en lancien temps, en nostre ville de Bruges, en donnant au vendeur et a lachateur le leur, justement et loyalment, comme ont ceulx de la nacion de Castille.

Jtem, que les marchans du dit rroyaume en nostre ville de Bruges et qui seront ordonnez chiefz de la dicte nacion puissent accorder et appaisier les debaz, demandes et discencions qui pourroient sourdre entre les maistres et maronniers pour escheuer les arrestz et empeschemens quilz pourroient ou voudroient faire lun sur lautre, se non en chose en laquelle nous eussions droit.

Jtem, que toutes manieres de marchans de quelque lieu quilz soient puissent sauement, par mer et par terre, venir en nostre pais de Flandres et acheter encontre les diz marchans de Portugal des marchandises quilz ont ou auront adenees et ycelles, sans empeschement, mener la ou jlz voudront, ainsi comme on a accoustume de faire en lancien temps.

Jtem, que les diz marchans de Portugal soient quictes et deliures en paiant a nostre coustume du Dam du millier pesant (5) comme font ceulx de la nacion de Castille.

(5) Como já observou o retrocitado autor, numerosos são os «costumes e custos», como lhes chamavam na época os portugueses, a que estes eram obrigados em Flandres: *le coustume du Dam* (Damme), *du millier pesant*, *le tonlieu et coustume*

Item, saucune nef, venant du dit lieu de Portugal, feust brisee par tempeste ou autre male aenture dedans nostre seigneurie de Flandres et ceulx qui dedans seroient perississent ou eschapassent et les biens feussent trouuez ou sauuez, en tout ou en partie, quilz soient rrenduz et rrestabliz aux marchans ausquelz ilz seroient, en paiant a ceulx qui les auroient sauuez conuenant coustemens, au dit de la loy de nostre ville de Bruges, aussi auant que on a acoustume au vivant de feu le conte Robert.

Item, sainsi feust que aucune nef de Portugal, puis le tour de le (6) Mue, eust mestier daide, pour la contrariete du temps ou daucune autre aenture, pour les nefz et biens sauuer, que les deuant diz marchans, maistres et maronniers puissent, sans fraude et sans mal engin, aler a bateaulx et a tout ce qui appartient a ycelles nefz et entrer et yssir pour le sauvement de la nef et de lauoir, sans estre de ce calengiez de par nous.

Item, quant les diz marchans auront paye le droit tonlieu et coustume de nostre ville de Bruges de leur auoir que, parmy ce, ilz puissent franchement passer a la porte de Lespee et en autre lieu a Bruges, sans ce que on rregarde en leurs huches ne en autres fermeures quilz aient aucunement que on souloit faire, en lancien temps, ou viuant du dit feu conte Robert.

Item, que les diz marchans, pour leur proufit, puissent faire vendre leurs marchandises, ainsi quilz ont acoustume du temps passe.

Item, que les diz marchans puissent, de nuyt et de jour, aler, par terre et mer, vers leurs nefz et lauoir de leurs nefz et arriere rretourner leur droit chemin vers leurs hostelz, portans espees et autres convenables armeures, sans meffaire et sans estre pour ce pris ne arrestez ne cheoir pour ce en aucune amende.

Item, que les diz marchans puissent lier et deslier leurs bales et rregarder dedans et des grans faire petites sans calenge ou empeschement, ainsi que peuent faire les diz de Castille.

Item, que les diz marchans puissent faire chargier leur auoir et deschargier, par nuyt et par jour, ainsi bien par les jours de festes et dimanches, comme par les jours ourables, a leur plaisir et volonte, sans calenge ou empeschement, comme les diz de Castille.

Item, que milles, nouvelles coustumees, autres que on souloit vser en lancien temps, ne soient faites ne ordonees sur eulx ne sur leur auoir.

Item, quilz soient quictes, en paiant de leur auoir courretaige et hostellaige, comme font les diz de Chastille.

de Bruges, le courretaige et hostellaige, les amenaiges et treauges (Lug. cit., pp. 325 e 340). Damme é no canal de Bruges, em S. Luls (L'Ecluse).

(6) Sint Anna ter Mulden.

Item, que a toutes les heures quil leur plaira jlz puissent sauvement, sans empeschement, traire hors de nostre dit pais de Flandres et aler en quelconque lieu quil leur plaira anecques leurs auoirs, leurs biens et marchandises et a tout ce qui a eulx appartient, en paiant ce quilz deuront.

Item, que les maistres et maronniers du dit rroyaume de Portugal puissent sachiez leurs nefz de l'Escluse au tour de la Mue et du tour de la Mue a l'Escluse, de nuyt et de jour, sans calenge, en paiant les vielzses coutumes.

Item, se aucunes nefz du dit rroyaume, venant en Flandres, au tour de la Mue ou en quelconque autre lieu ailleurs en nostre conte de Flandres, pour cause de tourment ou en autre maniere, eust mestier daide, par mer ou par terre, de gens ou de bateaulx ou dautres choses, quilz puissent estre aidiez et aidier lun lautre, de jour et de nuyt, ainsi comme bon leur semblera, sans peine et sans calenge.

Item, que les maistres et maronniers dessusdiz puissent, a toutes heures, metre et tenir leurs nefz au sec, a l'Escluse et ailleurs en la conte de Flandres, pour les rregarder, empoeyr et rrappareiller; et quilz puissent la terre cauer dessoulz ycelles pour les ensaonner, pour fondre sieuf et poy et dautres choses faire qui mestier leur feront, sans peine ou calenge et sans faire dommaige au dit sec ne a autrui.

Item, que les diz marchans, maistres de nefz et maronniers puissent metre et tenir leurs nefz deuant l'Escluse en rreng troys nefz despes partout la ou jlz trouueront lieu vvit, sans nulluy empeschier, et par especial sans empeschier le courant de leaue par ou les nefz entrent et yssent, sans meffait ou calenge.

Item, se aucunes nefz du dit rroyaume siglassent hors de l'Escluse chargees dauoir et, par fortune, rretournassent et preissent plus grant charge que deuant nauoient, que, pour ce, ilz ne soient tenuz paier tonlieu ne coutumes fors de lauoir qui de nouuel achate et charge auroit este.

Item, que les diz maronniers puissent acheter verges, mastz, aui-rons et tous autres ostilz pour leurs nefz et neecessitez, la ou mieulx leur plaira, et chargier en leurs nefz, payant les vielzses coutumes, sans congie et sans peine.

Item, que les diz maronniers et marchans qui vins auroient a l'Escluse ne soient tenuz ne constrains a donner au bailli de leaue ne a ses sergens aucun vin, se de grace faire ne le veulent.

Item, saucuns des diz maistres ou maroniers, venant vers nostre dit pais de Flandres ou partissans dicelui, en quelconque lieu que ce feust partist ains quil peust rrecueillir ses ancrs et ses caables et que depuis aucun les trouuast ou presist, que yceluit soit tenu de rrestituer aus diz maistres et maronniers les ancrs et caables, par lui paiant compectent salaire au dit de la loy du lieu ou trouuez seroient par ainsi que on peust monstrer souffissament qui ilz feussent a eulx.

Jtem, que les diz maronniers puissent abaissier et oster leurs verges et mastz quant nouvelles achate aurent, sans congie et sans amende, payant de ce quilz achateront les coustumes dancien temps acoustumes.

Jtem, se aucun du dit rroyaume de Portugal tancast ou ferist aucun autre et, de ce meffait, jl peust donner pleiges souffisans de ester a droit et loy, pour ce ne soit mis en prison et en soient rreceuz les pleiges, sil ne touche vie ou membre.

Jtem, quant les maistres, marchans et maronniers du dit rroyaume seront prestz de faire leur voiage et aucun autre vouldra faire aucune demande de debte ou de conuenance, quilz ne puissent estre arrestez ne empeschiez de leur voiage, baillant pleiges pour eulx de la quantite que on leur demandera.

Jtem, que se les boyes ou les caables a quoy sont amarez les nefz du dit rroyaume de Portugal se perdoient par auenture, que les maistres et maronniers dicelles nauires ne soient empeschees, ne calengees ne soustiengnent aucune peine pour celle cause, silz ne font dommaige a autruy.

Jtem, saucun leedsman de la dicte seigneurie de Flandres prenoit a son peril de mener aucune nef de la dicte seigneurie de Portugal a sauete a aucun port ou dit pais; et, par deffaulte du dit leedsman, la dicte nef presist ou ceulx qui dedans seroient y presissent dommaige, en corps ou en biens, par la deffaulte dicte, que le dit leedsman soit tenu de rrestorer le dit dommaige en son corps et en ses biens et ne rrecoive nul salaire de ce que promis lui aura este, mais que a ce soit obligiez.

Jtem, que les marchans, caoursins ou quelxconques ilz soient, qui chargeront aucunes marchandises es nefz de la seigneurie de Portugal, soient tenuz et contrains de paier les amenaiges et treauges petiz et grans, ainsi comme il sera contenu es chartres faites des diz affectemens et dadmenai-ges, selon la coustume de mer.

Jtem, que toutes foiz que en la ville du Dam arriueront les auoirs et marchandises de Portugal, aussi bien fer comme autre auoir de pois, que tantost quilz seront venuz, jlz soient coustumez et que on ne les face paier fors les coustumes, vielzses acoustumes.

Jtem, que ceulx de la coustume du Dam soient tenuz, de nuyt et de jour et touteffoiz que rrequis en seront, de coustumer les auoir des diz marchans de Portugal, quant jlz arriueront au Dam, en escutes ou autrement; parquoy jlz puissent, sans empeschement, passer a lEscuse et ailleurs la ou jlz vouldront.

Jtem, et se, par deffaulte de maree ou autrement, passer ne pouoient, quilz peussent leur auoir deschargier et metre en autres vaisseaulx, pour mener a lEscuse ou ailleurs par mer ou par terre, si comme mieulx leur semblera, paiant les coustumes anciennes acoustumes, sans y vser ou faire aucune fraude.

Jtem, que les marchans de la dicte seigneurie puissent vendre leurs vins au Dam, dedans leurs nefz ou sur la caye, sans mettre en celier et sans amende.

Jtem, saucun scuteman, rreceuant a l'Escluse des diz marchans vins ou autres marchandises, por mener au Dam ou ailleurs, feist dommaige, en buuant les vins ou autrement, quil soit tenu de rrestorer le dit dommaige au dit et serement du deuant dit marchand ou ainsi auant quil sera tenu par rraison.

Jtem, que les scutemans qui rrecoient des diz marchans fruit, fer ou autres marchandises, par compte et par nombre, soient tenez de les liurer a Bruges ou la ou jlz deurent, par compte et par nombre; et, se perte y auoit, les diz scutemans soient tenez de rrestorer la dicte perte au marchand, ainsi auant que les diz marchans pourront prouuer ou par leur serement jurer.

Jtem, que ceux de la crane de Bruges et du Dam soient tenez a deliurer aux marchans et maronniers de la dicte seigneurie, tantost et sans delay, quant rrequis en seront, coraulx et bateaulx pour deschargier leur auoir et mettre en lieu sauf; et que, tantost puis, que ilz seront venuz au crane, jlz soient guindez et mis en celiers, parquoy les marchans nen aient dommaige. Et, se ceux de la crane ne leur deliurassent tantost escutes et coraulx, que la loy du lieu les doit contraindre a les deliurer. Et, se par non vouloir deschargier, les diz marchans rrecoient aucun dommaige, les deuant diz de la crane soient tenez de rrestituer le dit dommaige au dit de la loy du lieu.

Jtem, que se aucun courretier ou hostellier de la seigneurie de Flandres ou autres quelxconques dont il soit achate aucunes marchandises ou auoirs de gens de Portugal pour certain pris, avec courretier ou sans courretier, et du dit marchie donne deuier dieu, quil soit tenu de les rrecevoir et prendre pour le pris quil les aura achatez.

Jtem, que se aucuns hosteliers ou courretiers de la seigneurie de Flandres achatoient aucuns auoirs ou marchandises de ceux de Portugal et ceulx auront veu et rregarde, a leur volente, les dictes marchandises, au temps quilz les achateront et ycelles auront chargees et enuoies en leurs hostelz, quilz soient tenez de paier toute la quantite et pris que monteront les dictes denrees, ne ne puissent dire ne opposer que les dictes marchandises ne soient mie bonnes; et, silz le dient, ne leur vaille ne ny puissent rretenir aus diz marchans aucune chose, mais soient tenez de paier entierement ce quilz deurent, sans nul empeschement ou contredit.

Jtem, se courretiers ou autres marchans quelxconques achatent fer, que, en ce mesme jour quil sera pese, le osteron du pois si ques il ne soit entremeslez avec le fer des autres marchans.

Jtem, que pour le sauement des marchans dessusdiz, leurs biens et nefz, jlz soient ordonnez encontre les costieres de Flandres sur la mer a

Dunkerke, Neufport, Oostende, Blankenberghe nouvelles lumieres et vureboetes, si comme ilz souloient estre ou vielz temps.

Item, saucun bailli, escoutece ou autres noz officiers viennent et font encontre les dictes graces et privileges, en faisant dommaige, constange ou autre oultraige aus diz marchans, quil soit tenu de rrestituer les diz dommaiges, ainsi auant comme rraison sera, et que, de leurs plaintes ilz soient tantost oiz et adreciez partie appelee et oye a sa defense.

Item, que les maistres et maronniers de la dicte seigneurie puissent mesmes laster leurs nefz, en paiant quatre deniers Parisis monnoie de Flandres pour chacun batel de terre de lastaige et se mestier auoient de lasteurs, quilz les puissent auoir pour tel pris, quilz accorderont ensemble avec les lasteurs ou, silz nestoient daccord, au dit de la loy de la Mue, pour raisonnable pris, ne se soient mis en calenge pour terre qui cherroit entre le batel qui donne le lastaige et la nef, par ainsi quilz y metcent vn bon grant drap entre la nef et le batel qui deliure le dit lastaige, en payant le droit a nous appartenant et sans dommaige faite a autruy.

Item, que les diz maistres et maronniers puissent tousiours trouver espace vvide a la largesse de deux bateaux a lescale Saint George et a la grande escale, pour venir a terre a tout leurs cocques et bateaux, ne ne soient empeschiez par escutes que y peuent estre.

Item, que ceux de la dicte seigneurie puissent querir, peschier et rrecueillir leurs ancrs a quoy se tiennent leurs nefz, se par auenture perdues estoient, avec aggrappes ou autrement, sans y faire fraude ou dommaige a aucun, sans calenge ou amende.

Item, saucune personne ferist ou tuast aucun de la dicte seigneurie, que correction ou pugnicion soit faicte par bannir ou autrement, comme a tel fait appartient, et en telle maniere que vn autre sen peust garder selon la fait et la coustume du lieu on le fait auendroit.

Item, que se aucun homme de Flandres doit argent a aucun de Portugal, en quelconque maniere que ce soit, et se voulsist partir ou fuir et laisser sa femme en son lieu, que on en fera aus diz marchans et maronniers droit loy et ayde, si comme aux bourgeois.

Item, saucun hostelier achate aucun auoir de ceux de la dicte seigneurie pour autruy, qui soit print ou non, quil soit tenu de payer au dit marchant la somme du dit achat ou quil soit tenu de admener le dit marchant et lui faire faire paiement du dit achat.

Item, que nostre ville de Bruges soit tenue de rrespondre pour les changeurs dicelle de ce que sera trouue en verite que les diz changeurs deuront aus diz marchans de Portugal, se faulte este trouue esdiz changeurs.

Item, saucun de la dicte seigneurie, venant ou estant en nostre dit pays de Flandres ou quel nous neussions aucun droit, a cause de bastardie, de forfaiture ou autrement trespasse de ce siecle son auoir, nen soit

empeschiez ne detenuz, ains soit deliure a celui a qui par rraison il appartient.

Jtem, saucun de la dicte seigneurie fai soit aucun mal, pour lequel il deust perdre vie ou membre, que pour ce jl ne puist perdre autre auoir que le sien propre. Et, se trouue estoit en verite quil eust auoir qui feust a autres marchans, que tel auoir ne soit pour ce detenuz ne empeschier toutes fraudes ostees.

Lesqueles poins, graces, articles et franchises dessus escriptes et chacun par lui nous, pour nous, noz hoirs et successeurs et noz subgiez, voulons estre tenuz bien et fermement aux dessus diz marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez du dit rroyaume de Portugal, sans enfraindre ou aler a lencontre a tousiours, mais perpetuellement se ne feust que pour aucune cause il nous pleust ces poins, graces et preuileges rrapeller. Laquelle chose nous pourrons faire touteffoiz quil nous plaira. Et, en celui cas, se nous les rrapellons, les dessusdiz marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez ouront apres icelui rrapel a eulx signifie troys mois despace pour vvidier paisiblement, hors de nostre dit pais de Flandres et juridicion, a toutes leurs nefz, biens et marchandises et tout ce que a eulx et aus dictes nefz appartendra, sauues les loys, privileges, franchises et ordonnances faictes et donnees par noz deuanciers et nous aux villes et bonnes gens de nostre pais de Flandres dessus dit, lesquelles entre tous autres cas et personne nous voulons du tout demourer en leur vertu. En tesmoing desquelles choses et, pour ce que voulons quelles soient bien et fermement tenues, par la maniere que dessus sont escriptes et decleres, nous aurons fait mettre et appendre nostre grant scel a ces presentes lectres.

Donne en nostre ville de Gand, le xxvj.^{me} jour du mois de decembre lan de grace mil quatrezens et vnze.

No verso e dobra do pergaminho. Par le conseil tenu, par vertu des lectres, par monseigneur le duc sur ce escriptes par monseigneur le conte Charrolois ou quel vous, les seigneurs de Montproux, de Colscamp, messire Guillaume de Halluin, chevaliers, Philibert, seigneur de Chantemelle, escuier, maistres Symon de Fourmelles, Daniel Alarts, Jaques de la Tanagerie, Anthoine de Vissoc et Thierry le Roy, Dine Rapponde, Robert de Caples, Dankart dOgierlande et autres du conseil de mon dit seigneur le duc estiez. (as.) J[ean] de Sauls (7).

(7) As nossas relações comerciais com Flandres remontam, ao que parece, pelo menos ao ano de 1194, segundo informe colhido em documento flamengo por VANDEN BUSSCHE, *Flandre et Portugal*, p. 47. O primeiro documento português que se lhes refere é a carta de D. Dinis de 10 de Maio de 1223, de confirmação de espécie de

1412

Após o Tratado de Paz com Castela, de 31 de Outubro de 1411, el-rei D. João I de Portugal oferece-se ao rei D. Fernando de Aragão, um dos tutores de el-rei D. João II de Castela, para cooperar na conquista do reino mouro de Granada.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 7. O cronista não data a missiva ou embaixada em referência, situada em 1412 pelo Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, t. 1, p. 292. Realmente, deve pertencer a esse ano; mas é posterior a 15 de Junho, data da nomeação do Infante D. Fernando, «el de Antequera», para rei de Aragão. Pois FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 196, ao referir-se-lhe e, depois de narrar o convite da rainha D. Catarina, que situa dias após o Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, escreve: — «E, logo a pouca sazão desto, sendo já o lfamte dom Fernando rrei dAraguão [...] este nobre rrey de Portugual [...] lhe emviou oferecer» etc. (Cfr. o DOC. 158).

Assi trazia o muy nobre rrey dom Joham prantado o amor da santa fee nas entranhas de seu coraçam que, tanto que aquella paaz teue cobrada (1), logo se trabalhou de maginar lugar e maneira como podesse fazer serviço a Deos, segundo tinha desejo.

E, porquanto o rregno de Grada lhe pareço mais azado pera a guerra que outro algum, fez saber sua entençaç ao iffante dom Fernando, porquanto os rreis de Castella tem assi aquelle rregno casi em sogeiçam, dizendo que he da sua conquista; que porem nam o deue guerrear nenhũa pessoa sem sua autoridade e mandado. E jsto ficou assi tanto em vso, des o tempo que os rrex dEspanha tinham os mouros antre sy, que ja agora comunalmente o am por direito.

bolsa de comércio projectada pelos mercadores portugueses em Flandres, Inglaterra, Normandia, Bretanha e Rochela (ANTT., *Gaveta 3*, maço 5, n.º 5, e, em leitura nova, *Extras*, fl. 237. Várias vezes publicada, nomeadamente por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, p. 22 e em «fac-simile»).

A presente carta de João Sem Medo foi confirmada por Filipe o Bom, em Gante, a 20 de Fevereiro de 1421, por Carlos o Temerário, no castelo de Hesdin, a 8 de Abril de 1469, e por Filipe II, a 14 de Setembro de 1560 (ANTT., *Casa da feitoria portuguesa...*, caixa 3, doc. 21). Ela constitui, assim, a base legal do nosso comércio com a Flandres no período henriquino.

(1) Alusão ao Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, — o DOC. 5.

E, tanto que aquelle rrecado foy ao iffante dom Fernando, deu em rreposta que os feitos de Castella estauam assi empachados, que elle, por entam, nom podia detreminar dereitamente a rreposta que naquelle feito ouuesse de daar e tambem tinha sua demanda começada por parte do rreino dAragam, a qual entendia proseguir ata auer comprimento de seu derecho. E que, por ello, tinha feitas tregoas com o rregno de Grada por certo tempo e que elle rrepousasse assi ata as ditas cousas serem findas; e que, se se a guerra com aquelle rreino começasse, que elle o faria saber e que entam poderia enuiar seu rrecado, por declaraçam de sua vontade, sobre a qual se teria conselho e lhe seria dada detreminadamente sua rreposta.

10

ANTES DE 22 AGOSTO 1412

El-rei D. João I manda o Prior do Hospital e o capitão Afonso Furtado à Sicília, cometer casamento à ex-rainha D. Branca com seu filho o infante D. Pedro, como estratagem para, à ida e à vinda, eles estudarem as condições militares de Ceuta (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 16.

Elrrey mandou logo chamar o priol do Esprital e fezlhe saber como sua vontade era de os enuiar a casa da rrainha de Cezilia com sua embaxada; empero, que seu principal fundamento e tençam era que elles deui-

(1) A mingua de cronologia segura na *Crónica da tomada de Ceuta*, distribuímos os textos que dela extratamos pela ordem que nos pareceu mais provável, com base em seu conteúdo e nos diplomas que ora se editam.

Em nenhum dos capítulos desta sua obra o cronista marca a data da presente embaxada. Como a diz enviada à «rainha da Sicília», parece-se deveria localizar entre Maio de 1410 e Julho de 1412, período em que teve a Regência da ilha D. Branca, filha de Carlos III, rei de Navarra, e viúva de Martinho da Sicília, rei de Aragão e da Sicília. Sucede, porém, que Fernando de Antequera, nomeado rei de Aragão em 15 de Junho de 1412, sem a representação em Caspe dos reinos marítimos de Sardenha, Maiorca e Sicília, em breve conseguiu do antipapa Bento XIII a investidura deles. E, quanto à Sicília, não só libertou D. Branca do assédio que lhe tinham posto os partidários de D. Fadrique ou Frederico de Aragão, conde de Luna e competidor do novo monarca aragonês, mas a conservou como governadora da ilha. (Cfr.: ZURITA, *Anales*

sassem a cidade de Cepta de todas as cousas que ante dissera. Porem que lhes mandava que se fizessem logo prestes pera seguir sua uiaagem. Pera a qual cousa logo mandou desembargarlhe dinheiros, pera algũs corregimentos que lhe fossem necessários, e mandou logo correger e aparelhar duas galles, as melhores que estauam em suas targaças, as quaes foram assy corregidas de todas as cousas, como se ouessem dandar darmada. E esto era porque, aalem da nobreza com que lhe conuinha de os enuiar, segundo seus embaxadores, queria que fossem de tal guisa apercebidos, que nam podessem rregeber algũ dano dalgũs mouros, se os achassem.

E mandou ajnda elrrey fazer muy nobres librees, de seu moto e deuisa, pera todos aquelles que nas ditas galles auiam de hijr; e jssó

tomo infract., liv. 11, caps. 7, 18, 19 e ss.; BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, pp. 487-88; e VALLS-TABERNER y SOLDEVILA, *Historia de Cataluña*, t. 2, pp. 34 e 35).

Nestes termos, a embaixada joanina em referência, de carácter meramente pessoal quanto a D. Branca, pode ser posterior ao ano de 1412 e é endereçada não à «rainha da Sicília», mas à regente ou governadora da ilha por el-rei D. Fernando I de Aragão, e em interesse particular dela, do seu casamento. ZURITA localiza-a no ano de 1414: — «Aula procurado, por el mismo tiempo, elRey don Iuan de Portugal, que el Infente (sic) don Pedro su hijo segundo casasse con la Reyna doña Blanca de Sicília: que primero se aula tratado que casasse con el Infante don Duarte hijo primogenito delRey de Portugal: y sobre ello aula sido embiado a Sicília por elRey de Portugal, Aluar Gonçalez Camelo Prior de Ocrato del Hospital de Sant Iuan, en el reyno de Portugal» (*Annales de la Corona de Aragón*, t. 3, parte 2, liv. 12, cap. 46). A respeito das preocupações e prevenções tomadas pelo rei D. Fernando na Sicília veja-se os caps. 44 e 52 do mesmo retrocitado autor.

Desde que não tenha havido duas embaixadas de Portugal à Sicília na época e pelo mesmo motivo, como não será provável, a presente, embora localizada, ao que parece, por ZURARA e ZURITA no ano de 1414, tem de se antecipar para o de 1412; pois, em carta original da rainha D. Branca, com sua assinatura autógrafa, endereçada a Fernando I de Aragão e datada de Catânia «a xxij dies de agost de la quinta jndicione del any de la jncarnacio de Nostre Senyor M.cccc.xij», se diz: — *son arribades açi dues galeres del rrey de Portugal, ab les quals nos tramet certs missatgers seus, ço es lo prior del Spital de Sant Johan, Dyago Furtado, capita maior del dit rregne, e un doctor en leys, appellat Lanzelot, requerint esser fet per nos matrimoni ab vn de sos fills, als quals nos hauem feta resposta que no fermarien matrimoni negun sens consultacio vostra e dels senyors rrey e rreyna de Nauarra, molt car pare e mare nostres (ACA., Fernando I, caja 7, n.º 1300)*. Portanto, com o Prior do Hospital Alvaro Gonçalves Camelo e com Diogo Furtado, capitão-mor do reino, seguiu também o secretário régio Dr. Langarote, a quem aludem vários documentos reproduzidos neste volume (DOCS. 2, 3 e 4). É possível que se reporte à referida expedição carta de 21 de Junho, sem indicação de ano, dos jurados e conselho da vila de Oriola ao rei aragonês, segundo a qual, por carta recebida de Cartagena, lhes constara *quei estol de Portugal era entre les Aguijes e Laezuya, quj es tres llogues de la dita ciutat de Cartagena*, o que lhe comunicam para que ele proveja *segons sera vostra merce* (ACA., Fernando I, caja 12, n.º 2291, original).

mesmo apendoar e atoldoar todas aquellas galles e, des começo ataa fim, de panos de suas cores; a quall cousa numca ajmda ataa aquelle tempo fora uista em nehũus nauios semelhamtes e, dalli auamte, o começaram de poer em huso ataa ora, que sse faz como ueedes. E, per este modo, foram assy as ditas gallees aparelhadas e corregidas e os embaxadores despachados, per tall guisa que, em breue tempo, começaram de seguir sua uiagem.

E, partimdo de Lixboa com aquella uoz e fama, chegaram sobre a çidade de Cepta, homde lamçaram suas amcoras, mostrando que queriam dar algũu descamsso a sua gemte. E o priol, asseemtado em sua gallee, assy como homem muyto sages e discreto que era, oolhaua muy bem todo o assemtamento da çidade, como quem sabia a fim por que o fazia. E o capitam, doutra parte, com gramde auiso, esguardaua sobre a praya, oolhamdo quall era mais liure das pedras, pera poderem em ella mais despachadamente sahir as gemtes darmas, quando uiesse a ora do mester. E, depois que foy noute, soldou, amdando em hũu batell, muy passamente, todallas amcorageens que eram darredor da çidade, de guisa que polla mayor parte foi de todo em conheçimento.

E, no outro dia, leuamtaram suas amcoras e seguiram sua uiagem. Desy chegaram ao rregno de Cezillia, homde era a rrainha, aa quall logo fezeram saber como alli eram. Porem que fosse sua merçee de lhes emuiar mandado da maneira que ouuessem de teer. As quaaes nouas, ouuimdo a rrainha, mandou que sse uiessem logo a sua corte, homde foram assy rreçebidos e agasalhados como comuijnha a embaxadores de tamanho prinçipe. E, leixando suas maneiras que cada hũu teem em seu senhorio como lhe praz, por guarda de seu estado, finalmente, depois que deram suas saudações da parte delrrey aa rrainha e apresentaram suas cartas de creemça, deram sua embaxada, per esta guisa.

Muito alta e muito exçellemte senhora rrainha. Nosso senhor elrrey dom Joham de Portugall uos faz saber per nos, seus embaxadores, como nos dias passados uossa alteza emuiou a elle, por rrezom do casamento de uossa senhoria com o iffamte Duarte seu filho; da quall cousa elle fora muyto comtemte, se o feito esteuera em aazo de sse poder acabar e lhe nam fora fallado primeiramente da parte da iffamte dona Caterina, jrmãa delrrey de Castella, por cuja rrezom nom podia começar cousa algũa em semelhamte auto, ataa que elle de todo fosse posto em fim de ssi ou de nom; quanto mais ajmda que aquelle casamento he muyto proueitoso pera ambollos rregnos, polla gramde discordia que sse tam lomgamente amtre elles seguio, a quall, posto que, a Deos graças, agora seja fijmda, per firmeza de pazes que amtre elles som trautadas, que por aazo deste casamento se firmaram muyto milhor. E que esta foy a causa prinçipall por que uossa embaxada nom ouue mais graçiosa rreposta.

Empero, que elle, comsijramdo a desposiçom de uossa hidade e como ho iffamte dom Pedro, seu segumdo filho, he hũu prinçipe dotado de mujtas

uirtudes, do quall uossa senhoria seria muy bem casada, que lhe prazeria muyto que o dito casamento se firmasse. Porem que elle uos rroga e emcomenda que uos esguardees muy bem como o dito iffante he seu filho e a muy rreal geeraçom de que desçemde, assy da sua parte como de sua madre, da quall o dito iffante, per seu meriçimento, nom falleçe algũa cousa, e como lhe sera dado tam grande casamento, como a exçelmeçia de seu grande estado comuem. E que, auido sobre todo uosso boom comselho, lhe emuiees uossa rreposta com effecto, creemdo que, aalem de seer uossa homrra e proueito, farees cousa que uos elle muyto agradeçera.

Sobre as quaaes pallauras, a rrainha disse que elles se fossem por emtom pera suas pousadas e que ella fallaria com seus comselheiros e que lhe daria sobrello sua rreposta. Todos aquelles grandes homeens que eram com a rrainha esguardarom muy bem como aquelles embaxadores delrey de Portugall eram homeens de grande autoridade e que, assy por ello como pollo muy nobre corregimento que leuauam, rrepresentauam muy bem a grandeza daquelle senhor que os la emuiaua; polia qual cousa poderam muy mall cuydar a dessimullaçom que jazia em aquelle feito.

Desy, começaram de trautar sobre aquella embaxada, da quall a rrainha era muy pouco comtemte; porquanto lhe parecia que seu estado rreçeberia abatimento, mandamdo ella primeyramente trautar casamento com ho iffante Duarte, que era herdeiro no rregno, e tornar a casar com ho iffante dom Pedro, que era sogeito a seu jrmão, por rrezam de sua primeira naçemça. Porem, rrespondeo aos embaxadores delrey como ella, por emtom, nom estaua em ponto pera dar rreposta a ssemelhamte feito, por algũs negoçios que tijnha em seu rregno, nos quaaes de neçesidade emtemdia trautar. Porem, que sse tornassem com boa uentura pera seu rregno e lhe saudassem elrey e a rrainha e toda a nobreza de sua geeraçom que com elle fosse em sua corte.

Os embaxadores, como quer que bem mostrassem que lhe prouera de leuarem outra melhor rreposta, nom curarom de rrepicar mais sobre aquella materia, porque bem sabiam que nom era aquella a principall cousa de sua primeyra uiagem. E porem espediramse da rrainha e metaramsse em suas gallees e tornaromse pera Portugall, mas nom lhe esqueçeo de chegarem outra vez açerqua da çidade de Cepta, fazendo algũu mais rrepouso que o primeiro, pera acabarem de todo o que lhe falleçera da primeyra uista. E, tall maneira teueram em todo, que lhe nom ficou nehũa cousa por temtar daquellas que a elrey prazia de saber. Algũs mouros daquelle çidade, que depois do filhamento della, comsijraram sobre a uimda destas gallees, maldiziam a ssy e a fraqueza de seus emtemdimentos, porque tam tarde conheçeram a sagazidade com que sse trautara sua destroiçom; e emtom se acordauam como uiram o prioll hir com sua gallee

ao longo da cidade assy ugarosamente, como quem sse trabalhaua de a esguardar com fememça. E assy chegarom a Lisboa. Empero, elrrey auia dias que estaua em Simtra e seus filhos com elle, afora o comde de Barçellos, que sse tornara pera sua terra, porquamto elle ja era casado e lhe mandara seu padre que sse tornasse pera sua casa.

11

22 NOVEMBRO 1412

Carta dos jurados e conselho de Iviça (Balears), dirigida a Fernando I, rei de Aragão, a rogar-lhe oiça G. Roig e Bernardo Nicolau, a quem e a outros habitantes da ilha roubaram 10 cativos, levados por nau flamenga e por outra portuguesa a Génova, onde foram vendidos, e a suplicar-lhe faça o possível por que sejam restituídos a seus donos.

ACA., Fernando I, caja 1, n.º 33. Original, em papel.

Molt alt, molt excellent e poderos princep e senyor.

Senyor. Humil e subiecta rreuerencia precedent. Com no haja molt que vna nau de flamenchs e altre de Portugal, en lo port dYuiça stant surtes, en la njt hora captada furtassen de les alqueries e possessions dalguns habitants dYuiça e ab si sen amenassen x catius dels dits habitants, los quals per aquells son stats venuts djns la ciutat de Genoua, segons sous certament jnformats, en fort gran dan dels dits habitants, dels quals eren; e, per aquesta raho, tots los senyors dels dits catius haj en delliberat de trametren a la vostra alta senyorja los honrats en G. Roig e en Bernat Njcholau, portadors de la present, los quals haujen bona partida en los dits catius per obtenjr ne lur justicia.

Emperamos daço, molt alt senyor, com les dites coses redunden no solament en gran e eujdent dampnatge dels senyors dels dits catius, mas encara de tota aquesta ylla; com pus humjlmnt podem, supplicam a la vostra rreal magestat e alta senyoria que los dits G. e Bernat dampnificats en la perdua dels dits catius e los quals curaran a la vostra celsitud les dites coses pus largament explicar, vos placia, per vostra merce, benignament e misericordiosa, reebre e exaudir, en manera que, migançant la vostra justificada potencia, puxen recobrar los lurs catius e aquesta vostra ylla

sia daçi auant de tals mals preseruada e aço, senyor, reputarem a singular gracia e merce a la vostra alta senyoria. La qual Nostre Senyor Deu, per sa jneffable potencia vulla longament prosperar ab exalçament de la vostra victoriosa corona, segons vostre desig.

Scrit en Yuïça, a xxij de noembre, lany de la natiuitat de Nostre Senyor M.cccc.xij. Senyor. De la vostra rreal magestat et alta senyoria humils vassalls e sotsmeses qui, besant vostres peus e mans, se comanen en vostra gracia e merce los jurats e consell de la ylla d'Yuïça.

No verso: Molt alt, molt excellent e poderos princep e senyor, nostre senyor lo rrey d'Arago.

12

23 NOVEMBRO 1412

Carta dos jurados e conselho de Iviça ao rei de Aragão, Fernando I, a solicitar-lhe faça justiça e que seja indemnizado Nicolás Abri, portador da presente, a quem nau portuguesa, que passou recentemente por Iviça, roubou dois cativos mouros.

ACA., Fernando I, caja 1, n.º 32. Original, em papel, com picos de traça.

Molt alt, molt excellent e poderos princep e senyor.

Senyor. Humil e subiecta rreuerencia precedent, exposam a la vostra rreal magestat e alta senyoria que, no ha molt, vna galera de portogaleses, la qual passa, no ha molt, per Yuïça, en lo port, furta e sen aporta ab si dos catius moros den Nicholau Abrj, habitador de Yuïça, portador de la present, en no poch dan del dit Njcholau, hoc encara de tota aquesta te[r]ra; per la qual raho, lo dit Njcholau ne acorre a la vostra senyoria per obtenjr ne la sua justicia.

Per que, molt excellent senyor, com pus humilment podem, supplicam a la vostra rreal magestat e alta senyoria que, per vostra merce, vos placia lo dit Njcholau benignament exaudir, en manera, senyor, que lo dit Anthonj Abri a ma de la vostra justificada e poderosa senyoria, puxa cobrar aço del seu e aço, senyor, reputarem a la vostra senyoria a singular gracia e merce. Nostre Senyor Deu, per la sua jnefable merce, vulla, senyor, prosperar largament de be en mjllor la vostra alta personà e ab exalçament de la vostra e vittoriosa corona, segons vostre desig.

Scrits en Yuïça, a xxij de noembre, any de M.cccc.xij.

Senyor. De la vostra rreyal magestat e alta senyoria humils vasalls e sotsmeses, quis comanen en vostra gracia e merce, los jurats e consell de Yuiça, vostres peus e mans besant.

No verso: Al molt alt, molt excellent, poderos e victorios princep e senyor, nostro senyor lo rrey dArago.

13

20 AGOSTO [1412-1415]

Carta de el-rei D. João I ao rei de Aragão, D. Fernando, a dar-lhe noticias da família real e a pedir as dele bem como a comunicar-lhe que envia Antão Martins, seu servidor, portador da presente, que vai tratar de coisas do serviço régio e próprias, e a rogar-lhe lhe dê facilidades, nomeadamente para passar a outras partes.

ACA., D. Fernando I, caja 13, n.º 2391, original em papel, com picos de traça.

Não leva o documento indicação de ano, tão-pouco apurável por o seu contexto. Dirigido, porém, ao rei D. Fernando de Aragão, deve situar-se entre Junho de 1412 e Abril de 1416; mas, como D. João I de Portugal ainda não usa nele o título de Senhor de Ceuta, talvez se possa localizar entre 1412 e 1415 inclusive.

Muytalto e muy noble nosso muy amado e muy preçado ssobrinho dom Fernando, pela graça de Deus rrey dAragom e de Çezilia.

Nos dom Joham, per essa meesma graça rrey de Portugal e do Algarue, uos enuyamos muyto ssaudar, como ssobrinho e amigo que muyto amamos e preçamos e pera quem queriamos que Deus desse tanta ssaude e vida e honrra como vos meesmo deseiaades.

Muy noble príncepe e noso muy amado e muy preçado sobrinho. Fazemosuos ssaber que, a Deus muytas sanctas graças, aa feitura desta carta nos e a rreynha mynha molher e todos nossos filhos, uossos amados e muy preçados sobrinhos, somos bem saaos e ledos e em boom ponto; e enuyamosuo dizer, porque sabemos que uos plazera delo. E rrogamosuos que asy o façades vos, que o mais ameude que poderdes nos façades ssaber, per uossa carta, do stado e ssaude uosa e da rreynha vosa molher, nosa muy amada e muy preçada sobrinha, e de uossos filhos, nossos muy pre-

çados sobrinhos. E faredes em ello a nos gram prazer e honrra e cousa que uos muyto gradeçeremos, por que hũa das cousas com que nos moor prazer auemos asy he ouuyr de vos e delles boas nouas.

Outrossy, muy nobre rrej amigo, uos plaza ssaber que Antom Martijnz, noso seruidor, portador desta carta, se uay ora allo, a esas partes, por adherençar algũas cousas que conprem a noso seruiço e outras suas (1). E porem uos rrogamos que, por nosa honrra, o ajades, emquanto em uossa terra for, el e todas suas cousas so uosa guarda e encomenda. E, quando de uoso rregno se quizer partir pera algũas partes, que lhe dedes uossa carta de passo, per que o leixem pasar pera fora della, el com todas suas coussas, que seiam taaes que nom sejam de gram ualor, liure e seguramente. E em ello seede certo que nos faredes prazer e honrra e cousa que uos muyto gradeçeremos. E o que nos por vos, muy de boom talante, faremos em taaes casos, quando uoso certo rrecado virmos.

Muytalto, muy nobre rrej, sobrinho amigo. Deus uos aia senpre em sua sancta guarda e encomenda e acreçente uoso stado.

Scprita em na çidade de Lixboa, xx dias do mes dagosto.

(as.) ElRey.

No verso: Ao muytalto e muy nobre nosso muy amado e muy preçado sobrinho dom Fernando, pella graça de Deus rrej dAragon e de Çezillia.

E, por letra de outra mão, coeva: delrrey de Portogall.

14

23 JANEIRO 1413

Carta de el-rei D. João I, pela qual faz mercê ao infante D. Henrique e a seu pedido da dívida contraída por João de Évora, seu contador, perante el-rei, como responsável pelo desvio da oitava parte da renda da sisa dos panos de cor da cidade de Lisboa, nos anos de 1408 e 1409.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 90. — Veja-se a carta henriquina sobre o mesmo assunto de 24 de Maio de 1413, — o nosso DOC. 16.

(1) Talvez Antão Martins Calado, armador, a quem se refere carta de quitação relativa aos anos de 1453 e 1454, publicada por P. de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, pp. 684-85.

Dom Joham, polla graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue.

A vos, veedores da nossa fazenda e aos nossos contadores e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer, ssaude.

Sabede que Affonso Anes, rrendeyro que foy da nossa cassa, teue de nos rrendada a ssisa dos panos de coor da cidade de Lixboa dous anos passados, conuem a ssaber, da era de mil iiij^o Rbj e de Rbij, por çerta contia que nos em cadaũu dos dictos anos avia de dar; em a qual rrenda ffomos çerto que se perdeo hũa grã ssoma de djnheiros, da quall Joham dEuora, contador do jffante dom Anrique meu filho, ouue e foy parçeyro aa oytaua parte, por a qual lhj mandamos fazer constrangimento e penhora em sseus beens por todo aquello que em a ssua parte da perda da dicta rrenda montasse. E ora o dicto jffante nos pedio que lhe fizessemos merçee da dicta diujda que ao dicto Joham dEuora montaua em a dicta oytaua parte que da dicta rrenda teue.

E nos, veendo o que nos dizia e pedia; teemos por bem e damoslhe todo aquello em que o dicto Joham dEuora he theudo e obrigado da perda da dicta oytaua parte da dicta rrenda.

E porem uos mandamos que, per os beens do dicto Joham dEuora, façades dar e entregar ao dicto jffante todo aquello que achado for que monta em a dicta oytaua parte da dicta perda que sse assi perdeo em a dicta rrenda. E mandamos a uos, dictos contadores que, sse sse mostrar que todallas dictas rrendas dos dictos dous anos ssom postas em rrolaçam ssobre o nosso thesouro que, per esta carta, lhe leuedes em despesa aquello que montar na dicta oytaua parte do dicto Joham dEuora de toda a dicta rrenda, ssem outro embargo que lhe a esto seja posto. E, em temunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, a quall mandamos que façades rregistaar em esses nossos contos da dicta çidade. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xxiiij dias de janeyro. Elrrey o mandou per Joham Affonso dAlanquer, sseu uassallo e ueedor da sua fazenda. JoanEanes a fez. Era de mill e iiij^o çincoenta e hũu anos.

15

10 MAIO 1413

Bula Apostolatus officium, do antipapa João XXIII, dirigida a Aimaro de Aureliaco, sacerdote professo da Ordem Franciscana, a nomeá-lo bispo de Marrocos, por morte de D. Fr. Diego de Jerez, seu antecessor.

AV., *Reg. Lat.*, t. 160, fl. 49, donde se reproduz.

Publicada no *Bullarium Franciscanum*, t. VII, n. 1297. Cit. por LUCAS WADDINGUS, *Annales*, ad. an. 1413, n. 6, e por P. ATANASIO LOPEZ, *Obispos*, p. 101. Este último autor, de pp. 4 a 99, refere-se documentadamente aos bispos dominicanos e franciscanos que, desde o séc. XIII, precederam em Marrocos D. Fr. Almaro, nomeadamente ao franciscano Fr. Lourenço de Portugal, bispo de Ceuta no século XIII.

Johannes etc.

Dilecto filio Aymaro de Aureliaco, electo Marrochiensi salutem etc. (1).

Apostolatus officium, quanquam insufficientibus meritis, nobis ex alto commissum, quo ecclesiarum omnium regimini presidemus, vtiliter exequi, coadiuvante Domino, cupientes, solliciti corde, reddimur et solertes ut, cum de ipsarum regiminibus agitur committendis, tales eis in pastores proficere studeamus, quj commissum sibi gregem dominicum sciant, non solum doctrina verbi sed etiam exemplo boni operis, informare commissasque sibi ecclesias in statu pacifico et tranquillo uelint et ualeant, duce Domino, salubriter regere et feliciter gubernare.

Dudum siquidem bone memorie Didaco, episcopo Marrochiensi (2) regimini Marrochiensis ecclesie presidente, nos, uolentes eidem ecclesie, cum ipsam vacare contingeret, per apostolicę sedis prouidenciam, vtilem et ydoneam presidere personam, prouisionem eiusdem ecclesie ordinacioni et disposicioni nostre duximus, ea vice, specialiter reseruandam, decernendo ex tunc irritum et inane, si secus super hijs per quoscumque, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter contingeret attemptari.

(1) É Fr. Almaro de Aurillac, franciscano e inglês de nação, o qual, como confessor da rainha D. Filipa de Lencastre, veio com ela para Portugal. Intitulado, nos documentos pontificios, *Aymarus de Aureliaco*, parece que seu nome completo teria sido João Almaro de Aurillac, pois, carta de el-rei D. João I de 20 de Maio de 1416, lançada em seu lugar, dá-lhe o nome de Fr. João. Sobre este bispo, que nunca deve ter residido em Marrocos, pode ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *Historia da Igreja*, t. 2, pp. 20, 51, 113, 598 e 599, e P. ATANASIO LOPEZ, *Obispos en el Africa Septentrional*, pp. 99 e ss. e 183 e ss. e a bibliografia aí citada, especialmente ESPERANÇA, *Historia Serafica*, onde se prova, entre outros factos, haver sido o dito prelado capelão-mor dos reis D. Duarte e D. Afonso V e abade comendatário do mosteiro de Pombeiro.

(2) É o franciscano Fr. Diego de Jerez. (Cfr. *Bullarium Franciscanum*, t. 7, n.º 496, e EUBEL, *Hierarchia Catholica*, t. 1, p. 342, cita. por LOPEZ, *Obispos*, p. 99, e ainda FORTUNATO DE ALMEIDA, *Historia da Igreja*, vol. cit., p. 603).

Postmodum, uero, ecclesia predicta, per eiusdem Didaci episcopi obitum, quj extra romanam curiam diem clausit extremum, pastoris solacio destituta, nos, vacacione huiusmodj fidedignis relatus intellecta, ad prouisionem eiusdem ecclesie celerem et felicem, de qua nullus preter nos, hac uice, se intromictere potuit siue potest, reseruacione et decreto obsistentibus supradictis, ne ecclesia ipsa prolixie vacacionis exponetur incommodis, paternis et sollicitis studijs intendentes, post deliberacionem quam de preficiendo eidem ecclesie personam vtilem et eciam fructuosam, cum fratribus nostris habuimus diligentem.

Demum, ad te, ordinis fratrum minorum professorem, in sacerdocio constitutum, cui de religionis zelo, litterarum sciencia, vite mundicia, honestate morum, spiritualium prouidencia et temporalium circumspectione alijsque multiplicium virtutum donis apud nos fidedigna testimonia perhibentur, direximus oculos nostre mentis; quibus omnibus attenta meditatione pensatis, de persona tua nobis et eisdem fratribus nostris, ob tuorum exigenciam meritorum accepta, eidem ecclesie prouidemus teque illi preficimus in episcopum et pastorem, curam et administracionem eiusdem ecclesie tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo in illo quj dat gracias et largitur premia, confidentes quod, dirigente Domino actus tuos, ecclesia predicta, gratia tibi assistente diuina, salubriter et prospere dirigetur grataque in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa.

Jugum, igitur, Domini tuis impositum humeris prompta deuocione suscipiens curam et administracionem predictas sic exercere studeas solite, fideliter et prudenter, quod ecclesia ipsa gubernatori prouido ac fructuoso administratori gaudeat se commissam tuque, preter eterne retributionis premium, nostram et dicte sedis benedictionem et gratiam exinde vberius consequi merearis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sexto jdis maij, anno tercio (3).

(3) O presente documento foi transmitido também ao cabido da igreja de Marrocos, *mutatis mutandis*, como se infere do seguinte lançamento em seu final, no registo do Vaticano: — «Simili modo dilectis filiis capitulo ecclesie Marrochiensis salutem etc. Apostolatus officium etc. Quocirca, discrecionj uestre per apostolica scripta mandamus quatenus eundem Aymarum electum, tanquam patrem et pastorem animarum uestrarum grato admittentes honore ac exhibentes sibi obedienciam et reuerenciam debitas et deuotas, eius salubria monita et mandata suscipiatis humiliter et efficaciter adimplere curetis. Alloquin, sentenciam quam idem electus rite tulerit in rebelles ratam habebimus et faciemus, auctore Domino, usque ad satisfactionem condignam inuolubiliter obseruari.

Datum ut supra».

24 MAIO 1413

Carta do infante D. Henrique, a dar por quite a João de Évora, seu contador, de dívida por ele contraída como responsável pela oitava parte do desvio de renda da sisa dos panos de cor da cidade de Lisboa nos anos de 1408 e 1409, ficando-lhe assim livres seus bens, penhorados por ordem régia.

ANTI, Chancelaria de D. João I, liv. 5, fl. 90. Veja-se, ao mesmo propósito, a carta régia de 23 de Janeiro anterior, o nosso DOC. 14.

Eu, jffante dom Enrrique, filho do muyto nobre rrey de Portugal e do Algarue, ffaço saber a quantos esta carta virem que o dicto ssenhor meu padre me fez merçee de todo aquello em que a ele era thudo e obrigado Joham dEuora, meu contador, per rrazom da rrenda da ssisa dos panos de coor da çidade de Lixboa que Affonso Anes, rrendeyro que foy da casa do dicto ssenhor rrey meu padre, teue arrendada, dous anos passados, a ssaber das eras de iiij^o Rbj e Rbij, na qual rrenda se no dicto tenpo perdeo hũa grã contia de dinheiros, da quall o dicto Joham dEuora foy parçeyro na oytava parte, pela qual ele foy costrangudo e ffecta penhora em sseus beens, segundo desto e doutras cousas faz mençom na carta per que me o dicto ssenhor rrey meu padre fez merçee da dicta diujda. E pediome o dicto Joham dEuora por merçee que lha quitase, pera ajuda de me serujr.

E eu, ueendo o que me pedia e querendolhe fazer graça e merçee, tenho por bem e quitolhe toda a dicta diujda e façolhe della liure e pura doaçom antre os viuos ualedoyra pera todo senpre. E mando que el nem seus beens e herdeyros que depois del vierem nunca, em nêhũ tenpo, por ello sejam demandados nem costrangudos em nêhũa guysa que seja; porquanto mjnha merçee e uontade he que el seja dello quite e liure majs firmemente que seer poder.

E mandamos a uos, contadores de meu ssenhor rrey meu padre, e a outros quaaesquer ofiçiaees seus que desto ajam dauer conheçimento, que façades rregistar esta carta ao pee da dicta diujda pera o dicto Joham dEuora dello auer ssua ssegurança e lhe fazerdes fazer entrega de to[do]llos beens que lhe, polla dicta rrazom, eram tomados ou penhorados. E ele tenha esta carta, pera sua guarda e certidom.

Dada em Santarem, xxiiij dias de maio. O jffante o mandou. Rodrigo Anes a ffez. Era de mil iiij^o Lj anos.

17

8 JUNHO 1413

Carta de João Scrivá, governador do reino de Valência, dirigida a Fernando I, rei de Aragão, em resposta a carta deste, do dia 1 do referido mês, na qual lhe ordenara libertasse o português Pero Eanes, por Scrivá mandado submeter a tortura, em que lhe partiram braço; a comunicar ao monarca vários pormenores sobre a detenção do Eanes, suspeito, por lhe haverem encontrado várias cartas prejudiciais para el-rei; a protestar contra os maus informes que lhe deram e a prometer não tomar qualquer resolução sobre o detido enquanto não receba nova ordem régia.

ACA., Fernando I, caja 1, n.º 245. Original em papel, com picos de traça.

Molt alt e molt excellent rrey, princep e poderos senyor.

De vostra excellencia he reebuda vna letra closa, ab sagell secret spatxada, data en Barchinona, lo primer dia del mes present e deius scrit, per la qual se conte com vostra senyoria es marauellada de la causa o raho per que detenja pres an Pere Yanyez, lo qual portaua les letres que daquests jorns vos, senyor, reebes de Portugal, com per aquelles nos mostras degues esser pres ne fet a aquell greuge ne donat turment, per forma que roman affollat e ques afferma que hauria fet mes jnduccio de maluolents de aquell que per zel de justicia e que si hi hauia justa causa ne deua consultar vostra senyoria, per que repuentme de les dites coses, me manats deliurar lo dit Pere Yanyez de la preso, restitujntlilo dan fet; e, si causa hi ha alguna legitima, aquella encontinent signifiqui a vostra senyoria; e, entretant, no sia per mj maltractat.

A que, senyor molt uirtuos, ab tota aquella humjlitat e subieccio que a vostra senyoria es deguda per mj, respon que estich ab sobirana congosa e desplaer e no sens admjracio e raho de la jnformacio a uos sobre aquest material donada e molt pus congoxat com vostra senyoria es axi edificada de mj, en special que yo, per jnduccio de persona al mon, sino per sola amor e zel de justicia, persegujs per calor de mon offici lo pus reprouat hom del mon e ja deu non haia ordenat.

E, per jnformar vostra senyoria de la veritat del fet, notifich a aquella humilment quel dit Pere Yanyez, qui da del material deius scrit en dies passats era haud en sospita del vostre batle general e mja e al qual se tenja

esment ans que anas a Portugal, sabut que era tornat; yo, per consell del dit batle e ab consultacio dels jurats e aduocats de la ciutat, procehi a capcio de la persona del dit Pere, que estaua amagat en la dita ciutat, en poder del qual foren atrobades alcunes letres jmplicants grans sospites de actes toquants vostra senyoria; de les quals lo dit batle certifica a vos, senyor, sens que en poder de aquell non fo vista ne trobada ne ell dix tenir ne letra qujs dreças a vostra senyoria del dit rrey de Portugal.

Et, com fos sabut que mes letres portaua ab si e que les hauia lexades fora la ciutat, en hun loch prope de aquella vna legua, appellat Torrent, fon trames per mj al dit loch. Et les dites letres foren trobades encloses, en vna escarcella del dit Pere, les quals com fossen vistes per los dessus dits e per mj e per aquelles e per moltes variacions que foren atrobades en lo dit Pere e aquell fos vist sospitos, ladonchs, a consell dels damunt dits, yo procehi a reebre confessio del dit Pere e com atesa la confes[io] e la tenor de les letres fos atrobada gran variacio, jmplicant contradiccio, per consell dels dessus dits e per ço com lo material toquaua vostra senyoria e per gelosia de mal tracte o barat, lo qual creem que y sia recelosos per lo temps en que som, axi com aquells que cobeiam e per uostre poder vetlam extirpar actes contraris a vostra senyoria e a nostre repos; exposi aquell a tortura, en la qual es veritat que, a colpa de saigs quj no son be experts, per mal ligar, fou trencat lo braç al dit Pere Yanyez, per occassio del qual he cessat a procehir, com haia fet curar aquell, ssegons que totes aquestes coses vostra senyoria pora clarament veure, per tenor dels actes sobre aço fets, los quals, closos e sagellats, tramet a vostra senyoria.

Nes pot, senyor, rahonablement presumjr quella on tals e tants com son los damunt dits han cabut se dela empenyer jnjqutit o calumpniosa persecucio, mas vera e catolica jntencio e per serujr de vostra senyoria e per vostra fidelitat, la qual es jnnada en nostres coratges. Et, ab veritat, es be digne de gran correccio e punicio quj a vostra rreal magnificencia gosa axi hedificar de vostres officials contra veritat, parlant ab humjl subgecio vostra. E crech que vos, senyor, hi prouehirets, per manera que nols diffamaran a tort. Et yo, senyor, he gran sospita que aço no sia procehit de homens la jntencio e esguart dels quals no es dreta a vos, senyor; e han temor que, sil proces del dit Pere anaua auant axi com fora [f]et, no descobris lo material de la sospita que daquell haujen los dessus dits officials e yo. Pero, senyor molt just, yo, per ensequjr vostres manaments, los quals he tan cars com la pupilla del meu ull, cessare de procehir pus auant tro sus per vostra senyoria me sia manat que fare. La qual mantega Nostre Senyor Deu en longa e prosperada uida e li done victoria de sos enemichs. Amen.

Scrit en Valencia, a huyt de juny, any M.cccc.tretze.

Senyor. Quj ab besament de vostres mans e peus humjllment me reco-man en vostra gracia e merce rregent la gouernacio de rregne de Valencia.

(as.) Johan Scriua.

No verso: Al molt alt e molt excellent princep e victorios senyor lo senyor rrey.

18

15 JUNHO 1413

Carta dos jurados da cidade de Valência a Fernando I, rei de Aragão, a rogar-lhe não creia tudo o que lhe dizem seus oficiais, pois os surpreendeu a carta de repreensão enviada pela monarca ao governador de Valência, por ele haver procedido contra o português Pero Eanes, visto o haver feito com conhecimento dos jurados anteriores e por motivo de cartas suspeitas, achadas em poder do dito português, sobre o que o governador lhe escreverá.

ACA., Fernando I, caixa 2, n.º 257. Original em papel, com picos de traça.

Molt alt e molt excellent rrey, princep e poderos senyor.

Vna letra de vostra excellencia, dreçada al rregent la gouernacio de aquest vostre rregne de Valencia, hauem vista per ostensio a nosaltres feta de aquella, per lo dit rregent; per la qual vos, senyor, jncrepats e sobre prenets aquell, per rraho dun procejment fet per lo dit rregent contra hun appellat Pero Yanyez, portogales, de quel dit rregent turbat e, no sens marauella, de la dita jncrepacio e reprensió comunjea del dit fet ab nosaltres. Per ço, car en lo procejment fet contra lo dit Pero Yanyez assistiren los jurats passats, predecessors nostres, per gran jnteres que han vist e rrahonablement de vostra senyoria, atseses moltes letres que foren trobades en poder de aquell, no hauents bona cara ne frega. Et los dits nostres predecessors, segons de aquells en viuua veu son jnformats, han cabut e assistit en lo dit procehiment.

Et ja Deu no vulla que, en la prosecucio del dit negoci, lo dit rregent hi haia fet sino ço ques pertany de bon jutge, no contrastant que vostra gran senyoria, sia jnformada e edificada en contrarj. Et perdone Deu a aquells quj en semblant manera jnformen vostra senyoria de coses de les

quals se pot mostrar lo contrarj, parlant ab humil e subiecta rreuerencia de vos, senyor. Sobre aço, senyor molt virtuos, nosaltres sentints nos per l'interes de nostres predecessors, quj, segons dit es, hi han assistit, hauem consellat al dit rregent scriua a vostra senyoria de la veritat dels dits affers, per edificar en ver vostra rreal consciencia, a esguard del dit rregent, segons pora veure per aquella. Supplicants vostra rreal malestat denye e placia a aquella per merçe no donar creença a tals o semblants edificacions de vostres officials quj, ab solida fe e ardent deuocio de vostra senyoria, se han vers los negocis e affers de aquella. Et quj a hull de les gents, son posats senyal a la ballesta. Tro que vostra senyoria mjl's sia de la veritat in formada. Et conserue Nostre Senyor vostra gran magnificencia en longa vida e prosperitat e l'j done victoria de tots sos enemichs amen.

Scrit en Valencia, a xv de juny, any mil quatrecents tretze. Senyor quj ab besaments de vostres mans e peus se recomanen en vostra gracia e merce los jurats de la ciutat de Valencia.

No verso: A la molt alta malestat de nostre senyor lo rrey.

19

[1413]

Carta de João Toreyó, mercador de Maiorca, a João Mercader, baillo geral de Valência, a informá-lo de que uma galé de Dom Murta e a nau régia que estava em Iviça aprisionaram, a 20 milhas daquela povoação, nau portuguesa ali chegada com 90 mouros peregrinos que seguiam para Bugia (1), no número dos quais consta estar Dom Benzernit, a qual se encontra detida em Porto Petro.

ACA., Fernando I, caja 3, n.º 412. Original em papel, sem data nem assinatura, enviado por João Mercader, baillo geral de Valência, a Fernando I, rei de Aragão, com sua carta de 9 de Setembro de 1413, — o nosso DOC. 20.

Senyors. Certiffichvos que la galera den Murta e la nau del senyor rrey que era a Yuiça an presa, xx. mjlles en les mars da Yujça, vna nau de portogaleses, quj hauja llenats en aqueix rregne entorn Lxxxx. anjmes

(1) Bugia era a conhecida povoação argelina, donde se importavam as velas.

moros pelegrins, quj ananen a Bugia, en lo nombre dels quals dien ques en Benxernjt. La galera e nau ab la nau presa son a Porto Petro.

Han haud gujatge del governador que pusquen venjr açi, per fer lur particio, que djn se quen coujnença de la galera e de la nau del rrey es que la nau haja hauer terç e lo mercader de la djta nau del rrey la vn terç e la galera laltre terç de la djta presa que han feta. Djnse, mas no es cert, quen lo gujatge los es dat loch que aci pusquen fer encant de ço que sen segujra serets ne aujsats.

20

9 SETEMBRO 1413

João Mercader, bailio geral de Valência, pede a Fernando I, rei de Aragão, autorize a libertação dos mouros que, com sua licença e depois de haverem pago todos os direitos, iam em nau portuguesa, acompanhada de outra castelhana e de galera de Maiorca, ilha em que foram detidos, alegando-se que nem todos possuíam a devida licença, o que não é certo, e junta parágrafo de carta de João Toreyó sobre o assunto.

ACA., *Fernando I*, caja 3, n.º 413. Original em papel.

Molt alt, molt excellent e molt poderos senyor.

Huy sic es sabuda noua com la nau del senyor rrey de Castella e la galera den Murta de Mallorca ab la nau de Portugal, la qual portaua los moros, als quals yo hauia donat llicencia e gujatges, com ells agen pagats an Francesch Surana, uostre tauleger per mj tots uostres drets, son en Mallorca; tjnch me per dit quels officials de Mallorca ne consultaran uostra senyoria; per ço, us supplich humilment que uos los manets delljurar. E com, segons alcunes letres de mercaders, los patrons de la nau e galera alleguen que alscons dels moros no portauen gujatges, yo, senyor molt excellent, uos certiffich que tots han gujatges de mon offici e tots han comptat ab ma cord e pagat a uostre tauleger. Sils patrons los han tolts e amagats llurs gujatges, aço saben ells; mas yo se quels los atorguj e fiu lljurar.

Per que, senyor molt excellent, sia uostra merçe manarlos delljurar; car ells no deuen esser deçebuts en uostra fe donada a ells portar ne pena,

mas yo qujls hauja enganats, ço que no cuyt hauer fet per la fe que yo deg a Deu e a uos. Car, en altra manera, aço seria pigor que guerra, car, en temps de guerra, les gens han raho de guardarse e nos poden guardar que sobre fe e gujatges de nostres officials sien apresonats e maltractats; supplichuos humjment que hi guardets la honor, jnteres e profit de uostra senyorja, la qual Nostre Senyor prosper ab victorja de uostres enemjchs, honor e longa vida. Amen.

Scrit en Valencia, a viiij de setember, 1413. Per aquesta raho son ja aqui en Gujllem Ferrer e lalcadj. Sia uostra merçe spaxarlos.

Apres, senyor, he vist en vna letra den Johan Toreyo, mercader de Mallorca, vn capitol de la materia, treslat del qual uos tramet dins la present. Sia uostra merçe prouehir tost en aquests fets.

Molt alt senyor. Vostre uassall e serujdor, quj besant uostres mans, humjment me coman en uostra gracia e merçe.

(as.) Johan Mercader, uostre batle general.

No verso: A la molt alta majestat del senyor rrey.

21

25 SETEMBRO 1413

Carta da rainha de Aragão ao rei D. Fernando I, a rogar-lhe tome para seu serviço ou a autorize a tomá-lo a Alvaro Mendes, filho de Lourenço Mendes, vindo do reino de Portugal por algumas queixas que dele tivera o monarca português, o qual era copeiro-mor da infanta e desejava viver agora com o rei aragonês.

ACA., D. Fernando I, caja 3, n.º 438. Original em papel.

Senyor.

Yo la rreyna beso vuestras manos e me encomjendo en vuestra merced.

Senyor. Aluaro Mendez, fillo de Lorenzo Mendez, del rregno de Portugal, es venjdo aquí por algunos enueyos quel rrey de Portugal ha haujdo contra el; el qual Lorenzo Mendez era copero mayor de mj ssenyora la infante. Et agora, si fuese vuestra merced, querria beujr con vuestra senyoria.

Supplicovos que, por contemplacion de los serujcios quel dicto Lorenzo Mendez fizo a la dicta infante, lo querades prender de vuestro serujcio o darne ljcencia, senyor, que lo prenga yo. Et aquesto, senyor, vos tenrre

en gracia e merce. Et Nuestro Senyor Dios sia guarda e proteccion todos tiempos de vuestra rreal corona, segunt deseades, amen.

Dada en la ciudat de Leyda, dins nuestro ssiello secreto, a xxv de ssetiembre enel annyo de M.cccc.xiiij.

(as.) La Reyna.

A mj ssenyor el rrey de Aragon e de Sicilia.

22

7 OUTUBRO 1413

Carta dos cónsules da vila de Perpinhão ao rei aragonês Fernando I, a comunicar-lhe, entre outras coisas, haver chegado ali um gentil-homem português dito Gomes Pais, que se lhes tornara suspeito; e que, detido, apuraram segue para Itália, enviado por D. Afonso I, primogénito do rei de Portugal, com cartas de crença para um bispo e para João de Malatesta e com instruções sobre contrato de casamento, de que é promotor Bernardo de Fortia, entre o dito D. Afonso e a duquesa de Milão, irmã do rei Lancelau.

ACA., *Fernando I*, caja 3, n.º 465. Original em papel com picos de traça.

Molt alt e molt excellent princep e molt poderos senyor.

Ab aquella humjl e subiecta honor e reuerencia ques pertayn, notifficam a la vostra molt excellent senyoria, com nosaltres, entenents ab esuehlada cura tant com possibilitat basta, als passants per aquesta terra de frontera, per raho del temps sospitos que tenjm, ses segujt que jr, que fon diuenres, peruench an aquesta vila, vn gentil hom portugales, appellat Gomez Pays; lo qual, per ço com en sa venguda se mostra esser sospitos, com entras ab la cara cuberta e fahes de si matex algüs altres continents sospitosos; feta de aço denunciacio a nosaltres, lo fahem arrestar per vostres oficials.

E apres, volents saber ell quj era nj on anaua nj per que anaua; presents vostre batle general de Cathalüya e lo balle de aquesta vila, en Johan de Ribesaltes, conseruador maior de vostro patrimonj, e algüs juristes, fahem nos venjr lo dit Gomez. Lo qual, jnterrogat per nosaltres, dix que anaue en Ytalia, trames per don Alfonso, fill primogenjt del rrey de Portugal, e no volent nos dir la causa per que era trames.

Yatsia ne fos jnstantment per nosaltres e aquest volgues veure les scriptures que portaue e trobam, senyor molt excellent, que ell portaue letres de creseença en Ytalia, en vn bisbe e a mossen Johan de Malatesta. Portaua axi matex algunes instruccions quj, segons paria, contenjen ço que ell deuja explicar en virtut de la creseença a ell comanada. E eren les dites jnstruccions formades sobre algü tracte de matrimonj qujs mena e del qual es stat promouedor mossen Bernat de Fortia, entre lo dit don Alfonso e la duquesa de Mjla, sor delrrey Lançalau. De les quals jnstruccions hi hauja algunes formades per part del dit don Alfonso e altres formades per part del dit mossen Bernat de Fortia. De la lectura o vista de les quals, lo dit Gomez jatsia per nosaltres lj fossen dites de bones paraules escusatiues de ço que fahiem, per raho del temps sospitos que tenjm, se rete es mostra molt agreujat e fello.

Après, molt excellent senyor, notifficam a la vostra molt excellent e alta senyoria com nosaltres, quj continuament tenjm nostres spies en les parts de Gascunya e de Tolosa, per raho de les grans fames que, per molts dies passats han trebaylat del ajustament e venguda de part deça de gent darmes, en socors de Jayme dUrgell, hauem cobrades daquelles de poch dies en ça tres, quj tots concordantment han reportat que en nagüa daquelles parts no son aplegades companyes darmes algunes, quj sien dalgun caler e lo deurer que hauem cobrat ha camjnat tot lo comtat de Comenge segujnt dun en vn tots los lochs on hoya dir que hauja gent darmes e aquest diu e reporta que en tot lo comtat de Comenge ell no ha trobade gent darmes aplegada, sino en vn loch qujs apella Martres, on troba mossen Aymerich de Comenge ab xxx o xxxv rossins, quj, segons lj fon dit, era ab la dita gent applegat per fer la serca del dit comtat de Comenge; e, en vn altre loch qujs appellat Rengatges, troba lo senyor de Campayanch ab L. rossins o entorn e ab xv o xvijj homens a peu disent aquest que vol morir, si en tot lo dit comtat de Comenge ha de present altre gent darmes aplegada mas auant sen apres de uers Tholosa diu que aquj ha trobades les fames acostumades, les quals, en veritat, senyor molt excellent, cresem nosaltres ques meten mjsterialment per algüs quj son aquj del dit Jayme dUrgell. E la deitat jncreada, senyor molt excellent, conserua la vostra molt gran e alta senyoria a sos pobles per multiplicats anys tostemps ab fruicio de tota prosperitat.

Scrit a Perpenya, a sat (*sic*) de octobre del any M.cccc.tretse.

Senyor. Vostres humjls vassals e sotmeses, quj besant vostres mans e peus, se comanen en vostra gracia e merce.

Consols de la vila de Perpenya.

No verso: Al molt alt e molt excellent princep e molt poderos senyor lo senyor rrey.

23

13 OUTUBRO 1413

Carta do primogénito de Aragão a el-rei D. Fernando I, seu pai, a remeter-lhe carta do rei de Portugal, a qual abrira, lera e novamente fechara.

ACA., D. Fernando I, caja 3, n.º 495, original em papel com picos de traça.

Posto o presente documento em si mesmo nada adiante nas relações de Portugal com Aragão em tempo de Fernando I, cotejado porém com outros textos, diplomáticos ou narrativos, pode fornecer data aproveitável.

Molt alt e molt excellent princep e poderos senyor pare e senyor meu molt car.

Vna letra quel rrey de Portugal tramet a vostra excellencia es venduda en mans mies, la qual creent que y hagues coses requirents necessaria e cuytada prouisio, he desclosa e legida e puyt tornada cloure e la qual a vostra senyoria tramet dins la present jnclusa.

Per que, molt excellent senyor, notifich ho a vostra excellencia, la qual lo Creador de totes coses faça viure e regnar longament ab crexement de sa reyal corona.

Scrit en Barchinona, a xiiij dies de octubre del any M.cccc.xiiij.

(as.) Alfonsus Primogenitus.

Senyor. Lo vostre humjl primogenit, que besant peus e mans, se comana en vostra gracia e benedicio.

No verso: Al molt alt e molt excellent princep e poderos senyor pare e senyor meu molt car lo ssenyor rrey.

24

25 OUTUBRO 1413

Carta de João Otger, governador de Iviça, a Fernando I, rei de Aragão, sobre nau portuguesa, detida em Setembro por nau castelhana e por galera maiorquina, a qual transportava 85 mouros de

València para Bugia, com seguro do bailio geral de València, e foi levada para Maiorca.

ACA., *Fernando I*, caja 5, n.º 844. Original em papel.

Molt alt, molt excellent princep e poderos ssenyor.

Senyor. A vostra alta senyoria certifich com, en lo mes de ssetembre prop passat, carregant de sal en lo port de Yuiça vna nau castellana appellada del rrey de Castella, patronejada per Johan Periz de la Barreca, arribas en lo dit port vna nau de portogalesos, la qual partia de Valencia per anar en Bogia; la qual portaua vuytanta cinch moros, entre moros, moras e jnfans, ab lurs bens e mercaderias sesdeuengues que partint se la dita nau de portogalesos del dit port de Yuiça, per continuar son començat viatge a Bogia, guiada e assegurada per lo vostre batle general de Valencia, la dita nau castellana ensemps ab vna galera den Murta de Mallorques, que entraua en cos li isqueren fora lo port e pengueren aquella e la sen manaren en Mallorques.

E, segons se diu, la dita galea, per manament vostre, torna la part quen hauja rebuda; la dita empero nau castellana nj lo mercader genoues de la dita nau, qujn lhauja la terça part, non volgueren res restituhir, ans vjngueren açi en Yuiça, axi la dita nau castellana com la dita galea e, carregant o stant la dita nau en lo dit port, no contents que eren guiats per la franquesa de Yuiça, per raho de la sal en menys preu de la vostra ssenyoria, isqueren en terra ou no eren guiats lo patro ab si xxviij armats ab lo bateu e feyen en terra venderia o rescats dels dits moros.

E yo, qui aço sabi, primo offici e a jnstancia e requesta den Pere Nicholas, scriua vostre, e ali de Bellujs, alcadi per vostre senyorja sobre aço tramesos secretament, prouehi axi, per terra com per mar, ab lo patro de la dita galea que yo pogues hauer lo dit patro ab tota la companya del bateu, pensant que pus yo hagues lo patro e tanta companya haurja la nau ab tota la presa; e de fet, ssenyor, axis segui, que yo hague lo dit patro ab tota la dita companya sua quj son en nombre xxviiij. E los quals tinch açi presos e ben guardats, pero no poguj hauer la nau, com se leuas cuytosament del port tallant e lexant les ancores en mar.

Per que, molt alt ssenyor, de totes les coses damunt dites ab les presents, consult la vostra alta ssenyoria. Per ço que en aquelles prouescha segons que li plaura. Lo jneffable Emperador celestial, per lo jmperi del qual los rreys regnen e los princeps ssenyoirein de la terra, per sa misericordia vulla prosperar la vostra alta persona per molts anys victorjosa-ment, segons vostre desig.

Scrita en Yuiça, a xxv. de octubre del any de la natiuidat de Nostre Senyor M.cccc. xiiij. Jtem, senyor, lo dit Pere Nicholas jnformara largament de totes les dites coses e altres. Vostre senyoria sia de vostra merçe darli fe e creença de tot ço e quant de part mja a vostra excelsitud explicat sera.

Senyor. De la vostra rreal magestat e alta senyoria humil vassal e sotsmes, quis comana en vostra gracia e merçe.

(as.) Johan Otger, gouernador de Yuiça.

No verso: Al molt alt, molt excellent, poderos e victorios princep e ssenyor nostre senyor lo rrey dArago.

25

19 DEZEMBRO 1413

Letras Pij patris affectu do antipapa João XXIII, dirigidas ao doutor Nicolau de Lapis, colector apostólico nos reinos de Portugal e Algarve, a ordenar-lhe não obrigue o Mestre e freires da Ordem de Cristo a pagar a quota das dízimas imposta ao clero de Portugal, pois eles têm colocado seus bens e pessoas ao serviço da Igreja nas guerras contra os cismáticos, e a declarar nulas quaisquer sentenças por ele proferidas contra os membros da dita Ordem, por tal motivo.

AV., Reg. Lat., vol. 172, fl. 305 v.

Johannes etc.

Dilecto filio Nicolao de Lapis, legum doctori, fructuum et proventuum in regnis Portugalie et Algarbij camere apostolice debitorum collector, salutem etc.

Pij patris affectu debemus esse studiosi pro filiis, maxime sub religionis habitu contra infideles seu catholice fidei hostes solícite pugnantes et, more bonj pastoris, eis ab imminetibus ipsis grauaminibus, quantum nobis possibile fuerit, releuare.

Sane peticio carissimj in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, et dilectorum filiorum Lopi Didaci de Sousa, magistri et fratrum ordinis milicie Jhesu Christi nobis nuper exhibita continebat quod tu, quem alias eciam ad petendum et exigendum certam decimam per nos dilectis filijs clero Portugalie et Algarbij regnorum, in subsidium camere apostolice, tunc impositam per alias nostras litteras deputauimus, ab eisdem magistro et fratribus certam quotam huiusmodi decime tunc expressam pro rata, ut dicebas, ipsos de huiusmodi decima contingentem, vigore dictarum litterarum, exigere (1) conabaris.

Cum autem, sicut eadem peticio subiungebat, magister, quj eiusdem regis consanguineus est, et fratres prefati, non absque personarum suarum periculis, magnas expensas in guerris que per quosdam potentes scismaticos eisdem regnis, occasione scismatis quod in romana ecclesia vigeat, eciam in seruicium eiusdem ecclesie assistentes fideliter et constanter ipsosque adhuc continue, iuxta eiusdem milicie decenciam, sumptus subire (2) oporteat eis quodammodo intollerabiles incessanter, ad quos fructus, redditus et prouentus dicte milicie vix sufficiunt, quj propter guer[r]as prefatas necnon mortalitates et alia inconueniencia que ipsa regna plurimum afflixerunt, fuerunt et sunt non mediocriter diminuti.

Nos igitur, desiderantes eosdem magistrum et fratres absque quocunque grauamine Domino, sub pacis dulcedine, famulari ac consideracione dicti regis nobis super hoc humiliter supplicantis, huiusmodi regis et eciam magistri et fratrum prefatorum in hac parte supplicacionibus inclinati, discrecionj tue per apostolica scripta mandamus quatenus ab eisdem magistro et fratribus, pretextu dictarum litterarum quoad contribuendum per ipsos in solucione predictae decime, cum huiusmodi clero nichil penitus petas uel exigas aut eciam recipias, quousque a nobis aliud habeas in mandatis. Nos enjm irritos decernimus et inanes omnes processus necnon excommunicacionis, suspensionis et interdicti sententias, si quas forte premissorum occasione hactenus, per te uel alium tulisti seu tuleris aut forsan contra eosdem magistrum et fratres promulgari contigerit in futurum.

Datum Laude, quartodecimo kalendas januarij, ano quarto.

(1) No ms. *exigere*.

(2) No ms. *subijre*.

[1413 - 1414]

Festejos promovidos em Coimbra pelo infante D. Pedro a seu irmão D. Henrique e por este em Viseu àquele, antes da ida para Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 23.

O facto, não datado pelo cronista, é localizado por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 3, p. 487, no ano de 1414, e por GAMA BARROS, *História da Administração*, t. 2, p. 405, e t. 9, p. 97, pouco antes de 1415. Relacionando, porém, este capítulo com os que o precedem e o seguem, parece deverem situar-se os acontecimentos aqui narrados em 1413 e 1414.

O espaço foy pequeno que os iffantes esteueram em Euora (1); porque, tanto que souberam que seu padre era em Samtarem, loguo partiram daquella çidade e se foram pera elle, homde seu ajuntamento nom durou muito, porque o iffante dom Pedro e o iffante dom Hamrrique se foram loguo pera suas terras (2). E elrey e o iffante Duarte ficarom alli, dando auimento mais trigoso aas cousas começadas do que sse ataalli fezera.

E o iffante dom Pedro e o iffante dom Hamrrique teueram tall maneyra em seu caminho que, sse o desemfadamento de rriba dOiana foy grande, aquelle nom foy menos; ca, tanto que chegaram a Coymbra, loguo o iffante dom Pedro fez buscar quamtos desemfadamentos se poderam achar, pera folgança de seu jrmão e sua; e com esto grande abastança de uiandas, de que sempre foram gouernados emquamto esteueram per as terras do iffante. E per semelhante fez o iffante dom Hamrrique, tanto que emtraram na comarca da Beyra, homde elle tijinha seu senhorio (3).

Mais fez ajmda o iffante dom Hamrrique, por acreçemtar seus desemfadamentos. Ca hordenou logo como sse fizessem hūuas nobres festas em Viseu, pera as quaaes mandou comuidar o comde de Barçellos

(1) No capítulo anterior o cronista deixara os infantes D. Pedro e D. Henrique em Évora.

(2) Por onde os dois parece que passaram quase todo o ano de 1413.

(3) Ou seja suas terras patrimoniais.

seu jrmãao com todollos senhores bispos, fidallgos e outros boons homeens que auia em aquella comarqua. Aos quaaes fez saber como aquellas festas se auiam de começar em uespera de Natall e auiam de durar ataa dia dos Rex. Porem, que lhes prouuesse de teerem tall maneyra em sua uijmnda, que aaquelle tempo fossem alli, ou primeyramente, se o fazer podessem, por aazo de suas pousemtadorias serem milhor auiaadas.

E, pera esto, mamdou o iffante a Lixboa e ao Porto, por pannos de sirgo e de lãa e brolladores e alfayates pera fazerem suas liurees e momos, segundo pera sua festa rrealmente perteeçia; e desy uiandas foram buscadas per todallas partes mais abastadamente que sse poderam achar. Alli foram trazidas mujtas carregas de çera, que sse despemderam em mujtas tochas, assy de seruir como de damças, bramdões e uellas e contos, em tamanho numero, que casy seria empossiuell de sse poderem comtar. Alli foram outrossy de todallas uiandas daçucar e comseruas que sse poderom achar no rregno, em muy grande abastamça, e assy de todallas maneyras despeçias e outras fruytas, uerdes e secas, que compriam pera sua festa seer abastada. E tambem uieram alli piparotes de mal-uasia com mujtos outros uinhos bramcos e uermelhos da terra [e] de todallas partes homde os auia milhores.

E, quando ueo aa uespera de Natall, eram ja todas estas cousas presates e assy mujtos corregimentos de justas e outros arreos de desuayradas maneyras. E a çidade e aldeas darredor eram todas cheas de gemte, de guisa que parecia a algũus estramgeiros que per alli passauam que aquelle ajuntamento nom era senam corte de rrey. Em aquellas festas ouue muy grande prazer, porque auia em ellas mujtos senhores e grandes com mujtas maneyras de desemfadamentos e sobreto do a abastamça, que era muy grande, de mujtas deleitosas uiandas; ca nom sse acha que, em todos aquelles dias, ouuesse nehũu falliçimento per que aquella festa em algũua parte podesse seer abatida.

E deuees de saber que o iffante dom Hamrrique foy hũu homem cujos feitos e estado amtre todos seus jrmãaos teue mayor auamtagem de rrealleza, leixamdo o iffante Duarte, a que, per dereita soçessom, comuijnha de o fazer. E, como quer que sse estas festas começassem com emtemçom de nom seerem em ellas outras pessoas de grande estado, afora aquellas que ja dissemos, o iffante Duarte, que estaua em Santa-rem com seu padre, tamto que soube as nouas daquelle ajuntamento, ouue muy grande desejo de seer em elle. E loguo como passou o dia de janeiro (4), ouue liçemça de seu padre e escolheo seis fidallguos, os mais gemitjs homeens de sua casa, com algũu outro pequeno corregimento; e,

(4) Talvez o dia 1 de Janeiro, pelo infante passado com o pai.

assy aforrado, partio de Santarem e trigou tamto seu amdar que, posto que os dias fossem pequenos e os caminhos maaos, chegou a Viseu a taaes horas que ouiuo ajmda ho offiço de Uespera dos Rex com seus jrmãaos (5).

Mas, quem poderia dizer o acreçemtamento da festa que aquelles senhores fizeram com sua uijmda? E, no outro dia, foram as justas, muy grandes, nas quaaes justou o iffamte Duarte e aquelles gemitijs homeens que com elle uieram. E, da outra parte, justaram os iffantes e os mais daquelles fidallguos e gemitijs homeens que eram com elles. E todo aquelle dia sse despemdeo naquellas justas e damças e outros desemfamentos. Alli ouue momos de tam desuayradas maneyras, que a uista delles fazia muy grande prazer a quantos alli eram e ajmda a mujtos de fora que o souberom.

E, no dia seguimte, disse o iffamte dom Hamrrique ao iffamte Duarte seu jrmãao: ssenhor, pois que uossa merçee foy de uirdes a esta terra homde nos estamos, nom como cortesãaos, mas como homeens que continuadamente seguiamos o monte, seja uossa merçee filhardes de hũa liuree que aqui teemos feyta pera nosoutros os monteyros. O iffamte disse que lhe prazia mujto. A quall liuree foy rrepartida per algũus daquelles fidallgos e gemitijs homeens. E, posto que ella nom fosse de mujto finos pannos, era porem de mujtos deseitada, porque a nom dauam ssenam a espiçiaaes homeens (6).

27

24 MARÇO 1414

Carta de el-rei D. João I ao corregedor da cidade de Lisboa, em que, a pedido da câmara da mesma cidade, proíbe levar a terra de mouros pão, castanha, avelãs, nozes e outros mantimentos, e

(5) Alusão à hora de Primeiras Vésperas do Offiço dos Reis, em 5 de Janeiro.

(6) Terminadas as festas, seguiram os infantes para Santarém, onde falaram ao pai no feito de Ceuta, Idela, sublinha ZURARA, que surgira três anos antes, portanto no de 1411: «Ca, segundo achamos, des que neeste feito primeyramente foy fallado ata aquelle pomto, eram passados melhora de tres annos»; ora o encontro em referência deve situar-se em Janeiro ou Fevereiro de 1414. Respondeu o monarca ter de apresentar o caso a seu Conselho e de marcar com ele a data da partida, o que faria pelo S. João, em Torres Vedras. E, porque a quaresma se avizinhava, sublinha o cronista, — o seu primeiro domingo foi nesse ano em 25 de Fevereiro —, os infantes D. Pedro e D. Henrique resolveram ir passá-la a Tentúgal (Cfr. o cap. 24).

ainda aço, ferro e armas, sob pena de morte e confiscação de navios e bens dos infractores, metade para a coroa e a outra metade para os denunciadores.

AHCML., Livro do provimento do pão, fl. 4, original —, texto que se reproduz; ANTT., Chancelaria de D. João I, liv. 3, fl. 167 v., com data de 23.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portuguezes*, vol. 1, p. 233, segundo a primeira fonte citada.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue.

A uos Joham Afonso, corregedor por nos em a nossa muy nobre, leal çidade de Lixboa, saude.

Sabede que o concelho e homeens boons dessa çidade nos enviaram dizer que, por a grande ualia do pam que ora uall em terra de mouros, os nauios que forom e forem daqui en deante a Frandes e a Bretanha e a Ingranterra os mestres delles fretam os dictos nauios a mercadores estrangeiros e a outros mercadores da terra pera leuarem pam a terra de mouros, a quall coussa dizem que he aazo e coassom (1) de nom vijr pam a estes nossos rregnos, e que outrosy esto nom he seruiço de Deus nem honra da santa egreja leuarem os nauios dos nossos rregnos pam e mantimentos aos mouros, contra a defesa da santa egreja. E que, porem, nos enviauum pidir por merçee que a esto tornassemos como nossa merçee fosse e lhes posesemos sobre ello tal escarmento que nehũu nom fosse honrrado de o fazer.

E nos, veendo o que nos pidir enviaram; teemos por bem e mandamosuos que, logo vista esta carta, sem mais tardança que a ello ponhades, façades logo apregoar e poer aluaraees, asynados per vossa mão, em as partes dessa çidade que nom seiam nêhũus senhores nem mestres dos nauios nem marinheiros nem outras nêhũuas pessoas, de qualquer estado e condiçom que seia, que fretem nêhũus nauios pera leuarem pam nêhũu nem castanhas nem aveellaas nem nozes nem outros nêhũus mantimentos a terra de mouros nem leuem outrosy armas, asy lanças come dardos, nem solhas nem baçinetes nem cotas nem beestas nem aço nem ferro e asy geerallmente todallas coussas que seiam pera ssua ajuda, sob pena dos corpos e dos aueres, e morerem porem e perderem os beens pera nossa coroa. E mandamos que a meatade dos dictos beens aiam aquelles que os acusarem e a outra meatade seia pera nossa coroa e percam outrosy os dictos nauios que asy fretarem.

E outrosy vos mandamos que o dicto pregom e defessa susso escripta façades fazer a todollos mercadores dos nosos rregnos que nom careguem

(1) Por ocasion.

pam nem nêhūas das coussas susso dictas em nêhūas nauios destes rregnos nem em nauios doutras partes pera terra de mouros, sob a pena susso dicta. E de como o mandardes apregoar e poeer os aluaraees em as praças dessa çidade asy o fazede scpreuer no liuro da uereaçom do concelho. Vnde al nom façades.

Dante em Santarem, xxiiij dias do mes de março. Elrrej o mandou per Diego Martjns, doutor em lex, e per Vasco Gil, licenciado em lex, sseus vassallos e do seu desenbargo. Pero Viçente a ffez. Era de mill iiij^{te} cincoenta e dous annos.

Vallascus legum
licenciatus

Jacobus
legum doctor.

28

28 MARÇO 1414

Carta de el-rei D. João I, a ordenar aos almoxarifes e escrivães da alfândega de Lisboa e do armazém do Porto que não mais se tome conta aos mercadores e donos de navios dos fretes, mas apenas se lhes exija juramento sobre o assunto e se lhes receba o livro da carga, e a dar providências para se arrecadarem os direitos dos nacionais e estrangeiros e observarem as leis sobre importações e exportações ou sacas.

GHCP., Arquivo da Câmara Municipal do Porto, Pergaminhos, liv. 3, doc. 76, —texto que se reproduz; Livro A, fl. 15 v.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 318.

Sumariada no *Índice chronologico dos docs. mais notaveis... do archivo da Camara do Porto*, p. 126.

Dom Joham, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue.

A uos, nossos almuxarifes e scpriuãaes que ora sodes ou fordes ao deante da nossa alfandega da çidade de Lixboa e do almazem do Porto e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer per quallquer guisa que seia a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que os mercadores e ssenhores dos nauyos do nosso ssenhorio nos enuyarom dizer que elles eram muyto agrauados de lhe seer tomado conta dos fretes dos nauyos como lhas ora tomauom, per noso mandado, Joham Uasquez em Lixboa e Meem Cerueira no Porto, e que nos pediam por merçee que lhes ouuessemos sobrelo algũu rremedio, porque eram por elo muy enbargados e dethudos seus meestres dos dictos nauyos.

E nos, veendo o que nos pediam; teemos por bem e mandamosuos que, daqui en diante, emquanto nossa merçee for, nom tomedes conta dos fretes aos meestres dos nauyos de nossos rregnos nem doutras partes em que os mercadores do nosso ssenhorio carregarem, contanto que quando os dictos nauyos chegarem aos portos do rregno sseia dado juramento aos meestres e scpriuãaes dos dictos nauyos que bem e dereitamente das cousas que trouuerem nos dictos nauyos, assy de mercadores como de encomendas come de fretes que ouuerem dos dictos nauyos, façam hir todo aas alfandegas, pera nos de todo auermos nosso dereito, assi douro como de prata e panos e joyas e de todas outras cousas que nos dictos nauyos verem e sejalhes dado o dicto juramento per o almuxarife ou dizimeiro das dictas alfandegas, presente os scpriuãaes dellas. E, se depois do dicto juramento, for achado algũa cousa sonogada, sseia perdida pera nos. E o que assi sonegar seia preso e nom solto ataa nossa merçee.

Outrossy, mandamos que os dictos almoxarifes e scpriuãaes cobrem dos meestres dos nauyos os rrooles das mercadorias que os mercadores e outras pessoas que carregarem em os dictos nauyos pera fora do rregno; e esses meestres com esses mercadores e pessoas, ante que esses nauyos partam dos portos, as uenham dizer e alealdar com os dictos almoxarifes e scpriuãaes, pera as elles scpreuerem em seus liuros dessas alfandegas, pera depois esses mercadores e pessoas que assy as dictas mercadorias leuarem carregadas darem conto aos dictos almoxarifes e scpriuãaes do rretorno dellas. E esto se entenda a do rregno que sacas teuerem ou forem achadas ou derem fianças pera vijnrem com o rretorno ao rregno como sam theudos, porque os strangeiros nom am de leuar mais que aquilo que montar em as dictas mercadorias que trouuerem. E, se mais leuarem, que seiam logo costringidos por a dizima.

E esto mandamos que sse faça per os dictos almoxarifes e scpriuãaes e que per elles todos, caha hũu em seu lugar, seiam asijnados os aluaraaes das sacas na forma que sse ora faziam per os dictos Joham Uasquez e Meem Çerueira, em tal guisa que elrrey aia todo seu dereito e nom aia rrazom de sse a elles tornar. E que o façam per as ordenações e declarações que, em rrazom desto, sam fectas. Vnde al nom façades.

Dante em Sanctarem, xxbiij^o dias de março. Elrrey o mandou. Rodrigo Afonso a fez. Era de mil iiij^o quinquenta e dous anos.

(as.) ElRey.

[1414?]

Parcer do infante D. Henrique sobre a conquista de Ceuta e resolução de el-rei D. João I de a tomar (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 14.

Mas, nom passarom mujtos dias quando elrey mamdou chamar o iffante dom Hamrique seu filho e apartousse com elle, dizemdo. Porque te ui outro dia fallar mais que nehũ de teus jrmãaos aqerca do feito de Graada, quero que me digas agora emteyramente o que te parece. Senhor, disse o iffante, todo o que eu emtom falley he a milhor parte do que sobrello emtemdo, nem era cousa que, per minha determinaçom soo, emtemdesse que sse auia dacabar; mas, eu fallaua como quem tijnha taaes tres ajudas aqerca de ssy como eram meus jrmãaos. Mas agora, que eu, em minha parte soomente, aja de dar emteira rreposta, parece-me que me deue abastar minha pouca hidade e o pequeno conheçimento que tenho de semelhantes feitos pera minha escusa e, sobretudo, a pequena deliberaçom que sobre ello tenho posta; empero, porque ey de comprir uossos mandados, como de meu senhor e padre, assy, como o milhor poder emtemder, direy o que me parece.

Senhor, disse elle, eu acho que todallas cousas que fazemos em este mundo se rresoluem em tres pomtos prinçipalmente, a saber, no passado e no presente e no uimdoiro. E, quanto he ao passado, eu comsijro como, ao tempo que Deos, por sua graça, quis que uos ouuessees nome de rrey,

(1) Constituia plano immediato de el-rei D. João I tomar Ceuta para facilitar a conquista do reino de Granada e expulsar assim o sarraceno da Península: — «elrey dizia que, filhando a cidade de Cepta, daria aazo ao rregno de Castella como filhasse o rregno de Graada» (Cfr. cap. 13). E o mesmo consta claramente da carta do nosso monarca ao de Aragão de 20 de Outubro de 1415 (Cfr. o nosso DOC. 108).

Também João Afonso, vedor da fazenda régia, suggerira aos infantes, desejosos de feitos cavalleirescos, como objectivo, a praça de Ceuta, nos termos do romanceado capitulo 9 desta mesma crónica: — «chũa muy notauei çidade e muy azada pera se tomar». Como já se observou, por falta de cronologia dos antecedentes da conquista de Ceuta na obra de ZURARA, dispomos os capitulos que dela extractamos na ordem que nos pareceu cronologicamente mais provável, attento o seu conteúdo e os diplomas que sobre o assunto se publicam.

como nom tinhees outra cousa senam hũa muy pequena parte em esta cidade, ca o castello era contra uos e o castello dAlmadãa e de Simtra e de Torres Vedras e dObidos e de Santarem e assy quasi polla mayor parte todollos outros do rregno, e quis Deos, por sua merçee, emcaminhar uossos feitos per tall guisa que, sem grande uosso danno, uieram todos aa uossa obediência e sogeiçom. Pois nom menos deuees esperar agora que, posto que aquelle rregno de Graada fosse de todo liurementemente em poderio delrrey de Castella, que ajmda uos ficaria poder, com sua ajuda, de lhe poderdes contrariar quallquer danno ou offensa que uos nouamente quizessem fazer; ca, mais ligeira cousa uos seria de o fazerdes agora, que naquelle primeiro começo, por mujtas rrezões que, pollo presente, nom som neçessarias de uos seerem declaradas, pollo grande conhecimento que dellas auees.

E, quanto he ao presente, comsijro o seruiço de Deos e uossa grande ffe e cristijmdade e a rrezam, que nam comssentem que uos ouuessees de neguar guerra contra os jmfiees, por se della seguir algũa ajuda e fauor a elrrey de Castella, em acreçentamento da nossa ffe, por mujto uosso mijgo que fosse; porque os jmfiees, per natureza, uos querem mall e elle por açidente. E, quanto he ao que hade uijnr, eu tenho esto assy: que o filhamento daquella cidade nom pode seer aazo, per nehũa maneira, per que a amizade e paz que ora nouamente filhastes com aquelle rregno se aja por ello de gastar nem destruir; ante o semto pollo contraíro, porque elles conheçerom, polla grandeza deste feito, a ardidez e boa desposiçom de uossos naturaas e jssso meesmo a marauilhosa fortelleza com que obrastes tamanho feito; e conheçeram outrossy como o filhamento daquella cidade sera grande aazo pera melhoramento da sua conquista.

E quando, de todo em todo, em elles falleçesse tall conhecimento, ajmda sua maa uoomtade nom tijnha pera ello perfeito comprimento denxucuçom, assy pella conquista nom seer tam ligeira dacabar, como depois de seu acabamento, nom sse lhe seguir menos cuidado de a comseruar e manter. E sobretudo, Nosso Senhor Deos, que he perfeiçom de todallas cousas, sentindo a uossa boa uoomtade e desposiçom, sera sempre polla uossa parte, homde dereitamente poderees dizer com ho santo propheta: pois que o Senhor he na minha ajuda, nom temerey cousa que me faça o homem. E, per esta guisa, acabou o iffante dom Hamrique sua rreposta, da quall elrrey seu padre foy mujto ledo; e, assy com a boca chea de riso, lamçou os braços em elle e lhe deu a sua beemçom.

E porem determino, com a sua graça e ajuda, [de Deus] de começar a prosseguir este feito ataa o poer em fim, nom me falleçendo algũa daquellas cousas per que rrazoadamente deua seer estoruado. E, pois uos Deos aqui trouxe em ora que eu esto assy ouuesse de determinar, prazme que uos seiaaes o messegeiro que leuees as nouas a uossos jrmãos e lhe

declarees toda minha emtemção, per a guisa que uollo ja tenho dito. Bem he uerdade que todos aquelles filhos delrrey tijnham muy grande deseio de ueer aquelle feito posto em fim, mas nehũa daquellas uoomtades nom era jgual da do iffante dom Hamrrique, ca esto naçera com elle, como ja disse. E porem, assy como homem a que muyto prazia daquellas nouas, asseemtou os jeolhos em terra e beyiou as mãos a seu padre, dizendo que lho tijna em grande merçee.

30

[1414]

O infante D. Henrique, por ordem do pai, transmite a seus irmãos a resolução régia da conquista de Ceuta, e el-rei D. João I, a pretexto de embaixada à rainha da Sicília, resolve mandar estudar as condições estratégicas da praça a conquistar.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 15.

Ja o iffante dom Hamrrique sabia com quall uoomtade auia de seer rreçebido de seus jrmãos, quando lhe leuasse as nouas daquelle feito. E porem, com grande trigamça e prazer, sse foi a elles, comtamdolhe toda a uoomtade de seu padre, segumdo que passara com elle. De cujas nouas e rrecado os iffantes e comde ouueram tam grande prazer como sse nom poderia dizer cousa que os mais allegrasse. E porem cauallgarom logo todos, cada hũu de sua casa, e foromsse ao paaço delrrey, pera lhe mostrarem agradecimento de tamanha merçee, beyiamdolhe as mãos por ello, como aquelles que bem mostrauom que, ataa aquelle tempo, numca uiram prazer semelhamte. Nem elrrey, demtro em sua uoomtade, nom sentia pequena lediçe, ueemdo as uoomtades de seus filhos assy despostas pera as cousas da homrra, pollas quaaes conhecia todo o comprimento de suas uirtudes.

E porem elrrey todas estas bõas disposições e autos de virtudes conhecia em seus filhos; mas, nam era ajnda em çerta segurança com que coraçam suportariam os verdadeiros autos da fortelleza, os quaaes principalmente sam nos trabalhos das guerras mais que em outra nenhũa cousa. Porque alij he presente muitas vezes perigo da morte, da qual o

philosofo disse que era a fim de todallas cousas terribes e espantosas. E porem he o estado da cauallaria muito mais preçado antre os homeens, da qual cousa elrrey via assy aquelle começo, per que auia grande parte do conhecimento de todo o que elle deseiaua de veer. Seus filhos passaram assy todas aquellas rreuerenças e agardeçimentos e desy foram escorendo tanto por suas rrezões, atee que elrrey disse.

A mim parece que o principal começo que a mim conuem fazer neste feito assy he que primeiramente aja de saber o assentamento daquella çidade e assy a fortelleza de seus muros e altura delles ou como sam acompanhados de torres e de caramanchões, pera saber quaaes artelharias me conuem de leuar, pera seer combatida. Outrosy, conuem que saiba as ancorações que tem e com quaaes ventos trabalham os nauios, mais estando sobre ancora; e, se peruentura as prayas sam assy liures e desem-pachadas, que nossas jentes possam sair sem grande trabalho ou perigo, ou que o mar he tam chegado ao muro que dos nauios mesmos se possa combater.

ConsiRANDO açerqua desto quaaes pessoas la posso milhor enuiar, porquanto cumpre que seiam homeens descretos e entendidos e taes que possam bem todo prouer, segundo he neçessario pera tal caso, e nam me parece que tenho outros que o milhor possam fazer que o priol do Espiritual e o capitam Afonso Furtado (1); a saber, o priol pera deuisar a çidade e o capitam pera atentar o mar com todallas outras cousas que a ello pertencem. Mas, como seja que elles ajam lugar pera jsto poderem veer e saber sem seer entendida nem sabida a fim por que elles vam, pera a qual cousa tenho vontade de fingir hũa fermosa dessimulaçam.

El jsto he que quero daar vooz que os enuio com embaxada aa rrainha de Cezilia, a qual ao presente esta veuua e em ponto pera casar; a qual cousa eu sey pollo rrequerimento que me ella enuiou fazer que me prouesse de casar meu filho o iffante Duarte com ella. E eu agora mandalaey rrequerer pera o iffante dom Pedro. A qual cousa eu sey bem çerto que ella nam ha de fazer; empero, aproueitaraa muito semelhante cometi-mento; porquanto, meus embaxadores teram azo de hijr e vijr per açerqua daquella çidade, onde poderam deuisar todo o que lhe por mim for mandado. Aos iffantes pareceo muy bem a consiraçam de seu padre e porem ficou a elrrey o encarrego de poer todo em obra, segundo o tinha consirado.

(1) O prior da Ordem do Hospital referenciado neste capítulo assim como nouros da mesma crónica e da joanina é o prior do Crato, marechal da hoste e Senhor de Baião D. Fr. Alvaro Gonçalves Camelo. O Afonso Furtado fora nomeado capitão-mor do mar por D. João I em 1385, após a sua aclamação nas Cortes de Coimbra e figura também bastas vezes na crónica daquele monarca, a quem foi muito dedicado. Sobre o primeiro pode ver-se BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, pp. 188 e 235; sobre o segundo o liv. 3, especialmente a pp. 170-71.

31

[1414]

Preparativos da armada para a conquista de Ceuta, ordenados por el-rei D. João I (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 21.

* * * * *
E logo elrey começou demcaminhar auiudadamente o corregimento que perteeçia pera sua hida. E a primeyra cousa que loguo mamdou fazer foy prouijmento de suas tereçenas, pera saber parte dos nauios que tijna e como eram rrepayrados, mandando loguo trigosamente cortar madeyra, pera rrefazimento dalgũas gallees e fustas que lhe falleçiam pera comprimento do numero que elle emtemdia de leuar, a saber, quinze gallees e quinze fustas. E assy mamdou loguo aparelhar carpenteyros e callafates, que obrassem nos ditos nauios, e desy guarnições pera elles com todallas outras cousas que lhe perteeçiam.

Mamdou ajmda elrey apanhar quanto cobre e prata sse pode achar

(1) Havido o consentimento da rainha D. Filipa para a ida de seus filhos contra Ceuta, porém sem el-rei lhe haver declarado ser seu propósito ir também (Caps. 19, 20 e princípio do 21), mandou aquele se fizessem os preparativos da expedição, a localizar em princípios de 1414; pois diz o cronista, no presente capítulo, terem decorrido «bem dezoito meses» em tal corregimento, e a armada seguiu para Ceuta em 25 de Julho de 1415, como declara o mesmo cronista nos capítulos 50 e 51.

Parece datarem de Fevereiro do ano de 1414 os preparativos imediatos da armada contra Ceuta, entregues então por D. João I ao D. Duarte, como este afirma, os cuidados do Conselho, da Justiça e da Fazenda: — «Quando eu era de xxij anos (fê-los o primogénito em 31 de Outubro de 1413), elrey meu senhor e padre, comprido de muitas virtudes, cuja alma Deos aja, despoendosse pera filhar a cidade de Cepta, mandoume que tivesse carregio do conselho, justiça e da fazenda que em sa corte se traitava, porque tanto averia de trabalhar nos feitos que pertenciam pera sua hida, que doutros sem grande necessidade se nom entendia curar. Eu, nom consstirando minha nova hidade e pouco saber, com dereita obediencia como, per mercees de Deos, sempre em todo lhe guardey, e desi por grande voontade que avia de sse proceder per o dicto feicto, recebi sem outro reguardo todollos dictos carregos, aos quaes me pus assy fora de boa desçliçom que, na primeira quareesma que logo veeo, fazia tal vyda (*Leal Conselheiro*, cap. 19). O primeiro domingo da quaresma de 1414 ocorreu em 25 de Fevereiro (Cfr. por ex. A. CAPPELLI, *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpétuo*. 2.ª ed., p. 70).

no rregno e assy mamdou trazer outro de fora, fazendo seu trauto com os mercadores pollo melhor modo que elle pode, em tall guisa que, a muy breue tempo, teue delle muy grande abastança. E Joham Affonso, ueedor da fazemda, proueeo logo todallas rremdas da çidade e fallou com Ruy Pirez do Allamdroall, que era thesoureiro da moeda, nom lhe declarando porem o segredo, per tall guisa que as fornaças da moeda foram loguo todas prestes e despachadamente começaram de laurar. E tamanha trigamça se poinha naquelle lauramento que, afora algũs dias de muy grandes festas, todollos outros continuadamente, de dia e de noite, laurauam.

Miçe Carlos, almirante (2), foy loguo auisado, per mamdado delrey, que proueesse todollos mareantes, cada hũs em seu estado, de guisa que despachadamente podesse fazer delles o que lhe elrey mandasse. Gomçallo Louremço de Gomide, que era escpriuam da puridade, mamdou logo fazer cartas em nome delrey pera o escpriuam dos maraidijs e assy pera todollos coudees e anadees dos beesteiros do rregno, que fizessem loguo seus alardos e lhe emuiassem os quadernos delles, homde quer que elle esteuesse, nos quaaes declaradamente fossem escritas as hidades das pessoas e corregimentos que tijham pera seruiço delrey. Mas, quem poderia escpreuer a multidom das semtemças que sse dauam sobre aqueste feito, ca o rruor do pouoo era muy grande, ueendo o aballamento destas cousas; e, posto que cada hũu, em sua parte, se trabalhasse descoldrinhar aqueste segredo, nom auia hij algũu que çertamente soubesse determinar o lugar pera homde aquelle corregimento era. E as semtemças que sse dauam aqerqua dello leixamos pera outro capitullo, porquanto aquellas cousas nom sse faziam ajmda tam trigosamente como sse ao diante fezeram.

E deues de saber que a dilligemça que elrey mamdou poer na moeda e rremdas foy por nom lançar pedidos, a quall cousa fez a duas fijos. A primeyra, porquanto aquelle feito principallmente era mouido por seruiço de Deos e nom queria elrey que nehũa pessoa de seu rregno teuesse aazo de rregeber nehũ escandallo. E a segumda era porque, sse ouuera de lançar pedidos, fora necessario de fazer ajuntamento de cortes, nas quaaes, de neçessidade, se ouueram de declarar algũas comjeituras ou partes do feito, per tall guisa que sse podera emtemder a uer-

(2) E Carlos Pessanha, filho de Lançarote Pessanha e neto de Manuel Pessanha. Fora-lhe confirmado o Almirantado do Reino por D. João I, em carta de 12 de Novembro de 1397 (Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 209, onde se editam os restantes textos relativos aos Pessanha almirantes do reino, recentemente estudados por CHARLES VERLINDEN, *Lansarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries*).

dadeira determinação que elrey sobre esto tijnhá. Em este corregimento e cousas que elrey assy mandou fazer sse poseram bem dezoito meses (3).

.

32

[JUNHO 1414]

Reunião de el-rei D. João I com seus conselheiros em Torres Vedras para tratarem do feito de Ceuta e pedido que ao monarca fez antes dela, em Lisboa, o infante D. Henrique.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 25.

.
E, passada a festa da Pascoa (1), os iffantes partiram de Temtugall e foramsse pera Simtra, homde seu padre estaua e teuera aquella festa. E outrossy o comde de Barcellos e o comdestabre (2) e o meestre de Christo (3) e o meestre de Santiago (4) e o meestre dAuis (5) e o prioll

(3) Resolvera D. João I ouvir também a opinião do condestável D. Nuno Alvares Pereira, pela influência que ele tinha no reino e cujo apolo ao feito de Ceuta se tornava indispensável (Cfr. cap. 19); e não por escrito ou por mensageiro, mas pessoalmente e perante os infantes. Como ele se achava então em Arraiolos e el-rei e os filhos em Santarém e não desejava o monarca desse nas vistas semelhante encontro, ordenou a D. Duarte e D. Henrique fossem montar para Riba-Guadiana uns 3 meses, após o que viriam ter com o pai a Montemor-o-Novo, onde se efectuaría o previsto encontro.

Decorridos uns dois meses e meio, D. João I e o infante D. Pedro, vagarosamente e a montar, avançaram de Santarém para Montemor, por Muge e Riba do Sôr. Chegaram véspera de Entrudo, em cujos dias, cremos que 5 a 7 de Março de 1413, se effectuou a reunião com D. Nuno, «sem outra mostrança de comselhos nem de falla secreta» por D. Duarte e D. Henrique, após o que estes infantes, ouvido o pleno apolo do condestável, retomaram a faina da caça na região de Évora, enquanto el-rei e D. Pedro se tornavam para Santarém (Cap. 22 e final do 24, pertencente àquele, como declara o cronista).

- (1) O domingo de Páscoa em 1414 ocorreu a 8 de Abril.
- (2) D. Nuno Alvares Pereira.
- (3) D. Fr. Lope Dias de Sousa.
- (4) D. Mem Rodrigues de Vasconcelos (?).
- (5) D. Fr. Fernão Rodrigues de Sequeira.

do Espitall (6) e Gomçallo Vaaz Coutinho (7) e Martim Affonso de Melloo (8) e Joham Gomez da Sillua (9) com todollos outros senhores e fidalgos que auiam de seer em aquelle comselho ueheramse chegando pera aquelle lugar homde lhes era mandado que uiessem. E, chegandosse aquelle tempo, elrey partio de Simtra e foy folgando per aquella comar-

(6) D. Fr. Álvaro Gonçalves Camelo. É de sublinhar a presença dos chefes das Ordens Militares portuguesas numa reunião histórica em que se havia de decidir o nosso primeiro grande feito ultramarino, o da conquista de Ceuta. É que a luta contra os infiéis estava na base do programa delas. Por isso, D. João I demonstrou contar com elas neste momento.

A ocasião era particularmente azada para o ataque aos vizinhos marroquinos, dada a franca decadência do reino merínida de Fez e o isolamento dos granadinos a respeito daqueles: — «Par la victoire du Rio Salado, — escreve CH. ANDRÉ JULIEN — les Castillans avaient mis fin aux interventions efficaces des Mérinides sur le sol espagnol. La lutte entre Castille et Grenade prit, dès lors, le caractère d'une querelle entre suzerain et vassal qu'entre Chrétiens et Musulmans. Les vrais ennemis des Chrétiens demeuraient les Maghrébins. Aussi les Castillans n'attendaient-ils qu'une occasion favorable pour effectuer, selon le rêve de Ferdinand III, un débarquement en Afrique et mettre fin au double danger des invasions toujours possibles et de la piraterie de plus en plus active. La situation du Maroc, à la fin du XIV^e siècle, facilita leur intervention» (*Histoire de l'Afrique du Nord*, p. 194). Pode ver-se também, para maior minúcia da decadência da dinastia merínida, HENRI TERRASSE, *Histoire du Maroc*, vol. 2, pp. 85 e ss., e AMBROSIO HUICI MIRANDA, *Las grandes batallas de la Reconquista*, pp. 331 e ss.

Como causas do ataque português a Ceuta JULIEN aponta: — «Ce fut pour mettre fin à la piraterie qui arrêtait les convois de blé, pour satisfaire l'esprit de croisade qui se répandait dans la Péninsule à mesure que progressait la Reconquista et pour détoiser l'agitation populaire, que la bourgeoisie, appuyée par les Infants Henrique et Fernando, qui voulaient prévenir une intervention castillane au Maroc, décida le roi à tenter un débarquement à Ceuta». (*Obra cit.*, p. 195).

Como se poderá provar que então em Portugal apenas D. Henrique e D. Fernando desejavam evitar uma intervenção castelhana em Marrocos? E el-rei D. João, o infante D. Pedro, o clero, a nobreza e o povo não burguês eram a favor dessa intervenção castelhana?... Repare-se em que foi o futuro Regente do Reino quem comandou os navios de alto bordo que intervieram na conquista de Ceuta depois de haver colaborado na preparação da respectiva armada. Na página seguinte, ANDRÉ LUCIEN parece dar-nos, porém, o infante D. Pedro a apolar a burguesia, em lugar de D. Henrique e D. Fernando, como no trecho supratranscrito: — «quand l'infant D. Duarte fut devenu roi, la cour fut tirailée entre les ambitions marocaines de D. Henrique et de D. Fernando, et la politique de production nationale soutenue par le conseil du roi et par D. Pedro».

(7) Aliás Gonçalo Vasques Coutinho, alcaide-mor e herói de Trancoso e marechal de Portugal, tão celebrado na *Crónica de D. João I* e ainda citado noutros capítulos desta de Ceuta. Sobre ele e sua descendência pode ver-se BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. 1, sobretudo de pp. 51 a 56.

(8) Guarda-mor de el-rei, também aduzido noutros capítulos desta obra, foi alcaide-mor de Évora e de Olivença e Senhor de Barbacena.

(9) Alferes-mor de el-rei, a quem o autor alude noutros capítulos.

qua de Lixboa, caminho de Torres Vedras. E, amte desto, chegando elrrey a Carnide, o iffamte dom Hamrrique, que muyto deseiaua per seu corpo fazer algũa cousa auantajada, chegou a seu padre e disse.

Senhor, primeiro que per estes feitos mais uaaes adiante, porque semto que, com a graça de Deos, uãao ja per tall uia que uijram a boa fim, eu uos peço por merçee que me outorguees duas cousas, a saber: a primeyra que eu seia hũ dos primeyros que filhe terra quamdo, a Deos prazemdo, chegarmos dauamte a cidade de Cepta; e a segumda he que, quamdo a uossa escalla rreal for posta sobre os muros da cidade, que eu seia aquelle que uaa primeyramente em ella que outro algũ. Elrrey colhou contra elle com comtenemça toda chea de rriiso e lhe rrespomdeo per esta guisa. Meu filho, uos ajaaes a beemçam de Deos e a minha, por teerdes tam boa uoomtade pera meu seruiço e pera acregamentamento de uossa homrra; empero, pollo presemte, eu nom uos rrespomdo a nehũa dessas cousas mas, prazemdo a Deos, eu uos rrespomderey a ellas em outro tempo mais perteeçente pera sse dar que agora.

.

33

[1414]

Organização da armada com navios nacionais e estrangeiros por el-rei D. João I para o assalto a Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 29.

Bem mostrou o duque dOlamda que tijnhu uoomtade de fazer prazzer a elrrey; porque, tamto que seu embaxador Fernam Fogaça partio, elle logo fez saber a todollos lugares de seu senhorio como, per çertos rrecados que aula delrrey de Portugall, era neçessario de seer prestes, porquanto o mamdara desafiar (1). E assy começou de sse correger dallgũas

(1) Nos capitulos 25, 26, 27 e 28, o cronista alude à reunião do Conselho régio em Torres Vedras, pelo S. João do ano de 1414 congregado «em hũa malla deamteyra que esta em aquelles paaços de Torres Vedras, homde esta a capella [...]». E o dia em que sse esto ouue de começar era hũa quimta feyra, na quall elrrey e

cousas que em todo seu senhorio nom podiam em all emtemder, senam que todaula tijnham guerra aberta com o rregno de Portugall.

Elrrey, depois que sse Fernam Fogaça partio, começou muyto mais trigosamente de corregger todallas cousas que lhe compriam pera boom auimento de sua partida, mamdamdo logo fazer prestes certos escudeiros com suas procurações abastantes, os quaaes mamdou per toda a costa de Galiza e de Bizcaya e a Imgraterra e a Allemanha fretar nauios grossos, quantos sse podessem achar. A quall cousa nom era senam hüu manifesto pregom que corria per mujtas partes da christijmdade daquesta armaçom que elrrey assy fazia. E, porque as nouas, de longe, sempre fazem a cousa mayor do que he, posto que o corregimento delrrey fosse muy grande, ajmda a fama era muyto mayor.

E, em sse corregemdo estas cousas e outras mujtas, sobrechegou Fernam Fogaça com seu rrecado, do quall muyto prouue a elrrey. E mamdou que sse deuulgasse per todo o rregno que os principaaes capitães desta armada auiam de seer os iffantes dom Pedro e dom Hamrrique; mas nom quis que sse deuulgasse determinadamente que auiam de hir sobre o duque dOlamda, empero que em sua uoomtade bem lhe prazia que o cressem assy todos; porque, semelhante maneira demcobrimento fazia parecer a cousa mais certa aaquelles que a presumiam. E, ajmda que sse determinadamente dissesse, nam leixariam algüus de conhecer que a disposiçom daquella terra nom rrequeria taaes artefições como elrrey ao presente mandaua fazer; e, comsijrando em ello, poderiam comgeitorar a outra mais certa determinaçam.

seus filhos ouuiram hüua missa de Samto Spritu, offiçada com grande sollempnidade, por tall que a sua samta graça lhe podesse dar uerdadeyro conhecimento de todo o que naquelle feito, por seu samto seruico, emtemdiam de fazer. E dalli ficou a elrrey sempre, por deuaçom, ouuyr semelhante missa cada somana em aquelle dia, nom tam soamente ajmda elle, mas todos seus filhos o custumarom sempre, em suas capellas emquanto uiuerom» (Cap. 25).

O primeiro a falar foi o condestável D. Nuno Alvares Pereira, cujo parecer aliás já ele havia dado pessoalmente a el-rei e aos infantes, em Montemor-o-Novo, em Março de 1413 (Cfr. o cap. 22 e o final do 24). Todos os conselheiros acordaram no ataque a Ceuta, para cujo encobrimento resolveram simular-se desafio ao *duque de Holanda*, diz o cronista, aliás a Guilherme VI, duque de Baviera e conde de Holanda, (Cfr. MARCUS DE JONG, *Koning Johan I van Portugal en de Hertog van Holland*, em *Tijdschrift voor Geschiedenis*, Groningen, 1958, Malo, pp. 66 a 95, e *Quadro elementar*, t. 1, p. 82), como se fez. Convieram ainda em que «pera o outro Sam Joham, que seria dalli a hüu anno, fossem todos prestes cada hüu omde ouuesse dembarcar» (Cap. 28). E, neste mesmo capitulo, começa o autor a narrar como foi desafiado aquele conde, cometida a missão a Fernão Fogaça, vedor da casa do infante D. Duarte, assunto que prossegue no presente capitulo. Também no 54 se afirma que esta embaixada foi em 1414.

Outrossy, depois do acabamento daquelles comselhos (2), determinou elrrey como toda a gente da comarca da Beyra e Trallosmontes e d'Amte Doyro e Minho embarcasse na cidade do Porto. E mandou ao iffante dom Hamrrique que sse fosse aa comarca da Beyra e que fizesse ajuntar todollos coudees e anadees, assy daquella comarca como da outra de Trallosmontes, e que, per seus liuros, fizesse apurar toda a gente que fosse pera servir, damdolhe os quadernos dos alardos, que ja amte desto mandara fazer, os quaaes em ssi tijna Gomçallo Louremço, como dito he (3). E, per esta meesma guisa, mandou ao comde de Barçellos que teuesse carregio da comarca d'Amte Doyro e Minho. E a gente da Estremadura e d'Amte Tejo e Odiana e do rregno do Algarue determinou que embarcasse na cidade de Lixboa, sob capitania do iffante dom Pedro, ao quall leixou emcarreguo da apuraçam das gentes destas tres comarcas, per a guisa que a tijnam seus jrmãos das outras. E, porque os uassallos e toda a outra gente que auiam dauer comtia e soldo podessem auilar melhor seu corregimento, mandou que lhes paguassem as ditas comtias e soldo. E mandou outrossy ao iffante Duarte seu filho que teuesse por elle emteiramente carregio e rregimento da justiça e da fazenda de todo ho rregno (4).

E assy foram rrepartidos os emcarregos do rregno per os iffantes e comde de Barçellos e a elrrey soamente ficou cuidado de suas artelharias e armas com todallas outras cousas que perteeçam pera auiamento de sua frota. E, pera sse estas cousas melhor poderem emcaminhar, foisse elrrey chegando contra a cidade de Lixboa, pera dalli mandar mais ligeiramente pergeber todas suas cousas.

34

[1414-1415]

Convite de el-rei aos fidalgos, azáfama de preparativos e boatos que corriam no país sobre o destino da armada.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 30.

(2) De Torres Vedras, a que alude o autor nos capítulos anteriores.

(3) Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da puridade de el-rei (Cfr. o cap. 21 desta mesma Crónica e «passim»).

(4) Cfr. a segunda parte da nota da nossa p. 83.

Quem poderia aaquelle tempo fallar em outra cousa senam em armas e em perçebimento de guerra? Ca loguo elrrey escpreueo a todollos senhores e fidallgos e homeens de comta suas cartas de perçebimento, nas quaaes lhe fazia saber como elle, por seu seruiço e homrra do rregno, tijnha hordenado demuair seus filhos, a saber o iffante dom Pedro e o iffante dom Hamrrique por capitâaes de sua frota, pera o seruirem no que elle mandasse, com os quaaes lhe prazia que fossem aquelles a que elle assy escpreuia. Porem que lhes mandaua que sse fizessem logo prestes pera hirem com elles em a dita frota e lhe fazerem primeiramente saber as gemtes com que o emtemdiam de servir, pera lhe desembargar seus dinheiros e hordenados pera corregimento seu e das ditas suas gemtes.

E com esto era o feruor tam grande no rregno, que em todollos lugares as gemtes nom trabalhauam em all; porque hûus amdauam em alimpar suas armas, outros em mandar fazer bizcoitos e sallguar carne e mantijmentos, outros em corregger nauios e aparelhar guarniçoões, de guisa que, ao tempo da neçessidade, nom sse achassem dalgũa cousa fallecidos. Mas, primcipallmente era este trafego na cidade de Lixboa e do Porto, por que comũmente nom auia hi algũu que fosse liure deste cuydado; e tamta e tamanha era a rreuolita no corregimento destas cousas que, quando fazia tempo callado, claramente ouuiam o arroydo per muy gram parte dos lugares de Ribatejo.

E, em uerdade, era fremosa cousa de uer. Ca, per toda aquella rribeyra, jaziam naaos e nauios, nos quaaes, de dia e de noute, amdauam callafates e outros mesteiraaes, que lhe rrepayrauam seus fallçimentos. Doutra parte, jaziam mujtos bois e uacas deçepadas e alli mujtos homeens, hûus a esfollar e outros a cortar e sallguar, outros a meter em tonees e botas, em que auiam dhir. Os pescadores e suas molheres tijnham cuydado de abrir e sallgar as pescadas e caçoões e rrayas e semelhantes pescados, dos quaaes todollos lugares em que o soll tjinha mayor assessego eram cheos.

Os offiçiaaes da moeda, de dia e de noute, numca seus martellos estauam quedos, per tall guisa que, ajmda que hûu homem braadamdo dissesse algũa cousa amtre aquellas fornaças, escassamente podia seer emtemdido. E os tenoeiros nom eram pouco trabalhados em fazer e rreparar as uasi-lhas pera os uinhos e carnes e outros mantijmentos; alfayates e tosadores em aparelhar panos e fazer liurees de desuairadas guisas, cada hûu segumdo lhas o senhor dellas mandaua fazer; carpenteiros em emcaixar bombardas e troons e emderemçar todallas outras artelharias, as quaaes eram mujtas e grandes; cordoeiros em fazer guimdaressas e estremques e caabres e outra mujta cordoalha de linho, que faziam assy pera os nauios da terra como pera os de fora, ca todo se rrepayrauam em este rregno.

Quem seria aquelle que destimamente podesse contar os trabalhos que auia amtre aquellas gemtes, ca nom era algũu que fosse escusado

daquelle emcarrego; ca, posto que os uelhos, per rrezom de sua hidade, soubessem que auiam de ficar, nom tijnham porem pequeno cuidado des-colldrinhar quall seria certamente a parte pera homde aquella frota auia de fazer sua uiagem. E sobre esto tijnham grandes repartições, ca este offiço principalmente leixao a natureza aos uelhos, por rrezom das mujtas cousas que uiram e sabem e porque ssom ja liures das paixões, as quaaes aos mançebos nom leixam liure poder pera cuidarem dereitamente as cousas. E, como quer que os seus cuidados fossem tam agudos, nom auia hi porem nehũ que podesse determinnar a çertidom daquelle feito.

Ca hũs diziam que elrrey mandaua a iffante (1) a Ingraterra pera casar em aquelle rregno muy homrradamente e que hiam seus jrmãaos com ella com aquelle poderio de gemtes e corregimentos de guerra, pera ajudarem elrrey seu primo a conquistar o rregno de Framça. Outros diziam que hia sobre o rregno de Naapuli, porque a rrainha estaua uiuua e que escpreuera a elrrey que emuiasse la hũ de seus filhos pera casar com ella e rreçeber o senhorio do rregno, e que desta meesma uiagem auiam de fazer semelhamte no rregno de Cezilia; e que por isso emuiaua elrrey assy aquelles dous filhos, por rrezam dos dous casamentos.

Outros disseram que elrrey, no começo daquelle demanda que ouuera no rregno de Castella, que prometera dhir em rromaria aa casa samta de Jerusalem, por tall que o Senhor Deos lhe desse uitoria comtra seus emmijgos; e que, porquanto lhe o Senhor Deos dera assy aquelle estado e os de seu comsselho nom eram em acordo que elle fosse fora de seus rregnos, que emuiava la seus filhos assy poderosamente, por duas rrazões. A primeira, por comprirem a rromaria por elle e poderem passar per todollos lugares sem rreço de nehũa pessoa, dizemdo ajmda que quando alla fora o comde de Barçellos que esta fora a principall cousa de sua hida, a saber que o mandara seu padre com emtemçom de uer aquella samta çidade e os portos e amcorações que auia em este mar Medeoterrano, naquelle porto de Jaffa, omde faz sua fim: e esto he quanto a este mar que emtra pollo estreito de Cepta. E a segunda era por trazerem aquelle Samto Sepulcro com todallas outras samtas rrelliquias que ssc podessem achar em aquella çidade e termos della.

Outros diziam que auiam dhir sobre a çidade de Bruges, por certas rrazões que allegauam que elrrey tijnhia de o fazer, as quaaes ayuy nom

(1) D. Isabel, nascida a 21 de FEVEREIRO de 1397, a qual veio a casar com Filipe o Bom, duque de Borgonha, em 1430 (Cfr. o recente estudo de JOSEPH CALMETTE, *Les grands ducs de Bourgogne*, p. 206 e a bibliografia estrangeira aí aduzida; para a portuguesa veja-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 46, nota 1, especialmente o estudo de SOUSA VITERBO, *D. Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha*).

declaramos por extensso, porque assim tantas e com tantas particularidades sem proveitoso effeito, que teuemos por melhor de as leyxar, por dar lugar aas outras cousas. Outros disserom que os iffantes todavia auiam dhir sobre o duque dOlanda, per a guisa que ja ouuistes; ca, posto que aquelle segredo assy emfingidamente fosse callado, aquelles que hiam com Fernam Fogaça o comtaum a seus amigos. E, quanto lhes elles mais emcomendauam que fosse em segredo, tanto o elles mais asinha descobriam; porque aquella cousa he mais asinha quebrantada que em asi traz mayor força de deffesa, quando, per medo dalgũa penna, se nom leixa de quebrantar.

Disserom ajnda algũs outros que, porquanto em Auinham, aaquelle tempo, estaua ho antipapa, que sse chamaua Clemente septimo (2), ao quall obedecia toda a Espanha afora este rregno de Portugall, que elrey, como fiell e cathollico christão, que sempre teuera com ho papa de Roma, teemdo uerdadeiramente que aquelle era o direito uigairo de Nosso Senhor Deos em lugar do apostollo Sam Pedro e uerdadeiro pastor na samta jgreia, emuiaua seus filhos, queremdo desfazer tamanha diuisom como estaua amtre os christãos; e que os iffantes hiam assy poderosamente porque, sse peruentura algũs daquelles seus subditos quisessem tornar a ello, que os iffantes leuassem tamanho poder que lho podessem comrariar.

Outros disserom que aquella frota principallmente hia sobre Normandia, porque elrey achaua que tijnha direito em ella, por rrazom delrey dom Affonso, que fora uisauoo de seu padre elrey dom Pedro, o quall fora comde de Bellonha. Outros fallauam outras muitas cousas, tam desuayradas, que seriam longas descpreuer; porque he determinado na Santa Escritura que homde uerdade sse escomde, alli sse multiplicam muito mais pallauras. E, como quer que assy estes desuaios e outros muitos auia amtre elles, nom era porem algũu que podesse certamente, nem assy apalpando, fallar na çidade de Cepta.

Soomente quanto achamos que hũu judeu, seruidor da rainha dona Fillipa, que chamauam Yuda Negro, que era grande trobador, segumdo as trobas daquelle tempo, em hũua troba que emuiou a hũu escudeiro do iffante dom Pedro que chamauam Martim Affonso da

(2) Anacronismo do autor; pois o antipapa Clemente VII, eleito em 20 de Setembro de 1378, falecera em 16 de Setembro de 1394. Na época a que ZURARA se reporta era antipapa em Avinhão Bento XIII (1394-1424), o célebre aragonês Pedro de Luna. (Cfr. GIMÉNEZ SOLER, *La Edad Media en la Corona de Aragón*, pp. 206 e ss., e a *Crónica de Don Alvaro de Luna*, sobrinho de Bento XIII, com quem aquele se avistou em 1415 (*Ibid*, cap. 7, p. 22). De resto, alguma influencia teve em Portugal Clemente VII, em seu tempo (Cfr. o recente estudo de JOLIO CESAR BAPTISTA, *Portugal e o Clima do Ocidente*).

Atouguia, comtamdolhe as nouas da corte, disse todas estas cousas que dissemos e outras mujtas, amtre as quaaes, no derradeyro pee da quarta troba, disse que os mais ssesudos emtemdiam que elrrey hiria sobre a cidade de Cepta (3). Mas esto emtemdiam que elle nom soubera tanto por nehũu sinall certo que uisse, soomente per juizo destrellomia, em que elle mujto husaua.

35

16 SETEMBRO 1414

Convite de João I, duque de Bourbon, aos infantes D. Pedro e D. Henrique de Portugal, para se baterem com ele e com mais 16 cavaleiros e escudeiros, em satisfação de voto que fizera e a fim de evitar a ociosidade, aperfeiçoar-se na nobre profissão das armas, adquirir fama e o favor da bela a quem serve, armados como indica, e perante o seu soberano, de preferência, ou então diante do rei dos romanos e de Hungria ou do de Inglaterra ou de Aragão, consoante eles desejem, ao que solicita resposta por intermédio de Bourbon, seu arauto (1).

LONDRES, British Museum, *Additional*, ms. 18.840, fl. 2, transcrito em caderno de pergaminho do século XV, em caligrafia gótica, donde se transcreve.

Publicado por PEDRO DE TOVAR, *Um desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique (1414-1415)*, p. 279, e em versão portuguesa.

A vous, nobles et puissans princes Pierre et Henry, filz de tres hault et puissant prince le roi de Portingal.

Je, Iehan, duc de Bourbon, comte de Clermont, de Forestz, de Lisle et seigneur de Beangieu, fais scauoir que je, desirant sur toutes choses mondaines, escheuer oyseuuect et explecter ma persone, en aduensant mon honneur par le tres noble mestier darmes, pencant y acquerir bonne

(3) Yuda Negro ou Dom Juda ibn-Jahia, judeu, criado da rainha D. Filipa. Veja-se a *História da literatura portuguesa*, no *Grundriss der Romanischen Philologie*, pp. 234 e 380, cit. por ESTEVES PEREIRA, em ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, ed. de 1915, p. 282.

(1) Veja-se a resposta dos infantes portugueses, dada em 23 de Outubro de 1415, o nosso DOC. 109; e, sobre a autenticidade dos dois textos, a bibliografia aduzida na nota 4 do documento citado.

renommee et la grace de la tres belle a qui je suis seruant, ay voue et emprins que le acompaignie de xvj cheualiers et escuiers de nom et darmes sans reprouches porterons en la iambe senestre chacun vng fer de prinssonier, pendent a vne chaines, qui seront dor pour les cheualiers et dargent pour les escuiers, par tous les dymanches de deux ans entiers, commancans le prochain dimenche apres le date de ces presantes.

Ou cas que ne trouuerai vn seigneur de haulte ligniee acompaignie de pareil nombre de cheualeurs et escuiers de nom et darmes sans reprouches, quj moy et mes diz compaignons tous emsemble veuillent combatre a pye iusques a oultrance, armez chacun de tel harnois, qui luy plaira, portant lance, haiche et espee et dague accoustumes en guerre ou, au moins, de bastons de telle longueur, que chacun vouldra auoir, pour estre prinssonier les vngs des autres, par telle condicion, que ceulx de ma part qui seront oultres, seront quictes, en baillant chacun vn fer et chaine pareil de ceulz que chacun de nous porte et les aultres seront quictes chacun pour vng bracelet dor aux cheualiers et dargent aux escuiers.

Et, pour ce que je pancant le hault desir que doit estre en vous dacquerir prouesse, par laccomplissement de tres honorables faiz darmes; considere lordre et diuise que vous porter, je adresse a vous mes lectres, comme a ceulx par qui ie desire a estre deliuray de mon dit veu et emprinse, plus que par nulz aultres que ie saiche, en vous priant que men veuiller deliurez et tout a ma requeste. Car je doute que ne vouliissies accepter pour iuge le roy mon souuerain seigneur, ja soit ce que raison me stiuent a le plus desirer que nul autre, je, pour abregier ceste besoingne et laide de Dieu et de Nostre Dame vous accompliray ce que dit est deuant le roy des romains et de Hongrie ou celuy dEngleterre ou deuant celuy dArragon, le quel vous vouldres eslire, pourueu que menuoiez telle seurte et sauconduit, que le cas requerra. Sy me veuillez sur ce rescripre vostre brieueue et desiree volente par Bourbon, le herault, le quel ienuoie par deuers voz seignories pour ceste cause seulement. Et, nobles et puissans princes, le dieu des amoureux vous daint plaisans liesses de celle que vous seruez.

Escrit a Paris, et selle du seel de mes armes, le xvi^e jour de septembre, lan de grace mil iiij^e xiiij.

36

26 SETEMBRO [1414]

Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a conceder ao cavaleiro João Vazques de Almada possa trazer dali para o rei de Portugal, seu irmão caríssimo, 400 lanças.

Publicada: em RYMER, *Foedera, conventiones, litterae*, 3.^a ed., parte 2, p. 88; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. I, p. 320. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 14, p. 173.

Rex, omnibus ad quos &c. salutem.

Sciatis quod, de gratia nostra speciali, licentiam dedimus Johanni de Vasq[ue]z, chivaler, quod ipse quadringentas lanceas extra regnum nostrum Angliae, vbicumque sibi placuerit, ad excellentem & nobilem principem regem Portugaliae, fratrem nostrum carissimum, traducere possit, absque perturbatione seu impedimento aliquali.

Jn cujus &c.

Teste rege, apud Westmonasterium, vicesimo sexto die septembris.

Per breve de privato sigilo (1).

37

12 OUTUBRO 1414

Carta de Fernando I, rei de Aragão, a D. João I de Portugal, a solicitar-lhe providências, em razão das tomadias e malefícios praticados por súbditos portugueses em terras castelhanas depois do tratado de paz com Castela e sobretudo pelos habitantes de Valverde, que últimamente destruíram aldeia do Mestre de Alcântara, seu filho, tomaram e levaram vacas e outro gado, sem embargo das reclamações feitas e não atendidas.

ACA., Registo 2.405, fl. 56 v.

(1) As lanças em referência destinavam-se, porventura, à expedição contra Ceuta, então em preparação. A João Vasques de Almada, cavaleiro e embaixador de el-rei D. João I a Castela e a Inglaterra, talvez o irmão bastardo do conde de Avranches, alude frequentemente a crónica joanina (Cfr. FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 1, caps. 87, 91, 95 e 160, e vol. 2, caps. 38, 184 e 203). Havendo tomado parte na conquista de Ceuta, são também numerosas as referências que lhe faz ZURARA, na crónica respectiva.

A João Vaz ou Vasques de Almada, nosso embaixador a Inglaterra vezes várias, aludem também o *Quadro elementar*, t. 14, pp. CXXIX e ss., ALBERTO PIMENTEL, *Um contemporâneo do Infante D. Henrique*, e a bibliografia manuscrita e impressa ali citada.

Rey muy caro e muy amado tio.

Nos, elrrey dAragon e de Sicilia, vos embiamos muyto a saludar, como aquell que muyto amamos e por a quien querriamos que diese Dios tanta vida, salud e buena ventura quanta vos mismo querriades e nos por a nos deseamos e por a quien, de muy buena voluntad, faremos todas las cosas que a vos veniessen en plazer.

Rey muy caro e muy amado tio. Bien sabedes las pazes e confederaciones que son entre elrrey de Castilla, nuestro muy caro e muy amado sobrino, e su casa e vos e la vuestra. E, esto no embargant, de algunos tiempos entaqua, han seydas fectas diuersas preudas e malefficios por subditos e naturales vuestros al dito rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrnjo, e specialment agora, pocos dias ha, seyendo deputados e asignados jutges entre el dito rrey, nuestro muy caro sobrino, e vos sobre los danyos dados entre quada una de las partes, entre los quales jutges fue deputado e assignado por nos, por parte del dito rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino, Garcia Gomez de Tapia, doctor en leys.

E, esto no embargant, subditos e naturales vuestros del lugar de Valluert han fecto despues preudas en la tierra del maestre dAlcantara, nuestro muy caro e muy amado fijo, desribando vna aldea del maestrado e tomando vaquas e otros muytos ganados, los quales consigo ha leuado, no contrastant quel dito Garcia Gomez requiaaesse el corregidor depuez de la dita preuda que las vaquas e ganados fuesen restituidos, el qual dixo quel plazia. Empero, fasta agora, rrey muy caro e muy amado tio, no ses fecto derecho.

Rey muy caro e muy amado tio. Somos muyto mareuallado que tales cosas e tan malas sean stades fectas, seendo vos en buena paz e confederacion con el dito rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrnjo; por que vos rogamos, rrey muy caro e muy amado tio, e por deudo de justicia vos requiremos que las dictas cosas, asin malas e malament attentadas, fagades restituir e tornar al primero stado e no resmenos reintegrar e tornar las ditas vaquas e ganados a los a quien fueron tomados e poner remedio que, daquj adelante, semeyantes males e robarias no se fagan. E en esto, rrey muy caro e muy amado tio, faredes lo que deuedes e a que, segund dicto es, sodes tenido. E nos vos lo agradesceremos muyto. E, por jnstar, per nuestra parte, ante vos esto aferes, embiamos a vos el fiel nuestro Rodrigo dAlmaçam, scudero e cauallero del dito rrey de Castilla, nuestro muy caro e muy amado sobrnjo.

E, si algunas cosas, rrey muy caro e muy amado tio, de nuestros regnos e tierras vos son plazientes, embiatlas nos a dezir, car nos las compliremos de buen coraçon. E sea, rrey muy caro e muy amado tio, siempre en vuestra guarda Dios todo poderoso, per contemplacion de la su bienauenturada Madre.

Dada en la villa de Montblanch, dins nuestro siello secreto, a xij dias doctubre del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc.xiiij. Rex Ferdinandus.

Al rrey de Portugal, nuestro muy caro e muy amado tio.

38

9 NOVEMBRO [1414]

Carta de el-rei D. João I, dirigida a D. Fernando, rei de Aragão, em resposta a outra dele, em que historia as negociações havidas entre Portugal e Castela após as pazes, por causa de Valverde, único ponto discutido, e a propor se delimite ali definitivamente a fronteira.

ACA., D. Fernando I, caja 13, n.º 2549, original em papel, com picos de traça. A carta do rei aragonês é de 12 de Outubro de 1414, o nosso documento anterior.

Muytalto e muy poderoso príncipe, nosso muy amado e muy preçado sobrinho, dom Fernando, pella graça de Deus rrey dAragom e de Çezilia.

Nos dom Joham, per esa meesma graça rrey de Portugal e do Algarue, uos enuyamos muyto saudar, como a sobrinho e amigo que muyto amamos e preçamos e pera que queriamos que Deus desse tanta saude e vida e honrra como vos meesmo deseiaades.

Muytalto rrey, ssobrinho amigo. Fazemosuos saber que nos rreçebemos uossa carta per Roi Ferrandez dAlmaçom, escudeiro delrrey de Castela, uosso muyto amado sobrinho, per a quall nos escpreuestes em como bem sabiamos as pazes e confederações que som antre nos e nossa cassa e o dicto rrey de Castella, uosso muyto amado sobrinho, e sua casa (1). E que, esto nom enbargando, dalgũs tenpos aca, forom feitas desvayradas preudas e malefícios per os nossos subiectos e naturaas aos seus, em seus rregnos. E, espiçalmente agora, poucos dias ha, seendo asijnados e deputados juizes antre nos e o dicto rrey uosso sobrinho sobre

(1) Alusão ao Tratado de Paz de Ayllon, de 31 de Outubro de 1411,— o nosso DOC. 5.

os dapnos dados per cada hũa das partes; antre os quaees juizes foy deputado e asijnado, per a parte do dicto rrey uosso sobrinho, Garçia Gomez de Tapia, doutor em lex. E que, esto nom enbargante, que os nossos subiectos e naturaes, moradores em Ualuerde, ham depois fecto preudas na terra do meestre dAlcantara, uosso muy caro e muy amado filho, derribando hũa aldea do meestrado e tomando uacas e outros muytos gaados. E, porque per o dicto Garçia Gomez, doutor, fosse rrequerido ao nosso corregedor que fezesse entregar as dictas uacas e gaados e ell diasesse que lhe plazia, que ataa ora nom fora fecto nada. E que porem nos rrogauades e rrequeriades que as dictas cousas e males fezesedes rrestituir e tornar ao ponto e estado em que antes estauam, tornar as sobredictas uacas e gaados aos que foram tomados e posesen os rremedios que daqui en diente taaes males e dapnos sse nom fezesem.

Muy amado rrey, sobrinho amigo. Bem sabees que ante, per tenpos, que as dictas pazas antre nos e o dicto rrey de Castella, uosso muyto amado sobrinho, fossem fectas, o comendador das Elgas, do dicto meestrado dAlcantara, per uezes veo fazer preudas ao dicto lugar de Ualuerde e a outros lugares de nossos rregnos; por a quall rrazom, ueendosse os nossos naturaes e subiectos preudados e rroubados sem rrazom, sse mouerom a ffazer preudas em gaados de lugares dos rregnos do dicto rrey uosso sobrinho da dicta comarca. E esto sse aqueceço per algũas uezes. E, por sse estas cousas nom fazerem e sse fazerem entregas das cousas pasadas, foi acordado per nos e per a rreynha uossa muyto amada e muy preçada jrmãa, e per vos, em nome do dicto rrey, como seus tutores e rregedores dos seus rregnos, que fossem postos juzes per anbas as partes na dicta comarca, os quaees fezesem fazer entrega dos rroubos e males que fossem fectos.

E, por a nossa parte, foy posto Ruy Uasquez de Castelbranco (2) e Gomez Fernandez e, ao depois, Vaasco Gill, do nosso desenbargo. E, por a do dicto rrey uosso sobrinho, foram postos Fernam Lopez dEstunigua e o doutor Fernam Ximenez, antre os quaees, depois do dicto conhiçimento dos rroubos e males que eram fectos e concordança das entregas que sse auyam de fazer e quantas e em que maneira foi grande debate, quem primeiro auya dentregar; o quall fezerom saber a nos os juizes por a nossa parte. E nos lhes mandamos que fezesem polla nossa parte primeiramente entrega, contanto que per os juizes da sua parte lhes fosse prometido de a

(2) A este fidalgo, defensor do reino nas lutas contra Castela e nomeado por el-rei D. João I alcaide de Almeida, se refere FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 1, cap. 182, e vol. 2, caps. 22, 38 e 72. Parece tratar-se do morgado de Castelo Branco e administrador da capela e hospital da mesma cidade desde 2 de Abril de 1393, segundo carta joanina dessa data, parcialmente publicada por BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, p. 219.

fazerem logo elles fazer da sua parte aos nossos. E foi defecto asy per os nossos juizes conprido.

E, quando se ouuera de fazer entrega per os seus juizes aos da nosa parte, o dicto Fernam Lopez deu em rreposta que lhe veera hũa carta dos do conselho do dicto rrey uosso sobrinho, em que lhe mandauam que chegasse logo alla e que nom fezesem mais nada sobre as dictas entregas, sobre a quall cousa os nosos, que foram danaficados, nunca jamais foram entregues das cousas que lhes foram tomadas e rroubadas, des entom ataa ora. E, posto que estas cousas per os nossos enbaixadores que alo foram, ao trauto da paz, foram rrequeridas aa dicta rreynha de Castela, uossa muyto rrazada e preçada jrmãa, e aos do conselho do dicto rrey uosso sobrinho, nunca sobrelo foi fecto nada, das quaees cousas uos conpridamente pode enformar o bispo de Mondanhedo.

E, depois que as dictas pazes foram fectas, a cabo de dias, nos veo rrecado dos nosos naturaes e subiectos daquela comarca em como outro comendador, que ora he, ueera aos stremos dos rregnos e arrincara os marcos e hũu que estaua em hũa ponte o lançara ao rrio e que fezera algũas tomadas e rroubos em uacas e gaados dos dictos nosos rregnos; por a quall rrazom nos enuyamos Joham Fernandez, nosso scpriuam, ao conselho do dicto rrey uosso sobrinho, que esta nas partidas do rregno de Castela, de que vos teendes encargo, em que esta o conde dom Henrique, a lhe fazer saber o que asy fora fecto per o dito comendador. E depois o enuyamos sobreto a vos, por a quall cousa foy acordado que fossem enuyados outra uez juizes aa dicta comarca, pera se saber como aquelo fora fecto e sse auer de enmendar e corregger.

E, por a parte do dicto rrej uosso sobrinho, foi acordado que fosse juiz o dicto Garcia Gomez, doutor. E nos mandamos, por a nossa, com semelhante poder pera ello, o dicto Vaasco Gill, leçençeador em lex, do nosso desenbargo. E depois que o agora enuyamos, nos nunca de tall emnoua-gom como esta que nos ora escpreuestes soubemos parte nem ouuemos de tall cousa rrecado; mais, como ouuemos uossa carta, logo escreuemos ao dicto Vaasco Gill, emuyandolhe o trelado da uossa carta e mandandolhe e encomendando que sse enformasse bem do que nos asy escpreuestes. E, sse achasse que, per os nosos naturaes e subiectos fora fecto contra os subiec-tos do dicto rrey de Castela uosso sobrinho ou em seus rregnos cousa que nom deuese e contra direito e rrazom, que o fizesse corregger e enmendar como ante estaua que fecto fosse, fazendo fazer algũas entregas sse se de fazer ouuesem. E asi plaza a vos de mandardes uosso rrecado ao juiz posto por a parte do dicto rrey, uosso muy amado sobrinho, que o faça fazer por a sua parte, sse aos nossos algũa cousa foy fecta como nom deuya.

E sede çertos que nosso deseio e uontade he, asy por o boo deuydo que antre nos ha e por conprirmos o que no dicto contrauto per nos foi

promittido, de arredarmos todos os azos dos escandalos que auerem e chegarmos a todos os boons caminhos que podermos, pera sse fazer justiça e comprimento de dereito aos naturaaes do dicto rrey uosso sobrinho, asy como aos nosos, e aas cousas que forem fectas per elles como nom deuem as mandamos corregger e enmendar. E, porque estas cousas som em duuyda dos termos e cada hũa das partes diz sua uontade, pareçenos que seria bem de fazerdes dar poder tal ao juiz do dicto rrey uosso sobrinho que com o nosso visem esto e o talhasem. E desy o que fosse de Castela fosse de Castela e o que fosse de Portugal de Portugal, en tall guisa que nom fosse contendas, ca enquanto asy esteuerem, senpre hi auera contendas. E esto podees bem ueer porque antre nosos rregnos e os do dicto rrey uosso sobrinho nom ha brigas nehũas, saluo se he sobreste lugar.

Muytalto e muy nobre rrey, sobrinho amigo. Deus vos tenha em sua sancta guarda e encomenda.

Scrita em Sintra, ix dias de nouembro.

(as.) ElRey.

No verso: Ao muytalto e muy poderoso príncipe nosso muy amado e muy preçado sobrinho e amigo dom Fernando, pela graça de Deus rrey dAragom e de Sezilia.

39

[1414]

Alvoroço em Castela pelos preparativos de armada em Portugal; resolução de enviar embaixada a D. João I para que este jure o Tratado de Paz de 1411, como prova real do seu pacifismo a respeito do país vizinho.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 31.

.....
O quarto deseio de saber he quamdo homem deseia de saber aquellas cousas de que nom he certo se lhe uijmra dano ou proueito e muyto mais ajmda trabalhom os emtendimentos por saber a certidom daquellas de que certamente esperam rreçeber dano, que das outras de que sse segue pro-



ueito; ca soamente o temor he aazo de filharem os homeens comsello. Cujo mouimento foi em algũs daquelles principaaes do rregno de Castella; ca, ouuindo as nouas como este feito cregia cada uez mais, teueram muy grande cuidado de saber o principall mouimento delrey.

Mas este desejo nom era saluo por aquella derradeira rrezam que ja dissemos, temendo ho dano que lhe podia vjr, e diziam amtre ssi: como pode sser que elrey aja de fazer armada nem tamanho ajuntamento de gentes pera hir sobre o duque dOlamda, seemdo amtre elles tam poucas emjurias passadas? Ca, posto que o elrey assy mamdasse desafiar, seria a outra fim, mas nom ja porque a sua uerdadeira teemçom seia dhir sobre elle. E, sobre esta duuida, algũs genoeses estantes na çidade de Lixboa escpreueram a outros seus parçeiros estantes em Seuilha, rrecontamdo-lhe todo ho ardimento que sse trazia no rregno de Portugall açerca do auimento daquella frota. E, posto que sse algũas cousas dissessem de desuayradas maneiras, os mais dos ssesudos crijam que todo se fazia pera hirem sobre a çidade de Seuilha; porem, que elles fossem auisados de tirarem de hi sagesmente suas mercadorias e cousas de que entemdiã rreger algũu dano, em abatimento de sua fazemda.

E com estes rrecados e muyto mais com a prosumçom que sse fazia manifesta, se ajuntarom aquelles uijnte e quatro da quadra de Seuilha e teueram sobre ello grandes comsellos, sobre os quaaes escpreuerom ao comsello delrey, a saber aa rrainha e a algũs outros grandes senhores que eram com ella; porquãto o iffante dom Fernando era ja rrey dAragam e estaua em seu rregno, proueemdo sua terra. Chegou assy este rrecado a Pallemça, homde elrey estaua, sobre o quall se fallarom muytas cousas, amtre os quaaes fallou principallmente hũu bispo de Auila a que aquelle rrecado de Seuilha em espiçiall fora emcomendado, porquãto elle era naturall daquella çidade (1). E esto fallou elle assy, porque muytos daquelles do comsello deziã que nom era pera fallar em semelhamte cousa, que bem era de presumir que, sse elrey dom Joham teuera uoomtade de cometer semelhamte cousa, que nom mamdara la seus embaxadores rrequerer paz.

Porem, meu comsello he que, emquãto a cousa assy esta, que a çidade de Seuilha seia logo auisada e os muros rreparados e os almazens prouijdos e que as portas seiam muy bem fechadas e as chaues entregues a homeens fiees e que seia mamdado a todollos fidallgos e caualleiros comarcãaos daquella çidade que sse uenham logo pera ella e façam compir e guardar todas estas cousas, como sentirem que perteeçe pera segu-

(1) Era então bispo de Avila Don Juan Guzmán (Cfr. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, p. 67).

ramça da dita cidade, e proueixam todallas galees e nauios que esteuerem nas taragenas, que lhe nom falleça nehũa cousa pera sse aproueitem dellas quando comprir.

Depois que o bispo acabou sua falla, estaua hi, amtre aquelles senhores, o adiantado de Caçorilla, que era hũu fidallgo muyto ssesudo, posto que muyto uelho nom fosse, o quall se estaua sobriijndo emquanto o bispo fallaua. He bem, disse elle, que nos ajamos de tomar o temor por todollos outros a que peruemtura mayor parte desto perteeçe. Como poderiamos nos fazer nehũu mouimento pera nos perçebermos que nom fizessemos muy grande jmjuria a elrrey de Portugall, teemdo com elle nossas pazes e lianças firmadas e auemdo hi tam chegado diuedo, como ha amtre nosso rrey e seus filhos, e seemdo elle hũu príncipe tam grande e tam nobre, e que ajamos de sospeitar delle que aja de quebrar sua uerdade e sua ffe, homde numca sse acha que semelhamte fizesse?

E, porque ajmda esta cousa fique mais firme e mais segura, podemos a elrrey emuiar nossos embaxadores, pera tomarem juramento a elrrey, segumdo ficou determinado, quando seus embaxadores daqui partiram. E este mouimento sera justo e honesto e poderemos per elle fazer dous grandes proueitos. O primeiro sera que, sse elrrey jurar as pazes, como he de crer que faça, ficaram nossos feitos todos seguros; e, sse peruemtura elle teem em uoomtade de fazer outra cousa, loguo poera algũuas escusas a o nam fazer, do que sse elle nom pode escusar que nom fique perjurado e emfamado; e nos poderemos emtom emtemder, por quallquer pequena duuida que elle ponha, que todo seu fundamento he pera nos empeeçer. E emtom teeremos rrezom de nos perçebermos descubertamente e sem nehũu prasma.

Alli estauom, em aquelle comsselho, muy grandes senhores; ca estaua hi o duque dArjona e o meestre de Callatraua e o prioll de Sam Joham e o comde de Benauemte e o arçebispo de Tolledo e o bispo de Burgos e hũu adayam de Santiago, que era muy grande doutor, e assy outros muytos doutores e caualleiros, que alli leixara elrrey dom Fernamdo, pera determinarem as duuidas que sobreuiessem ao comaselho delrrey seu sobrinho (2). E estes todos fallaram amtre ssey, auemdo seus debates aqerqua daquelle feito. E, finalmente, acordarom que o comsselho do

(2) A este propósito informa o coevo bispo Don LOPE BARRIENTOS:— «Antes que el ynfante don Fernando partiese para Aragón, dexó en el rregimiento y gouernación del reyno, con la rreyna doña Catalina, madre del Rey, a don Sancho de Rojas, arçobispo de Toledo, y a don Alfonso Enríquez, almirante de Castilla, y al condestable don Ruy López de Ayalas, y al adelantado Pero Manrique; a los quales dexó su poder bastante para rregir y gouernar el reyno, asy como lo él tenía» (*Refundición de la Crónica del Haconero*, p. 22).

adiantado era boom. E porem mandaram loguo fazer a embaxada e emlegeram pera ella ao bispo de Mondanhedo e Dia Sanchez de Benavides (3).

40

[1414]

Embaixada de Castela a Portugal, constituída pelo bispo de Mondanhedo e por Dia Sanches de Benavides, para juramento por el-rei D. João I e seus filhos do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, então firmado pelos procuradores das duas nações.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 32.

Nobrememente mamdou a rrainha (1) correger aquelles embaxadores, assy pollo que perteeça aa exçellemçia do estado de seu filho, como por serem os primeiros que uieram a este rregno depois da morte delrey dom Hamrrique. Os quaaes, partidos de Castella, traziam em ssi muy grande duuida de acabarem o porque uijnham, tamanho era o espanto que lhe poseram aqerqua do mouimento delrey comtra a çidade de Seui-lha, a quall openiom lhes fazia pemssar que seriam mall rreçebidos e pior agasalhados.

Empero, acharom o feito mujto pollo comtrayro do que o elles espe-rauam; ca, tamto que elrey ouue nouas de sua uijmda, mamdou loguo hũu escudeiro ao estremo, que os fizesse muy bem rregeber em todollos lugares do rregno por homde elles uiessem. O quall escudeiro leuaua poder abastamte delrey per que lhe fizesse dar abastadamente todallas cousas que lhe fizessem mester, sem lhe seer leuado por ello nehũu preço de dinheiro, soomente todo aa custa delrey. E, quando assy aquelles emba-xadores uiram semelhamte começo, prouuelhes mujto, do quall loguo mam-daram rrecado aa rainha e aos de seu comsselho, fazemdolhe saber aquelle boom gasalhado que lhe elrrey, de presente, mamdaua fazer.

(3) O bispo de Mondanhedo em referência era D. Alvaro de Isorna. (Cfr. EUBEL, *Obra e vol. cit.*, p. 343). Dia Sanchez de Benavides é dito, em 1405, «cabdillo del dicho obispado de Jaén» (BARRIENTOS, *Obra cit.*, p. 11).

(1) D. Catarina, de Castela, Regente na menoridade do filho, D. João.

Mas, quando elles chegarom aqerqua de Lixboa, homde elrrey estaua, alli poderam elles de todo conhecer quanto a sua primeira openiom jazia em erro; ca, mandou elrrey pera elles muy gram parte dos boons que auia em a çidade. E, tamto que foram amte elle, rregebeos muy graçiosamente de sua pessoa, do que elles sobre todo foram mais comtemtes. Senhor, disse o caualleiro, elrrey nosso senhor e a rrainha sua madre uos emuiam muyto saudar e o duque com todollos outros de sua uallia se encomemdam em uossa merçee e os outros fidallgos e caualleiros com toda a outra gemtilleza da corte emuiam beyjar uossas mãaos e emcomemdar em uossa merçee. As quaaes emcomemdas assy dadas, foram rregebidos per elrrey com aquella mesura e çerimonia que comuijnha a seu estado e boa uoomtade. E emtam lhe deram a carta de creemça e lhe apresentaram sua embaxada em esta forma.

Muy poderoso e serenissimo príncipe, senhor, elrrey. O bispo de Momdanhedo e Dia Sanchez de Benauides, subditos e naturaes e feituras do muyto alto e muyto poderoso, serenissimo, jllustrissimo príncipe senhor elrrey de Castella e de Leom, uosso sobrinho, nosso senhor, notificamos aa uossa merçee como, amte a sua rreal magestade, foram uossos embaxadores, a saber Joham Gomez da Sillua, uosso alferez moor, e o doutor Martim do Sem e o doutor Belleago, os quaaes, com uossa autoridade e poder, traotaram com a senhora rrainha e com elrrey dom Fernando, que emtom era iffante (2), como tutores do dito senhor, pazes perpetuas, firmes e ualledoyras pera todo sempre, amtre a sua rreal senhoria com todos seus rregnos e senhorios e terras e uossa alteza com todos seus rregnos e senhorios e terras. Sobre as quaaes foram feitos hũus capitullos em que emteiramente se contem a forma das ditas pazes e a maneyra como sse deuem firmar e guardar.

E, porquanto os ditos senhores tutores e curadores delrrey fizeram juramento sollemne, segundo pera tall auto compria, e assy todollos outros príncipaaes daquelles rregnos, passamdosse todo assy em presença dos ditos uossos embaxadores, segundo dello tomaram suas escripturas pruiicas. Os quaaes embaxadores juraram outrossi, em uosso nome e de uossos filhos, per uirtude e poder de uossas procurações, que pera ello leuauam sofficientes e abastantes, ficamdo rresguardado aos ditos tutores de emuiarem ao diamte seus embaxadores, pera seer tomado pessoalmente o dito juramento de uossa merçee e assy de todollos outros a que perteeçe

(2) Deste passo e do contexto do presente capítulo e do anterior se infere que já D. Fernando era rei de Aragão. Portanto, a presente embaixada é posterior a 15 de Junho de 1412 e anterior a 10 de Janeiro de 1415, como se deduz da carta de quitação abaixo citada. Pode localizar-se talvez em fins do ano de 1414. O *Quadro elementar*, t. 1, p. 292 localiza-a neste ano.

semelhante juramento. E, porque depois dos ditos tratos passados, se seguiram outros negócios naquella regno, principalmente os feitos delrey dom Fernando, nom poderam emuiar aa uossa mercee rrequerer o dito juramento.

Porem, porque as ditas pazes seiam firmes e rratas, elrey nosso senhor, per autoridade da rrainha sua madre e dos outros de seu comsello, nos mandou, como seus embaxadores, que firmassemos o dito juramento e lhe leuassemos dello nossas escripturas pruuicas, nas quaaes sse comteuesse todo o auto que sse aqerqua dello passasse. Ora, muyto alto e muyto poderoso principe, aa uossa senhoria praza emcaminhar como o dito juramento seia feito, por tall que as ditas pazes se guardem e firmem, segundo per uossos embaxadores foi trautado e firmado. Acabada assy a sustancia daquella embaxada, disse elrey.

Como quer que em todallas outras cousas os grandes principes tenham maneira de rretardarem algũ pouco suas rrepostas, pera auerem rrezam de sse comsellar, quanto aqerqua desta presente muytos dias ha que eu tenho auido meu comsello. Ca, por tam firme tiue e tenho qualquer cousa que aquelles meus embaxadores em meu nome trautassem como sse a eu, per minha propria pessoa, fezera. E portanto me praz muyto de fazer o dito juramento per a guisa que me per uos he rrequerido e, daqui em diante, trautar com todallas cousas de meu sobrinho per aquella guisa que trauto com as minhas, teemdo seus naturaes com os meus aquella maneira que he rrezam. E, quanto ao juramento, disse elrey, que pera sse fazer como compria, que elle mandaria chamar algũs dos principaaes do seu regno que alli nom estauam e que emtom emcaminharia como elles fossem despachados, segundo seu rrequerimento. E assy fizeram fim quanto em aquella dia das cousas suso ditas.

E os embaxadores ouueram nobres pousadas; e, sse ante eram bem agasalhados e prouijdos das cousas que lhe faziam mester, dalli auante ho foram muyto melhor, ca elles eram em aquella çidade, homde a elrey uijnham muytas cousas deleitosas, espiçialmente pescados frescos, de que elles, em algũas partes de seu regno, som mall prouijdos. Elrey tijinha maneira de os mandar abastar de todo. E desy, quando foi tempo, elrey e seus filhos fizeram seu juramento assy e per aquella guisa que fora feito em Castella, de que os ditos embaxadores tomaram seus estormentos e escripturas, segundo sentiram que compria pera segurança de seus feitos.

Mas, porque aalem da dita embaxada, elles traziam outras algũas cousas que auiam de rrequerer, assy como tomadas dalgũs nauios ou danos que sse sempre fazem amtre os uizinhos dos extremos, foilhes neçesario destarem ajmda algũs dias na corte, pera rrequerem aquellas cousas; no quall espaço se seguiu que aquelle caualleiro Dia Sanchez de Benauides adoçeo. E, como quer que, per mandado delrey, fosse muy bem curado, a emfirmidade era tall, de que per neçessidade ouue de fazer

fim de sua uida. Da quall cousa a elrrey desprougue e assy lhe mandou fazer muy homrradas eyxequias e aa sepultura foram a mayor parte dos boons homeens que auia naquella çidade, per mamdado delrrey (3).

E assy dello como de todo outro gasalhado, que lhe elrrey mamdou fazer, o bispo foi muy comtemte e assy louuaua muyto elrrey per todollos lugares per homde hia, quando se tornou pera sua terra, ca loguo em breue tempo foi despachado. E auees de saber que, depois que estes embaxadores emtraram em Portugall ataa que sse o bispo tornou, sempre foram manteudos, elles e seus homeens e bestas, aa custa delrrey, assy grandemente, como elle costumaua de o fazer (4). E, emfim, foram dadas ao bispo grandes dadiuas de joyas douro e de prata e panos e penas de grande uallia, as quaaes com outras cousas foram aazo per que aquelles seruidores que uieram com os ditos embaxadores, contra sua natureza, louuauom muyto a grande manifiçencia delrrey.

41

[28 NOVEMBRO 1414]

Memorial dado por D. Fernando, rei de Aragão, a mossem Suero de Naua e ao Dr. Dalman de Sant Dionis, seus conselheiros e embaxadores a el-rei de Portugal, à rainha e a D. Nuno Álvares Pereira, com os assuntos que com eles hão de tratar, pois receia que a armada portuguesa em preparação se dirija contra o seu reino da Sicília (1).

ACA., Registo 2.406, fl. 54. Deduzimos a data da do documento seguinte.

(3) Não temos motivo para impugnar absolutamente esta afirmação do cronista sobre a morte de Dia Sanches de Benavides em Portugal, porventura em fins de 1414. Reparamos, contudo, em que, pelos meados do mesmo século, indivíduo homónimo, «señor de la villa de Santistewan del Puerto» e tio de D. Pero Manrique, figura no *Memorial de diversas hazeñas, Crónica de Enrique IV*, de DIEGO DE VALERA, a pp. 49 e 120.

(4) Esta asserção é confirmada pela respectiva carta de quitação, de 10 de Janeiro de 1415, adiante lançada, — o nosso DOC. 50.

(1) Parece que eram várias as apreensões de D. Fernando de Aragão sobre a finalidade da armada portuguesa: a) a libertação ou socorro do Conde de Urgel, nos termos do que refere ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, parte 2, liv. 12, cap. 43, segundo o qual haveriam sido encontradas cartas comprometedoras do rei de

Memorjal de les coses que mossen Suer de Naua e mossen Dalman de Sant Dionjs deuen explicar, de part del senyor rrey, al rrey e rreyna de Portugal, per vigor de les letres de creença que sen porten. Paulus Secretarius.

Primeramente, precedent deguda salutacio, explicaran la sanjtat e bon estament del dit senyor, de la senyora rreyna, de los senyors princep, son primogenjt, e de los altres senyors jnfants e jnfantes, e lo bon e pacifich estament de tots sos rregnes e tierres. Paulus Secretarius.

Jtem, explicaran al dit rrey de Portugal, presents empero la dita rreyna de Portugal e Nunyo Aluerez, o almenys la dita rreyna sola, si aquj Nunyo Aluerez no sera, com es fama publica e se diu es escrju per molts e tants e tals, que causan raonablement alcuna presupecion quel dit rrey de Portugal fa armada de naus, galees e gents darmes per damnificar lo seu rregne de Sicilia, la qual cosa lo dit senyor comemorant se la bona pau perpetua que es entre lo dit senyor per tots sos rregnes e terres e lo dit rrey de Portugal per tots sos rregnes e terres, e axi lo rrey de Castella per tots sos rregnes e terres, e lo dit rrey de Portugal per tots sos rregnes e terres. E nores menys lo deute de parentiu que es entre les cases de les dits senyors ab la casa del dit rrey de Portugal, no pot ne ha pogut ne vol creure jassia le sia stat per molts dit e auerat. E, per ço que los amichs special los rreys e princeps se han asentir quant tals o semblants casos e tan jnhonestos se dien de sos amichs e parents. E aximateix deuen esser ab sos amichs clars e fora de tota dissimulacio e sospita, le notiffica les dites coses per que li declare sa jntencio e sia satisfet a la fama de les dits gents. Paulus Secretarius.

E dites les dites coses, ssi lo dit rrey respondra dient axi com lo dit senyor presumejx que les dites coses no sien veres etc., rrepplicarlihan que lo dit senyor tal confiança e creença na haut e ha tots tempos e assi ho ha respost a tots aquells qui ljn han parlat o scrit. Mes per tal que tot scrupol de sospita sia leuad entre lo dit senyor e ell e los qui tals fames sien confusos, demanarlihan ljn faça scriptura e seguretat firmada de sa ma e mjtjançant jurament roborado tal com se pertany. Paulus Secretarius.

Jtem, si lo dit rrey recusaua o se escusaua de no ser la dita scriptura, dient que entre ells ha pau, segons dit es, e que aquella vol seruar e no fretura de nouella scriptura o fermetat, rrepplicarlihan que, per las

Portugal em mãos da Condessa de Urgel, mãe de D. Jaime; b) a conquista do reino de Valência (ibí, cap. 52); c) a conquista do reino de Sicília, por supor o rei aragones que D. João I se havia confederado com a respectiva regente, D. Branca, o que levou D. Fernando de Aragão a decretar as providências constantes dos caps. 44 e 52 do citado autor e ainda da carta do embaixador Martinho de Torres ao monarca, de 12 de Fevereiro de 1415, datada de Catânia, — o nosso DOC. 52.

dites raons, se deu fer e per tolre les dites fames e que lo dit senyor no recusaria en semblant cas donar al senyor rrey tota seguretat que fos raonable nj ell ho deu recusar. E, en aquest cas, faran gran instancia ab degudes induccions e raons, que la dita scriptura se do. Paulus Secretarius.

Item, si lo dit rrey no volra dar la dita scriptura, dirlihan que almenys scrisca al dit senyor per ses letres clarament sa jntencio; car, en altra manera, lo dit senyor haurja clara e vberta rao de sospita e conjectura de la fama damunt dita, a que ell no deu donar alcuna causa, per les raons ja dites. Paulus Secretarius.

Item, si lo dit rrey de Portugal respondra coloradament, cuberta o scura, en tal manera que versemblant fos ell fer la dita armada a la fi damunt dia, explicar e dirlihan com lo dit senyor, ateses ses paraules, ha vertadera causa de dubtar e sospitar; e, no solament de dubtar, mes de prouehir, e que axi ho fara sens algun dubte, e pren a Deu per jutge e que, ab lajuda de Deu e de la Verge Marja, ell no solament se deffendra daquells que mal ne damnatge volran fer en sos rregnes e terres, mes a fi de pau, aquells offendra, e que deurja considerar los grans damnatges que de semblants coses se esperen segujr e es greu al dit senyor que jnconuenjents e mals se hagen a segujr entrells, a causa del dit rrey. E que daço lo dit senyor se descarrega a Deus e al mon dient encara ques recort que entrells ha bona pau, segons dit es, e aquella vol tenjr e seruar e que en special als rreys e princeps que temen Deu e la honor del mon e esqujuan vergonya es molt jnnomjnosa cosa aquella violar e trencar. Paulus Secretarius.

E totes les dites coses raonaran a part, si mester sera, a la reynna e Nunyo Aluerez, no ab so que ella ne degen pregar o jnstar lo rrey, mas per descarrech del dit senyor. Rex Ferdinandus.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

Carta credencial do rei de Aragão a D. João I de Portugal, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros mosem Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, e a solicitar-lhe de plena fé a tudo o que da sua parte lhe disserem.

Rey muyt caro e muyt amado thio. Nos, elrrey dAragon, vos embiamos muyto a saludar, assin como a rrey para quien querriamos que diesse Dios tanta honra e buena uentura quanta por nos querrjamos.

Rey muyt caro e muyt amado thio. Sobre algunos afferes tocantes muyto honra vuestra e nuestra, embiamos a vos los amado[s] e fieles consellers nuestros mossen Suero de Naua e en Dalman de Sant Dionis, doctor de leyes, jnformados a pleno de nuestra jntencion sobre aquellos; por que uos rogamos que, en todo lo que los ditos Suero e Dalman vos explicaran de nuestra part sobre aquello, dedes plenera fe e creyença, assin como si nos personalmente vos lo deziamos.

Et, si algunas cosas, rrey muyt caro e muyt amado thio, uos plazen de nuestros rregnos e tierras, scriujtnos ende, car nos las compfiremos de buen grado. Et sea, rrey muyt caro e muyt amado thio, en vuestra continua proteccion e guarda la Trjnjdad Sancta.

Dada en la vila de Montblanch, dins nuestro siello secreto, a xxbiij dias de nouiembre del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc. xiiij. Rex Ferdinandus.

Dirigitur regi Portugalie.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

43

28 NOVEMBRO 1414

Carta credencial do rei de Aragão, D. Fernando, à rainha D. Filipa de Lencastre, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, e a solicitar-lhe dê plena fé a tudo o que da sua parte lhe disserem.

ACA., Registro 2.406, fl. 53 v.

Reyna muyt cara e muyt amada thia. Nos elrrey dAragon e de Sicilia uos embiamos muyto a ssaludar, assin como a reyna por a quien querrjamos que diesse Dios tanta honra e buena ventura quanta por nos mismo deseyamos.

Reyna muyt cara e muyt amada thia. Nos sobre algunos afferes tocantes muyto honra de nuestro muyt caro e muyt amado thio, elrrey

de Portugal, vuestro marido, e uuestra e nuestra, embiamos al dito rrey e a uos los amado[s] e fieles consellersos nuestros mossen Suero de Naua e en Dalman de Sant Dionjs, doctor en leys, jnformados a pleno de nuestra jntencion sobre aquellos.

Por que uos rogamos que, en todo lo que los ditos mossen Suero e Dalman vos explicaran de nuestra parte, sobre aquello dedes plenera fe e creyença, assin como si nos personalment vos lo deziamos.

E, si algunas cosas, rreyna muyt cara e muyt amada tia, vos plazen de nuestros rregnos e tierras, scrjuitnos ende, car nos las compliremos de buen grado. E sea, rreyna muyt cara e muyt amada thia, en vuestra continua proteccion e guarda la Trinjdad Sancta.

Dada en la villa de Montblanch, dins nuestro siello secreto, a xxviij dias de noujembre del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc.xiiij. Rex Ferdinandus.

Dirigitur regine Portugalie.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

44

28 NOVEMBRO 1414

Carta credencial de D. Fernando, rei de Aragão e de Sicília, a D. Nuno Álvares Pereira, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, por ele enviados ao rei de Portugal, e a solicitar-lhe dê plena fé e cumpra por obra o que da sua parte lhe disserem.

ACA., Registro 2.406, fl. 54.

Elrrey dAragon e de Sicilia. Nunyo Aluarez. Nos sobre algunos afferes, tocantes muyto honra nuestra, embiamos a nuestro muyt caro e muyt amado thio elrrey de Portugal los amado[s] e fieles consellersos nuestros mossen Suero de Naua e en Dalman de Sant Dionjs, doctor en leys, jnformados a pleno de nuestra jntencion sobre aquellos.

Por que uos rogamos que, en todo lo que los ditos Suero e Dalman vos diran de nuestra parte sobre aquello, dedes plenera fe e creyença e lo cumplades por obra, assin como si nos personalment vos lo deziamos.

Dada en la villa de Montblanch, dins nuestro siello secreto, a xxviiij dias de nouiembre del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc.xiiiij. Rex Ferdinandus.

Dirigitur al noble varon
Nunyo Aluerez, conestable
del rregno de Portugal.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

45

5 DEZEMBRO 1414

Carta de João Mercader, baillio geral de Valência, ao rei de Aragão, a dizer-lhe que lhe envia pelo mesmo correio o depoimento obtido do patrão e mercador de nau de Castela ali chegada de Portugal sobre o que sabiam da armada deste país e da finalidade dela.

ACA., D. Fernando I, caja 10, n.º 1759, original em papel.

O documento reflecte as preocupações dos aragoneses a respeito da armada que secretamente se preparava em Portugal contra Ceuta, as quais motivaram a embaixada de Fernando I a Portugal a que se referem ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 33, SOARES DA SILVA, *Memorias*, t. 2, cap. 188, e t. 3, cap. 206, e LEAO, *Chronica dos Reis*, t. 3, cap. 85.

Molt alt, molt excellent e molt poderos ssenyor.

Poqua estona ha que es junta, en la plaia de aquesta ciutat, vna barcha de Castella, la qual ve de Portugal. Et yo he fet venjr denant mj lo patro e lo mercader de la dita barcha. Et hels fet depositar, ab sagrament en poder meu, tot ço que saben del estol delrrey de Portugal; la deposicio dels quals vos tramet ab lo present correu, per auisament de vostra excellent ssenyorja, la qual Nostre Senyor Deu, per sa clemència, pprosper ab molta honor e longa vida, amen (1).

Scrita en Valence, a çinch de deembre 1414.

Molt alt senyor. Vostre uassall e seruidor quj besant uostres mans humjllment me coman en uostre guard e merçe. Johan Mercader, vostre batle general.

No verso: A la molt alta maiestat del ssenyor rrey.

(1) O depoimento original no citado arquivo e secção, caixa 10, n.º 1760.

[1414]

Embaixada de el-rei D. Fernando de Aragão a Portugal, em razão do aprestamento da armada, e oferecimento de serviços de estrangeiros a D. João I.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 33, — texto que se reproduz. LEAO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 85. SOARES DA SILVA, *Memórias*, t. 2, cap. 188, e t. 3, cap. 296. Resumo no *Quadro elementar*, t. 1, p. 293.

Pois que ja dissemos dos embaxadores de Castella e de todo o que sse seguio em sua embaxada, digamos agora todollos outros embaxadores que uieram a elrey, por rrezam daquela armada que assy fazia; ca a fama della, como ja dissemos, era muy grande, que soaua per todallas partes e espamtaua mujto os corações dos homeens, espiçialmente daquelles que eram mais chegados a este rregno.

E foi assy que, tanto que em Castella foi determinado que os embaxadores uiessem a Portugall, logo algũs daquelles senhores do comselho escpreueram a elrey dom Fernando, fazemdo lhe saber todo o feito como passara. Ca, posto que elle esteuesse assy alomguado, nom sse fazia nehũua cousa de peso em Castella que a elle nom soubesse. E esto era porque os mais daquelles eram sua feita. E, assy como lhe fizeram saber a partida dos embaxadores, assy lhe escpreueram depois toda a rreposta que leuaram. Mas emtom ficou a elle outro mujto mayor cuydado; porque comsijrou em ssi que, pois elrey de todo seguraua o rregno de Castella, firmamdo as pazes per juramento, como dito he, que poderia seer que seria a uerdadeira temçom de hirem comtra elle ou comtra algũu lugar de seu senhorio.

E este pemsamento tijinha elle assy, porquanto ouuera o rregno per aquella guisa que ja ouuistes (1), do quall auia tam pouco que estaua em posse, e foralhe dito como ho comde dOrgel, que pemssaua teer mayor dereito no rregno que elle, ueemdo como ja per ssi nom podia cobrar nome de rey, que escpreuera a elrey dom Joham, como elle era assy forçado do seu e que, pois naquelle rregno nom podia cobrar dereito, que lhe prouesses de o ajudar e que, com pequeno mouimento que elle fizesse

(1) No cap. 5.

açerqua dello, seria de todo posto em posse delle; ca os mais e mayores daquelle rregno nom obedeciam a elrrey dom Fernamdo senam per força, ca conheçido era a todos que o rregno justamente perteeçia a elle mais que a elrrey dom Fernamdo. E que, sse a Deos prouuesse delle cobrar assy a dita posse, que elle nom queria filhar nome de rrey; mas que elle tijinha duas filhas pera casar e elle, jso mesmo a Deos graças, tijinha filhos, que as casasse com dous delles, comtamo que o que casasse com a mayor tomasse logo nome de rrey dAragam e que ao outro filho seria dada terra em aquelle rregno em que podesse uiuer homrradamente e que, per seu fallçimento, lhe ficaria o seu comdado com toda sua terra.

E, como quer que nehũa cousa disto fosse fallada a elrrey dom Joham, he porem certo que foy assy dito a elrrey dom Fernamdo. E, de o elle creer, nom era ssem rrezom; porquanto elle estaua assy em aquelle rregno, homde era quasi estrangeiro, e conheçia bem que, ajmda que o seu direito fosse mayor, que mujtos daquelles que lhe obedeciam quiseram ante o comde por seu rrey, por aazo da natureza que auia com elles. Ca, bem conheçia que seu obedeçimento era mais costrangido que per uoomtade, porque obediência costrangida numca sse pode possuir sem grande sospeita.

E, porque os seus lhe conheçiam assy aquelle cuydado e que lhe prazia de ouir quallquer cousa de mouimento de cada hũu de seus contrairos, trabalhauamse de saber todo o que açerqua dello podiam e deziamilha; e, querendolhe comprazer, mujtas uezes lhe affirmauam o que nom sabiam, de que sse seguiam penas jmjustas a algũus, ca jsto he hũua cousa que faz a mujtos príncipes gaanhar grandes jmmijzades com seu pouoo; e os malles que sse dello seguiram manifestos ssam a todos aquelles que sabem as cronicas amtijgas. Nom era esta cousa pera elrrey dom Fernamdo nom creer, trazendo comssigo tam manifesta coor. E porem mamdou loguo fazer prestes seus embaxadores, os quaaes emuiou com suas cartas a elrrey dom Joham (2). E, leixando a prolloxidade das outras cousas, breuemente

(2) ZURARA omitiu os nomes dos embaixadores aragoneses, constantes porém das cartas credenciais que trouxeram, de 28 de Novembro de 1414. Foram o cavaleiro Suero de Nava e o jurista Dalman de Sant Dionis (Cfr. os nossos DOCS. 42, 43 e 44). Aquellas situam, pois, a vinda e estadia dos emissários de Aragão em nosso país em fins do ano de 1414, após a retirada da embaixada castelhana, como assevera o cronista. E haveriam seguido para sua terra nos primeiros dias de Janeiro de 1415, nos termos da carta da rainha D. Filipa ao rei aragonés, de 9 daquele mês e ano, adiante lançada.

Temos a prova explicita de qual era a apreensão do rei aragonés, no Memorial dado aos embaixadores vindos a Portugal (DOC. 41) e em carta sua do mesmo citado dia 28 de Novembro de 1414: — *Segunt en diuersas maneras somos informados, la armada que se haze en Portugal se presume se haze por dapnificar aquez rregno (de Sicilia), en el qual, por algunas coniecturas, se presume se tiene qualquier tracto. E,*

chegarom. E, tanto que foram em pomto de seer ouuidos, disseram a elrrey per esta guisa.

Senhor, elrrey dAragam nosso senhor uos faz saber como ha muyto tempo que ha nouas que uos uos perçeebes de guerra e que elle, emquamto uosso perçebimento nom foi muyto ssoado, sempre pemssou que era algũa cousa pequena; mas, depois que ouue çertas nouas, que mandaues perçeber todallas gemtes de uosso rregno e buscar per diuersas partes naaos e nauios, pera fazer grande ajuntamento de frota, que emtemdeo e emtemde que hũu tam alto prinçipe como uos nom pode mouer semelhante feito senom a algũu grande fim; e que, qumto a çertidom do feito he mais duuidosa, tanto he mayor rrezom que sse prouēja sobre ello.

E, porque amtre as muytas partes que sse determinam açerqua de uossa armaçam, prinçipalmente ssom duas que a elle perteeçem, a saber que algũus seus contrairos uos moueram partido que os ajudasse a cobrar aquelle rregno, poemdouos em esperamça de o darem depois a cada hũu de uossos filhos; e a outra he que emuiaaes sobre o rregno de Cezillia, de que elle teem tamta parte como sabees. Porem, que elle uos rrogua que comssijrees a boa uoomtade que elle sempre teue a uos e a todos uossos feitos e o dereito que elle teem naquelles rregnos, o quall ja foi uisto e determinado per o samto padre e assy per todollos leterados e sabedores dos ditos rregnos, por cuja rrezom elle foy posto em posse e rrecebido por rrey e senhor, como bem sabees. E que uos nom queiraaes mouer contra elle, por nehũua esperamça de proueito que uos açerqua dello seia mouido, nom auendo justa rrezam pera ello; e que, sobretodo pera obrardes segundio perteeçe aa uossa preclara magnifiçemça, prazauos que lhe emuiees dizer açerqua de todo uossa uoomtade; ca elle, posto que lhe estas cousas fossem ditas, numca determinadamente em seu coraçom pode caber que uos semelhante mouimento fizessees nom auendo mais justa causa, porque uos conheçe por justo e dereito em todos uossos feitos e assy obrador de grandes cousas.

entre les otras suspeytas que se han, son de la rreyna (D. Branca). Pelo que ordena a embaixadores seus à Sicilia que tomem duas galés e as convenientes fustas e que, se virem que têm poderio suficiente e que sem grave escândalo o podem fazer, procurem trazer a rainha e tomar posse dos castelos e fortalezas da ilha (ACA., Registro 2400, fl. 4 v.).

Em 17 de Dezembro do mesmo ano de 1414, o referido monarca era informado: — *que lo rrey de Portugal fa gran estol de naua e de galees armades, en les quals deuen muntar molts genta darmes en gran nombre, ab moltes artelleries que anfetes fer de combatre, castells e forces e que certament no pot hom saber lo dit estol per ques fa no on deu anar, sino ques diu en Cathalunya que deu anar en Sicilia, segons li lo ha dit lo dit mossen Andreu Guardiola, per asabentar ne de part de la vostra senyoria tota Sicilia (ACA., Fernando I, caja 10, n.º 1747).* Pode ver-se também o documento n.º 1751 da mesma caixa.

Elrrey nom quis mais alomguar rreposta, porque nom era cousa que perteeçesse ao comsselho. Vos direes, disse elle, a elrrey dom Fernando, meu amigo, depois que lhe derdes minhas saudações, que elle saiba çertamente que meu ajuntamento nom he comtra elle nem comtra cousa que a elle perteeça; ca, sayba elle que com melhor uoomtade ho ajudaria a gaanhar outro rregno em que elle teuesse algũa justa parte de dereito, que de lhe dar fadigua sobre aquelle que elle teem gaanhado, do quall Deos sabe que me prouue e praz muyto. E que, sse peruemtura eu teuesse determinado de dizer este segredo a algũu príncipe semelhamte, que elle seria o príncipall; mas que, prazendo a Deos, muy çedo sabera çerto rrecado da minha emtemçom.

Nom auemos aqui porque escpreuer os gasalhados nem as merçees que elrrey fez aaquelles embaxadores, ca esto auia elrrey auamtaiadamente amtre todollos príncipes do mundo. Mas elles foram muyto contentes delrrey; e muyto mais o foy elrrey dom Fernando, depois que lhe os embaxadores comtaram a booa uoomtade que tijinha pera elle e pera toda sua homrra. E, porque as nouas eram taaes com que a elle tamto prazia, com grande dilligemçia lhas comtauam aquelles seus embaxadores e assy toda a maneira que elrrey tijinha em seu estado e o corregimento da sua frota e príncipalmente louuauam a apostura dos iffantes e de todo muyto prazia a elrrey dom Fernando. Certamente, disse elle, sempre conheçi elrrey dom Joham seer hũu muy auamtaiado príncipe e em todos seus feitos sempre sse mostrou grande e uirtuoso. E elle, que este feito assy moue, nembreuos que a de seer hũua cousa notauell e grande, cuja fama sera de muy grande preço e ajmda emueja de muytos príncipes do mundo.

Outrossy uieram, em este emsseio, a elrrey hũu grande duque dAllemanha e hũu barom com elle, pera o servir em aquelle feito. E o duque disse a elrrey que, ouuimdo nouas de sua armaçam, que partira de sua terra com emtemçom de o servir; porem que lhe pedia por merçee que lhe declarasse ho lugar çerto pera homde armaua sua frota, porque pera tall poderia seer que nom seria rrezam de o elle servir em ello. Elrrey rrespomdeio que elle tijinha determinado, por seu seruiço, de nom rreuellar aquelle segredo a algũa pessoa fora de seu comsselho e que ajmda saberia que nem todollos do comsselho eram dello sabedores, soamente algũus çertos e espíçiaaes. Porem, sse a elle prouuesse dhir assy com elle, por acreçentar em sua homrra, que lho teeria em seruiço e lhe faria por ello merçee.

O duque rrespomdeio que sua determinaçam nom era tall, senam per a guisa que lhe ja dissera. Porem que, com sua liçemça, se queria tornar caminho de sua terra. Elrrey mandoulhe fazer merçee segumdo rrequeria a seu estado; e desy emcaminhou pera Samtiago e dhi caminho de sua terra. E o barom ficou com elrrey e o seruio depois muy bem, segumdo

fezeram outros muytos estramgeyros que uieram fazer de suas homrras em este feito, amtre os quaaes pryncipallmente foram tres grandes fidallgos, gentijs homeens da casa de França. E o pryncipall delles auia nome mosse Arredentam e o segundo Perribatalha e o terçeiro Gibotalher. Empero, nehũu delles nom uijnha tam grandemente corregido como o gram baram, ca trazia comssigo quareemta escudeyros fidallgos, gentijs homeens, que depois prouaram muy bem per seus corpos na tomada daquella çidade.

E, posto que estas embaxadas e cousas assy uãoo juntamente, nom seiam porem apropriadas aaquelles tempos, ca amtre hũuas e as outras se metiam algũus espaços, os quaaes homem destintamente nom poderia escpreuer, porque as cronicas que leuam semelhamte hordenamça nom podem leuar mais çerta declaraçom, saluo aquellas que leuam os feitos comtados de hũu anno ao outro, semelhamtes aquellas a que os rromãaos chamauam anaaes, porque auia hi hordenamça que sse escpreuessem os feitos de cada hũu comssull apartadamente; e, porque elles nom rregna-uam mais que hũu anno, era neçessario que sse fizesse cada hũu anno o dito liuro (3).

A quall hordenamça nos nom podemos guardar em esta obra, por seer começada tam tarde, como ja ouuistes (4), e trautada em tam grande segredo, por cuja rrezam ouue em aquelles feitos muy poucas escripturas que ao depois pareçessem, soomente aquellas que sse fizeram depois do comsselho de Torres Vedras, quando ficou determinado de sse deuulgar a partida dos iffantes. E as cousas que sse entom escpreuiam nom eram senam hordenamças, que sse geeralmente fazem em todallas armações, em que ha de seer algũa multidom de gemte, o que ajmda nom foi feito senam no derradeiro anno. E sobretodo as cousas foram muy grandes e emburilhadas hũuas com as outras, por cuja rrezam nom se poderam escpreuer per outra guisa; ca as muytas cousas nom ssom assy ligeyras de abraçar, ca aquelle que acha as rrodas do carro apartadas, algũu tempo ha mester pera as ajuntar.

(3) Para mais, nem o cronista registou as datas das embaixadas nem ordenou sequer os capitulos cronologicamente.

(4) No capitulo 2.

[1414] (?)

Embaixada do rei de Granada a Portugal pelo mesmo motivo do receio da finalidade da armada portuguesa em preparação.

ZURARA. *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 34 — texto que se reproduz. Veja-se também: LEÃO, *Chronica dos Reis*, t. 3, cap. 86; SOARES DA SILVA, *Memórias*, t. 2, cap. 188, e t. 3, cap. 297. Resumo no *Quadro elementar*, t. 1, p. 294.

Fica agora pera dizer de como elrey de Graada emuiou seus embaixadores a elrey de Portugal. Ca, ase os outros rrex christãos tijnham rrezam dauer temor, mujto mais tijnha elle, comsijramdo quamtas uezes emuiara seus rrecados a elrey, pera cobrar sua amizade e seguramça de paz e numca ha delle podera auer. Que poderia agora sospeitar, ouuindo as nouas de tamanho ajuntamento, cuja fama espantaua mujtos prinçipes da chrijstamdade, quanto mais que os mouros forros que uiuem em este rregno, ueendo assy aquelle ajuntamento, como homeens que nom perderam aquella amizade com todollos outros mouros que a sua seita rrequeria, numca çessauam de preguntar quall era o uerdadeiro proposito delrey.

E nom he duuida que este segredo lhe nam fora rreuellado segundo a grande deligemça que elles tijnham de o saber, ase algũ dos do rregno, afora aquelles que ja dissemos, ouuera aazo de o saber. Empero, apalpando assy, depois que uiram que elrey seguraua Castella e Aragam, sospeitaram que aquelle ajuntamento nom podia seer senam sobre o rregno de Graada. E assy ho escpreuerom a elrey de Graada, per suas cartas. O quall, ouuindo assy aquellas nouas de tamtas partes, emuiou seus embaixadores a elrey, os quaaes eram çertos mouros de grande autoridade, leuando seus trugimãaes que lhe emterpretassem a linguagem. E elrey, assy como tijnha custume de rreçeber bem todollos estrangeiros, rreçebeo a elles segundo seu estado. E, quando foi tempo de darem sua embaxada, disserom.

Elrey nosso senhor uos emuia dizer como, depois que este uosso senhorio esta em posse de rregno, numca amtre os seus naturaes e os uossos foi achada tall discordia per que leixassem de trautar hũus com os outros, trazendosse daquelle rregno ao uosso grandes mercadorias e do uosso ao seu. E que, aalem de todo, o dito senhor uos teue sempre em

sua uoomtade muy grande amor, principallmente por uossas grandes uirtudes e boondade, a quall o costrangeo emuiar a uos, per mujtas uezes, seus presentes, como o que numca fez a nehũu rrey christão. Porem, diasseram elles, que porque algũus seus naturaes tijnham rreço de uijr a seus rregnos com suas mercadorias, como amte soyam, por aazo das nouas que auiam do corregimento da sua frota, sospeltando que, peruentura, poderia seer contra algũu dos lugares de seu senhorio. E outros mercadores de seu rregno leixauam de leuar suas mercadorias, rreçoando que lhe fossem rretheudas per elle ou per seu mamdado. Que lhe prouesses, por euitar assy aquella sospeiçam, de lhe emuiar certa seguramça que hũus e os outros podessem estar e contrautar amigauellmente, como sempre fezeram; na quall cousa lhe faria hũua grande graça, a quall elle, prazendo a Deos, emtendia demmemdar com outra semelhamte ou mujto mayor, quando lhe rrequerida fosse.

Nom ssei que rrezam teem os mouros, rrespomdeo elrrey, de teerem semelhamte sospelta nem os meus naturaes jssso meesmo, teemdo tam pequena çertidom de minha uoomtade; porque, ajmda que eu assy mamde corregger minhas gentes, pera emuiar meus filhos por meu seruico, a uerdadeira temçom dello esta muy longe de seu conhecimento nem uelo que rrezam podesse teer que parecesse rrezoada pera fazer semelhamte seguramça. Porem, uos lhe dizee que eu nom emtendo fazer com elle nem com outra nehũua pessoa tall emnouaçam, pois que a numca fiz em todos meus dias. E, porque esta he a conclusom de meu proposito, uos podees hir mujto em boa ora quando uos prouuer.

Os mouros sentiram que, per aquella rreposta, nom leuauam nehũua seguramça. Fallaram aa rrainha, por ueer se poderiam emcaminhar o feito per outra guisa; ca tall auisamento traziam delrrey de Graada, o quall era que a rrica forra, que era a principall das mulheres daquelle rrey mouro, emuiava dizer aa rraynha dona Fellipa como elrrey seu senhor e marido emuiara seus embaxadores a este rregno rrequerer algũuas cousas a elrrey, as quaaes a ella prazeria mujto que fossem bem auiaadas. E, porquanto ella sabia quanto os boons rrequerimentos das molheres mouiam os corações dos maridos, quando lhe rrequeriam algũuas cousas em que tijnham uoomtade, que lhe rogaua que, por comtemplaçam sua, lhe prouesses filhar emcarrego de rrequerer a elrrey a rreposta daquelle feito, poemdo em ello todo seu bom deselo, de guisa que a uoomtade delrrey de Graada, seu senhor e marido, fosse posta naquella fim que elle deseiaua. E que, pois ella tijnhua filha pera casar, que em breue tempo poderia ueer o agradecimento de sua boa uoomtade, ca lhe certificaua que lhe emuiasse pera ella o melhor e mais rrico emxouall que numca fora dado a nehũua primzeza, moura nem christãa.

Mas, quem auia de seer aquelle que mouesse a rrainha pera fallar em tall partido? Ca a rrainha era hũua molher mujto amiga de Deos e,

segundo suas obras, filha de muy maamente emcarreguo de nehũu emfiell pera lhe procurar algũu fauor, quanto mais ajmda que era natural dHimgraterra, cuja naçam amtre as do mumdo naturalmente desamam todollos jmfiees. Eu nom sei, rrespondeo ella, a maneyra que os uossos rrex teem com suas molheres; mas, amtre os christãos nom he bem comtado a nehũua rrainha nem a outra nehũua grande primçesa de sse tremeter nos feitos de seu marido, quanto em semelhantes casos, pera os quaaes elles teem seus coms selhos, homde determinam seus feitos, segundo emtemdem. E as suas molheres, quanto melhores ssam, tanto com mayor dilligẽcia se guardam de quererem saber o que a ellas nom perteeçe; ca conheçem çertamente que seus maridos com seus coms selheiros teem mayor cuidado do que aa homrra de seu estado perteeçe do que ho ellas podem conheçer.

Verdade he que ellas nom som assy afastadas de todo, que lhe nom fique poder de rrequerer o que lhes praz; mas estes rrequerimentos ssom taaes que os maridos nom ham rrezam de lhõs neguar e algũuas que o comtraíro fazem nom ssom auidas por emsinadas nem discretas. Porem, uos direes aa rrainha uossa senhora que eu lhe agradeço sua boa uoomtade, mas que ella podera de seu emxouall fazer o que lhe prouuer; ca, com a graça de Deos, a minha filha nom fallegera emxouall pera seu casamento. E uos rrequerees uosso feito a elrrey meu senhor, ca elle he tall que, sse lhe uos rrequerdes o que he rrezam, que uollo fara com muy boa uoomtade.

Os mouros sentiram que nom tijnham boom rrecado na rrainha, prouaram de temtar o iffamte Duarte, pera ueer se, com suas grandes promessas, o poderiam emclinar a sua deuaçam. E foromsse a elle e disseromlhe como elrrey de Graada, seu senhor, era hũu homem que muyto deseiaua teer amizade com seu padre e, per comsseguinte, com elle e com toda a casa de Portugall. E que, pera elle creer que sua uoomtade era tall, que poderia bem saber de todollos mercadores e outros quaaesquer naturaas deste rregno como eram trautados tam doçemente e com tanto fauor, leyxamdolhe trazer suas mercadorias e trautar com seus naturaas, assy como sse fossem subditos dalgũu rrey mouro com que elle ouesse muy chegada liamça de sangue.

Por cuja rrezam, disserom elles, senhor, nos emuiu ao dito uosso padre com sua embaxada, da quall creoo que uossa merçee auera ja çerta emformaçam. Porem, senhor, porque elrrey de Graada, nosso senhor, muyto deseia cobrar aquella segurança que rrequeremos, elle uos emuia dizer que, porquanto elle sabe que elrrey uosso padre ha dobrar em este feito prinçipalmente por uosso coms selho, que uos rroga que, por sua comtemplaçom, uos praza filhar emcarrego do dito rrequerimento, de guisa que, polla boa uoomtade que uos em ello poserdes, possa uijnr a fim de seu desejo. E, por uos nom auerdes uosso trabalho por mall despeso, que elle uos promette, assy como rrey que he, de uos fazer hũu tall seruico, que em

todallas partes do mundo seia nomeado por grande, pera segurança do quall uos sera feita per nos quallquer firmeza que uossa merçee demandar e ajmda, se mester fezer, abastamte fiamça.

Os príncipes desta terra, irrespomdeo o iffante, nom ssom acustumados de uemder suas boas ucomtades por preço de dinheiro; ca, husando per semelhante modo, teriam mayor rrezam de sse chamarem mercadores que senhores nem príncipes. Porem, uossas promessas som escusadas açerca de semelhante caso. Ca, nom tam soamente esse presente que elrrey diz que me emuiara, mas que me fizesse segurança que me daria todo seu rregno per semelhante modo, eu ho nom rreçeberia delle nem poderia fazer a elrrey meu senhor e padre nehũu rrequirimento, senom aquelle que fosse justo e rrazoado. E elrrey de Graada uosso senhor nom ha porque tomar taaes coçeguas, nom auendo mais justa causa pera ello. E desta guisa se tornaram os mouros, pouco contentes de tall reposta.

48

2 JANEIRO 1415

Juan Otger, escrevendo de Iviça a Fernando I, rei de Aragão, pede-lhe o informe da chegada das naus de Portugal; pois, como tem noticia de que se preparam os portugueses para avançar para alguma parte de levante, a ilha de Iviça, que lhes fica no caminho, está a preparar-se contra qualquer possível ataque, o que lhe ocasiona avultadas despesas.

ACA., Fernando I, caja 6, n.º 936. Original em papel.

Moltalt, molt excellent e poderos princep e ssenyor.

A la vostra e gran senyoria certifich com dies algũs ha passats he hoyt dir que en Portugal se fahia estol per anar en alguna part de Leuant; e yo, senyor molt victorios, vehent que aquesta pobra djlla es en mjg del passatge e en frontera e esta circujda de bons ports, he fetes algunes prouisions, per les quales se pogues ensequjr la deffenso de la dita jlla, si cas, senyor, fos que o per temps qujls portas en los dits ports o per lur volentat hi volguessen venjr a dampnjficar.

Per que, molt excellent ssenyor, vehent que la dita armada ses prolongada es prolongua huy en dia, he acordat de scriure a vostra gran excel-

situd, ssuppllicant axi humjlmnt com puch que placia a la vostra gran clemencia certificarme clarament del fet, en manera, senyor, que, si hi deu venjr, puxa prouehir diligentment e afegir en la dita guarda; e sino, senyor, puxa cessar grans e jnfinjdes despeses que la vnjuersitat de la dita jlla ha fetes e fa huy en dia, per la dita raho. E man me vostra gran senyoria ço que lj placia.

Dada en Euiça, a dos de giner, any de la natiuitat de Nostre Senyor M.cccc.xv.

Senyor. De la vostra gran magnjtud e gran senyoria humjl vassall, qui bessant vostres peus e mans, se recomana en vostra gracia e merce.

(as.) Johan Otger.

Al molt alt, excellent, poderos princep e victorios senyor, lo senyor rey. Euiça. Valencia.

49

9 JANEIRO [1415]

Carta da rainha D. Filipa de Lencastre ao rei de Aragão, seu sobrinho, em resposta à que ele lhe mandara por mossem Suero de Nava, cavaleiro, e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, seus embaixadores a el-rei de Portugal, na qual lhe assegura que nunca el-rei seu marido, que sobre o assunto lhe escreve o bastante, fará qualquer coisa contra ele.

ACA., D. Afonso V, caja 18, n.º 1. Original em papel, com picos de traça.

Muy amado e muj pregado rrey dAragom, sobrinho amigo. A rreynha de Portugal e do Algarue uos enuyo muyto saudar, assy como aaquell a que queria que Deus desse tanta saude, vida com honrra quanta uos meesmo deseiaades.

Muy amado e pregado sobrinho amigo. Façouos saber que ui a carta que me enuiastes per uossos amados mossem Suero de Naua, caualeiro, e per Alman de Sant Diomis, doctor em lex, uossos messegeiros, a qual era de creença; e, per o que elles da uossa parte disserom, foy çerta do que deseiauaes saber.

E, porque meu senhor elrey uos screue sobre todo conpridamente, segundo o alo bem uereedes, poreu entendi que o que el screuja abastaria

ao que queriades saber. E me pareço cousa sobeia screuer outra uez o que meu senhor screuja.

E porem, muy amado e preçado sobrinho, uos faço çerto e seguro que uos creaaes que el nem nêhũa cousa sua nunca foy nem he em preposito de enpeeçer a cousa que uossa fosse, por o grã diuido que conuosco ha e por a grande bõa vountade que uos senpre teue e tem; por a quall rrazom, nom deuedes creer a nêhũu que uos o contraíro diser.

Muy amado e prezado sobrinho amigo. Se uos destes rregnos algũa cousa comprir, eu serey bem prestes a uollo fazer enujar. Deus, por sua merçee, uos tenha em sua guarda e me enuje senpre de uos boas nouas.

Scrita em Sacauem, ix dias de janeyro.

(as.) A Reynha.

No verso: Ao muyto honrrado e prezado e amado sobrinho rrey dAragom.

50

10 JANEIRO 1415

Carta de el-rei D. João I, de quitação a João Roiz, seu escudeiro, ição da rainha, das despesas que ele fizera com o bispo de Mondanhedo e com Dia Sanches de Benavides, embaixadores da rainha de Castela a Portugal, cuja alimentação o monarca custeou.

ANTT., Chancelaria de D. João I, liv. 5, fl. 97.

Dom Joham, pella graça de Deus rrej de Portugal e do Algarue.

A quantos esta carta viren fazemos saber que, quando a nos veerom o bispo de Mondanhedo e Dia (1) Sanchez de Benavides, embaixadores da rrainha de Castela nossa jrmã (2), nos mandamos a Joham Roiz, hicham da rrejinha minha molher, noso escudeiro, que lhes dese de comer aa nosa custa. E pera esto lhj mandamos entregar per partes çerta soma de

(1) No ms. *Dias*, por equívoco do copista; pois é *Dia*.

(2) A rainha D. Catarina, mãe e tutora de D. João II de Castela, receosa da armada que, em 1414, se preparava em Portugal contra Ceuta e cujo destino era desconhecido, mandou esta embaixada a el-rei D. João I, a pedir-lhe confirmação do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, firmado entre Portugal e Castela. «E auees de saber que depois que estes embaxadores emtraram em Portugall ataa que

djnheiros e lhj disemos que el, per sua maa, screuese as despesas que delles fezese e nom teuese outro scriuam; pola qual cousa nos auemos sua conta por tomada e os dictos djnheiros, que asy rregebeo pera o que dicto he, por bem despesos.

E porem mandamos aos veedores da nosa fazenda e contadores e a outros quaesquer ofijaaes e pessoas que esto ouuerem de veer que lhj nom demandem dello mais conta nem rrecadaçom em nêhã guisa, ca nos o auemos dello por quite e liure. E, en testemunho desto, lhj mandamos dar esta carta, signada per nosa mão e seellada do noso seello.

Dante em Sacauem, x dias de janeiro. Elrrej o mandou. PedrAffonso a fez. Era de mill iiij^o Liij annos.

Johan.

RodriguEannes

Lourengo
Ujçente.

51

20 JANEIRO [1415]

Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a ordenar às autoridades do porto de Londres que, tendo autorizado Álvaro Vasques de Almada a equipar vários homens de armas e a comprar no país 350 lanças para o serviço de el-rei de Portugal, lhes dêem livre trânsito, com dispensa de todos os direitos.

Publicada em RYMER, *Foedera, conventiones, litterae*, 3.^a ed., t. 4, parte 2, p. 101.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 14, p. 173; e por SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, Suplemento ao vol. 1, p. 462.

Rex, custodibus passagij in portu civitatis nostrae Londoniae ac customariis & scrutatoribus nostris in eodem portu, salutem.

sse o bispo tornou, sempre foram manteudos elles e seus homeens e bestas aa custa delrey, asy grandemente como elle costumaua de o fazer» (ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 32). Pode ver-se também: DUARTE NUNES DE LEO, *Chronica dos Reis*, t. 3, cap. 85; e SOARES DA SILVA, *Memorias*, t. 2, cap. 188. Dia Sanches de Benavides faleceu em Portugal, onde teve honrosas exéquias e sepultura, como informa ZURARA.

Mandamus vobis quod Algor Vacez (1) de Portugalia sex hernesia integra pro sex hominibus ad arma ac trescentas & quinquaginta lanceas, in regno nostro Angliae, ad usum carissimi consanguinei nostri regis Portugaliae empta & provisa, in quadam navi, in portu praedicto esquippare & ea sic esquipata versus partes Portugaliae, absque custuma seu subsidio inde ad opus nostrum capiendis, traducere permittatis, aliquo mandato nostro vobis prius in contrarium non obstante.

Teste rege, apud Westmonasterium, vicesimo die januarii.

Per ipsum regem (2).

52

12 FEVEREIRO 1415

Carta do embaixador Martinho de Torres a D. Fernando, rei de Aragão, sobre vários assuntos respeitantes ao reino da Sicília, nomeadamente acerca dos preparativos de defesa dos sicilianos contra a armada de Portugal, que julgavam ir contra aquele reino.

ACA., D. Fernando I, caja 4, n.º 655. Original em papel.

Serenissime regum ac princeps excelse.

Litteris vestris ac credencie, explicate per Sanctum Sanchez et Andream Guardiola, milites, pro parte vestre serenitatis, in comunibus litteris sociorum et mei, mea propria manu scriptis, vestre maiestati responsum late fecimus, quod hic replicare esset vestre maiestati tedium imferre.

Non tamen judicauj scilendum quanto sinceritatis affectu regnum hoc disponjtur contra Portugalensium classem, non aliter quam si barbare naciones Christique rebelles siculos jnuadere prepararent. Vbique terre et ciuitates jnstrumentis bellicis jnstruuntur vt, non solum viriliter se defendere, sed ipsos Portugalenses hostiliter offendere et ex eorum aduentu et captura ditarij, vnicique propositum esset. Per socios autem

(1) Sic, por Alvaro Vasquez, o conde de Avranches.

(2) O presente armamento, arneses e lanças, destinavam-se porventura à conquista da vila de Ceuta, empreendida nesse mesmo ano. É pelo menos a segunda encomenda de lanças feita em Inglaterra, por el-rei D. João I, nas vésperas do assalto a Ceuta.

et me, in preparacionibus municionum et eorum que necessaria sunt, data est cum diligencia opera opportuna (1).

Demum, quanta cum alacritate gauisi sunt hij siculorum populi et de felici matrimonio inter jllustrem secundogenitum et serenissimam regnjam Johannam contracto et de aduentu etiam ad hoc regnum jllustris infantis Henrici, nescirem nec lingua exprimere nec scriptura reserare; reputantur enim siculorum vota a vestra maiestate feliciter exaudita, quod erat vniciue votivum. Et vtinam, principum gloriosissime, in predictorum duorum exequione, vestra regalis maiestas velit tollere moras, maxime in mittendo vnum ex vestris jllustribus filijs, ad regendum et gubernandum hoc Sicilie regnum, quoniam necessarius est (2).

Etiam cum gaudio totum hoc regnum, volens se vestre deuocionj, concienzie et declaracionj conformare, obedienciam spiritualem dedit et prestitit domino nostro summo pontifici, excepta sola ciuitate Messane que, operantibus aliquibus officialibus, non solum dare denegauit, sed etiam prelatos dicte ciuitatis dare volentes, sicuti vestre excelsae maiestati scripserant, inhoneste prohibuerunt; et, vt audio, vestre serenitati scripserunt se cum populo excusantes, a qua, si gratum responsum reportabunt, persistent in sua pertinacia; si vero repreensivum, statim emendabunt in quo deffecerunt. Super quibus, placeat vestre celsitudinj, in hijs que circa hanc materiam frater Antoninus, presencium exhibitor, eidem enarrabit, tanquam plene jnstructo, jndubiam dare fidem (3).

Personam vestram regiam conseruet Altissimus feliciter et votiuē. Cathanie script[a], xij^o ffebruarij, jndictione viij^a.

V[estre] R[egie] M[aiestatis] humjlis seruitor et vassallus.

(as.) Martinus de Turribus (4).

(1) Sobre o assunto veja-se a nota ao Memorial do rei de Aragão de 28 de Novembro anterior. — o nosso DOC. 41.

(2) Alusão ao projectado casamento do infante D. João de Aragão com a rainha de Nápoles, D. Joana, o qual, sem embargo dos esponsais celebrados em Valência, a 4 de Janeiro anterior, veio a matrimoniar-se com D. Branca, viúva do rei D. Martin de Navarra, e ainda à ida para a Sicília do infante D. Henrique de Aragão, como lugartenente de seu pai, cargo que, afinal, veio a assumir o citado infante D. João (Cfr. ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, parte 2, liv. 12, caps. 36, 44, 46 e 50). Os sicilianos desejavam um dos infantes como rei (ibí, caps. 36 e 54).

(3) De harmonia com os esforços do concílio de Constança, diligenciava o rei de Aragão obter a extinção do Cisma. Pelo visto, nesta data, a Sicília anteriormente cindida em três partidos (Cfr. autor, obra, tomo e liv. cit., cap. 36), estava agora a favor da unidade da Igreja, menos a cidade de Messina. Acerca das diligências empreendidas por Fernando I de Aragão para a extinção do Cisma, mesmo em artigo de morte, pode ver-se o aduzido autor, liv. cit., caps. 36, 37, 41, 42, 47, 48, 51, 53 e ss.

(4) Já em carta de 24 de Janeiro anterior, os embaixadores aragoneses à Sicília, em resposta a outra de seu monarca sobre a armada de Portugal, asseguravam aqúelle que se procedia ali com todo o cuidado e solicitude, aos preparativos para guarda,

No verso: Sacre regie Aragonum et Sicillie maiestati. *Em letra de outra mão:* Dominus Martinus de Turribus ambaxiator. De preparatorijs pro armata et de obedientia regni preter Messanem. Recepta xxiiij aprilis.

53

23 FEVEREIRO 1415

Carta de Guilherme Mir a Fernando I, rei de Aragão, a dizer-lhe haver escrito a Miguel de Noves sobre os assuntos do conde de Foix, a quem ele fora enviado; a referir-lhe ter o conde de Armanhaque exército preparado em Auvernia, que os ingleses percorreram a França e levaram muita gente e gado, que os reis de Portugal e de Inglaterra preparam muitos soldados, naus e artilharia para fins que ele ignora e que lhe transmitirá de palavra outras notícias que tem de Portugal.

ACA., Fernando I, caja 6, n.º 898. Original em papel, com picos de traça.

Molt alt, molt excellent princep e victorios senyor.

A la vostra excellent senyoria humjment certiffich que yo scriu larch a mjcer Miguel de Noves dels affers per que la vostra senyoria me trames al comte de Foix, segons en aquella pores veure.

[It]em, de les nou[ell]es daquella part si diu que, en Aluernja, lo comte dArmanach ha gran gent darmes amassada, muntant a nombre de ix mil rocins, la raho per que nos sab.

protecção e defesa daquele reino, especialmente entregando a defesa militar das vilas e cidades a pessoas notáveis e hábels: — *Azi per letres de la vostra gran senyoria com en altra manera, nosaltres, certifficats de la armada del rrey de Portugal, decontinent procehim, ab tot efforç e sollicitud, a fer aquella mellors preparatoris que fos possible a la guardia, proteccio e deffensio de aquest vostre rregne e, en special, que les viles e ciutats fossen prouehides de capitans darmes qui fossen persones notables, habils e sufficients a reparar, regir, governar e deffensar aquelles* (ACA., Fernando I, caja 6, n.º 946). E para isso solicitam do monarca seja suspenso processo em que andava envolvido o nobre mossem Calceram de Sancta Pau, sem prejuizo para este, a fim de lhe confiarem a capitania de Agrigento. O mesmo fez aquele, em carta da data referida, endereçada ao rei aragonês (ACA., Fernando I, caja 8, n.º 1392).

Item, los angleses han correput en França e hansen portat gran colp de gent, besties e bestias.

Item, yo he parlat ab caualler carmarlench del duch de [Bor]gunya, que es vengut de Portugal a Ortes ham dites moltes coses, les quals [...] vostra senyoria com sere aquí, entre les altres coses dju que lo dit rrey de Portugal fa gran aparell d'arneses, gents, fusts e artelleries e axi mateix lo rrey d'Anglaterra; pero que nos pot saber que volen fer. E sia, senyor molt excellent, la Santa Trenjta en vostra guarda, donantvos victoria de vostres enemjchs e creximent dhonor ab sanjta de vostra rreal persona.

Scrit a Calamocha disabte, a xxij de ffebrer del any M.cccc.xv. Senyor. Lo vostre homjll vassall serujdor e sotsmes, qui besant la terra que vos, senyor, calcigats, se comana en vostra gracia e merce.

(as.) Gujlllem Mjr.

Al molt alt e molt excellent princep e victorios ssenyor lo ssenyor rrey.

(as.) Guillelmus Mir.

54

[FEVEREIRO - JUNHO 1415]

Por ordem de seu pai el-rei D. João I, o infante D. Henrique segue para o Porto, a preparar ali a armada.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 35.

Ja me parece que tenho tempo de deixar estas cousas e fallar nas outras que ssom mais chegadas ao auimento da frota. Empero, amte direy hñu pouco das boas uoomtades que todos traziam pera servir elrrey em aquelle feito; porque cada hñu trazia tamanha lediçe em seu corregimento como sse determinadamente soubesse que sem nehñu perijgo auia dauer uitoria. Nem lhes fazia nehñu empacho a duuida que tijnham do lugar çerto, que nom sabiam pera homde auia dhir. E era emtom a gente do rregno rrepartida em duas partes, porque auia hi hñus que serviram elrrey em todos seus trabalhos e eram cumunalmente pouco mais ou menos assy como de hñua hidade; e os outros eram os filhos daquestes, os quaaes traziam em ssi muy grandes deseios de chegarem aos meriçimentos de seus padres.

.

Mas, pera este corregimento nom seer tam perfeito como todos tij-nham em uoomtade, sobreueyo hũu muy grande empacho, porque começaram de morrer de pestenemça na çidade de Lixboa e tambem no Porto. E esto foi, segumdo deziam, por aazo dos nauios que uieram de mujtas partes e em algũus delles auia pestenemça. E, porque esta emfirmidade, segumdo diz Samto Isidoro no *Etimologicum* (1), he contagiosa, fez muy grande dano no auiamento daquella frota, prinçipalmente na morte da rrainha, que sobretudoo foi mais semtida.

Nom podemos fallar dereitamente que algũu do rregno teuesse mayor cuidado dauiar o que lhe perteeçia que o iffamte dom Hamrrique; ca, tamto que passou o mes de janeiro, ueo fallar a seu padre, comtamdolhe o pomto em que leixaua todallas cousas e dizemdolhe outrossi que lhe pedia por merçee que lhe desse seu rregimento, per escripto, da maneira que auia de teer. Meu filho, disse elrrey, a mim nom praz que uos, pollo presente, leuees outra ordenamça nem rregimento senam uossa boa discreçom e a boa uoomtade que eu em uos seemto pera me seruir; mas leuares hũua minha carta, per que uos obedeçam todos assy como a capitam geerall e outra semelhamte darey a uosso jrmãao o jffamte dom Pedro. E uos partiujos logo pera a çidade do Porto e trigayuos, quamto a uos possiuell for, que façaes uijr essa frota della; mas seede auisado que, o mais que poderdes, escusees demtrar na çidade, senam quamdo for mujto neçessario.

E assy partio o iffamte domde seu padre estaua, que era de Sacauem, homde elle sempre esteue depois que a pestenemça foy grande em Lixboa, ataa que a rrainha adoeço. E o iffamte teue tall modo em seus feitos que, naquelles tres meses seguintes, auioi todas suas gemtes e armas e mantijmentos per tall guisa que no começo do mes de mayo foy demtro na çidade do Porto, homde loguo começou dar trigoso auiamento a sua frota e fazer emcaminhar todallas cousas que pera ella perteeçiam tam bem e tam hordenadamente, que nem sua noua hidade nem falleçimento de pratica de taaes feitos nom o poderam empachar que nom rreçebesse grande louuor de seu marauilhoso trabalho; ca deziam aquelles uelhos que era mujto pera marauilhar hũu homem de hidade de uijnte annos seer tam deestro e tam desempachado pera auiar tamanho feito.

E, sse Tito Liuiio, diz o autor, louua tamto, no liuro da Segumda

(1) O titulo da citada obra de S. Isidoro de Sevilha é *Etymologiarum sive Originum libri XX*. ZURARA aduz aquele autor também no cap. 2 desta crónica e nos caps. 13, 18 e 28 da de Guiné. Tals citações denotam no autor, segundo o Prof. JOAQUIM DE CARVALHO, contrariamente ao que afirmara DUARTE LEITE, «a consulta directa, tanto mais admissivel quanto é certo que as *Etimologias* foram largamente utilizadas entre nós durante a Idade Média» (*Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara*, p. 53).

Guerra (2), a prudência de Cepiam, porque, estando em Cezillia, hordenou tam bem sua frota pera passar em Africa, seendo elle em hidade açergua de trimta e çimquo annos, e auendo ja cometidas muytas pelleias per mar e per terra, como nom louuaremos este príncipe, seendo em hidade de uijnte annos, sem auer conhecimento de semelhantes feitos per çerta pratica, soamente quanto era hũa natural emclinaçam que em elle auia pera cometimento de grandes feitos? Nem fallamos aqui darmaçam do iffante dom Pedro porque, posto que o nome fosse seu, o cuydado era príncipalmente delrey seu padre e do iffante Duarte.

E com todas estas cousas, nom esqueçia ao iffante dom Hamrrique de mandar fazer muy rricas liurees, as quaaes hordenou que leuassem todollos capitãaes que eram hordenados sob sua capitania. E, em trautando estas cousas, chegauuamse, uijndo pera a çidade, todollos senhores e fidallgos que auiam dhir com elle. Alli chegou Ayres Gomçalluez de Figueyredo (3), nobre caualleiro, seendo em hidade de nouemta annos, corregido com seus escudeiros e gente de pee, e elle com sua cota uistida, cuja comtenemça parecia pouco dhomem de sua hidade. E, quando o iffante o uio chegar a elle pera lhe beyiar a mão, começou de sse rriir e disse: ja me parece que homem de tantos annos deuera de filhar rreposo, por descamasso de tantos trabalhos.

Eu nom sei, disse o caualleiro, se os membros, por rrezam da hidade, emfraqueçeram; mas a uoomtade nom he agora menos do que foi em todollos outros trabalhos que eu leuey com uosso padre. Por çerto, disse elle, eu nom podera auer mais homrradas eixequias pera minha sepultura que, ante de meus dias, seer em aqueste feito. Per esta guisa fizeram dous escudeiros bayoneses que, por muytos seruiços que fizeram a elrey na guerra, lhes dera alli muy boas teemças em que uiuessem, porque eram ja homeens de hidade pouco menos que Ayres Gomçalluez, os quaaes se forom ao iffante rrequerer que lhes mandasse dar seu prouijmento pera sua jda.

Era alli o trafego tamanho em aquella rribeira que, de dia nem de noute, numca estaua soo nem os marinheiros nom eram pouco camssados em arrimar tamanha multidom de frasca. E com esto as estradas e cami-

(2) «Dos historiadores do periodo clássico foi para Tito Lívio a que Zurara dirigiu a preferência, a avallar pelas citações que ocorrem em todas as crónicas» (*Autor e obra retrocits.*, p. 40).

(3) Bastas vezes referenciado na crónica joanina, durante as lutas da independência, e ainda nos caps. 50 e 84 da Crónica de Ceuta, Aires Gonçalves de Figueiredo, apesar dos seus 90 anos de idade, foi dos poucos que, em momento difícil, permaneceu a combater ao lado do infante D. Henrique, como assevera ZURARA no último dos citados capítulos.

nhos eram cheeos de carros e de bestas, que uijnham carregados com mantimentos e armas das terras daquelles fidalgos e doutras cousas que lhe compriam pera sua hida. E aquelles que tam asinha nom podiam despacharse da terra trigauaos o iffamte, per suas cartas, de guisa que nom aballasse sua frota e elles ficassem comtra suas uoomtades.

55

22 MARÇO 1415

Carta de Fernando I, rei de Aragão, a el-rei D. João I de Portugal, a acusar a recepção da carta que lhe mandou por seus embaxadores e a agradecer-lhe a maneira como ele os recebeu e acolheu e ainda a boa resposta, aliás já esperada, visto o parentesco e a amizade existentes entre as duas casas régias.

ACA., Registro 2405, fl. 142 v.

Al muy alto e muy poderoso princep, nuestro muy caro e muy amado thio don Johan, por la gracia de Dios rrey de Portugal e dAlgarue. Nos, don Ferrando, por esa misma gracia rrey dAragon e de Secilia, vos embiamos muyto a saludar, como a thio que muyto amamos e apreciamos e por a quien querriamos que diesse Dios ssalut e longa vida con muyta honor e buena ventura.

Muy alto e muy poderoso princep, nuestro muy caro e muy amado thio. Vuestra letra por nuestros embaxadores por nos a vos embiados hauemos recebida, por la qual e assin mismo por relacion de los ditos meus embaxadores, somos stados certificados del buen stamjento e sanjdat de vuestra persona e de toda vuestra rreal casa, assi mjsmo como los haudes recibidos e acullidos muy plazientment, la qual cosa e assi mismo de la buena respuesta que los haudes dado vos agradescemos muyto. E assi firmament lo sperauamos e lo creyemos, attendido el gran deudo de parentio e amistat que son entre vuestra casa rreal e la nuestra. Por lo qual, podees fazer de nuestros rregnos e tierras assin propriament como de los vuestros, certificantesvos que, en todas cosas que fuessen honor vuestra e dexa vuestra rreal casa, no nos tardarjamos de aquel deudo que la amjstat e afinjdat singular que entre la nuestra casa e la vuestra requiere.

E, porquanto somos ciertos ne hauredes consolacion y plazer, vos notificamos que, en tiempo de la confeccion de las presentes, nos e nuestra molt cara muller la rreyna, el princep de Gerona, nuestro muy caro primogenito, e todos otros fillos e fillas nuestros muy caros eran bien sanos. E, si de nuestros rregnos e tierras, muy alto princep, nuestros muy caro tio, algunas cosas vos son plazientes, embiastesles a dezir, car nos las conpljremos de buen coraçon. E sea siempre en vuestra guarda el Spirjto Sancto.

Dada en Valencia, dins nuestro siello secreto, a xxij dias de março del anyo M.cccc.xv. Rex Ferdinandus.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

56

3 ABRIL 1415

Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a seu servidor Rui Dias de Vega, a ordenar-lhe se informe sobre quantos pilotos leva consigo, na armada, o rei de Portugal, qual a sua naturalidade e linguagem, quais vitualhas e mercadorias transporta e ainda sobre todas as demais circunstâncias.

ACA., Registro 2.406, fl. 127 v.

Elrrey. Ruy Diez. Como nos queramos seer certificados elrrey de Portugal qujntos pilotes lieua consi en la armada nj de do son nj de que lengatge e assi mismo qujntos vitualles e mercadjas; mandamosvos expressament que, vistas las presentes, no sen certifiqjdes clarament e distincta e de todas otras circunstances que sobre las ditas cosas saber nj sentir podredes. E esto por res no dilateredes si nos deseades serujr e complazer.

Dada en Valencia, dins nuestro siello secreto, a iij dias dabrill del anyo M.cccc.xv. Rex Ferdinandus.

Al fiel seruidor de casa nuestra
Roy Diez.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

23 ABRIL [1415]

Relatório do espião castelhano Ruy Dias de Vega ao rei D. Fernando I de Aragão, redigido em Lisboa, a dar-lhe minuciosa notícia, entre outras coisas, dos preparativos da armada que então se preparava em Portugal, dos navios de que se compunha, com indicação da respectiva origem, tonelagem, tripulação e soldo, dos boatos que corriam no país a propósito do seu destino, nomeadamente contra o reino de Sicília, e a oferecer-se para obter a retirada imediata dos barcos de Espanha e para lançar fogo a todos os restantes fundeados no Tejo, se a seu monarca aprouver, o que considera feito de fama.

ACA., *Cartas reales*, caja n.º 1, Fernando I, n.º 3, original, — donde se reproduz.

Publicado por JAVIER DE SALAS, *Dos cartas sobre la Expedición a Ceuta en 1415*, pp. 318 e ss., com algumas incorrecções.

Muy alto, muy poderoso, esclarecido príncipe mj señor, rrey de Aragon et de Seçilya.

Ruy Dias de Vega, vuestra fechura et omill seruidor, con omjll reuerençia beso vuestros pies et vuestras manos et la tierra ante vuestra merçed, a la qual plega saber que rresçeby la letra que la vuestra alta señoria me enbio con el coreo que enbje de los Molynos a la vuestra merçed. La qual, señor, me fue dada a nueve dias de abryl, en la noche, en la villa de Valençia de Alcantara, que es de mj señor el jnfante don Sancho, vuestro fijo.

Et, señor, yo consyguindo vuestro mandado e, por complyr vuestro serujcio, commo so tenuto de fazer, party luego dende pera el rregno de Portogal. Et, desde el primero lugar de Portogal, començe a me enformar en las cosas que conplyan. Et, quando llege a Santaren, sope de la madera del palenque et del castillo et de los ingenios fechos, et fuela a uer. La qual, señor, estaua en vn palacio delrrey, rrybera del rrio de Tajo et ayuso, camjno de Lysbona. Et vj de la madera del palenque, que era muy mucha. Et puede seer, de alto, braça et terçia et, de gruesa, quanto vn palmo et vna mano enderedor; et los palos que an de entrar en otros son de tres, forados cada uno et quadrados.

Et vjde es castiello de la madera, todo lo mas desarmado; pero que dyzen que es de çinco sobrados et armado sobre quatro rruedas mucho

grandes et fuertes, tamañas commo cubas de ochenta o çien cantaras de vjno. Et sera, de largo, fasta treinta pasadas o mas et, de alto, fasta veinte ocho braças et mucho fuerte madera et todas las guardas de alcornoque. Et, señor, por que la vuestra merçed lo pueda mejor saber, yo avere todo ello por menudo. Et ese mesmo señor tiene ay fechos dos engenos et muchas escalas muy rresjas et fazen avn mas.

Et, señor, andube en tal gysa que, en diez et seys dias de abryl, por la mañana, llege al cabo de Sacauem, onde elrrey esta. Et, señor, quando yo llege a la mar, pera entrar en la barca et pasar al dicho lugar, venja elrrey caualgando con vnos quinze de cauallo, a oyr misa a vna ygleja que es rrybera de la mar, que dyzen Sancta Marya de los Marteles.

Et, señor, plega saber a la vuestra alta señoria que yo llege a la ygleja onde estaua elrrey et aguarde fasta que oyo mjsa; et despues, quando se querria salyr fuera de la ygleja, llege a el et basele la mano et dixele las saludes que la vuestra alta merçed le enbjaua et mj señora la rreyna et mj señor el primogenjto, vuestro fijo, et los otros jnfantes et las infantas, mjs señores, vuestros fijos, en la mejor manera que yo entendý que conplya a seruicio de la vuestra alta señoria. Et dyle la carta que la vuestra merçed le enbjaua. Et, señor, el mostro buen senblante con los saludos et con la carta que la vuestra merçed le enbjaua. Et me pregunto por la vuestra salud et de mj señora la rreyna et mjs señores los infantes et de las infantas vuestras fijas. Et tomo la carta et çerrola en la mano et caualgo et mandome dar posadas et que estudiесе ally fasta que fablase con el. Et yo, señor, fue me con el. Et mando que me fuese a la posada et que estudiесе ally fasta que el enbjase por my. Et yo, señor, fue me a las posadas que me djeron. Et vjno por mj Gonçalo Lorenzo, escriuano de la porydat et del su consejo, et leuome a comer consygo.

Et, señor, plega a la vuestra merçed de saber que me non dexauan moryr de sed, a poder de vjnos blancos et tyntos. Et, preguntando el dicho Gonçalo Lorenzo asas de nuevas, a las quales le rrespondja segun rrazon lo mas breue que yo podya et en quanto entendia que eran vuestro seruicio, atanto que seço su buena voluntad. Et, señor, todo ese dia que me presente ante elrrey et otro dia, fasta despues de comer, non vide al rrey, fasta que el enbjo por mj; et estude con el en su camara, que non dexo ay persona alguna, saluo vn portero.

Et, señor, preguntome commo estaua vuestra senoria en ese rregno de Aragon et se estauan bjen llanos con la vuestra merçed et por toda la manera de vuestros rregnos et por la yda de mj señor el jnfante don Juan, vuestro fijo, et commo el auja nuevas que non se fazia el matrjmoño del dicho señor jnfante con la rreyna de Napoles, que le dezjan madama Joanela, mas que antes casaua con el conde de las Marchas; e por quanto el rrey Loys le auja fecho donaçion de lo que a el pertenecia

en el rreyno de Napoles, et que le djera el dicho conde el condado de las Marchas, que le daua por la donaçion de lo que a el le pertenecia en Napoles.

Et, señor, yo le rrespondy que lo non creyese a quien gelo dyxese nin al que gelo auja dicho; por quanto tal cosa auja seydo nin era. Mas que ante la dicha rreyna, con acuerdo de todos los de su rregno et senorios, que aujan escrito a vuestra alta merçed, a vos pedyr por marido et por rrey et por señor al dicho señor jnfante vuestro fijo. Et, avn que la vuestra merçed dubdo mucho de lo fazer fasta que todo el rregno et ella con ellos todos jurasen por rrey et por señor al dicho sennor jnfante; et que, avn que acaçiese, lo que Djos no quiera, que ella finase syn fijos, que todavja que quedase el dicho rregno et señoryos al dicho señor jnfante, de lo qual ella et ellos aujan seydo mucho gradosos et pagados de lo jurar et rreçebjr asy.

Et que tal firmedunbre vos era llegada qual la aujan demandado la vuestra alta senoria. Por lo qual, el dicho matrymonio estaua bjen firme et sosegado et el señor jnfante en Seçilya bjen auja vn mes et que la dicha señora rreyna lo esperaua a tres jornadas de onde estaua el señor jnfante con vinte mjl caualgaduras de todos los mejores del rregno. Et avn le dyxe que el Emperador que fuera dello mucho plazentero et que se auja por dichoso de seer vuestro amjgo et hermano. Et, segund sus rrazones, que me rrespondyo que lo crerria sy se pagase bjen, tengo que le non plazja dello nin de lo mas que le yo contaua de las buenas nuevas et grandes andanças buenas et dichas que plazja a Djos de vos dar; et, avn que el querria tolorar, non se me endja asy.

Et preguntome por Seçilya, sy era verdat que la vuestra merçed casaua a mj señor el jnfante maestre de Santyago con la rreyna de Seçilya pera que fuese rrey della. Et yo le rrespondy commo era otorgado et firmemente fecho el matrymonio del dicho señor jnfante maestre de Santyago con la jnfanta de Nauara e jurado por rrey, a falleçimiento delrrey de Nauara. Preguntome, pues Seçilya quien a de seer della rrey? Yo le rrespondy que el que lo era lo seria, que era elrrey don Ferando, rrey de Arragon et de Seçilya; et avn que entendya que la vuestra señoria se alargaria a mucho mas rregnar sobre lo que rregnaua et que los otros señores jnfantes, vuestros fijos, que entendya que, en vuestra vjda et muy ayna, plaziendo a Dios, en rregnarian en otros rregnos, non menguando cosa de los vuestros, saluo acrecentando en ellos.

Et, señor, plega a la vuestra merçed de saber que, por esta mesma manera, me acaçio com el jnfante Duarte et con don Pedro, ese mesmo dia que les fue a ver. Et les dyxe vuestros saludos et de la rreyna mi señora et de los señores jnfantes et señoras jnfantas, vuestras fijas, commo quiera que, en lo que pareçia, mejor rrespondya don Pedro que Duarte.

Et, señor, plega a la vuestra alta merçed de saber que elrrey me quisiera lybrar de rrepuesta breuemente et que me fuera. Et yo, señor, non me parecia que era bjen de dexar esta tierra en quanto esta gente aqui este; et oue de buscar manera pera ello. Et dyxele que mj señora la rreyna me auja dado vna carta pera el et que se me auja dañado en agua et que nunca la auja visto fasta Santarem et que la auja enbjado a mj señora la rreyna et a pedyrle de merçed que me enbjase otra, por que yo non fuese mal mensagero nin quedase con tan mal rrecabdo; et que entendya que me seria aqui en Lysbona la carta a vente dias de mayo et que, en tanto, que estaria en la çibdat, en vna posada, commo en manera de tomar rrefresco et rreposar en tan buena çibdat del camjno luengo. Et, con esto e con otras cosas que le entremety, dixome que le plazja que yo atendiese, las quales yo entyendo contar a la vuestra merçed.

Et, señor, elrrey et la rreyna et el jnfante don Ferando, que es el menor, et la jnfanta doña Ysabel estan en Sacaven; et el jnfante Duarte esta en Camarate con el jnfante don Joan; et don Pedro esta en la Charneca, que todo lo mas lexos es vna legua delrrey. El conde don Alfonso, que es conde de Barçeles, esta en Bregança. El jnfante don Enrrique en el Puerto, a adereçar aquellas galeas et fustes que ay estan et venjr en ellas fasta aqui a Lysbona et los capytanes comarcanos en aquella tjera, que aguardan a estos dos jnfantes.

El Prior et los maestros mandan fazer sendas geleotas de sesenta rremos cada vna, saluo el maestre de Santyago. Et fazenlas en el rryo de Sesar (1), que es çerca de Puñete, et entra en Tajo aquel rrio a syete leguas de Santaren. Et ellos estan todos en sus tieras, adereçando pera la partyda, que an todos de partyr con el rrey. El conde Nuño Aluares esta en Portel et los otros en sus tierras, fazjendo biscochos et seçinas de vacas et carneros, afueras lo que tyenen fecho. En esta manera: cada vno que lyeue pera cada ome tres fanegas de pan cocho et tres cantaras et medja de vjno et su carne et pescado, en tal manera que lyeuen complymento de tres meses, et la gente que esta aperçeyda et pagadas las tjeras del año pasado et deste en que estamos.

Son de los vasallos delrrey quatro mjll et seys çientos et ochenta et çinco omes de armas, afueras fasta seteeçientos que se fezjeron agora de nuevo vasallos. Et ballesteros de cauallo, que an de leuar armas et ballestas, son mjll et nueueçientos. Et ballesteros de la menor quantja, que an de ser desarmados, seran tres mjll, entre malos et buenos. Et escudados seran quatro mjll omes de pie et lançeros fasta çinco mjll omês. Asy que la gente toda del rreyno que esta aperçeyda podera seer fasta djez et

(1) Rio Zêzere, que desagua no rio Tejo junto de Constância, a antiga vila de Punhete.

ocho mjl et seys çientos ommes de vnos et de otros o fasta djez et nueve mjl. Et estos çiertos, que non a otra dubda, porque lo se yo çierto por los lybros.

Et de los pylotes que son de fuera del rreyno seran mjl et seteçien- tos mareantes, segund que adelante seran escritos. Et lyeuan sueldo desta manera: los del rreyno a seteçientas lybras al mes al ome de armas, que son çiento et vinte maravedis o çiento et trenta, et ballesteros de armas asy; et a los otros ballesteros et omes de pie quatro çientas lybras, que sseran setenta maravedis. Et a los estrangeros dalas naos dan en esta gisa: al maestro quinze coronas e al graujte diez et al mareante çinco al mes et a la tonelada de cada nau vna corona al mes et a su rrespete; et byen tengo que, de las toneladas, que les quitan de cada tonel, vn real de plata. Et a çinco selmanas que las fustes estrangeras que seran aqui declaradas lyeuan este sueldo, como quiera que, fasta agora, non an fustas algunas que esten frretadas, fasta en dia de la fecha desta escritura, nin aparejo pera ello de aqui a djez dias de mayo.

Todos los capytanes ande seer con elrrey en Lysbona a doze dias de mayo, pera fazer alarde en los quinze et rrepartyr las naos et galeas a los capytanes. Et, señor, mucha desta gente que ande yr guarneçen de armas et de ballestas los que en el rreyno fincan, con obligaçion que faze cada vno a quien gelas da que, del dja que bolujeren en dos meses, que las buelua a quien gelas djo; et, se el que las rresçeby non las bolujere, que las pagen los capytanes con quien fueren.

Et mas, señor, cada vno de los que non van alla en la armada paga al rrey vn marco de plata, sy ha quantya de çien mjl lybras, et a su rrespete cada vno. Et todos los obispos çinquenta marcos de prestado et arçobispos çien marcos et todos los otros clerygos rricos de ygleja que sean por sy, commo mejor et mas puede sacar et a los çidadanos rricos. Et echan a los judjos et moros grandes pechos, todo en plata, pero la moneda que agora faze, que dizen rreales de plata. Et non ay en ellos el quarto, en gisa que, de lo que labra, paga la plata prestada et gana en ello dos partes (2). Et avn ordeno que non compre onbre ninguno plata nin oro,

(2) «A expedição de Ceuta motivou o emprego do já inveterado expediente. Cunhou-se, n'esse anno, a moeda denominada *Real de dez reaes*, a que se chamou *real branco*, para distincção dos reaes, seus componentes, nomeados *reaes pretos*. A cada um d'esses reaes brancos o rei assignou o enorme valor de trinta e cinco libras e meia» (COSTA LOBO, *História da sociedade em Portugal no século XV*, p. 291). Também ali sublinha o autor que apparecem alguns reais de prata do toque de dez dinheiros, portanto de boa lei, possivelmente destinados a pagar fornecimentos estrangeiros para a tomada de Ceuta. Aos reais brancos de 1415, como observa LÚCIO DE AZEVEDO, «dava a liga de estanho uma falsa aparência de prata» (*Épocas de Portugal Económico*, p. 61).

saluo el, et a preçio que gana en ello las dos partes; syn dubda, porque vi el ensay (3). Et avn lo entyendo mejor saber, plazjendo a Djos. Et bjen tengo que le non sobraran muchos djñeros con todo esto.

Gente estrangera es esta que se aqui declarara a la vuestra merçed, que non tyenen naujos nin otra fusta alguna: mosen Felype de Capela et su hermano, M[artin] de Capella (4), ambos con vinte omnes de armas, mucho bjen armados. Et son ellos de Flandes et bjuen en la çibdat de Brujas. Et vinjeron por mar a Fembustera et, dende fasta Lysbona, por tierra. Et esta otro que llamam mosen Frances Juan Vjuas, de Barçelona, que fue preso en la batalla de Valençia et ouolo Juan Carrillo et tjene tres compañeros et non ha armas. Et bjen so çierto dellos que non yran en su armada, espeçialmente desde que me an aqui vjsto. Et ellos fablan conmygo algunas vezes et non fago synon manear con ellos, tan bjen en vno commo en otro, en tal gisa que ellos non entyendem que se faze et por non auer aclansamjento; tanto que se quieren andar en Castilla et dende a Gerasalem o llegaren a la vuestra merçed.

Et, señor, naos de Vjzcaya que aqui estan son onze et dos de Galyzia et toman asy sueldo commo aqui arriba va declarado, commo quiera que ellos son bjen pesantes por lo tomar, pensando que fazen enojo a la vuestra señoria; et asas me an rrequerido sy entyendo que tomara enojo por ello la vuestra merçed, que dizen que ellos saldrán de aqui, avn que les pese a todos los deste rreyno, por non vos deserujr. Et yo, sennor, non me oso fiar en ellos, porquanto non los coñosco; pero, detengolos con las mejores maneras que entyendo que perteneçen a vuestro serujçio, por tal manera que ellos esten asy colgados fasta veer lo que manda la vuestra merçed. Que non les aclaro cosa, saluo que a vos non pesa desta armada, por quanto la vuestra merçed entyende que el dicho rrey ade seer en vuestra onra, asy commo vos estades presto pera la suya. Et, de otra parte, digoles que non se sy la vuestra alta sennoria tomara enojo, por quanto entyendo que los averedes menester pera vuestro serujçio et del señor rrey de Castilla, por tal manera que les es forçado atender lo que les yo diga de vuestra parte con vuestra letra de crença pera ellos, en que la vuestra merçed me manda commo se faga.

(3) A lei joanina de 5 de Março de 1414, datada de Santarém, proibira a venda do ouro e da prata fora dos câmbios régios de Lisboa e Porto (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 43 v., reproduzida nas *Ordenações de D. Afonso V*, liv. 4, tit. 3, e ainda em TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Descrição geral e historica das moedas*, t. 1, p. 359, doc. 17).

(4) São os flamengos «messire Philippe de la Chapelle» e seu irmão «Martin de La Chapelle», referenciados por outra testemunha coeva e combatente igualmente de Ceuta, ANTOINE DE LA SALLE, *Du réconfort de Madame du Fresne*, editado no livro de JOSEPH NÈVE, *Antoine de La Salle. Sa vie et ses Ouvrages*, p. 142.

Et, señor, adelante vos sseran declaradas todas las fustas del rreyno et de fuera del, por que la vuestra merçed me mande commo faga. Plega a la vuestra senoria saber que tienen dos mjll açadones et dos mjll segurones de tajo, et que manda fazer et fazen mucho almalzen, afueras lo fecho, et muchos jubones et calças et çapatos pera quien elrrey lo mandar dar et muchos vjscochos, afueras los fechos, et muchas seginas de vacas et carneros, afueras las fechas et afueras los toçinos et pescados, muchos quesos et azeytes et vjnagre et pescados seco et quantos saben secan et muchos vjnos. Pero, non an fustas fretadas nin dadas a capitanes nin saben commo ande yr nin quales, en caso que esta[n] perçebjdos de todo et se reciben, de cada dja, quanto mas pueden.

Agora, sennor, plega a saber a la vuestra muy alta señoria que la armada deste rreyno et de fuera del que es esta toda que aqui va escrita et declarada ante la vuestra merçed. Et non mas nin menos. Aqui non ponga dubda la vuestra merçed, por quanto es çierto. Primeramente los navjos de Vizcaya et Lepuzca son estes (5) que se syguen, que aqui estan, en esta çibdat de Lysbona:

La nao de Pero Otays de Çaraus, de que es maestre Furtun Sanchez de Içaraus, su primo, es de trezientos toneles et a de compaña de sueldo cinquenta omnes maryneros de sueldo.

CCC toneles

La nao de Alfon Lopez, despensero del rrey de Castilla, de que es maestro Pero Diaz de Ortega, vasallo del dicho señor rrey, el qual biue en Bilbao; et es de dozientos et trenta toneles et a de omnes de sueldo quarenta maryneros.

L omes

CCXXX toneles

La nao de Furtun Yannez de Saraspe, vezino de Bermeo, que es maestre el mesmo, et es de çiento et trenta toneles et ha de onbres de sueldo maryneros veinte quatro.

XL omes

CXXX toneles

La nao de Sauastayan Lopez, es vezino de Deua, es maestre el mesmo. Et es de çiento et veinte toneles, et de compana de sueldo de maryneros veinte quatro omnes.

XXIII omes

CXX toneles

La nao de San Juan de Vbila, vezino de Motreçu (?), que es de çiento et veinte toneles, tyene de omes de sueldo maryneros veinte et tres.

XXIII omnes

CXX toneles

La nao de Juan de Deus, çiento et veinte tone-

XXIII omnes

CXX toneles

(5) No ms. estas.

les, et ha de omes de armas maryneros de sueldo vente et vno.

La nao de San Jvan Dondara, vezino de Deua, que lyeua çiento et diez toneles et omes de sueldo maryneros vente onbres.

La nao de Juan de Garmjna, vezjno Dendaroa, es de çiento vente toneles, en que ha vente et tres omes de sueldo maryneros.

La nao de Juan de Lasao, vezjno de Deua, que lyeua çiento et vente toneles et ommes de sueldo maryneros vente quatro.

La nao de Pero Yanez de Laravry, morador en el dicho lugar, que lyeua çien toneles, et ha en ella diez et nueve omes de sueldo maryneros.

La nao de Gonçalo Sanchez de Lyandre, vezjno de Santander, çiento et vente toneles et ommes de sueldo vente et dos maryneros.

La nao de Gomes de Figera, vezino de la Aruenna, çiento et trenta tres toneles et ommes de sueldo vente seys ommes maryneros.

La nao de Ferol lyeua çiento et vente toneles et ommes de sueldo maryneros vente et vn omme[s]. Esta en dubda su yda desta nao, por quanto non ha tomado sueldo fasta agora.

XXJ ommes

CX toneles

XX omes

CXX toneles

XXIII omes

CXX toneles

XXIII ommes

C toneles

XIX omes

CXX toneles

XXII omes

CXXXIII toneles

XXVI ommes

CXX toneles

XXI ommes

Et, sennor, sepa la vuestra merçed que estas dichas naos que aqui van declaradas et nombradas son treze (6) de Viscaya con dos de Galyzia, las quales van aqui nombradas et declaradas la gente dellas et las toneladas. Et podian leuar, sy fuesen de carga, mas non porque ellas sean pera carga alguna, synon de armada, pero que lyeuan al mes, por cada tonel de la nao, vna corona et, porque sepa la vuestra alta senoria la grador dellas, las puse todas asy.

Commo quiera que sy la vuestra merced me manda carta commo faga, yo entyendo fazer estas dichas naos partyr luego de aqui et avn poner fuego a todas las fustes que estan en el dicho puerto de Lysbona. Por ende, plega a la vuestra alta señoria de me enbjar mandar commo fagamos, ellos et yo, que luego es bjen fecho et muy ayna.

Alymanes et flamenques, con la grande nao de Flandes, la qual nao es de quinientos toneles, et con

IIII^o DCC toneles

(6) Aquil, no ms., un con a mais que por isso se omitiu.

las otras. Destos sobredichos lugares son por todas las dichas naos diez et ocho naos et quatro cocas de los dichos alemanes et falamencos, de que ha de toneles, en todas las dichas veinte dos fustas, quatro mñll et setecientos toneles et de omnes de sueldo seys-cientos e sesenta omes maryneros (7).

Otrosy, señor, plega a la muy alta señoría de saber que de Bretanha estan aqui quatro naus pequeñas, de ochenta toneles cada vna, en que monta de toneles, en todas quatro, trezientos et veinte toneles, et omnes maryneros de sueldo ochenta omnes, a cada veinte omnes la nao.

Mas de yngleses ocho naos et dos barchas de merchantes, que auera en ellas ochocientos et cincuenta toneles, et omnes de sueldo marynantes cada veinte, que son doçientos omnes.

Mas, de las naos del rreyno de Portugal que estan en la playa ante la dicha cibdat de Lysbona, de mercaderos del rreyno son nueve naos et dos barchas et an sueldo asy commo las estrangeras. Et leuaran todas onze fustes mñll et quatroçientos toneles et omnes de sueldo, mareantes, dosçientos, que tienen pocos omes de mar.

Mas tyene elrrey vn ballyner nuevo, que fizo agora, et esta avn en astillero, pera botar al agua medjado mayo, et leuara tresientos toneles et leuara quarenta omes maryneros pera lo marear.

Mas tiene el dicho rrey comenzado a fazer otra nao, que non se acabara este verano todo.

Mas tyene bjen concertadas nueve galeas grandes et tres galeotes pequeños et andan las quatro en el agua.

Mas tyene en el puerto de Portugal (8) seys galeas bjen concertadas et dos galeotas.

Mas tyene en el puerto de Portugal diez et ocho naos et barchas et sera[n] de dos mñll toneles et omnes mareantes quatroçientos de sueldo.

Mas tyene en Faroo vna nao et vna barcha de

DCLX omes
CCCXX toneles

LXXX omnes
DCCCL toneles

CC omnes.
I^cCCCC toneles

CC omnes

II toneles

CCCC omnes
CLX toneles

(7) Importante contributo este de alemães e flamengos: numerosos barcos e 660 homens.

(8) Será alusão à frota do Porto ?

ciento et sesenta toneles et omes de mar pera las
marear trenta et cinco ommes.

XXXV omes

Et, señor, plega a la vuestra alta señoría de saber que estas son las naos et barchas et galeas et galeotas que estan fasta agora en todo su rregno njn mas gente estrangera, syn otra dubda, que non se yra aqui tres ommes nin djez toneles, segund los lybros del mesmo rrey. Pero, señor, atylene avn por mas en espaço de mediado mayo, que an de seer con el estas que aqui dyra: primeramyente, espera ocho naos de merchantes de su rreyno, que son en Flandes; mas espera quatro naos de vizcaynos, que son en Flandes, de merchantes; mas espera por Mundy de Arca-mua(?), que es vezino de Londres, nes cosario, que ha de venjr con quatro naos merchantes, por quanto elrrey de Ynglaterra non le dexa traer gente de su rreyno, por la gera de França (9).

Mas espera elrrey por el conde de Arrondel, su yerno (10), que ha de traer cien velas de armada, fretadas et guarnjdas, asy de gente commo de vjtoalhas, el qual espera fasta mediado mayo; et, sy non veniere aquel tiempo, que entyende que non verna. Et la rrazon por que por quanto lle-go aqui vn mercadero de Londres, et es ay vezino, que dyzen Errycharte, que elrrey de Ynglaterra (11) que fizo apregonar guerras con el rreyno de França et que mando pregonar que ningun su vasallo et natural del rreyno que non salyese fuera de su rreyno; por quanto el auja de conty-nuar la gera con França et por quanto mandaua armar sesenta naos pera França, por quanto dixo que non se aujan abenjdos en los casamjentos vn rrey con otro, por que le pedja a Giana et Anafilon (?) et La Rochela et otros nuchos lugares muy buenos; et dixo que le non daua, saluo vn

(9) «Ingleses seguiram poucos, porque nesses tempos Henrique V preparava um desembarque na Normandia, o qual realizou em Agosto, tendo, na brilhante campanha que se seguiu, tomado a cidade de Harfleur a 22 de Setembro, e ganho a 25 de Outubro, a memoravel batalha de Azincourt, na qual os Franceses foram completamente derrotados. Ao cerco de Harfleur se refere La Salle, attribuindo a esta expedição a falta de Ingleses na armada de Ceuta. Entretanto sempre partiu pelo menos um, a quem, estropeando-lhe o nome, Pisano chama Munendo, e Azurara, Mondo, o qual viera servir nesta jornada com quatro ou cinco naus equipadas e armadas à sua custa» (BRAAMCAMP FREIRE, *Um aventureiro na Empresa de Ceuta*, p. 2). A bibliografia sobre o assunto em JOSEPH CALMETTE, *L'Elaboration du Monde Moderne*, pp. 38 e ss..

(10) O conde de Arundel, em Inglaterra, casado a 26 de Novembro de 1405 com a infanta D. Brites, filha de el-rei D. João I de Portugal. (Cfr. a bibliografia respectiva em FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 46, nota 1), a que se deve adicionar o *Quadro elementar*, t. 14, pp. CXXVIII e ss. e a bibliografia aí aduzida.

(11) Henrique V.

cuento de coronas; por lo qual es aca en dubda la dicha venjda del conde su yerno.

Et, quanto en lo de presente, non ay mas que escreuwr, saluo en la partyda pera onde es, que son muy muchas famas. Pero, señor, todas seran escritas; et las que aca men an çertificado et las dubdosas todas las vera la vuestra merçed. Pero, señor, que entyendo, tanto con ayuda de Djos et vuestra et con vuestra letra pera estos vjascaynos, de le enbargar la partyda por este año; por lo qual cumple mucho auer mandado de lo que cae en conplazer a la vuestra señoria. Et sea en breue, que la vuestra merçed vera lo que se faze, sy alargare en ello la vuestra merçed. Con la voluntad de Djos, quiza que sera fama lo fecho que se fara en ello, sy non ay tardança.

Et, señor, plega a la vuestra señoria de saber que las nuevas desta tierra son muchas, en rrazon de la partyda desta armada. Et dyzen que van a vna yslla que dyzen Svlanda (12), por quanto aquel señor de Svlanda dyxo mucho mal del rrey de Portugal, et avn se han tomado fustes vnos a otros. Et, señor, dize[n] otros que va a Gerusalen, a tomar Cuerpo [de] Christo, onde esta el mojmiento. Et, señor, dyzen que van a Frysa, por quanto le tomaron en Frysa alrrey vnas dos naos cargadas de auer. Et, sennor, dyzen que van a Fez, al rrey de Bellamaryn, que le ha escrito que quiere seer cristiano et ayudarle a conquistar allende. Et, sennor, dyzen que va a Granada, sobre Malaga. Et elrrey mesmo pregunta por la pesqueria que tal es cabo de Malaga o onde la ay mejor en aquel partydo. Et, señor, dyzen que casa la fija doña Ysabel con elrrey de Ynglaterra, que gela lyeuan muy poderosamente et que le va ayudar a la gera de Françia.

Et, señor, las que yo he sabydo aca mas afamadas et mas çiertas los que mas alcançan dello de los de fuera del consejo son a tales que las non querria mentar njn oyr, saluo por quanto me es forçado de vos fazer saber todas las cosas que yo pudjere entender que sea vuestro serujcio o guarda del. Pero, señor, so protestaçion que yo non lo afirmo njn lo fago çierto, sepa la vuestra señoria que aca tyenen bjén por çierto que algunos de los mayores de Castilla, que andan a mala verdat contra la vuestra merçed et que la rreyna doña Catalyna, que cartea amenudo con el et con la rreyna su hermana, deziendo que non es contenta de las maneras que la vuestra merçed trae con ella et, sentyendose de las enjurias que le ha fechas vuestra merçed, que non es plazentera del casamiento de sus fijos con los vuestros et que los quiere ante casados con los fijos et fija delrrey de Portugal et de su hermana et que elrrey de Portugal que se va a Seuilla, pera lo afyrmar con ella et con los que son con ella en consejo

(12) Por *Holanda?* Porventura alusão ao desafio a que se refere ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 28.

et que desende que han de conquistar a Granada, con leçegea delrrey de Castilla, pera que sea don Pedro, fijo delrrey de Portugal, el [que] ha de casar con la hermana menor del señor rrey de Castilla, rrey de Granada.

Et avn, señor, que ha de salyr en Sanlucar de Barameda. Et pareçeme mal, porque ha enbjado alla muchas vezes en poco tyempo, por manera de mercaderria. Et agora vjno de alla vn judio, que el enbjo alla, et ando toda esa tierra et yo he estado con el. Et, señor, segund sus rrazones, yo entyendo que es algo de lo que dyzen en esta rrazon. Et, en esta tyera, non lo dirian algunas personas a tan claro como lo dyzen, sy non entendiendo que la vuestra merçed es sabydor plazentero dello. Et, señor, veo que todas estas otras cosas poblycan et qualquier que llega a esta rrazon ante alguno de los caualleros grandes, luego se rremuerden et se fazen de ojo, que non fablen en ello mas (13).

Et, señor, es çierto quel rrey mesmo va alla et que lyeua la fija consygo pera el donde quier que va. Et, señor, dizen que ha de mantener el rreyno en rregimiento por elrrey de Castilla et que es en ello la dicha rreyna [et] muchos grandes del rreyno. Et, señor, es çierto que tyene elrrey pieça de moneda blanca por acuñar pera leuar onde ha de yr et pera fazer de su señal et de su cuño de don Pedro. Et, señor, todos los mas dizen aca que la rreyna que se quiere yr a Seuilla con el rrey; por lo qual, señor, pido por merçed a la vuestra alta senoria que non sea yo descubjerto en alguna manera njn lo tengades en poco, que non puede seer que esto que anda tan açendydo que non sea algo et, quando non pensar el ome, segund entyendo, ha de seer fecho lo que fuere. Et, señor, tambien me dixerón que la rreyna doña Beatriz que auja de casar con el conde don Alfonso, fijo delrrey de Portugal. Et, señor, en vno et en otro esto ay aca por mas çierto.

Otrozy, señor, dixerónme algunas personas que erran naturales de alla et an grande merçed delrrey de Portugal et que non quiere que, en esta flota, vaya con el ome castellano. Otrozy dyzen, señor, que, sy esto non es, que çiertamente que va a Seçilia, avn que vos auja segurado de non dañar en cosa vuestra (14). En todo vea la vuestra alta senoria que yo, señor, de buenamente tengo de obligar el cuerpo et alma por vuestro seruizio. Et, sennor, quien non segura non prende, que quien faz vn çesto fara çiento.

Otrozy, señor, en el fecho del conde don Fadrique, de quando enbjo al rrey a Juan de Marçala, non he podydo saber cosa dello, saluo que me an dicho que depues aca que ha fecho mas de seys mensageros al rrey et que le

(13) A boa parte desta e doutra boataria alude também aquele cronista, na citada obra.

(14) Cfr. os nossos DOCS. 46 e 49.

an leuado vnos dos arneses que le enbjo elrrey et alanos; pero yo lo entyendo de saber, queriendo Djos. Otrosy, señor, dyzen aca atanbjen que el obispo de Mondoñedo que ha fecho asas mensages al rrey de Portugal et otros, asas de poco aca (15). Et, señor, segund fama, nunca salen de aqui, de Portugal, omnes con cartas de la rreyna calladamente nin de Castilla atanbjen de los delrrey de Portugal.

Et, señor, an me dicho, non se sy es asy, que quando el prior de Oclato fue a Segília, que tomo medjda de algunas fortaleças della, que son rrybera de la mar, et que auja poco que las auja mostrado, quando fazja el castiello de madera (16). En esto poco se puede saber aca a tan en breue; pero que, sy se algo sabe, bjen tengo que lo podere yo luego saber. Otrosy, señor, an dicho que non ha dos meses que ouo la rreyna que era de Segília al rrey de Portugal enbjado vn mensagero; pero que non me sopyeron dezir quien era nin commo le dyzian.

Otrosy, señor, sepa la vuestra alta señoria que mosen Frances Juan Biuas, que le djo elrrey de Portugal dos mjll rreales de plata, dezzendo que la vuestra merçed le auja tomado quanto auja, por el se ençerar en Valager, et los infantes de djeron, et vase a Galyzia et donde a Ynglatyera, con cartas delrrey pera elrrey de Ynglatierra et pera otros señores, segund que yo sope, avnque el me lo ha negado; et yo le apunte con algo dello non tan claro, et quedo mucho maraujllado, que dezja que tenja alguno adeujno (17).

(15) O conde em referência, D. Fadrique ou Frederico de Aragão ou da Sicília, filho do falecido rei Martin e conde de Luna, fora um dos concorrentes ao trono aragonês, por morte de seu pai (Cfr. *Cronica de D. Juan II*, p. 343). «Pero,—sublinha GIMÉNEZ SOLER—era bastardo y adulterino y, aunque fué legitimado, la legitimación surtió efectos en cuanto a la herencia privada de su abuela, doña Maria de Luna, mas no de la real de su abuelo don Martin» (*La Edad Media en la Corona de Aragón*, p. 191). Pois, como observa o mesmo autor, os compromissários de Caspe ativeram-se às prescrições do Direito civil romano, ao nomearem o D. Fernando. Em anos posteriores D. Fradique figura constantemente nos acontecimentos políticos da época, como consta das respectivas crónicas. É possível que, em 1415, diligenciasse obter o apoio do soberano de Portugal contra o rei aragonês, sobretudo na possibilidade de contra ele se dirigir a armada em organização.

O bispo de Mondoñedo, que recentemente estivera em Portugal, como embaixador de Castela, (Cfr. o nosso DOC. 50), mantinha, possivelmente, connosco, relações de simpatia e de gratidão, pela maneira como fora tratado, se intuitos políticos, como diplomata, o não constrangiam a isso.

(16) Cfr. o nosso DOC. 10.

(17) Pelos modos, este Juan Bivas ou Vivas, depois de haver acompanhado D. Jaime, conde de Urgel, concorrente ao trono aragonês, quando ele se encerrou na sua vila de Balaguer, homiziou-se em Portugal, onde captou a simpatia do nosso monarca. A sua embaixada a Inglaterra aqui referenciada, em hipótese, não figura no *Quadro elementar*, t. 14, pp. 173 e ss., nem, a efectuar-se, a confiaria D. João I a um estrangeiro.

Otrosy, señor, plega a la vuestra merçed a saber que este coreo que agora me enbjo la vuestra merçed, con vuestra letra, que llevo a mñ a veinte vn dias de abril et me fallo en Lysbona, bjen auja çinco dias que ay estaua; et, por saber dos puntos solos que aqui van escritos, non auja fecho mandado a la vuestra merçed, pero el coreo dyxome que fuera dolyente. Agora, señor, yo escriuo aqui a la vuestra senoria en breue, por que sepa el tenor et estado de la tyera, et yo finco et fincare aqui fasta que la vuestra merçed me mande commo faga, por quanto entyendo que la estada aca cumple a vuestro serujçio. En caso que yo non pueda fazer las cosas tan bjen en este caso commo complyan, sepa la vuestra merçed que non es por culpa, saluo por non poder seer mas, que la voluntad Djos la sabe.

Este coreo parte de aqui en los veinte tres djas, a medio dia. La vuestra señoria le mande fazer merçed, por quanto le yo fago yr mucho apriesa et otrosy porquanto es mucho vuestro serujdor; et sy rrecabdo ha de escriuir la vuestra merçed, sea con este, por quanto sabe bjen la tyera ya agora et la entrada. Et, señor, de lo que ayca pasare et sea pasado la vuestra señoria a vera letras, quantas se entyendan que cumple a vuestro serujçio, syn otra dubda.

Et, señor, plega a la vuestra alta señoria veer este quaderno et leerlo fasta que vea la vuestra merçed a quien cumple de lo mostrar que, señor, yo, por eso, fyze vna carta aparte, porque la vuestra merçed la mandara alla mostrar a quien non quiera que vea esto al; et otrosy, por quanto sy buscasen por cartas, que fallasen aquella et non esta otra.

Et, señor, a la vuestra alta señoria plega de me mandar commo faga que la vuestra merçed sea de mñ mejor serujda, que es cosa que yo mucho cobdyçio. Et, señor, Djos, por su merçed, acreçente en vuestra vjda et en ensalçamjento de la vuestra muy alta señoria, asy commo la vuestra merçed cobdyçia, et vos guarde de los que contra el serujçio de la vuestra merçed fazen consejo et ayuntamiento, Amen (18).

Escrita veinte tres dias del mes abryl, en Lysbona.

El vuestro omñl serujdor.

(as.) Ruy Dias.

(18) Este final da valiosa carta-relatório de Ruy Dias de Vega, hábil espíão e arguto observador, deixa transparecer uma atmosfera pesada para o primeiro monarca da Casa de Trastámara em Aragão no ano anterior a seu falecimento. «Como Jaime de Urgel tenía partidarios, aunque no muchos, y nobles comprometidos en la rebelión, perduró una opinión favorable al derrotado, a la que se unieron de modo sentimental aquellos que siempre compadecen la desgracia. De este ambiente, en años posteriores, surgió un libro anónimo, especie de libelo, que ensalza la figura del vencido. Se conoce en la literatura historiográfica con el nombre de *La fi del*

Sepa la vuestra alta señoría que non tyene mercaderías algunas fasta agora nin tengo que las leuaran, saluo sus frretes, pera sus mantenjimientos.

No verso: Al muy alto et muy poderoso, esclareçido, bien auenturado príncepe, mi señor elrrey de Arragon et de Seçilia.

58

18 MAIO 1415

Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a Rui Dias de Vega, a acusar a que ele enviara, a ordenar-lhe escreva tudo por largo e a comunicar-lhe que lhe remete a solicitada carta da rainha.

ACA., Registro 2.408, fl. 5.

El rey.

Vuestra letra hauemos regebido e tenemosvos en singular seruicio las nuevas que largament por aquella nos hauedes notificado. Por que vos mandamos que aturedes aquí daquí a la fins del negocio e no fagades otra cosa sino que scriuades largo de todo lo que sobre los afferes, porque así sodes poderedes saber nj sentir.

Enuiamosvos la letra de la rreyna de que en vuestra letra faziades mencion e el correu que nos embiades, per tal que con ell nos scriuades lo

Comte d'Urgell» (BALLESTEROS Y BERETA, *Historia de España*, vol. 3, p. 492). Veja-se também a significativa carta que D. João I de Portugal enviou a D. Fernando nos fins de 1415, — o nosso DOC. 108.

Nos Registos de el-rei D. Fernando de Aragão conserva-se salvoconduto passado por aquele, em Valência, a 22 de Março de 1415, a «Rodericus Díez de Vega, regnj Castelle, quj ex parte carissimj auunculi nostrj regis Portugalle ad nos venerat, de nostrj licencia et permissu, de presenti, ad regem regreditur supradictum» (Registro 2.408, fl. 124). Portanto o espião em referência era castelhano, ao serviço do rei aragonês.

ZURITA, referindo-se a esta armada, di-la constituída por «treynta y tres naos, y veynte y siete galeras de a tres remos por banco: y de treynta y dos de a dos remos: y de otros ciento y veynte naulos menores» (*Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, parte 2, liv. 12, cap. 52).

que por anant vos occorrera de nueuo, çertifficantesvos que nos hauremos a vuestros buenos seruicios el sguard ques conuene.

Dada en Valencia, dins nuestro siello secreto, a xvij dias de mayo del anyo mil quatrozientos qujnze. Rex Ferdinandus.

Dirigitur Roy Diez.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.

59

27 MAIO 1415

Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a el-rei D. João I de Portugal, a comunicar-lhe haver recebido sua carta, enviada pelo deão seu mensageiro e por seu secretário, a quem ouuiu de sua parte e com eles concordou certos capítulos, como os próprios lhe referirão largamente.

ACA., Registro 2408, fl. 17.

Rey muy caro e muy amado tio. Nos elrrey dAragon e de Sicilia vos embiamos muyto a saludar, como aquel que muyto amamos e preciamos e pora qujen querriamos diesse Dios tanta vida e salut quanta por a nos mismo querriamos e por quien fariamos, de muy buena volundat, todas las cosas que a vos veniessen en plazer.

Rey muy caro e muy amado tio. Recebimos vuestra letra por el dean. vuestro missatgero, e el vuestro secretario; e, oydos plenamente sobre lo que de vuestra part nos dixeron, hauemosles respondido e con ellos concordados ciertos capitoles, segunt por aquellos poredes veer, e los ditos vuestros missatgero e secretario vos recitaran largamente.

E, si algunas cosas, rrey muy caro e muy amado tio, vos son plasiennes que nos fagamos, embiatles nos a dizir, car nos las compliremos de buen coragon. E sea en vuestra guarda e protection el Sperit Sant.

Dada en Valencia, dins nuestro siello secreto, a xxvij dies de mayo del anyo mil cccc.xv. Rex Ferdinandus.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

[JUNHO-JULHO 1415]

Por mandado de el-rei D. João I seu pai, o infante D. Henrique parte do Porto com a frota ali organizada e fundeia em frente do Restelo.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 36.

Cada dia elrrey auia nouas do corregimento da frota que estaua na çidade do Porto, assy por as cartas que lhe o iffamte escreuia como per outros mujtos que cada hũu dia hiam de hũua çidade pera a outra; ca, segumdo o tempo, nom podiam os caminhos estar muy liures, porquanto aquelles fidalgos esperauam dhir aa çidade de Lixboa e mamdauam porem seus homeens e cousas diamte, cada hũu segumdo lhe compria. E escreueo elrrey ao iffamte que, tamto que aquelles prinçipaaes fossem prestes, que partisse loguo mais trigosamente que podesse; porque, tamto que elle uiesse com sua frota, emtemdia loguo a auiar a outra de Lixboa, de guisa que, ao tempo que tijnha hordenado, partissem.

E, como o iffamte foy prestes pera partir, mamdou aparelhar hũua fusta, na quall mamdou hũu seu escudeiro, que chamauam Affonso Eannes, que depois foi comtador daquella çidade, o quall leuaua rrecado a elrrey como o iffamte seu filho partia ja da çidade do Porto com sua frota. E logo o iffamte mamdou a todos que sse rrecolhessem pera seguir sua uiagem. E era fremosa cousa de ueer o corregimento daquella frota; porque todallas naaos e gallees e outros nauios eram nobremente apemdoadas com balssões e pemdões pequenos das coores, motos e deuisa do iffamte. E, porque eram todos nouos e bem acompanhados douro, dauam mujto gramde uista. E as gallees eram tolladas de finos panos daquelles motos e deuisa que ja disse.

E os capitães das gallees eram estes que sse seguem, a saber: o senhor iffamte e o comde seu jrmão e dom Fernamdo de Bragamça, filho do iffamte dom Joham, e Gomçallo Vaasquez Coutinho, marichall, e Joham Gomez da Sillua, alferes delrey, e Vaasco Fernamdez dAtayde, gouernador da casa do iffamte, e Gomez Martimz de Lemos, ayo que fora do comde de Barcellos. E assy eram sete gallees e sete capitães. E assy estes como todollos outros que hiam nas naaos, de quallquer comdiçom que fossem, que capitania dalgũua gemte teuessem, leuauam a liuree do senhor iffamte; a quall era de panos de sirgo e outra de finos panos de lãa, rrepar-

tida pollo comtrairo; porque as mayores pessoas ouueram as liurees de pano de lãa e as outras de menos estado uestiam os panos de sirgo.

E, porque fallamos nos capitãaes das gallees, he bem que saybaaes dalgũs principiaes que hiam da outra frota, a saber; dom Pedro de Castro, filho de dom Alvaro Pirez de Castro, e Gill Vaaz da Cunha e Pero Lourenço de Tauora e Diego Gomez da Silua e Joham Roiz de Saa e Joham Alvarez Pereyra e Gomçallo Eannes de Sousa e Martim Affonso de Sousa e Martim Lopez dAzeuedo e Luis Alvarez Cabrall e FernamdAlvarez, seu filho, e Esteuam Soarez de Melloo e Mem Roiz de Refoyos e Garçia Moniz e Ayres Gomçalluez de Figueyredo e Pay Roiz dAraujo e Vaasco Martimz da Albergaria e Alvaro da Cunha e Fernam Lopez dAzeuedo e Alvaro Fernandez Mazcarenhas. Todos estes leuauam a liuree do iffante e assy outros algũs fidallguos e escudeiros, cujos nomes nom podemos perfectamente saber.

E, quando foi o dia daquella partida, era amtre todos aquelles da frota muy grande allegria; ca todollos nauios eram acompanhados de trombetas e outros estormentos, cujo ssoom espartaua seus corações pera seerem allegres. E ainda auiam outro aazo pera seerem muyto mais ledos; ca, em aquelle dia, foram todos uestidos de nouo, a quall cousa, per sua nouidade, sempre traz algũu acreçemtamento de folgamça em no coração de quallquer e muyto mais no dos homeens mamçebos, cuja clara esperiemça nom ha mester outra proua. E, aalem daquella liuree, que assy o iffante deu aaquelles senhores e fidallgos e assy geeralmente a todollos seus, cada hũu delles daua aos seus apartadamente sua liuree como lhe prazia. Mas, porque seria gramde prolixidade escpreuermos a deuisa de cada hũu, abasta soomente que a do iffante eram hũuas capellas de carasco bem acompanhadas de chaparia e, por meyo, hũus motos que deziã uoomtade de bem fazer e as suas coores eram branco e preto e uijs (1).

Todollos booms homeens da çidade que alli ficauam se espediram em aquelle dia do iffante, offereçemdolhe seu seruigo; porque, aalem de em elle auer hũua graça singullar pera todos aquelles que com elle trautauam, porquãto elle era naturall daquella çidade, tijna espiciãl cuydado dos moradores della pera rrequirimento de seus feitos. Por cuja rrezam, era muy amado delles todos e o tijnam casi por seu çidadãao. Tamto que

(1) O autor alude novamente a este assunto no cap. 43. Os elementos aqui citados constituem a vinhetta que emoldura o retrato do infante D. Henrique no código de Paris da *Crónica dos feitos de Guiné* de GOMES EANES DE ZURARA e se reproduzem em «fac-símile» no presente volume. Figuram também no túmulo do infante, na igreja da Batalha (Pode ver-se ESTEVES PEREIRA, *A divisa do Infante D. Henrique*; TEIXEIRA DE CARVALHO, *O túmulo do Infante*; e DUARTE LEITE, *Acroa da «Crónica dos feitos de Guínee»*, pp. 12-13 e 64-65, com a bibliografia aduzida por estes autores).

as nouas chegaram a Lixboa da uijmda do iffamte dom Hamrrique, loguo elrrey mandou ao iffamte dom Pedro que fosse rregeber seu jrmãao, pera cuja hida logo foram prestes as outras oito gallees que alli estauam e assy todollos batees e nauios pequenos que auia na frota. Nas quaaes hia primeyramente o iffamte dom Pedro e na segumda o meestre de Christus (2) e na terçeira dom Affomssso (3) e na quarta o prioll do Espital (4) e na quimta o almiramte (5) e na sexta seu filho miçe Carlos e na septima o capitam (6) e na oitaua Joham Vaaz dAlmadaa; e o comdestabre (7) com todollos outros senhores que eram hordenados pera hir com o iffamte dom Pedro foram nos batees de suas naaos e assy em algũs nauios pequenos.

E, sse a frota que uijnha do Porto era bem apemdoada e tollada, esta outra que partia de Lixboa nom era menos; empero, todo era dos motos e deuisa delrrey. E assy começaram de fazer sua viagem caminho da foz, contra homde os outros uijnham. E o iffamte dom Hamrrique trazia tall hordenamça em sua frota, que parecessem primeiramente per a foz os nauios pequenos e depois as naaos grandes e apos ellas as gallees, das quaaes a mais derradeira era a do iffamte. E desy todollos nauios começaram damdar brollauemteamdo ao traues daquelle mar, fazendo sempre deuisa sobre a gallee do iffamte.

E, pollo espalhamento que assy faziam, era aquella frota de todos estimada em muyto mayor numero. E assy amdaram hũu pedaço ataa que sse juntou hũua frota com a outra, homde aquelles jrmãaos ouueram amtre assi muy grande prazer, como aquelles cuja amizade amtre os uiuos nom foi outra semelhante. Ca çertamente taaes çimquo filhos assy obedientes a seu padre e amigos amtre assi numca sse achou em escripturas que os algũu príncipe teuesse. E assy foram aquelles senhores juntamente acompanhados de sua frota ataa que chegaram aaquelle lugar homde ho iffamte dom Hamrrique depols mandou fazer hũua egreja, a quali sse agora chama Santa Maria de Belleem (8).

(2) D. Lopo Dias de Sousa.

(3) Filho legitimado de el-rei D. João I, futuro conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança (Sobre ele pode ver-se BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Síntra*, liv. 3, pp. 254 e ss.).

(4) Alvaro Gonçalves Camelo, 2.º Senhor de Baião (Cfr. *Obra retrocit.*, liv. 1, p. 235).

(5) Lançarote Pessanha.

(6) Do mar, Afonso Furtado.

(7) D. Nuno Alvares Pereira.

(8) Ou do Restelo. Sobre aquele templo henriquino pode ver-se MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO, *Do sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém e a bibliografia aí citada*. Outra documentação sobre o mesmo templo se encontra em volumes subsequentes de *Monumenta Henricina*.

[JUNHO - JULHO 1415]

Recebe o infante D. Henrique noticia da grave doença de sua mãe, a rainha.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 37.

.
Ora, pois que assy he, uaamos per nossa estoria em diamte, sem rreço. Homde auees de saber que, tanto que os iffantes chegarom com sua frota aaquelle porto de Restello, segumdo ja dissemos, mamdaram alli lamçar as amcoras de seus nauios. E a outra frota fazia amdando suas uoltas ao traues daquelle mar, tamgendo suas trombetas e estormentos que traziam, como homeens que queriam mostrar aos outros que estauam em na terra a gramde lediçe que traziam seus corações. Nem o iffante dom Hamrrique nom estaua pouco ledto, assy polla uista de seus jrmãos e de toda a outra gemte da corte que o alli uiera rregeber, como por trazer assy sua frota bem aderemçada de todo o que lhe compria.

Mas, porque a sua gloria nom fosse de todo acabada, chegou alli Affomsso Eannes, aquelle seu escudeiro que trouxera o rrecado a elrrey de sua uijmda, e lhe disse como a rrainha, sua senhora e madre, estaua doemte. Empero, disse elle, que nom ficaua a dita senhora tam aficada de sua door, per que elle deuesse tomar nehũa tristeza, amte lhe fora dito que a primcipall causa daquelle emfirmidade era por aazo da gramde abstinemçia que fazia, em seus jeiius e orações [...]. Mas, depois que a rrainha foi certa da hida de seus filhos, ca ajmda ata aquelle tempo nom sabia da delrrey nem do iffante Duarte, ca, posto que lhe damte fosse fallado, como ja ouuistes, elrrey nom quis que o ella soubesse ata açerqua da sua partida, por lhe arredar o coração de cuidado que semtia que ella filharia.

.

[JULHO 1415]

Entrega das espadas pela rainha D. Filipa de Lencastre aos infantes seus filhos, nas vésperas da partida destes para Ceuta (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 41.

Zello de gramde amor mostrou a rrainha aos iffantes, espiciallmente açerqua deste tempo em que fallamos, a quall cousa per elles foy sempre muyto conhecida, espiciallmente aquelle lenho da cruz, que lhe assy foy dado, o quall elles filharam com muy gram deuaçom e assy o trouxeram sempre comssiguo em todollos dias de sua uida. E tanto o trazia continuamente o iffante Duarte que, depois de rrey, ao tempo de seu finamento, o soterrarom com elle; e, depois de muytos dias, foy nembrado que o leuaua comssigo e foy neçessario de abrirem a coua em que jazia pera lhe tirarem o dito lenho, o quall ouue a rrainha sua molher. E o iffante dom Pedro nom sabemos que maneyra teue com o sseu; empero, bem he de crer que homem tam cathollico como elle era nom partiria de ssy cousa tam boa nem tam samta.

Mas do iffante dom Hamrrique podemos nos dar çerto testimonho; porque, ao tempo que escpreuemos esta estoria, elle auia hidade de çim-quoemta e seis annos (2), ffallando açerqua desto, nos disse que numca lhe nembraua, depois que lhe o dito lenho fora dado, que o teuesse fora de ssy, soamente hũu dia, que o tirara per esqueçimento, em desuestimdo a camisa. E ouuimos depois a Luis de Sousa, clauero dordem de Christo, seu camareiro moor e filho de Gomçallo Roiz de Sousa, que, quando sse

(1) Nos capítulos 38, 39 e 40 refere o cronista como el-rei declarou à rainha D. Filipa sua tenção de seguir também na armada contra Ceuta mais o primogénito D. Duarte; alude depois à doença da rainha em Sacavém, assistida por el-rei seu marido e pelos infantes seus filhos; e, enfim, à entrega por ela do Santo Lenho a cada um destes, aos quais rogou o trouxessem sempre consigo. D. Filipa faleceu em 18 de Julho de 1415.

(2) Portanto em 1450, pois nascera D. Henrique em 1394, — o que confere com o que diz o autor no capítulo 105 e final da crónica: — «E foy acabada esta obra na cidade de Sillues... era de Nosso Senhor Jesu Christo em mill e quatroçentos e çim-quoemta annos».

o dito iffante finou, que lhe tirara o dito lenho da cruz e o dera a elrrey em Euora com o sinete e o seu liuro de rrezar (3).

E, em acabando assy estas cousas, chegou hi Joham Vaasquez dAlmadã, que trazia feitas e guarneçadas aquellas espadas em que ja fallamos, com as quaaes muyto prouue aa rrainha, pera com ellas comseguir seu boom proposito (4). E, tanto que as teue em seu poder, fez chegar pera aqerqua de assy seus filhos e tomou a espada mayor e disse comtra ho iffante Duarte. Meu filho, porque Deos uos quis escolher amtre uossos jrmãaos pera seerdes herdeiro destes rregnos e teuessees o rregimento e justiça delles, a quall uos ja elrrey uosso padre tem cometida, conhecendo uossas uirtudes e boomedades tam compridamente como sse ja fosse uossa, eu uos dou esta espada e uos emcomendo que uos seja espada de justiça pera rregerdes os grandes e os pequenos destes rregnos depois que a Deos prouuer que sejam em uosso poder, per fallecimento delrrey uosso padre; e uos emcomendo seus poucos e uos rroguo que, com toda fortelleza, seiaaes sempre a elles deffemssom, nom comssetimdo que lhe seja feito nehũu desaguizado, mais a todos comprimento de direito e de justiça.

E ueedes, filho, como diguo justiça, justiça com piedade; ca a justiça que em algũa parte nom he piedosa nom he chamada justiça, mas cruellidade. E assy uos rroguo e emcomendo que queiraaes seer com ella cauallero. E estas espadas mamdei assy fazer pera as dar a uos e uossos jrmãaos ante de uossa partida, pera uos elrrey meu senhor fazer com ellas caualleiros presente mym, como ja disse; mas a Deos prouue de nom seer assy. Porem uos rroguo que, sem empacho, uos queyrraaes filhar esta de minha mão, a quall uos eu dou com a minha beemçom e de uossos auoos, de que eu deçemdo. E, como quer que seja cousa empachosa de os caualleiros tomarem armas de mão das molheres, eu uos rroguo que uos nom queiraaes teer aqerqua desta que uos eu dou semelhante embargo. Ca, segumdo a linhagem domde eu deçemdo e a uoomtade que tenho pera acreçentamento de uossas homrras, numca emtemdo que uos por ello empeçimento nem dano possa uijn, ante creo que a minha beemçam e delles uos fara grande ajuda.

E o iffante Duarte, com grande obediemça, pos os joelhos em terra e lhe beyiou a mão, dizemdo que elle compriria o que lhe ella assy mam-

(3) O sinete das armas do infante, «douro baixo, que pesou duas dobras», é referenciado em carta de quitação de 5 de Julho de 1464, passada a Fernando Afonso, ex-criado de D. Henrique (Publicada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. I, doc. 64). Do «livro de rezar» ou Livro de Horas do infante não se conhece outra notícia.

(4) As espadas eram preciosas: — «E a rrainha mandou no outro dia chamar Joham Vaasquez dAlmadã, ao quall disse que lhe mandasse fazer tres espadas e as mandasse guarneçer muy rricamente douro e dallofar e de pedras preçiosas e que, tanto que fossem acabadas, que lhas trouxesse» (*Crónica... de Ceuta*, cap. 38).

daua com muyto booa uoomtade. O que certamente elle numqua esquecego em todos seus dias, ante o comprio muy perfectamente, como adiante sera contado. E a rrainha, ouuimdohe assy aquellas pallauras, prouguelhe muyto e alçou sua mão e lhe lamçou a sua beemçam. E depois tomou a outra espada e chamou o iffante dom Pedro e disselhe. Meu filho, porque sempre, des o tempo de uossa mininiçe, uos ui muyto chegado aa homrra e seruigo das donas e domzellas, que he hũa cousa que espiçialmente deue seer emcomemdada aos caualleiros, e porque a uosso jrmãao emcomemdei os poucos, emcomemdo ellas a uos, as quaaes uos rroguo que sempre ajaaes em uossa emcomemda. E elle lhe rrespomdeo que lhe prazia muyto e que assy o faria sem nehũa duuida. E entom sse assemto em joelhos e lhe beyiou a mão. E ella lhe disse que lhe rrogaua que fosse com ella caualleiro, dizemdohe outras mujtas rrezões como ja dissera ao iffante Duarte, e sobre todo lhe lamçou sua beemçam.

Mas, he de comsijrar com quaaes comtenemças os iffantes poderam ouuir semelhantes pallauras; ca, no trautamento de semelhante rrezoad, nom podia seer que escusassem grande multidom de lagrimas, as quaaes, posto que as elles forçosamente rreteuessem, suas comtenemças estauam muy tristes, ouuyndo as pallauras da rrainha, ditas a elles com tanto amor e com tam grande ssiso e conheçimento de sua morte. E ella outrossi, ueendo ho grande sentido que os filhos auiam de seu padeçimento, aalem da sua door, auia por ello grande tristeza. Ajmda nos figura por dizer da terceira espada, que foi dada ao iffante dom Hamrrique, o quall a rrainha chamou, dizemdo.

Meu filho, chegaiuos pera ca, uistindo ella sua comtenemça de nova lediçe e emchemdo sua boca de rriso (5) muy honestamente, e disse. Bem uistes a rrepartiçom que fiz das outras espadas, que dey a uossos jrmãaos; e esta terceira guardey pera uos, a quall eu tenho que assy como uos sooes forte, assy he ella. E, porque a hũu de uossos jrmãaos emcomemdei os poucos e a outro as donas e domzellas, a uos quero emcomemdar todollos senhores, caualleiros, fidalgos e escudeiros destes rregnos, os quaaes uos emcomemdo que ajaaes em uosso espiçiall emcarreguo. Ca, pero todos seiam delrrey e elle delles tenha espiçiall cuidado, cada hũu em seu estado, eles porem aueram mester uossa ajuda pera seerem manteudos em direito e lhe seerem feitas aquellas merções que esteuer em rrezom; ca, mujtas uezes acomteçe que, per emformações fallas e rrequerimentos sobeios dos poucos, os rrex fazem comtra elles o que nom deuem. Pera o quall emcarreguo uos eu escolhi, conheçendo de uos quanto amor lhe sempre ouuestes e uollos emcomemdo, porque aalem de uossa boa uoom-

(5) Expressão habitual no cronista ao relatar diálogos de el-rei ou da rainha com este seu filho.

tade, uos seia posto por neçessidade. Eu uos dou esta espada com a minha beemçam, com a quall uos emcomendo e rrogo que queiraes seer caualleiro.

Nom poderia bem declarar per escripto a grande tristeza com que o iffante dom Hamrrique estaua; porque, aalem das boas uoomtades de seus jrmãos, elle auia rrazom de a teer mujto mayor, como no seguimte capitullo sera comtado. Senhora, disse o iffante, uossa merçee seia mujto gerta que, emquanto me a uida durar, teerey firme nembrança de todo aquello que me ora assy emcomemdaes, pera comprimento do quall offereço todo meu poder e boa uoomtade. E emtom lhe beyiou a mão, dizendo que lhe tijna mujto em merçee aquella espada que lhe assy daua, a quall elle nom sabia estimar a nehũ preço. E a rrainha, ouuim-dolhe assy aquellas pallauros, esforçousselhe a uoomtade pera rrijr e alçou a mão e lançoulhe a sua beemçam.

63

Como o infante D. Henrique cumpriu os desejos da mãe, na pro-tecção dispensada a fidalgos e cavaleiros.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 42.

Bem mostrou a rrainha, em aquellas pallauros que assy disse ao iffante dom Hamrrique, que o amaua espiçiallmente. E portanto disse-mos, no capitullo ante deste, que elle auia rrazom de teer em ssy mayor tristeza que nehũ de seus jrmãos. E podemos ajmda emtemder que a rrainha semtia, per diuinall comsijraçom, quaaes e queiamdas uirtudes auia dauer o iffante seu filho ao diamte. E, posto que ja agora rrazoadamente em ellas podessemos fallar, leixemollas pera depois, por fallarmos de cada hũa cousa em seu proprio lugar.

E, quanto aa emcomemda que lhe sua madre deu, elle a mamteue tam compridamente como lhe prometeo. E desto som eu bem gerta testimunha; porque, uiuendo com elrrey Duarte, cuja alma Deos rreçeba na bemaem-turamça do geço, ui, per mujtas uezes, seus grandes rrequirimentos que fazia por mujtos senhores fidalgos e caualleiros, pellos quaaes rremedia-uam seus feitos e acreçentauam em suas homrras. Vi otrosi que, ao

tempo que a rainha dona Lionor foy em desacordo com ho iffante dom Pedro, muytos fidalgos e escudeiros deste regno foram em tempo de sse perder, se nom acharam em elle emparo e ajuda. E sobretudo aquello que elle tijna numca foi neguado a todos aquelles que sse a elle socorriam, fazemdohe muytas mercees a cada hũu, segumdo seu estado.

E, depois que a rainha assy deu as espadas a seus filhos, como ja ouuistes, disse ao iffante Duarte: filho, eu uos rroguo que, pois uos Deos fez em este mundo senhor de uossos jrmãaos, que uos tenhaes espiçiall cuidado delles e os ajaaes por uossos espiçiaaes seruidores, homrramdoos sempre quanto em uos for e fazemdohes aquellas mercees que merecem de seer feitas a taaes e tam boons jrmãaos como em elles teemdes; porque, nom creaaes que outros melhores seruidores que elles podees teer nem queiraaes amte elles prepoer outros nehũus. Ca, quando uos nembrar que ssom meus filhos e de uosso padre, que uos tanto amamos, com rrezam deues creer que elles nom podem all deselar senam uossa homrra e seruiço. E, posto que algũus, por emueia, sse emtremetam de uos dizer algũa cousa contra elles, numca lhe dees comprida ffe, amte os ouuy sempre. E bem creo que acharees que elles numca sse partem daquella uerdadeira temçon que deuem teer a seu senhor e jrmãao.

Por çerto, diz o autor, esto guardou o iffante Duarte muy espiçiallmente, o que eu uy muy bem quando o iffante dom Hamrrique ueo de Tamger; porque algũus daquelles fidalguos que com elle foram, quemdo emcobrir seus falleçimentos, deziã algũuas cousas contra o iffante, aas quaaes seu jrmãao nom quis dar nehũa ffe, amte dezia que seu jrmãao nom poderia fazer cousa que nom fosse justa e boa, mas que elles o deziã por se escusar do que comtra elles rrazoadamente podia seer dito.

.

Recomendações da rainha D. Filipa a seus filhos D. Pedro e D. Henrique e alusão do cronista à atitude daquele nos precedentes de Alfaroabeira.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 43.

. (1)

E, por acabarmos de todo as emcomendas da rainha, auees de saber que, depois que sse assy elrey partio della e a iffante sua filha, ficaram os iffantes todos tres. E o iffante Duarte se apartou com os fisicos e cellorgiãaes pera fallar com elles, em rrazom da cura que pertecia aa rrainha sua madre. E, ficando os outros iffantes junto com ella, assy fraqua como ella estaua, lhes começou de dizer.

Porque sempre uos uy em hũu amor e uoomtade, sem auer amtre uos nehũua desaueemça, per obra nem pallaura, assy como uerdadeiros jrmãaos, uos rroguo e emcomemdo que, assy como uos ata aqui amastes, assy uos amees daqui em diamte, em seruiço de Nosso Senhor, e sempre uossos feitos hiram de bem em milhor. E nom auera nehũu no rregno que uos possa empeeçer. E, se fordes desuayrados e jmmigios, nom auera em uos a força que ha, seemdo ambos em hũu amor, como claramente podees emtemder pollo exemplo da frecha, de que em nossa terra ha hũua estoria, em que sse diz que ligeiramente pode hũu homem quebrar hũua e hũua e, pera quebrar mujtas juntas, compre mujto mayor força.

E os iffantes lhe disseram que prazeria a Deos que assy o fariam. E çertamente sempre amtre elles foy grande amor; e, nom tam soamente quanto aas uoomtades de dentro, mas ajmda per çertos synaaes de fora. Ca, nos motos e deuisas, assy tomaram ambos casi hũua semelhança: ca o iffante dom Pedro trazia no seu moto deseio (2) e a sua erua era carualho; e o moto do iffante dom Hamrrique era tallamte de bem fazer e a sua erua carrasco (3). E ajmda sse açertara que a rrepartiçom das terras era assy junta hũua com a outra (4).

Mas, do que sse depois seguio açerqua da morte do iffante dom Pedro fica hũu grande proçesso pera sse contar ao diamte, homde perfeita-mente poderees saber quanto o iffante dom Hamrrique trabalhou por saluaçom de seu jrmãao (5). E mujtos que em esto fallarom, nom como

(1) No texto que omitimos, relata o cronista como, por iniciativa do infante D. Pedro, anuência dos irmãos e de el-rei, a rainha legara todos seus haveres, móveis e imóveis, à filha D. Isabel, futura duquesa de Borgonha, enquanto não houvesse outra rainha. Não foram presentes os infantes D. João e D. Fernando, então respectivamente de 15 e 12 anos de idade, os quais haviam sido afastados da mãe, em razão da peste.

(2) *Désir*, em francês, ao gosto da época.

(3) Sobre o moto de D. Henrique veja-se a nota de p. 149.

(4) D. Pedro duque de Coimbra e D. Henrique de Viseu, em cujas imediações tiveram seus bens patrimoniaes. Quanto ao D. Henrique pode ver-se a respectiva carta de doação, em nosso vol. I, pp. 343 e ss. A do infante D. Pedro é desconhecida.

(5) Parece que tratou o cronista do assunto longamente na sua *Crônica* de el-rei D. Afonso V, nos termos do que afirma neste passo da sua *Crônica dos feitos de Guiné*, cap. 5: — «Foe ajnda o jffante dom Henrique com elrey dom Affonso, seu sobrinho, naquelle ajuntamento que fez sobre o jffante dom Pedro, de que se seguyó

homeens que emteiramente sabiam a uerdade, disseram que o iffamte podera dar uida a seu jrmão, se teuera boa uoomtade de o fazer. O que he certo que, ase fora contra outra algũa pessoa, que elle trabalhara em ello como por ssi meesimo; mas, contra seu rrey e senhor, achou que o nom podia fazer sem quebramtar sua lealdade, o que elle dizia que nom faria, nom tam soamente por seu jrmão, mas por mill filhos, ajmda que os teuera, nem ajmda por saluaçom de ssy meesimo, posto que por sua deffemsom se podesse saluar. Das quaaes cousas a obra foy manifestada testemunha.

65

[19-25 JULHO 1415]

Os infantes vão a Alhos Vedros conferenciar com el-rei seu pai sobre seguir a armada para Ceuta imediatamente ou não, após o que reúnem no Restelo com membros do Conselho régio (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 47.

Por aazo daquelle forte aconteçimento, era feito em todo.aquelle ajuntamento hũu geerall silemção, com que todos amdauam nom menos pemssosos do que eram de ledos ante daquelle feito. E, assy como todos

a batalha da Alfarrobeira, na qual o dicto jffante foy morto e o conde dAbranxes, que era com elle, e toda sua hoeste desbaratada. Onde, se o meu entender pera esto abasta, justamente posso dizer que lealdade dos homeens de todollos segres foram nada em comparaçom da sua. E, posto que o seruiço nom seia tamanho quanto ao trabalho, segundo os que ja disse, certamente as circumstancias lhe dam splendor e grandeza sobre todollos outros, cuja perfeita declaraçom remeto aa Estorea Geeral dos factos do Regno». Sobre esta e a desaparecida Crónica zurariana de D. Afonso V pode ver-se DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, pp. 159 e ss., e *As Crónicas Medievals Portuguesas, Adulteração de Rui de Pina?*

(1) Nos capítulos 44, 45 e 46 refere-se o autor aos últimos momentos, virtudes, sepultura e exéquias da rainha D. Filipa, falecida em 18 de Julho de 1415, após o que «os iffantes se partirom dalli acompanhados daquelles senhores e fidalgos e ase foram pera hũa aldeia que esta açima daquela igreia que o iffante dom Hamrrique mandou fazer, que chamam Samta Maria de Belleem; e a aldeia ha nome Restello, por rrazom daquelle amoraçom que alli esta, que ase chama per essa meesma guisa. E alli este-uerm ataa que a frota partiu, como adiante oulrees» (Cap. 46, ao fim).

amdaum uistidos de doo, assy tirarom todollos arreos que tijnham as gallees e nauios, de guisa que nom parecia a frota outra cousa senom arueros dalgũa mata, a que a força do fogo priua das folhas e fruto. E nom sabiam fallar em outra cousa senam das gramdes uirtudes que auia na rrainha, nas quaaes nom auia hy algũu que podesse achar contrayro.

E muyto duuidauam de sse fazer nehũu mouimento aqerqua do que era começado; ca deziam que tamanhos tres synaaes como Nosso Senhor Deos em aquelle feito mostrara nom eram pera teer em joguo, a saber a grande pestenemça que, dias auia, que amdaua amtrelles, polla quall ja fallegeram mujtas e boas pessoas; e o segundo fora o cris do soll, que foi amte algũus dias da morte da rrainha, em tamanho graao como amte na memoria daquelles que emtam eram nem depois ataa este presente numca foy uisto, ca duas oras continuadas esteue cuberto per tall guisa, que pareciam todallas estrellas e assy todollos outros sinaaes do ceoo, que geeralmente parecem depois que o soll passa ho oçidimtall orizom e o crespucollo nos traz a escuridade da noute; e o terçeyro foy a morte da rrainha, que sobre todo era mais semtida.

Os iffantes, tanto que foram em Restello, como ja ouuistes, fallarom loguo amtre ssi que maneira deuiam teer aqerqua de seus feitos e acordarom que era bem de hirem fallar a seu padre. A quall cousa loguo em aquella noute segumte poserom em obra; ca, pouco mais de mea noute, mandarom fazer prestes os batees e sse foram [a] Alhos Vedros em tall guisa que, quando era manhã, estauam com seu padre, o quall acharam muyt anoiado, uestido de panos timentos. E, quando outrossy uiu os filhos uestidos de burell, rrenououosse em sua uoomtade hũa muy doorosa nembrança, da rrainha sua molher. E com elle estaua o comde de Barçellos, seu filho, e Gomez Martimz de Lemos.

Senhor, disserom os iffantes, comsijramos de uos uijr fallar aqerqua destes feitos, pera sabermos a maneira que querees teer e fazermos segundo sentirmos uossa uoomtade. Meus filhos, rrespomdeo elrey, bem uedes no pomto em que estou e que cuidado deue de seer o meu, comsijrando em tamanha perda como perdi, cuja nembrança me traz tamanho nojo, que nom sei cuydar em outra cousa. Porem, leyxo este emcarreguo a uos, disse elle contra o iffante Duarte, que com uossos jrmãaos e com esses outros do comsselho fallees aqerqua deste feito; e o que acordardes me fazeer saber, pera eu comsijrar sobre ello e determinar o que milhor e mais proueitoso parecer.

E loguo sse os iffantes tornarom sem outra deteemça pera Restello. E fezerom chamar aquelles do conselho que estauam mais prestes, os quaaes per conto foram quatorze, comtando hi os iffantes, cuios acordos foram partidos em duas partes, a saber sete a cada hũa parte. E os iffantes todos tres e quatro dos do comsselho eram em acordo que todauia elrrey deuia partir, como primeiramente tijnhã hordenado, porque deziam

que tamanhas despesas como ja eram feitas e taes prouijmentos, com tantos trabalhos rremediados e buscados, nom deuiam assy de passar em uão, qquanto mais pois aquello fora mouido princípalmente por seruiço de Deos, se nom deuia deixar dacabar por nehũa cousa nem auia hi rrezom per que sse justamente leixasse de fazer; ca, posto que assy a rrainha fallecesse, sua morte a tall feito nam deuia fazer empacho, ca a rrainha nom era mais que hũa molher, cuja morte nom trazia outra torua pera seu proposito, soamente a tristeza que elles, por sua causa, filhauam, a quall prazeria a Deos que abrandaria a boa andança da uitoria. Quanto mais que a fama deste feito era tam deuulgada per muitas partes do mundo, que todos pemssauam que tamanho mouimento nom podia parar sem cometimento dalgũ grande feito, polla fim do quall estauam cada dia em esperança de ouir çerto rrecado; a quall cousa seria muy uergonhosa, assy pera elrrey como pera todo o rregno, quando soubessem que, por semelhante aazo, o leixauam de poer em fim.

Os outros sete acordauam que todauia elrrey por nehũ caso deuia partir. Por çerto, deziam elles, se uos dizees que por esto seer seruiço de Deos, o deuemos princípalmente de seguir, bem sse mostra que lhe nom praz de semelhante mouimento; porquanto ante os nossos olhos traz tam manifestos synaaes, per que, de rrezam, deuemos creer que o nosso mouimento he contrayro de sua uoomtade. Que cousa tam marauilhosa pemsaaes que he o dano que esta pestenemça fez e faz cada dia em tanta boa gemte como per sua causa falleço e falleço? E nom he diuida que, depois que forem todos demtro nos nauios, que sse nom açemda muyto mais; ca, o ajuntamento a fara muyto mais açemder. E o rremedio proueytoso pera ello seria de sse espalhar agora esta gemte. E he çerto que nom poderia tamanho foguo estar muyto que sse nom apaguasse. E, sse nos agora partissemos, pode seer que assy como morreo a rrainha, morreram outras pessoas taes, cujo dano trazera muyto grande perda.

Deuemos ajmda muyto rreçar tamanho dano como rreçebemos na morte daquella senhora, porque soamente as suas orações eram abastantes pera nos liurarem de quaaesquer perijgos; ca, bem mostrou Nosso Senhor Deos synaaes açerqua da sua morte, per que muyto deuemos sentir a perda de seu fallecimento, do quall nom ha nehũ, posto que de pequena comdiçom seia, que nom tenha muy grande sentido. Certamente, nos lhe mostrariamos sinall de pouco amor, perdendo em tam breue tempo memoria de sua morte, nom tomando sequer algũ espaço per que o mundo conhecesse o sentido que tijnhamos de sua morte, mas logo, assy tirados dos choros de sua sepultura, fazermos partida, nom seria bem. E que ajmda quisessemos leixar estas cousas, teemos outro muy grande empacho, que he muyto pera comsijrar: e esto he que, por aazo da doença da rrainha, sse desauieram muitas cousas, pera corregimento das quaaes nom ha mester menos de hũu mes; pois nos somos agora casi em fim de julho e, quando



Est. III. — Ceuta segundo *Civitates orbis terrarum* de Jorge Braun, de 1572, lib. I, pág. 56.

hũu mes passasse, seriamos em fim dagosto, que he ja começo do jmuerno, em que sse nom deue começar semelhante feito. E assy que, por todas estas rrezões, se deue por agora escusar a eixecuom desta cousa.

Sobre estes dous contrairos ouue em aquelle comsselho muy grande debate, no quall dizem algũus que o iffante dom Pedro rrespomdeo algũuas rrezões mais asperas do que deuia ao comdestabre; porque disseram que o comde era hũu daquelles que mais affirmava que elrey deuia ficar. Empero, nos nam o soubemos determinadamente nem o iffante dom Hamrique nos em ello fallou. Creemos que o fez por escusar algũu prasma que ouueram aquestes que estas uozes mantijnham.

66

21 JULHO 1415

Os infantes voltam para o Restelo, jantam com o infante D. Henrique na galé deste, tiram o luto, mandam embandeirar os barcos festivamente, com espanto das tripulações e da cidade, que se entretêm em comentários vários sobre a mudança rápida do cenário (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 49.

Os iffantes partiram logo caminho da frota e o iffante dom Hamrique comidou a seus jrmãaos pera jantarem com elle, em sua gallee. E, tanto que forom em ella, trouxeram loguo os uistidos aos outros iffantes e elle uistiusse jssso meesmo e mamdou apemdoar toda sua gallee e disse aas trombetas que sse posessem na mayor altura e que fizessem em seus estromentos todo sinall de lediçe que podessem. E, como era domingo e os homeens, por rrezam das calmas, estauam todos jugando e follgando

(1) Domingo, 21 de Julho, voltam os infantes a Alhos Vedros, a comunicar ao pai o que se passara no Conselho. Aquele, o conde de Barcelos e Gomes Martins de Lemos, aio daquele, que estavam com o monarca, opinam que deve seguir imediatamente a armada e el-rei nela. Pelo que este ordena aos filhos o aprestamento da frota para levantar ferro quinta-feira, dia 25 (Caps. 48 e 49).

em seus navios, ca o mais que podiam escusauam a çidade, por causa da grande pestenença que nella amdaua; e, quando ouuiron o soom das trombetas, de que tijnham por emtom pequena esperamça, fiquaram amtre ssi meemos mujo marauilhados. Empero, pemssarom que os iffantes nom estauam alli e que, por ello, aquelles seus trombetas, com pouco auisamento, filharam assy aquelle ousio.

E algũs daquelles capitães que alli estauam quiseram mamdar rre-querellos que sse callassem; mas, quando lhe os seus disseram como a gallee estaua toda apemdoad e que aallem do soom das trombetas ouuiam em ella charamellas e outros estromentos, bem criam que era todo feito a outra fim. E trigosamente mamdaram aparelhar seus batees, pera saber parte que queria seer aquella nouidade. E os que pousauam nas aldeas ou amdaum folgando ao longo daquella praya mujo asinha se chegarom aa rribeyra, pera seerem çertos do que aquello queria seer. Em breue tempo foram tamtos os batees darredor da gallee do iffante, que queriam jugar as punhadas quall poderia primeiro chegar ao bordo. E, depois que souberam a determinaçam do feito, poserom logo mujta trigamça em tornarem a correger seus navios per a guisa que ja estaua aquella gallee.

Em uerdade, era fremosa cousa de ueer hũa frota que polla menhã pareçia algũa mata que perdera as folhas e o fruito e, em tam breue tempo, tornaua a pareçer hũu tam fremoso pumar, acompanhado de mujtas folhas uerdes e frolles de mujtas coores, ca assy eram os pemdões de desuayradas guisas, e que camtaum em elle mujtas aues de graçioso soom. Ca os estromentos nom eram poucos, ca em cada nauio estauam estromentos de desuayradas guizas, os quaaes todo aquelle dia, a hũa uoz, numca fizeram fim de tamger.

Nom tardou mujo que as nouas chegaram aa çidade, as quaaes fezeram em ella hũu nouo aluoroço; porque todos estauam ja casi desperçebidos de semelhamte mouimento, por cuja rrezom lhes foy neçessario de sse trigarem pera tornarem todo a correger, ca o espaço era muy breue pera sse mouer tamanho feito. E foram logo dados pregões que, ataa terça feyra per todo o dia, fossem todos rrecolhidos a sua frota. Boom he de comsijrar que mamdado tam trigoso de semelhamtes cousas nom lhes daria grande espaço pera dormir. Mujtas cousas fallaria aqui, se quisesse, açerqua dos desuayrados juizos que sse dauam sobre aquella partida, espicialmente a gemte do pouoo, culpando mujo elrrey, porque fazia semelhamte mouimento, dizendo que o prioll do Espitall, com suas sotillezas, mouera primeiramente aquelle feito e que elle tiraua ajmda elrrey agora de seu asiso (2).

(2) Seguidamente, aduz o cronista alguns dos comentários que se faziam.

23-25 JULHO 1415

El-rei segue, em 23, de Alhos Vedros para o Restelo, na galé do conde de Barcelos, onde se lhe juntam os infantes, e no dia seguinte ancora com sua frota junto de Santa Catarina, para recolher o pessoal mais facilmente, a qual levantou ferro em 25.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 50.

Em este pequeno espaço que teemos dito se fizeram prestes casi a mayor parte de todollos que auíam de hir em aquella frota. E, omde ante pediam espaço de hũu mes, lhes abastaram tres dias e ajmda nom de todo acabados.

Aa quarta feira, se meteo elrey na gallee do comde dom Affonso e foromse pera elle os iffantes e mujtos daquelles senhores que alli eram. E ueo aquella noute çear e dormir a Restello. A quall nos podemos bem afirmar que foy milhor uigiada que poruentura fora a noute da naçemça de Nosso Senhor Jesu Christo; porque o arroido era tam grande na frota, que os homeens hũus com os outros nom sse podiam emtemder. E aquella praya nom era menos allumiada de tochas e acompanhada que sse sse em ella fizeram festas dalgũu grande príncipe. E nom menos era o trafego na çidade, por aazo das mujtas cousas que lhe eram neçessarias pera sua uiagem.

No dia seguinte, que era uespera de Samtiago, uijnte e quatro dias do mes de julho, partio elrey dalli e mandou lançar amquoras. E foy aquella noute aqerqua de Samta Caterina. Este pouso que assy elle fez tam preto foy pera dar aazo que sse rrecolhesse a jemte com mayor tri-gamça. Mas, no outro dia, que era dia de Samtiago, mandou dar aas trombetas da sua gallee porque, tamto que fora em Restello, sse sahira da outra. E, assy como deram aas trombetas na sua, assy deram em todollos outros nauos, fazendo sinall aos marinheyros que desfalldrassem, o quall, em hũu pomto, foy posto em obra. E assy emcaminharam com boa uem-tura, caminho da foz. Elrey, como ja disse, leuaua a capitania das gallees e o iffante dom Pedro das naos, leuando cada hũu seu foroll, pera rregi-mento das outras (1).

(1) Seguem-se os nomes das principais pessoas que partiram na armada.

24 JULHO [1415]

Carta de João Gomes da Silva, alferes-mor de el-rei D. João I, ao arcebispo de Santiago, seu amigo, a agradecer-lhe os informes recebidos, que transmitiu ao monarca, a dizer-lhe qual a composição da armada e ainda, com autorização régia, que ela se dirige contra os mouros de Belamarim (Marrocos).

ACA., D. Afonso V, caja 15, n.º 190, original em papel com picos de traça. Não leva o documento indicação de ano, facilmente apurável em ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 50.

Senhor. Joham Gomez da Sillua, uoso amjgo, me enujo encomendar em uosa merçee.

Façouos saber que vy aca uoso rrecado per Aluaro de Uiana, uoso criado, que uos enujase rrecado da frota. E uos seede certo que eu nom uos pude enujar rrecado mais cedo. E as nouas som estas: os naujos som ataa duzentas Lxx vellas, per galees e per outras fustas, e vam ataa bij mjll ou bij mjll e bº homeens darmas e b. mjll de besteiros e ataa xx ou xxj mjll homeens de pee.

E a gerra he contra mouros, pera Belamarim (1). E eu nom uollo mandey dizer ataa que nom pedi legença a meu ssenhor elrrey pera uolo mandar dezer; e mais lhe dise todo o que me disestes que lhe disese e agradeceuollo mujto. E me dise mais que, se uos algũa cousa conprise em esta terra, que o faria de boa voontade. E, ssenhor, se uos algũa cousa conprir de mandardes fazer em esta terra ou onde quer que eu steuer, peçouos por merçee que dedes a mjm a encomenda, que eu o farey com a melhor uoontade e coração que eu tenho.

Scprita em Restello (2), xxiiij dias de julho.

(as.) Joham Gomez.

No verso: Ao arçbispo de Santiago (3).

(1) As palavras *pera Belamarim* sobrepostas à linha, possivelmente porque só depois de escrita a carta o autorizou o monarca a comunicar o local, ainda com esta imprecisão toda.

(2) Onde João Gomes da Silva se achava já embarcado para seguir no dia imediato para Ceuta (Cfr. o cit. cap. de ZURARA). Sobre este alferes-mor, rico-homem, do Conselho de el-rei e seu embaixador a Castela e a Inglaterra pode ver-se também os caps. 5, 25, 27, 32, 36 e 96 da aduzida Crónica e ainda RUI DE PINA, *Crónicas de D. João I*, onde é constantemente citado.

(3) De Compostela, segundo cremos, D. Lopo de Mendoza (Cfr. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, p. 201).

69

26-27 JULHO 1415

A armada desce a costa, dobra o Cabo de S. Vicente, onde presta honras às reliquias daquele santo, e fundeia em Lagos, na noite de sábado.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 51.

Assy correram todos aquelles nauios sua uiagem, de guisa que, ao sabado sobre a tarde, começaram de dobrar o cabo de Sam Vicemte. E, por rrazom de certas rreliquias que alli jaziam, mesurarom todas suas uellas, em dobrando o cabo, por sinall de rreueremça. E aquella noute foi a frota toda juntamente amcorar na bahia de Laguos.

E, ao domingo seguinte, sahio elrrey em terra e teus loguo alli seu comsselho, no quall foy determinado que sse deuulgasse claramente toda a uerdadeira emtemçom daquelle mouimento. Porem, foy mamdado ao meestre frey Joham Xira que preegasse, por que todo o pouoo podesse uerdadeiramente saber quall era a emtemçom por que sse elrrey mouera a fazer aquelle ajuntamento.

70

28 JULHO 1415

O franciscano Mestre Fr. João Xira prega em Lagos ao pessoal da armada, perante el-rei e os infantes seus filhos.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 52.

Mujtas uezes falley, nos capitullos ante deste, com quanto cuydado e diligencia foy sempre guardado o segredo daqueste feito ataa este ponto, que ja a sua rrotura nom podia trazer nehũu dano. E porem determinou elrrey, com acordo de seu comsselho, de seer alli deuulgado, pera a

quall cousa mamdou preegar ao meestre frey Joham Xira; o quall, auisado do que auia de dizer, sobio em seu pulpito, pera auer de preegar, ante aquelle pouoo.

E, ajmda que lhe muy breue espaço fosse dado, elle, assy como homem muyto abastado de çiemçia, fallou mujtas cousas de grande autoridade, das quaaes nos apanhamos algũuas pequenas partes, assy como as podemos apremder, segundo a lomgura do tempo, por acompanharmos nossa estoria (1).

.

71

28 JULHO [1415]

Carta de Ruy Dias de Vega, servidor e espião do rei de Aragão, escrita de Sacavém àquele monarca, a comunicar-lhe o enterro da rainha de Portugal e o que depois succedeu, especialmente com a partida da armada portuguesa, cujo destino supõe ser Gibraltar ou Ceuta.

ACA., *Cartas Reales*, Fernando I, caja 6, n.º 969, original em papel, — donde se reproduz.

Publicada por JAVIER DE SALAS, *Dos cartas sobre la expedición a Ceuta en 1415*, p. 336.

Muy alto et muy poderoso, esclareçido et bien aventurado príncipe, mj señor, rrey de Aragon et de Çezjlia.

Ruy Diaz de Vega, fechura et vuestro omjl serujdor, com omil rreuerença beso vuestros pies et vuestras manos et la tierra ante la vuestra merçed. A la qual plega a saber que, despues de la letra escrita en diez et ocho dias del mes de jullio, quel jueues de la fecha de la letra enbiada a la vuestra señoria, se enterro la rreyna en el monesterio donde estaua (1). Al qual enterramiento non quiso estar elrrey, mas ante se paso alliende

(1) Segue-se, no autor, a sùmula do sermão. Sobre o assunto veja-se JOAQUIM DE CARVALHO, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*, vol. 1, pp. 243 e ss.

(1) De Odívelas (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, caps. 39 e ss.).

del rryo, a vn lugar que llaman Aldea Gallega (2). Et mando pregonar que ninguno non fuese donde el estaua, so pena los fidalgos de p[er]de[r] su merçed et los otros que los agotasen. Et, señor, ay estudo fasta el mjercos adelante, que fueron xxiiijº dias deste mes de jullio.

Et, señor, por quanto yo estaua doliente en cama, non pude yr donde el estaua; pero, por saber en que manera estaua, enbie alla dos escuderos, a le pedir rrespuesta de vuestra carta et de la de mj señora la reyna. Et estodieron ese dia et la noche; et otro dia, por la mañana, entro en vna galea et ellos con el ay dentro; et ay le dexieron lo por que yo les enbiaua. Et rrespondioles que me fuese en bien ora, que agora non tenja que vos escreujr, saluo que saludase a vos et a mj señora la rreyna et a mjs señores los infantes, vuestros fijos, et quel que se yua de camjno.

Et fuese luego con su galea Rastelo, donde estaua la flota, et fizo pregonar en la çibdat que se fuesen todos luego a las naos, so pena de su merçed et de los cuerpos. En tal manera, señor, que el jueues, por la mañana, que fue dia de Santiago, desfaldaron las velas et salieron mas de la meytad dellas fuera, a la mar, en la costa cabe Cascales, que son çinco leguas de la çibdat. Et otro dia seguinte, viernes, xxvj dias del dicho mes, salieron las otras que aujan quedado; et, en saliendo, señor, sepa la vuestra merçed que vna nao, despues que desfaldro, non fizo por el gouernario et dio por otra nao (3).

Et, del golpe que djo, abriose toda et perdióse et afogaronse vnos xxv omes. Et, despues desto, mando luego pregonar elrrey que neguno non lo dexiese en la çibdat, so pena de la su merçed et de los cuerpos. Et eso mesmo vn batel que se anego et se perdieron en el nueue omes de armas. Et luego [...] las velas et fezjeron todos velas et y [...] (4) la rroca del estrecho; et, despues que non pareçieron las velas, venieronse los que auia enbiado a lo ver.

Et, señor, van elrrey et los infantes, commo quiera que es fama quel infante que ha de quedar en el Algarbe (5). Et quedan en el rreyno los otros señores que escreuj a la vuestra señoria. Et, señor, la fama çierta desta pasada es de Gibraltar o de Çebta. Como quiera, señor, me dexieron quelrrey mesmo non sabe çierto donde va, saluo que desarmaran donde podieren, por que non se le fizo commo el quesiera. Et ua desarmar donde podiera, por non quedar en mengua (6).

(2) Cfr. o DOC. 65.

(3) Cfr. com o DOC. 67, assim melhor elucidado.

(4) Algumas palavras ilegíveis na dobra do papel. A nota da perda da nau e do batel não figura na obra de ZURARA.

(5) O infante em referência é, visivelmente, o primogénito D. Duarte, habitualmente assim nomeado, o qual, afinal, seguiu com a armada para Ceuta.

(6) Boataria, naturalmente.

Et, señor, todo esto yo entiendo de lo contar bien largamente a la vuestra señoría; et, por non detener de saber la vuestra señoría la partida de la flota, non escreui mas largo. A vuestra merced plega de me non culpar por el abreujamiento del escreujr, que non fue saluo por esta entencion; et, por quanto entiendo ser en breue con la vuestra señoría et fazer rrelacion de todo ello (7). Et, señor, Dios acreçiente en la vuestra vjda et estado et señorío, ansy commo la vuestra señoría cobdiça. Amen.

Escrita en Sacauen, xxvii^o dias de jullio.

El vuestro omjll seruidor.

(as.) Ruy Diaz.

No verso: Al muy alto et muy poderoso, esclarecido prinçipe, bien auenturado, mi señor elrrey de Aragon et de Çezilia.

72

28 JULHO 1415

Mestre Fr. João Xira promulga a bula da cruzada e absolve todos os presentes de culpa e pena.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 53.

E porem, husamdo de meu offiço, uos rrequiero e rrogo a todos quantos aqui presentes sooes, que comsirees bem em uossas comçiemças quaaesquer peccados, malles ou erros que tenhaaes cometidos e que peçaaes ao Senhor Deos perdam delles com todo coração e uoomtade e façaaes delles penitencia, auemdo firme proposito de uos guardar de pecar daqui em diamte. Polla quall cousa serees assolltos de culpa e pena, per uirtude

(7) Partida a armada, Ruy Dias dá por finda sua missão de espionagem em Portugal e regressa ao Aragão, o que demonstra claramente quais os motivos da sua estadia no país. As cartas endereçadas por seu soberano e pela rainha aragonesa ao nosso D. João I não responde este, pelos modos. Seriam de mero cumprimento e destinadas a excobrir a grande finalidade de Fernando I, ainda então receoso: certificar-se do destino da rota portuguesa, tão engrossada por cooperação estrangeira.

de hũa letera que o Samto Padre outorgou a elrrey nosso senhor, ueemdo seu santo deseio.

A quall letera logo alli de presente o meestre pruuicou, em fim da quall fez a assolluçon a todos.

.

73

31 JULHO — 10 AGOSTO 1415

Parte a armada de Lagos para Faro, onde demora até 7 de Agosto, por motivo de calmaria, segue então viagem, e vai aproar em Algeciras na tarde do dia 10, crente ainda o pessoal de que seguia contra a Sicília.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 54.

Acabadas assy aquellas pallauras do meestre, todos teuerom muy boa uoomtade pera seguir seu emsino, sse elles crerom que aquella determinaçom que lhes elrrey fazia saber era uerdadeira, o que elles tijnham mujto pollo contrayro do que o tijnham da primeira; ca deziã que lhe nom fora aquello assy dito senom por esconder a outra mais çerta determinaçom que elrrey tinha ordenado. He mao de conhecer, deziã elles, estas praticas que elrrey traz, por encubrir sua vontade. Sabe ja todo o mundo que vay pera Cezilia e agora nos quer fazer entender que vay sobre a çidade de Cepta. Tal he agora esta como a outra que disseram, agora ha hum anno, que auia dir sobre o duque dOlanda. Dizeilhe que busque outra mais fremosa encuberta que, quanto esta, muito ha que a sabiamos.

Assi esteue ali elrrey ata quarta feira, que partio pera Faram. E, porque em seguindo sua viagem, encalmou o vento, foilhe necessario de estar aly ata outra quarta feira, que eram sete dias do mes dagosto. E entom partio viagem do Estreito. E, a sexta feira, hum pouco ante de noite, ouueram uista de terra de mouros. E aly mandou elrrey que fizessem andar todollos nauios de mar em roda, porque nom era sua vontade entrar polla boca do Estreito senom de noite. Creomos que seria porque os mouros de terra nom podessem tam asinha saber a viagem que elrrey queria leuar.

Tanto que foy a noite, começaram de caminhar polla boca do Estreito. E, em aquella noite aqueço aly hum pequeno caso, de que se ouuera de

seguir muy grande prigo. Ca foi assi, que porquamto aquella gallee de Joam Vaaz, em que hia o iffante Duarte, tinha cheiro; por azo de sua bondade, sahiose o iffante della e foise pera a gallee do iffante dom Anrrique, seu jrmão. E aqueço de se açender fogo em hũa alanterna, pollo qual foy grande aluoroço dentro na gallee. E o iffante Duarte, que jazia em çima da cuberta, por azo da calma, que era grande, lembrou-se de seu jrmão e abrio trigosamente a porta. E o iffante dom Anrrique tomou a alanterna, assi como estaua ardendo, e a pos em çima. E o iffante Duarte a lançou na agoa.

E o iffante dom Anrrique tomou em sy menencoria, pensando que lhe empolassem as mãos e lhe fizesse empacho, ao tempo da neçessidade. Mas, algũs que hy estauam lhe ensinaram, pera seu rremedio, que possesse as mãos no mel e que seria seguro daquelle danno, como de feito foy. Ca, posto que ao depois pelassem aquelles coiros das mãos, nam leixou porem de trabalhar, como se nam teuesse algum empacho [...].

74

6 AGOSTO [1415]

Carta do arcebispo de Santiago ao rei de Aragão, a enviar-lhe inclusas outras recebidas de Portugal com noticias sobre a armada portuguesa e seu destino, nomeadamente a de João Gomes da Silva, a comunicar-lhe que o conde D. Fradique tornou a Santiago e partiu para Baiona de Minho e ainda a prometer que o duque e marechal alemães serão bem recebidos.

ACA., D. Afonso V, caja 15, n.º 159. Original, em papel.

Muy alto e muy poderoso príncipe e illustrissimo sseñor.

El vuestro arçobispo de Sanctiago beso vuestras manos e me enco-miando muy homillmente en la vuestra merçet, la qual bien sabe en commo vos oue escripto de commo auja enbiado al rregno de Portugal çiertos escuderos mjos, a saber nueuas delrey de Portugal e de su yda pera donde era con el armada que tenja fecha.

Et agora, sseñor, sepa la vuestra merçed que oy, dia de la fecha desta carta, me llego vno de los dichos mjs escuderos que alla auja enbiado. E las nueuas que de alla me fueron escriptas e eso mesmo la ordenança que

lleuan e pera donde van e quantos son la vuestra merçed las vera mas largamente por vna carta que de alla me fue enbiada por Juan Gomes de Silua (1) e por otros escritas que aqui a la vuestra sseñoria enbio interclusas. E, señor, si algunas otras nueuas mas rrecrescieren, luego las enbiare a notificar a la vuestra merçed. Et, si algunas otras cosas la vuestra sseñoria manda en esta tierra, presto so pera las cumplir a todo mj leal poder. Et Dios, por su merçet, vos de mucha salud.

Scrita en la cibdat de Sanctiago, seis de agosto.

Item, sseñor, el conde don Fardique torno aqui a Sanctiago e partio pera embaxaro em Bayona de Mjñico (2), em dos naos, ayer, que fueron çinco dias de agosto; e quando alla fuere e aportare, la vuestra merçet lo sabra, porquanto los vientos non son agora muy concertados. Si alguna cosa mandardes etc. ho (*sic*).

Item, ese duc e mariscal alemanes reçibieron aca aças gasagado en esta vuestra tierra, por bõo seruçio (3).

Vuestro todo muy homill seruidor (*as.*) Arçobispo de Sanctiago.

No verso: Nuestro sseñor elrey de Aragon e de Seçilia.

75

12 AGOSTO 1415

Iniciada a viagem para Ceuta, grande cerração e impetuosas correntes a estorvaram, lançando as naus em direcção a Málaga, menos a de Estêvão Soares de Mello, as galés, fustas e navios pequenos que, naquele dia, ancoraram diante de Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 56.

(1) De 24 de Julho anterior, escrita já do Restelo, na véspera da partida da armada para Ceuta, a qual portanto apenas chegou a Santiago em 5 ou 6 de Agosto, pois se apressaria o arcebispo a enviá-la ao rei de Aragão (E o nosso DOC. 68).

(2) E Bayona, município de Galiza, a sul da ria de Vigo, a 22 quilómetros desta cidade.

(3) O duque e o marechal alemães aqui referenciados e recomendados pelo rei aragonês ao arcebispo de Santiago são, porventura, o duque e o barão vindos então a Portugal para se incorporarem na armada da conquista de Ceuta. Havendo desistido o duque, por D. João I não ter querido revelar-lhe o destino daquela, no dizer do cronista, — o que pode ser mera fantasia de ZURARA, dado que el-rei estava há muito em Ceuta —, ficou apenas o barão (*Crónica... de Ceuta*, caps. 33 e 86). É possível que aquele duque seja o «tio do Imperador Segismundo e del-rei de Boémia» o qual, entusiasmado depois pelo êxito das armas portuguesas, se apresentou em Ceuta mais tarde (Cfr. ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, parte 1, cap. 60).

E estando assy elrey em aquelle lugar (1), teue seu conselho de jr sobre a çidade a segunda feira seguinte. E, em fazendo naquelle dia sua viagem, sobreueo hũa muy grande çerraçam, que fez grande empacho a toda a frota pera gouernar dereitamente onde quera. E, porque as correntes sam ali muy grandes, lançaram toda a frota das naaos caminho de Malega, afora hũa em que hia Esteuam Soarez de Mello, e as gallees e fustas e outros nauios pequenos foram em aquelle mesmo dia ante a çidade, onde a toruaçam era antre os mouros por semelhante chegada; empero, nam grande, porquanto elles nam uiram ajnda toda a frota junta tam preto de sy como viram as gallees, nem podiam cuidar que elrey hya sobre aquella çidade. Porem, fecharom suas portas e poseromse per çima, mais por veer, ca por se defender.

76

[12 AGOSTO 1415]

Satisfação, por el-rei D. João I, nas imediações de Ceuta, a pedidos que seu filho o infante D. Henrique lhe havia feito em Lisboa, antes da reunião de Torres Vedras.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 64.

Ora disse elle (1) contra o iffante dom Hamrrique. Meu filho, bem me nembra os rrequerimentos que me fezestes quamdo eramos açerca de Lixboa, homde uos eu disse que uos rresponderia quamdo fosse mester. E, porque agora he tempo de uos rrespondr ao que me rrequerestes, que uos outorgasse que fossees em companhia daquelles que primeiramente

(1) Algeciras, aonde os mouros de Gibraltar, receosos de tamanha frota, «nam souberam outro rremedio senam ajuntar as milhores cousas que se poderam auer e leuaramnas em presente a elrey» (Cap. 55). Também Martim Fernandes Portocarreiro, fidalgo português ao serviço de Castela, irmão da condessa D. Guiomar, tio do conde D. Pedro de Meneses, então fronteiro e aldaide-mor de Tarifa, mandou a Algeciras seu filho Pedro Fernandes com presente de gado a el-rei D. João I (*Crónica cit.*, caps. 55 e 56).

(1) El-rei D. João I.

filhassem terra; porem a mym nom praz que uos em ello uaades como companheiro, mais como principall capitam. E, quando elrrey esto fallaua, toda sua cara estaua chea de rrijo, como aquelle que tijnha grande esperança no emgenho e fortelleza de seu filho.

Nos, prazendo a Deos, disse elrrey, hiremos oje, sobre a noute, amcorrar nossa frota dauante da cidade. E uos hirees primeiramente, com a uossa frota que trouxestes do Porto, dereitamente a Almina (2) e hi farees lançar uossas ancoras e alioiar uossa frota. E nos hiremos desta outra parte dos banhos, por tall que os mouros, quando uirem a mayor força da frota em aquella parte, emtemdam que alli ha de seer nosso principall desembarcamento; per cuja rrezam acudiram pera alli a mayor parte delles, por nos empacharem nossa sahida, e dessa outra parte da Almina nom faram grande conta, polla sospeiçam que teeram que nom auees alli de filhar terra.

E uos, tanto que uirdes meu sinall, lançaareis logo uossas pranchas em terra e sahires o mais despachadamente que poderdes. E, depois que nos sentirmos que uos teemdes a praya filhada, mudaremos nossa frota pera açerqua da uossa e emcaminharemos de uos seguir, de guisa que uos nom leixemos muyto estar sem companhia. Outrossi, disse elrrey, porque a corremte nom aja lugar de nos lançar as naaos caminho de Mallega, como ja fez duas uezes, terees maneira de levar uossas gallees per tall hordenança que, posto que algũ dos nauios de nossa companhia queira escorregar, per força da corrente, que nom aja lugar de correr mais auante.

77

[12 - 16 AGOSTO 1415]

Escaramuça dos mouros com os barcos que primeiro se aproximaram da cidade de Ceuta; em 14 manda D. João II o infante D. Henrique buscar o infante D. Pedro na sua galé e ordenar que todo o resto da frota se aproxime do monarca.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 57.

(2) Actual Monte Acho (Cfr. ROBERT RICARD, *Etudes sur l'histoire des Portugais au Maroc*, pp. 11 e 12).

Depois que os mouros virom de todo as gallees ancoradas sobre o seu porto, foram ja algum tanto perdendo de sua primeira segurança, especialmente Çalabença (1) e assi algũs daquelles velhos da çidade. Por cuja rrezam, escreuerom logo a todos aquelles lugares daly açerqua que se veessem com suas armas e corregimentos, ata que vissem que podia seer aquella vinda. Outros disserom que, logo como a frota pareçera pollo Estreito, aquelle rrecado fora enuiado. Mas, de qualquer guisa que fosse, o espaço podia seer pequeno; porque, ao sabado ouuerom elles primeiramente vista da frota e a segunda feira chegou sobre a çidade.

E daquelles mouros que estauam sobre os muros começaram algũs datir com troons e beestas contra os da frota, no que bem mostrauam que tinham perdida toda a esperança de paz. E, como quer que assi trabalhassem de fazer seus tiros, nom podiam muito empeçer a nenhum dos christãos; porque os nauios estauam bem afastados do muro, afora a gallee do almirante, a qual logo no começo foy ancorar mais perto da praya que as outras, onde estaua muy sogeta ao prigo daquellas setas. Mas elle, por nenhũa guisa, se quis dali mais afastar, como quer que lhe fosse dito per algũas pessoas, aos quaes elle rrespondia que, pois que o a ventura aly primeiramente açertara, que aly queria esperar qualquer prigo que lhe veesse; que, pois que elles aly veerom pera jr pera diante, nom era rrezam que elle tornasse atras. Certo que elle foy sempre, em sua vida, muy esforçado homem darmas e, portanto, nom queria que por elle passasse cousa grande nem pequena que nom pertencesse ao nome que tinha.

Algũs daquelles mouros mançebos sahiram a praya, a escaramuçar com os christãos. E os christãos jsso mesmo saírom nos batees e andauam ao longo daquella praya, tirando hũus aos outros. E assi trauaram sua escaramuça hum grande pedaço. E algũs daquelles mouros filharom hum penedo que estaua no mar, pera teerem daly milhor aazo pera empeçer aos christãos; mais, Esteuam Soarez, conheçendolhe aquella auantagem, foy rrijamente a elles e tomoulhes o dito penedo. E asi andarom hum grande pedaço ata que dos mouros morrerom algũs e os outros ouuerom por seu barato de se rrecolherem pera a çidade.

Aa quarta feira, que era vespera de Sancta Maria d'Agosto, teue elrey seu conselho de se passar da outra parte da çidade, onde se chama Barbaçote (2), com tençam desperar aly as naaos que a corrente lançara em Malega, como ja dissemos. E, depois que ala foy, porque vio que as naaos

(1) Saláh ben Saláh.

(2) «Ce nom désigne la baie qui s'étend au sud de l'isthme, vers Castillejos» (ROBERT RICARD, *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, p. 12, nota 2). Diz o mesmo autor que é o *Bahr Bassúl* ou mar de *Bassúl* dos textos árabes.

punham grande tardança em sua vinda, mandou o iffante dom Anrrique que fosse na sua gallee pollo iffante dom Pedro seu jrmão e que dissesse a toda a outra frota que trabalhasse muito de se ajuntar com elle. E o iffante dom Anrrique partio aa quarta feira, açerqua da noite, e começou de seguir sua viagem; e, polla vista do forol que a naao do iffante dom Pedro trazia, logo em aquella noute mesma a gallee de seu jrmão chegou a ella.

Senhor, disse o iffante dom Anrrique, elrey, nosso senhor e padre, manda que vos vades logo, em esta minha gallee, porque quer teer conselho açerqua do filhar da terra, se sera em aquella parte de Barbaçote, onde ja esta, se tornara destoutra parte onde primeiramente esteuemos; e que mandees jssso mesmo rrecado per todallas outras naaos daar auisamento que se trabalhem o mais que poderem de fazerem sua viagem dereitamente aaquelle lugar onde as gallees estam.

Nom sey por que maneira, senhor, lhe rrespondeo o iffante dom Pedro, que aja de partir assi e leixar esta gente, na qual sento bem que sera muy grande desconsolaçam, alem da que trazem ja, polla pestenença que anda antre elles, como pollo anojamento que os sãaos trazem dos mortos e doentes, e outrosy o enfadamento do maar, que poucos homeens soportam de bõoa uontade; empero, doutra parte, consiro que vão ao mandado delrey, quanto mais seer chamado per tal pessoa como vos.

E entam mandou daar auisamento a toda a outra frota que se trigassem o mais que podessem, segundo elrey tinha mandado. E os iffantes ambos foromse em sua gallee. E, a sexta feira polla manham cedo, hindo assi sua viagem, aconteeço que hum peixe hia voando pollo ar e cayo dentro na gallee, com que os iffantes aquelle dia ouuerom algum rrefresco. E, porque esta estoria escreui, nunca vy semelhante, o rreconto assi, por me parecer cousa marauilhosa e algum tanto afastado da natureza, segundo meu juizo.

78

[15-19 AGOSTO 1415]

Como a frota, por via da tormenta, torna outra vez a Algeciras e como, ao dobrar o cabo de Almina, as galés correram perigo.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 59.

Depois que os iffantes foram assi com seu padre, como dicto he, toda a outra frota se ajuntou em aquelle dia, segundo lhes ficara mandado. Elrrey teue seu conselho, no qual se determinou de filhar a terra, em dereito de hūuas saleguas que ahy estam. Nas quaaes se aconteeço que algūos dos christāaos saíram fora, assi como homeens de pouco siso. E saíram os mouros a elles. E começaram de se emburilhar por tal guisa, que morreo hum christāao. Pollo qual, se a frota pos em tamanho aluoroço, que quiserom a mayor parte delles sair fora, se nam fora com temor delrrey, que o mandou defender muy rrijamente. Porque çertamente fora hūu muy grande prigo, por azo da grande multidam dos mouros que esta-uam muy aqerqua e doutros muitos que se poderam rrecreger. Os quaaes todos emburilhados fora azo de grande perdiçam, e muito mais dos christāaos que dos mouros, assi polla auantagem do lugar, como polla pouca ordenança que antre si leuauam.

E, estando assi elrrey em este conselho, pera filhar aly terra, sobreueo hūua grande tormenta; pollo qual foi neçessario que se elrrey dahy partisse pera outra parte, porque o lugar era tal que a frota nam podia aly rreparar; mas esto foi enuiado polla graça de Deos, segundo adiante sera contado. E assi foram as gallees em muy grande prigo, ao dobrar da ponta da Almina. E as naaos nam poderam tam asinha fazer sua volta. E, andando assi rreparando ao mar, abrandou a tormenta. E quando quiserom seguir a viagem das gallees, que eram tornadas as Aljaziras, onde primeiro esteuerom, lançouas a corrente a via de Malega, segundo ante fezerom. Do qual aballamento, que assi aquella frota fez, os mouros ouuerom muy grande prazer, como quer que se em ello muito enganauam, porque aquelle foi hum muy grande azo per que a çidade foi tam asinha tomada, segundo adiante sera contado.

79

[15-19 AGOSTO 1415]

Vendo Saláh ben Saláh como a frota retirara, despediu os alar-ves do interior, que tinha chamado em seu socorro, calculados em 100.000, o que veio a facilitar a conquista da cidade pelos cris-tãos, e el-rei torna a mandar o infante D. Henrique chamar as naus, em cuja ida socorre uma que se desfazia.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 60.

Grande folgança teuerom os mouros por aquella partida delrey, nam conheçendo o calado segredo que a prouidência diuinal em ello ordenaua. E, porque verdadeiramente em ello possamos conheçer quanto Nosso Senhor Deos em ello quis obrar per sua graça, deuemos de esguardar tres marauylhosas cousas que se em ello seguiram aalem da ordenança da rezam, pollas quaaes podemos rregeber auisamento pera o diante que, posto que algũas nom venham aa nossa vontade, que as ajamos por bõas, consirando que nos aconteçem a fim de outro mayor bem, o qual nos, por aquelle presente, nam conheçemos.

Onde he de saber que a determinaçam delrey era de filhar terra daquella parte de Barbaçote, segundo ja ouuistes, pensando que a nam poderia tam despachadamente filhar da outra parte. A qual cousa, se assi fora, podera seer que, posto que se a çidade depois filhara, que fora com muy grande trabalho e nam sem grande espargimento de sangue. Ca o lugar era muito fragoso e a multidão dos mouros muy grande; ca, alem dos vezinhos da çidade, eram hi outros de fora, que estauam em numero de cem mil. E aquella tormenta foi azo de se elrey partir e escusar aquelle prigo.

E mais que, tanto que os mouros viram assi partir aquella frota, pensaram que se partira ja de todo. E, porque os outros mouros de fora lhes faziam nojo e damno, ca elles per natureza sam grandes estragadores de cousas alheas; porem mandou Çalabença, per rrequerimento dos outros da çidade, que se fossem muito em bõa ora pera suas casas, porque sua presença a elles ja nam era neçessaria, agradeçendolhe porem muito seu trabalho e bõa vountade que tiueram pera os vïjr ajudar.

Elrey quisera teer logo aly seu conselho, porque toda a outra frota leuara a corrente, como ja dissemos. Mandou outra vez elrey ao iffante dom Anrrique que fosse com as gallees pollas naaos, como ante fizera. E, em jndo assi sua viagem, de noite ouuiram as vozes da companhia que vinha em hũa naao, em que era Joham Gonçaluez Omem com outros muitos do iffante dom Pedro. E, segundo parece, que encontrara outra naao com ella, de cujo encontro abrio per tal guisa, que parecia que a escalaram com hum cuitelo. E porem eram em muy grande prigo os que vinham em ella, do que lhes nam foy pequeno conforto quando sentiram as gallees junto consigo, pedindo ao iffante dom Anrrique que lhes fizesse acorrer.

E o iffante fezea logo aliuar da mor parte da carrega e apertar com cabres grossos e fortes; mas todavia folihe dito que aquella naao per nenhũa via podia fazer vella, que logo de todo nam fosse alagada. E assi a leuaram aa toa, de guisa que della nm se perdeu nenhũa cousa. E a naao foy ao depois corregida, segundo lhe era neçessario, pera nauegar como da primeira. E o iffante seguiu sua viagem e trouxe as naaos, como lhe fora mandado.

80

[19 AGOSTO 1415]

Reunião do Conselho com el-rei, em que se dividem as opiniões, propondo uns que voltem para Portugal, outros que se tome Gibraltar e outros enfim, no número dos quais os infantes, que se tome Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 62.

.
Depois que aquelles do conselho foram assi ajuntados, propos elrey sua rrezam, dizendo que bem sabiam com quantos trabalhos e despesa trouxera alij aquelle ajuntamento, a fim de filhar a çidade de Cepta, como elles bem sabiam, sobre a qual se fezera ja quanto elles viram. Porem, que lhe dissessem o que azerqua dello lhes parecia. Sobre a qual proposiçam foram rrezoadas muitas cousas. E, finalmente, foy o conselho partido em tres partes, a saber: hñus disserom que era bem todavia tornar a Cepta; outros disserom que filhassem Gibaltar; outros que se tornassem pera Portugal. E, dos que eram em conselho de filharem Cepta, principalmente foram os iffantes [...]. E estas rrezões e outras muitas azerqua deste proposito disserom os iffantes e conde de Barçelos a elrey, com os quaaes concordaram poucos mais de dous ou tres dos outros do conselho.
.

81

[19 AGOSTO 1415]

Em remate das opiniões do Conselho, el-rei manda juntar a frota na ponta do Carneiro e ali resolve ir sobre a cidade de Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 63.

.
Mas elrey nom quis nenhũa cousa rresponder, ante disse que a detreminaçam daquello leixaua pera depois. E mandou logo fazer prestes toda

a frota, que se fosse lançar a ponta do Carneiro. A qual cousa foy feita muy ledamente, porque todos maginauam que hi nom auia ja outra cousa senom tornar pera Portugal, tendo pequeno cuidado de quanto trabalho e despesa sobre aquelle feito era leuado e como todo juntamente se perderia, ao ponto de hũa soo ora. E assi pareçeria que todallas cousas que sse ataa alli fizeram foram feitas a fim de trazerem desomrra a elrey e ao rregno.

Depois que a frota foy assy toda junta na pomta do Carneiro, elrey sahio em terra e ajuntou comssigo todos aquelles do comsello e assem-tousse no chãao e elles todos darredor delle. Ora, disse elle, uos quero rresponder a todo o que me fallastes aqerqua de meus feitos. E, quanto he ao que dizees que me torne pera meu rregno, pareçeme que assaz seria de grande mingua auer aqerqua de seis annos que amdo em este trabalho, fazendo sobre elle tamtas çircustançias como sabees, pollas quaaes o mundo esta com as orelhas abertas pera ouuir a fym da uitoria, e leixallo assy agora pareçeme que nom sera outra cousa senam hũu escarnho.

Outrossy, aqerca do que dizees de Gibaltar, assaz seria de fea cousa teer o fito posto em hũa tamanha çidade e, aa derradeira, desfechar em hũa semelhamte uilla. Porem, abreuando as çircustançias dos contrai-ros, que sse aqerqua dello poderiam acarretar, declaro que minha uoom-tade he o dia de oje, a Deos prazemdo, seer sobre a çidade de Cepta e, de manhã, filhar terra e dhi em diamte proseguir minha emtemçom, ataa que a Deos traga aaquella fim que sua merçee for (1).

(1) A narrativa zurariana destes capitulos é confirmada pelo depolmento do rei D. DUARTE, testemunha dos acontecimentos, no seguinte passo do seu *Leal Con-selheiro*, cap. 14, já extractado também por JAIME CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I, p. 239, nota 32:

— «E o muy vyturioso e de grandes virtudes elrey meu senhor e padre, cuja alma Deos aja, estando antre Gibaltar e Aljazira, em mynha presença, de meus irmãos os ifantes dom Pedro, dom Henrique e o conde de Barcellos e dos do sseu consello, seendolhe por muytas rezões dictas per algũs delles, contrairos de nossa teençom, afirmando que nom devya tornar sobre Cepta, de que se levantaria com grande fortuna, por os muytos synaaes, ventuuras contrairas que ouuera, per morte da muy virtuosa rraynha minha senhora e madre e tempo contrairo, que muytos dias nom consentio que filhassemos o porto, e grande pestenença que na frota era, el disse que o coraçom nom lhe cossenteria de partir ataa provar toda sua força. E que mais querya morrer em o provar, fazendo seu dever, que de tal guisa se partir; ca, dos synaaes e ventuuras os boos hoomens nom ham fazer conta onde fossem certos que obram dereitamente, mais devyam continuar ataa mais nom poderem. E que, nom embar-gando todas suas rezões, com a graça do Senhor Deos, entendia filhar a çidade. E, por sua mercee, foy feito melhor que se podia peenssar».

Sublinha aqui BRAAMCAMP FREIRE: — «Tinha D. João I, durante o tempo que permaneceu no pórtio de Seuta e depois no de Barbaçote, à espera das naus,

[20 AGOSTO 1415]

O infante D. Henrique aproxima-se da cidade de Ceuta e seus escudeiros manifestam-lhe apreensões acerca da manobra da frota, ordenada por el-rei.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 65.

Nom poderia dereitamente contar o grande prazer que ouue o iffante dom Hamrrique, quando lhe seu padre deu aquellas nouas. E assy, como homem que o rreçebia em espiçiall merçee, lhe foy beyiar a mão, com a contemença muy allegre. E, tamto que todos foram na frota, mamdou logo o iffante aparelhar todas suas cousas pera partir. E disse a todos que pemssassem de ssy, de guisa que depois que a frota partisse, nom sse amdassem acupando em outras cousas; de que todos ouueram muy grande prazer, pemssando que a sua uiagem dereytamente auia de seer pera Portugal. E assy, com aquella lediçe, ajmda que fosse uãa, corregeram muy asinha todas suas cousas, de guisa que, quando as trombetas fizeram sinall de partida, elles eram de todo prestes. E, porque era em tall tempo como sabees e era açerqua da tarde, muytos delles fizeram sua çea temporã, por darem mayor esforço a seu prazer.

E o iffante mamdou logo emderemçar suas gallees per aquella hordenança que lhe seu padre mamdara, pera rreteer ho cosso da augua, quando a corrente trouxesse os nauios. E, depois que o iffante e o comde seu jrmão foram partidos, começaram demcaminhar todollos outros

examinado as fortificações e a posição da praça. Dêste exame lhe resultou a convicção de que, ocupadas as alturas da Almina, sobranceiras pelo nascente a Seuta, poderia, sem grande trabalho ser a cidade entrada; pois que por esse lado não havia fosso que transpôr e, se havia o inconveniente de deixar desembaraçadas aos sarracenos as comunicações pelo poente, os reforços que viessem da Africa não iriam, decerto, atacar o arraial português no alto da antiga Ahyla» (*Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, pp. 202-204).

Este autor, com base sobretudo em ZURARA e na narrativa de MATEUS DE PISANO, procurou reconstituir os acontecimentos desde a partida da armada de Lisboa, por vezes várias, nomeadamente em *Um aventureiro na empresa de Ceuta*, de 1913, onde procurou dar «un récit cohérent (segundo observa ROBERT RICARD): — il y est parvenu en grande partie, mais son ignorance des lieux l'a empêché de voir certaines difficultés» (*Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, p. 16, nota 1).

nauios da frota delrey. E, depois que os mareantes e todos aquelles que auiam de rregar a frota sentiram que todauia auiam dhir dauante a cidade, alleuamtauam uaguarosamente suas amcoras e corregiam seus aparelhos, assy como tem per costume de sse alleuamtarem algũus homeens priguĩçosos, quando jazem nas camas brandas em tempo frio, de guisa que, per sua tardança, mostram quanto suas uoomtades ssam contrairas aaquelle que elles fazem.

Per semelhamte faziam aquelles mareantes, em correger seus aparelhos; porque, ja a gallee delrey era açerqua dAljazira quando o derra-deiro nauio partia da pomta do Carneiro. E assy hiam hordenados hũu amte ho outro, que nom parecia senam hũua ponte que chegaua de terra a terra. E, depois que os nauios do iffamte dom Hamrrique assy foram partidos, como ja dissemos, e os da frota delrey começaram de partir caminho dAljazira (1), aquelles que hiam na gallee do iffamte pemssauam que sse tornauam pera Portugal; ficaram dello muyto espantados e disseram que caminho era aquelle que aquella frota assy leuaua. Leixaae, disse o iffamte, ca aquelle que a gouerna ja sabe pera homde ha dhir. Amte nos parece que o nom sabe, rresponderam elles, pois que leua tall caminho, ca elles leuam caminho de Cepta e nos hijmos pera Portugal. Leyxaae fazer, tornou ho iffamte a rrespomder, a frota fazer sua uiagem, ca uay acabar o porque aqui foi uijmda.

A quall pallaura nom foi muy doce nos ouuydos daquelles, amte os quaaes se começou logo hũu nouo rumor, fallando cada hũus apartadamente sobre a determinaçam daquelle feito. E principallmente sse apartaram todos aquelles escudeiros que hiam com o iffamte. E, a cabo de pouco, foram assy todos juntamente fallar ao iffamte. Senhor, disseram elles, nos uos pedimos por mercee que nos queiraes perdoar algũas rrazões que nos queremos dizer, porque semtimos que sera muyto milhor de uolas dizermos agora que ao depois que o feito for começado; ca, poderia seer que, pareçemdo nossas teemções justas e rrazoadas, ao tempo que nos ouuessees de mamdar, nom compririamos uosso mamdado com aquella obediência que deuemos. A quall cousa seria aazo de uos teerdes muyto mais rrezom de uos queixardes do que agora terees, amte que o feito seia começado.

Ora, senhor, disserom elles, nos somos bem çertos que elrey uosso padre fez duas uezes comsselho açerqua de sua uijmda; porque semte

(1) ROBERT RICARD identifica esta *Aljazira* «avec l'Afrâg mérinalde ou la ville d'al-Manâûra» a que se refere Ibn Marzûk, ou seja com um dos três bairros ou quartelões em que então se repartia a cidade de Ceuta. Nele se erguia o palácio merinida, cujas ruínas conservam ainda o nome de *Ceuta la Vieja*, e foi doado, em 20 de Setembro de 1415, por el-rei D. João I a seu filho natural o conde de Barcelos (*Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, p. 18 e bibliografia aí aduzida).

que nom pode filhar a çidade de Cepta como queria e nom sabe como sse torne que pareça rrazoado ao mundo. Quer leuar a frota sobre a çidade e mandar ssahir a mayor parte da gemte meuda com algũs capitãaes daquelles mais somenos e elle comuosco e com os outros primpipaaes ficardes na frota; porque, ao depois, sse possa dizer que elle trabalhou por tomar terra e nom pode e que fez sobre ello toda sua posse.

O que, senhor, sse assy he, uos sabe que sera muy gram mall; ca outra milhor cautella deua uosso padre buscar que nom aquesta, que notorio he que nos espedaçaram alli todos na meetade daquella area, amte a uista de uossos olhos, sem nehũa esperamça de rremedio. Porem uos sabe que, posto que nos ouçamos tall mandado, que mujtos ham de poer duuida de o comprir. Porem uollo fazemos assy a saber por uosso auisamento, que comsirees se sera bem de o fazerdes saber a uosso padre; ca, segumdo creemos, nom menos tem em uoomtade todollos outros.

83

[20 AGOSTO 1415]

O infante D. Henrique responde a seus escudeiros e sua frota chega à cidade de Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 66.

O iffante ficou algũu tamto espantado de semelhante nouidade e assy mostrou a comtenemça em algũa maneira queixosa, quamdo lhes deu a rreposta, primpipalmente por rrepreemder suas desausadas palla-uras. Pareçe, disse elle, que elrrey meu senhor teue hũu comsselho em terra e uos outro no mar e pemssaaes que elle nem nosoutros nom teeremos de uossas uidas aquelle emcarrego que he rrezom de teermos. Porem uossas pallauras me forçaram de uos declarar o que amte tijnha pouco em uoomtade. E esto he que, prazemdo a Deos, de menhãa uos me uerees primeiramente sahir polla pramcha desta minha gallee; e, porque nehũu de uos nom aja rrezam dhir apos mym, mandarey uijr dos outros nauios dous dos meus pera os leuar comigo. E uos podees bem seguir uossas uoomtades, porque a mym praz que, ataa que me uos nom ueiaaes sahir que, por mandado que uenha delrrey meu senhor nem meu, que nom façaaes nehũu mouimento,

Gramde arrepeemdimto mostraram todos aquelles daquellas palla-
uras que disseram ao iffamte e amte quiseram perder toda sua fazemda
que teer fallado em semelhamte cousa. E alli começaram de sse aqueixar
muy fortemente, dizemdo que aquello seria ja muyto peor que o da pri-
meyra; ca, o que elles disseram nom fora dito com maa emteemçom,
soamente por lhes parecer que nom seria rrezam de os alli leyxar morrer
sobre cousa de que a elle ficaua pequena homrra. Empero, disseram elles,
senhor, uos nom cuydees que assy auees de sahir sem nossa companhia,
amte teemde que nom ha aqui tall que amte sse nom leixe morrer que de
lhe seer feita semelhamte emjuria. E, posto que uos queiraaes sahir, como
dizees, uos sabez que nos sahiremos todos a par de uos ou nos allagaremos
neste maar.

Nom mais, disse o iffamte, ca sobre o que uos disse nom emtemdo
fazer outra mudamça. E assy com aquelle nojo ficaram todos aquelles
escudeiros, despendemdo a parte que lhes ficaua do dia em fallando
sobre aquelle feito. E os mouros da çidade, tanto que uiram a frota
açerqua de seus muros, emcheram todas suas janellas e freestas de cam-
deas, por mostrarem que eram muytos mais do que os christãos preso-
miam. E, assy polla gramdeza da çidade como por seer de todallas partes
tam allumeada, era muy fremosa de ueer.

.

84

[20 AGOSTO 1415]

*O infante D. Henrique desembarca na praia de Ceuta e começa
a combater os mouros.*

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 72.

.

E o iffamte dom Hamrrique, porque tijna sua pramcha algũu pouco
afastada da terra, lamçousse demtro em hũu batell que passaua per hi e
meteo comssigo Esteuam Soarez de Mello (1) e Meem Roiz de Refoyos, que

(1) Sexto Senhor de Melo, filho de Martim Afonso de Melo e de D. Inês de Brito (Cf. B. FREIRE, *Brasões*, liv. 1, pp. 194 e 410).

era seu alferes, e mandou que as trombetas fizessem rrijamente sinall pera sahirem todollos outros em terra. E, tamto que o iffante foy na praya, começou a gemte de rrecreger. E Ruy Gomçalluez, que sahira primeyro, amdaua ja diamte, amtre os mouros, e hũu jemtili homem allemam em sua companhia, os quaaes derribaram hũu grande mouro, que amtre todollos outros mostraua mayor fortelleza.

Mas, he agora de saber como o iffante Duarte, assy como uallente caualleiro, sahio de sua gallee, emquamto seu padre amdaua proueemdo a outra frota, e sse foi pera aquelle porto omde o iffante dom Hamrrique filhara terra, e Martim Affomso de Mello (2) e Vaasquo Eannes Corte Reall eram aqerqua delle quando saltou na praya, ca assy fizeram outros mujtos, sse lho elle quisera comssemtir; mais, com rreço de seu padre, leixauam de o fazer. E em esto seriam os christãos ja fora naquella praya ataa çemto e çinquemta e assy começaram muy rrijamente de sse meter com os mouros, magoamdoos a meude com suas armas, ataa que, per força, os fizeram meter per a porta dAlmina (3). E o primeiro homem que foy demtro com elles foi Vaasquo Eannes Corte Reall e desi os outros apos elle.

E, himdo assy pelleiando com os mouros, açertousse que o iffante dom Hamrrique conheço seu jrmão; ca, posto que o iffante Duarte auia pedaço que amdaua amtre os mouros, nom emtemdaaes que os homeens, em semelhamtes lugares, quamto mais seemdo armados, sse tam asinha podem conhecer. Empero, quando o iffante assy conheço seu jrmão, fezelle muy grande mesura, dizemdo que daua mujtas graças ao Senhor Deos por lhe dar tam bõoa companhia. E a uos, senhor, disse elle, tenho mujto em merçee a bõoa uoomtade que teustes e teemdes pera nos uijr ajudar. Nom era aquelle o lugar, segumdo o tempo, em que sse mujtas pallauras semelhamtes ouuessem de passar, porque as lamças e as pedras nom estauam em uãao.

E, em esto, foram assy leuando os mouros comtra a porta da çidade, ferimdo e matamdo em elles, ssem algũa piedade; ca eram ja com os iffantes melhora de trezentos homeens. E ordenaram alli sua batalha, com emtemçom desperarem elrrey, segumdo lhe fora mandado. Nom me parece que he bem, disse o iffante Duarte, que façamos agora algũa detemça, porque estes mouros ssom aqui aqerqua de nos; e, sse os leuarmos assy, podera seer que, quando elles emtrarem, que emtraremos de

(2) Guarda-mor de el-rei D. João I (*Ibi*, liv. 3, pp. 153, 157 e «passim»).

(3) Que se via no quartelirão oriental da cidade, em direcção do actual *Monte Aço*, já assim denominado por PISANO (Cfr. ROBERT RICARD, *Études sur l'histoire des portugais au Maroc*, p. 9, o qual observa não dever confundir-se esta porta com a *puerta de la Almina* da nomenclatura espanhola).

uolta com elles ou ao menos forçallosemos tanto, que nom possam fechar a porta e, amtretanto, acudira a nossa gente e emtraremos, a seu despeito. O iffamte dom Hamrrique disse que lhe parecia muy bem. E, em esto, começaram de seguir os mouros, emtanto que os fizeram tirar damtre as cisternas e hũu chafariz que alli esta, em que sse coaua agua quando uijnha de çima daquelles outeiros.

E a primeira bamdeira rreall que emtrou em a çidade foy a do iffamte dom Hamrrique e çertamente que aquella bamdeira deuera de seer bem conhecida amtre toda a nobreza e geeraçom daquelles marijms; ca mujtas uezes foy depois despreguada amtre grandes ajuntamentos delles, omde sse fez grande mortijmdade amtre os mouros, segundo adiamte, em mujtas partes de nossa estoria, emtemdemos de comtar. Nem auia hi outra bamdeira nem estemdarte ssenom hũua bamdeira de Martim Affomssso de Meello e hũu estemdarte de Gill Vaaz. E, quamdo os iffamtes emtraram, emtraram com elles obra de quinhentos homeens darmas.

85

[20 AGOSTO 1415]

Os infantes D. Duarte e D. Henrique tomam posições dentro da vila.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 74.

E, porque a gente era ja mujta, mandou o iffamte dom Hamrrique, per rrequerimento de seu jrmão, que sse rrepartissem cada hũus per suas partes, a saber: o comde dom Affomso per hũua rrua e a sua bamdeira com parte daquella gente per outra e Martim Affomssso de Meello per outra. E disse o iffamte Duarte que era bem que elles ambos se fossem per açerqua daquelle muro, a filhar todallas altezas que sse podessem achar; porque os mouros nom teuessem lugar de sse acolherem a ellas primeiramente. E, jmdo assy, porque o soll era muy grande e aquella costa aspera de sobir, tirou o iffamte Duarte parte das suas armas, porque semtio que era trabalho sobeio de as trager, ueemdo como os mouros ja leuauam caminho de desempachar a çidade.

Mais o iffante dom Hamrrique, porque hia ajmda todo armado, nom o podia seguir; por cuja rrezam, o seu jrmãao esperou duas uezes, ataa que lhe foi neçessario tirar a mayor parte de suas armas, de guisa que nom ficou senom com hũa soo cota. Mais, porque fallamos nas rrezões que os escudeyros do iffante dom Hamrrique disseram a seu senhor, quando uijnha da pomta do Carneiro, e na rreposta que lhes elle deu, prazeruosha de saberdes a comclusom que oueram, por ememda de seu fallamento. E foy que, quando elles uijram ao iffante no batell, nembramdosse do que lhes elle dissera, acreçemtaram mujto mais sua trigamça; consijramdo como todos nom podiam caber na pramcha, quiseram arremedar ho iffante. Lançamdosse em hũu batell, forom tantos juntamente, que os nom pode soportar e allagousse com elles. Mas, prouue a Deos que, pero alli fosse a agua daltura de hũa lamça darmas e elles assy fossem todos armados, nehũu delles nom falleçeo.

E foy ajmda mujto mayor marauilha; porque a Duarte Pereyra, que era hũu daquelles, cahio hũu cuytello que leuaua, do iffante; e, nembramdosse delle depois que foy fora, oolhou contra o peego da agua e uio[o] jazer, porquanto a agua he alli mujto clara, e tornou outra uez por elle, assy armado como estaua. Mais as cotas darmas e prumões de cada hũu, que leuauam aa sua maneira, perderam alli toda sua fremosura; ca bem deuees demtemder cousas de taaes lauores como sse corregeriam em semelhamte lugar. E empero em algũa cousa lhes prestou aquelle allagamento, ca lhes deu ajuda pera soportarem a força da quemtura.

86

[20 AGOSTO 1415]

Como o infante D. Duarte foi tomar a altura do Cesto e D. Henrique se tornou para a Rua Direita.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 75.

E o iffante, depois que assy tirou suas armas, ficou com hũa soo cota e trigousse mujto por alcançar seu jrmãao. E seguio tanto ataa que chegou a elle, aa fim da primeira alteza. E, tornamdosse dalli o iffante Duarte, em saltamdo hũuas paredes, foy neçessario de sse parti-

rem cada hũu pera sua parte; porque o iffante dom Hamrrique pemssou que, pois aquella alteza era filhada, que seu jrmãao tornasse pera fumo. E com tall entemçom tomou aquelle caminho. Mais, o iffante Duarte foi assy filhando todallas altezas, ataa que chegou aa fim da mayor, omde sse chamaua o Cesto. E nom cuydees que a passagem destes lugares era sem algũu trabalho, que a çidade, per todas partes, era chea de mouros e nom podiam os homeens amdar per nehũua parte que nom achassem algũus.

Mais, nom podia o iffante Duarte emcomtrar com tamtos, que nom deseiasse ajmda mujtos mais; porque aquella uista auia mujtos dias que elle deseiaua. E mujtas cousas se poderam dizer açerca de sua aridez, as quaaes, comtadas per sua dereita fegura, em quallquer outro homem, por grande e boom que fosse, poderiam seer comtadas por grandes; mais o iffante non quis dellas fazer grande comta, porque era mujto aaquem do que elle deseiaua. Empero, posto que algũus boons homeens com elle fossem, ca toda a força da sua jemte ficaua ajmda na frota, os quaaes depois ueeram com a sua bamdeira, a sua espada era a primeyra que feria em quallquer lugar que sse açertaua de seer neçessario, assy como teemdes ouido que foy primeiramente filhada a praya e desi a Almina e depois a çidade. Porque todollos da frota delrrey esperauam que ouuessem de sahir per outra hordenamça, segundo era hordenado, nom estauam tam prestes como sse o caso offereço.

Mais, depois que uiram como todollos da frota do iffante dom Hamrrique sayam com tamanha trigamça e como depois que emtrauam a Almina nom tornaua mais nehũu, e uijam jso meesmo como os mouros que estauam no muro corriam todos pera a porta, semtiram que toda a força do feito estaua em aquelle lugar. E, porque elrrey amdaua ajmda pollos nauios, ca a frota era muy grande e elle auia de fallar com mujtos, mandou o iffante dom Pedro e hũu seu ueedor, que chamauam Dieguo Gonçalluez de Trauaços, que fossem em hũu batell dizer ao iffante Duarte se lhe parecia bem de filharem terra; pois que o iffante dom Hamrrique seu jrmãao ja era na Almina e estaua açerca das portas, segundo lhe parecia no sair da gente que saya da sua frota.

Mas, quando Diogo Gonçaluez chegou com o rrecado, como o iffante Duarte ja era fora, mandou elle Diogo de Seabra, que era seu alfeiz, que possesse a bandeira no seu batel e mandou fazer sinal com as trombetas a todollos outros nauios que se fizessem trigosamente prestes. E, estando pera jr falar a elrrey seu padre, chegaram algũus daquelles senhores que vinham buscar elrrey, o qual se açertou logo de chegar alij, com entençam de dizer ao iffante que saisse o mais trigosamente que podesse, pera filharem terra, elle e todollos da frota. A bom tempo, disse-ram algũus daquelles fidalgos, podemos nos ja jr pera leuarmos daqui honrra nem nome que nos muito preste, quando a çidade he ja entrada.

E entam contaram a elrrey o grande arroido que ouuiam dentro, como lhe pareçia que aas vezes ouuiam o soom das trombetas. Por çerto, disse-rom elles, bemaumenturados forom aquelles que se açertaram de seer em aquelle ajuntamento, ca de toda a honrra deste feito leuam elles a milhor parte.

E, em esto, chegaram as nouas em çerto como a çidade era entrada e os iffantes e conde de Barçellos andauam dentro espalhados, cada hum por sua parte. Na sua lediçe nom fallo; ca, posto que elle na sua vontade teuesse tamanha como era rrezam, nam a demostrou muito em sua contenença. Ca este era seu geito em todallas cousas nunqua amostrar contenença allegre, por grande bemauenturança que lhe viesse, nem jso mesmo tristeza pollo contrairo; mas começou de se rrijr contra os outros quando soube a maneira que o iffante Duarte teuera em se esconder delle, pera jr com seu jrmão em aquella dianteira. Parece, disse elle, que meu filho nam quis esperar, porque entendeo que, por azo de minha velhiçe, sairia mais tarde ou seria mais pesado que elle pera saltar e quis hijr com seu jrmão, porque lhe sentio a vontade mais açesa que ha minha. Mas dou muitas graças a Deos porque lhe mostrou tam asinha a fim do seu desejo.

87

[20 AGOSTO 1415]

Como o infante D. Henrique tornou à Rua Direita e das coisas que ali fez.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 78.

Dissemos nos outros capitullos como o iffante dom Hamrrique presumio que seu jrmão era em outra algũa parte. E porem degeosse contra a rrua direita, pera hir atentar a fortelleza do castello; ca, de todallas outras cousas da çidade nom fazia ja nehüa comta, pollo uemçimento em que os mouros amdauam, e menos era seu desejo contente de nehüa bõoa dita que naquelle feito ouuesse, nom porque elle bem nom conheçesse a gramdeza da uitoria, mas porquanto sse ouuera com tam pequeno trabalho.

E, jmdo assy em este pemsamento, chegou aa rrua direita, polla quall seguindo hũu pequeno espaço, chegaram a elle mujtos christãos,

os quaaes, segundo justa stimaçom, seriam ataa quinhentos, que uijnham fogindo amte os mouros. E, uemdoos ho iffamte, çarrou a cara do baçinete e embraçou hũu escudo que trazia e leixou passar per ssi todollos christãaos, ataa que chegarom os mouros; os quaaes mujto asinha conheçerom os seus gollpes amtre todollos outros. Ca, assy os cometeo rrijamente, que os fez per força uirar as espadoas pera homde amte traziam os rrostos. E os christãaos, tanto que conheçeram o iffamte, cobraram esforço e fizeram outra uez a uollta sobre os mouros e começaram de o seguir, ataa que chegaram com elles a hũuas casas homde descarregauam as mercadorias que uijnham de fora e ajmda pousauam alli genoeses e chamauas a aduana e ajmda sse agora chama; as quaaes casas tijnham hũua porta barreyrada daquella parte dAlmina (1).

E, quando alli chegaram os mouros, ou por auerem outros de nouo em sua ajuda ou por sentirem que os christãaos nom traziam tamanho esforço como da primeira, uolltaram outra uez os rrostos sobrelles e fizeramlhe uirar as costas com mujto mayor força que da primeira. E, trazemdoos amte ssy, toparom outra uez com o iffamte, o quall, aaquelle tempo, era de hidade de uijnte e hũu annos e auia os nembros grossos e fortes e coraçom nom lhe falleçia nem pomto pera lhe fazer soportar os trabalhos. E, quando assy uio outra uez os christãaos desbaratados, dobrousselhe a sanha e salltou outra uez amtre elles; e, tam fortemente os cometeo, que os fez desborralhar pera hũua parte e pera a outra. Mas os christãaos traziam comssigo tamanho temor, que a mayor parte delles passaram per o iffamte ssem auer delle nehũu conheçimento e nom tornaram mais atras.

E os outros que ficaram saltaram com o iffamte no meo daquella pressa e rreuollueram o feito per tall guisa, que algũus dos mouros cahiram alli e os outros nom poderam soportar a fortelleza daquelles gollpes e uolltaram as espadoas, por cuja rrezam rreçeberam mujto mayor dano. Mas ho iffamte nom os quis leixar assy como fizeram da primeira, amte os seguio, leuamdoos amte ssi ataa que chegaram aa sombra dos muros do castello. Mas aquella passagem se podia bem conheçer per o rrastro dos mouros que jaziam mortos na rrua, ca em breue espaço tijnham companhia hũus aos outros. E assy o deziãam elles em seus braados, quando fallauam aos deamteyros que sse aballassem rrijamente, ca os seus paremtes e jrmãaos nom podiam soportar tamanho dano.

E esto era porque aquella rrua era aaquelle tempo estreita e os mouros eram mujtos e rrecreçiam cada uez mujtos mais, de guisa que os

(1) Ou seja o *Monte Acho* de hoje, já assim dito por MATEUS DE PISANO, a p. 43 da versão portugueza do seu *De bello Septensi*, como observa R. RICARD, *Études cits.*, p. 11.

christãos primeiros e os mouros derradeiros nom podiam pelleiar senom muy poucos, dos quaaes o deanteiro foy sempre o iffamte, cujos golpes eram bem conhecidos amtre todollos outros. E assy foram os mouros recolhemdosse os que podiam, ataa que chegaram aa sombra dos muros, homde rreçeberam algũ acorro; porque sse ajuntam alli tres muros, a saber, o muro do castello e hũu muro de Barbaçote e o outro muro que departe as uillas ambas.

88

[20 AGOSTO 1415]

Como o infante D. Henrique ali pelejou com os mouros e como Fernão Chamorro foi derrubado.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 79.

Ali, amtre aquelles muros, pemssaram os mouros de rrecobrar suas forças. E assy pararam os rrostos dereitamente contra os jmmijgos, atreuemdosse na estreitura do lugar e na multidom dos mouros que estauam sobre os muros. A quall cousa nom era sem rrezam que elles cuidassem; porque o lugar he assy aazado que, por poucos que em çima esteuessem, fariam grande dano nos outros de fumdo ou, per força, sse tornariam pera tras. E, pera ajmda elles teerem mayor esforço, uijam o pequeno numero dos christãos que estauam com ho iffamte, o quall os fazia teer esperança de sse uimgarem alli do dano de seus amigos e parentes. Ca, de quantos primeiramente aballaram com o iffamte, quando partio da aduana, nom eram alli com elle mais que dez e sete; porque os outros, poucos e poucos, sse partiram cada hũus pera sua parte. Ca hũus tiraua a cobijça do rroubo, a outros a grande sede que auiam, porque toda sua uiamda era salgada e a grande força do soll secualhes as humidades dos corpos e faziaos mujto a meude buscar os poços, homde sse nom podiam auer fartos dagua; outros auiam as compreissões molles e dellicadas e nom podiam sosteer longamente a força do trabalho, e tirauamse a fora.

E, assy com aquelles dez e sete sosteue o iffamte sua pelleia, melhora de duas oras e mea. E, em estes cometimentos, cahiam aas uezes algũs daquelles mouros em terra. E deram hũua tam grande ferida a hũu escudeiro do iffamte, que sse chamaua Fernam Chamorro, o quall

sem nehũu acordo cahio em terra temdido sem teer nehũua semelhamça de uida. E os mouros se trigaram muyto pera o filhar. E o iffamte e aquelles que com elle estauam nom lho queriam comssemtir. E, sobre a deffemssom e filhada daquelle escudeiro, durou a contemda muy grande pedaço, ataa que o iffamte deu hũua sahida gramde, a quall os mouros nom quiseram esperar; e, começamdo de sse rretraer, foram assy fortemente seguidos, que lhes comueo per força leixar toda aquella rrua e meteramsse per aquella porta que uay pera a outra uilla e o iffamte de uollta com elles.

Mas, daquelles dez e sete que primeiramente o acompanhauam nom seguiram mais de quatro, a saber: Aluoro Fernandez Mazquarenhas, que depois foy senhor de Carualho, e Vaasco Esteuez Godinho e Gomez Diaz de Goes, naturall dAlamquer, (1) os quaaes todos tres uiuiam com ho iffamte. E o quarto era hũu escudeiro delrey, que sse chamaua FernamdAlluarez; e, por seer homem que deseiaua seruir o iffamte, sse aertou alli com elle e assy continuou em todo aquelle feito. E bem he uerdade que o seu desejo era boom, pera seruiço daquelle senhor; mas a uoomtade do iffamte nom foy menos, pera lhe ao diamte dar ho guallardom. Dos outros nom digo, porque eram seus e uiuiam com elle e geeralmente tijinha maneyra de os congallardoar. Nom era o seruiço daquestes pera teer em pequeno stimo e de dous destes, que eu conheçi, posso dar certo testimonho, que foram bem alloiados e paguados de seu seruiço.

Mas, quem auia de cuydar que o iffamte nem nehũu daquelles quatro que com elle foram podesse escapar daquelle feito uiuo? Porque sobre aquella porta esta o muro, que he grosso e forte, no quall estam duas hordecns dameas, de guisa que damballas partes he deffemssauell. E esta ajmda hi mais hũua torre com hũua abobeda, furada em certos lugares. E daquelle torre saae a segunda porta feita em uollta. E assy uão per amtre aquelle muro e a barreira, ataa que cheguam aa terçeira porta (2).

(1) Depois senhor das saboarias de Alenquer, Arruda e outras (Cfr. B. FREIRE, *Brasões*, liv. 3, p. 215).

(2) Cotejando este confuso passo com outros de ZURARA (*Crónica... de Ceuta*, caps. 77 e 80, e *Crónica... de Guiné*, cap. 5) e ainda com o relato de JERÓNIMO DE MASCARENHAS, *Historia de la ciudad de Ceuta*, cap. 23), R. RICARD conclui: — «Il y avait, en somme, trois quartiers ou trois petites villes que les textes ne distinguent pas toujours clairement: le quartier oriental, sur les premières pentes de l'Almina, le quartier occidental, sur l'isthme, et à l'extérieur, à l'ouest de ce dernier, l'Aljazira. Les Portugais progressèrent d'est en ouest, occupant successivement, l'Almina, les deux quartiers urbains et l'Aljazira» (*Études cit.*, p. 12, nota 2).

E, mais particularmente sobre a porta em referência: — «On voit tout de même clairement qu'il s'agit d'une porte coudée ou en balonnette, dont on a des exemples fréquents dans l'architecture musulmane. Ses défenseurs utilisaient les percées faites dans la voûte de la tour pour lancer des projectiles, surtout des pierres, sur les assail-

Ora, que seria ca os mouros que elles leixauam amte ssi eram mujtos e os muros esso meesmo estauam cheos, cujo cuydado nom era outro senom empeeçer aaquelles christãaos, homde elles podiam chegar com suas armas ? E quando sentiram que os jmmijgos hiam de uollta com os seus, poseromasse sobre os buracos da abobeda, por tall que, com as pedras que lamçassem de cima, podessem empachar aquella passagem aos christãaos, quando quisessem passar per de fundo.

Mas, quis Deos que o seu deseio nom ouue aquella emxeçuçam que elles, com tam bõoa uoomtade, quiseram; e, a despeito de toda sua força, passou o iffamte aalem com aquelles mouros que leuaua amte ssi. Empero, presumem algũus que, por os christãaos seerem tam poucos e os mouros tantos, rreçeauam os de cima de lhe lamçarem as pedras, por nom empeeçerem aos seus meesmos, ca nom sabiam que posto ouuessem de teer sobre tam pequeno numero. Assy foram aquelles mouros todos empuxados, ataa que passaram a terçeyra porta. Mas aquella passagem nom foi sem grande trabalho dos christãaos e dano dos jmfiees; ca parte delles jaziam per aquelle caminho, cuja morte os outros de cima do muro cho-rauam com grande sentimento.

89

[20 AGOSTO 1415]

Como o infante D. Henrique e alguns poucos homens estiveram duas horas entre aqueles muros, cercados de mouros.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 80.

Os mouros, assy empuxados per amtre aquelles muros, passaram a terceira porta, que uayy pera a uilla de fora; mas alli uolltaram elles

lants, lorsque ceux-ci tentaient de forcer la porte. Et c'est ce qu'essayèrent de faire les Musulmans, mais sans y réussir, car les Maures, fort nombreux, et les Portugais — une poignée —, qui se battaient en bas, étaient trop étroitement mêlés. C'est vraisemblablement cette porte qui fut remplacée par la porte dite *puerta de la Almina*, qui était triple également et qui faisait aussi communiquer les deux quartiers» (*Études*, pp. 13-14).

rrijamente, acordamdosse que, sse aquellas portas fossem fechadas, que teeriam elles de todo perdida a esperamça de cobrarem jamais aquella uilla primeira. E assy poserom toda sua força polla empachar. E o iffamte e os outros que com elle estauam tijnham o comtrairo daquelle deseio, poemdo toda dilligemçia pera acabar de fechar aquellas portas. Mas, com todo seu trabalho, hũu gramde pedaço esteueram assy, que numca poderam fechar mais de hũua porta; porque, quando queriam fechar a outra, loguo os mouros os cometiam rrijamente, de guisa que lhe nom queriam leixar husar do que queriam. Mas, daua grande ajuda a deffemssam dos christãos hũua parede que estaua amte a façe daquella porta, a quall empachaua os mouros per tall guisa, que nom podiam alli pelleiar senam muy poucos.

E, tanto esteueram naquella perfia, que cada hũu daquelles escudeiros, per sua uez, prouou de teer assy aquella porta e nom a podia lomgamente sofrer, assy polla força do trabalho, como pollo nojo que lhe os mouros faziam nas pernas, com azaguayas que metiam por debaixo. E, ueemdo o iffamte como sua estada alli nom aproueitaua, fez de todo solltar as portas e salltou fora e os outros com elle e começou de seguir os mouros; os quaaes, ssem nehũua mostrança de deffemssam, começaram de fugir, que nom pareciam outra cousa senam homeens que fogem dalgũu touro quando o ssintem uijr depos ssi per algũua rrua. E daquella hida que os mouros fizeram teue o iffamte e os seus tempo pera tornarem a fechar sua porta, segundo amte deseiauam. E, depois que elles emtrarom primeiramente polla porta da abobeda ataa que sse tornarom, passaram duas oras.

90

[20 AGOSTO 1415]

Como todos pensavam que o infante D. Henrique era morto e como ninguém ousava passar aquela porta, com temor dos mouros que estavam em cima dos muros.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 81.

Quem poderia julgar que o iffamte nem nehũu daquelles estaua em tall ponto, segundo os mujtos aazos comtrairos que sse em ello podiam maginar? Ca, aquella uilla, de fora, estaua toda chea de mouros, sem

esperança de nehũu socorro; e, pollas portas nom ousaua nenũu de passar, por aazo da grande guarda que os mouros de cima do muro açerqua dello puynham. E assy, com esta esperança, deram todos uoz que o iffante era morto. E todos pemsauam que elrrey fizesse por ello mostrança de grande nojo. Por cuja rrazom, nom ousaua nehũu de lho dizer. Mas, quando sse açertou de lhe seer dito, rrespomdeo elle que nom montaua mujto, pois que morrera em seu offiçio. Mais, depois que lhe comtarom a uerdade do feito, ouue elle, em sua uoomtade, muy grande prazer, espicialmente porque aquelle filho o parecia mais que outro algũu, nas feituraas do corpo.

.

Grande padeçimento tijnham os mouros que estauam em cima dos muros, porque sentiam como o iffante e os outros tijnham a porta fechada e nom lhe podiam empeeçer. E esto era por rrezam da uollta do muro que uijnha sobre aquella porta homde elles estauam, so cuja sombra rreçebiam emparo. Nem aquella deteemça que o iffante alli fazia nom era a outra fim, senom pera esperar que rrecorressem os seus pera alli; ca a sua uoomtade de todo era desposta pera tornar outra uez a pelleiar com aquelles mouros ataa que os botasse de todo fora. E, quando uio que a tardança era tamanha que nehũu dos seus nom acodia, disse a hũu daquelles que com elle estauam que os fosse chamar ou outros quaaesquer que achasse, per que elle podesse rreçeber ajuda. Mas, cada hũu per assi lhe rrespomdeo que o nom faria per nehũua guisa, nom porque rreçeasse o perijgo de seu caminho, soomente por elle ficar alli tam desacompanhado, que sse lhe algũua cousa rrecreçesse, que seria grande mall, nom seemdo todos juntamente com elle.

Mas, sera mujto milhor, rrespomdeo o iffante, que uaades todauia porque, per uossa hida, acabaremos nosso feito. Porque os mouros correm pera aquella outra parte de cima; e, com atreuimento do socorro que teem em esta outra uilla, dam trabalho aos nossos, o que nom fariam sse semtisses que algũua gemte ca amdaua amtre elles. E ajmda pode seer que cada hũu de meus jrmãaos, sabemdo parte deste feito, sahira per aquella porta e nos sahiremos per esta e assy os poderemos ligeiramente empuxar fora da çidade. Como querees, senhor, rrespomderom elles, que nehũu de nos aja de filhar atreuimento pera uos deixar aqui, ca ajmda que esteuesees em hũua salla, seguro de todo perijguo, uergonha aueriamos de uos deixar, seemdo tam poucos. E breuemente nehũu delles numca sse dalli quis partir, dizemdo que, pois que os a uentura assy açertara que, mortos ou uiuos, a par delle os auiam dachar.

[20 AGOSTO 1415]

Garcia Moniz atreve-se a transpor aquella porta para ir buscar o infante.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 82.

Como quer que a doçura do gaanho que os homeens auiam nos despojos daquella çidade trouessee suas uoomtades allegres, quamto mais a uitoria, que de todallas cousas omde a contemda he tanto deseida. Tanto que as nouas do iffante chegaram aas suas orelhas, mujtos rrecorreram pera cerca daquella porta, pera auerem çertidam dello. E, quanto o passo daquella porta era mais perigoso, tanto a çertidam de sua tristeza se acreçentaua muito mais e preguntauam hûus aos outros, cada hum como vinha mais tarde, pollas nouas que auiam do iffante.

Nam sabemos, deziã elles, nem ha hy nenhum que o possa saber. Ca, depois que elle passou aquella porta e quatro que foram com elle nunca mais tornou nenhum; empero, quaaesquer nouas que ellas seiam nam podem ser senom muy tristes pera todos aquelles que o amauam. Ca, çerto he que toda aquella villa dalem he chea de mouros e mais que elle, afora o grande prigo em que seria ao passar destas portas, nom se auia de teer que nom passasse aalem, onde auia rremedio que o escusasse de morte, elle e aquelles que com elle passaram, saluo se fora a graça de Deos que os quisesse guardar. Empero, bem he de crer que, se elles uiuos foram, ja algum delles acudira, em duas oras que rrazoadamente pode auer que elles daqui sam partidos.

E em estas repartições estauam. Mas, nom auia hy algum que ousasse de passar aquella porta; porque poucos ha hi que se queiram poer em auentura onde a morte conheçidamente estaa aparelhada. Mas, quando Garcia Moniz, que era hum fidalgo que fora guarda do iffante quando era moço, chegou aly e lhe disserom o feito como era, nam quis mais esperar nenhũa cousa; mas, assy como ardido caualeiro, se despos a todo prigo e saltou rrijamente pollas portas dentro, atee que chegou onde o iffante estaua. Ha, por merçe, disse elle, porque meteis os vossos em tamanhas desesperações. Ca, nom estaa agora ali tal aquella porta, que nom tenha por fee que nunca jamais vos ha de veer; e estam maldizendo a sy e a sua ventura, porque os apartou de vos, ca consiram o grande doesto que lhes podera ficar se se açertara de vos faleçerdes, por nam serem conuoso.

Par Deos, senhor, vos querees cometer hūuas cousas e, perdoaime porque vollo digo, que sam aalem de toda ardidez dos homeens. E ajnda leixaesvos aqui estar com esperanza que se ajam de vijr pera vos algūus dos outros e nom querees consirar como aquelles muros estan cheos de mouros e que acima desta porta esta outra per onde entram os mouros e saem quantas vezes querem. Ca, nom cuidees que todo o cuidado dos vossos he em pelejar com os mouros; ca, os mais delles tem mor cuidado de rroubar as casas que acham vazias e vossos jrmãos e todollos outros capitães andam espalhados polla çidade, cada hūus por sua parte e, antre tanto, pode ser que sairam algūus daquelles mouros que estan no castello ou, porventura, muitos que andam na çidade, querendosse rrecolher, viram por esta porta e aueram por boa dita de uos acharem aqui, pera sse uimgarem no uosso sangue. Porem, por merçee partiuous daqui e tornaaiuos pera fora, omde poderees fazer de uossa homrra com mayor seguramça de uossa uida.

O iffamte conheçia bem Garçia Moniz, que era homem sesudo e boom caualheiro, e conheço que o conselhaua muy bem. E assy o pos logo em obra e os outros jssso meesmo que lhe fallaram aqerca dello. E porem cometeo seu caminho pera sse tornar, omde achou ja estar Fernam Chamorro, aleuamtado com hūua muy grande ferida no rrostro. Nem cuidees que os que ante alli estauam passauam seu tempo ociosos; ca os mouros acudiam alli a meude e continuamente aturauam sua pelleia. Mas, depois que o iffamte chegou, cobraram elles em ssi muyto moor esforço e cometeramnos rrijamente, de guisa que derribaram alli algūus. E, estando assy os feitos em este pomto, chegou hi Nuno Antunez, filho dAntam Vaaz de Gooes.

Senhor, disse elle ao iffamte, a uossa bamdeyra e o estemdarte do iffamte dom Pedro uāao caminho daquella outra porta de çima, com teemçam de sse hirem per alli pera a uilla de fora, e os mouros ssam muytos aqerca daquella porta. Façouollo saber, porque me parece que he bem que uos uades comtra lla, por tall que os uossos rreçebam esforço e ajuda. O iffamte disse que lho tijnha muyto em seruiço e assy emcaminhou loguo rrijamente polla rrua acima, ataa que chegou omde os seus estauam. E çertamente sua chegada foi alli muy proueitosa, ca a força dos mouros era muy grande sobre a emtrada daquella porta; os quaaes puinham toda sua dilligemçia em deffemder a passagem aos christãos. E assy deram hūua muy grande pedrada na aste da lamça em que estaua a bamdeira do iffamte, que a derribaram em terra; a quall muyto asinha foy leuamtada, per força daquelle que a trazia. E o iffamte, ueemdo assy aquelle feito, saltou muyto asinha amtre elles e cometeos de tall força, que lançou os mouros aalem das portas. Mas, nom traziam alli todos tall ardidez como elle; ca soamente Garçia Moniz achou comssigo na escuridade daquellas abobedas que estauam sobre aquella porta.

92

[20 AGOSTO 1415]

Como o infante regressou ao local em que estivera e como os mouros abandonaram totalmente o castelo.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 83.

Outra uez sse tornou ho iffante pera aquelle lugar domde amte par-tira, per aquella rrua direita per omde suas bamdeiras ueeram. Nom que elle esteuesse naquelle proprio lugar, mas aa emtrada doutra trauessas, que he a ffundo daquella, omde elle assy primeiramente esteuera; porque alli estaua hũu grande ajuntamento de mouros com que ajmda tornou a pelleiar. E, em esto, lhe chegou rrecado de seu irmãoo o iffante Duarte, que o emuiava chamar a hũa mezquita que alli estaua açerqua, omde depois foy a ssee catedral.

Dizee uos, rrespomdeo elle aaquelle messegeiro, ao iffante meu senhor e jrmãoo, que melhor seria, se o sua merçee ouuesse por bem, de elle uijnr pera aca, pera arramcarmos estes mouros de todo daqui, que de me eu partir agora pera nehũa parte; e que esto lhe emuiio dizer polla bõoa uoomtade que lhe semto pera semelhantes feitos e que sayba que, como eu daqui partir, que emtemdo que nom ficara aqui mais nehũu. E, como quer que alli mujtos boons esteuessem com o iffante, assy pollo grande trabalho que ja tijnham passado, como por rrazam da muy grande callma que fora aquelle dia, estauam ja muy anojados, tomamdo muy a meude folga, quamdo quer que auiam algũu pequeno despaço e chega-uamsse ao iffante, rrequeremdoo que leixasse aquelle feito; porque, ao tempo que sse o castelo ouuesse de combater, todos aquelles mouros era neçessario que sse partissem dalli. Mas esto nom prestaua mujto; ca tall deseio tijna elle que, emquanto os alli semtira, numca os ouuera de leixar, se nom fora o mamdado de seu jrmãoo, a quem elle em todallas cousas guardaua obediemcia.

Porque, afora aquelle rrecado que assy primeiro ueo, forom outros, aos quaaes o iffante sempre achou rreposta, dizemdo que em aquelle dia nom era pera leixar semelhante lugar; nom tanto pollo dano que os mouros ao depois poderiam fazer, como por lhe nom dar algũu aazo per que lhe podesse ficar nehũa esperamça de sua salluaçam. E esto dezia o iffante pemssamdo que aquella mezquita era mujto mais allomguada domde elle estaua e que jssso meesmo nom era chamado a outra algũua fim, senam

pollo tirarem daquelle trabalho, polla grande continuaçam que sabiam que elle auelle dia teuera açerqua dello.

Empero, aa fim lhe emuiou dizer o iffante Duarte que uiesse todauia sem outra nehüa tardamça. Senhor, disse o messegeiro, uosso jrmão uos emuia dizer que elle e os outros uossos jrmãos som alli ajuntados, omde teem comssigo a mayor parte dos capitães que ueeram em este feito, afim de fallarem no filhamento do castello, pera a quall cousa lhe uossa presemça he muyto neçessaria. Porem que uos encomemda que uaades logo sem outro detijmento.

Ao que o iffante nom pos mais nehüa tardamça, amte chamou logo aquelles que com elle estauam, dizendo que, pois a uoomtade de seu jrmão era que sse partissem dalli, que seria muy bem de partirem, per tall maneira que os mouros nom sentissem que sse elles partiam costrangidos. E pera esto, disse elle, me parece que sera bem que uos uaades uos diamte e eu fiquarey detras ou ficaae uos detras e hirey eu diamte. Isso nom he rrezam, disseram elles, que uos, senhor, ajaaes de ficar, teemdo aqui taaes pessoas que uos podem dello bem escusar. E a esto rrespomdeo o iffante que, pois elles assy queriam, que teuessem tall modo em sua hida, que nom mostrassem a seus jmmijgos que partiam costrangidos.

O que elles fizeram pollo contraio; porque, seguindo seu caminho, assy o iffante oolhou pera detras e uio que os seus nom traziam aquella hordenamça como deuiam, segundo o que lhes elle amte dissera, e tornou outra uez sobre os mouros que o seguiam e os leou amte ssi, per aquella rrua, ataa que chegaram aaquelle lugar homde primeyramente cayo Fernam Chamorro. Mas, em aquella hida nom seguia nehüu nem os mouros jssso meesmo nom quiseram tornar apos elle, pemssamdo que ficauam todollos outros tras aquelle camto, afim de os enganar. E assy se tornou o iffante seu passo e passo, ataa que chegou aa mezquita homde estauam seus jrmãos.

.

Como o infante D. Henrique chegou aonde estavam seus irmãos e como foi morto Vasco Fernandes de Ataíde.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 84.

Fazendo comelusom de todollos aqueçimentos do iffante dom Hamrique, nos quaaes foy a força de todallas cousas que sse em aquelle dia fizeram que de notar seiam, nem presuma algũu que eu nom puz tamanha dilligência em rrequer e buscar todollos aqueçimentos dos outros senhores e nom ajnda daquelles primçipaaes, mas de qualquer outro do pouoo espreuera seu feito, se o achara em mereçimento ou o podera saber per qualquer guisa, conheçendo bem que a uoomtade delrrey meu senhor he perfeitamente saber todollos mereçimentos de seus naturaes, pera homrrar a memoria dos mortos e remunerar aos uiuos per os trabalhos de seus padres ou delles meesmos; e esto he porque sua uoomtade toda he posta em hũa jgualleza de justiça, segundo no proçesso de seus feitos mais compridamente sera achado.

E, de eu nom saber tam perfeitamente a uerdade das cousas, tenho tres rrazões pera minha escusa, a saber: as primeiras duas que ja disse, hũa a estreitura daquellas rruas e a outra a longura do tempo e a terceira o pouco cuydado que algũus queriam teer em me dizerem as cousas que sabiam. E taaes rrequeri eu que, pero lhes mostrasse mamdado delrrey meu senhor, nom me faziam menos aguardar a sua porta que sse peruertura eu primçipalmente uiuera per sua bemfeytoria. Outras vezes me dauam suas escusas, allegando escusações, as quaaes conheçidamente eram mais por tomarem semelhança destado, que por nehũa outra neçessidade. Em uerdade, nom leixarey de o dizer: quando eu comssijraua que hũu doutor e outro semelhamte me mostrauam taaes mostranças, rreçebia por fadiga de hir mujtas vezes a sua casa, nembrandome como aquelle com que uiuo, que he meu senhor e meu rrey, offereçe suas orelhas pera ouuyr meus rrazoados com menos çerimonias, quando semte que he rrazam. E perdoarmees porque me afastey tanto da estoria; ca o fiz por me escusar dalgũua cullpa, se ma alguem quiser poer.

No rreçebimento que o iffante Duarte fez a seu jrmãao nom fallei algũua cousa, porque mujtas vezes disse o grande amor que amtre elles aula, e jsso meesmo como o iffante Duarte foy hũu primçipe muito mauioso e agasalhador. Mas, ficame por dizer daquelle boom caualleiro Ayres Gomçalluez de Figueyredo, de cuja gramdeza de hidade ja fallay. O quall, em aquelle dia, amdou sempre armado e sse açertou alli com o iffante, depois que os mouros sahiram polla outra porta de çima, homde derribaram a bandeira a Meem Roiz, pelleiando sempre continuamente melhor que outros algũus de mujto menos hidade.

E os outros dous escudeiros bayoneses, que morauam no Porto, acharam o iffante no meo daquella rrua, quando logo primeyramente começaua de seguir per ella. Nom uos parece, senhor, disseram elles, que estamos agora melhor aqui que nas logeas do Porto, omde nos uossa merçee rrequeria que ficassemos? E, em aquelle segundo cometimento que o iffante fez aos mouros, quando assy foi chamado da parte de seu

irmão, Vaasco Fernandez d'Atayde ouue nouas como seu senhor amdaa em aquelle trabalho e trabalhou de o hir buscar. E, quando chegou aaquelle lugar onde o iffante esteuera primeiramente com os mouros, que era aqerqua da porta, lançaram os jmmijos de cima hũa pedra, a quall era tam grande e per tamanha força lançada que, tanto que lhe deu sobre a barreta, Vaasco Fernandez cayó morto em terra. E este soo caualleiro foy aquelle que, per seu sangue, pagou toda a desauentura daquelle feito; empero, bemaumentado foy elle, que em tall lugar fez fim de sua uida e a sua alma soamente leuou as nouas ao outro mundo da perfeiçam daquelle uitoria. E nom he duida que sua morte nom fora muyto mais chorada se fora per outra maneira.

Grande desemfadamento filharom todos aquelles senhores que estavam juntos em aquella mezquita e assy todollos outros, fallando na bõa uitoria que lhe Deos dera. E cada hũu contaui seu aquecimento que-jamdo fora. Mas, sobretudo aquelles escudeiros que foram com o iffante tijnham muy grande gloria em contar a sua parte; porque nom ha no mundo tamanha honestidade que nom seia tocada de doçura de gloria. E, tanto he mayor quanto o seu merecimento he auído com mayores trabalhos; o quall certamente era assaz de grande quanto aaquelles; ca foi achado que, depois que chegaram aaquelle lugar donde cayó Fernam Chamorro ataa que o iffante partio pera a mezquita, passaram çimquo oras trabalhando continuamente. E, posto que nos, em outras partes, digamos o numero do tempo mayor ou mais pequeno, a uerdade he esta e o all sse diz segundo o fallamento daquelles que ementamos.

94

[20 AGOSTO 1415]

Como el-rei mandou chamar o infante D. Henrique e como lhe falou em armá-lo logo cavaleiro, honra que o infante não aceitou antes de conferida também a seus irmãos.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 85.

Morto assy Vaasco Fernandez, como dito he, loguo os mouros começaram de despachar de todo aquella uilla primeira. E, estando assy aquelles senhores, teueram seu comselho e começaram dauar as cousas

que compriam pera o combate do castello, determinando que, por aquella noute, nom fizessem nehũa cousa, soamente que lhe fossem postas suas guardas ataa ho outro dia, que o combatessem rrealmente.

E o iffante dom Hamrrique, tanto que foy naquella mezquita, por causa do grande trabalho que tijna passado, lamçousse allgũ pouco a rrepousar. E todo seu principall camssaço era as feridas que tijna nas pernas, de que era algũ tanto semtido. E, em jazendo assy, lhe chegou rrecado delrrey que o emuiaua chamar, o quall estaua em outra mezquita apartada daquella, omde agora he ho moesteyro de Sam Jorge.

E, tornando aa nossa estoria, amtre todallas cousas que alli fallauam, principallmente se dizia como Deos quisera, por sua merçee, em aquelle dia, guardar o iffante dom Hamrrique, contando seus aquecimentos per a mais fremosa maneira que elles podiam dizer, conheçendo que nom podiam em ello fallar tanto com que a seu padre mais nom prouuesse; ca, doce cousa he a todollos homeens ouuir os lououres de quaaesquer cousas que a elles perteeçem, especiallmente dos filhos, aalem dos quaaes nom ha hi moor amor.

E, querendo o iffante uijr a mamdado de seu padre, achou que lhe furtaram aquelle boom cuytello com que elle, em aquelle dia, tantos e taaes gollpes fezera; por cuja boomdade, ho iffante ouue queixume de lhe assy seer leuado, dizemdo que por nehũa cousa dalli nom partiria ataa que lho tornassem alli. E, posto que alli esteuessem mais de çimquo mill homeens, tall dilligemçia foi posta em o buscar, que lhe foy tornado aa sua mǎao.

E, quando o iffante chegou homde elrrey estaua, foi delle rreçebido com grande prazer. Meu filho, disse elle, pois que a Deos prouue daruos oje tall aquecimento, assy como elle foi auamteiado de todollos outros feitos, assy praz a mym que, por louuor de uossa fortelleza, rreçebaaes loguo aqui ordem de cauallaria. Senhor, rrespomdeo o iffante, posto que meu mereçimento nom seia tamanho, eu uos tenho mujo em merçee a bõoa uoomtade que teemdes pera acreçemtar em minha homrra; empero, eu uos peço por merçee que me nom queiraaes fazer semelhamte senam ao tempo que o fezerdes a meus jrmǎaos. Porque, assy como nos Deos trouxe a este mundo hũu amte o outro, assy me prazeria que nos a homrra fosse dada hordenadamente. Elrrey disse que lho agradeçia mujo e que assy emcaminharia que sse fizesse.

[21 AGOSTO 1415]

Como João Vaz de Almada foi hastear a bandeira da cidade de Lisboa sobre as torres do castelo de Ceuta e como o comde D. Pedro de Meneses, alferes do infante D. Duarte, hasteou a deste na torre de Fez.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 86.

Depois que aquelle comsselho assy foy feito açerqua das guardas que em aquella noute auiam de poer sobre o castello, himdo assy aquelles que pera ello foram hordenados seu caminho, porque o tempo era ja açerqua em que comuijnha de começarem seu trabalho, açertousse de oolhar hũu delles contra o castello, sobre o quall uio estar hũua gramde bamda de pardaaes. Nom ueedes, disse elle comtra os outros, como aquelles pardaaes alli estauam assessegados? Que me matem sse Çalla bem Çalla com todollos outros nom he partido dalli e leixou ho castello uazio. Ca, sse assy nom fosse, nom estariam alli aquelles pardaaes assy dassessego. E todollos outros disserom que lhes parecia seer assy. Sobre a quall cousa tornaram a elrrey e pera rregeber seu mandamento açerqua do que auiam de fazer. Mas, poruemtura nom seriam aquelles os pardaaes que o outro sonhaua que comiam as abelhas?

Pois que assy he, disse elrrey, uãoo chamar Joham Vaaz dAlmadãa, que traz a bamdeyra de Sam Viçente, e digamlhe da minha parte que a uaa loguo poer sobre a mais alta torre. Joham Vaaz foi loguo chamado e a bamdeyra prestes. E ajuntaramsse com ella peça daquelles boons homeens e foromsse caminho do castello. E, queremdo quebrar as portas que estauam fechadas, pareçeram sobre os muros dous homeens que demtro estauam, a saber hũu bizcainho e hũu genoes. Nom filhees trabalho, disseram elles, em quebramtar as portas, ca nom teemdes nehũu empacho em uossa entrada. Ca os mouros sam ja todos partidos daqui e soomente ficamos nos ambos, que uos abriremos as portas quando quiserdes. Ora pois, disse Joham Vaaz, filhaae la essa bamdeira e pomdea sobre esse muro ataa que nos uaamos. Algũus disseram aqui, queremdo fazer este caso mayor, que aquelle genoes com outros algũus que demtro estauam quiseram mostrar sinall de deffemssam e que elrrey mandara sobre elles certa gente darmas e beestaria e que, per força de combate, sse filhara o castello, a quall cousa uerdadeiramente achamos que nom foy assy.

E, tanto que o castello foi aberto, foi dentro o iffante Duarte e o iffante dom Pedro e o comde de Barçellos e assy outros senhores e fidalgos; ca o iffante dom Hamrrique estaua com elrrey. E, andando assy proueeendo todallas cousas que auia em aquella fortelleza, deram muitas graças ao seu Senhor Deos, que, por semelhante maneira, os posera em posse de todo. E he pera rriir do que alli acoiteço a hũu escudeiro do meestre de Christo; ca, omde os outros amdaauam apanhando ouro e prata e outras cousas de grande uallia, elle sse foi ocupar com hũu gauiam terço, que trazia na mão, que achara naquelle castello. E tam comtemte amdaua daquelle boom achadego, que nom tijna lembrança doutro nehũu gaanho nem proueito; e, jstimando seu presente naquelle preço que o elle tijna, foi fazer seruiço delle ao iffante. Mas eu nom ssei se o agradecimento de semelhante dadiua seria tamanho como a perda do proueito que elle podera auer, carregandosse daquellas cousas que assaz auia no castello.

Muitos se começaram alli dapousemtar, com teemçam de seer companheiros de Joham Vaaz; mas elrrey nom o quis comssemntir e mandou la o iffante dom Hamrrique que os fizesse todos sair fora e que a posse do castello leixasse soamente a Joham Vaaz e aos seus. E, segundo apremedemos, melhor emcomtro achou elle alli que o gauiam terço do escudeiro do meestre; ca a melhor parte das mais e melhores cousas que tijna Çalla bem Çalla e todollos outros que com elle estauam naquelle castello ouue Joham Vaaz, as quaaes eram nelle muy bem empregadas, que era nobre caualleiro e trabalhou sempre, em sua uida, por acreçemtir em sua homrra com mujtos seruiços que fez a elrrey e ao rregno.

Como o castello foi assy despachado, como dito he, mandou logo o iffante Duarte ao comde dom Pedro de Meneses, que era seu alferes, que leuasse a sua bandeira aa outra uilla de fora e que a posesse sobre a torre de Feez. Mas esto nom era assy ligeiro de fazer, porque os mouros nom podiam assy leixar de boamente a posse de sua çidade; ca mujtos delles determinauam ante fazer alli fim de suas uidas que de emsayar as cousas que auiam de uijr. E nom sem rrazam, ca nom soamente aos homeens em que ha uerdadeiro conhecimento, mas ajmda aas brutas animalias he natural cousa mostrarem sentimento, quando ssam tiradas do seu, segundo diz o fillosofo, no liuro *De proprietatibus rrerum*.

E assy ouue alli hũua escaramuça, aa saída daquella porta, que sse agora chama de Fernando Affonso, na quall mataram hũu alferes de dom Hamrrique de Loronha. Empero, esto prestou pouco aos mouros, porque a bandeira era acompanhada de muy nobres pessoas. Ca era alli o dito dom Hamrrique e dom Joham seu jrmão e Pero Vaaz dAlmadã e Aluoro Meendez Cerueyra e Meemdo Affonso, seu jrmão, e Aluoro Nogueyra e Nuno Martijnz da Sillueyra e Vaasco Martijnz do Carualhal e o gram baram dAlemanha, o quall em aquelle dia prouou como uallemte

caualleiro, ca assy fizeram a moor parte de todollos gemitjs homeens que com elle uijnham, e Nuno Vaaz de Castell Bramco e çimquo jrmãaos seus que alli uijnham e Diego Fernandez dAlmeyda e outros mujtos e boons fidalgos, cujos nomes nom podemos perfectamente saber. E assy foram todos juntamente poer aquella bamdeyra sobre a torre de Feez e a guardaram aquella noute. E dom Fernando de Castro e dom Joham seu jrmão, acompanhados doutros mujtos, sahiram polla outra porta de çima, escaramuçando com os mouros, ataa que os lançaram fora polla outra porta, que sse ora chama dAluoro Meemdez.

96

[21 AGOSTO 1415]

El-rei D. João I comunica a tomada de Ceuta a Martim Fernandes Portocarreiro, alcaide de Tarifa (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 90.

Soomente a dous lugares achamos que elrey emuiou noteficar ho boom aqueçimento que lhe Deos dera, em sua uitoria. Homde auces de saber que, polla bõoa uoomtade que Martim Fernandez Portocarreyro

(1) Conquistada a praça de Ceuta pelos portugueses em 21 de Agosto de 1415 (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 87), logo se apressou elrei D. João I a transmitir a notícia a Martim Fernandes Portocarreiro, fidalgo português, irmão da condessa D. Gulomar e tio do conde D. Pedro de Meneses, já referenciado por FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, caps. 52, 148 e 162, o qual se achava agora ao serviço de el-rei de Castela, como Senhor de Moguer e fronteiro e alcaide de Tarifa. Don LOPE BARRIENTOS, *Refundición de la Crónica del Halconero*, p. 37, di-lo «vn buen cauallero» e também «señor de Palma». Deu-lhe o monarca português imediatamente a grata notícia por dols motivos: como reconhecimento pela oferta que ele lhe fizera de viveres, ao passar a armada para Ceuta (Cfr. ZURARA, *Crónica cit.*, caps. 55 e 56); para que ele espalhasse pelo reino de Castela o fausto acontecimento das armas portuguesas (*ibi*, cap. 90). O facto foi-lhe comunicado entre 21 e 28 de Agosto (Cfr. o nosso DOC. 99, desta última data) pelo comitre ou oficial de galés João Rodrigues, mandado propositadamente por D. João I a Tarifa, num bergantim (*Aut. e cap. cit.*). Portocarreiro escreveu ao rei de Aragão, a dar-lhe a notícia, e também ao Administrador do arcebispado de Sevilha (*Doc. supracit.*) Contudo, não se dispensou o rei de Portugal de transmitir a boa nova ao rei aragonés, em embaixada directa, de que incumbiu «um bom homem de sua casa» chamado João Escudeiro (*Autor e obra cit.*, cap. 91) e ainda por carta (Cfr. o DOC. 106, de 18 de Outubro de 1415, em que D. Fernando de Aragão se refere àquela missiva).

mostrou a seu seruiço, quando emuiou seu filho a elle aa frota, como ja ouuistes, teue elrrey por bem de lho fazer saber primeiro que a outro nehũ. E ajmda disserom algũs que lhe emuiou assy aquellas nouas, aalem do que dito he, porque as podesse o dito Martim Fernandez notar per outras partes daquelle rregno de Castella.

E porem, tanto que foy demtro na çidade, mamdou fazer prestes hũu bragamtin, no quall emuiou com seu rrecado Joham Roiz, comitre, que lhe contasse as nouas daquelle aqueecimento e assy todo outro feito como passara. Tamto que Joham Roiz chegou a Tarifa, foi logo com aquelle rrecado a Martim Fernandez. O quall foy tam ledo com elle que, por muy grande espaço, nom sse podia fartar de o ouuir, tornando mujtas uezas a preguntar por todallas circumstancias daquelles aqueecimentos como passaram.

Vos, disse elle aaquelle messageiro, seiaaes assy tam bemuijmdo como a milhor Pascoa florida que eu neste mundo ouue. Direes a elrrey meu senhor que lho tenho mujto em grande merçee e que sayba elle que sua uoomtade nom foy emganada em me querer fazer sabedor de sua uitoria; ca, nom ha em seu rregno homem de meu estado a que eu desse auamtagem de lhe mais prazer de seu boom aqueecimento. Mas que, sse mo elle assy nom fezera saber per uos ou per outro algũu de seu mamdado, que eu fora mujto duuidoso de o creer per outra algũa maneira.

Mas nom sabees, disse elle, como estaua o castello acompanhado ou ase tijnham os mouros teemcom de sse poerem em sua deffesa? Da quall cousa me nom prazeria, porque o castello he forte e poderia dar algũu trabalho a elrrey. Ajmda quando eu parti, rrespomdeo Joham Roiz, os mouros eram em posse delle; mas, depois que eu fuy no mar, alomgado quanto seria hũua legoa da çidade, uy as bandeiras em çima das torres. E, quando Pero Fernandez Portocarreiro ouuyo assy aquelle rrecado, ouue grande queixume, porque nom fora naquelle feito, segumdo amte rrequerera a seu padre (2).

Vos, disse elle contra o padre, me tirastes de meu boom proposito, estoruamdome que nom fosse com elrrey, que me fora grande homrra, da quall cousa, em todos meus dias, numca perderey magoa. Se eu cuydara, rrespomdeo o padre, que sse este feito tam ligeiramente auia dacabar, nom fezera tamanha deteemça em te auiar teus feitos, como fiz; ca bem sabes a teemçam que tijnhu acerca dello, e esto era emcaminharte algũu corre-

(2) Este Pedro Fernandes Portocarreiro foi depois o sucessor do pai no Senhorio de Moguer, teve pelo menos uma irmã, de nome Elvira, primeira esposa de Alvaro de Luna, e é constantemente citado nas crónicas da época (Cfr. PEDRO CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Falconero de Juan II*, pp. 2, 48, 76, 301 e 540, e a citada *Refundición* de LOPE BARRIENTOS, pp. 37, 39 e «passim»).

gimento pera hires segundo te perteeçia. Mas parece que Deos quis acabar o feito per outra guisa; pollo quall me parece que numca ouuy fallar que çidade nem uilla fosse tam em breue filhada. Ca ja mujtas uezes me acomteço mamdar hũa meada de fiado a temgir aaquella çidade e nom foy tam asinha cuberta da timtura como agora foy tomada per elrrey. Certamente, disse elle, este he tamanho feito, que he duuida de sse creer assy logo pollo presemte, ataa que a fama dello nom seia mais declarada.

O escudeiro foy muy bem agasalhado e assy aquelles que com elle foram. E desi partio Martim Fernamdez com elle em nome daluissara, segundo seu estado rrequeria. Aqui aues de notar que aalem da bõa uoomtade que aquelle fidallgo tijna a elrrey, auia muy grande rrazom assy elle como todollos moradores de Tarifa, de sse alegrarem daquelle feito, espiçiallmente por lhe seer tirada damte os olhos tamanha uergonha como tijnam em aquelles mouro; ca, depois ataa ora, elles e seus soçes-sores sempre fizeram e fazem muy grandes proueitos pera assi em aquella çidade, uemdemdo hi seus frutos e mercadoria com grandes auamtageens de gaanho.

97

[AGOSTO 1415]

Após a conquista de Ceuta, el-rei D. João I manda João Escudeiro, homem de sua casa, comunicar o facto ao rei de Aragão.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 91. — Pode ver-se também: DUARTE NUNES DE LEO, *Chronica dos Reis*, t. 3, cap. 95; SOARES DA SILVA, *Memorias do Rey D. João I*, t. 2, cap. 188; e *Quadro elemental*, t. 1, p. 295.

Outrossi, mamdou elrrey Joham Escudeiro, hũ boom homem de sua casa, com seu rrecado a elrrey dAragam. Direes, disse elrrey, a elrrey dom Fernando como trouxe minha frota de Portugall sobre esta çidade e os contrayros que ouue, assy por aazo das sarrações como das correntes que me leuaram os nauios e como, aa fim, determinei, sem embargo de todo, uijnr sobre a çidade, ajmda que de mujtos fosse comsellado pollo com-trairo.

E comtarlhees a hordenamça que teuemos em trazer nossa frota e como meus filhos sahirom na Almina e polla guisa que a çidade foy

emtrada, da quall agora, polla graça de Deos, som em posse. Cujo aquec-
cimento escpreuo a elle primeyramente que a outro algũu princípe, polla
gramde e bõoa uoomtade que lhe tenho e desi pollo desejo que lhe semto
pera guerrear aos jmfiees (1).

25 AGOSTO 1415

*Os Altos Infantes são armados cavaleiros solenemente na mes-
quita maior de Ceuta, transformada em igreja cristã, com as espa-
das que a mãe moribunda lhes entregara, e eles, por sua vez, armam
outros.*

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 96.

Depois que a missa foy acabada, os iffantes se foram pera suas pouasa-
das armar. E assy todos juntamente uieram aa jgreia, a quall cousa era
muyto fremosa de ueer. Ca elles auiam todos grandes corpos e bem feitos
e uijnham armados em seus arneses muy limpos e guarnidos e com as espa-
das da beemçam çintas e suas cotas darmas. E, amte elles, hiam mujtas

(1) Seguidamente, alude o cronista à embaixada de Alvaro Gonçalves da Maia ao mesmo referido monarca, relato bastante fantasiado pelo autor e a que não podemos dar crédito, perante os textos diplomáticos originaes que possuímos e reproduzimos na íntegra (Cfr. os nossos DOCS. 107 e 108). Demais, insere ali o autor alguns erros históricos, como já observou DUARTE NUNES DE LEAO. *Obra e lug. supracite.*). Idéntica observação fez, recentemente, DE WITTE. *Les bulles*, p. 689, nota 1, sublinhando que nos últimos meses de 1415, Fernando I, posto que doente, se achava em Perpilhão, para negociar com o rei dos romanos Sigismundo o fim do grande cisma, segundo HEFELE-LECLERCQ. *Histoire des Conciles*, t. 7, pp. 366-371. De facto, Fernando I de Aragão chegara a 31 de Agosto à cidade de Perpilhão, para avistar-se com Bento XIII, com os embaixadores do concílio de Constança e com o imperador Sigismundo, e veio a falecer em Igualada, a 2 de Abril de 1416 (Cfr. BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, pp. 491-92). Don LOPE BARRIENTOS sublinha, a propósito: — «Muchos quisieron desir que el ynfante murió de yeruas que le fueron dadas» (*Refundición de la Crónica del Halconero*, p. 22).

trombetas e charamellas, de guisa que nom sey homem que os podesse ueer que nom tomasse muy grande prazer; e muyto mais aquelle que com elles auia mayor diuido, que era elrrey seu padre.

E, tanto que chegarom amte elle, o iffante Duarte sse pos primeyramente em joelhos e tirou a espada da bainha e beyioua e meteo a na mão a seu padre. E fezeo com ella caualleyro. E, per semelhante guisa, fizeram seus jrmãos. E, esto assy acabado, beyiaromlhe a mão e afastaramsse pera hũa parte, cada hũu pera fazer os de sua quadrilha caualleiros. Muyto me pesa porque nom pude saber os nomes daquelles que alli rregeberam hordem de cauallaria.

Empero dalgũus que apremdi, a saber: o iffante Duarte fez caualleiro o comde dom Pedro e dom Fernando de Meneses e dom Joham de Loroña (1) e dom Hamrrique seu jrmão e Pero Vaaz dAlmadã e Nuno Martimz da Sillueira e Diego Fernandez dAlmeyda e Nuno Vaaz de Castellancom e assy outros algũus. E o iffante dom Pedro fez hi caualleiros Ayres Gomez da Sillua, filho de Joham Gomez, e Aluoro Vaaz dAlmadã e Ayres Gomçalluez dAbreu e Martim Correa e Joham dAtayde e Martim Lopez dAzeuedo e Diego Gomçalluez de Trauaços e Diego de Seabra e Fernam Vaaz de Sequeyra. E o iffante dom Hamrrique fez caualleiros dom Fernando, senhor de Bragança, e Gill Vaaz da Cunha e Aluoro da Cunha e Aluoro Pereyra e Aluoro Fernandez Mazquarenhas e Vaasco Martimz da Albergaria e Diego Gomez da Sillua e assy outros. E delrrey nom fallamos nada, porque fez a tantos ataa que, com emfadamento, os leixou de fazer.

99

28 AGOSTO [1415]

Carta do Patriarca de Constantinopla, Administrador perpétuo do arcebispado de Sevilha, ao rei de Aragão, a enviar-lhe junto traslado de carta que recebera de Martim Fernandes Portocarreiro, Senhor de Moguer e alcaide da vila de Tarifa, a comunicar-lhe a conquista de Ceuta por el-rei de Portugal.

ACA., D. Fernando I, caja 7, n.º 1269, original em papel com picos de traça.

(1) Por Noronha.

Muy alto e muy exçelente príncipe e señor.

Nos, el Patriarca de Constantinopla e perpetuo adminjstrador del arçobispado de Seuilla, vuestro serujdor, nos encomendamos humjlmnte en la vuestra gracia e merçed.

A la qual plega saber que Martin Ferrandez de Portocarrero, señor de Moguer e alcayde de la villa de Tarifa, vuestro serujdor, nos escriujo en commo el rrey de Portogal auja tomado a Çepta, segund que mas largamente lo podra ver la vuestra señoria por el traslado de la carta quel dicho Martin Ferrandez sobre esto nos embio, el qual vos embjamos aqui jntercluso (1).

Es uerdad, señor, que, segund que sopimos, el dicho Martin Ferrandez escriujo sobre esto a la vuestra rreal magestad, notificandouoslo e embio la carta a esta çibdat de Seuilla, pera que vos la embiase. E, porque no sabemos si la vuestra señoria aura ahũ rresçebido la carta del dicho Martin Ferrandez quando esta llegare, acordamos de vos lo escriuir, supplicandovos que en todas las cosas que nos aca por vuestro serujçio podieremos fazer nos enbiedes siempre mandar, commo a serujdor vuestro. E, señor, mantengauos Dios por mucho de tiempo al su sancto serujçio, amen.

Scprita en Seuilla, xxbiij dias de agosto.

Vuestro humjl serujdor el Patriarcha de Costantjnopla, perpetuo adminjstrador del arçobispado de Seuilla.

No verso: Al muy alto e muy exçelente principe e señor nuestro sñeñor elrrey de Aragon e de Çiçillia.

100

2 SETEMBRO 1415

El-rei D. João I nomeia capitão para guarda e defesa da cidade de Ceuta, antes de retirar para Portugal.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 5. — texto que se reproduz. Pode ver-se também *Crónica da tomada de Ceuta*, caps. 99 e 100.

(1) Veja-se a nota 1 do DOC. 96. O Prelado em referência é D. Alfonso de Exea, falecido em 9 de Junho de 1417 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, p. 278).

Com este segundo rrazoado (1) se teue ellrey, porque aquella hera de todo sua temçom, segundo pareceo aaquelles que ally heram, per allgũs comgeitos de fora, dezendo amte todos que conheçido estaua que a Deus prazia de asy ser; pois sua merçee fora de lhe dar aquella çidade com tam pouco trabalho, que asy lhe prazeria de ha defendder e guardar com ha sua ajuda e poder. Porem que lhe rrogaua que comsyrassem quem lhe pareçia pertemçente pera a rreger e defendder.

Senhor, disseram os outros, vosa merçee deue dapontar allgũs que vos mais azados pareçerem e nos diremos em qual nos pareçee que melhor pode caber semelhamte carrego. Ellrey, todavia, dise que queria que elles disessem primeiro. Senhor, disseram casy todos, pareçenos que, pera tam grande coussa e em que tanto ha de depemder a homrra de uosa coroa, nos nom semtimos quem ho melhor posa fazer que he o comdestabre (2).

Esa seria, dise aquelle comde, hũa (3) das mayores merçees que me Deus e ellrrey meu senhor podiam fazer, sendo eu em tall hydade pera o soportar; mas, a natureza, como uos uedes, me tem jaa trazido a tamta fraqueza que, por nenhũ modo, poderia soportar semelhamte trabalho; caa esta çidade he muy grande e quemquer que ha hade ter nom lhe compre dormir seu sono cheo nem se fiar sempre de todos, espiçiallmente agora no começo, que lhe os mouros nunca am de sayr da porta. Pero, eu farey o que ellrrey meu senhor mamdar.

Ellrey, allem de conheçer que hera verdade o que ho comde allegaua, sabia que elle tinha temçom de se apartar, pera seruiço de Deus, no moesteiro de Samta Maria do Carmo, que elle mandara fundar em Lixboa. E porem dise que bem conheçia a boa vomtade do comde e a sua neçesydade, a quall elles viam bem quamto hera lleytima; porem que lhe nomeassem outro, asynamdolhe logo Gonçalo Vaz[ques] Coutinho (4), dizemdolhe como hera bom caualeiro e homem fidallgo e de muyta gemte e sabedor de guerra, que poderia bem soportar semelhamte emcarrego; caa, nom soomente hera neçesario homem ardido e forte, mas aynda prudente e avisado no auto da guerra. Gonçallo Vazques dise que, asy por sua hidade como por outras coussas que ho ympidiam, que ho nom podia fazer, do que allgũs teuerão que ellrrey nom fora contente.

Porem, fez chamar Martym Affonso de Mello (5) e lhe dise, asy em presença de todos, que a elle prazia que ficase ally por capitão e rregedor, no que lhe faria grande seruiço e a sy mesmo homrra e louuor, conheçemdo

(1) Alusão ao capítulo anterior, sobre as opiniões do conselho que el-rei D. João I tomara acerca do que faria da cidade.

(2) D. Nuno Alvares Pereira.

(3) No ms. que seguimos *hãas*.

(4) Marechal do reino, o herói de Trancoso (Cfr. a nota 7 da p. 86).

(5) Guarda-mor de el-rei (Cfr. a nota 9 da p. 86).

delle que hera bom caualeiro e que o serujria bem em aquello, como ho jaa seruiria nas outras cousas que lhe encomendara nos tempos das guerras pasadas, e que seria azo de ho acreçentar e homrrar, como sempre teuera vontade. Martym Affomso rrespomdeo que lho tinha muyto em merçee, pero que lhe pedia que lhe dese tempo pera o fallar com hos seus; caa, pois os mais delles heram seus criados e os que o prinçipallmente aviam de seruir, que lhe parecia rrazão de lho dezer. Os quais parece que lhe comselharão que, por nenhũa guisa, o fezese, allegandolhe suas rrazões, per que de todo lhe fezerão menospreçar aquella homrra. E, tornando elle a ellrey com este rrecado, lhe tornou a dezer apartadamente que lhe encomendaua que açeptase tam bom e tam honrrado carrego, caa lho não daua seño com grande amor que lhe tinha.

E, finalmente, Martym Afomso nunca pode fazer com hos seus que quisesem com elle ficar; caa heram os mais delles casados e homens de sua criaçom, taes que, com afeição que lhes tinha, se çegou em aquelle casso, espicialmente por dito de dous que elle tinha, com que se comselhaua em todos seus feitos. Creemos que hũ se chamaua Joham Gomez Orvalho e o outro Alluaro Vaasquez Tiznado (6). E, como quer que (7) Martym Affomso, per este aazo, rreçebese prasmio, çerto he que elle o nom fez com mymgoa de coração nem de bõa vomtade, mais çegamento dafeição daquelles que o comselhauão. Ellrrey, com desprazer que ouue, sabendo como aquelles foram azo de Martym Affomso nom ficar, mandoulhe que os dey-kase ally (8).

O comde dom Pedro de Meneses (9), como amdaua desejoso de se alleuamtar naquello que lhe seu nobre e grande sangue rrequeria, como vio que ho comdestabre nom avia de ficar, fallou llogu com ho mestre de Christos (10), que hera seu tio, e com ho priol do Espritall (11), pedindolhe por merçee que lhe azasem como ouucese aquella homrra. Os quaais, como vyram que Martym Affomso se espedia e que lhe hera neçesaryo

(6) Na *Crónica... de Ceuta*, cap. 99, o autor denominou-os João Gomes Arnalho, escudeiro de Evora, e João Jusarte. Deverá permanecer estoutra lição da presente crónica, por ser posterior e redigida após maior estudo dos acontecimentos.

(7) No ms. *quer por que*.

(8) E de sublinhar a relutância do pessoal em ficar junto dos mouros, neste primeiro momento da nossa expansão ultramarina.

(9) Então alferes do infante D. Duarte, mais tarde 2.º conde de Viana do Alentejo, 1.º de Vila Real, almirante do reino e durante 22 anos capitão de Ceuta, de que por vezes também é dito governador (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, pp. 263 e ss.).

Era filho do 1.º conde de Viana D. João Afonso Telo de Meneses, neto do conde de Ourém, etc. (Cfr. o liv. 1, cap. 3, desta mesma crónica).

(10) D. Lopo Dias de Sousa.

(11) D. Alvaro Gonçalves Camelo (Cfr. a nota da p. 86).

buscar outro, lleuamtarãose ambos em pee, tomamdoo amtre sy e disseram: senhor, pois nom temdes detreminado quem vos nesto aja de serujr, nos vos ofregemos aquy o comde dom Pedro, o qual vos pede por mercee que uos syruais delle naqueste offiço e vos promete aquella ffee que homem de tall linhagem, como elle he, deue a rrey com que viue e que o criou e elle, senhor, he homem em quem cabe semelhante emcarrego; pedimdo por merçe aos ymfantes que os quisesem ajudar naquelle feito, lleuamtam-dose logo o ymfante Duarte e pedimdo por mercee a seu padre que lho outorgase.

Ellrrey, esguardamdo como tall rrequerimemto, em tall tempo, nom progedia senão de grandeza de coração e desy, porque ho vyra asy homrosamente em sua companhia, teuelho a grande bem. Çertamente, disse elle, eu por tall conheço dom Pedro como uos dezeis e lhe tenho em muy asinado seruiço seu boom rrequerimemto, pello quall ho cregentarey com muita homrra e merçe e me praz de lho outorgar, metemdolhe logo hum pao na mão, dezemdo que ho tomase em hora que lhe dese Deus muita homrra com vitoria dos ymfies. Pello quall, o mestre e o priol foram beijar as mãos asy a ellrrey como a seus filhos, desy o comde com allgūs seus parentes e amigos que ally de presente eram, aymda que dallgūs depois foy rrepremdido, avemdo que hera cousa que se não podia manter.

E, por çerto que se nom mostrou de pequeno conheçimemto este comde dom Pedro contra aquelle mestre que lhe aquella homrra rrequerco, asy por aquello como por outros beens que amte delle rregebera; caa, em todos seus dias mostrou, per obras, a seus filhos e netos que lhe nom hera por ello ymgrato, de que hera muy louuado de todolos boons que ho sabiam.

101

2 SETEMBRO 1415

Guarnição que ficou em Ceuta, sob a capitania de D. Pedro de Meneses, alferes que era do infante D. Duarte, a seu próprio pedido.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 6, — texto que se reproduz, segundo o Ms. 439 da BGUC., (Cód. A.), com anotação das variantes principais do Ms. B. 99 da BSL., que denominamos Cód. B, nas citações. Pode ver-se também o equivalente cap. 100 da *Crónica... de Ceuta*.

Temos, dise ellrrey, avido o capitão. Ora nos cumpre cuidar sobre o numero de gemte que lhe avemos de deixar. E, temdo hũs hũa parte e outros outra, vierão a concluir que lhe podiam abastar dous mill e quinhentos homens de defesa; e que (1), porque pera tall começo nom cumpria de ficarem senam homens espiçiais, acordarom que ficase logo ally Lopo Vaz de Castellbramco, que hera momteiro moor dellrrey (2), com trezentos escudeyros, todos moradores da cassa daquelle príncipe.

E por certo que se nom emganaua ellrrey em comfiar da bomdade daquelle fidalgo; caa asy o seruio naquella çidade como homem de grande vallor. E, se a bomdade da aruore pella doçura do (3) fruito mais perfeitamente se conhecee, em dous filhos barões que este fidalgo ao diamte ouue se pode bem veer quall fora ho padre que os gerara. A hũ chamarão Nuno Vazques, que foy momteiro mor, como seu padre, e outro Gomçallo Vazquez, que foy homem a que este rrey dom Affonso, que esta storia mamdou esprenher, per suas virtudes teue grande afeição, avemdoo em seus conselhos per espiçiall, como depois contaremos nos outros feitos vymdouros (4).

E o ymfante Duarte lleixou ally outros trezentos, dezemdo que nom queria outro capitão senão aquelle comde; caa, como quer que a sua capitania fose gerall, dise que, pois elle hera seu, que não queria que outrem teuese cuydado das suas cousas senão elle. O ymfante dom Pedro leixou ally Gomçallo Nunez Barreto, hũ nobre fidalgo do rregno do Allgarue, muito chegado em diuido ao sangue deste comde (5), leixando aquelle ymfante em sua companha dozentos e çimcoemta dos melhores (6) escudeiros que comsygo trazia, ao qual Gomçallo Nunez foy logo entregue a mayor torre que esta no muro daquelle çidade, que se chama de Fez (7). Joham Pereira, a que per allecunha chamauam Agustinho (8), ficou por

(1) Em B: e porque.

(2) E alcaide de Moura.

(3) Em A: do curado.

(4) Sobre aqueles pode ver-se: ZURARA, *Chronica de D. Duarte de Meneses*, pp. 197 e 227; RUI DE PINA, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 192; SOUSA VITERBO, *A Batalha de Toro*, pp. 86-92; e B. FREIRE, *Brasões*, liv. 3, pp. 218-20.

(5) Conselheiro de el-rei e primo de D. Pedro de Meneses (Cfr. *Crónica... de Ceuta*, caps. 50 e 100, e *Chronica do conde D. Pedro*, «passim»).

(6) No ms. *mulhores*.

(7) Sobre esta torre pode ver-se ROBERT RICARD, *Etudes sur l'histoire des Portugais au Maroc*, pp. 17 e 18.

(8) Ou João Pereira Agostim, como lhe chama B. FREIRE, foi um dos dize de Inglaterra; e, andando nas lutas entre Inglaterra e França com outros portugueses, abandonou-as para vir servir em Ceuta, ele e Diogo Lopes de Sousa, Pero Gonçalves Malafala e Alvaro Mendes Cerveira (*Crónica de Ceuta*, cap. 100). Constantemente referenciado nesta crónica de D. Pedro, figura também na de D. Duarte de Meneses, pp. 21-23. Sobre ele veja-se o nosso DOC. 137, de 14 de Janeiro de 1418, e *Brasões*, liv. 1, p. 170.

capitão de trezentos escudeyros que ally leixou ho ymfante dom Amrrique, ao quall foy emcomendada (9) a guarda de Santa Maria d'Africa (10).

Ficou aynda hy Alluaro Memdez Cerueira por capitão dos escudeyros d'Euora e de Beja, domde elle hera morador (11). Ao quall foy emcomendada outra torre que esta junto com ha outra de Fez e dambas (sic) estam comtra a terra dos mouros, da parte da Allgezira, a quall torre emtão hera chamada de Madraba (12); e, pella muyta continuação que aquelle fidalgo ally continuo, omde fez açaz homrrosos feitos em armas, chamarom aaquella torre d'Alluaro Memdez, como se ymda oje chama (13). Alluar-Eannes, que per alcunha se chamaua de Çernache e, per proprio apellido, de Vieira, que hera anadell moor dos besteyros de cauallo, ficou ally com seysçentos besteyros, asy de cauallo como de garrucha e de conto, ao quall asy foy emcomendada a guarda da couraça como da taraçena.

E ficou hy Ruy Gomez da Sylua, que depois foy gerrro daquelle comde (14), e Luis Vazquez da Cunha e Lopo Vazquez, seu jrmão (15), e Pero Gomcalluez, a que per allcunha chamarão Mallafaya, que ao diante foy veador da fazemda dellrrey e do seu comselho (16), Luis Alluarrez da Cunha (17) Pero Lopez d'Azeuedo (18) e Ruy de Sousa, allcaide que ao diamte foy do castello de Maruom, o quall, porque teue hũa guarda em que se continha hũ postigo, lhe chamarão ao diamte o Postigo de Ruy de Sousa, como ynda oje chamam (19); do quall postigo ataa

(9) Em B: *assy*.

(10) Sobre esta veja-se a Carta Testamentária do infante D. Henrique de 19 de Setembro de 1460, em SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portuguezes*, vol. 1, p. 584. e P. ANTONIO BRASIO, *Santa Maria de Africa*.

(11) Irmão de Rui Mendes Cerveira, referem-se-lhe as crónicas: de Ceuta, caps. 50, 86, 87 e 100; do conde D. Pedro, «passim»; de D. Duarte de Meneses, p. 224. e alguns documentos da chancelaria afonsina.

(12) Sobre *Madraba* cfr. R. RICARD, *Lug. supracitado*.

(13) Cfr. também os caps. 17 e 27 do liv. 1 desta mesma crónica e *Crónica de Ceuta*, caps. 50 e 100.

(14) E alcaide de Campo Maior e Ouguela. Por haver servido em Ceuta muitos anos, é bastas vezes referenciado nesta crónica e refere-se-lhe também a de D. Duarte de Meneses, pp. 16, 17 e 179.

(15) Ambos muito citados nesta crónica.

(16) E embaixador a Castela.

(17) Irmão de Lopo Vaz e Luis Vaz (Cfr. as pp. 259, 262, 357 e 493 desta mesma crónica).

(18) Filho de Lopo Dias de Azevedo (Cfr. as pp. 261, 298, 315, 317-18 e 456).

(19) Primo segundo do Mestre de Cristo, D. Lopo Dias de Sousa, e não seu sobrinho como refere ZURARA (*Crónica... de Ceuta*, cap. 76), segundo já emendou B. FREIRE (*Brasões*, liv. 3, p. 210), foi pai de Gonçalo Roiz de Sousa. Figura nesta crónica de D. Pedro, a pp. 319, 328, 332, 363, 493 e 617, bem como na *Crónica de D. Afonso V*, caps. 158, 176, 191 e 192, havendo sido um dos combatentes de Toro (Cfr. SOUSA VITERBO, *Obra supracit.*, pp. 114-115).

Almyna ficou por guarda hũ que se chamaua Affomso Dominguez Amado.

E a Bertollameu Affomso foy dada a guarda dellrrey; a Fernam Barreto (20) ficou a guarda da Allmina, com ha quali ficarão os arnesados de Lixboa, que pasarão de çemto, afora gemte de pee; e na guarda do Çesto ficou Alluaro Affomso de Negrellos (21); e, do Çesto ate Santa Marya, ficou a Joham Rodriguez Gudinho (22) com çerta companhia de beesteyros. E o comde com sua gemte ficou demtro no castello, omde tinha mill homes, o qual lhe foy entregue por ellrrey, disemdo-lhe estas pallauras.

102

2 SETEMBRO 1415

Determina el-rei o regresso da frota ao reino, comunica ao conde D. Pedro de Meneses que tenciona voltar ali em Março seguinte, a prosseguir a conquista, apenas iniciada, e recomen-da-lhe o pessoal que fica em Ceuta.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 9.

Estas rrazões asy acabadas (1), ellrrey mamdou llogo lançar pre-gão que todollos mantimentos que heram na frota fosem postos em terra, lleixamdo os (2) que fosem neçesarios pera tres ou quatro dias pera sua tornada, os quaes foram tantos que esteueram muitos dias na praça sem hos nymguem levar pera casa, damdo carrego a hũ homem que amdase pellas naaos que os fezese lançar fora, sem allgũa malliciã nem emgano. E mais mamdou ellrrey que tyrasem ally hũa villa de madeyra que lleuaua

(20) Sobrinho de D. Pedro de Meneses (*Ibi*, pp. 386-87, 423 e «passim», e *Chronica de D. Duarte de Meneses*, p. 29).

(21) Cunhado de Gonçalo Nunes Barreto (Cfr. as pp. 319, 362 e 381-86 desta mesma crônica de D. Pedro).

(22) Escudeiro de D. Pedro de Meneses (Retrocit. crônica, pp. 323, 369, 371, 372 e «passim»).

(1) Alusão ao capítulo anterior, sobre como el-rei falou aos fidalgos que ali haviam de ficar.

(2) Em B: *aquelles que*.

naquella frota, a quall mandou que ficase pera rreparo dos caramanchões e das torres em que as vellas aviam de ser (3) postas. E tambem mandou que ficassem todolos allmazens e artelharias que leuaua com todallas outras cousas que syntio que poderiam aproueitar pera defensão da çidade.

E emtão dise ao comde como elle, com ajuda de Deus, logo no março seguynte, tornaria aaquella çidade; porque aquello que asy fezera nom avia por conquista, mas por começo della (4). E ally se espidio de todos pera se (5) meter nos navios. Primeiramente (6) do comde, ao quall tornou a rrepetir o que lhe amte disera, emcomendamdolhe os fidalgos que so (7) sua gouernação ficauam: que os tratase com toda homrra e fauor, de guisa que se asenhorease de suas vomtades, dezemdolhe que nunca poderia ser temido se não fose amado, damdolhe porem castigo omde comprise, com aquelle rresguardo que elle bem conheçeria ser rrazão.

E asy lhe emcomendou que teuese boom cuydado da outra gente mais piquena, aos quaes sempre mostrase de sy bom gasalhado e os anymase, espicialmente logo pello primeiro começo ate que se fosem fazendo ao seu senhorio caa, se os asy trautase, que se acharia com elles muyto melhor que doutra guysa; caa, nom soomente lhes faria coração pera lhe muito melhor obedecer (8), mas aynda lhe faria soportar quaesquer mymgoas e trabalhos que lhe viesem. Porque, dise elle, o senhorio per força nunca he muito seguro. Este modo tiue eu no começo de meus feitos; e, com a graça de Deus, acheyme com elles como todos sabees.

E desy tornou aos fidalgos, a nembrarihe o que lhe amte disera, com outras muytas rrazões, com que todos foram muito ledos, dezemdo que por elles nom falleçeria, se Deus nom hordenase o comtrario do que suas vomtades desejauam, e que aynda emtão a morte seria manyfesto synall do grande desejo que lhes ficaua pera o servir. O comde trouxe logo a ordenança que tinha feita pera guardar a çidade, com que elrrey muyto follgou, porque syntio aquello por boom começo do rregimento, emtemdendo que, ao diamte, o faria ynda muyto melhor; caa, asy como dise Tyto Lyuio, na Storia Romãa, mais vezes dão as cousas conselho aos homens do que hos homens dam conselho as cousas. E ally se espidio de todos gerralmente e meteuse em seus navyos.

(3) Em B: *de estar postas*.

(4) Esta afirmação, pelo cronista attribuida ao monarca, acha-se em contradição com a carta joanina de 20 de Outubro seguinte, endereçada a D. Fernando I, rei de Aragão, a convidá-lo para a conquista do reino de Granada, a menos que D. João I, entretanto, haja mudado de programa (Cfr. o nosso DOC. 108).

(5) Em B: *se expedir dos navios*.

(6) Em B: *E primeiramente*.

(7) No ms. *sou*; em B: *sob*.

(8) Em B: *obedecerem*.

2 SETEMBRO 1415

Zarpa a frota de Ceuta e fundeia em Tavira, onde el-rei D. João I nomeia solenemente duques seus filhos D. Pedro e D. Henrique, o primeiro de Coimbra e o segundo de Viseu.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 101.

A hordenança da frota, quanto aas gallees e outros algũs çertos nauios, era de hirem dereitamente ao porto de Faaram (1); porque aos outros era dada leçemça que sse fossem a Lixboa, pera lhe despacharem seu frete e emcaminhar cada hũu pera sua terra. E foi assy que os marinheiros da gallee delrey erraram a uiagem e, omde ouueram de hir a Faaram, foram a Crasto Marim. E os outros nauios, quando de noite perderam a uista do foroll, seguiram sua uiagem dereitamente a Faaram. E, querendo hir per terra buscar elrey, acertoussse de sse ajuntarem todos em Taulla.

Omde elrey estando, chamou seus filhos e disselhes assy. Todollos seruigos naturalmente rrequerem guallardom. E, porque aalem de seerdes meus filhos, semto que rregebi de uos espiçiall seruigo em todo este feito, quero que por ello rregebaaes algũu guallardom. E, primeiramente, a meu filho o iffante Duarte nom sey que acreçemtamento e que homrra lhe possa fazer sobre aquella que lhe Deos quis dar, a saber: seemdo meu primeiro filho e herdeiro de meus rregnos e de minha terra, elle pode filhar em minha uida tamta quamta lhe prouuer.

Mas, a uos outros me praz de fazer duques, a saber: a uos, iffante dom Pedro faço duque de Coymbra e ao iffante dom Hamrrique duque de Vizeu; e, polla grandeza do trabalho que filhou em todollos estes feitos, assy na armaçom que fez no Porto, como no trabalho e perijgo que ouue no dia que filhamos a çidade e por todallas cousas que em ello obrou, o faço senhor de Couilhã (2).

(1) Faro.

(2) A distincção referida pelo cronista ao D. Henrique sobre o D. Pedro é atestada pelos documentos régios de 16 e 18 de Fevereiro seguinte, em que seu pai denomina o D. Pedro apenas *duque de Coimbra* e o D. Henrique *duque de Viseu e senhor de Couilhã*. (Cfr. os nossos DOCS. 115 e 117).

E os iffantes todos tres lhe beyiarom por todo a mão, teemdo lho muyto em merçee. E emtom os fez duques com aquella sollenidade e çerimonias que sse custuma; ca assaz auia hi de nobres homeens e correjimentos per que aquella festa fosse homrrada.

104

Depois de 2 SETEMBRO 1415

Ordenação de el-rei D. João I sobre os que foram na armada de Ceuta e ficaram lá por seu serviço, a providenciar sobre dívidas deles, demandas, vendas de bens, arrendamentos, prazos e ainda sobre a comutação das penas de morte, de mutilação etc., a que haviam sido condenados os homiziados que ficaram naquela cidade, incluída na confirmação de el-rei D. Afonso V, ambas sem data.

ANTT., Núcleo Antigo n.º 12, Ordenações de D. Afonso V, liv. 5, fl. 147, — texto que se reproduz; *idem*, cód. 14-A, fl. 102 do liv. 5, cujas variantes principais não ortográficas se anntam.

Publicada: nas *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 5, título 83, p. 299; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 265.

Titulo da hordenaçom que elrrej dom Joham fez açerca dos que foram na armada de Çepta e alla ficaram por sseu sseruço (1).

Elrrey dom Joham, meu auoo, de muyto louuada e esclareçida memoria, em sseu tempo, quando ffez a grande armada ssobrrre a çidade de Çepta e com a graça do Nosso Senhor Deus ha gaanhou aos jnnfíees, jnmj-gos da ffe, da tornada que tornou a sseus rregnos, ffez hordenança geeral açerca dos que alla foram e ficaram, por sseruiço de Deus e sseu, em esta fforma, que sse ssegue:

Esto he o que acordamos com os do nosso consselho, em rrazom dos que foram na armada de Çepta e dos que ficaram em a nossa çidade de Cepta per nosso mandado, em rrazom de ssuas diujdas, ffectos e demandas, como ham de sseer espaçadas, e em rrazom dos

(1) mandado.

beens de rrajz que venderom e em rrazom das ssentenças e eixecuçōes e rremataçōes dellas:

Primejramente, mandamos que todos aquelles que ficarom em a nossa cidade de Çepta, por nosso sserujço e mandado, que todas ssuas djujdas que deuerem (2) e todos sseus fectos e demandas ssejam espaçadas, da pobjaçom desta hordenaçom a hūu anno. E, sse acontecer que venham acabado o anno, mandamos que ajam, aalem do anno, dous meses despaço, do dja que chegarem ao rregno; e, sse alla majs esteuerem que o anno, nos proueeremos ssobrrre ello aos crreedores. E, sse ante do anno vierem, ajam os dictos dous meses despaço, do dja que chegarem ao rregno.

E, sse algūus venderom algūus beens de rrajz despojs que sse fezerom prestes pera a dicta armada e foram em ella ou ficarom na terra per nosso mandado, mandamos que, pagando os vendedores o preço que rreçeberom e algūas bemfectorjas notauees, sse as fezerom, que lhes tornem sseus beens. E esto medes aja lugar em os arrendamentos de çinquo annos pera cima e nos emprrazamentos.

Item, [se] (3) ffezerom ou fezerem algūas eixecuçōes ou rremataçōes per algūas ssentenças em os dictos beens de rrajz aos que esteuerem em a nossa çidade de Çepta per nosso mandado, mandamos que as rremataçōes ssejam nehūas e as eixecuçōes stem quedas; pero, sse derem ffiadores, mandamos que lhe ssejam entregues, pagando os crredores aos comprzadores o preço que por elles derom; e as bemfectorjas notauees que as paguem a sseus donos das cousas.

Esto he o que acordamos, em rrazom dos que foram na armada e fogirom della e dos que ficarom em a nossa çidade de Çepta per nosso mandado e fogirom della e daquelles a que era mandado que alla fficassem e nom ficarom nem leixarom outros por ssy.

Item, sse algūus homeens darmas que nom ssom uassallos e nem postos aa vaga nem apurados per nosso mandado ou homeens de pee prometerom dhjr na dicta armada com algūus ssenhores e rreçeberom delles bem fazer e nom foram com elles ou lhe fogirom da dicta armada, mandamos que taaes como estes tornem todo aquello que assy leuarom (4) e os sseruam hūu anno em aquello que lhes mandarem fazer; e, sse lhes nom leuarom cousa algūa e sse partirom despojs que partimos da çidade de Ljxboa, ssejam theudos, aquelles a que o prometerom, de os sserujr

(2) devem.

(3) Item se.

(4) aaquelles de [que] ho assy leuarom.

o dicto anno, dandolhes mantjmento rrazoad; e, sse nom for na terra e teuer beens, que per sseus beens sseja avudo hũu homem que o sserua o dicto tempo. E este, sse nom teuer beens per que possa pagar, sseja preso; e, sse teuer beens per que possa pagar aquello que leuou e que possa auer hũu homem pera sserujr por elle, nom sseja preso. E taaes como estes ssejam logo presos, como delles for querellado, ssegundo a hordenaçom.

Jtem, sse algũu prometeo dhjr com algũu e nom foy com elle, majs foy com outro, e daquel com que ouuera dhjr leuou algũa cousa, mandamos que o que assy leuou que o torne em dobrro.

Jtem, sse algũus nossos vassallos ffogirom da armada ou ficarom na terra ssem neçessidade (5) ljdema ou ssem ljçença, mandamos que ssejam logo tirados de uassallos e tornem as conthjas que leuaram e tornem o ssoldo que leuaram em dobrro e sseja pera o que o acusar. E que nom ajam, daquj em djante, offiçio nehũu nosso nem do conçelho e sseruam nos encargos do conçelho como os que nom ssom vassallos nem priujljados; e a djzima sseja pera nos.

Jtem, sse algũus galljotes ou beesteiros ouuerom demasias algũas, por hirem sserujr por outros e nom foram ou ffogirom, mandamos que taaes como estes tornem as demasias do (6) ssoldo em dobrro, sse o leuaram. E o que o acusar aja todo pera assy e paguem todo da cadea e ajam çinquenta açoutes e uão sserujr hũu anno aa nossa çidade de Çepta, dando primeiro querella delles, em forma da hordenaçom.

Jtem, sse algũus beesteiros de cauallo ou de conto ou gualljotes ou apuradores (7) ffogirom da ffrrota ou fficarom em terra ssem neçessidade ljdema ou ssem ljçença, mandamos que taaes tornem o ssoldo em dobrro aaquelles que os acusarem e uão sserujr a Çepta hũu anno, ssem auendo outro ssoldo, ssaluo o mantjmento que he hordenado que lhes dem; e, sse nom forem aa dicta nossa çidade despoja da pobljaçom da hordenaçom a çinquo meses, mandamos que percam ssua meetade dos beens e ssejam pera o que os acusar; e a djzima sseja pera nos.

Jtem, sse algũus escusarom algũus dos que aujam dhjr na armada por doentes e o nom eram ou os capitãaes os poserom ffora das gallees ou naujos em que os nom mandamos (8) hjr e os ffezerom ficar em terra, mandamos que, sse os capitãaes ou outros algũus os escusarom malljciosamente, que paguem o ssoldo e a conthia em dobrro e mande la (9) outro em sseu lugar daquelle que assy escusarem, aa ssua custa,

(5) No ms. e.

(6) e o.

(7) apurados.

(8) mandesemos.

(9) alla.

o qual sserua hũu anno em a dicta çidade, como ssuso he declarado. E este ssoldo e conthia aja aquelle que o acusar e lho prouar; e a djzima sseja pera nos.

Jtem, se algũs ficaram em a nossa çidade de Çepta per nosso mandado ou por demasias e ffogirom della (10) ssem lçença e nom leixarom outtros por ssy, mandamos que taaes percam ssua meetade dos beens, porquanto a outra meetade he da molher, sse a teuer; e, sse a nom teuer, perca sseus beens e (11) rrajzes; e os beens ssejam pera quem os acusar. E sseruam hũu anno em a dicta çidade contjnuadamente, ssem lhes dando ssoldo, ssollamente dandolhes o mantijmento; e a djzima parte sseja pera nos.

Esto he o que acordamos com os do nosso consselho, em rrazom do perdom das mortes dos homeens e dos adulterios e dos que ham dauar penna de motallçom de nenbro e dos que ham dauar penna daçoutes ou degrredo ou dinheiros.

Jtem, mandamos que, por mortes dhomeens, contanto que nom ssejam alejue ou treigom ou ssobrrre ssegurança e por adulterios e geeralmente em todollos casos em os quaaes aueriam penna de morte natural que, estando em a nossa çidade de Çepta per dous annos contjnuadamente, que ssejam perdoados. E esso meesmo sse entenda, posto que andem omjziados em Castella ou em outtros lugares quaaesquer ou estem omiziados [n]os (12) nossos coutos destes rregnos, sse fforem alj morar os dictos dous annos; e, pera aderençar ssuas fazendas, leuando despaço trres meses, contanto que nom entrem nos lugares dos mallefiços. E este perdom sse nom entenda em mortes de caualleiros honrrados e escudeiros de ssemelhantes estados e adulterios que lhe forem fectos.

Jtem, nos casos em que (13) mereçerem penna de motallçom de nenbro, mandamos que, estando em a nossa çidade de Çepta (14) hũu anno contjnuadamente, que ssejam perdoados e ajam espaço de trres meses.

Jtem, nos casos em que mereçerem penna daçoutes ou penna de degrredo ou de djnheiros, mandamos que, em taaes casos, estando em a dicta nossa çidade per ssejs meses contjnuadamente, que ssejam perdoados e ajam o dicto espaço de trres meses.

(10) ou se partirom della.

(11) de.

(12) nos.

(13) em os quaaes.

(14) por.

E estes mallefiços mandamos que sse entendam nos mallefiços que forem fectos ante dos xxj dias do mes dagosto da era de mjl e iiij^o Lij annos, em o qual dja ffoj tomada per nos a nossa çidade de Çepta. Com (15) os mallefiços fectos despojs mandamos que esta nossa hordenaçom nom aja lugar.

E, vjsta per nos a dicta hordenaçom, mandamos que sse cumpra e guarde ssegundo em ella he contheudo.

105

13 SETEMBRO 1415

Carta de João Mercader, bailio geral de Valência, a comunicar a Fernando I, rei de Arayão, a tomada de Ceuta por el-rei D. João I de Portugal em 21 de Agosto último, a dizer-lhe que fará o que possa sobre o assunto do florão da coroa real, a anunciar-lhe que envia junto carta da Sicília com boas noticias, a comunicar-lhe o naufrágio de nau castelhana por temporal e ainda a perda da nau de Pelegrín Gómez, em combate com naus venezianas.

ACA., *Fernando I*, caja 1, n.º 2. Original em papel.

Molt alt, molt excellent e molt poderos senyor.

Dies ha que, per via de Granada, sie compta quell rrey de Portugal hauia presa Cepta; pero vna galiota era adonchs venguda de Alcudia de Barberia e, segons dehien lo patro e altres de la galiota, lla no nj hauia mencio. E per ço, yo no us encurj scriuere, car nom paria noua certa. Mas ara, per via de Sibilía, sic sab per çert com es ver que, a xxj de agost prop passat, lo dit rrey pres terra per força de armes, com per molta morisma li fos contrastada la exida e acabat de pendre terra e metent en venço als moros e combatent la ciutat ab gran multitud de bombardes e altres artelleries, djns spay de xijj hores hac presa la ciutat, hon ses fet molt fort a gran honor de tota cristiandat e sua. E, si a Deu plau, sera a bon eximpli de tots los rreys de christians e singularment del emperador e

(15) E em.

de vos, que, pus Deu vos ha ajustats corporalment, vos ajuste en vna concordia, a exaltacio de la fe catholica e despressio dels jnfeels. Amen (1).

La letra vostra sobre lo floro de la vostra corona he reebuda e he prouehit per tal forma que, si en aquestes parts ne arribe res, yo pens que ho sabre e hi dare recapte ab la ajuda de Deu.

Jtem, he reebuda una letra de Sicilia, quis dreça a vostra senyoria, la qual vos tramet ab la present; e, segons les noues que y son, la ylla, per gracia de Deu, esta molt be e molt pacificament.

Jtem, senyor molt excellent, apres que vos fos partit, yo ajusti gran consell de patrons e marjners e altres homens experts, per hauer consell qujn partit deuja pendre de la nau del senyor rrey de Castella, lo qual consell fui reduhir en scrits e actes publichs. E lo consell, en conclusio, fou que la nau era perduda si prestament no era nauegada ans ques metes gens de temps fort e axi que la fes espatxadament recorrer a maestres e hagues bona companya e prestamen la fes nauegar al riu de Sibilia; e axi ho mjs en execucio ab grans treballs e despeses. E quant es stada a punt de partir djns tres o quatre jorns, es se mes temporal fort, en tal forma que la nau treballant se es vberta per proha e djns espay de quart de hora sen entra a fons que a penes hae temps la companya de metes en la barca e recolljrense en altres fustes, car no fou possible de dos jorns apres de exir alcu en terra nj entrar ne altre. Axi mateix hic ha letres de venecians com l'altra nau de Peregrin Gomeç hauja combatut e pres vna nau de venecians e apres, donant ençalç a vna altra, per semblant se seria vberta e entrada a fons, mas que la companya seria acampada ab la barca. Si a Deu plau, tot es e sera per lo mjllor, car los fets que Deu guja comũament començen a fortuna e cloen en bonança; e axi, si a ell plau, sera de aquests que clouran a lahor e gloria sua e de la sua sancta ecclesia e honor de vostra senyoria. La qual Nostre Senyor Deu prosper ab sanjtat e molta honor e longa vida. Amen.

Scrjte en Valentia, a xiiij de setembre 1415. Molt alt senyor. Vostre uassall e serujdor, qui besant uostres mans humjllment me coman en uostra gracia e merçe. Johan Mercader, uostre batle general.

No verso: A la molt alta magestat del senyor rrey.

(1) Desta singela noticia da autoridade civil valenciana sobressai uma única nota, como causa e consequência do feito de Ceuta: o de cruzada cristã contra os sarracenos.

Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, escrita de Perpilhão, a el-rei D. João I, a acusar a carta em que lhe notificara a tomada de Ceuta aos mouros, no que teve singular prazer, por ser coisa que respeita ao serviço de Deus e exaltação da fé católica, a que todos os cristãos e especialmente reis e príncipes são obrigados, e não pouco aumento de sua honra e fama, e a comunicar-lhe que estivera muito doente, mas se acha já em convalescença (1).

ACA., Reg. 2.409, fl. 104 v., — donde se reproduz. Publicada por ARRIBAS PALAU, *Repercusión de la conquista de Ceuta en Aragón*, p. 15.

Al muyt alto princep don Johan, por la gracia de Dios rrey de Portugal, nuestro muyt caro e muyt amado tio. Nos don Ferrando, por aquella misma gracia rrey d'Aragon, de Sicilia, de Valencia etc., ssalut como a rrey pora quien querriamos muyta honor e buenauentura e pora quien deseamos tanto bien como pora nos mismo.

Muyt alto princep nuestro muyt caro e muyt amado tio. Vuestra letra hauemos recebido sobre la presa feyta por vos de Cepta de manos e poder de jnfieles, de la qual hauemos haujdo muy singular e asenyalado plazer, como sea cosa que toca a seruicio de Dios e exaltacion de la fe catholica, a que todos los fieles christianos, en special rreyes e principes son obligados, e augmentacion no poca de vuestra honor e fama. E suplicamos a Dios que, en todas otras cosas concernjentes vuestro honor e loable fama, vos endrece como querriamos fizies a nos mismos.

El por tal, muyt alto princep e muyt amado tio, que somos ciertos ne hauredes plazer, vos notificamos que ya sea por algunos dias passados seamos stados muy agreugados de nuestra malaltia. Empero agora, por la gracia de Dios e de la Virgen Maria, somos en milhoramjento e conualescencia de nuestra persona. Assi mismo la rreyna, nuestra cara muller, el princep de Gerona, nuestro caro primogenito, e todos los otros fillos e

(1) No mês anterior estivera D. Fernando muito mal: «en la cama muy agruado de su dolencia: y tan debilitado, que apenas podía hablar» (ZURITA, *Anales... de Aragón*, t. 3, parte 2, liv. 12, caps. 53 e 54).

fillas nuestros, en la confeccion de las presentes, eran en buena disposicion de sus personas.

Por que, muyt alto princep e muyt amado tio, affectuosament vos rogamos que assin de vuestro buen stamjento e de los jnfantes vuestros fillos como de otras noujdades, en special semblantes de la desuso dita, nos querades, a nuestra consolacion, por vuestras letras certificar. E, si cosas algunas, muy alto princep e muy amado tio, vos son plazientes de nuestros rregnos e tierras, embiatlas nos a dezir, car nos las compljremos de buena voluntat. E sea en vuestra guarda e proteccion la Sancta Tri-nijtat.

Dada en Perpenyan, dins nuestro seyello secreto, a xbliijº diez de octubre del anyo de la natiuidad de Nuestro Senyor mil cccc.xb. E, por jndisposicion de nuestra persona, signada de mano de nuestro primogenjto. Alfonsus, primogenitus.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

107

20 OUTUBRO [1415]

Carta credencial de el-rei D. João I a D. Fernando, rei de Aragão, de apresentação de Álvaro Gonçalves da Maia, vedor de sua casa, que envia para falar com ele sobre algumas coisas e a rogar-lhe o atenda e lhe dê crédito no que lhe disser da sua parte.

ACA., D. Fernando I, caja 13, n.º 2490, original em papel.

Muy noble e mui honrrado e poderoso príncipe, nosso muy amado e muy preçado sobrinho dom Fernando, polla graça de Deus rrey dAragom e de Cezilia.

Nos dom Joham, per essa medes graça rrey de Portugal e do Algarue, uos enuyamos muyto saudar, como sobrinho e amigo que muyto amamos e preçamos e pera que queriamos que Deus desse muyta saude e longa vida com acreçentamento dhonrra e boa uentura, assy como vos meemos deseiaades.

Muy noble e muyto honrrado sobrinho. Fazemosuos saber que enuyamos allo a vos Aluaro Gonçalluez da Maya, veedor da nossa casa, pera fallar comuosco algũas cousas da nossa parte. E porem, muj noble e

muj honrrado sobrinho, uos rrogamos que uos praza de o creerdes daquello que uos da nossa parte diser (1).

Muy honrrado e poderoso príncipe, nosso muyto amado e preçado sobrinho. Deus uos aia em sua sancta guarda e encomenda e acreçente uosso estado e honrra.

Escripta na çidade dEuora, xx dias de outubro.

(as.) ElRey.

No verso: Ao mui nobre e muy honrrado e poderoso príncipe nosso muy amado e muj preçado sobrinho dom Fernando, pela graça de Deus rrey dAragon e de Seçilia.

108

20 OUTUBRO [1415]

Carta de el-rei D. João I a D. Fernando I, rei de Aragão, a convidá-lo para, com a cooperação de Castela, empreenderem, por serviço de Deus e libertação da Espanha, a conquista do reino de Granada, por ser ocasião propícia, atenta a paz existente entre Aragão, Castela e Portugal e dado o isolamento dos granadinos a respeito dos mouros de Belamarim e de Marrocos pela recente conquista de Ceuta, como lhe notificara noutra carta, enfraquecidos ademais os marroquinos por fome e peste, e a dar-lhe instruções para, em sua ausência, não perigar a sua suzerania no Aragão.

ACA., D. Fernando I, caja 13, n.º 2491, original em papel, com picos de traça. Foi portador da presente missiva o vedor da fazenda régia Alvaro Gonçalves da Maia, como se infere da carta credencial que lhe foi passada na

(1) Regressado el-rei D. João I de Ceuta a 2 de Setembro de 1415, aportou ao Algarve, portos de Castro Marim e Tavira, donde seguiu para Évora (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 101, 102 e 103). Dali, com a presente credencial de 20 de Outubro, enviou ao rei de Aragão Alvaro Gonçalves da Maia, vedor de sua casa e pessoa já experimentada em negócios diplomáticos (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, caps. 190, 192 e 196). O objectivo desta embaixada é referido por ZURARA, *Obra cit.*, cap. 91, e consistia em convidar D. Fernando I a associar-se ao rei de Portugal no prosseguimento da luta contra a mourisma, agora facilitada pela brecha aberta em Ceuta. O encontro de Alvaro Gonçalves com o destinatário da carta ter-se-lia dado em Valência del Cid, segundo ZURARA, ou então em Perpilhão, aonde aquele, aliás doente, se deslocara nos derradeiros meses de 1415, para negociar com Sigismundo, rei dos Romanos, o fim do grande cisma (Cfr. H-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 7, p. 366-71, cit. por DE WITTE, *Les bulles*, p. 689).

mesma data (Cfr. o DOC. 107) e assevera ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 91, donde se infere que ambos os diplomas régios, sem indicação de ano, devem ser localizados no de 1415. Da carta dada ao Alvaro Gonçalves deduz-se que ele havia de tocar ao rei de Aragão noutros assuntos por ordem do de Portugal: «pera fallar comuusco algũas cousas da nossa parte», além das expostas na presente carta.

Muy honrrado rrei, nosso muy amado sobrinho. Pero esta nossa carta uos pareça longa, nom tomees empacho de a leer, pois uos he enuyada de quem uos ama e he fundada em deseio do seruico de Deus; ante uos praza de a verdes com femença. E, se uos pareçerem boas as cousas em ella scritas, trabalhaaeuos de as comprir.

Assi he, muyto prezado rrey, que a mayor parte dos sabedores concordam que a boa fim faz o louuor perfecto e nom presta bem começar nem mear se a fim he desuairada. Esto uos scpreuemos, muyto amado sobrinho, porque vimos vosso boom e honrrado começo na guerra de Graada, no quall Deus mostrou que se auya de vos por seruido, e porem que seria ajudador em todos uossos fectos. E, de como elle foy em uossa ajuda em aquella guerra e despois em guaanhardes o rregno dAragom e em prenderdes uosso contrairo, todo o mundo he dello testemunha.

E, por estas e outras mujtas merçees que delle rreçebestes e cada dia rreçebes, nom deues de leixar seu seruico por os mundanaaes empachos, ante uos compre de trabalhardes que, per melhor meo, venhaaes aa perfecta fim daquella guerra, na quall teendes tam boom começo. E, pois teendes tenpo, nom uos faz mester de tardar. E pois uos scpreuemos que teendes boom tenpo, rrazam he que uos scpreuamos quaaes som as cousas por que nos parece melhor que os outros passados.

Muyto honrrado rrey, nosso mujto amado sobrinho. Bem sabees vos que ha muytos anos que guerra e omezio nom partio dantre os rregnos de Portugal e de Castella nem antre Castella e Aragom nom eram grandes firmezas damor. E, quanto estas guerras e mingua de firme amor toruaram a conquista de Graada, nom auemos pera que o scpreuer, que a todos he bem claro. E agora prouue a Deus de dar em todos tres segura paz. Primeiramente, per grandes diuidos e rrazam, desi per fortes scrituras. E a esto nom sabemos que dizer senom que elle quis acabar nossas guerras pera auermos de começar a sua.

E, pois a elle assi praz, nom sera sesudo quem nom comprir sua uoontade. E demais, mujto amado sobrinho, que, per aazo das pazes ia nomeadas, podees juntar pera este fecto mujta e boa gente. Primeiramente, de uossos rregnos e ssenhorios, desi dos rregnos de Castella. E, quando a vos prouuer de buscardes modos rrazoauijs, nos e os de nossa

terra, por seruir a Deus em este fecto, de boamente uos faremos compa-
nhia. E tam grandes poderes como estes nom sabemos agora outro rrey
que os ajuntasse. Esta he hũa das cousas e a mais principal por que a
nos parece este tempo melhor que os passados.

A segunda he porque Graada, quando era aficada de guerra, faziao
saber aos rreis de Belamarim e de Marroquos e aos outros daquellas partes
d'Africa e enuyauanlhe ajuda de gentes, de caualos e d'jnheiros e de
todas outras cousas que lhe eram compridoiras; e agora, pollas fames
e pestelenças, som tam minguados de gentes e de todallas cousas sobre-
dictas, que nom podem acorrer a ssi nem a outrem.

A terceira porque a passagem das ajudas era per Çepta, a qual prouue
a Deus de nos dar, segundo uos ia scpreuemos. E que do neçessario lhe
algũa cousa quisessem enuyar, nom poderiam, porque aquelle porto, com
a merçee de Deus, lhes sera bem defeso.

Assaz aueriamos doutras rrazões mais ao uosso grande coração
e aa boa uontade que em este fecto auees. Nos speramos e creemos
que estas poucas abastarom. E, porque a mingua do assego de uosso
rregno uos pode seer torua em este fecto, uos queremos conselhar como
aquelle que uos muyto ama e ha gram desejo de fazermos ambos seruiço
a Deus.

Muito honrrado e amado sobrinho. Quando vos ouuerdes djr aa
guerra, leixarees no rregno vosso filho herdeiro e com elle dos ara-
goeses aquelles em que uos mais fiardes e algũas gentes darmas de
Castella e fique em algũa çidade das grandes que ouuerdes por mais
sospeita. E vos leuaae dos caualeiros e çidadãaos mayores e daquelles
que mais amados e creudos som nas çidades que a vos forem mais doui-
dosas; e, per esta guisa, com a ajuda de Deus, entendemos que vos podees
jr seguramente.

E demais, que nom esta em rrazam que os de uossa terra uos ousas-
sem de contradizer, pollo grande poder que em uossa ajuda seria con-
tra elles, quando tal cousa a tal tempo quisessem cometer. Primeiro,
rrazoadamente o de Deus, pois uos elles errauam, hindo vos em seu
seruiço; desy, os de Castella, que de nouo uollo ajudarom a guanhar.
E de nos seede çerto que com tam boom coração seriamos em vossa ajuda
contra elles, como se o erro a nos fosse fecto.

E pois assy he, muyto honrrado rrey, nosso muyto amado sobrinho,
que o tempo he tam aparelhado como uos scpreuemos e as toruas tam
arredadas, nom auees que lhe mais tardar, ante uos deuees atrigar a
rreçeber a honrra e galardom, a qual Deus, pollo seruiço que lhe alý
farees, uos tem aparelhado.

Oo como se deuyam dauar por bem auenturados os que esta guerra
acabassem, na qual nossos antecessores durarom e nunca lhe poderom
dar gima, e como deuyam de seer folgadas as nossas orelhas, ouuyndo os

lououres que a Deus por este fecto seriam dados em logar dos doestos que sempre foram e som por elle a toda a Espanha.

E porende, muyto honrrado rrey, nosso muyto amado sobrinho. Nos rogamos aa Sancta Trijndade que lhe praza de uos dar coraçom e poder que tal çima demos em este fecto, que seia a seu seruico e este doesto seia fora dEspanha.

Scprita na çidade dEuora, xx dias doutubro.

(as.) ElRey.

No verso: Ao muy nobre e muy honrrado e poderoso príncipe nosso muy amado e muy preçado sobrinho dom Fernando, pella graça de Deus rrey dAragom e de Seçilia.

109

23 OUTUBRO 1415

Resposta dos infantes D. Pedro e D. Henrique ao convite ou desafio que, em 16 de Setembro de 1414, lhes fizera D. João I, duque de Bourbon, para se baterem com ele e mais 16 cavaleiros e escudeiros, primeiro protelado para depois do regresso de Ceuta e agora ainda impedido por aguardarem o bom tempo para a conquista de mais algumas cidades e vilas dos sarracenos, mas não arrumado de vez, pois terão muita satisfação em o aceitar.

LONDRES, British Museum, *Additional*, ms. 18.840, fl. 2 v., transcrito em caderno de pergaminho do século XV, em pura caligrafia gótica, — donde se transcreve. Cfr. o supracitado convite, — o nosso DOC. 85.

Publicado por PEDRO DE TOVAR, *Um desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique (1414-1415)*, p. 280, com versão portuguesa em seguida.

Monsieur le duc de Bourbon, Messieur Cliuet de Brabant, admiral de France, messieur Iehan de Challon, messieur Tanguy Duchastel, le Seigneur de Gaucourt, le Seigneur de Barbacsan, le Seigneur de Batailler, messieur Drouet Dayeres, Monsieur Baudran de la Heuse, le Seigneur de la Feaycte, le Seigneur de Poulargues, le Seigneur de Saint-Remy, le Seigneur de Gamaches, Iehan du Pont, Luis Cochet, et Carmelech.

Moult prise et noble duc de Bourbon. Je, infante domp Pietre, duc de Cuymbres, et ie infante domp Henry, duc de Viseu (1) et seigneur de Caullan (2), vous faissions scauoir que, depuis que nous vous enuoiasmes nos lettres par Bourbon, vostre herault, par lesquelles vous rescripismes que, apres nostre retour, nous enuoirions responce a vostre honnoree requeste, laquelle nous fut presentee au parlement de nostre moult honnore et puissant prince le roy, nostre seigneur et pere.

Et sur ce sen passa en Auffricque, en lonneur du tout puissant Dieu, nous promismes de luy bailler la cite de Septe, laquelle il a garnie de gens darmes et de toutes aultres choses qui luy ont este possible a comprandre, ainsi que plus a plain vous dira Dumayne, vostre herault, porteur dicestes, qui estoit present.

Nous actendons, dycy en auant, le bon temps pour prandre aucunes autres cites et villes (3). Et, pour ces causes, nous sommes enchargiez de nous excuser a vostre dessus dicte requeste. Et, pour ce, moult honnore et prise duc, nous creons que a ceste requeste qui a nous pour vous fut faicte, estoit pour esprouuer vostre bonte en fait darmes et scauoir combien en nous en a.

Et, pour ce que nous desirons estre preses et cognoissons vostre bonne volonte, qui moult nous plaisoit se neussions estez occupez en aultres choses, veu que nous requerez dune sy tres honorable requeste comme ceste cy, laquelle, de tous nous cueurs, pançons accomplir. Moult honnore et prise duc de Bourbon, Dieu, qui tout tient en sa main, adresse ceste besoigne a vostre grant honneur et au nostre.

Escript a Septe (4), le xxiiij^e jour doctoubre mil lili^e.xv.

(1) No ms. *Viseu*.

(2) Por *Couñha*.

(3) Alusão evidente ao projecto de D. João I de prosseguir a campanha contra os sarracenos, à qual se reportam também os nossos DOCS. 107 e 108.

(4) Publicados o presente documento e o de 16 de Setembro de 1414 em 1916, logo surgiram dúvidas sobre a autenticidade deles, especialmente sobre a do primeiro; pois, em 23 de Outubro de 1415, os infantes D. Pedro e D. Henrique não se achavam em Ceuta, donde a sua carta é datada, mas em Portugal, desde o mês anterior (Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 101). As dificuldades foram, porém, desfeitas pelo mesmo PEDRO DE TOVAR ainda no citado ano, em *O desafio aos infantes D. Pedro e D. Henrique*, na referida *Revista de História*, vol. cit., pp. 249 e ss.. E dos mesmos problemas vieram ainda a ocupar-se: CARLOS ROMA DU BOCAGE, *O Cartel de desafio do Duque de Bourbon aos infantes D. Pedro e D. Henrique*, e LUIS T. DE SAMPAIO, *Os Desafios do Duque João de Bourbon*, na dita revista, vol. VI, Lisboa, 1917, pp. 47 e ss., e vol. VII, Lisboa, 1918, pp. 97 e ss., respectivamente, tendo ficado plenamente esclarecidos. *Septe* do manuscrito estará por *Serpa* ou qualquer outra povoação do país, por equívoco do copista. Pode ver-se também sobre o assunto o *Quadro elementar*, t. 3, p. 41. Conclusão de LUIS T. DE SAMPAIO, sobre o particular: — «Costumes da época, personagens, desafios do duque de Bourbon,

110

18 NOVEMBRO [1415]

Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, a Abū Saïd Utmān, rei de Benamarim e de Fez, a estranhar-lhe que ele maltrate súbditos aragoneses e outros cristãos residentes em seus reinos, dando como motivo a conquista de Ceuta pelos portugueses, o que equivale a condenar os inocentes pelos pecadores ou por quem lhe causou dano, e a rogar-lhe se abstenha de o fazer e dê facilidades aos que desejem regressar a Castela ou a Aragão, procedendo com eles com justiça e razão e como desejaria que ele, em semelhante caso, procedesse com os marroquinos.

ACA., Reg. 2.391, fl. 39 v. Publicada por MARIANO ARRIBAS PALAU, *Repercusión de la conquista de Ceuta*, p. 16, donde se transcribe.

Garcie Lopez de Setzedo et aliorum.

Don Ferrando, por la gracia de Dios rrey d'Aragon etc. Al muyt alto princep Buçayde, rrey de Benamarim e de Fez, nuestro muyt caro e muyt amado hermano amigo, ssalud como a rrey pora quien querriamos (1) honrra e muyta buena uentura.

Muyt alto princep etc. Segunt nueuament hauemos entendido vos, no considerando la buena amistad e paç que agora es entre vos e nos e elrrey de Castiella, nuestro muy caro nieto, e los nuestros, suyos e vuestros vassallos e diusmesos, hauedes maltractado e molestado o queredes maltractar e inquietar, contra toda razon e justicia, Garcia Lopez de Setzedo, Goncaluo Marino e Ysabel Ferrandez, muller de Goncaluo Martinez de Rueda, e otros muytos christianos, stantes en aque-xos vuestros rregnos e sus bienes, por razon de la presa ques dize nueuament hauer feyta elrrey de Portugal de la vuestra ciudat de Cepta, de la qual cosa, princep muy caro etc., nos merauellamos muyto.

Car, bien sabedes que, por muytos greuges e inquietaciones que

pormenores da expedição de Ceuta, tudo se harmoniza com o texto dos dois documentos publicados pelo sr. Tovar. Contra a data do primeiro, uma inegável estreteza de tempo depois da paz de Arras, mas nenhum impedimento dirimente. A data do segundo, inaceitável apenas faz menção de logar, que o próprio texto faz suppor errada» (*Os desafios*, *supracit.*, p. 108).

(1) No ms. *querriamos*.

sean stadas feytas por moros a vassallos ni diusmesos nuestros o del dito rrey de Castiella, nos ni el dito rrey de Castiella no hauemos agreuiado ni maltractado los moros qui stan o son presentes en los nuestros rregnos e tierras o del dito rrey de Castiella, antes siempre los hauemos preseruado de todo sinistro e feyto justicia egualmente a todos, por que como sea todo muyto contra toda justicia e buena razon inquietar e agreuiar los innocentes por los peccadores, o qui han feyto danyo a vos o en vuestro rregno.

Rogamosvos muyt affectuosament que, queriendo fazer plenamente justicia a los sobreditos e a todos otros christianos presentes en exos vuestros rregnos e tierras, no maltractedes, agraueles o molestedes, por la dicha razon ni en nenguna otra manera, ellos e sus bienes antes, guardandolos e preseruando de todo scandalo e sinistro, los hayades, por amor e contemplacion nuestra, en singular recomendacion e fauor. E no res menos vos rrogamos affectuosament que querades dar licencia alos sobreditos e especialment ala dita Isabell Ferrandez con sus crianças delas quales, por otras letras nuestras vos hauemos scripto que, franchament e quita e sin embargo, sen puedan passar e venir con todos sus bienes en estos nuestros rregnos e tierras o del dito rrey de Castiella, certificandovos que nos ne faredes muyt assenyalado plazer; e, en su caso e lugar, fariamos semblantes cosas por vos e cosas vuestras.

E assi mismo vos rrogamos que el portador dela present non sea detenido ni embargado por vos o vuestros oficiales o diusmesos, antes lo lexedes venir con todo lo suyo franchament e quitia. E, si de nuestros rregnos e tierras, muyt alto princep, nuestro muyt caro e muyt amado hermano amigo, algunas cosas vos son plazientes, embiatles nos a dezir, car nos las compliremos de buena voluntad.

Dada en Perpinyan, dius nuestro siello secreto. E, por indisposicion de nuestra persona, signada de mano de nuestro primogenito, a xbiij^a dias de nouiembre, enel anyo dela natiuidad de Nuestro Senyor M.cccc.xb. Alfonsus primogenitus.

111

26 NOVEMBRO 1415

Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, ao rei de Benamarim e de Fez, a estranhar-lhe que, por ordem sua, seus almozarifés, alcaldes e demais oficiais tenham tomado a mercadores catalães e castelhanos residentes em seus reinos, sem motivo, dinheiros,

bens e roupas, achando-se aliás em paz os ditos reinos, e a rogar-lhe que lhes sejam restituídos.

ACA., Reg. 2.391, fl. 45 v. Publicada por ARRIBAS PALAU, *Repercusión de la conquista de Ceuta*, p. 17, donde se transcribe.

Nonnullorum mercatorum regni Aragonis et Castelle.

Don Ferrando etc. Al muyt alto princep Bucayde, rrey de Benamarrim e de Fez, nuestro muyt caro e muyt amado amigo, ssalut como a rrey pora quien querriamos muyta de honor e de buenaventura.

Segunt por exposicion a nuestra real dignidat nueuament feyta por parte de los mercaderes christianos, vasallos e dinsmesos nuestros e delrrey de Castiella, nuestro muyt caro nieto, hauemos entendido que yasea los ditos mercaderes e lurs fazedores, confiantes e hauientes confiança a la buena paç e amistat qui es entre nos e el dito rrey de Castella e los nuestros e suyos vasallos e vos e los vuestros vassallos e dinsmesos, vayan e vengan e sten con sus mercaderias e bens negociando e faziendo sus aferes en exos vuestros rregnos e terras.

Empero, vuestros almuxefferes, alcaydes e officiales an tomados e presos grandes quantias de dineros, bens e ropas delos ditos mercaderes e sus fazedores, no precedent alguna justa razon o causa, sino que dizen los ditos vuestros alcaydes e officiales que lo an de expresso mandamiento e ordenacion vuestra e, lo que peyor es, ya sea los ditos mercaderes e fazedores sean a uos recorridos, supplicandovos que les faziessedes tornar lo suyo e les faziessedes complimiento de justicia, empero de vos no an podido hauer alguna justicia o dreyto, de que somos muyto, e no sins razon, marauellados, si assin es; car, bien sabedes que, en alguna manera, por nos ni el dito rrey de Castiella la dita buena paç e amistat no es stada infringida ni violada.

Porque, como seamos ciertos que, por las ditas ocupaciones e prendimiento de bens, dineros e ropas, los ditos mercaderes e sus fazedores vienen en grant e extrema penuria e pobreza e vendrian en mayor sino si prouidia prestament. E, por esta razon e por otras, nos embiemos aqui el fiel nuestro maestro Alfonso, portador delas presentes, el qual sobre esto faulara con vos mas largament de nuestra part; vos rrogamos assin affectuosament como podemos e por obseruancia dela dita paç e amistat e deudo de justicia que, vista la present, alos sobreditos mercaderes e sus fazedores tornedes e fagades las ditas quantias de dineros, ropas e bens e les fagades breu e spatxado complimiento de justicia. E no res menos vos rrogamos affectuosament que los ditos mercaderes e sus faze-

dores e todos otros christianos, vassallos e diusmesos nuestros e del dito rrey de Castiella, hayades en singular recomendacion e fauor, faziendoles breu e spatxado complimiento de justicia, e los agreugedes o maltractedes en alguna manera antes, seruandoles la forma e costumbre dela dita paç e amistat, los fauoreyedes delant todos otros, mediant justicia, certificandovos que, vltra que faredes lo aque sodes tenido, nos ne faredes muyt singular plazer; e, en su caso e lugar, fariamos por vos e vuestros vasallos semblantes e mayores cosas, mayormenr pues son consonantes a justicia e razon.

E, si de nuestros rregnos e tierras, princep muyt caro e muyt amado amigo, algunas cosas vos son plazientes, embiatlas nos a dezir, car nos las compliremos de buena voluntat.

Dada en Perpenyan, dins nuestro seyello secreto. E, por indisposicion de nuestra persona, signada de mano de nuestro primogenito, a xxbj dias de nouiembre del anyo dela natiuidad de Nuestro Senyor mil cccc.xb. Alfonsus primogenitus.

112

20 DEZEMBRO 1415

Carta de el-rei D. João I, a dar a escrivania da audiência dos homens do mar, pertencente ao Concelho de Lisboa, a Martin Anes, criado do infante.

AHCML., *Provimento de Officios*, liv. 1, fl. 15, em pública-forma de 16 de Julho de 1431, onde também se encontra alvará de 19 de Junho do dito ano, pelo qual a Câmara confere autoridade ao mesmo Martin Anes para fazer as escrituras públicas pertencentes a seu officio como se ele fora tabelião.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos...*, vol. I, p. 236.

A quantos esta carta virem, os vereadores, procuradores e homeens boons da muy nobre, leall çidade de Lixbõa, fazemos saber que nos, veendo como a escrepuaninha da audiencia dos homeens do mar, que perteeçe aa dicta çidade, he uaga, per morte de Gonçalo Uasquez, que foi scpriuam da dicta escrepueninha; e, veendo como Martin Anes, criado do jfante, he bõ mançoço, jdoneo, perteeçente pera o dicto ofiço;

Damoslhe a dicta scripuaninha e damollo por scpriuam aos dictos homeens do mar, per a guisa que o era o dicto Gonçalo Uasquez, per carta que tijinha da çidade.

Ao qual Martim Anes nos demos juramento que bem e diretamente use da dicta screpuaninha e faça em ella fe de uerdade. E elle jurou que assy o faria. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta carta, assignada per nos e asseellada per o sseello do dicto conçelho.

Dante em a dicta çidade, xx dias de dezenbro. Gomez Anes, scpriuam da camara do dicto conçelho, a fez. Era de mjl e liij^a L^a iij anos.

113

1415 - 1416

Expedições portuguesas às Ilhas Canárias e para além deste arquipélago, ordenadas pelo infante D. Henrique.

DIOGO GOMES, *De prima iuventione Guinee*, segundo o *Codex monacensis hispanicus* 27 da Bayerische Staats-Bibliothek, Handschriften-Abteilung de Munique, fl. 270, — donde se reproduz.

Editado: por SCHMELLER, *Ueber Valentí Fernandez Alemã*, pp. 18-41; em versão portuguesa por GABRIEL PEREIRA em DIOGO GOMES, *As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, pp. 6-7; e no texto latino, com erros de transcrição, em *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, pp. 187-88 (1). Sobre este documento veja-se os comentários de SERRA RAFOLS, *Portugal in las islas Canarias*, pp. 221-22.

Anno Domini millesimo quadringentesimo quindecimo vir quidam nobilis regni Portugalie, dominus Johannes de Crasto, qui capitaneus erat armate facta per dominum Enricum jnfantem, filium Johannis primi, regis Portugalie et frater ducisse Burgundie, mater Caroli; qui jnfans semper

(1) O presente texto, atribuído geralmente a Diogo Gomes, pertence-lhe apenas, quando muito, como informador; pois a redacção, como se declara nas linhas que precedem estas, é de Martinho de Boémia. E este, como estrangeiro que era, semeou de erros a narrativa. Tem-se julgado que a expedição de D. João de Castro às Canárias aqui referenciada é mera confusão com a expedição de D. Fernando de Castro de 1424 ou 1425 ao mesmo arquipélago e ainda que a de Gonçalo Velho teve em mira apenas o estudo das correntes marítimas, em 1416.

Há, porém, uma série extensa de documentos emanados do antipapa Bento XIII de Março a Julho do ano de 1416 demonstrativos de reacção castelhana contra pretensões de quem quer que fosse à ilha de Forteventura, Canárias, a qual se procura assegurar ao reino vizinho através de ocupação religiosa a efectuar pelos francisca-

curauit nutrire generosos et nobiles et mittere, expensis ipsius (2), ad inquirendum partes extraneas etc. Et supradictus Johannes de Castro, nauigando per mare Atlanticum, per vim accepit partem vnus insule dicte Gran Canarie, que pars terre uel insule dicebatur lingua sua Telli, fructuosa. Et, volens reuerti, reuersus in mari, inuenit maximas inuadiones maris, quas portugalenses currentes nuncupant, inter insulam vnam et aliam. Que insule sunt vltra caput de Non, vbi Hercules posuit columnas, in quibus scriptum erat: quis nauigat vltra caput de Non reuertetur aut non, quod sonat lingua portugalense: quem passa ho cabo de No[m] tornara si ou nom, eo quod Hercules ibi fecisset sue nauigationis finem, timens maximas currentes maris se non posse reuerti. Et sic supradictus capitaneus, reuersus cum maximo labore Portugalliam, nuncios (3) domino infanti ea que suprascripta sunt.

Anno vero sequenti, 1416, misit dominus infans Henricus quemdam militem generosum, nomine Gonzalo Velho, vltra insulas Canarias, per littora maris, desiderans scire causam tam magni maris currentes. Qui vltra nauigauit et inuenit mare tranquillum et quietum iuxta littus Affrice uel Libie et excessit ad locum qui nunc dicitur Terra Alta. In littore terre illius non erant nisi arene nec arbores neque herbe ibi inueniebantur. Que terra arenosa transit iuxta Montes Claros vsque ad montem Synay et vltra.

nos da Província da Andaluzia, por interesse dos mercadores sevilhanos como se infere do nosso DOC. 128. Processo idéntico havia de ser tentado mais tarde, como em seu lugar se sublinhará, a propósito das Ilhas Adjacentes.

Nestes termos e perante o texto quatrocentista que se segue, parece razoável supor-se que a citada reacção castelhana se dirigia à defesa da ilha de Forteventura contra pretensões do infante D. Henrique, demonstradas pelas expedições de D. João de Castro e de Gonçalo Velho, assim talvez historicamente estabelecidas. Não reparou no assunto PEREZ EMBID, apesar de já então ZUNZUNEGUI haver editado, total ou parcialmente, os documentos acima alegados de Bento XIII e que adiante se reproduzem (DOCS. 118, 121 e ss.): — «Durante este primer momento (1415-1435) la Corona de Castilla acepta pasivamente una titulación de soberanía sobre Canarias, que le había sido ofrecida por el vasallaje de Jean de Bethencourt, pero no interviene de manera directa en los acontecimientos de las Islas», sublinha o primeiro autor citado (*Los descubrimientos en el Atlántico*, p. 127).

É certo que PEREZ EMBID observa que «la Corona de Castilla se ocupa únicamente de extender algunos documentos que sirvan de legitimación a los esfuerzos prácticos de algunos andaluces, que tienen suficiente poder para organizar expediciones particulares. Este caso es el de la concesión hecha al sevillano Alfonso de las Casas, en 1420, encomendándole la conquista de las islas libres en determinadas condiciones» (*Ibidem*). Assim salta o autor por cima dos textos revelados por ZUNZUNEGUI, em estudo alías por ele aproveitado, naturalmente porque julgou tratar-se apenas de história religiosa ou missionária.

(2) De sublinhar este passo em que se afirma ter sempre o infante D. Henrique custeado os descobrimentos a expensas suas.

(3) Por *nuncios*, construção ou modo abaixo repetido.

Et vocatur mare arenosum et est in latitudine 37 dietarum, diuidens homines albos et nigros ab inuicem. Quod mare arenosum carthaginenses, que nunc vocantur tunisj, cum carabanis (4) et camelis, aliquando 700, pertransiuerunt vsque ad locum qui dicitur Tambucatu (5) et aliam terram Cantor (6), pro auro arabico quod ibi inuenitur in copia maxima, de quibus hominibus ac animalibus multociens vix decima pars reuersa est; quod audiens infans dominus Henricus, mouit eum inquirere terras illas per aquam maris, ad habendum comertia cum ipsis et ad nutriendum suos nobiles (7). Qui miles, reuersus ad dominum infantem, nuntians (8) ei inuenisse mare quietum et semper ventum rigidum aquilonis et maximam copiam piscium in littoribus maris illius.

114

21 JANEIRO [1416]

Carta de el-rei D. João I a el-rei de Aragão a comunicar-lhe que manda ao Concílio de Constança e ao Imperador a D. Fernando de Castro, Alvaro Fernandes de Ataíde, o Dr. Gil Martins e o Dr. Vasco Peres ou Pires, como seus embaixadores, a rogar-lhe os tenha em sua guarda e encomenda, enquanto forem em seu território, e lhes passe carta para poderem transitar livremente pessoas e coisas, a qual carta entregará a Constantinopla, seu arauto.

ACA., D. Fernando I, caja 12, n.º 2120, original em papel, com plicos de traça.

(4) No ms. carabanis.

(5) Tombuctu, célebre mercado e povoado sudanês, referenciado pelos autores dos fins do século XV, data da presente narrativa, e do século XVI. A este propósito, pode ver-se a bibliografia aduzida por VEIGA SIMÕES, *O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção*, pp. 335 e 349-352.

(6) Na Gâmbia.

(7) Portanto, o autor data de 1416 a Idela dos descobrimentos henriquinos, a que atribui finalidade económica, a que predominava em fins do século XV, quando o autor escreveu.

(8) Por nuntiauit.

Muytalto e muy noble e muy poderoso príncepe, noso muy amado preçado sobrinho dom Fernando, pella graça de Deus rrey dAragom e de Çezilia.

Nos dom Joham, per esa meesma graça rrey de Portugal e do Algarue, uos enuyamos muyto ssaudar, como sobrinho e amigo que muyto preçamos e amamos e pera quem queriamos que Deus dese saude e vida longa com muyta honrra e booa ventura.

Muy poderoso rrey, sobrinho amigo. Fazemosuos saber que nos enuyamos ao conçelho e ao enperador dom Fernando de Crastro e Aluaro Gonçaluez dAtayde e o doutor Gill Martijnz e o doutor Vasco Peres com nosa enbaxada (1). E, porque ham de pasar per uosa terra, muy poderoso e noble rrey, sobrinho amigo, uos rrogamos que, por honrra nosa, os ajades, enquanto forem per uosos rregnos e assenhórios, elles e suas cousas em uosa guarda e encomenda e lhes dedes vosa carta per que posam pasar pera outras partes com suas encaualgaduras e cousas e liure e seguramente, a qual letera uos plaza de mandardes dar a Costantimnopolis, noso herauto, que uola rrequerra.

E fazernosedes em ello plazer e honrra e cousa que uos muyto gra-

(1) Sobre esta embaixada portuguesa ao Concílio de Constança pode ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja*, t. 2, p. 461 e a bibliografia aí aduzida, onde o autor, não se fiando em PEREIRA DE FIGUEIREDO, trocou os nomes de Gil Martins e Vasco Peres, apolado em LEITÃO FERREIRA e em D. RODRIGO DA CUNHA.

O Concílio de Constança abriu em 5 de Novembro de 1414. A representação portuguesa chegou lá em 1 de Junho de 1416 e foi solenemente recebida a 5 (Cfr. H. FINKE, *Acta Concilii Constantiensis*, t. 2, pp. 298 e 301). Como observou DE WITTE, *Les bulles*, p. 689, D. João I havia mandado uma outra embaixada ao dito Concílio, por carta de 7 de Dezembro de 1414, constituída pelo arcebispo de Lisboa e pelo bispo do Porto (Cfr. I. VON DOELLINGER, *Materialien zur Geschichte des fünfzehnten und sechzehnten Jahrhunderts*, pp. 299-300, cit. pelo referido autor). Conquanto ela não haja atingido seu destino, não se pode subscrever a conclusão de H. LECLERCQ, *Hist. des Conciles*, t. 7, p. 372, também rejeitada por DE WITTE, de que el-rei de Portugal, fiel ao partido de João XXIII, apenas se fizera representar no Concílio após o tratado de Narbona, ou seja depois de 18 de Dezembro de 1415.

O Dr. Gil Martins aproveitou o ensejo para no Concílio sublinhar o recente feito português de Ceuta; afirmando em seu patriótico discurso: *quoniam per eandem civitatem mari terraque potentem, que portus et clavis est totius Africe, Omnipotens sula christicola aperuit viam, ut per eam ad animarum suarum salutem gradientes contra eosdem sarracenos bene valeant operari* (Apud DE WITTE, *loc. cit.*, p. 690).

D. Fernando de Castro e D. Alvaro Gonçalves de Ataíde, fidalgos cortesãos, haviam tomado parte na conquista de Ceuta (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, caps. 50 e 86). Vasco Peres, cônego da Sé de Coimbra, representava também os bispos de Coimbra e de Viseu. O Doutor em Leis Gil Martins era desembargador e protector da Universidade de Lisboa, vezes várias referenciado no *Livro verde*, pp. 158, 174, 180 e 229.

deçeremos. E o que nos por vos faremos [de] muy boom talante em seme-
lhantes quasos, quando uoso rrecado virmos. Muy poderoso rrey, sobrinho
amigo. Deus uos de a sua graça e aja em sua sancta guarda e encomenda
e acreçente uoso stado.

Scprita em Estremoz, xxj dias de janeiro.

(as.) ElRey.

No verso: Ao muytalto muy nobre e muy poderoso príncipe nosso
muyto amado e muy preçado sobrinho dom Fernando pela graça de Deus
rrey dAragom e de Sezilia.

E na dobra: Goncalo Caldeira.

115

16 FEVEREIRO 1416

*Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Henrique
a alcaidaria-mor da cidade de Viseu, enquanto for sua mercê, e
todos os rendimentos, foros, censos, emprazamentos, tributos, pen-
sões, frutos, novos da cidade e termo, reservadas apenas ao monarca
as sisas gerais, as imposições ou sisas dos vinhos e o serviço novo
dos judeus.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 19, fl. 36 v., inserta na de
confirmação de 8 de Abril de 1439. — Publicada por DIAS DINIS, *Estudos
Henriquinos*, vol. 1, doc. 12. Sobre ela, pode ver-se o retrocitado estudo,
pp. 25 e ss.

Dom Joham etc., emsenbra com [o] jfante Duarte, meu filho primo-
genyto, herdeyro dos dictos rregnos.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, veendo e consi-
rando a nobreza do jfante dom Anrryque, duque de Visseu e ssenhôr de
Couylhã, meu filho, e do estado que ha de manter e, querendolhe fazer
graça e merçee; lhe damos e outorgamos que tenha de nos, emquanto nosa
merçee for, [a] alcaydaria da dicta çydade de Visseu, com todallas ren-
das, djreitos, fforos, çenssos, emprazamentos e trabutos, peenssões,
ffruytos nouos e quaaesquer outras rrendas que na dicta çydade e sseu

termo avemos e de djreito deuemos dauar, ressaluando pera nos as ssyssas geeraaes e empossyções dos vinhos e seruyço nouo dos judeus.

E porem mandamos ao noso almoxarife e escpriuam da dicta cydade, que ora ssom e ao deante forem, e a outros quaaesquer ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer, que lhe leixem assy auer e tirar e arrecadar per quem lhe prouguer, emquanto nossa merçee for, como dicto he, ssem outro embargo nem hñu que lhe sobrello ponham em nemhũa guissa que seja. E elle nos fara preyto e menagem por o castello da dicta cydade, quando o hj ouuer fecto. Vnde lhjs hñus e outros al nom façades.

Dante em Estremoz, xbj dias de feureiro. Elrrey o mandou. Martim Uaasquez a ffez. Era de mill iij^{os} Liiij anos.

116

18 FEVEREIRO 1416

Carta de el-rei D. João I, a comunicar ao país haver confiado ao infante D. Henrique o provimento e defensão da cidade de Ceuta e a ordenar aos oficiais régios façam e dispendam quanto lhes ele mandar por suas cartas e alvarás, como se estes dimanassem do próprio monarca.

ANIT., Chancelaria de D. João I, liv. 5, fl. 91 v. — Publicada por AZEVEDO, Documentos..., vol. I, p. 450 e por SILVA MARQUES, Descobrimentos..., vol. I, p. 238.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor da cidade de Çeuta.

A quantos esta carta ou o trelado della, fecta em publica forma virem, fazemos saber que nos demos encargo ao jfante dom Henrrique, duc de Viseu e ssenhor de Courlhãa, meu filho, de todallas cousas que comprem pera a dicta nossa cidade de Çeuta e pera sua defenssom.

E porem mandamos a Johane Meendez, nosso corregedor da corte, que tem encargo de fazer rrecadar os direytos e rrendas do meestrado de Santiago e do arcebispado de Lixboa e dos outros bispados e da camara apostolica e doutras cousas que sam hordenadas pera despesa da dicta cidade de Çeuta e outrosy a todollos nossos contadores e almoxarifes e rreçebedores e escpriuãaes e outras quaaesquer pessoas a que o rreçebi-

mento e conhecimento destas cousas e doutras quaesquer que som ou forem pera despesa da dicta çidade de Çeuta pertencer, que façam e despendam todo aquello que lhes o dicto jffante dom Henrrique mandar fazer e despendar, per suas cartas e aluaraes, asy como se nos meesmo lho mandassemos fazer e despendar (1). E mandamos que pellas dictas cartas e aluaraes lhes seia rreçebudo, em conta e em despesa, o que asy per seu mandado despendarem, sem outra contenda nêhũa. Vnde os hũus e os outros al nom façades. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta carta, asynaada per nosa mão.

Dante em Estremoz, xbilijº dias de feureiro. Elrrej o mandou. Joham Affonso a fez. Era de mil iiijº Liiijº anos.

117

18 FEVEREIRO 1416

Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Pedro seu filho, enquanto sua merce for, o castelo da cidade de Coimbra com todos os rendimentos, direitos, foros, censos, emprazamentos, tributos, pensões, frutos, novos e demais rendimentos régios da cidade e termo, reservados porém ao monarca as sisas gerais, as imposições dos vinhos e o serviço novo dos judeus, devendo o infante fazer-lhe preito e homenagem pelo castelo.

ANTT., Chancelaria de D. João I, liv. 3, fl. 179, — texto que se reproduz: *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 85 v., e *Místicos*, liv. 3, fl. 218 v. Publicada por DIAS DINIS, *Estudos henriquinos*, vol. 1, doc. 13.

(1) Em Súplicas de el-rei D. Duarte, endereçadas ao papa Eugénio IV e por este atendidas em 1 de Abril e 4 de Outubro de 1434, as quais publicamos na respectiva ordem cronológica, se afirma que el-rei D. João I, por se acharem vagas, durante o cisma e durante o concílio de Constança, várias igrejas catedrais do país e, por necessitar o monarca de recursos financeiros para ocorrer às despesas da defesa e manutenção de Ceuta, apropriaria a esta finalidade, sem autorização pontifícia, os rendimentos das ditas igrejas e de alguns benefícios eclesiásticos. Assim se compreendem os dizeres do presente período. Veja-se também o nosso DOC. 157.

Havia precedente a este respeito. ZURITA, relatando acontecimentos do ano anterior, 1415, conta haver-se concedido no concílio ao rei de Aragão «las rentas de la camara apostolica, y de las Iglesias cathedrales vacantes para los gastos, que se le ofrecian en la cossa de la vnion de la Jglesia» (*Anales de... Aragón*, parte 2, liv. 12, cap. 56).

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e sseñhor de Cepta, emsembra com o jffante Eduarte, meu filho primogenjto e herdeiro dos dictos regnos.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, veendo e consirando a nobreza do jffante dom Pedro, duque de Cojmbra e meu filho, e o estado que ha de manter; e, querendolhe fazer graça e mercee;

Lhe damos e outorgamos que tenha de nos, enquanto nossa mercee for, o castello da dicta cidade de Cojmbra com todallas rendas e djreitos e foros e censos (1) e emprazamentos e trabutos e pensões, fructos, nouos e quaaesquer outras rendas que, na dicta cidade e seu termo, auemos e de djreito deuemos dauar, rreseruando pera nos as sisas geeraaes e enposições dos vinhos e seruço nouo dos judeus.

E porem, mandamos ao nosso almoxarife e scpriuam da dicta cidade, que ora som e ao diante forem, e a outros quaaesquer officiaaes e pessoas que esto ouuerem de ueer, que lho leixem auer e arrecadar e tirar per quem-quer que lhe aprouuer, emquanto nossa mercee for, como dicto he, sem outro embargo nehũ que lhe sobre ello ponhades, em nehũa guisa que seia. E elle nos fara preito e menagem pollo dicto castello. Vnde hũus e outros al nom façades.

Dante em Stremoz, xbiij dias de feureiro. Elrrey o mandou. Martim Uasquez a fez. Era de mjl iiij^o Liij annos (2).

(1) No ms. *couzas*.

(2) Neste documento dá-se ao D. Pedro apenas o título de «duque de Coimbras», nos termos do que observa ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 101. De facto, só em 10 de Novembro seguinte ele teve de el-rei Montemor o Velho, de que foi Senhor, «que nos ora ouemos por renunciaçom da iffante dona Jsabel, mjnha filha», a quem D. Pedro cedeu Alvalázere, na mesma data (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fols. 188 e 188v.). Carta régia de 23 de Setembro de 1461 passou ao filho do falecido Regente do Reino os bens que ele havia possuído, a saber: «a villa de Penella com seu castello e termo, rendas, beens e foros, dos quaaes algũus ouue o dicto meu auoo dalgũas pessoas; e o rregueemguo de Canpores e o rreguemgo do Rabaçal, Villa Noua d'Anços, Buarcos e a villa e castello de Montemor o Velho com seu termo e a villa de Temtugal» (ANTT., *Gaveta 3*, maço 7, n.º 12). O ducado de Coimbra deve ter revertido para a Coroa, à morte do donatário.

118

25 MARÇO 1416

Por ordem do antipapa Bento, XIII, a Câmara Apostólica dá, a título de esmola, aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, que devem passar à ilha de Canária por mandado do mesmo pontífice, 45 soldos barceloneses.

AV., Reg. Aven., vol. 348, fl. 646, donde se reproduz.

Publicado por ZUNZUNEGUI, *Los origenes*, p. 401, n.º 22.

Die xxv. dicti mensis (1), de mandato domini nostrj pape, ad relacionem domini Petrj Comollis, fuerunt soluti dominis fratribus Petro de Pernia et Johanni de Baeça, ordinis minorum, qui debent ad insulam Canarie transire, de mandato domini nostrj pape, pro eorum prouisionibus xvj dierum proxime preteritorum et duorum dierum proxime futurorum, pro ipsis recipiente fratre Johanne Benedictj, quadraginta quinque solidi barchinonenses.

Na margem esquerda: Elemosina.

119

29 MARÇO 1416

Carta de D. Fernando, rei de Aragão e de Sicília, a el-rei D. João I de Portugal, a acusar a carta que este lhe enviara por Álvaro Gonçalves da Maia, a propor-lhe a prossecução da conquista do reino de Granada, e a responder-lhe que, por ser coisa que toca principalmente ao rei de Castela, seu neto, vai comunicar o assunto à rainha, mãe daquele, a quem escreve juntamente com Álvaro Gonçalves.

ACA., Registro 2.410, fl. 11 v.

(1) Março de 1416.

Rey muyt alto, muyt caro e muyt amado tio. Nos, elrrey dAragon e de Sicilia, vos envjamos muyto a saludar, como aquell que muyto amamos e apreciamos e por a qujen querrjamos diesse Dios tanta salut, honor e buena ventura, quanta por a nos mismo e por a qujen de muy buena voluntad fariamos todas las cosas que a vos veniessen en plazer.

Rey muyt alto, muyt caro e muyt amado tio. Reçebimos vuestra letra e, hoydo plenament Aluaro Goncalvez, vuestro secretario, exhibidor de aquella, hauemos haujdo grant plazer de la gran, santa e notable jntencion que demonstrades, asin como a catholico rrey, al serujcio de Dios e extirpacion de los enemigos de la fe.

Et, jassea por actos notables e notorjos, hayades mostrado, e no ha tanto, que o sea en grant memoria de la rreligion christiana, la dita vuestra sancta jntencion, agora no poco diulgadas aquella en la offerta por el dito vuestro secretario, de vuestra part a nos feyta, de querer venjr en la conquista de Granada e, amigable e fraternalment, con nos prosegujr aquella, a exaltacion de la sancta fe e no poco renombre e fama vuestros, de que vos sabemos special e singular grado; car sodes conforme a nuestra affection como, apres la salud de la nuestra anjma, no ha cosa al mundo que mas hayamos a coraçon, que la dita conquesta, e veyemos aguora bien priesta la disposicion por las razones e causas en vuestra letra contenjdas.

Por que, rrey muyt alto, nuestro muyt caro tio, como las ditas cosas toquen principalment elrrey de Castiella, nuestro muyt caro njeto, entendemos prestament comunjcar con la rreyna su madre nuestra muyt cara hermana, senyora, a la qual con el dito vuestro ssecretarjo, scriujmos. E sobre aquesto e encora sobre vuestras vistas e nuestras, si a Dios sera plazent dar tal orden, que Dios ne sea serujdo e sen cumpla vuestros deseos e los nuestros.

Et, si cosas algunas, rrey muyt alto, nuestro muyt caro e muyt amado tio, de nuestros rregnos e tierras vos son plazientes, embiatles nos a dezir, car nos las compliremos de buen coraçon. E sea en vuestra guarda el Sperit Sant.

Dada en la vila de Agualada (1), dins nuestro siello ssecreto. E, por jndisposicion de nuestra persona, signada de mano de nuestro primogenito, a xxix dies de março del anyo mil cccc ssetze. Alfonsus, primogenitus.

Dirigitur regi Portugalie.

Dominus rex mandavit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

(1) Por *Igualada*, perto de Barcelona, onde o monarca veio a falecer, em 2 de Abril seguinte (Cfr. BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, 2.ª ed., p. 492). Ia o monarca a caminho de Castela: «y la causa mas cierta, que se affirmo entonces de su yda a Castilla era por dar orden con la Reyna doña Catalina, que se quitasse la

Et fuit expeditus saluus conductus pro dicto secretarjio in quinque et cum uicannjs et vna adzemjla duraturus per vnum mensem, sub kalendario, data et signo predictis.

Idem. Prouisa.

120

29 MARÇO 1416

Carta da rainha de Aragão a el-rei D. João I sobre a proposta por este feita a seu marido para a conquista do reino de Granada, a louvar-lhe a boa e grande intenção que mostra em desejar o exaltamento da religião cristã e o extermínio dos infiéis, conformemente aos anelos do rei aragonês, pelo que receberá de Deus merecimento e remuneração eterna e, neste mundo, como aliás já aufero, fama, renome e singular glória; e a assegurar-lhe que, dando Deus saíde a seu marido, ele irá a Castela, conferenciar com a rainha, logo que possa, sobre o assunto que lhe propôs e sobre outros, após o que se encontrará com o rei de Portugal.

ACA., Registro 2410, fl. 12 v.

Rey muyt alto, nuestro muyt caro e muyt amado tio. Nos, la reyna dAragon e de Sicilia vos embiamos muyto a saludar, como aquell que muyto amamos e preciamos e por a qujn querrjamos diesse Dios tanta salut, honor e buena ventura quanta por a nos mismo e por aqujn, de muy buena volundat, fariamos todas las cosas que a vos venjessen en plazer.

Rey muyt alto, muyt caro e muyt amado tjo. Por las cartas por vos emvjadas al senyor rrey, marjdo e senyor nuestro muyt caro, e assi mismo por relacion de Aluaro Gonçalvez, vuestro secretarjio, somos ciertamente jnformada de la vuestra buena sanjdad e estamjento e assi mismo de la buena e gran jntencion que monstrades hauer en el exaltamiento de la rreligion christiana e extermjnacion de los jnfieles e de la fraternal dileccion e affeccion que con el dito senyor rrey, conformando con su affeccion, queredes hauer, en e cerca la conquista de Granada, de que seet

obediencia a Benedito: aulfo entendido, q le auia priuado del reyno: y cada dia le descomulgaua como aismatico, o antipapa Bento XIII (ZURITA, *Anales de la corona de Aragón* t. 3, parte 2, liv. 12, cap. 60).

cierto que de Dios ne hauredes merjto e remuneracion eternal e en este mundo, ssegund ja hauedes, fama e renombre e singular glorja.

Por que, rrey muyt alto princep, jassea el dito senyor rrey, marido e senyor nuestro muyt caro, vos respuenda a las ditas cosas, segund por su letra veredes mas largament, vos certificamos que, Dios dandole salut, entiende seyr prestament en el rregno de Castiella e aquj comunjar sobre los ditos aferes e otros, asi con la senyora rreyna de Castiella, su hermana e nuestra, e apres veeirse con vos sobre las ditas cosas. Supplicamos a Dios e a la gloriosa madre suya que cunpla su deseo e vuestro.

Asi mismo, rrey muy alto, muyt caro e muyt amado tio, nos haue-mos faulado con el dito vuestro secretarjo sobre ciertas cosas de nuestra part, por el a vos explicadas. Rogamosvos afectuosament que le dedes fe e credencia asin como si nos personalment vos lo diziamos. E, si cosas algunas, rrey muyt alto, nuestro muyt caro e muyt amado tio, de nuestros rregnos e tierras vos son plazientes, embiatles nos a dezir, car nos las com-pljremos de bon coraçon. E sia en vuestra guarda el Sperit Sant.

Dada en la vila dAqualada, dins nuestro siello secreto, a xxbiij dias de março del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor mil cccc. setze. La Reyna.

Dirigitur regi Portugalie.

121

29 MARÇO 1416

Por mandado do antipapa Bento XIII, a Câmara Apostólica dá, a título de esmola, aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, para sua provisão, a começar em 29 do citado mês, 3 florins aragoneses.

AV., *Reg. Aven.*, vol. 348, fl. 647 v., — texto que se reproduz

Publicado com erros por ZUNZUNEGUI, *Los origenes*, p. 402, n.º 23, que cita, decerto por equívoco, *Reg. Vat.*, vol. 348, fl. 647.

Die xxix dicti mensis (1) fuerunt soluti fratribus Petro de Pernia et Johannj de Baeça, ordinis minorum, de mandato domini nostrj pape, ad relacionem domini Petri Comollis, pro eorum prouisione

(1) Março de 1416.

assignata et incipienda die xxix presentis mensis, ipsis recipientibus, tres florines aragonenses.

Na margem esquerda: Elemosina.

122

1 ABRIL 1416

Letras Pia fidelium uota, do antipapa Bento XIII, dirigidas aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, a conceder-lhes, a seu pedido, licença para fundarem casa na ilha de Forteventura, do arquipélago das Canárias e da diocese Rubicense.

AV., Reg. Vat., vol. 328, fl. 373, — donde se reproduz.
Publicada no Bullarium Franciscanum, t. 7, p. 395, n.º 1144.

[Benedictus, etc.].

Dilectis filiis Petro de Pernia et Johanni de Baeça, ordinis fratrum minorum professoribus, salutem, etc.

Pia fidelium uota, presertim que salutis operibus obsequuntur, libenter apostolico fauore prosequimur eisque assensum beniuolum impartimur.

Sane peticio, pro parte uestra, nobis nuper exhibita continebat quod vos, feruore deuotionis accensi, in quadam insula, insula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex insulis Canarie, Rubicensis diocesis, existit, vnam domum, ad Dei et totius curie celestis gloriam et honorem, ad usum fratrum minorum construere et edificare proponitis. Quare, pro parte uestra, fuit nobis humiliter supplicatum ut uobis premissa faciendi licenciam concedere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur, diuinum cultum augmentari ac fidem catholicam dilatari totis viribus cupientes ac uestrum huiusmodi laudabile propositum plurimum in Domino commendantes, uestris in hac parte supplicationibus inclinati, uobis et cuilibet uestrum, in prefata insula, in loco tamen ad hoc congruo et honesto, vnam domum ad usum fratrum predictorum cum ecclesia, campanili, campana, cimiterio et aliis necessariis officinis, absque iuris alieni preiudicio, construendi ac eciam edificandi, diocesani loci et

alterius cuiuscunque licencia minime requisita, necnon quibuscunque constitutionibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus ordinis prelibati, etiam iuramento, confirmatione apostolica vel quacunque firmitate alia roboratis contrarijs nequaquam obstantibus, plenam et liberam auctoritatem apostolicam, tenore presencium, licenciam elargimur, eidem domui, postquam constructa seu edificata fuerit vobisque et fratribus ac personis ipsius domus pro tempore existentibus eadem auctoritate, de speciali gratia, concedentes ut omnibus et singulis priuilegijs, libertatibus et indulgentijs, alijs domibus ac fratribus et personis ordinis memorati seu ipsi ordini ab apostolica sede generaliter concessis et quibus domus, fratres et persone huiusmodi, ex generali concessione gaudent et utuntur, uti ualeatis et ualeant pariter et gaudere, jure parrochialis ecclesie et cuiuslibet alterius in omnibus semper saluo.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis infringere, etc..

Datum [Paniscole, Dertusensis diocesis, kalendis aprilis, anno vicesimo secundo].

123

1 ABRIL 1416

Bula Prouenit ex uestre deuocionis, do antipapa Bento XIII, dirigida aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, residentes na casa que lhes permitiu construir na ilha de Forteventura, Canárias, a conceder indulgência plenária em artigo de morte aos próprios, a confrades seus e a seis familiares que habitem a referida casa durante dez anos, a pedido dos mesmos.

AV., *Reg Vat.*, vol. 328, fl. 348 v.

Publicada parcialmente por ZUNZUNEGUI, *Los origenes*, p. 403, n.º 25.

[Benedictus, etc.].

Dilectis filiis Petro de Pernia et Johanni de Baeça, ordinis fratrum minorum professoribus, salutem, etc.

Prouenit ex uestre deuocionis affectu, quo nos et romanam ecclesiam reueremini, ut petitiones uestras, illas presertim que animarum salutem respiciunt, ad exaudicionis gratiam admittamus.

Hodie siquidem uobis construendi ac edificandi seu construi et edificari faciendi vnam domum ad usum fratrum minorum, in quadam insula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex insulis Canarie, Rubicensis diocesis, existit, concessimus per nostras litteras facultatem (1).

Nos itaque, uestris in hac parte supplicacionibus inclinati, ut confessor quem quilibet uestrum et aliorum domus huiusmodi fratrum hinc ad decennium existencium ac sex familiarium ipsorum duntaxat duxerit eligendum, omnium peccatorum suorum, de quibus corde contritus et ore confessus fuerit, semel tantum in mortis articulo, plenam remissionem sibi, in sinceritate fidei, unitate sancte romane ecclesie ac obediencia et deuotione nostra et successorum nostrorum romanorum pontificum canonicè intrancium persistenti, auctoritate apostolica concedere ualeat, deuotioni uestre, tenore presencium, indulgemus; sic tamen quod idem confessor de hiis de quibus fuerit alteri satisfaccio impendenda, eam sibi ut premittitur confitenti, si superuixerit, uel aliis ad quos pertinebit, si tunc forte transierit, faciendam iniungat, quam ipsi uel illi facere teneantur, ut prefertur. Et ne, quod absit, propter huiusmodi gratiam reddamini et alii predicti reddantur procliuiiores ad illicita imposterum committenda, uolumus quod, si ex confidencia remissionis huiusmodi aliqua forte committeretis et alii supradicti committerent, quoad illa predicta remissio sic committenti nullatenus suffragetur.

Volumus etiam quod per annum, a tempore quo presens nostra concessio ad uestram et aliorum predictorum noticiam peruenerit computandum, uos et ipsi, singulis sextis feriis, legitimo impedimento cessante, ieiunetis et ieiunent; quod si predictis feriis, ex precepto ecclesie, regulari obseruancia, iniuncta penitencia, uoto uel alias ieiunare teneamini et teneantur, vna alia die singularum septimanarum eiusdem anni, qua ad ieiunandum, ut premittitur, non sitis et sint astricti, ieiunetis et ieiunent et si in dicto anno uel aliqua eius parte essetis et essent legitime impediti, anno sequenti uel alias quam primum commode poteritis et poterint, modo simili supplere huiusmodi ieiunium teneamini ac etiam teneantur; alioquin huiusmodi nostra concessio quoad premissa non obseruantem duntaxat nullius roboris uel momenti.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis et uoluntatis infringere, etc..

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, kalendis aprilis, anno vicesimo secundo.

Na margem direita: Gratis pro Deo; na esquerda: F. Rovira.

(1) E o nosso DOC. 122.

124

1 ABRIL 1416

Letras Ad ea libenter, do antipapa Bento XIII, dirigidas ao bispo de Rubião (Canárias), a ordenar-lhe ponha à disposição dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, a quem autorizou a fundar casa na ilha de Forteventura, os animais de que eles necessitem para construção da mesma.

AV., Reg. Vat., vol. 328, fl. 372 v., — donde se reproduzem.

Publicadas parcialmente por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 404, n.º 26.

[Benedictus, etc.].

Venerabili fratri episcopo Rubicensi, salutem, etc.

Ad ea libenter intendimus que diuini cultus augmentum et catholice fidei exaltacionem respicere dinoscuntur.

Hodie siquidem, pro parte dilectorum filiorum Petri de Pernia et Johannis de Baeça, ordinis fratrum minorum professorum, nobis exposito quod ipsi, in quadam insula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex insulis Canarie tue diocesis existit, vnam domum ad usum fratrum minorum construere ac edificare proponebant; nos eisdem Petro et Johanni ipsam domum construendi ac eciam edificandi licenciam per nostras litteras duximus concedendam, prout in eisdem litteris plenius continetur (1).

Cum autem, sicut exhibita nobis, pro parte ipsorum Petri et Johannis peticio continebat, eisdem nonnulla animalia, pro huiusmodi constructione ac edificacione, sint plurimum necessaria; pro parte ipsorum Petri et Johannis fuit nobis humiliter supplicatum ut providere ipsis super hoc de benignitate apostolica dignaremur.

Nos itaque, huiusmodi supplicationibus inclinati, tue fraternitati, per apostolica scripta mandamus quatenus animalia que pro constructione seu edificacione huiusmodi tibi uidebuntur necessaria ad usum domus eiusdem et ad seu per tempus de quo eciam tibi uidebitur, teneas seu teneri facias, taliter quod per tuum ministerium huiusmodi domus ipsa facilius edificari ualeat tuque perinde eterne retribucionis premium consequaris.

Datum [Paniscole, Dertusensis diocesis, kalendis aprilis, anno vicesimo secundo].

(1) Cfr. o DOC. 122.

125

1 ABRIL 1416

Bula Deuocionis sinceritas do antipapa Bento XIII, a conceder, a pedido dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, que possam os religiosos residentes na sua casa da ilha de Forteventura eleger anualmente de entre si guardião, a confirmar pelo Capitulo Provincial da Provincia franciscana de Castela ou pelo seu Ministro, que este nomeie Visitador e ainda a permissão de escolherem confessor idóneo para os absolver.

AV., Reg. Vat., vol. 328, fl. 376 — donde se reproduz.

Publicada no Bullarium Franciscanum, t. 7, p. 396, n.º 1145.

[Benedictus, etc].

Ad perpetuam rei memoriam.

Deuocionis sinceritas et religionis, sub qua dilecti filij Petrus de Pernia et Johannes de Baeça, ordinis fratrum minorum professores, uirtutum Domino famulatum impendunt, promeretur honestas, ut petitiones suas, illas presertim que animarum salutem respiciunt, ad exaudicionis graciā admittamus.

Hodie siquidem, pro parte eorundem Petri et Johannis, nobis exposito quod ipsi in quadam insula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex insulis Canarie, Rubicensis diocesis existit, vnam domum ad vsum fratrum minorum construere ac edificare proponebant; nos eisdem Petro et Johanni ipsam domum construendi ac eciam edificandi licenciam per nostras litteras duximus concedendam, prout in eisdem litteris plenius continetur (1).

Nos, uolentes eosdem Petrum et Iohannem et alios fratres in dicta domo pro tempore commorantes fauore prosequi gracie specialis, ipsorum Petri et Johannis in hac parte deuotis supplicationibus inclinati, auctoritate apostolica, tenore presencium, statuimus ac etiam ordinamus quod fratres in domo predicta pro tempore commorantes vnum ex ipsis in gardianum ipsius domus annuatim eligere libere et licite ualeant; qui quidem gardianus per capitulum provinciale provincie Castelle, secundum morem dicti ordinis, seu ministrum ipsius provincie confirmetur.

(1) Pelo nosso DOC. 122.

Quodque ipse minister eisdem fratribus uisitorem dare teneatur, prout ipsius ordinis instituta exigunt seu requirunt et nichilominus eisdem fratribus in prefata domo pro tempore, ut premittitur, commorantibus, ut ipsorum singuli confessorem ydoneum eligere possint, qui eos pro commissis eciam in casibus eidem ordini ac semel in anno, eciam in casibus ministris provincialibus generaliter concessis necnon, deficientibus fratribus ipsius ordinis, quem duxerit eligendum, eis in foro penitenciali dumtaxat debitam absolucionem impendat et iniungat penitentiam salutarem, de amplioris dono gracie, tenore presencium, indulgemus. Volumus autem quod idem gardianus omnia que alij gardiani eiusdem ordinis, ex officio suo, exercere consueuerunt, infra huiusmodi vnum annum teneatur realiter adimplere nec possit ipse gardianatus successiue et immediate officium ultra vnum annum aliquid retinere.

Nulli ergo, etc. nostrorum statuti, ordinacionis, concessionis et uoluntatis infringere, etc.

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, kalendis aprilis, anno vicesimo secundo.

126

1 ABRIL 1416

Bula Ad ea que, do antipapa Bento XIII, em que, a pedido dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, lhes concede e a seus sucessores na casa de Forteventura, Canárias, possam pedir e receber esmolas, por si ou por outrem, no reino de Castela, com autorização dos ordinários do lugar e segundo o parecer deles, para sustento do culto divino e dos religiosos.

AV., Reg. Vat., vol. 328, fl. 395, — donde se reproduz.

Publicada por ZUNZUNEGUI, *Los origenes*, p. 402, n.º 24.

[Benedictus, etc.].

Ad futuram rei memoriam.

Ad ea que personis ecclesiasticis, presertim sub regulari habitu uirtutum Domino famulantibus ac ipsarum domibus, maxime in earum noua edificacione oportuna fore conspiciamus, libenter partes nostre solitudinis adhibemus.

Hodie siquidem, pro parte dilectorum filiorum Petri de Pernia et Johannis de Baega, ordinis fratrum minorum professorum, nobis exposito quod ipsi in quadam insula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex insulis Canarie, Rubicensis diocesis, existit, vnam domum ad usum fratrum minorum construere ac edificare proponebant, nos eisdem Petro et Johannj ipsam domum construendi ac etiam edificandi licenciam, per nostras litteras, duximus concedendam, prout in eisdem litteris plenius continetur (1).

Cum autem, sicut exhibita nobis, pro parte Petri et Johannis predictorum, peticio continebat, in premissis et circa ea christifidelium elemosine sint plurimum oportune; nos, cupientes cultum diuinum augmentarij ipsorumque Petri et Johannis in hac parte supplicationibus inclinati, eisdem Petro et Johannj ac gardiano et aliis fratribus domus predictae pro tempore existentibus, ut ipsi, per se uel alium seu alios, pro sustentacione fratrum, in ipsa domo pro tempore commorantium, ac libris et aliis ornamentis ecclesie domus eiusdem in regno Castelle, de locorum ordinariorum consensu et ad tempus ac prout eisdem ordinariis uidebitur, elemosinas petere libere et licite ualeant, auctoritate apostolica, concedimus per presentes.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis infringere, etc.

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, kalendis aprilis, anno vicesimo secundo. Expedita xvj kalendas julij, anno xxij.

Na margem direita: Gratis pro Deo.

127

6 ABRIL 1416

A Câmara Apostólica do antipapa Bento XIII concede aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baega, para provisão deles, 4 florins, a somar aos 3 outorgados em 29 de Março anterior.

AV., Reg. Aven., vol. 348, fl. 653 v., texto que se reproduz.
Publicado por ZUNZUNEGUI, *Los origenes*, p. 404, n.º 27.

(1) Cfr. o DOC. 122.

Eadem die (1) fuerunt soluti fratribus Petro de Pernia et Johanni de Baeça, ordinis fratrum minorum, de mandato, etc., ut supra recipientibus, vna cum tribus florenis die xxix sibj datis, pro prouisione, quatuor floreni aragonenses.

Na margem esquerda: Elemosina.

128

13 ABRIL 1416

Bula Justis petentium desideriis do antipapa Bento XIII, dirigida ao arcebispo de Sevilha, ao bispo de Rubicão (Canárias) e ao dilecto filho oficial de Sevilha, a confirmar a licença que dera aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça para fundarem casa na ilha de Forteventura (Canárias), da diocese Rubicense.

SEVILHA, Arquivo da Província Franciscana de Andaluzia, n.º 88, original. Publicada pelo P. ANGEL ORTEGA, O. F. M., no *Archivo Ibero-Americano*, Ano 2, Madrid, 1915, pp. 14-15, —donde se reproduz.

Benedictus episcopus, servus servorum Dei.

Venerabilibus fratribus archiepiscopo Ispalensi et episcopo Rubicensi ac dilecto filio officiali Ispalensi, salutem et apostolicam benedictionem.

Justis petentium desideriis libenter annuimus illaque favore prosequimur opportuno.

Hodie siquidem, pro parte dilectorum filiorum Petri de Pernia et Joannes de Baeza, ordinis fratrum minorum professorum, nobis exposito quod ipsi, in quadam insula Fortisventurae communiter nuncupata, quae altera ex insulis Canarie, Rubicensis dioecesis existit, unam domum, ad usum fratrum minorum, construere ac edificare proponebant, nos, eidem Petro et Joanni ipsam domum construendi ac etiam edificandi licentiam,

(1) 6 de Abril de 1416.

per nostras litteras, duximus concedendam, prout in eisdem litteris plenius continetur (1).

Cum autem, sicut exhibita nobis, pro parte ipsorum Petri et Joannis petitio continebat, ipsi dubitent se et singulares ejusdem domus contra concessiones, libertates, immunitates et privilegia, tam per nos quam per alias personas ecclesiasticas et seculares eidem domui concessa et in futurum forsitan concedenda, posse in posterum molestari; pro parte ipsorum Petri et Joannis nobis fuit humiliter supplicatum ut providere super his de benignitate apostolica dignemur.

Nos igitur, hujusmodi supplicationibus inclinati, discretioni vestre, per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum, per vos vel alium seu alios, eisdem Petro et Joanni ac singularibus ipsis domus pro tempore existentibus efficacia defensionis presidio assistentes, non permitatis eosdem contra concessiones, libertates, immunitates et privilegia hujusmodi vel alias ab aliquibus indebite molestari aut eis gravamina seu damna vel injurias irrogari; molestatores et injuriatores hujusmodi necnon contradictores quoslibet et rebelles cujuscumque dignitatis, status vel conditionis existant, etiamsi pontificali prefulgeant dignitate, quomodocumque et quotiescumque expediens fuerit, auctoritate nostra, per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii saecularis. Non obstantibus tam foelicis recordationis Bonifacii papae VIII, praedecessoris nostri, quibus cavetur ne quis extra civitatem suam et diocesim, nisi in certis exceptis casibus et in illis ultra unam dietam a fine suae diocesis ad iudicium evocetur *etc.*

Datum Peniscole, Dertusensis diocesis, XIII aprilis, pontificatus nostri anno vicesimo secundo.

F. Rovira. S. (2).

(1) Pelo nosso DOC. 122.

(2) A presente bula tem todos os visos de documento político, solicitado pelos mercadores andaluzes para acautelamento e defesa das Canárias contra possíveis pretensões ou movimentos de Portugal, meses após a conquista de Ceuta, efectuada em Agosto anterior. Denunciam-no até o facto invulgar da inserção, em seu endereço, do «dilecto filho oficial de Sevilha», naturalmente a suprema autoridade daquela cidade andaluza, e ainda a permissão de recorrerem ao auxilio do braço secular para garantir a ocupação religiosa pelos franciscanos andaluzes da ilha de Forteventura. O próprio Baeça professou na Custódia franciscana de Sevilha, a que pertencia. É crível que já no ano de 1416 o infante D. Henrique, incumbido pelo pai da defesa e provimento de Ceuta (Cfr. o nosso DOC. 116), tenha iniciado as expedições às Canárias. Talvez constitua disso reminiscência o relato de MARTINHO DE BOEMIA (*De prima inventione Guineae*, p. 187), ao aludir a expedição de D. João de Castro às Canárias e à de Fr. Gonçalo Velho para estudo das correntes para lá daquelas ilhas. Como quer que tenha sido, a reacção andaluza, testemunhada pelo presente documento e pelos restan-

129

12 MAIO 1416

A Câmara Apostólica do antipapa Bento XIII pagou mais 5 florins aragoneses aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, para sua provisão, a começar do dia 11 do dito mês.

AV., *Reg. Aven.*, vol. 348, fl. 669, — texto que se reproduz.
Publicado por ZUNZUNEGUI, *Los origenes*, p. 404, n.º 28.

Die xij maij fuerunt soluti fratribus Petro de Pernia et Johanni de Baeça, ordinis fratrum minorum, in deduccione prouisionis eorum, incipiendo a die xj dicti mensis, quinque floreni aragoneses.

Na margem esquerda: Extraordinarium.

130

7 JULHO 1416

Letras Ad ea libenter, do antipapa Bento XIII, dirigidas aos arcebispos de Sevilha e de Toledo, a ordenar-lhes entreguem aos operários que hão-de construir a casa franciscana da ilha de For-teventura, Canárias, até 1.000 florins aragoneses, deduzidos das dispensas matrimoniais de sua provincia eclesiástica, da comutação de votos e de outras esmolas disponíveis.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 328, fls. 395 v. e 396, donde se reproduzem.
Publicadas parcialmente por ZUNZUNEGUI, *Los origenes*, p. 405, n.º 29 e 30.

tes do antipapa Bento XIII que reproduzimos parece um facto. E ZURARA afirma que D. Henrique «depois da tomada de Cepta, sempre trouxe continuamente nauyos armados contra os inflees» (*Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 7).

[Benedictus, etc.].

Venerabili fratri archiepiscopo Jspalensi, salutem, etc.

Ad ea libenter, ex apostolice servitutis nobis iniuncte desuper officio operose diligencie studium libenter impendimus, que christiane fidei exaltacionem, animarum salutem et diuini cultus augmentum respicere dinoscuntur.

Nuper siquidem dilectis filijs Petro de Pernia et Johanny de Baeça, ordinis fratrum minorum professoribus, construendi et edificandi seu construi ac edificari faciendi vnam domum ad vsum fratrum minorum in quadam jnsula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex jnsulis Canarie, Rubicensis diocesis, existit, concessimus per nostras litteras facultatem (1).

Nos, cupientes ut habitatores jnsularum predictarum in fide catholica instruuntur ac inibi diuinus cultus augmentetur et ut domus ipsa facilius construat, de alicuius subuencionis auxilio prouidere, ipsorum Petri et Johannis in hac parte supplicacionibus inclinati, fraternitati tue, de qua in his et aliis specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus per te uel alium seu alios de elemosinis ratione matrimonialium seu aliarum quarumcunque dispensacionum aut uotorum commutationum personis ciuitatis et diocesis ac prouincie Jspalensis per sedem apostolicam concessarum et imposterum concedendarum necnon de aliis pecuniarum summis que ad te seu ad locorum ordinarios eiusdem prouincie, intuitu Dei, distribuende obuenerint usque ad summam mille florenorum aurj de Aragonia, in constructionem et edificacionem domus prefate integre conuertendam, operariis eiusdem domus per te eligendis, auctoritate nostra, realiter tradi facias ac eciam assignari, contradictores per censuram, etc. Non obstante si aliquibus communiter uel diuim a sede apostolica sit indultum, quod interdicti, suspendi uel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mencionem.

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, nonis julij, anno vicesimo secundo.

Expedita xvj kalendas julij, anno xxij.

Na margem direita: Gratis pro Deo. *Na esquerda:* F. Rovira.

Venerabili fratri archiepiscopo Toletano, salutem, etc.

(1) O nosso DOC. 122.

Ad ea, ut in supra proxima usque prouincie Toletane etc. usque operarijs eiusdem domus per venerabilem fratrum nostrum archiepiscopum Jspalensem eligendis etc. ut in eadem.

Datum ut supra.

131

8 AGOSTO 1416

Aforamento pela igreja de Santo Estêvão de Alfama da cidade de Lisboa a João Rodrigues de Amorim, em três vidas, de casas sitas na mesma freguesia, as quais partem com João Martins, mestre dos treus (1), por seis libras da moeda antiga.

ANTT., *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*, maço 18, n.º 343. Original em pergaminho.

Em nome de Deus, amen.

Saibham quantos este estormento de enprazamento virem que, na era de mjl e quatroçentos e cincoenta e quatro annos, oito dias do mes de agosto, na çidade de Lixboa, no paaço dos tabaljãaes, em presença de mym Gomez Martijnz o Moço, tabaliam delrey na dicta çidade e testemunhas adyante escritas, pareço hy, no dicto logo, Johanne Esteuenz Correa, procurador que se dezya de Lourenço Gomez, prioll da jgreia de Santo Esteuom da dicta çidade, e Gonçallo Rodriguez e Diego de Ferreira e Gonçallo Fernandez, prioste e rraçoeiro da dicta jgreia, e Gonçallo Vaasquez, rraçoeiros da dicta jgreia de Santo Esteuom.

E logo o dicto Johanne Esteuenz Correa, em nome do dicto prioll, e Gonçallo Roiz e Diego de Ferreira e Gonçalo Vaasquez, por sy e em nome dos outros rraçoeiros da dicta jgreia, enprazarom e deram de enprazamento, em vida de tres pessoas, a Joham Rodriguez dAmorim, morador na dicta çidade, na freeguesia de Santo Esteuom, hũas casas, conuem a saber: loja e sobrado, que elles ham na dicta freeguesia de Santo Esteuom, que partem com Joham Martijnz, meestre dos treus, e com Lourenço Marcos e com rrua plubica. As quaeas cassas trazyam enprazadas Roy Fernandez e Cateljna Anes, sua molher, padre e madre delle dicto Joham Rois. Das

(1) Velas latinas.

quaeas casas disserom os sobredictos que era o dicto Joham Roiz a terceira pessoa, come herdeiro que era do dicto seu padre e madre.

E porem enprazarom e deram de enprazamento ao dicto Joham Roiz as dictas cassas, em sua vida delle e de Maria Afonso, sua molher, e dhũa pessoa, quall ho pustumeiro delles nomear ante da sua morte, com condiçom que o dicto Joham Roiz e sua molher e pessoas adubem as dictas cassas de todolos adubijos que lhes conprir, a seus tempos e sazões, e as façam e rrefaçam, ajnda que cajam ou pereçam per terramotos ou per outro quallquer casso furtuyto, e darem de foro e pensom, o dicto Joham Roiz e sua molher e pessoa, em cada hũu ano, aa dicta jgreia, seis libras da moeda antiga ou a como elrrey mamdar pagar pellos enprazamentos fectos pella moeda antiga, e com condiçom que o dicto Joham Roiz nem a dicta sua molher nem pessoa nom posam vender nem dar nem doar nem escanbar nem alhear o dicto enprazamento a nẽhũa das pessoas em djreito defesas, salluo se o fezerem primeiramente asaber ao dicto prioll e rraçoeiros se o querem tanto por tanto. E querendoo, que o ajam antes que outrem, tanto por tanto; e, nom ho querendo, que entom, de seu consjntemento, ho vendam e posam vender a tall pessoa que nom seja mais poderosa que elles e a tall que lhes paguem, em cada hũu anno, as dictas seis libras da moeda antiga, como dicto he.

E o dicto Joham Esteuenz Correa obrigou todos os beens do dicto prioll, auudos e por auer, e os dictos rraçoeiros outrosy obrigaram todos os beens dos dictos seus benefiçyos, auudos e por auer, de ljuar e defender ao dicto Joham Roiz e sua molher e pessoa as dictas casas de quemquer que lhas demande ou embargue, so pena de custas, perdas, dannos que elles pella dicta rrazom fezerem e com vijnte libras em cada hũu dya de pena. E o dicto Joham Roiz, a esto presente, em seu nome e da dicta sua molher e pessoa, tomou em sy as dictas casas denprazamento, como dicto he, so as clausollas e penas e condiçoes susso dictas e cada hũa dellas, que se obrigou de conprir e manteer e aguardar e pagar as dictas seis libras da moeda antiga, como dicto he, so a dicta pena.

E as partes esto outorgarom e pediram senhos estormentos e mais, se lhes conprirem. Testemunhas: Martim Anes e Lourenço Anes e Gonçalo Pirez, tabaliaes, e outros. E eu, Gomez Martijnz o Moço, tabaliam sobredicto, que este estormento pera o dicto prioll e rraçoeiros escriuj e aquj meu sinall fiz, que tal he (*Sinal do notário*). Jhesus. Pagam com rregisto e doutro tall estormento, anbos dhũu teor, sateenta rreaes.

132

6 NOVEMBRO 1416

Carta de el-rei D. João I, a legitimar João Fernandes Homem, filho de Fernão Vasques, clérigo de missa, residente em Bretiande, e de Maria Annes, solteira.

ANTT., Chancelaria de D. João I, liv. 3, fl. 195 v.

Outra legitimaçam ouue Joham Fernandez Homem, filho de Fernam Uasquez, creligo de mjsa, morador em Britiande, e de Maria Annes, molher solteira ao tenpo da nacença do dicto Joham Fernandez, etc.

Em Lixboa, vj dias de nouembro de mjl iiij^o Liiij annos.

133

30 NOVEMBRO 1416

Instrumento notarial relativo à compra feita por João de Lisboa, corrector, a Maria Perestrela, residente na cidade de Lisboa, para o infante D. Henrique e em seu nome, de vinte tonéis de vinho por 141.400 libras, já entregues estas mas não aqueles.

ADE., Colecção cronológica, caixa 21. Original em pergaminho. Talvez este vinho se destinasse a Ceuta, cujo provimento estava a cargo de D. Henrique pelo menos desde Fevereiro anterior (Cfr. o nosso DOC. 116).

Saibham todos que na era de mill e quatroçentos e çinquenta e quatro annos, pustumeiro dia de nouenbro, na çidade de Lixboa, no paaço dos tabaliãaes, em presença de mym Martim Annes, tabaljom delrrey em a dicta çidade e testemunhas adiante escritas, pareço Lopo Afonso, mercador, morador em Santarem, conheçudo per Vaasco Martinz, tabaljom da dicta çidade, e mostrou e per mym, dicto tabaliom leer fez hũa procuraçom escripta em papel, que fazia mençom que era fecta e asijnada per Vaasco Domingez, tabaliom jeerall, da qual o teor tall he.

Segue-se procuração de 22 de Outubro de 1416, de Vasco Roiz, chantre da sé de Braga e administrador da capela de D. Gonçalo Pereira, a Lopo Afonso.

A quall asy mostrada, o dicto Lopo Afonso, apresentador da dicta procuraçom, dise que ell, per poder da dicta procuraçom e em nome do dicto chamtre em ella comtheudo, conhiça e confessaua que rreçebera das diujdas trespasadas de Maria Palastrella, na dicta procuraçom comtheuda, per Joham de Lixboa, corretor, em nome do jfante dom Anrrique, çento e quareenta e hũa mjll e quatroçentas libras desta moeda que ora corre de rreaaes de dez rreaaes por vijnte tonees de vinhos da dicta Maria Palastrella, que foram vendidos ao dicto senhor jffante pello corretor e pella dicta comthia. Os quaees vinhos lhe ajnda a dicta Maria Palastrella nom entregou, como quer que ella rreçebesse os dictos dinheiros.

Os quaees dise que rreçebia com protestaçom de ficar aguardado aa dicta capeella todo o seu dereyto pera de todo seer entregue do que auya dauer e lhe era e he deuudo, ssegundo he contheudo em seu contrauto, que foy fecto a Juliom, padre da dicta Maria Palastrella, per rrazom da dicta quintãa dos Manjões. E, em testemunho desto, lhe mandou asy dar hũu estormento de conhiçimento e pidio outro tall pera guarda do derejto da dicta capeella ou mais se lhe mais conprirem. Testemunhas: Affonso Goterrez e Alvaro Martinz e Vasco Martinz, que conhiça o dicto Lopo Afonso, e Gomez Martijnz o Moço, e Alvaro Annes, tabaliães, e outros. E eu Joham Aluarez, escpriuam dado per carta delrrey a Martim Annes, tabaliam da dicta cidade, que este estormento, per seu mandado, escreuy. Jhoannes.

De outra mão. E eu Martim Annes, tabaliom ssobredicto, que este stormento e outro tal, anbos dhũu teor, escreuy. E este he pera o dicto Lopo Affonso e aqui meu ssinal ffiz que tal he. (*Sinal*). Pagou com outro tanto registo quatro rreaaes de dez rreaaes.

134

16 JUNHO 1417

Carta de el-rei D. João I, a doar de juro e herdade, a mosem João de Pomar, cavaleiro, seu servidor, pelo muito serviço dele recebido, o castelo de Larotona e seus termos, junto da cidade de Ceuta, reservados ao monarca o senhorio, correição e alçadas.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 196.

Publicada: por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias*, tom. 1, p. 3;
e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 93.

Dom Joham etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, consirando o mujto serujço que nos ha fecto mossem Joham de Pomar (1), caualeiro, nosso serujdor, e delle speramos de receber ao diante e, querendolho nos conhecer e remunerar com mercees, como a nos cabe;

De nosso moto proprio e certa scientia e poder absoluto, lhe damos e doamos e lhe fazemos liure e pura doaçam, de jur e herdade, pera el e pera todos seus herdeiros e sucesores que despois delle vierem do castello com seus termos que sta a par da nossa cidade de Cepta e das casas que em elle stam e steuerem ao diante, chamado per nome Larotona, rreseruando pera nos o senhorio e correiçom e alçadas.

E porende mandamos ao conde dom Pedro, capitam moor e gouernador por nos na dicta cidade, e a outros quaaesquer que hi depos elle vierem e as nossas justiças que o ponham em posse do dicto castello e casas del e lho leixem teer e auer e lograr e posujr e uender e dar e doar e fazer del e em el o que lhe prouuer, assy como de sua cousa propria e corporal posisom, sem embargo nehũu que lhe sobrello seia posto; porquanto nos lhe fazemos delle pura doaçam, como dicto he, ho mais firmemente que seer pode. E rrogamos aos reis que despois de nos vierem que lhe nom contradigam esta doaçam nem usao contra ella e lha façam guardar. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, assignada per nossa mão e sellada com nosso seello do chumbo.

Dante em Lixboa, xvj dias de junho. Elrrey o mandou. Steuam Roiz a fez. Era de mjl iiij^o Lb annos.

(1) É possível que se trate de estrangeiro ao serviço de Portugal na conquista de Ceuta, onde tivesse desempenhado papel de relevo. Na *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, pp. 331, 337, 338, 344, 371, 375, 379, 389, 411, 417 e 493, há referências várias a micer Martim de Pomar, fidalgo da corte de Aragão, porventura parente do João de Pomar. Aludem Àquele, então conselheiro do rei aragonês e seu embaixador a Portugal em 1410, para tratar do casamento da infanta D. Leonor, os DOCS. 141 e 142 do nosso volume I e ainda o 151 do presente volume.

135

10 JULHO 1417

Carta de el-rei D. João I, a providenciar sobre o pagamento a D. Leonor da Cunha, mulher de D. João de Castro, das terras de Tarouca, Valdigem e Lalim, pelo monarca adquiridas por 2.281.800 libras para património do infante D. Henrique, e das quais tomara posse em 1 de Março de 1413; pois a tença que lhe pusera até pagamento total sobre o rendimento régio das judiarias do reino, de dois soldos em almude de vinho, que montava em 250.000 libras, a dera a João Vasques de Almada, cavaleiro, do seu Conselho, e assim a supre por todo o rendimento do genesim dos judeus de Lisboa, pelos direitos das cabeças dos mouros da mesma cidade e pelo rendimento régio de 18 tabeliães de Lisboa, cada um dos quais paga anualmente ao monarca 50 libras da moeda antiga (1).

ANTT., Chancelaria de D. João I, liv. 3, fl. 198.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Cepta, emsembra com o jfante Duarte, meu filho primogenjto e herdeiro nos dictos regnos.

A quantos esta carta virem fazemos saber que dona Lionor da Cunha, molher de dom Joham de Crasto, nos mostrou hũa carta, assignada per nossa mão e sellada do nosso seello pendente, pella qual parece que nos conpramos ao dicto dom Joham as terras de Tarouca e Baldigem e Larim, com todos seus djreitos e perteenças e jurdiçom e canaaes de Baldigem e paaços de Larim, as quaaes terras som na comarca de Lamego, por dous contos e duzentas e Lxxxj e bilij^o libras da moeda de reaaes de tres libras e mea, que eram de ley de xxxiiij grãaos e de LR peças por marco. E que, porquanto nos logo ouuemos a posse e a rrenda das dictas terras e djreitos dellas, des primeiro dia de março era de mjl iiij^o Lj annos, portanto mandamos que elle ouuese, ataa que fosse pagado dos dictos djnheiros, a rrenda que aujamos dauer das judarias dos nossos regnos de Portugal e do Algarue, que he dous ssoldos ao almude do vinho.

E, posto que depois lhe mandasemos pagar os dictos djnheiros em na derradeira paga que ficase por pagar montase mais, na dicta renda das

(1) Sobre o assunto vejam-se os DOCS. 146 e 149 do vol. I.

dictas judarias ataa que fosse pagado; nos mandamos que, sem embargo da dicta mayoria, que el ouuese a dicta renda ataa que fosse conpridamente pago e que aquello que a dicta renda rendese lhe nom fosse descontado em a dicta soma que assy auja dauar, porque nossa mercee era de a elle auer pollas rrendas das dictas terras que nos logo ouuemos, como dicto he. E que, posto que a dicta renda mais uallesc que as rendas das dictas terras que assy ouuemos, nos, certificado dello, lhe faziamos dello mercee do que assy mais ualliam, por serujços que delle recebemos e entendiamos aa rreecer. E que, posto que ante que elle fosse pagado da dicta conthia se fezese algũ mudamento na moeda, que fosse de mais baixa ley do que os dictos reaaes de tres libras e mea eram, que nos lhe pagasemos e fosemos theudos a pagar nos dictos rreaaes de tres libras e mea ou o seu djreiro uallor.

E outrossy mostrou mais outra carta, assignada per nossa mão e asellado do dicto sello, per a qual parece que nos mandamos que a dicta dona Lionor ouuese a dicta renda das dictas judarias assy e per a guisa que na dicta carta que assy demos ao dicto dom Joham he contheudo, segundo todo mais conpridamente nas dictas cartas se contem. E ora, porquanto nos fazemos mercee a Joham Uasquez dAlmadã, caualleiro, do nosso conselho, da dicta rrenda das dictas judarias e a tiramos aa dicta dona Lionor, sem lhe seerem pagados os dictos djnheiros, e nossa mercee e uontade he que ella aia de nos outra tanta renda como auja das dictas judarias, que som duzentas e L^{ta} mjl libras da dicta moeda de tres libras e mea, que fomos certo que rendiam, e que aia por ellas toda a rrenda do genesi dos judeus da dicta cidade de Lixboa, que foe achado, em o dicto tempo em que a dicta compra foe facta per a dicta moeda de tres libras e mea, rrendia cento e sasenta mjl libras, e os djreitos das cabeças dos mouros da dicta cidade e outrossy foe achado que, em o dicto tempo, por a dicta moeda, rendiam quarenta e b. mjl libras, a Rb mjl que fallecem pera comprimento das dictas duzentas e cinquenta mjl, aia per xbiij tabaliãaes da dicta cidade que nos pagam, em cada hũ anno, cada hũ L^{ta} libras da moeda antijsa, que monta, a L^{ta} por hũa, quarenta e b. mjl libras.

Porem mandamos aos ueedores da nossa fazenda e aos nossos contadores e a FernandAfonso, recebedor que ora he em o nosso thesouro, e a outros quaaesquer que depos el vierem por recebedores ou thesoureiros e aos scpriuãaes do dicto officio e a outros quaaesquer que esto ouuerem de uer, a que esta carta for mostrada, que a metam logo de posse das dictas rendas do genesi dos judeus e djreitos das cabeças dos mouros a dicta dona Lionor ou seu certo procurador. E lhes leixem arrendar e auer e tirar assy e pella guisa que as nos ataaqj ouuemos e a nos de djreiro pertencem, por qualquer guisa que seia. E esso medes lhe apartem logo os dictos tabaliãaes que assy aia o dicto prego.

E mandamos aos dictos judeus e mouros e tabaliães que lhe assy forem apartadas que lhe acudam com as dictas rendas, segundo ataaquj a nos acudirom. Em caso que nos emadamos aas dictas rendas e mandemos que paguem mais daquello que ora pagam, nossa merce e uontade he que o dicto emadimento que assy fizemos seja pera a dicta dona Lionor e que aia as dictas rendas assy e per a guisa que as nos aujamos, se pera nos se arrecadase[m], ataa que aia pagamento de todo o que ha dauar por as dictas terras.

E, posto que aia pagamento de parte e nom de todo, elle ste sempre de posse das dictas rendas e de todo o que renderem ataa que aia conpridamente pagamento e nom lhe seja descontado na dicta paga aquello que assy ouuer das dictas rendas, porquanto nos auemos as dictas rendas das dictas terras que lhe assy conpramos. Em caso que nos ou cada hũu de meus filhos ou outros que pera ello poder aiam defendam que nom se façam nehũas despesas sem asentamento, nossa merce he que se nom entenda nas dictas rendas nem nos tabaliãaes, por que ello ouuer dauar a dicta conthia, porquanto as nom mandamos leuar na soma do dicto asentamento por que as assy ha dauar a dicta dona Lionor.

E, porque a dicta dona Lionor leixou dauar a dicta renda das dictas judarias, de dous ssoldos ao almude do vinho, des primeiro dia dabril que ora foe da era desta carta e as ha o dicto Joham Uasquez; porem mandamos que, des o dicto primeiro dia dabril, seja ella metida em posse das dictas rendas. E, posto que arrendadas sejam, que lhe acudam os rendeiros com ellas, descontando soldo por liura o tempo que ja he pasado do arrendamento do dicto primeiro dia dabril. E, posto que o dicto recebedor ja tenha recebido mais daquello que amontaua ataa o dicto primeiro dia dabril, soldo por liura, que o entregue aa dicta dona Lionor, posto que ajnda nom tenha o dicto asentamento. E, posto que nos tiremos os dictos tabaliãaes que lhe assy foram dados ou lhes qujtemos suas pensões, que nos lhes paguemos outro tanto quanto assy tirarmos ou qujtarms pella dicta guisa nos dictos judeus e mouros.

E, posto que na conueença que fizemos com o dicto dom Joham seja contheudo que lhe pagasemos os dictos dous contos e ij^o Lxxxj mjl llibras e viij^o na dita moeda de tres llibras e mea, em as quaaes montaua çinco mjl e bij^o quatro coroas e mea douro, a rrazam de quatrocentas llibras por coroa que, ao tempo que a dicta conpra foe fecta, jgualmente ualiam e, pollos mudamentos que se despois fizerom nas nossas moedas e por a dicta dona Lionor nom leuar erro; porem he nossa merce de ella auer o dicto pagamento em as dictas b. e bij^o e quatro coroas e mea do cunho delrey de França e de boo ouro [e] justo peso, nom embargando que na dicta conueença seja contheudo que ouese os dictos djnheiros e nom ouro.

E mandamos que ella ste de posse das dictas rendas e nom lhe sejam tiradas, segundo dicto he, ataa que aia conprimento de pago das

dictas coroas que assy mandamos que aia, em preço dos dictos dñheiros. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dante na cidade de Lixboa, x dias de julho. Elrrey o mandou. Pero Afonso a fez. Era de mjl e iiij^o L.^{ia}. b. annos.

136

12 JULHO [1417]

Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a comunicar a seus almirantes que autorizara o cavaleiro Pedro Lobato, enviado do rei de Portugal seu tio, a levar 300 lanças destinadas ao infante D. Henrique, filho daquele, para guerrear os incrédulos e inimigos da fé cristã, e ainda armadura completa para ele, o que tudo isenta de direitos.

Publicada em RYMER, *Foedera, conventiones, litterae*, 3.^a ed., t. 4, parte 3, p. 5.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 14, p. 174; e em SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, Suplemento ao vol. 1, p. 466.

Rex, universis & singulis admirallis &c. ad quos &c, salutem.

Sciatís quod, de gratia nostra speciali, concessimus & licentiam dedimus Petro Lobato, chivaler & nuncio regis Portugaliae, avunculi nostri carissimi, quod ipse trescentos fustes lancearum ad opus potentis principis infantis domini Henrici, senioris filii praedicti avunculi nostri, ad faciendum guerram super incredulos et inimicos christianae fidei ac etiam tres palefridos & unum hernesium, pro corpore suo proprio completum, absque custuma seu subsidio ad opus nostrum capiendis seu solvendis, traducere possit.

In cujus &c.

Teste rege, apud Suthampton, xli die julii.

Per breve de privato sigillo (1).

(1) Deve tratar-se de Pedro Eanes Lobato, constantemente referenciado na crônica joanina. A presente encomenda, feita pelo infante D. Henrique dois anos após a conquista de Ceuta, demonstrará que, nos meados de 1417, se pensou em nova expedição contra o chão marroquino ou então contra o granadino, não documentada porém, nem sequer em projecto, por qualquer outro texto coevo, diplomático ou narrativo, conhecido.

137

14 JANEIRO 1418

Carta de el-rei D. João I, a doar a João Pereira, seu criado, escudeiro do infante D. Henrique, pelos muitos e estremados serviços dele recebidos, para si e herdeiros, todas as quintas, casas, herdades, bens, terras e heranças de Bulhões, em Ceuta, com seus rendimentos, direitos, tributos, foros, pertenças e jurisdições.

ANTT., Chancelaria de D. João I, liv. 4, fl. 6.

Publicada: por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias*, t. 1, p. 4; e por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao vol. I, p. 94.

Dom Joham etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, emsembra com o jffante Eduarte, meu filho primeiro e herdeiro, veendo e consirando os mujtos e stremados serujços que nos e os nossos regnos recebemos e entendemos de receber ao diante de Joham Pireira, nosso criado, scudeiro do jffante dom Anrrique, meu filho (1); e, querendolho nos conhecer e galar-doar com mercees, como a nos cabe, e querendolhe fazer graça e mercee;

Teemos por bem e, de nosso moto proprio e certa scientia e liure uontade e poder absoluto, lhe damos e doamos e lhe fazemos liure e pura e irreuogauel doaçam, que nunca possa seer reuogada, antre os ujuos ualedoira, deste dia pera todo sempre, pera elle e pera todos seus herdeiros e socesores que depos elle vierem, de todallas qujntaas e casaaes e herdades e beens e totalas outras terras e heranças, quaaesquer que sciam, de Bolhões, com todas suas rendas e djreitos e trabutos e foros e perteenças e com todas suas jurdições, assy como senpre foy.

E porem mandamos ao conde Dom Pedro (2), teente por nos da dicta

(1) Parece tratar-se do João Pereira mais tarde cavaleiro, compadre de D. Pedro de Meneses, o qual viveu com o infante D. Henrique e o acompanhou na conquista de Ceuta, onde ficou como capitão do pessoal henriquino (Cfr. ZURARA: *Crónica da tomada de Ceuta*, caps. 50 e 100; *Chronica de D. Pedro de Meneses*, liv. I, caps. 7, 15, 17, 20, 24, 26, 30, 38, 41, 42, 44, 45, 47, 50, 55, 60, 66 e 80; e liv. II, cap. 25; e *Crónica de D. Duarte de Meneses*, cap. 5). Em sua carta testamentária de Santa Maria de África, de 19 de Setembro de 1460, D. Henrique denomina-o «fidalgo de minha casa» e atribui-lhe, bem como a outros seus combatentes e defensores de Ceuta, o haverem ordenado aquele santuário (Cfr. *Descobrimientos*, vol. 1, p. 584, onde se encontra publicada a referida carta, também editada e anotada por DIAS DINIS, *Estudos henriquinos*, vol. 1, pp. 173-78).

(2) D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta.

cidade, e aos juzes della e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer per qualquer guisa que seia, a que esta carta for mostrada, que leixem ao dicto Joham Pireira tomar e auer, sem outra autoridade de justiça, a posse e corporal posisom de todo o que dicto he. E lhe leixem auer e lograr e posujr e vender e dar e doar e scambar e fazer deles e em elles como lhe prouuer, assy como de sua cousa propria e corporal posisom, sem outro embargo que lhe sobre ello ponham; porquanto, nos lhe fazemos de todo mercee e doaçam, como dicto he, o mais firmemente que seer pode.

E tiramos de nos e de nossos herdeiros e socesores toda posse e propriedade e auçom e djreito que em ello tinhamos e de djreito deujamos e aviamos daver e enujstimolla e poemos em o dicto Joham Pireira e em seus herdeiros e socesores, nom embargando todollos djreitos canonjcos e ciuees e openjões de doutores que em contrairo desto seiam; as quaaes casamos e annullamos que nom ualham nem aiam lugar em esta doaçam, ante queremos e outorgamos que esta doaçam seia firme e stauel e uale-doira pera sempre. E, se algũa clausulla aquj falece pera mais firme seer, nos a auemos aquj por posta e expresamente nomeada. Vnde al nom façades. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, assignada per nossas mãaos e sellada dos nossos sellos do chumbo pependentes.

Dante em Euora, xiiij dias de janeiro. Elrrey o mandou. Pedro Annes a fez. Era de mjl iiij^o Lbj annos.

138

18 JANEIRO 1418

Carta de el-rei D. João I, a legitimar Aparício Vasques, cantor do infante D. Henrique, filho de Vasco Gonçalves de Sortelha, clérigo de missa, e de Maria Antoninha, mulher solteira.

ANTT., Chancelaria de D. João I, liv. 3, fl. 157v.

Outra legitimaçam ouue Apariço Uasquez, cantor do jffante dom Anrrique, filho de Uasco Gonçalluez de Sortelha, creligo de mjsa, e de Maria Antonjnha, molher solteira ao tempo da nacença do dicto Apariço Uasquez, etc..

Em Euora, xbiij dias de janeiro de mjl iiij^o Lbj annos.

139

22 JANEIRO 1418

Doação pelo imperador Sigismundo ao infante D. Pedro, duque de Coimbra, da marca de Treviso, em feudo, para ele, filhos e herdeiros legítimos por via masculina, com as províncias, cidades, terras, castelos, etc., com todos os direitos, jurisdições, mero e misto império, de que tomou posse o nobre varão e governador da casa do dito infante Alvaro de Ataíde (1).

ANTT., Gaveta 17, maço 6, n.º 1, original em pergaminho, que teve selo pendente, — texto que se reproduz; VIENA, Staats-Archiv, *Reichs und Haus-Kanzlei Registratur Bucher, Hands*, 326/1, Buch 1, fl. 89, inserta na confirmação de Frederico III, passada em Neustadt, em 1443.

Publicado o texto da segunda fonte citada por OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, pp. 339 e ss..

In nomine Sancte et Individue Trinitatis feliciter, Amen.

Sigismundus, Dei gratia romanorum rex semper augustus et Hungarie, Dalmatie, Croacie etc. rex.

Illustri jnfanti Petro, serenissimi principis Johannis, Porthugalie et Algarbij regis, secundogenito, duci Columbriensi (2) dominoque Montismajoris (3), consanguineo nostro carissimo, salutem et amoris mutui continuum incrementum.

(1) Treviso era a capital da provincia italiana do Véneto, sita na fértil planície veneziana. «Non esistette mai una circoscrizione politica e amministrativa bene definita, che rispondesse al nome di Marca di Treviso. Questo nome appare nel sec. XII ed entra anche in documenti pubblici, attribuito a una parte dell'antica Marca del Friuli o di Verona, fra «Tagliamento et Adice» «tra Rialto — e le fontane di Brenta e di Piava» (DANTE, *Parad.*, IX, 44 e 26-27); ma con valore soltanto d'indicazione geografica, appunto come hanno quelli di Lombardia e di Romagna, con i quali è per lo più associato» (*Enciclopedia italiana di scienze, lettere et arti*, vol. 34, Roma, 1937, p. 288, que cita os seguintes estudos sobre a marca de Treviso: G. B. VERCI, *Storia della marca trevigiana*, Venezia, 1786-91, e I. NONO, *La marca amorosa*, Treviso, 1931). Veja-se também os textos aduzidos por JÚLIO GONÇALVES, *O infante D. Pedro*, pp. 201 e ss. Sobre o feudalismo pode ver-se o estudo recente de F. L. GANSHOF, *Qu'est-ce que la féodalité ?* Bruxelles, 1957.

(2) Por *Conimbriensi*.

(3) E talvez este o mais antigo texto conhecido em que se diz o duque de Coimbra Senhor de Montemor, vila que lhe doara o pai em 10 de Setembro de 1416 (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 188).

Augustalis potentie monarchia, cuius regimini, ex Omnipotentis Dei mirifica bonitate, quamvis insufficientes presidemus, ad hoc nostrum animum sollicitudine cottidiana fatigat vt, circa ea que sacri romani jmperij decus, dignitatem et gloriam felicibus incrementis amplificanc indefessis laboribus et assiduitate continua meditemur. Ad hoc namque fauore Altissimi nobis diuerse sunt credite naciones ut, non solum eis imperando preesse, sed eciam eas fouendo prodesse felicius delectemur. Inter alias, igitur, occupacionum curas, quibus fluctuantis pelagi more, pro salubri statu subditorum, noster spiritus cottidie fatigatur, occurrit cogitacionibus nostris marchionatus Taruijnus (4), principatus jmperij antiquus, obsequiosus et vtilis, pars eius preciosa, tui marchionis principis, cura et regimine necessaria sibi ab aliquamdiu iam carens, per inimicorum jmperij violentas pressuras in dominijs, iuribus, rebus et personis suis, iniurias sustinuit non modicas atque dampna. Suntque ibidem jura jmperij multipliciter diminuta.

Ne, igitur, talentum nobis traditum negligenter abscondere uideamur, qui villicationis nostre racionem sumus in examine districti iudicis reddituri, ad hoc conuertimus aciem mentis nostre ut, ad procurandum statum pacificum marchionatus ipsius sollicite prouisionis instancia intendamus. Quia, tamen, circa alias partes jmperij necessario detinemur, dignum arbitramur et consonum racioni ut qui circa plurima uersantes distrahimur ad complementum felicitis et debiti regiminis nostri principes nobis sociemus ydoneos et in partem nostre sollicitudinis euocemus, ut ibi uices nostras suppleant et persone nostre effigiem representent, ubi nos loci distancia uel negociorum nobis incumbencium uaria multitudo, personaliter et continue, adesse non permittit.

Hac, igitur, consideratione commoniti, dum marchionatus predicti et jncolarum eius jniurias, pressuras et dampna ante oculos cordis nostri reducimus, nil consulcius nobis occurrit agendum, quam ut, ex omnibus quos fide et uirtute probatos nouimus ydoneum ei et utilem marchionem deputemus. Cumque circa premissa intenti, vota nostra in diuersa meditando dirigimus in te, tandem tutissime quietis anchoram figimus, quem ministra natura viciniorem nobis ydemptitate alti sanguinis deputauit, a quo eciam generosus ortus regalis prosapie omnem scrupulum sinistre suspicionis repellit. Hijs, igitur, et multiplicibus alijs te uirtutis moti, insignijs tibi, consanguineo nostro carissimo, quem in rerum gerendarum strenuitate conspicuum, singularibus donis graciaram omnium largitor Deus fulciuit, quique cultor iusticie et rebellium es imperterritus debellator, non per errorem aut improuide sed animo deliberato sano prin-

(4) Assim está no manuscrito original, posto noutros passos se leiam geralmente as formas derivadas de *Tarvisio*.

cupum, comitum, nobilium nostrorum et imperij sacri fidelium accedente consilio.

Volentes magnificencie et liberalitatis nostre munus impendere et signum in te ostendere perpetue caritatis; cupientesque in eo condicionem imperij et statum facere meliorem, auctoritate romana regia et, de plenitudine potestatis ac de certa scientia, eundem marchionatum Taruisinum, si opus est, et uetustas, que obliuionis est mater, id exposcit, in marchionatum reerigentes, nominantes et reputantes ac nominari et reputari decernentes;

Damus, tradimus et donamus, in feudum illustre et jure feudi, tibi, recipienti, pro te tuisque filiis et heredibus omnibus, ex te et eis descendentibus, masculis dumtaxat et legitimis, marchiam Taruasanam predictam necnon provincias, ciuitates, terras, castra et loca, comitatus, territoria et districtus eiusdem cum prouincialibus uniuersis populis inhabitatoribus et alijs degentibus in eadem cum omnibus suis iuribus, iurisdiccionibus, mero ac mixto imperio ac gladij potestate ac omnimoda iurisdiccione temporali, que per nos et predecesores nostros, diuos romanorum imperatores, et reges seu marchiones marchie predictae hactenus exercitata fuerunt aut exerceri poterunt uel possint, jure uel consuetudine, speciali priuilegio aut statuto et omnia et singula que dicta marchia tenet et tenuit, possidet et possedit uel quasi et que nos et predecesores nostri uel marchiones ipsius pro tempore existentes tenuerunt et possederunt uel quasi.

Atque tu, filij heredesque tui masculi et legitimi, per te uel eos aut tuos uel eorum officiales, rectores et gubernatores, quos deputaueris et ipsi postea deputauerint, marchiam predictam aut prouincias, terras, ciuitates, castra, uillas uniuersitates, populos, inhabitatores et incolas ipsius et ipsorum salubriter et sub mensura iusticie regere, gubernare, protegere debeas atque possis, debeant et possint. Nos enim tibi, ex nunc, possessionem marchie predictae ac prouinciarum, terrarum, ciuitatum, castrorum, uillarum et locorum ipsius, auctoritate propria, alicuius licencia uel consensu super hijs minime requisitis, apprehendendi, capiendi et retinendi plenam, liberam et omnimodam concedimus, tenore presencium, potestatem.

Et, in robur et confirmationem concessionis predictae, nobilem uirum Aluarum Gonsalui de Tayde, domus tue gubernatorem, recepto tamen ab ipso ante omnia, uice et nomine tuis, nobis, tamque romanorum regi, et successoribus nostris, romanorum imperatoribus et regibus, legitime promittente et iurante fidelitatis et homagij debito iuramento et seruatis modis debitis de dicta marchia, pro te et te per illum inuestimus, auctoritate presencium, inuestimus (*sic*); et, in signum perpetue dileccionis et fidei, ad osculum pacis admittimus. Volentes te marchionem predictum, filios et heredes tuos predictos, tamque imperij uasallos legitimos et ydoneos, ad instar aliorum imperij principum, marchionum et uasallorum,

circa marchiam predictam et jura ipsius, in quantum possumus, manutene-
re, protegere ac perpetuo defensare; jta tamen quod tu, filij et iidem
heredes, tui occasione, marchie predictae nostros et romani jmerij feudales
ac uasallos uos esse recognoscatis et fateamini manifeste et, ad seruien-
dum ac adherendum nobis et sacro jmerio, in Jtalie partibus et alijs dicto
marchionatui conuicinis, aduersus quoscumque rebelles, nobis et jmerio
ac alias ad nostrum et jmerij sacri honorem et decus, ad instar aliorum
principum et marchionum et vasallorum requisiti, teneamini et parati sitis
sine contradicione, excusacione aut subterfugio aliquali, et tociens quo-
ciens oportum fuerit a nobis et successoribus nostris, marchionatus pre-
dicti inuestituram recipere et, racione ipsius, fidelitatis et homagij nobis
iuramenta corporalia et consueta prestare teneamini et debeatis, dolo et
fraude quibuslibet procul motis.

Mandamus, igitur, vniuersis et singulis comitibus, nobilibus, militibus,
clientibus, prouincialibus vniuersitatibus, populis, communitatibus et inha-
bitatoribus dicte marchie Taruisane quatenus tibi, filijs et heredibus tuis,
masculis et legitimis antedictis, in omnibus et per omnia obediant, pareant
et intendant ac obedienciam et reuerenciam debitam prestant et exhibeant
necon uobis et officialibus, rectoribus et gubernatoribus vestris et a vobis
deputatis de omnibus juribus, oneribus et emolumentis respondeant que
ibidem per nos, predecessores nostros marchiones, officiales, rectores et
gubernatores marchie prefate percipi consueuerunt jure, consuetudine,
statuto speciali, priuilegio uel alio quouismodo. Presentium sub nostre
maiestatis sigilli appensione testimonio litterarum.

Datum Constancie, prouincie Maguntin, anno Domini millesimo qua-
dringentesimo decimo octauo, vigesima secunda die mensis januarij, regno-
rum nostrorum anno Hungarie uero trigesimo primo, romanorum uero
octauo.

No verso da dobra inferior: Ad mandatum domini regis. Paulus de
Tost (5).

(5) Vimos acima (DOC. 108) como el-rei D. João I, em Setembro de 1415, em
Tavira, ao regressar da conquista de Ceuta, nomeou duques os infantes D. Pedro e
D. Henrique, respectivamente de Coimbra e de Viseu, em galardão de seus feitos béli-
cos naquela praça marroquina. E já então, como sublinha ZURARA, o monarca dis-
tinguiu D. Henrique, nomeando-o simultaneamente senhor de Covilhã. O facto é con-
firmado pelo texto das respectivas cartas ou títulos de ducado dos dois infantes, data-
das de Fevereiro de 1416, em que ao D. Pedro apenas dá o pai o título de «duque de
Coimbra», enquanto o D. Henrique é dito «duque de Viseu e senhor de Covilhã» (Cfr. os
nossos DOCS. 115 e 117). E na mesma ocasião el-rei confiou ao D. Henrique o provi-
mento e defesa da cidade de Ceuta (Cfr. o DOC. 116).

Portanto, D. João I, além de haver nomeado D. Pedro senhor de Montemor ape-
nas em fins do ano de 1416 (Cfr. a nota 2 ao nosso DOC. 117), saltou por cima do

140

22 FEVEREIRO 1418

Letras Quoniam ut ait apostolus, do papa Martinho V, dirigidas a todos os cristãos, a recomendar-lhes ajudem com esmolas Pedro e Bartolomeu, frades da Ordem de S. Antão da Etiópia, que, em reverência e honra da Santa Igreja e na esperança e no intuito da sua unidade, com grandes perigos, trabalhos e despesas, tinham vindo ao concílio geral de Constança, e a outorgar graças espirituais, durante três meses, a quem os auxiliar no regresso a sua terra (1).

AV., Reg. Lat., vol. 137, fl. 294. Publicadas por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 541.

primogénito — decerto por necessitar dele no governo do reino — e por cima do filho segundo, D. Pedro, para entregar ao terceiro, D. Henrique, a responsabilidade de Ceuta, praça em que naturalmente a Europa tinha postos olhos atentos e considerada pelo monarca português precioso baluarte nacional, avançado na fronteira mourisca. Tais factos são susceptíveis de haver provocado rivalidade e descontentamento no espírito do futuro Regente do Reino que, por tal ou tais motivos, haveria decidido ausentar-se para o estrangeiro. Era o processo então usado em semelhantes circunstâncias. Quando D. João I quis retirar ao condestável D. Nuno Alvares Pereira parte das muitas e boas terras que lhe havia doado, ele ameaçou-o, dizendo que «se queria hir fora do regno, a buscar sua vida» (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 153; pode ver-se também a *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvares Pereira*, cap. 63). Idêntica atitude lembrou ao infante D. Fernando quando el-rei D. Duarte lhe declarou não poder outorgar-lhe mais terras (Cfr. RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 10).

Nestes termos, a presente carta do imperador Sigismundo pode constituir, historicamente, apenas demonstração do agastamento do infante D. Pedro com seu pai, pelos motivos referidos ou por outros que se desconhecem. Possivelmente algum ressentimento experimentaram também D. Duarte e D. Pedro quando, no ano seguinte, o pai mandou abalar, em socorro de Ceuta, os infantes D. Henrique e D. João, aquele como capitão da frota, e ordenou aos dois mais velhos aguardassem no Algarve os acontecimentos: «de que os ynfantes nom foram contentes», comenta ZURARA, informado naturalmente pelo Navegador (Cfr. o nosso DOC. 165).

(1) O concílio em referência funcionou de 1414 a 1418 e conseguiu extinguir o Grande Cisma, pela deposição de João XXIII e de Bento XIII, renúncia de Gregório XII e eleição de Martinho V. Sobre ele pode ver-se: HEFELE-LECLERQ, *Histoire des Conciles*, t. 7, parte 1, pp. 108 a 548; e H. FINKE, *Acta Concilii Constantiensis*.

Martinus, etc.

Vniuersis christifidelibus presentes litteras inspecturis, salutem, etc.

Quoniam, ut ait apostolus, etc.

Cum itaque, sicut accepimus, dilecti filii Petrus et Bartholomeus, fratres ordinis Sancti Anthonii de Ethiopia, ad sacrum generale Constantiense concilium, de longinquis partibus mundi, ob reuerenciam et honorem sancte matris ecclesie, sub spe et animo uidendi vnionem in eadem ecclesia, magnis periculis, laboribus et expensis uenerint, in quo etiam per nonnula tempora hucusque permanserunt, ut ergo ipsi, quibus ad redeundum ad propria non suppetunt facultates, sed ad hoc eis christifidelium suffragia sint non mediocriter oportuna;

Nos, cupientes quod eisdem fratribus pia subsidia ipsorum fidelium elemosinis suffragentur, vniuersitatem uestram rogamus, monemus et hortamur in Domino, uobis nichilominus in remissionem peccaminum iniungentes quatinus de bonis uobis a Deo collatis, pro sustentacione dictorum pauperum peregrinorum, pias elemosinas et grata caritatis subsidia erogetis ut, per hec et alia bona opera que, Domino aspirante, feceritis, possitis ad eterne felicitatis gaudia peruenire; nos enim, de omnipotentis Dei misericordia ac beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi, omnibus uere penitentibus et confessis qui, a die qua mare intrauerint usque ad tremente ex tunc computandum, pro sustentacione dictorum fratrum pias elemosinas erogauerint, quadraginta dies de iniunctis eis penitenciis misericorditer relaxamus, presentibus post tremente huiusmodi minime ualituris.

Datum Constancie, octauo kalendas marcii, anno primo (2).

(2) Ao aludir-se nesta obra, pela vez primeira, à presença da Etiópia em contexto geral do Ocidente, cumpre referir-nos, sumariamente embora, à origem e evolução da lenda do Preste João e às relações daquele país com a Europa, sobretudo às que precederam o presente diploma pontifício, atenta a repercussão do célebre imperador cristão na época dos descobrimentos henriquinos. Fazemo-lo com base principalmente nos valiosos estudos dos franciscanos Fr. TEODOSIO SOMIGLI DI S. DETOLE e Fr. JOSÉ MARIA POU Y MARTÍ.

A notícia da tomada de Edessa pelos turcos em Dezembro de 1144 causou profunda emoção no Ocidente e provocou, como sublinha RENÉ GROUSSET, «la mise en mouvement d'une deuxième croisade» (*Histoire des Croisades*, t. 2, p. 225). Como era natural, não foi menor a impressão produzida nas cristandades do Médio Oriente, onde logo se esboçou a ideia do possível socorro prestado por personagem lendária, imperador cristão e sacerdote (*presbyter Johannes*), a cujos feitos, poderio sobre diversos monarcas, excepcionais riquezas e extensos domínios vagamente aludiram escritores dos séculos XII ao XV.

Foi o bispo sírio Hugo de Gabala quem, em Novembro de 1145, trouxe a notícia da sua existência ao Ocidente e a transmitiu em Viterbo ao papa Eugénio III, perante

141

27 FEVEIREIRO [1418]

Carta do imperador Sigismundo, a doar ao infante D. Pedro, duque de Coimbra e seu feudatário, como senhor da marca de Treviso, a pensão anual de 20.000 ducados ou florins da Hungria, da sua câmara régia, para ele e descendentes, caso o infante passe à corte do Império, a deduzir depois dos rendimentos da marca trevisana.

VIENNA, Staats-Archiv, *Reichs und Haus-Kanzlei Registratur Bucher: Hands*, 326/1, Buch I, fl. 97.

Publicada por OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, p. 338.

Segismundus, etc.

Notum facimus etc. Satis nobis cedit ad gloriam et regie dignitatis fastigia sublimamus, si ad regie celsitudinis negocia consilij utique promouenda non casibus, viros preclaros eligimus, eos presertim quos naturale fedus nobis non sinit esse suspectos, in quibus sanguinis ydemptitatem agnoscimus et fidei puram constanciam invenimus, quorum quoque deuocio

o bispo Otão de Freising, que a registou em seu *Chronicon*, VII, 33 (editado nos *Monumenta Germaniae Historica*, «Scriptores», t. 20, p. 266). E a nova daquele príncipe cristão nestoriano, aliás monofisita, residente para lá da Arménia e da Pérsia, descendente dos Reis Magos, disposto a colaborar na defesa dos Lugares Santos, correu célere pela Europa; de sorte que, o próprio papa Alexandre III dirigiu carta de Veneza, em 1177, «Joanni illustri et magnifico Indorum regi» (Publicada por exemplo por MIGNE, *Patrologia latina*, vol. 200, p. 1148, e por BARONIUS, *Annales ecclesiastici*, ad an. 1177, n.º 33).

A invasão mongólica, partida das margens do Volga em 1237, subjogou em poucos anos a Rússia e a Hungria e atingiu o Adriático em 1241. Por sua vez, os turcos, avançando do Irão oriental, colocaram-se às ordens do sultão do Egito e tomaram Jerusalém em 23 de Agosto de 1244 (Cfr. *Histoire Générale*, de GLOTZ, t. 4, 2 parte, pp. 84-85). Concretizaram-se assim os dois grandes perigos para a cristandade: o sarraceno, com base no Egito; o asiático, do grande império mongol.

Para neutralizar ou minorar o último, o papa Inocêncio IV diligenciou apaziguar e converter o Grão Kan dos tártaros, enviando-lhe o franciscano João de Piancarpino, a convidá-lo a sustar suas irrompidas bélicas e a aderir ao catolicismo. Aquele minorita, na sua *Historia Mongolorum* (a última edição, crítica, do P. A. VAN DEN WYNGAERT, *Sinica Franciscana*, t. 1, pp. 3-130), fala do Preste João, monarca da Índia Maior, inimigo dos tártaros. E esta opinião prevaleceu no século XIII, reforçada pelo

non solum prestitis placere cupit obsequijs, sed speratur, in antea, pocius placitura prestandis.

Attendentes, igitur, inuiolabilem fidei et deuocionis puritatem, quam jllustris princeps Petrus infans, serenissimi principis carissimi fratris nostri regis Portugalie et Algarbij secundogenitus, marchio Taruisinus, dux Cohimbrie et dominus Montismaioris, consanguineus noster carissimus, erga nos constanter noscitur habuisse et habere se promittit in futurum; sibi, animo deliberato, sano principum procerum et fidelium nostrorum accedente consilio ac de certa nostra sciencia, in recompensacionem seruiciorum et complacencie nostro culmini exhibende per eum, summam viginti milium ducatorum seu florenorum Vngaricallum, pro annua pensione, de camera nostra regia, singulis annis, persoluendorum, duximus deputandam et assignandam, deputamus et, virtute presentium, graciosus assignamus, hoc videlicet modo et condicione interposita.

Ut, ab eo tempore et die quo idem consanguineus noster, ad seruendum seu adherendum nobis, et, eo animo, de partibus Portugalie versus curiam nostram regalem iter suum conuerterit, quod, ex tunc, primum solutionem huiusmodi pense annue incipere et eam, singulis annis, soluere debeamus et teneamur, tamdiu quam ipse in nostris seruicijs extiterit aut in dicto suo marchionatu Taruisino tantam possessionem bonorum et tenuit adeptus fuerit, que sit sufficiens ad eandem summam viginti milium ducatorum seu florenorum aut partem eius aliquam, annis singulis, perso-

Itinerarium do franciscano GUILHERME DE RUBRUC, enviado aos tártaros em 1253, e ainda pelo célebre viajante veneziano MARCO POLO, no seu *Il Milione* (Pode ver-se a versão portuguesa em *O livro de Marco Paulo*, Lisboa, 1502, ou em *Marco Paulo*, etc., Lisboa, 1922). Passou também ao século XIV a ideia do Preste João «da Índia».

Porém, ainda no mesmo século, por os missionários o não haverem encontrado no Oriente ou por terem conseguido penetrar na Etiópia, ele foi localizado neste país. Já em Dezembro de 1329 o papa João XXII dirigia as letras *Licet vobis* «magnifico viro imperatori Aethiopum», onde missionavam dominicanos e franciscanos (AV., *Reg. Vat.*, vol. 274, epist. 273-8; cfr. EUBEL, *Bullarium franciscanum*, t. 5, p. 454, n.º 828, nota 3, e WADDINGUS, *Annales*, ad an. 1329, n.º 16). E, no *mapamundi* de Dalorto, do mesmo ano, lê-se: «Scias quod Ethiopia habet imperatorem qui nominatur At Senap», forma derivada, como observa SOMIGLI, «di *Abd Selib* (servo della Croce), che fu il nome preso dal Re Amba Syon». Na Etiópia o localizou também o franciscano Fr. JOAO DE MARIGNOLLI, enviado por Bento XII ao reino do Cathay ou da Grande Tartária em 1338 e que estivera na Índia actual (Cfr. o seu *Chronicon Bohemum*, por ex. em *Sinica Franciscana*, t. 1, pp. 524 a 560). E o mesmo fez seu confrade espanhol o anónimo autor do *Libro del conocimiento de todos los reynos y tierras y señorios que son por el mundo*, ao dizê-lo «patriarca de la Nubia y de Etiopia» (edição de Madrid, 1877, p. 62), obra cuja redacção o Professor CHARLES VERLINDEN localizou recentemente nos anos de 1348 ou 1349 (*Lanzarotto Malocello*, p. 1200).

Ocorre perguntar agora: porque demorou tanto a identificação e o encontro do celebrado Preste João? Di-lo o coevo LUDOLFO DE SUDHEIM, que visitou a Paless-

luendam. Qua possessione apprehensa seu adepta, nos eidem consanguineo nostro adsoluendam ab inde dictam summam aut partem eius, iuxta ratam reddituum apprehense possessionis seu tenute, esse nolumus obligatos nec astrictos. Ita quod, quantum ex redditibus possessionis huiusmodi perceperit, tantundem nobis, ex summa prefata, minuatur seu defalquetur. Preteritum, etc. Maiestas.

Datum Constance, anno, etc., penultima die februarii.

Ad mandatum domini regis. Iohannes Kirchen.

142

4 ABRIL 1418

Súplicas de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe:

a) *as remissões, indulgências e graças da Terra Santa para si e seus filhos e para os fiéis que desejem coadjuv-lo na prossecução da luta contra os infiéis, — concedidas aos que forem ou mandarem outrem em seu lugar; b) que dois prelados ou dois sacerdotes escolhidos pelo monarca possam administrar os Sacramentos a quem seguir na armada, — concedido a dois prelados; c) que possam os*

tina e o Egipto pelos anos de 1336-41. Refere o autor que tinha o sultão fortaleza no Mar Vermelho, a impedir os europeus de passarem à Abissínia e contactarem com o Preste João, mas que, entretanto, alguns bispos e senhores haviam conseguido comunicar com ele pelo dito Mar Vermelho (*De itinere Terrae Sanctae*, na «Bibl. des lit. Vereins», Stuttgart, 1851, p. 64). SOMIGLI DI S. DETOLE esclarece melhor as dificuldades, de carácter político-religioso, oferecidas pelo sultão egípcio, difíceis sim, mas não intransponíveis:

— «Difficili, perchè la leggenda del Prete Ianni, nel suo contenuto storico, significava un tentativo di alleanza con un re cristiano contra l'Islam; e poichè questo re cristiano ricercato dai cristiani era il Re dell'Etiopia, era logico che il Sultano d'Egitto facesse di tutto perchè il contatto di quelli con questo non avvenisse, per impedire ogni alleanza a suo danno [...]. Difficili anche, perchè l'Etiopia era circondata da ogni parte dai Mussulmani [...]. Il Re d'Etiopia era un ostaggio dell'Islam e il suo regno chiuso» (*Etiopia Francescana*, p. XVI).

No século XV, continuavam difíceis, mas não impossíveis, as relações da Europa com a Etiópia. Intensificam-se então os contactos comerciais e iniciam-se as relações diplomáticas possíveis, especialmente por parte de Veneza e da Santa Sé. Etíopes visitam Veneza em 1402 e Florença em 1404 (Cfr. autor e obra retrocitados, p. XXXI, e sobretudo IORGA, *Cenni sulle relazioni fra l'Abissinia e l'Europa cattolica nel secoli XIV-XV*). Da bibliografia citada sobre o assunto ao fim do presente volume cumpre-nos sublinhar, por seu maior valor e actualidade, os estudos de C. MARINESCU, de A. TSERSTEVENS e de VSEVOLOD SLESSAREV.

habitantes de Ceuta e as pessoas que lá forem tratar e commerciar com os sarracenos, na compra e venda de tudo, nomeadamente de viveres, pois deseja o monarca reduzi-los à fé cristã, por amor ou temor, — concedido quanto a viveres; d) que outorgue e ordene a algum prelado «in partibus» que, na outrora mesquita principal dos sarracenos, boa para o efeito, erija igreja catedral e sé episcopal, com cabido e outras insignias próprias de cidade, — cometido aos arcebispos de Braga e de Lisboa; e) que se digne conceder dispensa a seus filhos e filhas em geral de qualquer impedimento, em grau não proibido pela lei divina, para poderem contrair matrimónio com filhos ou filhas dos reis de Castela, de Inglaterra, de Aragão e de Navarra e com outros homens ilustres e, não desejando outorgar dispensa assim geral, ao menos para seu segundo e terceiro filhos e para Isabel sua filha, pois o primogénito já a obtivera, — concedida somente para o segundo filho.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 110, fl. 178. Os textos das presentes Súplicas e de outras adiante lançadas, encontrados por SOUSA COSTA, em investigação particular efectuada em Roma, como Professor do Pontificium Athenaeum Antonianum, foram pelo mesmo cedidos a *Monumenta Henricina*, limitando-se aquele a citá-los e sumariá-los em *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*.

Beatissime pater.

Supplicat sanctitati vestre deuotus filius eiusdem sanctitatis Johannes, Portugalie et Algarbij rex, quatenus omnes et singulas infrascriptas petitiones ad exaudicionis gratiam admittere et eas sufficienter signare dignemini, de gracia speciali.

[I]

Et quia, beatissime pater, prefatus rex, in seruicium Dei et ecclesie sue sancte, non obstante captione ciuitatis de Cepta per eum, quam spurcissimi sarraceni et crucis Christi inimici, ante debellacionem ipsius, possidebant, contra et aduersus sarracenos et infideles prefatos, in partibus affricanis et alibi, hoc sanctum Dei negocium, cui omnipotens Deus ab alto optimum principium dedit, cum ipsius Dei et ecclesie sue ac sanctitatis vestre auxilio prosequi intendat ipsasque partes debellare et ad christianitatem reducere idem dominus rex se disponat (1);

(1) Como já observámos em anotação ao vol. I e o sublinhou recentemente SOUSA COSTA, a expansão portuguesa ultramarina cabe perfeitamente o qualificativo de Reconquista cristã ou de recuperação pela Santa Igreja das zonas das antigas

Supplicatur igitur sanctitati vestre, pro parte ipsius regis, quatenus ipsi regi filiisque suis atque vniuersis christifidelibus cruce signatis et eorum cui libet, qui in sua seu filiorum predictorum suorum aut alicuius eorum societate, corde contriti et ore confessi, ad huiusmodi tam laudabile opus personaliter aduenerint, qui uero in proprijs non uenerint personis sed alias personas, eorum nomine, proprijs expensis, miserint et qui etiam, iuxta suas facultates, licet non ueniant, expensas in subsidium huiusmodi tam sancti operis fecerint et alias pro ipsius ciuitatis custodia et defensione ac huiusmodi negocij prosecutione manus porrexerint adiutrices, dignemini concedere quod gaudeant et gaudeat illis remissionibus et indulgentijs et gracijs apostolicis quibus transfretantes in Terre Sancte subsidium gaudere consueuerunt, quia tanto rex et filij ac christifideles predicti istam Dei causam libencius prosequuntur quanto potiores se nouerint fructum ex suis laboribus spiritualiter percepturos atque maioribus gracijs et indulgentijs apostolicis se a sede apostolica intuebuntur communitos. Et cum omnibus clausulis oportunis.

Fiat in forma consueta, pro euntibus personaliter uel mittentibus loco eorum. O (2).

[II]

Item, cum jdem rex secum et cum filijs suis ad huiusmodi negocij prosecutionem aliquos prelatos et viros religiosos et personas ecclesiasticas ut confessiones cruce signatorum (3) audire et eos, iuxta potestatem sibi a sede apostolica et sanctitate uestra tradendam, absolueret et ecclesiastica sacramenta sibi ministrare ac ipsos spiritualibus remedijs confouere possint ducere intendat;

Supplicatur igitur humiliter et deuote, pro parte eiusdem regis, quatenus duobus ecclesiasticis prelati, quos duxerit eligendos et eorum cui libet quod, per se uel alium seu alios premissa facere et exequi valeant, prout qualitas negociorum exegerit et ipsis prelati uel ipsorum alteri visum fuerit expedire, et possint sibi plenarie committere quodque, ipsis seu eorum altero decedentibus, duo alij ecclesiastici viri, quos jdem rex seu filius suus princeps exercitus cruce signatorum (3) ad hoc duxerit eligendos

cristandades do norte de África, como se infere deste passo da Súplica joanina. E por isso aquele autor conclui:

— «Esta era também a mentalidade dos nossos reis e do Infante D. Henrique» (*O Infante D. Henrique e a Expansão Portuguesa*, p. 425, nota 17). O facto é confirmado, como em seu lugar se sublinhará, também por textos posteriores.

(2) A respectiva bula de cruzada, a *Rex regum*, da mesma data, é o nosso DOC. 143.

(3) No ms. *crucissignatorum*.

in eius seu eorum loco, cum illa potestate sic sibi, ut premititur, per sanctitatem vestram concessa aut concedenda, surrogetur eidem regi concedere dignemini, de gracia speciali. Quodque transgredientes ordinationes et mandata regis predicti seu illius filij sui, qui dux exercitus predicti fuerit, penam aliquam formidabilem incurrant, de qua eidem sanctitati videbitur talibus imponenda. Et cum clausulis oportunis.

Fiat et committatur duobus prelati citra excommunicationem etc. O.

[III]

Item, quia jdem rex cupiat sarracenos circumadiacentes ad christianam religionem reducere, quod fieri minime potest, nisi amore aut timore; et quia, ut predictus amor interueniat, oportet ut inter ipsos christianos, qui ad custodiendam ipsam ciuitatem de Cepta intersunt et ipsos sarracenos mutua conuersacione, vendicione et empicione, eciam rerum comestibilium et victualium tractetur, quod iam per ipsos sarracenos extitit petatum, quodque nonnulli christiani in captiuitate positi et alij quondam christiani, qui timore nomen Christi blasphemarunt, sub huiusmodi colore, ad dictam ciuitatem confluere, a quibus multa pro predicti negocij prosecutione scire poterunt;

Jdeo supplicatur eidem sanctitati, pro parte eiusdem regis, quatenus ut, non obstantibus quibuscunque penis, sentencijs et censuris ecclesiasticis in contrarium edictis, illi qui in eadem ciuitate pro tempore habitauerint aut alias pro custodia ipsius sunt aut fuerunt aut ad ipsam confluuerint possint cum adiacentibus et circumuicinis sarracenis sic in emptione et vendicione omnium rerum, eciam comestibilium et victualium, conuersari. Et cum omnibus clausulis oportunis.

Fiat de rebus comestibilibus. O (4).

[IV]

Item, quoniam jdem rex cupit quod in eodem loco de Cepta quedam cathedralis ecclesia erigatur, cum episcopo et jnsignijs ciuitati conuenientibus;

Supplicatur eciam eidem sanctitati, pro parte eiusdem regis, qua-

(4) A bula respectiva, *Super gregem dominicum*, de 3 de Julho de 1418, é o nosso DOC. 148.

tenus alicui prelato in partibus committere et mandare vt de misquicta principaliori quondam sarracenorum ad hoc satis conuenienti quandam cathedralem ecclesiam et sedem episcopalem cum capitulo et alijs insignijs sibi conuenientibus, ut prefetur, erigere et ordinare, auctoritate apostolica, possit ac valeat graciosè concedere dignemini. Cum clausulis oportunis.

Fiat et committatur Bracarensi et Vlixbonensi archiepiscopis. O. (5).

[V]

Item, beatissime pater, quoniam inter regem predictum necnon Castelle, Anglie, Aragonie, Nauarre reges et reginas atque nonnullos alios reges et illustres mundi personas vtriusque sexus maximum consanguinitatis seu parentele vinculum existit, adeo quod, absque sedis apostolice licencia, matrimonium minime contrahere possunt, obstante impedimento predicto; et, quoniam reges Portugalie, predecessores sui, qui pro tempore fuerunt, sepe odiorum rancores et guerrarum turbines ac dissensiones mortales, que inter ipsos et reges Castelle prefatos emergerunt, ad inuicem sacro matrimoniorum federe, cum predictis regibus amicablem concordarunt ipsosque rancores guerrarumque turbines et mortales dissensiones in pacem, concordiam et amorem conuerterunt (6) atque alios amore coniunctos, interueniente huiusmodi sacramento, se forciori vinculo et indissolubili nexu astrinxerunt, quod etiam inter ipsos reges per huiusmodi matrimonia contrahenda fieri speratur;

Supplicatur igitur sanctitati vestre humiliter et deuote, pro parte ipisus regis, quatenus pie premissis attentis, cum eius filijs vtriusque sexus quod cum Castelle, Anglie, Aragonie, Nauarre regibus et reginis regallibusque et illustribus hominibus, etiam vtriusque sexus, atque eorum filijs et filiabus matrimonium in quocunque gradu per diuinam legem non prohibito contrahere possint, prolem exinde suscipiendam legitimam nunciantes. Et, si non ita generaliter eadem sanctitas concedere uellit, saltem pro secundo et terciogenitis ac Helisabeth, eius filia, concedere dignetur, quia primogenitus eiusdem regis super premissis a sede apostolica dispensationem obtinuit. Cum clausulis oportunis.

Fiat iuxta formam iam exhibitam et pro secundogenito tantum. O

Datum Constancie, pridie nonas aprilis, anno primo.

(5) A respectiva bula, do mesmo dia 4 de Abril, é o nosso DOC. 144.

(6) No ms. *conuertendo*.

143

4 ABRIL 1418

Bula da Cruzada Rex regum, de Martinho V, a reconhecer implicitamente a Portugal a praça de Ceuta e as demais cidades e terras que el-rei D. João I, auxiliado pelos demais príncipes e fiéis cristãos, vier a tomar aos sarracenos, a conceder aos combatentes e a quem os custear a indulgência plenária e garantias dos cruzados da Terra Santa e a ordenar às autoridades eclesiásticas do orbe cristão preguem a cruzada todas as vezes que lhes for solicitado pelo referido monarca.

AV., Reg. Vat., vol. 352, fl. 153, — texto que se reproduz; repetida no vol. 358, fl. 6.

Publicada: por E. STAEDLER, *Die Crucata Martins V von 4. April 1418*, no *Archiv für Urkundenforschung*, 1942, t. 17, p. 310, segundo a primeira fonte citada; incompleta, por omitido o preâmbulo, e por isso erradamente designada por *Sane charissimus*, em RAYNALDUS, *Annales*, ad an. 1418, n.º 21 a 23, donde a tomaram JORDAO, *Bullarium Patronatus*, t. 1, p. 9, e SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, vol. 1, p. 246. A súplica respectiva no documento anterior.

Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 403 e em ABRANCHES, *Suma*, n.º 2028. Estudada por DE WITTE, *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV.º siècle*, t. 48, pp. 686 e 690, e por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, pp. 424 e ss.

Martinus, etc.

Venerabilibus fratribus patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis filiis electis, administratoribus, abbatibus, prioribus aliisque ecclesiarum et monasteriorum prelati necnon ceteris christiane religionis professoribus vbilibet constitutis, ad quos presentes littere peruenerint, salutem, etc.

Rex regum et Dominus dominancium vnigenitus Dei Filius Jhesus Christus, ut humanum genus de laqueo seruitutis eripiens ad celestes sedes ineffabili misericordia reuocaret, e celorum summo descendit in terras et, caducam humane fragilitatis carnem clementer indutus, doctrina sanctissima simul et exemplo vite mortalis viam qua graderentur homines ad eandem vere vite patriam demonstraui et, cum ipse summus omnium rerum opifex incorruptus et immortalis existeret, non renuit inter cor-

ruptibiles et mortales, probos et improbos, conuersari, languores (1) humanos perpeti, tormenta corporis sustinere et tandem, in cruce pendens, mortem pacienter suscipere, ut mortem nostram moriendo destrueret ac vitam, sacratissime vite sue ministerio, repararet et cum nullis humanis meritis sed ex vberantissima sui clemencia cunctos qui vere crediderint in cruce duxerit liberandos.

Nos, eius vices, quanquam insufficientibus meritis, ex indulgenti sua bonitate gerentes, considerantesque creditum solitudini nostre gregem non satis posse condignas tanto beneficio laudes exsoluere debitaque veneratione complecti, prefate crucis sacratissimum signum, que perpetue mortis uinculis dissolutis rectissimum iter ad vitam et immarcescibilem (2) gloriam patefecit, ad illa curis assiduis vigilamus et operibus indefessis enitumur, per que gregem ipsum huiusmodi doctrine fideliter obsequentem et in conspectu diuine maiestatis acceptum reddere valeamus, ingratisimos vero tanti muneris homines saracenos, agarenos et alios infideles qui, veri luminis vereque salutis iter pertinacissima mentium caligine contempnentes, prefate crucis insidiatores et hostes Deo odibiles et christiane religionis persecutores accerrimos sese reddunt, a nequissimis eorum insultibus, quibus in christianum sanguinem sepius debachantur, non solum spiritualibus verum etiam temporalibus accitis presidijs possimus, auctore Domino, salubriter coercere.

Sane carissimus in Christo filius noster Johannes, Portugallie rex illustris, sicuti tam aliquorum fide dignorum plurima relatione quam suadente fama didicimus, christiane propagationis (3) affectibus inflammatus ac cupiens collatam sibi a summo rege potentiam in exaltacionem gloriosi sui nominis exterminiumque ipsorum (4) hostium exercere, instructis christianorum militum aciebus, ad debellandos tam in Affricanis quam alijs partibus conuicinis sarracenos et alios infideles qui christianos crebris insultationibus, captiuitatibus et occisionibus affligebant, in detenta per eos territoria et loca processit ac locum de Cepta, quem longis retroactis temporibus occuparunt, ab ipsorum intollerabili seruitute potenter eripiens suauissimo christiane professionis iugo restituit.

Cum autem idem rex, catholice fidei pugil et athleta fortissimus, indultam sibi felicem victoriam in eosdem infideles viriliter prosequi desideret ac proponat et adiuncta sibi multitudine copiosa fidelium intendat, eodem prestante cuius causam deuote amplectitur, ad subiugan-

(1) No ms. *longores*.

(2) No ms. *immarcescibilem*.

(3) No ms. *propagationibus*.

(4) No ms. *ipsius*.

dos (5) sarracenos et infideles huiusmodi redigendasque ad cultum ipsius vere fidei terras quas occupant, omnem suam et dictorum suorum regnorum potentiam adhibere, nostras et catholice ecclesie, que congregacionem ipsorum fidelium comprehendit, pro tam felicis consumacione negocij partes adiutrices humiliter implorauit.

Nos itaque, tam salutare prefati regis propositum maximis in Domino laudibus extollentes, ac pro eiusdem successu directis in celum oculis ei cuius negocium geritur, immensas proinde gracias exsoluentes, omnes et singulos imperatores, reges, duces, marchiones, principes, barones, comites, potestates, capitaneos, magistratus et quoslibet alios officiales ac eorum locatinentes, communitates quoque ciuitatum, vniuersitates opidorum, castrorum, villarum et aliorum quorumcumque locorum, ceterosque eiusdem christiani nominis zelatores, status et religionis quorumlibet, exhortamur ac, per aspersionem sanguinis eiusdem gloriosissimi Redemptoris, paternis affectibus obsecramus, in suorum eis remissionem peccaminum suadentes ut, ad infidelium errorumque eorundem exterminium et ad impendenda profutura suffragia quibus huiusmodi negocij prosecutio feliciter adiuuetur, potenter atque viriliter se accingant, ad hoc enim spiritualibus munificencijs, remissionibus videlicet et indulgencijs, ipsorum de fratrum nostrorum consilio prouidimus inuitandos.

Quocirca, vobis et uestrum cuilibet, fratres patriarche, archiepiscopi ac filij electi, administratores et prelati, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus vos et quilibet vestrum, quociens Johannem, predictum Portugalie regem, huiusmodi negocio intendere et aduersus infideles eosdem exercitus instruere et ordinare contigerit, super hoc quoque vigore presentium, quas plene firmitatis robore quandiu idem Johannes rex vitam duxerit in humanis fulciri volumus, debite fueritis requisiti, ad premissum tam pium tamque salubre negocium exequendum, veluti precones fortes, exaltantes ipso nomine voces uestras in singulis ciuitatibus, diocesibus atque locis vbi congruere prospexeritis, per vos aliasque personas seculares et regulares ordinum quorumcumque, quas ad hoc ydoneas duxeritis eligendas, iuxta datam vobis et illis a Deo prudentiam, christifidelibus quibuscunque ad id audiendum confluentibus et accedere volentibus, quibus vere penitentibus et confessis, ut ad id eo libentius inducantur, pro vice qualibet accessus huiusmodi quadraginta dies de iniunctis tunc eis penitencijs per vos, auctoritate apostolica, relaxentur, verbum crucis eiusdem ac ipsius admirabile signum publice proponere et predicare curetis illudque fidelibus ipsis id deuote suscipere volentibus, uestreis et eorundem eligendorum exhortationibus ac oportunis monitio-

(5) No ms. *subjugendos*.

nibus preuijs, ut cum reuerencia debita signum huiusmodi recipiant et illud, contra peruersa dictorum infidelium conatus atque molimina, suis cordibus imprimant et negocium ipsum fideli ac feruenti animo prosequantur, libere concedatis eorumque humeris affigatis.

Nos enim, ut fideles ipsi ad id eo feruentius animentur, quo vberiore gratiam exinde se nouerint percepturos, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius auctoritate confisi et illa quam nobis, licet immeritis, Deus ligandi atque soluendi contulit potestatem, elsdem fidelibus qui, crucis huiusmodi signo suscepto, prefatis exercitibus in personis proprijs interfuerint pariter et expensis, quique ut illis interessent sine fraude iter arripuerint, si in ipso fuerint itinere vita functi, plenam suorum peccaminum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, veniam impertimur et in retributionem iustorum salutis eterne pollicemur augmentum, eisque qui non in personis proprijs illuc accesserint sed ipsorum dumtaxat expensis, iuxta suarum facultatum qualitatem et exigenciam, ydoneos destinauerint bellatores, ac illis qui, licet alienis expensis, proprijs tamen adierint in personis, plenam suorum concedimus veniam peccatorum, huiusmodi quoque remissionis volumus et concedimus esse participes, iuxta quantitatem subsidij ac deuotionis affectum, eos omnes qui, durantibus exercitibus supradictis, pro huiusmodi consumatione negocij de bonis suis congrue ministrauerint et circa illud consilium et auxilium impenderint oportuna, decernentes nichilominus, auctoritate predicta, omnia et singula ciuitates, terras, castra, munimenta atque loca, que per exercitus eosdem expugnari et ab ipsorum infidelium detentione ac seruitute liberari contigerit, prefati Johannis ac suorum heredum, qui tunc fuerint, ditioni atque dominio subiacere et ad ipsum suosque heredes legitime pertinere, vniuersos preterea et singulos quos huiusmodi crucis signo muniri contigerit, ut prefertur, illo priuilegio eaque immunitate gaudere que cruce signatis pro Terre Sancte subsidio in generali concilio quomodolibet sunt concessa, earumque personas necnon familiam, res et bona sub beati Petri et sedis apostolice atque nostra protectione permanere debere, statuentes rursus ut bona predicta, extunc donec de ipsorum reditu uel obitu certissime constiterit, integra maneant et quleta.

Jllorum vero archiepiscopi, episcopi necnon archidiaconi et alij superiores ac officiales eorundem ipsos ac huiusmodi bona, auctoritate predicta, tueantur, non permittentes ipsos, contra dicti statuti tenorem, ab aliquibus indebite molestari, molestatores huiusmodi per censuram ecclesiasticam aliaque oportuna iuris remedia, appellatione postposita, compescendo, jnuocato eciam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis, non obstantibus si aliquibus communiter uel diuissim a sede predicta sit indultum quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mencionem.

Ceterum, ut ipsius viuifice crucis signo muniti eo facilius reddantur huiusmodi remissionum (6) et indulgenciarum participes, quo se liberior eximere posse conspexerint ab onere delictorum, Johanni regi prefato ac illis quos vice dicti Johannis regis exercituum duces siue capitaneos fore contigerit, tot ex vobis, fratres patriarche, archiepiscopi, episcopi et filij electi, abbates et prelati, de quibus illis pro tempore visum fuerit, qui ac alij ydonei seculares uel regulares ad id per vos assumendi, omnium pro huiusmodi deductione negocij cruce signatorum confiteri volencium confessiones audire et, huiusmodi confessionibus diligenter auditis, pro peccatis suis ac excessibus omnibus per illos commissis, eciam si manuum iniectores in clericos et religiosos necnon incendiarij et sacrilegi fuerint; nisi adeo graues in ipsarum manuum iniectionibus excessus extiterint quod ad eandem sedem merito debeant destinari, iniunctis ipsis, pro modo culpe, eciam cum exaggeratione congrua aduersus illos ex ipsis qui, quod absit, in progressu exercituum predictorum, aciebus quoque [contra] infideles eosdem instruendis, Johannis regis prefati et illorum qui exercituum, ut premititur, duces extiterint, eorundem ordinationes ac mandata temere transgredi presumpserint, penitencia salutari ac alijs que de iure fuerint iniungenda, debite absolucionis beneficium eadem auctoritate impendere possitis quociens oportunum fuerit, eligere ac deputare. Et insuper, pro colligendis et acceptandis pecuniarum summis ac rebus alijs, quas pro huiusmodi prosecutione negocij per quosuis erogari contigerit, personas ecclesiasticas honorabiles, ydoneas et fideles, de quibus eis videbitur, assumere libere valeant, auctoritate predicta, tenore presencium indulgemus.

Verum quoniam difficile videretur presentes litteras singulis exhibere, volumus quod vnus uel duo siue tot ex vobis fratres patriarche, archiepiscopi, episcopi ac filij electi, abbates et prelati, de quibus Johanni regi prefato videbitur, huiusmodi litterarum transumptum publica manu confectum eorumque sigillis munitum personis et in locis singulis vbi expedire videbitur transmittere ac insinuare procurent. Cui quidem transumpto, velut originalibus, dari volumus atque decernimus plenam fidem.

Datum Constancie, ij nonas aprilis, pontificatus nostri anno primo (7).

(6) No ms. *remissionem*.

(7) É esta uma bula clássica de Cruzada, modelo das expedidas no pontificado seguinte. Endereçada às autoridades eclesiásticas de todo o mundo cristão, falta o texto dirigido a el-rei D. João I e ainda o respeitante aos príncipes cristãos, decreto de igual título, de teor idêntico e da mesma data, segundo o costume da chancelaria pontifícia. Sendo o presente diploma, que nos consta, o primeiro emanado dos romanos pontífices sobre Ceuta após a sua conquista pelos portugueses em 1415, ele assume capital importância política: pois, não só reconhece a Portugal aquela praça marro-

Bula Romanus pontifex, de Martinho V, dirigida aos arcebispos de Braga e de Lisboa, a incumbi-los de se informarem sobre se o lugar de Ceuta merece ser elevado a cidade e a respectiva mesquita a igreja catedral, como lhe solicitara el-rei D. João I, e a ordenar-lhes que, em caso afirmativo, o façam.

ANTT., *Bulas*, maço 11, n.º 13, inserta na executória dos arcebispos de Braga e de Lisboa, de 6 de Setembro de 1420, — texto que se reproduz; AV., *Reg. Lat.*, vol. 195, fl. 289.

Publicada: por JORDÃO, *Bullarium Patronatus*, t. 1, p. 8, e na sua *História Ecclesiastica Ultramarina*, p. 67; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 245. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 404, e por ABRANCHES, *Suma*, p. 38. Referenciada por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, pp. 686 e 695.

quina, mas ainda as cidades e terras que D. João I, coadjuvado pelos demais príncipes e fiéis cristãos, vier a tomar aos sarracenos; dada, ademais, por Martinho V em Constância, onde decorria o concílio, não consta que tivesse havido contestação da parte dos castelhanos, sem embargo do que seria de esperar nos termos da tese dos mesmos a respeito da conquista de África, denunciada pela carta de Afonso XI de Castela a Clemente VI de 13 de Março de 1345 (Cfr. o nosso vol. I, DOC. 98), confirmada no século XV pelas célebres *Alegações* do bispo de Burgos.

Nem na bula nem na Súplica respectiva, da mesma data (inserta no DOC. 142), se diz quem a solicitou. Achando-se, porém, no concílio embaixada portuguesa desde 1416, onde o Dr. Gil Martins sublinhara, em discurso, o alcance do feito ceptense, é possível que D. João I houvesse incumbido aqueles seus embaixadores de requererem ao pontífice o presente diploma. Como quer que fosse, «ce qu'il faut noter — sublinhemos com o ilustre historiador DE WITTE—, c'est que le document reflète sans altération les espoirs optimistes que l'on nourrissait à la cour portugaise depuis 1415. Il n'est question dans l'exposé que du désir du roi de *indultam sibi felicem victoriam... viriliter prosequi*» (Cfr. *Les bulles*, t. 48, p. 691).

O aspecto jurídico e todo o alcance do presente diploma pontifício são sublinhados por SOUSA COSTA: — «Martinho V interpretava e punha em prática as teorias jurídicas da época. Segundo elas, ao papa competia, em virtude do seu poder universal e na qualidade de Vigário de Cristo, mover guerra, por si ou por outrem, aos infiéis, para recuperar as terras outrora dos cristãos ou ainda mesmo por motivo da ocupação da Terra Santa. Afora estes casos, não era lícito atacar os infiéis e ocupar as terras que, de direito, lhes pertencessem. Em guerra lícita de própria defesa ou de auxílio aos cristãos, por própria iniciativa ou por autorização do papa, tudo quanto fosse tomado ao inimigo, lícitamente passava ao domínio dos vencedores. No caso, pois, da guerra de África, tratava-se de reconquista em nome do papa, o único com direito a autorizar a ocupação das terras que foram outrora possessão dos cristãos, por parte dos que viviam fora da alçada do Imperador» (*O Infante D. Henrique*, p. 425).

Martinus episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabilibus fratribus Bracharensi et Vlixbonensi archiepiscopis salutem et apostolicam benedictionem.

Romanus pontifex, beati Petri celestis regni clauigeri successor et vicarius Ihesu Christi, cuncta mundi climata omniumque nationum in illis degentium qualitates, paterna consideratione, discutit et examinat diligenter, ex officij debito, salutem querens et appetens singulorum, supernaque suffultus potencia illa, suadentibus rationibus et causis, perpensa deliberatione, salubriter ordinat atque disponit que grata diuine magestati fore considerat et per que oues diuinitus creditas ad ouile reducit dominicum eisque felicitatis eterne policito premio ueniam impetrat animarum. Que siquidem, auctore Domino, certius tunc et acceptius prouenire non ambigimus, cum ueritas catholice fidei, ad laudem et gloriam diuini nominis dilatationem, suscipit pariter et incrementa.

Sane nuper pro parte carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie regis jllustris, nobis fuit expositum quod locus de Cepta, quem rex ipse, Christi uidelicet pugil et athleta, ministerio cooperante diuino, a perfidorum spurcissimorumque sarracenorum et agarenorum dominice crucis obtractatorum et emulorum, qui tunc etiam suam inibi, pro ydolorum et simulachrorum cultu, tenentes mesquitam siue sinagogam, occupabant, eundem manibus uictoriosis eripuit, illum sue dicioni subiugando populosos multum et honestus ipsaque mesquita siue sinagoga apta euidenter existunt ad hoc, quod illa in cathedralem erigatur ecclesiam, presule inibi et clero residentibus pro tempore, per quorum actus et opera, eciam cum ingenti animarum partium illarum habitatorum et incolarum propagatione, salutis fidei firmamentum solidabitur orthodoxe, diuinus quoque cultus ac populi deuotio pullulabunt et instaurabuntur non mediocriter in partibus memoratis. Quare, pro parte dicti regis, nobis fuit humiliter supplicatum ut super hijs opportune consulere de be[ni]gnitate apostolica dignaremur (1).

Nos igitur, qui de premissis certam noticiam non habemus, quique cultum et fidem eosdem nostris temporibus uigere et adaugeri jntensis desiderijs affectamus, huiusmodi supplicationibus jnclinati, fraternitati uestre, per apostolica scripta mandamus quatinus super premissis et eorum qualitatibus uniuersis, auctoritate nostra, uos diligentius informetis; et,

(1) Conquistada Ceuta em 14 de Agosto de 1415, na mesquita maior da povoação, depois de limpa e benzida, foi celebrada missa solene com sermão em 25 e nela os infantes armados cavaleiros (Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, caps. 95 e 96). É essa mesquita maior que ora se pretende erigir em catedral.

si per informationem huiusmodi locum quod in ciuitatem et mesquitam siue sinagogam predictos ut in ipsam cathedralem ecclesiam erigantur aptos et ydoneos fore inueneritis, locum in ciuitatem et mesquitam siue sinagogam eosdem in ecclesiam prefatam Ceptensem perpetuo nuncupandos, eciam cum iuribus et [in]signijs quibusuis alijs eisdem partibus contiguis ciuitatibus et ecclesijs cathedralibus, sub nostra et romane ecclesie deuotione consistentibus, de iure uel consuetudine quomodolibet debitis, auctoritate nostra erigatis, facientes necnon disponentes et ordinantes preterea omnia et singula que in premisis et circa ea expedire uideritis ac necessaria fuerint seu quomodolibet opportuna.

Datum Constancie, ij nonas aprilis, pontificatus nostri anno primo (2).

145

JUNHO 1418

Ordenação para a cobrança do pedido e meio que as cortes de Santarém de 1418 outorgaram a el-rei D. João I, mandada depois observar por el-rei D. Duarte, na tiragem do pedido para a conquista de Tânger.

ANTT., Chancelaria de D. Duarte, liv. 2, fl. 43 v.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 493. Referenciada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Supl. ao vol. 1, pp. 466 e 495.

Esta he a hordenaçom que foy mandada aos contadores das comarcas per que se ouuessem de rreger, em rrazom de hũu pedido que a elrey foy outorgado pellos procuradores das çidades e villas e lugares de seus rreinos nas cortes que sse fezerom em Santarem, no mes de junho, era iiij^o Lbj, com allgũas decarações que despois fez elrey dom Joham e elrey Duarte (1).

Primeiramente, que os contadores e scpriuães dem o trellado dos liuros e quadernos per que foy tirado o pedido na era iiij^o Riiij^o anos e o

(2) A Súplica desta bula, da mesma data, acha-se inserta em nosso DOC. 142.

(1) Este parágrafo constitui o título do documento e é provavelmente texto de quem o exarou na chancelaria joanina ou já na eduardina, acrescentadas, na segunda hipótese, as palavras «e elrey Duarte», em 1436.

trellado desta hordenaçom a cada hũu rrequeredor das comarcas de que teem carregio de fazer tirar o dicto pedido.

Item, veiam as pessoas conteudas nos dictos liuros e as contyas en que hi som postas e costranganos por ellas e nom por mais, ssalluo se, per enformaçom certa, for achado que algũas das pessoas contehudas em os dictos liuros ouuerom mais beens, per heranças ou per casamentos ou per outras algũas gaanças; e, sse algũus delles alegarem que nom am de pagar essas contyas que lhe som postas, dizendo que lhes morrerom as molheres ou essas molheres que lhes morrerom os maridos e que partirom os beens e que as partes dos finados herdarom seus herdeiros ou foram uendidos e dados os preços por suas almas, taaes como estes saibasse se he assy; e nom os costrangerom por mais que por aquillo que for achado e sserom costrangidos os herdeiros que esses beens herdarom ou aquelles que taaes beens comprarom, se uendidos foram, e dados os preços por as almas dos finados; e, sse disserem algũus que dos beens que lhe foram auallyados por que foram postos em esses liuros que pagassem, que perderom gram parte delles, em estes terreos esta maneira: que se as perdas que alegarem som grandes e foram notoreas, entom fazeelhes auallyar esses beens que teuerem e costrangedeos que paguem, dos que lhes forem achados, segundo a hordenaçom; e, sse acontecer que algũas dessas pessoas nom qujserem pagar, vendamlhe primeiramente beens moueeis ataa ix dias e a rraiz a quijnze dias, em tanta contya quanta lhe montar no que am de pagar.

Item, costrangerees todollos que uaam scritos nos dictos liuros que paguem em este pedido e nom escusarees nẽhũas pessoas, por cartas nem priujllegys que tenham, salluo os que achardes que som nossos uassallos, posto que seiam pousados, nem costrangerees os nossos beesteiros de cauallo que paguem no dicto pedydo, aquelles que uos fezerem çerto que o som e mostrarem dello nossos priujllegys, assijnados e asseallados.

Item, sse alegarem que som filhos dalgo de llinhagem e que por esto deuem de seer escusados de pagarem no pedido, em esse teerrees esta maneira.

Item, sse forem filhos dalguo conhecidos asy como filhos dalgo de linhagem antiga ou filhos dalgos que foram armados caualeiros per nos ou por nossos antegessores, a taaes como estes nom costrangeres que pagem no dicto pedido; e, se for duuida que seja de tall condiçom ou nom, porque elles alegarom que o eram e uos nom serees dello çerto, vos penho-rayos e daalhes tempo a que uenham a nos por auerem liuramento ssobre ello. E, sse a esse tempo que lhes derdes forem com o nosso liuramento, guardalho; e, se nom forem com elle, costrangeeos por aquillo que lhes amontar de pagar asy como cada hũu dos outros e esso mesmo se entenda nas molheres que dizem que som filhas dalguo, que sse por esta rrazom

quiserem escussar de nom pagar. E destes filhos e filhas dalgo que asy forem escussados pooeres em esses liuros onde forem escriptos esaa rrazom, pera veermos quantos ssom e como foram escussados. E, sse taees fidalgos poderom serujr na gerra e nom serujram, nom lhes guardes taees priuilegios e paguem como os cidadãos.

E aquelles que diserem que ssom filhos dalgos ou uillãaos, viuuas que nos alegarem que sseus maridos morerom em seruindo na gerra como homens darmas ou eram vassallos e ellas ssom veuuas e mantem suas onrras e desto fordes certo sen outra duuida, nom os costringaees que paguem.

Jtem, se algũos alegarem que ssom crelligos, nom os costringaees os que ssom beneficiados que paguem no pidido porque nos fazem seruico dos dictos benefiços posto que ajam beens patrimoniaaes, salluo sse ouue beens per compra ou per doaçom, que todo entendemos que o teem per compra nem esto nom podem fazer ssalluo per nossas cartas espiciaaes e todollos outros crelegos costringerees, posto que sejam dordem ssagraaes, que paguem dos beens patrimoniaaes e aforamentos e emprazamentos que ouuerem, segundo a contia em [que] foram aualiaados esses beens pera nos.

Jtem, se uos alegarem algũos que seruiram na gerra como homens darmas e ora ssom ja velhos ou aleijados ou mancos, per tall guissa que nom podem ja serujr, a taees como estes se nos dello ferezem certo sem outra malicia e engano nom os costringaees que paguem e poende senpre no liuro a rrazom porque ssom escussados.

Jtem, sse algũos uiuerem com algũos ssenhores a bem fazer e nom ssom cassados nem mestres nem viuem por soldadas, a taees como estes nom costringaees que paguem, salluo sse for prouado que tem barregaans, que taees como estes paguem e, sse teuerem beens que dante forem obrigados ao pidido, estes tambem paguem ssegu[n]do seu aualiameto dello.

Jtem, sse algũos alegarem que ssom nossos officiaaes que andam connosco contenuadamente por hu nos andamos e de nos ham mantimentos, nem os nossos contadores e escpriuãaes, officiaaes dos nosos contos da cidade de Lixboa que seruem contenuadamente e os outros que connosco andam e outrosy nas comarcas dos nossos rreinos fazendo o que lhes per nos he mandado em nosso seruico, nem outrosy nom costringaees os nossos officiaaes da casa do çiuell e nos hi seruem e de nos ham mantimentos.

Jtem, nom costringeres os corregedores que ssom postos pollas terras e esso medes os meirinhos e escpriuães das chancellarias dessas correções que de nos ham mantimentos e esso medes nom costringeres os juizes que per nos ssom postos per as terras que de nos ham mantimentos e todollos outros officiaees costringerees.

Item, porque dalgũos lugares pera outros se mudam os poboradores da terra, a tães como estes se escussaram dizendo que pagauam alhur e em esto farees asy se uos ffezerem çerto que pagarom em outra parte nom os costringerees e se uos çerto nom fezerem e souberdes que am beens nos lugares donde asy partiram e lhes allo foram aualliaados, costringedeos que paguem a contija dos aualliaamentos e, se achardes que esses beens nom foram aualliaados, fazelhos aualliar e costringer per esse aualliaamento; e, se lhe nom soberdes beens e forem homens que podem ganhar, costringeos per a taxa daquelles que nom [am] beens e som taaes pessoas que gançar podem, a quall he ajusso escripta.

E, porque mujtos som mudaues e nom ham beens nẽhũuos e outros que nom ssom nem ham beens nẽhũuos nem mesteres çertos per que uiuam, em estes ataaes terres esta maneira: se forem ataaes que possam gançar algũas coussas poendosse a mester ou trabalho, costringeos que paguem a majs pequena taxa conthehuda em estes liuros e em esta ordenaçom.

Item, ase achardes alhũus outros em esses llugares a quem nom fossem aualliaados sseus beens de quallquer condiçom que seja, fazeelhes escpreuer e aualliar seus beens e a conthia que lhes for achada fazeelhes que paguem, saluo ase forem das pessoas que deuem seer escusadas, ssaluo outrosy aquelles que achardes em esses lliuros que som postos por nihil, que mandamos que nom paguem, ssaluo se lhes achardes beens ou podem ganhar, como dicto he.

Item, uos mandamos que, quaesquer pessoas a que ouuerdes de aualliar seus beens, perguntadeo per sua uerdade e per boa emformaçom sse am beens em outras comarcas, pera o mandardes dizer ao que allo ouuer carrego de rrequerer o dicto pedido pera os aualliar e uollo mandar dizer em quanto os aualliou e poerdes essa conthia com a outra em que os aualliaastes em soma e lhes fazerdes pagar de todo e esso meesmo mandamos que sse em essas comarcas de que auees (1) carregos achardes ou souberdes que hi ha algũas quintaaes ou casaaes ou outros beens, quaesquer que sejam, dalgũas pessoas que morom em algũas comarcas huu essas pessoas ssom moradores, pera esse aualliaamento poer com ho outro aualliaamento e pagar dello ssegundo o aualliaamento que dello ouuer.

Item, mandamos que aquelles que poserdes por sacadores e escpriũes do dicto pedido nom sejam costringidos por este anno que uam servir na guerra nem a outras nenhũuas partes fora dos llugares onde som moradores e uos nom tomees daquellas pessoas que ja foram ou ssom apropiadas pera hir serujr.

Item, viuuas e horfõos que nom ouuerem mesteres nem beens que cheguem a çem llibras desta moeda nom paguem nenhũa cousa.

(1) No ms. *antes*.

Item, todo homem que nom for manco ou çego e poder guanhar pague da conthia meor postas em esses lliuros, posto que nom aja beens; e, ase ouuer conthia de dez llibras atee duzentas, pague do que dicto he dez e bj rreaes.

Item, nos aualliamientos que hora foram fectos a algũas pessoas que ajnda nom foram aualliadados ou per mĳnguamentos ou per acreçentamentos ouuerem sseer aualliadados teersse ha em ello esta maneira.

Item, ssera aualiado pella moeda de dez ssoldos que se corria na era de iiij^{xxix} anos os primeiros aualiamientos que foram ffectos ssegundo entom as eranças e os outros beens mouees valiam.

Outrosy uos mandamos que aqueles de que fordes çerto que seruem em Çepta per nosso mandado, per ssi ou per outrem, e esso meesmo daqueles que vaam per noso mandado nas gallees que ora mandamos armar ou derom por ssy outros por demasya, que nom sseiam costringidos que pagem em este pedido. E o dicto pedido que assi ora mandamos tirar se a de pagar per esta guisa.

Toda pessoa que ouuer de dez libras ataa ij^o pello primeiro aualiamiento que foy fecto per que sse rrecadase o pedido page — xbj rreaes.

Item, quem ouuer ij^x libras ataa iij^oR libras page — xxbij rreaes.

Item, quem ouuer iij^oR libras atee b^olR libras page — R^{ua} rreaes.

Item, quem ouuer bj^o libras atee j mil ij^o libras page — Lxx rreaes.

Item, quem ouuer j mil ij^x libras atee ij mil ij^o libras page — Ç rreaes.

Item, quem ouuer ij mil ij^o libras atee iij mil ij^o libras page — CRb rreaes.

Item, quem ouuer iij mil ij^x libras atee iiij mil ij^o libras page — Clx rreaes.

Item, quem ouuer iiij mil ij^x libras atee b mil ij^o libras page — ij^{xxx} rreaes.

Item, quem ouuer b mil ij^x libras atee bj mil ij^o libras page — ij^{lxx} rreaes.

Item, quem ouuer bj mil ij^x libras atee bij mil ij^o libras page — ij^{lxxx} rreaes.

Item, quem ouuer bij mil ij^x libras atee xij mil ij^o libras page — iij^oL rreaes.

Item, quem ouuer xij mil ij^x libras ataa xx mil libras page — iij^o rreaes.

E todas estas pagas ssobredictas ham de sseer fectas e pagadas per rreaes de dez rreaes. E sse a ora de tirar a moeda ssuso scprita dos haualliamientos rreal branco por rreal de dez ssoldos.

Outrossy todallas pessoas que aualliardes lhe poerees todollos beens que teueram em esses lliuros; e, posto que passem da moor contija, que ssom iiij^o rreaes de hũu pedido, nom costringerees nẽhũa pessoa que

mais pague. E, ajnda que herdem mais beens dos que erom obrigados ao pedido, nom pagem mais dos dictos iiii^o rreacs brancos em cadhũu pedido.

Outrossy mandamos a todollos sacadores e escpriuaaes de cadhũua quadriha ou ffreguesia dessa comarca que escpreuam em sseus liuros todallas pessoas que em ssua quadriha e thermo vjuerem, assi casados como ssolteiros, de qualquer condiçom que sseiam, posto que alegem que ssom nossos vasallos ou priueligiados per aquelles que de pagar ouuerem sseerem avaliados e pagarem ssegundo per nos he mandado e quallquer que depois for achado em ssua quadriha e termo della, que nom he scrito em sseu liuro, que o dicto sacador e escpriuam sseiam presos e pagem da cadea anoueado aquelo que a esses que nom forem scritos em sseus liuros montar de pagar no pedido.

Outrosy mandamos que todos aquelles que uos disserem que ssom nosos vasallos e que nom deuem de pagar, rrequereeilhe que uos mostrem aluaraaes de Belendim de Barbudo, scpriuam dos nosos moradores, de como o som; e aquelles que uollos mostrarem escpreuee os nomes delles em hũu quaderno apartado e as eras dos aluaraaes e onde som moradores. E estes taaes nom costranjerees que pagem; e os que o nom mostrarem aualiaelhe seus bees e costrangeyos que pagem. E o pedido acabado, mandaae o dicto caderno ao dicto Belendim de Barbudo pera o comcordar com seus lliuros. E os que aluaraaes nom theuerem amostrem como ouuerom carta de contijas ou per alguuas rrecadações de contadores de como lhe fforom pagadas dalgũus annos e se esto nom theuerem ou nom poderem auer, daelhe espaço conujnhauel como possom vijnr a Belendim de Barbudo e leuem sseu rrecado certo como som asentados no liuro por vasalos.

Outrossy uos mandamos que ponhaaes algũus boos homees por rrequeredores moores nos logares onde sooes de seer aquelles que uos emtenderdes que o sabem muy bem fazer por noso serujço e lhe daae a rrega e maneira de como se aja de tirar o dicto pedido; e, por rrogo que vejaaes dos jfantes meus jrmãaos nem doutras alguuas pessoas, nom poerees nẽhũu rrequeredor, saluo aquele que mais entenderdes por noso serujço. E nom poerees nemhũus daquelles que o foram nos outros pedidos nem darees a estes tal ofiçio perpetuu, mas ssoamente por esta uez.

E mandamos a todollos tabeliães e escpriuaaes das çidades e vilas e logares dessa comarca, escpreuam os liuros do dicto pedido e andem com os nosos ssacadores deligentes a tirar e rrecadar ho dicto pedido, posto que sseiam nossos uasallos, e esto so pena dos ofiços.

Jtem, mandamos a todollos coudees e sseus escpriuaaes que uos mostrem os liuros dos acotijados dos que som pera avaliar e que aquesto medes mandamos aos juizes e scpriuaaes dos horfãos que uos mostrem seus liuros e dem boa emformaçom do que lhes rrequerdes por nosso serujço.

Item, ssaberees dalgũas pessoas que tem mançebos de soldas ou a bem ffazer, sse lhe teem algũas gaados ou pam em couado e outras cousas e daae juramento aos ssanctos euanjelhos a sseus donos e amos que bem e uerdadeiramente uos digam o que assi tem esses mançebos que com elles viuem e do que disserem aualiaaelho e pagem delo.

Item, sse achardes que hũu homem ou molher foy aualiado em çerta conta e os bees dessa pessoa herdaram duas ou tres pessoas, sse estes juntamente pagarom aquel pedido que pagaua aquel de que herdaram cadhũu o que lhe montar, ou sera partida a conta em que lhe os dectos bees foram avaliados per esses herdeiros e pagarem sseguundo a taxa e se esto que lhe assi montar pera a dicta conta vnde lhe sera junto com as outras contas em que andarem acontihados em outras partes.

Item, mandamos que taaes herdeiros partam antre ssi aquella conta em que era acontijado aquele de que herdaram e pagam seguundo a taxa e sseialhe junta com as outras contas em que andarem acontijados em outras partes e pagem de todo o que lhe montar sseguundo a dicta taxa.

Item, algũus que achardes que tomamos por nossos vassallos e teem nossos aluaraes como os filhamos por nossos uasallos e nom ssom asentados nos liuros dos nosos marauedijs, mandamosuos que, se taaes como estes uos fezerem çerto, per aluaraes de Belendim de Barbudo noso escpriam dos moradores, que som vassallos, que nom paguem; e sse y o nom mostrarem, posto que mostrem os dictos nosos aluaraes, paguem, ca os que taaes aluaraes teem logo se deuem dassentar no liuro por vassallos.

Item, sse algũuas viuuas alegarem que seus maridos eram vassallos e que stauam aa uaga e, ante que ouesem ssuas contas, se finarom, a taaes como estes mandamos que, pois sseus maridos nom ouuerom contas, que ellas paguem.

Item, sse algũuas molheres alegarem que sseus maridos som vassallos e aa muyto tempo que andam fora do rregno por omjzijo e uos ellas fezerem çerto que seus maridos ssom nosos vassallos e ouuerom de nos contas que, posto que nom sseiam omeziados e no rregno nom sseiam, que nom paguem.

Item, porque hi ha mujtos que tem nosas cartas em que sse contem que os auemos por nossos vassallos e que ajnda que contas nom ouesem porquanto serurom na guerra, que mandamos que nom paguem, contanto que tenham harnas pera nosso seruço.

E esto mandamos que os que taaes cartas mostrem uos façam çerto ssem nhũua malicia como tem o dicto arnes e como he sseu; se y o teuerem nom paguem; e, se y o nom teuerem, paguem; e, se taaes como estes mostrarem harnes que sseu nom seia, mandamos que seia perdido pera nos.

Item, os beesteiros de cauallo e ginetes que ha muyto tempo que foram fectos e mostrarem cartas e priuilegios como som beesteiros e ginetes e nom pagarom no pedido dante, que nom paguem ora.

Item, as viuvas que foram molheres de beesteiros de cauallo e ginetes, costringerees que paguem, porquanto nom ham dauer os priuilegios e onrra das molheres dos vassallos.

Item, sse algũas molheres uos alegarem que ssom viuvas e quanto tijnham dizem que o derom em casamento a algũas ssuas filhas e que stam en poder dalgũus sseus jenrrros, os quaees som vasalos e alegam que nom teem nhũua cousa e som molheres que podem ganhar, sse taees como estes pagarom.

A esto mandamos que cando achardes que taees molheres som sso poder de taees jenrrros, que uos façam çerto, per scpitura puurica, do que assi derom em casamento a ssuas ffilhas e do mais que lhe fficar desso pague; e, sse nom mostrarem nenhũua scpitura, pague de todollos bees que ella ouuer; e, sse sse mostrar per a dicta scpitura que lhe deu todollos sseus beens en casamento, em tal scpitura como essa sseia rresaluado pera ella ho terço (2) dos dictos beens ou ao menos o quarto e desso pague, porque sse mostra que o fazem comluyosamente, por se escusarem; e per a sobredicta guisa se entenda aalgũus ou aalgũas que fezerom ou fezerem doaçoos de sseus beens a algũa outra pessoa que seia priuiliigiada e escusado de pagar o dicto pedido.

Item, se uos algũus mostrarem aluaraees do conde dom Pedro que leixarom em Çepta outros em sseus logor que seruem por elles e dizees que a uos he duuida sse estam la os dictos homees ou nom e, posto que os allo tenham, sse pagarom.

E outrosy que muytos beesteiros e outras pessoas som ora costringidos que vaam serujr ao dicto logo de Çepta e som costringidos que paguem em este pedido e sse agraum dello e uos serija duujda de y os costringerdes porque se andam atauyando pera sse hirem a Çepta.

A esto uos mandamos que aqueles de que fordes çerto, per aluaraes do conde dom Pedro, que ora stam em Çepta e outros por elles que allo leixarom de ssua mão per licença do dicto conde, taees como estes nom pagem nem esso medes aqueles beesteiros de conto e serujçaaes que ora ssom apurados pera alo hirem e nom contradizerem dhirem e se façam prestes pera hir; e se algũus dos dictos beesteiros e serujçaaes ficarem e allo nom forem per qualquer guisa que sseia, pague.

Item, mandamos que os homeens dos meirinhos que andam em a nossa corte uos fezerem çerto que passa de seis meses que andam com os dictos meirinhos na corte, que nom paguem e se dos dictos sseis meses pera fundo ha que seruem, paguem dos beens que ham ssegundo a taixa e se beens nom ouuerem paguem da meya contija. E esto porque algũus se uam e outros sse uem por se escusarem dalgũus emcarregos.

(2) No ms. çerto.

Jtem, sse uos algũa molher vehuua de uassallo diser que mantem sua honrra e tem em poder filhos, algũuos solteiros com os quaaees ajnda nom partyo [e] os beens estam mistigamente, sse taaees como estes pagaram do quinham que a cada hũu montar.

A esto mandamos que sse tall molher de uassallo esteuer em sua honrra e os filhos esteuerem sob seu poderiyo e os beens esteuerem por partijr em poder della, nom viuendo os dictos seus filhos com outrem por soldada nem auendo nẽhũu mester, mandamos que nom paguem; e, se uiuerem com outrem por soldada ou ouuerem mesteres ou sua madre he ja cassada com outrem, mandamos que pagem do que a cada hũu amontar dos bens que herdarem e teuerem segundo a taxa, posto que alleguem que estam mistigamente com os de sua madre e ajnda nom partiram.

Jtem, se achardes que algũuos homeens ssolteiros ja uiuerom por soldada e pagaram no outro pidido e ora nom uiuem por soldada e tornarom ao poderiyo de seus padres e madres, mandamos que taaes como estes sejam costringidos que paguem em este pidido, pois pagaram no pidido dante, posto que alegem que estam sob poderiyo de seus padres e madres, porque sse mostra seer conluyo por nom pagarem, posto que seus padres e madres pagem do que ham pois que ja viuerom apartados e pagaram.

Jtem, mandamos que os logares das frontarias pagem no pidido, salluo se nom pagaram no pi[di]do quando se foy a condessa dArrandell e no pi[di]do do emprestido que foy tirado pera a moeda de cruzados no anno da era de iiij^oRiiij annos, porque entam nom auia gerra.

Jtem, mandamos que esta medees rrega se tenha nas pessoas que allegarem que ssom priuilligiadas e mostram os priuillegios, salluo sse[em] esses priuillegeyos ou cartas que asy tem for contheudo que lhe foram dados a rregos dalgũas pessoas, porquanto taaees como estes mandamos que nom sejam escussados que asy ouuerem os priuillegios a rrego, posto que entom nom pagasem.

Jtem, mandamos que em ffecto dalguuos que seruiram em a hida de Çeipta por homeens darmas, que pagem, ssalluo sse fizeram çerto que ssom escritos nos liuros dos marrauidijs por vassallos, posto que ajnda nom ouuessem contijas, que nom pagem; e, se estes homeens darmas que asy foram a Çeipta seruem ajnda allo per sy ou per outrem, mandamos que nom pagem.

Jtem, se algũuos nossos criados ou delrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, que teem priuillegios nossos per que sejam apossentados ou escussados, de taaes como estes vos nos enuiaae dizer os nomes delles e o porque ssom escussados e nos vos mandaremos dizer o que sobre ello ffaçaaes; e antretanto os nom costringaaes ataa que ssobrello vejaes nosso rrecado como mandamos fazer.

Item, sse algũas pessoas daquellas que nom pagam no dicto pi[di]do ja teem pagado, a taes como estes nom sejam tornados os djnheiros, pois os ja teem pagados, e que lhe sejam tornados seus penhores se lhe foram tomados.

Item, em esta hordenaçom he contheudo que os nossos ofiçiaaes da nossa casa do çiucl e contadores e scpriuaaes dos contos nom paguem no dicto pedido; e ora mandamos que sse acontecer que alguns destes ofiçiaaes sseiam finados e ssuas mulheres sejam vyuas e manteem ssuas honrras, que sseiam scusadas de pagar no dicto pedido assi como seriam com sseus maridos sse vyuos fossem.

Item, sse alguuas pessoas sse uos agrauarem dizendo que haa muyto tenpo que foram aualiados elles e outros de que herdaram os bees que ja som finados e em aquel tenpo tijnham herdamentos e gaados e outros beens de que pagauom e que agora nom tem os dic[t]os beens e os gastaram em casamentos que derom a filhos ou en perdas que ouuerom e que lhe deuem de sseer descontados e nom pagarem, ssaluo dos que ora theuerem.

A esto mandamos que sse uos dello fizerem çerto ssem nêhũa malícia e ssouberdes que he assi, que os aualiees agora nouamente nos beens que lhe achados fforem e desso os costringee que paguem e mais nam; e, sse taes pesoas derom os dictos beens em casamento ou doaçoos a alguuas pessoas ou os venderom, que uos nomeem as pessoas a que os derom ou venderom e os beens quejendos erom, pera os aualiardes a esses que os assy ouuerom e pagarom deles, sse forem pesoas que de pagar ajam.

E per esta meesma guisa uos mandamos que por nosso seruçjo saibaes de totalas outras pessoas sse mais beens agora teem dos que ssouam per que pagauom no pedido dante e aualiaaelhos e paguem delles com os outros que teuerem sseguundo a nossa hordenaçom.

E porque nos he dicto que muytas pessoas que pagam nos pedidos tragem muijtos gaados e teem colmeas e, quando lhos querem aualiar, dizem que som dos donos das herdades em que viuem ou dalguus ffdalgos ou de vasalos ou de beesteiros de cauallo que nom paguem pedido e esto por elles conliarem e nom pagarem dello.

A esto mandamos que tenhaes esta maneira: sse uos fizerem çerto, per testemunhas jurementadas aos ssanctos euanjelhos, que algũas gaados ou colmeas ssom dalguuas das pessoas ssobredictas, que entom as façaas vijr perdante uos e vos lhe daae tambem juramento do que uos diserem esso lhe nom aualiees; e os mais que lhe ficarem aualiaae e paguem delles com os outros bees que teuerem (2).

(2) Omitimos, seguidamente, o alvará eduardino, relegado para o seu lugar cronológico, o ano de 1436. O pedido joanino em referência destinava-se a saldar despesas de guerra defensiva contra Castela; pois «vieram nouas a ellrrey dom João como os

146

3 JULHO 1418

Bula Super gregem dominicum, de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a conceder licença aos cristãos de Ceuta para commercarem com os muçulmanos, desde que lhes não cedam ferro, cordas, navios, armas e outras mercadorias proibidas.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 195, fl. 291 v. — Revelada e comentada por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, pp. 686 e 691.

Martinus, etc.

Carissimo in Christo filio Johanni, regi Portugalie jllustri, salutem, etc.

Super gregem dominicum nostre vigilantie diuinitus creditum, solertis, prout nobis desuper conceditur, speculatoris extendentis officium ad ea per que, supersticiositatum elisis sontibus, gregis eiusdem ac fidei catholice speratur augmentum, opem libenter et operam dirigimus effica-ces.

Sane, nuper, pro parte tua fuit nobis expositum quod cum tu, cetus ductu supercelestis, locum de Cepta, tunc perfidorum et infidelium christiani quoque nominis ac crucis viuifice blasphematorum et hostium saracenorum et agarenorum faucibus subditum, manu forti, in fidei dilationem orthodoxe, tue ditioni subegeris et per te aliosque, in tam salubris ac Deo necnon toti curie triumphanti acceptabilis directione negotij, suos

castellãos queriam entrar pello rregno», pelo que o monarca mandou por fronteiros a Vila Real o infante D. Pedro, a Viseu D. Henrique e a Bragança o conde de Barcelos (Cfr. o final do nosso DOC. 160). O mesmo afirma o infante D. Pedro, na carta de oferecimento a D. Duarte do *Trauctado da Virtuosa Bemfeitoria*, onde se lê: «elrey senhor nosso teue cortes por perçebimento da guerra sperada com os castellãos, em Santarem» (Cfr. *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, p. 21). Na Câmara de Coimbra conserva-se o original da convocatória das referidas cortes, de 28 de Fevereiro de [1418], as quais deviam reunir em Santarém a 1 de Maio seguinte, «pera teermos conselho comuusco e com os outros que pera ello mandamos chamar da maneira que auemos de teer e sobre prouimento de dñheiro pera o soldo, sse mester for» (ACMC, *Cartas originaes dos infantes*, n.º 1). Sobre as ditas cortes pode ver-se J. PEDRO RIBEIRO, *Memorias sobre as fontes do Codigo Filípino*, p. 71.

motus animosque conuertentes, crucis eiusdem suscepto signaculo, infidelibus illis ut, errorum et precipitiorum quibus indurescunt relictis aceruis, in cuius hactenus, tenebrarum obfuscati caligine, prosilierunt iniuriam, cordium cum puritate humiliter reuertantur ad Dominum aut, eis improperij ignominia mortis aculeisque prostratis, eminus orbis deleantur a finibus, ritu bellico hostilique more prosequi et inuadere proponas, ipso comite Domino pariter et protegente, si christicolis quibusbilibet, pro dicti loci tuitione et custodia deputatis, alijsque residentibus ac degentibus inibi, pro tempore, cum sarracenis et agarenis eisdem, circa bonorum rerumque etiam victualium emptiones et venditiones aliasque exercendas merces, conuersatio mutua libere cedere valeret, hinc inde, quemadmodum per plerosque ex infidelibus ipsis desideratum extitit hactenus pariter et petitum, nonnullis christifidelibus, in illorum captiuitate detentis, ac alijs qui, eorum timore impulsuque, ipsius nominis blasphematores fore cernuntur et quorum, utpote plurimorum ex eisdem infidelibus noticiam habentium relatis atque suasu, non modica ad ipsorum infidelium exterminium cooperantia erui possent (1), ipsum adeundi locum succederet oportunitas et alias pro executione felicique consumatione negotij multipliciter profuturum foret antedicti. Quare, pro parte tua fuit nobis humiliter supplicatum ut, in premissis, salubriter consulere de benignitate apostolica digneremur.

Nos, itaque, huiusmodi supplicationibus inclinati, omnibus et singulis christicolis eisdem presentibus et futuris, ut ipsi quandiu locum prefatum illiusque habitatores et incolas fidelium ac dicte ecclesie deuotorum regimini subesse contigerit, cum predictis infidelibus vendiciones et empciones de rebus et bonis predictis ac merces huiusmodi, dummodo propterea a christicolis ipsis ferra, lignamina, funes, naues seu armaturarum genera quecumque prefatis infidelibus nullatenus cedantur (2) siue transferantur, exercere omniaque et singula in talibus et circa ea necessaria atque consueta facere et explere libere et licite valeant auctoritate apostolica, tenore presentium, indulgemus, non obstantibus prohibicionibus et constitutionibus apostolicis, etiam quauis adiectione penarum munitis et alijs contrarijs quibuscumque.

Nulli, ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Si quis, etc.

Datum Gebennis, quinto nonas julij, anno primo (3).

(1) Este passo, de finalidade bélica, colidindo notavelmente com o texto da respectiva Súplica, parece se deve atribuir a retórica de quem redigiu a bula, com pouca fidelidade e menos atenção aos desejos do suplicante.

(2) No ms. *cedant*.

(3) Na Súplica desta bula, da mesma data (inserta em nosso DOC. 142), el-rei D. João I aduziu como motivo o desejo de reduzir à fé cristã os sarracenos circunjacentes, o que se não podia fazer, sublinha o monarca, senão por amor ou temor:

8 OUTUBRO 1418

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe conceda o Mestrado da Ordem de Santiago da Espada a seu filho o infante D. João; pois, fundada aquela em Portugal pelos monarcas seus antecessores, principalmente para combater os infiéis e por eles dotada de castelos, vilas e outros bens e governada até agora pelo Mestre e cavaleiros, casados, vários Mestres dispenderam seus rendimentos noutra finalidade, com escândalo do reino; subtraída porém Ceuta aos sarracenos pelo suplicante, contra os quais deseja prosseguir a luta, a referida Ordem contribuirá assim para aumento da fé e continuação da dita empresa. Concedido, a beneplácito da Sé Apostólica (1).

AV., Reg. Suppl., vol. 115, fl. 240. Revelada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 426. A bula respectiva no número seguinte.

Beatissime Pater.

Exponit sanctitati vestre deuotus eiusdem sanctitatis filius Johannes, Portugalie et Algarbii rex nechon dominus de Cepta, quod olim sui prede-

«nisi amore aut timore». E, preferindo a via do amor, ou seja do convívio e da amizade, até mais económica e sobre isso rendosa, entende que a conversação e comércio de tudo empreendido pelos cristãos residentes em Ceuta com os vizinhos infiéis podem ser benéficos sob tal aspecto.

Limitou o pontífice a concessão na Súplica aos viveres, mas outorgou na bula maior amplitude; pois apenas exceptuou nesta o ferro, as madeiras, cordame, barcos e armas, em obediência à decisão do terceiro concílio de Latráo de 1179 e do quarto, de 1215 (Cfr. HEFELE-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 5, p. 1104 e 1394), integrada depois nas *Decretais* de Gregório IX, liv. 5, tit. 6, caps. 6 e 17 (Cfr. *Corpus Iuris Canonici*, ed. de FRIEDBERG, t. 2, col. 773 e 777). Para maior minúcia e bibliografia do assunto, pode ver-se DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, pp. 691-92.

(1) Para a história da origem e para a bibliografia das Ordens de Cavalaria em geral pode ver-se a *Histoire de l'Eglise depuis les origines jusqu'à nos jours*, t. 9, 2.^a partie, Paris, 1953, pp. 307 e ss. Para a história da Ordem Militar de Cáceres, de Uclés ou de Santiago da Espada em Portugal, confira FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 1, sobretudo a pp. 323 e ss., e t. 2, especialmente a pp. 182 e ss.

Como se vê da presente Súplica, el-rei D. João I que, anteriormente à sua ascensão ao trono, desempenhara o cargo de Mestre da Ordem Militar de Avis ou dos Cava-

cessores, cum terras ipsorum regnorum ab infidelium manibus liberarent, zelo pie deuotionis accensi, magistratum Sancti Jacobi de Spata nominatum, in regno Portugalie constitutum, principaliter ad impugnandum dictos infideles pie instituerunt ipsumque multis castris, villis et possessionibus dotauerunt, qui ex tunc per magistrum et milites coniugatos gubernari consuevit.

Verum, pater sancte, licet magistratus huiusmodi, ut premissum est, pro impugnacione et persecucione dictorum infidelium institutus fuerit, tamen multi magistri ipsius magistratus, qui fuerunt pro tempore, fructus ipsius magistratus in alienos vsus, cum scandalo regnicolorum, conuerterunt.

Et quia, pater beatissime, dictus rex guerram facit et, Deo duce, facere intendit perfidis sarracenis, a quorum manibus, Deo auente, ciuitatem de Cepta iam dictam liberauit et religioni christiane subiugauit, et dictus magistratus pro simili guerra et impugnacione infidelium, vt premissum est, institutus fuit; supplicat sanctitati vestre rex prefatus quatinus Johanni, eius quartogenito, administracionem ipsius magistratus, qui ad presens vacat, committere dignemini gratiose, quod multum cedit in augmentum fidei et prosecucionem dicti negotii iam incepti.

Fiat ad beneplacitum sedis apostolice. O.

Datum Papie, octauo idus octobris, anno primo.

leiros de Évora, começa em 1418 a passar para seus filhos as Ordens Militares existentes em Portugal. Fáz-lo alegando má administração de seus rendimentos por alguns Mestres; intimamente, porém, parece que a razão principal consistia em utilizar o máximo dos sobejos respectivos nas lutas contra os sarracenos, nos termos da bula da cruzada *Res regum*, de 4 de Abril do mesmo ano de 1418 (o nosso DOC. 143).

Pretendeu até o monarca administrar esses rendimentos directamente, como se infere de reclamações dos filhos, segundo adiante se verá documentalmente. Um facto cumpre sublinhar desde já: as Ordens Militares portuguesas transitaram paulatinamente, a rogo de D. João I, para os Altos Infantes, não como seus Mestres, mas como Administradores, e deles, mais tarde, para a Coroa, definitivamente. Outro facto digno de registo: a Ordem de Santiago foi concedida, a rogo do pai, ao infante D. João, a de Cristo ao infante D. Henrique e a de Aviz ao infante D. Fernando; nenhuma, porém, ao infante D. Pedro, conquanto fosse mais velho que aqueles seus irmãos. O infante D. João tinha então apenas 18 anos de idade.

8 OUTUBRO 1418

Bula In apostolice dignitatis specula, de Martinho V, dirigida ao infante D. João, filho de el-rei D. João I de Portugal, em que, a pedido deste, o nomeia Administrador da Ordem Militar de Santiago da Espada, para evitar que se convertam os rendimentos da Ordem em fins diversos daqueles para que ela foi instituída, como sucedera anteriormente com alguns Mestres, e sobretudo para os aproveitar na luta contra os sarracenos e na dilatação da fé católica (1).

AV., Reg. Lat., vol. 189, fl. 183 v.

Revelada e sumariada por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, pp. 686 e 696.

Martinus, etc.

Dilecto filio nobili viro Johanni, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis illustris nato, administratori generali ordinis milicie Sancti Jacobi de Spata, in regno Portugalie, per sedem apostolicam deputato, salutem, etc.

In apostolice dignitatis specula, licet immeriti, disponente Domino, constituti, pro singulorum christiane religionis ordinum statu salubriter dirigendo, quantum nobis ex alto conceditur, sollicite cogitamus et ipsis dum vacationis incommoda deplorare noscuntur, ut gubernatorum utilium pociantur presidio libenter, prout ipsorum necessitas et temporis qualitas exigunt, providemus.

Sane, sicut exhibita nobis nuper pro parte carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis illustris peticio continebat, licet ordo milicie Sancti Jacobi de Spata, ab olim per inclite memorie reges Portugalie, ipsius Johannis regis progenitores, in regno Portugalie, pie et

(1) Posto que só agora, em 1418, o Mestrado de Santiago haja transitado para filho de el-rei D. João I, este já em carta de 18 de Fevereiro de 1416 (DOC. 116) afirmou estarem a ser applicadas á defesa e conservação de Ceuta, entre outras receitas eclesiásticas, as rendas do mestrado de Santiago, então administradas e, decerto, ainda em 8 de Outubro de 1418, pelo infante D. Henrique, a quem o pai cometera a defesa e manutenção daquela praça africana. O infante D. João faleceu em 18 de Outubro de 1442, em Alcácer do Sal. (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 83; e LEAO, *Chronica del Rey D. Afonso V*, cap. 13).

presertim ad impugnandum pro tempore sarracenos et alios infideles et crucis Christi inimicos et persequendum eosdem institutos, multisque castris, villis et alijs possessionibus dotatus fuerit, tamen nonnulli magistrorum generalium dicti ordinis, quj pro tempore fuerunt, fructus et redditus ipsius ordinis non pro impugnacione et persecucione sarracenorum et infidelium huiusmodi, sed in alios usus, ad eorum libitum, non sine scandalo dicti regni, conuerterunt; quodque ipse Johannes rex, quj eosdem sarracenos et infideles, ad presens, impugnat quantum potest, contra eos guerram gerit incessanter iamque ciuitatem de Cepta ab eorum, cum Dei adiutorio, manibus eripuit et huiusmodi christiane religioni subdidit, spem tenet indubiam quod, si administratio dicti ordinis, quj per magistrum et milites coniugatos gubernari consuevit, cuiusque magistratus, per obitum quondam Menendi, ultimi ipsius ordinis magistri, ad presens vacare dinoscitur, tibi committeretur, hoc in non modicum cederet christiane fidei et prosecucionis huiusmodi impugnacionum augmentum et eciam eiusdem ordinis ad talia, ut premittitur, principaliter instituti conseruacionem et honorem;

Nos igitur, premissis eciam alias fidedignis relatis intellectis, actendentes quod tu, eiusdem Johannis regis, genitoris tui, consilio, fauore et potentia interuenientibus, poteris, Deo tibi propicio, eidem ordini ac in impugnacionum et guerrarum earundem prosecucione esse quamplurimum fructuosus; te, pro quo eciam dictus Johannes rex, asserens te dilectum quartogenitum suum fore, nobis super hoc humiliter supplicauit, administratorem dicti ordinis in regno predicto, usque ad apostolice sedis beneplacitum, auctoritate apostolica, tenore presencium, constituimus et etiam deputamus, curam, regimen et administracionem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iurium et bonorum ipsius tibi plenarie committentes, ut dictum ordinem, tue administracioni commissum, iuxta datam tibi a Deo prudenciam, regas, dirigas et augmentes ac de eius fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuencionibus vniuersis ordines sub disponas et illos in tuos et dicti ordinis ac prosecucione impugnacionum et persecucionum prefatarum usus conuertas, prout veri magistri ipsius ordinis in dicto regno, quj pro tempore fuerunt, de illis ordinare et disponere potuerunt et eciam debuerunt, alienacione tamen bonorum immobilium et preciosorum mobilium eiusdem ordinis tibi penitus interdicta.

Tu igitur, circa ipsius ordinis administracionem feliciter et fideliter exercendam te sic exhibeas fructuosum, quod idem ordo, diuina tibi fauente clemencia, sub tua gubernacione prouida et salubri uotiuis continue amplietur commodis et salubribus proficiat incrementis nosque, tue diligencie studium fructuosum possimus, dignis in Domino laudibus, merito commendare.

Datum Papie, octauo jdis octobris, anno primo.

Simili modo: Dilectis filiis conuentui ordinis milicie Sancti Jacobi de Spata in regno Portugalie, salutem, etc. Jn apostolice dignitatis, etc. Quocirca, discrecioni uestre, per apostolica scripta mandamus quatenus eundem administratorem, pro nostra et dicte sedis reuerencia, benigne recipientes ac honorifice pertractantes, exhibeatis eidem, dicto durante beneplacito, obedienciam et reuerenciam debitam et deuotam, eius salubria monita et mandata suscipiendo humiliter et efficaciter adimplendo; alioquin, sentenciam quam ipse administrator rite tulerit in rebelles, ratam habebimus et faciemus, auctore Domino, usque ad satisfactionem condignam inuiolabiliter obseruari. Datum ut supra.

Simili modo: Dilectis filiis vniuersis preceptoribus domorum ordinis milicie Sancti Jacobi de Spata in regno Portugalie, salutem, etc. Jn apostolice dignitatis, etc. Quocirca, vniuersitatem uestram rogamus, moneamus et hortamur attente, per apostolica uobis scripta mandantes quatenus eidem administratori, tanquam membra capiti, obsequentes exhibeatis eidem, dicto durante beneplacito, obedienciam et reuerenciam debitam et deuotam, ita quod mutua inter uos et ipsum gratia gratos sorciatur effectus et nos deuocionem uestram possimus, propter hoc, dignis in Domino laudibus commendari. Datum ut supra (2).

(2) Aplicados por D. João I à defesa e manutenção da praça de Ceuta, logo após a sua conquista, os direitos e rendimentos do Mestrado de Santiago, do arcebispado de Lisboa e de outros bispados vagos do país e bem assim os da Câmara Apostólica, ou seja as colectas efectuadas no reino a favor da Santa Sé, e ainda outras receitas não declaradas, que eram arrecadadas pelo Corregedor da Corte e dispendidas por ordem do infante D. Henrique (Cfr. o nosso DOC. 116), apurou o monarca, de 1415 a 1418, serem insuficientes todos aqueles recursos à finalidade em vista.

As despesas ordinárias da praça marroquina acresceram, nos referidos anos, os dispendios efectuados com a actuação bélica ali desenvolvida sob a direcção de seu capitão D. Pedro de Meneses e relatada por ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, caps. 14 a 62. De sorte que, a partir de 1418, buscou o rei de Portugal outros recursos financeiros em beneficio de Ceuta: os das Ordens Militares, successivamente requeridas a Roma para seus filhos, a pretexto, real ou fictício, de que eram os seus rendimentos mal administrados. E assim, vemos em 1418 a Ordem Militar de Santiago da Espada confiada por Martinho V, a pedido de D. João I, ao infante D. João, no presente diploma, e em 1420 a Ordem Militar de Cristo entregue ao infante D. Henrique (Cfr. os DOCS. 147 e 180).

29 OUTUBRO 1418

Alvará do Infante — D. Henrique (?) —, a manter aos lentes da Universidade o antigo privilégio de procurarem e advogarem perante quaisquer juizes, apesar da recente ordenação em contrário (1).

AUC., *Livro Verde*, fl. 93, em certidão de 6 de Abril de 1419 e cópia de 1471 — texto que se reproduz; no *Livro dos privilégios*, fl. 116, em cópia de 1604.

Publicado o primeiro texto em *Livro Verde*, p. 183, e o segundo em RODRIGUES, *O Infante*, p. 493, e por JOAQUIM DE CARVALHO, *Aditamentos e Notas a LEITÃO FERREIRA, Notícias Chronologicas*, 1.^a parte, p. 670. — Sobre o presente alvará pode ver-se também MARIO BRANDÃO e M. LOPES D'ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra*, p. 122.

Nos o infante fazemos saber a todos os juizes e justicas e outros quaequer que esto ouuerem de veer, a que este aluara for mostrado, que os leentes no studo da cidade de Lixboa nos emuiarom dezer rrecomtando como elles tijnham e teem preuillégios dos rreis amtijsos e confirmados

(1) Nem o texto da certidão de 1419 nem o do presente documento nos dizem quem seja o *Infante* que passou o presente alvará, cuja data parece indiscutível: era de 1456, ano de Cristo de 1418. O Prof. JOSE MARIA RODRIGUES (*loc. cit.*, p. 487, nota 6) escreveu a propósito:

— «Este alvará, por causa de algumas expressões que n'elle se encontram, poderia attribuir-se ao infante D. Pedro, durante o tempo em que foi regente na menoridade de D. Affonso V, e seria posterior à publicação do Livro I das *Ordenações Affonsinas*. Cf. o tit. xiii d'este livro. Oppõe-se, porém, a esta hypothese, não tanto a data do alvará, que podia estar errada nas copias que nos restam, mas principalmente, a data da publica-fôrma, que se encontra no *Livro Verde* e no *Livro dos privilégios* (6 de abril de 1419), o logar em que elle se acha inserido n'estes livros, e a menção que na publica-fôrma se faz do conservador da Universidade, Vicente Domingues. Este nome apparece desde 1397 a 1434. De 1437 até 1456 o conservador é Vasco Gil».

E o mesmo autor, ao editar o presente documento, attribuiu-o com interrogação ao infante D. Henrique, como também já fizera JOSE MARIA DE ABREU (*O Instituto*, vol. 2, p. 90, nota), enquanto ROCHA MADAHIL, na edição do *Livro Verde*, optou por D. Duarte, também com interrogação. O argumento de J. M. RODRIGUES parece decisivo quanto à marcação definitiva da data do documento: ano de 1418. Ora, sendo assim, cumprirá attribuí-lo a D. Duarte ou a D. Henrique. Como se diz em anotação ao alvará de Pedro Lobato de 29 de Abril de 1441, não se vê prova de que

per elrrej meu sseñhor, per que elles possam procurar, peramte quaees-quer juizes que sejam (2).

E, porquanto se hora elles temiam de ho asi fazerem, per bem da hordenaçam que hora foi ffeita, que lhe deffemde que nom rrazoem nem voguem nem procurem, em praca nem em scondido, peramte nenhũus que sejam; nos pedirom por merçee que lhe ouuessemos a ello rremedio e lhe dessemos pera ello logar.

E, porque nossa merçee he de darmos liçença aos contheudos em os ditos preujllegios que o possam fazer em aquelles lugares honde procuradores, per mandado delrej meu sseñhor e nosso (3), deuem de andar; mandamos que lhe dees a ello logar e os leixees procurar em os logares sobredictos honde asi he hordenado que os ditos procuradores andem, sem embargo da dita hordenaçam, e lhes nom façades nem conssemtades [por ello] fazer algũu nojo nem semrrezam, saluo se elles passarem nosso mandado e fazem esto em algũa maneja peramte algũus outros que lhes deffendemos que ho nom façam, senom honde suso dito he sem outro nenhũu embargo que a ello ponhades. Honde al nom façades.

Fecto em Simtra, xxix dias de outubro. O jfante ho mandou. Joham Uasquez a fez. Era de mjl e iiij^oLbj annos. E este lugar lhe damos se asi he que elles teem os ditos priuilegios dos rreis antijgos, como dizem.

O jfante.

D. Henrique fosse governador ou protector da Universidade em 1418. E tal afirmação sairá reforçada do exame do alvará em causa, daquele ano: ele dispensa os lentes da Universidade de uma Ordenação régia, faculdade que não competiria nunca ao Navegador mas a el-rei D. João I ou ao príncipe herdeiro D. Duarte, que, como é sabido, com ele governava o reino e não são invulgares textos legais passados por este infante, invocado ou não o nome do pai.

Cremos, pois, que ao infante D. Duarte se deve atribuir o alvará em exame, o de 29 de Outubro de 1418; pois, decerto por ser dele, não discriminaram, na sua pública-forma de 1419, quem fosse tal infante, subintendível. Mantemo-lo, contudo, em D. Henrique com interrogação e inserimo-lo em *Monumenta*, visto não se ter chegado ainda a certeza absoluta. Neste apuramento, de bem pouco serve a Ordenação afonsina do liv. I, tit. XIII, pois se trata de redacção não datada mas já do reinado do Africano, como se deduz de seu princípio, revistas as ordenações dos monarcas anteriores sobre o particular, desconhecendo-se assim o texto e data da de D. João I.

(2) Em alvará de 3 de Outubro de 1384, o Mestre de Avis confirmara à Universidade todos os privilégios e liberdades que lhe haviam outorgado os monarcas seus antecessores; por outro alvará, da mesma data, confirmou-lhe nomeadamente o privilégio fernandino de poderem os doutores, licenciados e bacharéis em ambos os Direitos advogar, sem embargo de não possuírem carta; e, já rei, por diploma de 23 de Setembro de 1385, lhe confirmou os costumes, direitos e liberdades anteriormente concedidas. Os documentos respectivos estão publicados no *Livro Verde*, a pp. 98, 100, 105 e 224.

(3) Esta expressão *per mandado delrej meu sseñhor e nosso* parece dever confirmar a autoria eduardina do presente alvará. Nunca o infante D. Henrique se associaria assim ao governo do reino.

150

1418

Embaixada portuguesa a Castela, a solicitar a ratificação do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411.

Crónica de Don Juan II, Ano 12, cap. 4, p. 375. — A mesma embaixada se referiram: LEAO, *Chronica dos Reis*, t. 3, cap. 97, com a data errada de 1378; SOARES DA SILVA, *Memorias...* del Rey D. João I, t. 2, cap. 188, p. 940; e *Quadro elementar*, t. 1, p. 296.

De como vinieron embaxadores del Rey de Portugal demandando paz perpetua.

En este mesmo tiempo vinieron embaxadores del Rey de Portugal demandando paz perpetua, á los quales fué respondido quel Rey no era de edad, é que en este caso no podian responder hasta quel Rey cumpliese los catorce años, é que entonce podian venir é serian respondidos (1).

151

5 JANEIRO [1419 ?]

Carta de el-rei D. João I ao rei de Aragão, seu sobrinho, a recomendar-lhe mossem João de Pomar, que já trabalhara em seu serviço e viera em Dezembro a Portugal, a fim de se preparar para a guerra que tem com os mouros de África, mas que voltara a sua terra, por motivo de recado que de lá lhe viera; e ainda a solicitar-lhe carta de saca para tomar cavalos na Sicília, onde lhe consta haver muitos, para manter a dita guerra.

ACA., D. Afonso V, caja 18, n.º 2 (numeração provisória). Original em papel, com picos de traça.

(1) Foram embaixadores, segundo as citadas fontes portuguesas: João Gomes da Silva e os doutores Martin do Sem e Fernão Gonçalves Belesgua.

Muytalto, muy noble e muy poderoso príncipe, nosso muy amado e muy preçado sobrinho e amigo, dom Afonso, pela graça de Deus rrey dAragom e de Çezilia.

Nos, dom Joham, per essa meesma graça rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta, uos enuyamos muyto saudar, como aquel que muyto amamos e preçamos e pera que queriamos que Deus desse saude e longa uida com muyta honrra e boauentura.

Muytalto e muy noble rrey sobrinho amigo. Fazemosuos saber que mose Joham de Pomar chegou aqui a nos, em este mes de dezenbro, por se correger dalgũas cousas que lhe conpriam pera jr a nossa guerra que aue-mos com os mouros dAfrica. E, a pouco tempo que aqui chegou, lhe chegou rrecado dalo, de sua terra, por a qual cousa lhe foi forçado de tornar ala.

E porque, muytalto rrey sobrinho, este mosse Joham ha trabalhado em noso seruico (1) e outrosi teem em uontade de fazer, rrogamosuos que, pollo noso, o ajaaes em uossa merçee encomendado e rreçeba de vos merçees e ajuda e defendimento naquelas cousas que uos per el forem demandadas e que vos bem queiraaes fazer. E seede bem çerto que nos uolo graderemos muyto.

Outrossi, a nos foi dicto que, em o uosso rregno de Çezilia, ha muytos caualos. Rogamosuos que uos plaza de nos dardes uossa carta de saca pera podermos tirar hũa soma deles e fazernosees em esto grande ajuda, pera manteermos aquela guerra.

Muytalto e muy noble rrey sobrinho amigo. Deus uos aia em sua sancta guarda e encomenda e acreçente uoso stado e honrra.

Seprita na çidade dEuora, çinquo dias de janeiro.

(as.) ElRey.

No verso: Ao muytalto muy noble e muy poderoso príncipe nosso muy amado e muy preçado sobrinho dom Afonso, pela graça de Deus rrey dAragom e de Çezilia.

(1) É possível que este súbdito aragonês haja tomado parte na conquista de Ceuta em 1415. A 16 de Junho de 1417, el-rei D. João I recompensara-lhe o muito serviço dele recebido e chama-lhe «cavaleiro nosso servidor» (Cfr. o DOC. 134). Conquanto ele não tenha seguido em socorro de Ceuta, em 1419, ali encontramos então porventura parente seu, mosem Martin de Pomar (Cfr. ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 61). Vejam-se no vol. I os DOCS. 141 e 142 e neste o DOC. 134.

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe plena remissão dos pecados, em artigo de morte e sem a cláusula do jejum, para os fiéis cristãos de ambos os sexos que vivam na cidade de Ceuta ou lá forem, em sua defesa, a qual conquistou aos sarracenos e recuperou para a religião cristã, mas urge defendê-la dos infiéis, com população numerosa e permanente; porque, atenta a distância a que fica do país, não pode mandar-lhe socorro constantemente. Concedida por 5 anos, com comutação do jejum (1).

AV., Reg. Suppl., vol. 121, fl. 255. Revelada e sumariada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 427.

Beatissime pater.

Nuper deuotissimus et fidelissimus sanctitatis vestre et sancte romane ecclesie filius Johannes, Portugalie et Algarbii rex, ciuitatem de Cepta, quam infideles a diu occupabant, ab huiusmodi infidelibus, manu forti, recuperauit et religioni christiane subiugauit; sed quia, pater sancte, ciuitas ipsa magna est et, pro defensione contra infideles facienda, populo magno indiget et, propter distanciam, dictus rex ei continue succurrere non potest;

Supplicat sanctitati vestre idem rex quatinus christicolas, ad accedendum dictam ciuitatem et ad standum in ipsa eamque defendendum animentur et confortentur, omnibus et singulis vtriusque sexus christifidelibus qui in eadem ciuitate sunt seu ad eam accedere contigerint, plenam remissionem omnium peccatorum suorum, in mortis articulo, eciam sine clausula de ieiunio, si in eadem ciuitate uel extra ipsam decesserint, dignemini misericorditer elargiri.

Fiat pro omnibus ad quinquennium, etiam cum commutatione ieiunii. O.

Datum Florencie, septimo idus marcii, anno secundo.

(1) Começa D. João I a fomentar a ocupação da cidade de Ceuta por famílias portuguesas, iniciando assim a nossa colonização na zona marroquina, mercê das graças espirituais outorgadas e sucessivamente confirmadas por Martinho V, do mesmo passo que lhe assegura mais fácil, mais eficiente, menos dispendiosa e menos morosa defesa. Com razão repara DE WITTE, ao comentar a bula *Ab eo qui humani* (o nosso DOC. 154), na força que então desempenhavam, no ânimo dos fiéis, as graças espirituais: — «Détail curieux, qui montre combien de telles faveurs étaient prises au sérieux à cette époque» (*Les bulles*, t. 48, p. 694). Podiam provocar o povoamento de praça afastada do país e encostada aos sarracenos.

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe que a plena remissão dos pecados em artigo de morte, concedida dias antes, por 5 anos, aos cristãos residentes em Ceuta ou que ali forem em defesa da cidade, se entenda não desde a data da concessão, mas da sua publicação em Ceuta. Estendida a 7 anos, contados desde a sua publicação lá, como consta do despacho pontifício e da bula da mesma data, que se segue.

AV., Reg. Suppl., vol. 122, fl. 212 v. Revelada e sumariada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 427.

Beatissime pater.

Alias per sanctitatem vestram intellecto quod deuotissimus filius eiusdem sanctitatis Johannes, Portugalie et Algarbij rex jllustris quj, veluti athleta fidei, ciuitatem de Cepta dudum tunc de manibus infidelium eripuit ac sibi, pro christiane fidej propagacione, subiugauit, ad manutenendum et defensandum eandem contra insultus eorumdem infidelium, continua, magna multitudine gencium egeret ac, pro parte ipsius regis, eidem sanctitati humiliter et [deuote supplicantis, quatenus] ut christifideles eo libencius accederent ad ipsam necnon ad standum inibi eamque defensandum feruencius animarentur, de spiritualibus eis donis, remissione videlicet peccaminum, prouidere dignaretur sanctitas vestra, omnibus fidelibus eciam vtriusque sexus, qui in ipsa ciuitate essent uel ad illam accederent, vsque ad quinquennium, plenam remissionem omnium peccatorum suorum, etiam cum commutatione jejuniij, duxit concedendam, prout in supplicacione desuper signata plenius continetur. Quia tamen, beatissime pater, huiusmodi quinquennium, a data ipsius concessio- nis gracie computari debere censetur et presentis concessio- nis noticia illac nonnisi per magni temporis interualli spacium peruenire poterit, dubitat propterea dictus rex ipsius gracie, pro dictis essentibus et confluentibus, effectum frustrari posse.

Supplicat igitur sanctitati vestre rex prefatus quatinus huiusmodi quinquennium, a die noticie presencium in antea computari debere, declarare ac literas apostolicas super huiusmodi concessione de huiusmodi quinquennio, a die noticie ipsius remissionis in illis partibus constite computando expediri mandare dignemini graciosae. Cum clausulis oportunis.

Fiat ad septennium, incipiendo a die publicacionis faciente jn partibus. O.

Datum Florencie, septimo kalendas aprilis, anno secundo.

26 MARÇO 1419

Bula Ab eo qui humani, de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a cuja instância, durante sete anos e nos termos que indica, o pontífice concede a todos os fiéis cristãos que, por motivo da guerra contra os infiéis, viverem em Ceuta ou ali permanecerem com demora possam escolher confessor que, em perigo de vida, por autoridade apostólica, lhes conceda plenária remissão dos pecados.

ANTT., *Bulas*, maço 5, n.º 8, original em pergaminho, com falta do selo pendente, — texto que se reproduz; AV., *Reg. Lat.*, vol. 202, fl. 59, transcrita na bula *Quia dilatacionem*, de 14 de Novembro de 1419, o DOC. 174.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, vol. 1, p. 251. Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 405; por ABRANCHES, *Suma*, p. 38; e por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 694.

Martinus episcopus, seruus seruorum Dei.

Carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbij regi jllustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Ab eo qui humani sumens generis effigiem ut illud, post primiparentis lapsum, gehenne concussum faucibus reconciliaret Deo Patri gloriosissimi sui aspersione sanguinis crucis in ara mercari non abnuat, ad summi stationem pontificij insufficientibus uocati meritis, ad id nostri uota cordis hominisque interioris affectus desideranter exponimus, ut quos ille morte cruenta euexit ad portum nos, quibus sui gregis curam regimenque uniuersale commisit, collatis fruendo clauibus celesti clauigero, cuius successores existimus, et electorum committere cetui, prout nobis ex alto permittitur, concite properemus. Ad illorum, igitur, qui in fidei propagationem orthodoxe et pro perfidorum sarrazenorumque, a quibus, ut accepimus, manu potenti Domini, ciuitatem de Cepta illis alias subditam eiusque habitatores et jncolas christiane religionis commercio ac tue ditioni uictoriosius subigere meruisti consternendis uesania et erroribus ciuitatem eandem frequentare et in illa moram trahere reperti fuerint animarum salutis incensum paternis zelantes affectibus et ut illi spiritualibus donis muneribusque preuenti, ad huiusmodi frequentationem atque moram feruentius animentur, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, ut confessor ydoneus, quem singuli fidelium sexus utriusque in ciuitate ipsa presentialiter et etiam infra septennium, a die notificationis presentium, in illis faciente

partibus computandum, moram trahentes huiusmodi duxerint eligendum, omnium peccatorum suorum de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, in mortis articulo plenam ipsis in sinceritate fidei, unitate sancte romane ecclesie ac obedientia et deuotione nostra uel successorum nostrorum romanorum pontificum canonicè intrantium persistentibus, remissionem, auctoritate apostolica, concedere ualeat tibi et illis, tenore presentium, indulgemus. Sic tamen quod idem confessor, de hijs de quibus fuerit alteri satisfactio impendenda, eam illis per eos, si superuixerint, uel per suos, si tunc forte transierint, heredes faciendam iniungat, quam ipsi uel illi facere teneantur, ut prefertur.

Et ne, quod absit, fideles ipsi, propter huiusmodi concessionem, reddantur procliuiiores ad illicita im posterum committenda, volumus quod, si ex confidentia remissionis huiusmodi, aliqua forte comiserint, quoad illa predicta remissio eis nullatenus suffragetur quodque per vnus anni, a tempore quo huiusmodi concessionis uelle concluderint censi participes computandi spacium, impedimento cessante legitimo, singulis sextis feriis quibus tunc, ex precepto ecclesie, regulari obseruantia iniuncta penitentia, uoto uel alias ad ieiunandum non fuerint astricti, alioquin, pro illis quibus alias ieiunium eis extiterit indictum totidem alijs etiam annorum sequentium, quibus ad id, ut permittitur, non sint astricti diebus, quamprimum commode poterunt ieiunare aut alia ipsis propterea per dictum confessorem, si id ab eo petierint, iniungenda pietatis opera facere et exercere debeant atque teneantur. Alioquin, huiusmodi concessio nullius sit penitus roboris uel momenti.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis et uoluntatis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Florentie, vij kalendas aprilis, pontificatus nostri anno secundo (1).

(1) Solicitada a presente graça por el-rei D. João I, em Súplica de 9 de Março de 1419 (DOC. 152) e então concedida por 5 anos, foi estendida, a pedido do mesmo, de 26, (DOC. 153) a 7 anos, na presente bula. A petição do monarca e no mesmo ano de 1419, pelas bulas *Cum omnia uirtutum* e *Quia dilatacionem*, foi aquele período alargado respectivamente a mais 10 e a mais 8 anos, o que constitui, com a presente bula, um período global de 25 anos. (Cfr. os DOCS. 170 e 174). Trata-se, como se observa nas Súplicas deste diploma, de engrassar a população cristã de Ceuta para melhor defesa da povoação contra os infiéis, atendendo ainda a que, pela sua distância em relação a Portugal, não podia el-rei socorrer continuamente aquela praça africana. Demais, talvez se pressentisse já o assédio mourisco ocorrido em 13 de Agosto seguinte (Cfr. ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 62), pressentimento porventura confirmado pela letras *Decens esse uidetur*, de Martinho V, de 4 de Abril seguinte, o DOC. 155.

155

4 ABRIL 1419

Letras Decens esse videtur, do papa Martinho V, a conceder que el-rei D. João I, seus filhos e demais fiéis cristãos que desejem participar na defesa da cidade de Ceuta contra os sarracenos possam comprar, nos reinos das Espanhas e noutras partes da cristandade, armas, cavalos, viveres e demais coisas necessárias à defesa e aprovisionamento da dita cidade e transportá-las para lá livremente, por terra e por mar.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 352, fl. 246 v., — texto que se reproduz.

Publicada parcialmente em RAYNALDUS, *Annales*, ad an. 1419, n.º 8, donde a tomaram: JORDAO, *Bullarium Patronatus*, vol. 1, p. 11, e SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, Suplemento ao vol. 1, p. 95. Todos estes autores omitiram o preâmbulo; pelo que erradamente lhe deram o título de *Cum charissimus*.

Sumariada em ABRANCHES, *Suma*, n.º 2030, e por DE WITTE, *Les bulles*, p. 694.

Martinus, etc.

Uniuersis et singulis ad quos presentes littere nostre peruenerint, salutem, etc.

Decens esse videtur et a ratione ipsa certissime flagitari ut qui aduersus christiani nominis inimicos et hostes religionis, tanquam fidei pugiles et iuncti athlete, iugiter depugnant, eis debeat a cunctis christifidelibus auxilium et fauor, pro cuiusque viribus, obsequiose impendi.

Cum itaque carissimus in Christo filius noster Johannes, Portugalie et Algarbij rex illustris, celsitudine (1) animi et maturitate consilij fretus, ob feruorem fidei, transmisso nuper propria classe mari exercituque in partibus Affrice exposito, terras quas sarraceni inibi occuparunt magnam [ni]mitter et potenter inuaserit atque in hijs locis Ceptam, urbem magnam atque notabilem, ceperit captamque tenuerit atque teneat in Christi nomine custoditam, ac persepe, ut accepimus, magni impetus sarracenorum pro illa recuperanda fiant, ad quos repellendos et custodiendam urbem prefatam idem rex armis, viris, equis, victualibus et alijs rebus

(1) No ms. *celsitudine*.

necessarijs plurimum indigere videtur; nos, cupientes ab intimis ut prefato regi, utpote commendabiliter et gloriose in hoc operanti, per christifideles oportune subueniatur, vniuersitatem vestram requirimus, hortamur atque eciam rogamus quatenus, pro fauore fidei et christianitatis augmento, in hoc tam pio et glorioso opere, pro Dei reuerencia et debito religionis, ad quam deffendendam vnusquisque vestrum astringitur, prestare velitis auxilium et fauorem.

Nos enim, quo liberius idem rex ad custodiam et deffensionem (2) predictas incumbere valeat, tam eidem regi et filijs suis quam eciam ceteris omnibus christifidelibus, qui ad prosecutionem huiusmodi negocij ire voluerint, quod tam in regnis Hispaniarum quam in alijs partibus et dominijs christianorum arma, equos, victualia ac ceteras res ad ipsos ac exercitum eorum necnon deffensionem (3) et substationem dicte vrbs necessarias et quomodolibet vtilis emere ac secum de regno ad regnum, de patria ad patriam, tam per mare quam per terram, ad dictam vrbe[m] et exercitum portare et ducere libere possint et valeant, auctoritate apostolica concedimus per presentes, hortantes nichilominus vniuersos et singulos reges, principes, duces ac ceteros dominos temporales, communitatesque quoque et vniuersitates ciuitatum et opidorum, quatenus, pro Dei amore et sedis apostolice reuerencia, huiusmodi concessionem nostram obseruari faciant et obedienter a singulis custodiri (4).

Datum Florencie, ij nonas aprilis, pontificatus nostri anno secundo.

(2) No ms. *deffentionem*.

(3) No ms. *deffentionem*.

(4) Observa oportunamente DE WITTE achar-se interdito entre Portugal e Castela, pelo Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, o comércio de armas e cavalos, ou, textualmente, «traer e leuar e sacar qualesquier mercaderias» menos «bro, plata, monedado o non monedado, monedas, armas, cauallos, potros, yeguas, moros» (Cfr. o DOC. 5, art. 8, p. 19). E pergunta o referido autor: — «Faut-il interpréter cette bulle (ou talvez simples «lettre de recommandation et une autorisation pontificales», como também ele lhe chama) comme une intervention de l'autorité apostolique dans un accord international en vue du bien supérieur de la chrétienté? Il semble, — comenta DE WITTE — dans ce cas, que la mesure resta lettre morte, car dans la lettre de ratification du traité de 1411 (Avila, 30 avril 1423), le roi Juan II de Castille prescrivit que les Portugais traversant le territoire castillan pour se rendre à Ceuta ne pourront emporter avec eux les choses interdites par le dit traité» (*Les bulles*, t. 48, p. 649, nota 1). O que textualmente se afirma na citada ratificação de 1423, é que os moradores e defensores de Ceuta «puedan pasar del rreño de Portugal pera la dicha çibdat de Çebta por nuestros rreynos omnes o todas las otras cosas que pasar quisieren, segund que pasar podrian del dicho rreño de Portugal pera Aragon o pera otras partes, non leuando nñn asacando de nuestros rreynos cosa alguna de las defendidas en el dicho trapto» (ANTT., *Gaveta* 18, maço 11, n.º 4, original).

Portanto, o que a citada ratificação prohibiu foi extrair em os portugueses de Castela as coisas inibidas pelo Tratado de 1411, mas não passaram com armas e demais

156

5 MAIO 1419

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe dispensa para seu filho o infante D. Henrique poder contrair matrimónio com qualquer pessoa e em qualquer grau não proibido por direito divino, para permanecer no matrimónio depois de contraído e ainda a rogar-lhe declare legítima a prole dele oriunda. Concedida a dispensa além do 2.º grau.

AV., Reg. Suppl., vol. 125, fl. 81.

Beatissime pater.

Supplicat sanctitati vestre deuotissimus eiusdem sanctitatis filius Johannes, Portugalie et Algarbii rex, quatinus cum deuoto eiusdem sanctitatis et sancte romane ecclesie filio Henrico, dicti regis terclogenito, ut cum quacunque persona, in quocunque gradu, diuina tamen lege non prohibito ei coniuncta, contrahere matrimonium et in eo, postquam contractum fuerit, perpetuo remanere libere et licite valeat misericorditer dispensare, prolem exinde suscipiendam legitimam nunciantes, constitutionibus apostolicis et aliis contrariis non obstantibus quibuscunque.

Fiat ultra secundum gradum. O.

Datum Florencie, tercio nonas maii, anno secundo (1).

coisas prohibidas pelo território castelhano para Ceuta. E o que se deduz aliás de RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 22. Como quer que fosse, se havia dificuldade em os portugueses adquirirem em Castela armas e cavalos para a defesa de Ceuta em 1419, a teor do aduzido Tratado de 1411, o presente diploma pontifício permitiu-lhes obterem, nos restantes reinos das Espanhas e noutras partes e domínios dos cristãos e transportar para Ceuta, de reino em reino, de pátria em pátria, por terra e por mar, armas, cavalos, víveres e demais coisas necessárias à defesa e sustentação daquela praça, sem criar, por isso, ao que parece, qualquer problema diplomático.

(1) A bula respectiva é de 26 de Outubro seguinte, — o nosso DOC. 172.

13 JUNHO 1419

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe que todos os arcebispos, bispos, demais prelados e pessoas eclesiásticas, seculares e regulares, do reino contribuam anualmente, durante 3 anos, com 9.000 florins de câmara, para as despesas da guarda, defesa e manutenção da cidade de Ceuta, por ele subtraída aos sarracenos e entregue à religião cristã, a qual foi chave dos ditos infiéis e de suas terras, é grande, requer muita gente e constantes e graves despesas, que não pode o monarca suportar sem o auxílio e subsídio da Sé Apostólica. Concedido como pede (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 127, fl. 13 v. Revelada e sumariada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 428.

Beatissime pater.

Cum quot et quantis periculis et expensis fidelissimus et deuotissimus sanctitatis vestre et sancte romane ecclesie filius Johannes, Portugallie et Algarbii rex, ciuitatem de Cepta a sarracenis et infidelibus eripuerit et christiane religioni mancipauit, fama communis sufficienter diuulgat et satis notorium est. Sed quia, pater sancte, ipsa ciuitas, que clauis ipsorum sarracenorum et terrarum eorundem fuit (2), magna est et pre ceteris, pro

(1) Sobre anteriores subsídios eclesiásticos para defesa e manutenção de Ceuta pode ver-se os nossos DOCS. 116 e 148 e as anotações respectivas.

(2) Que nos conste, esta precisa ideia de Ceuta «chave dos sarracenos e de suas terras» deve-se, em primeira mão, ao universitário e embaixador português Dr. Gil Martins, no final do discurso que pronunciou em 1416 no concílio de Constança, ali generalizada a toda a África: — «...Christus hodie in ea colitur et adoratur, quod universali ecclesie totique populo christiano ad ingens gaudium et leticiam merito cedere debet, quoniam per eandem civitatem mari terraque potentem, que portus et clavis est totius Africe, Omnipotens suis christicollis aperuit viam, ut per eam, ad animarum suarum salutem gradientes, contra eosdem sarracenos bene valeant operari» (HEINRICH FINKE, *Acta Concilii Constantiensis*, t. II, p. 301, texto já reproduzido parcialmente por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 690, e totalmente por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 423, nota 9). Aquele autor belga denomina o passo transcrito «un écho fidèle de la pensée et des espoirs de Jean I^{er}»; e comenta ainda: — «Par la prise de Ceuta, le Portugal a ouvert la voie; que les chrétiens le suivent dans sa lutte contre les infidèles. Cette invitation discrète ne devait, d'ailleurs, nullement

eius custodia ac manutencione et defensione, multarum gentium requiritur multitudo; pro quarum gentium necessariis incessanter multiplices et graues requiruntur expense, quas idem rex de cetero difficilliter, ymmo minime facere et continuare potest, nisi sibi de aliquo subsidio et suffragio per sedem apostolicam subueniatur;

Quare dignetur sanctitas vestra eidem regi, in subsidium et pro aliquali supportacione et exoneracione expensarum huiusmodi, nouem milia florenorum de camera, singulis annis, vsque ad triennium, persoluenda, concedenda a quibuscunque archiepiscopis, episcopis et aliis prelatiis et personis ecclesiasticis suorum regnorum Portugalie et Algarbii, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, quorumcunque ordinum fuerint, petenda et exigenda concedere graciosae, non obstantibus priuilegiis, exemptionibus, constitutionibus et ordinacionibus apostolicis et aliis contrariis quibuscunque et cum aliis non obstantibus et executionibus et clausulis oportunis.

Fiat vt petitur. O.

Datum Florencie, idibus iunii, anno secundo.

158

14 JUNHO 1419

El-rei D. João I manda a Castela João Gomes da Silva, Martim do Sem e Fernão Gonçalves Beledáqua, a requerer novamente ao monarca do país vizinho a ratificação do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, porém sem resultado.

Crónica de Don Juan II, ano 13, 1419, caps. 8 e 9, p. 379.

Pode ver-se também: FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 195; LEÃO, *Chronica dos Reis*, t. 3, cap. 97; SOARES DA SILVA, *Memo-rias de el-rey D. João I*, t. 2, cap. 189; *Quadro elementar*, t. 1, p. 297, onde se citam estes autores.

détonner dans l'assemblée de Constance où le thème de la croisade s'était déjà fait entendre» (*Luz. cit.*), nomeadamente pelo discurso de Sigismundo, rei dos romanos, de 13 de Julho de 1415, como observa o mesmo autor, que sublinha haver D. João I, no conselho tido em Ceuta em 1415, abordado a mesma ideia de Ceuta «portal aberto» para alastramento da conquista norte-africana (Cfr. ZURARA, *Crónica de... Ceuta*, cap. 97). Outro aspecto estratégico de Ceuta nos é dado pela carta joanina de 20 de Outubro de 1415 (o nosso DOC. 108), o de isolar os granadinos do auxílio marroquino.

De como vinieron embaxadores del Rey Don Juan de Portugal al Rey Don Juan, por haber respuesta de la embaxada que ya dos veces era venida demandando perpetua paz.

Estando el Rey en Segovia, en catorce dias de Junio del dicho año, vinieron á él embaxadores del Rey Don Juan de Portugal, los quales en su presencia é de los Infantes sus primos, é de los otros Grandes Señores que ende estaban, dixeron al Rey que bien sabia Su Merced como otra vez eran venidos embaxadores del Rey de Portugal, su señor, á le demandar perpetua paz, é que entonce les habia seydo respondido que por Su Señoría no ser de edad, no se les podia responder cosa alguna; é que pues á Dios gracias él era venido en edad en que la governacion de sus Reynos le era dada, que le pluguiese responder lo que en este caso le placia hacer, porque le parecia que la paz entre los Christianos era á Dios muy placiente, é que á todos era bien de la buscar. E para esto un Doctor que proponia esta embaxada dió muy grandes razones, así de la Sacra Escripura como de Sanctos Doctores, para fundar que la paz se debia dar á aquellos que la demandaban, mayormente seyendo Christianos. Á los quales el Rey respondió que veria en ello con los de su Consejo, é les mandaria responder.

De la respuesta quel Rey Don Juan dió á los embaxadores del Rey de Portugal.

El Rey mandó llamar á todos los de su Consejo, é vista la embaxada de los Portugueses, fué gran diversidad de opiniones, é por eso el Rey determinó de responder á los embaxadores en la forma siguiente; el qual los embió llamar é les dixo qué l había visto en la embaxada que ellos traian, é tenia determinado de embiar sus embaxadores en Portugal, é con ellos embiaria sua respuesta; é con esto los embaxadores de Portugal se partieron.

159

13-18 AGOSTO 1419 (1)

Primeiro cerco da cidade de Ceuta por granadinos e marroquinos, durante cinco dias, neutralizado pelas forças portuguesas locais.

(1) O dia e mês são indicados pelo autor no presente capítulo; o ano no liv. 2, cap. 5.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 62, segundo o ms. 439 da BGUC. (Cód. A), com anotação das variantes do ms. B. 99 da BSGL (Cód. B), neste como nos subsequentes capítulos. Apenas se reproduz este capítulo; mas, rigorosamente, o desenvolvimento dos acontecimentos estende-se até o cap. 70.

Tres annos, ou poucos dias menos, durou a çidade e os fromteyros della obrando estas cousas que atequy temos comtadas (2). No qual tempo, posto que os mouros nom viesem rrealmente çercar a çidade, nom creais que fose por mymgoa de vomtade nem semtydo que perdesem de sua perda e desomrra; mas, seguyose que sempre depois amtre elles ouue (3) muy grandes guerras. Caa Mulley Bucayde contemdeo com Mulley Aaço, seu jrmão, sobre o rreal senhorio do rregno de Fez, e asy Mulley Bualley, rrey de Marrocos, com outro grande marim que se chamaua Fare; de guysa que sempre teueram que fazer amtre sy tanto, per que nom poderam vyr sobre a çidade (4).

Mas ellrrey de Grada que, aallem da desomrra que rreçebia daquella perda, emquanto hera mouro, sentia muyto o dapno que rreçebia, porque a sua prinçipall gouernança toda hera daquelle rregno de Bellamarym; e, como jaa ouuistes, cada dia lhe tomauão os nauios e gentes. E porem mamdaua ameude seus embaixadores aaquelles rreys, rrequeremdoos que acabasem ou apaçificasem suas comtendas pera se ajuntarem todos e vyrem sobre o çerco da çidade. E tanto que ellrrey Bualle teue morto seu jrmão, aquelle rrey de Grada fez conuivir os outros e tratou com elles que lhe dessem o senhorio da çidade de Çepta, o quall fycase pera sempre aa coroa dos rreys que viesem a Grada e que elle vyria com toda a sua gente e frota sobre a nosa gente; porque manyfesto hera que sem frota elles nom podiam fazer cousa de que tyrasem vitoria, amte manifesto dapno.

E tanto tratou ellrrey em esto, ate que se ouuerão dajuntar. E seguyose que, hũ domingo, que heram treze dias do mes dagosto, a horas de prima, as atallayas fezeram synall que aviam vista de gente e rrepicaram logo. Ao quall rrepique o comde cauallgou; e, como foy fora, mandou a tres de cauallo que fosem saber parte das atallayas que hera o que avia (5), pois estauam quedas e nom se aballauam. Dizee ao comde,

(2) O cronista corrige esta afirmação no retrocitado capítulo: «correrom quatro annos antre a tomada e o cerco», ou seja entre 21 de Agosto de 1415 e 13 de Agosto de 1419. Sobre esta discrepância de datas veja-se a nota 4 ao DOC. 175.

(3) Em B: *ouue antre elles*.

(4) O autor alude às rivalidades locais dos merinidas, as quais lhes vieram a prejudicar qualquer eficiente reacção, como também sublinha CH.-ANDRÉ JULIEN, *Histoire de l'Afrique du Nord*, p. 195.

(5) Em B: *viam*.

diseram elles, que vimos gemte contra Bulhões, como quer que nos parecee pouca.

O comde tynha (6) jaa rrecado, como temos dito, que os mouros aviam de vir. E não avia muitos dias que hū Gomçallo Esteuez Tauares, que estaua em Taryfa, lho viera a dezer (7). E mandou logo dar aviso aas portas que não deyxassem sahir nenhũa gemte de pee. E partio dally com aquelles de caualllo que ally heram e foy pera çima, comtra a atallaya; e vio ate duzentos homens que vinham comtra aquella parte, que ho da atallaya disera e presumio que seriam allmogauares, porque sohyam ally de amdar. E jaa elle, na outra somana pasada, mamdara Joham Rodriguez Gudinho com cento XXX homens, que fose ver se os poderia acuytellar. E, porque ouueram delle vista, nom veo a fim o que começaram. E, portanto, pemsaua ho comde que os outros foram per aquelles e que vinham buscar os nossos.

Mas esta duujda nom esteue muyto por determinar; caa, em se que-remdo o comde partyr, vio uir, per çima do castello de Metene, gemte de caualllo e de pee, pello quall se deteue hū pouco. Ally (8) conheço que aquella hera a gemte que vinha pera o çerco, caa viu como vinham todallas estradas cheas de todallas partes directamente ca[m]inho da çidade, omde se deyxou estar ally ate que grande parte da gemte hera jaa sobre as quilmtãs. E porem fez logo deter (9) as atallayas e veose comtra a porta de Fez, domde (10) esteue, sobre hū outeyro, vemdo como vinham, ate que os mouros de caualllo chegarão omde estaua Martym de Crasto com outros dous de caualllo por atallaya, aos quais o comde mamdou que se vyesem logo.

E, tanto que foram juntos, que seriam ate dez, emderemçarão comtra os mouros, os quais, peroo tantos fosem, nom ousarão esperar. E como o comde vio que trespunhão, volueose pera a cydade e aymda esteue hū pedaço que não emtrou demtro, olhamdo como vinham seus ymigos. E, porque vio que allgũs que vinham (11) com elle começaram de murmurar, pella mulltydom de gemte que vinha, o comde, com sua comtenemça muy segura e allegre, rimdo, dise comtra eles: como esta cuytada gemte nom sabe a ma prostimeira que tem (12) aparelhada, porque sey, com (13) a graça de Deus, se elles vem com emtemçom de nos combater, que nos

(6) Em B: *auia*.

(7) Em B: *viera dizer*.

(8) Em B: *E ally*.

(9) Em B: *deger*.

(10) Em B: *omde*.

(11) Em B: *algũs dos que erom*.

(12) Em B: *a ma postumaria que aquy tem*.

(13) Em B: *que com*.

mandaremos oge ou quando quer que o (14) elles cometerem tantas allmas ao ymferno, que os príncipes (15) sejam emfadados de os rreçeber.

Ally (16) partio o comde pera a çidade; e, com grande rreposito e segura comte(ne)inça, fez ordenar gemte pera o muro e barreira, como tinha acostumado, mandando que todos fizessem trazer de comer aos caramanchões, omde estauam, mandando elle, per semelhante, fazer pera sy. Hy, dise elle contra Diogo Vaz de Portocarreiro, e armay aquele bragantym e seguy via do castello de Metene e vede que gemte laa jaz ou se, porventura, não he mais que esta que parecee desta parte.

Diogo Vaz hera homem prestes e de bom coração e, muy (17) em breue, fez o que lhe seu senhor mandaua. E desy tornou (18) com seu rrecado: o numero da gemte que, senhor (19), laa jaz me parecee casy emfimdo; e, com tudo esto, veem agora aymda (20) que nom quedam e, tanto que nos vyram, logo foram na praya. Mas do gasalhado que rreçeberam de nosas beestas sey que vam pouco contentes. E allem disto, disparamos tres trons, com que os fazemos de todo pomto leyxar a praya.

Ora, dise o comde, venham aquy besteyros e gemte de pee e daram allgũ desemfadamento a estes nosos amigos que, por suas bomdades, nos vem visytar, mandando que amdases escaramuçando com elles, como de feito andaram ate a tarde, que J[o]am Lopez dAzeuedo com dez escudeyros hia pera os rrecolher. Mas, tanto amdauam jaa emcarnados na pelleja que, se ho comde nom fora per pessoa, nom leyxaram tam cedo sua escaramuça. E esto hera jaa soll posto; e porem os mouros emcaminharam pera seus alojamentos. E, mandando o comde saber ho caminho que lleuauam, achou que hiam delles pera o castellejo e outros pera o canauell.

Ora, dise elle: amigos, contra os allmogauares vos me atrauesay esta terra de maar a mar, poemdouos em tall guisa que esteys seguros. E desy mandou llogo dobrar todallas vellas e rroidas da çidade e dise a Affonso Marquez que filhase todolos homens que tinha na atallaya e que se fose a Allmina e mais xxliij* beesteyros que jaa laa (21) tinham a guarda e que tomasem todallas callas. E desy andou ho comde a çidade toda a rrededor e, tanto que foy no castello, mandou que dez escudeyros de sua casa tomasem emcarrego damdar a cauallo a vella da madorra, porque a da menhã jaa ficaua emcarregada a outros.

(14) Em B: *quando o elles.*

(15) Em B: *príncipes das trevas sejam.*

(16) Em B: *Dally.*

(17) Em B: *coração muy.*

(18) Em B: *dehy se tornou.*

(19) Em B: *numero, senhor, da gemte que.*

(20) Em B: *veem aymda.*

(21) Em B: *que laa.*

Os escudeyros fezerão o que lhe seu senhor mandara. E, quando aquella vella pasou, hos mouros quizeram ver o muro. E, hūs a caualllo e outros a pee, vinhamse chegando comtra a çidade. E os allmogauares ouueram delles semtydo e o mesmo os mouros dos nossos (22) e quizeram de bõamente pellejar; mas a nosa gente nom avia aquelle conselho, ante emcaminharam via da çidade, dando rrumor que vinha gente, pello quall derão ao syno na torre dAlluaro Memdez.

O comde, que aynda não dormia (23), foy logo posto a caualllo, no quall esteue ate que foy menhã, que os mouros começaram de vir. E veo tambem rrecado da Allmina, daquelles que laa tynham a atallaya, e da outra dAlluaro Affonso que os mouros começauam a poer arrayall e fazer choças e asentar temdas, desde as quintas pera o mar, e que lhes parecia que traziam muitas beestas de carrega e o gado e manadas (24), come que queriam manter aseseço. Tornae, dise o comde, e vede se veres allgũas fustas e vinde llogo (25) com rrecado, trigosamente.

160

SETEMBRO 1419

Informado o capitão de Ceuta, D. Pedro de Meneses, por cartas recebidas de Tarifa, de que el-rei de Granada preparava frota para novamente atacar Ceuta, informa disso D. João I; e o infante D. Henrique segue apressadamente de Viseu para os Paços da Serra de El-Rei, a encontrar-se com seu pai, no intuito de socorrer aquela praça marroquina.

ZURARA, *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 72.

Ho comde, vemdo quanto lhe compria (1) dellirrey ser avisado de semelhante feito, spreueo logo trigosamente, mandando com aquellas cartas (2) dous seus criados, homens de que elle avia boa esperança

(22) Em B: e os mouros esso mesmo dos.

(23) Em B: dormira.

(24) Em B: em manadas.

(25) Em B: vindeme llogo.

(1) Em B: conde conhecendo quanto compria.

(2) Recebidas de Tarifa (Cfr. o cap. 71 desta Crónica).

que(3) se, per caso, allgũ adoeçese, que o outro(4) podese seguyr a viagem. E, por que estes mesageiros podesem mais prestesmente ser lleuados, mandou o comde a Diogo Vazquez que armase o bragamtym e que os posese em Taryfa, mandamdo outrosy a Fernam Gomez que armase hũa zavra, em que posese os mouros que Foçem emviara em Allcaçer. E, porque hera tarde quando partyrão, nom poderão aver senam a calla de Çillees e lançarãose hũ açerca do outro.

E, jazemdo asy, veo hũa fusta que pasaua de Grada com ho embaixador pera Fez e nom se poderam tam asynha preceber, que hos mouros primeiro nom saltaram em terra. Tomaram porem a fusta, na quall acharam muitas allcauallas e figos (5) e amendoas. E, per tres selas e freos (6) e esporas que acharão, soube o comde que hera ally allgũ embaixador; a quall cousa se çertificou pellas cartas que acharam depois caa, pero muitas lamçasem ao mar, aynda ficarão allgũas per que ho comde soube a çertydão da embaixada. Empero, quisese aynda melhor çerteficar e mandou a Diogo Vazquez que armase outra vez e que se pasase da parte de Grada, a filhar allgũ salito omde podese tomar allgũa lymgoa.

Diogo Vazquez hera homem que sabia muy bem (7) aquella terra e foyse lamçar amtre Estapona e Gibralhtar, omde filhou çimco mouros allmocreues, que leuauam farinha e espeçiarya. E tomaram aynda, em aquella noite, duas zavras que os mouros poseram em terra, quando ouuiram ho rrugido da agua que ho bragamtym fazia com hos rremos. De hũ destes mouros soube o comde muy (8) perfeitamente como se ellrrey de Grada aparelhaua pera pasar em Çepta (9) e que aquelle mesageiro, que avia nome Adux Raphamem Abem Quevira (10), leuaua o trato todo acertado, e como Çalla bem Çalla se fazia vasallo dellrrey de Grada e (11) lhe queria fazer aquelle tributo que fazia a ellrrey de Fez. E o comde, comsyramdo como este feyto se aparelhaua pera ser de verdade, pois per tantas testemunhas hera prouado e que, allem daquestes, lho spreueram homens que ellrrey tinha pera esto em Sevilha e em Taryfa, avisados pera taes cousas, emvio[u] logo outros mesageyros a ellrrey.

E, como Deus queria bem emcaminhar estas cousas e não mymgoar daquelle samto sacrefiçio que se fazia naquella çidade de Çepta, em

(3) Em B: *esperança porque.*

(4) Em B: *que outro.*

(5) Em B: *allcauallas, figos.*

(6) Em B: *selas, freos.*

(7) Em B: *sabia bem.*

(8) No Cód. A: *muy.*

(9) Em B: *a Çepta.*

(10) Em B: *Adurramem Abenquira.*

(11) Em B: *e que lhe.*

renembrança da sua morte e paixão, e açertarase (12) que pouco tempo avia que vieram nouas a ellrrey dom Johão como os castellãos queriam entrar pello rregno, por cuja rrezão elle mandara ho ymfante dom Pedro por fromteyro a Villa Reall e o ymfante dom Emrrique a Viseu e o comde de Barçellos a Bragança (13). E, porque se não seguyra mais, nem de Castella nom vieram mais nouas, seguyose dellrrey adoeçer, as quais nouas em breue foram llevadas aos ymfantes e comde (14). E foy cousa maravilhosa que ho ymfante dom Hemrrique veo de Viseu aos Paços da Serra (15) em hũ dia e em hũa noyte (16), que sam coremta legoas.

161

SETEMBRO 1419

El-rei D. João I manda para Lisboa os infantes D. Duarte e D. Henrique, a fim de prepararem a frota de socorro a Ceuta, depois reduzida, por os mouros haverem retirado o cerco.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 73.

Pouco espaço estiveram os ymfantes com seu padre naquelles Paços da Serra, omde o acharam doemte, quando achegaram as cartas dos primeyros mouros que heram em Çepta, as quais lhe emviaram de Taryfa, porque aynda o comde não teuera vagar de ho spreuer. E, porque jaa dias avia que ellrrey sabia que os mouros aviam de vir, pellos rrecados que lhe o comde emviara, como jaa ouuistes, mandou logo ao ymfante Eduarte que se fose a Lixbõa e que fezese aviar a frota, de guysa que esteuese prestes que, se o comde spreuese ou elle soubese que os mouros aturavão seu cerco, que llogo partysem pera o socorro.

Senhor, dise o ymfante dom Enrrique, eu vos peço por merçee que me deys liçemça pera vos serujr neste feito. Meu filho, hrespomdeo

(12) Em B: *paixão, acertarase*.

(13) Cfr. com o nosso DOC. 158 e com a carta do infante D. Pedro de oferecimento do *Trautado da Virtuosa Benfeitoria* a seu irmão D. Duarte.

(14) Em B: *e ao conde*.

(15) Serra de El-Rei, freguesia do concelho de Peniche.

(16) Em B: *e hũa noyte*.

ellrrey, vos estay asy ate que vejamos se sereis laa compridouro. Hy vos, porem, com voso jrmão e ajudayo a aviar esa frota o melhor que poderdes e emtretanto allgũ outro rrecado vyra, que nos avise do que nos (1) comvenha fazer. Os ymfantes partyram llogo aquelle serão e amdarão toda a noyte, de guysa que, pouco mais de sol saydo, chegaram a Lixboa, que sam xiiij legoas, omde, com muy grande trigamça, começaram daviar sua frota.

E em esto chegaram as primeyras cartas do comde dom Pedro como estaua çercado, que lhe fose socorro, as quais foram feitas logo no segundo dia que hos mouros achegaram. O ymffante dom Henrrique partyo logo caminho da Serra, pedir a seu padre liçença; a qual lhe com bõa vontade foy outorgada. Mas, se nos maravilhamos do amdar que fez de Viseu, muyto mais o deuemos de fazer deste caminho (2); caa, em pouco mais de quymze oras, amdou xxbj legoas, comtando aquy a detemça que fez em fallar a seu padre e dar lugar aos seus que comesem allgũa cousa.

Amtre aquelles que ellrrey ordenou que fosem com ho ymffante seu filho, fforam (3) o comde de Barçellos com outros senhores e fydaligos. E sendo o ymfante dom Emrrique tornado a Lixboa, com entemçam de se logo partyr, chegaram as cartas (4) do comde, nas quais rrecomtaua como os mouros que ho tinham çercado (5) heram jaa partidos e desy de todo o que soubera de sua tornada, como temos sprito.

Ora, jrmão, dise o ymfante Duarte, pareçeme que he bem que, pois as cousas asy estam, que mamdemos emtretanto allgũa gemte e que espremos per outro rrecado, ordenamdo logo que dom Joham de Noronha fose capitão de seysçentos homens que logo mandaram que fosem, amtre os quais heram estes capitães, a saber: dom Fernando, que depois foy comde de Villa Reall e capitão daquella çidade, Pero Vazques e Joham Vazquez dAllmada, filhos de Joham Vazquez, que naquelle amçejo fezera sua fim, vimdo de Ynglaterra, e Joham Pereira, que se chamaua Damão (6), Ruy Borges de Sousa (7), Luys Gomçalluez, que ao diamte foy rrico homem e veador da fazemda em Lixbõa, e Vasco Martyz dAlbergaria e Joham dAllmeida, com outros muitos boons escudeiros e gemte estremada.

Variantes do Cód. B:

- (1) *que vos auise do que vos.*
- (2) *deuemos ser daquesto caminho.*
- (3) *foy hãu.*
- (4) *chegaram outras cartas.*
- (5) *ho teueram çercado.*
- (6) *e.*
- (7) *e.*

Os quaes ouueram tam bõa viagem que, em tres dias, foram na çidade de Çepta, sãos e allegres. E, aallem destes seysçentos que ho ymfante Eduarte ordenou que partysem de Lixboa, partyram (8) aynda do Porto Fernam de Saa, alcayde mor daquella çidade, e Diogo Soares de Payua, que amtes estauam prestes pera partyr per degredo. E do rreyno do Algarue partyrão miçer Carlos, filho do almyramte, [e] Affonso Vazquez da Costa, os quais se foram logo, ouuindo (9) o primeiro rrecado, com qumta gemte poderam aver (10).

E çertamente que, depois que aquella çidade foy tomada aos mouros, os daquele rreyno trabalharam em ello muito; caa, como estauam mais açerca, asy aviam as nouas primeiro, porque muitas vezes os naulos, chegando aaquella costa, lhes he neçesaryo outro vento pera dobrar o Cabo de Sam Viçente e seguyr viagem pera Lixboa, e asy de Lixboa pera Çepta. Os moradores daquelle rreyno pella mayor parte sam homens audaços e fortes, espiciallmente sobre maar.

Quando asy estes senhores chegaram a Çepta, não foram muy contentes, porque hij não acharam os mouros; caa, tamanha vomtade aviam de se combater com elles, que rreçeauam que ho medo do primeiro cerco os faria cobrar themor por que não vyesem ao segumdo. Porem, o comde lhe comtou hos rrecados que avia, pellos quais se elle rregera pera spreuer a ellrrey.

Dom Johão e seu jrmão e (11) asy os outros fidallgos esteueram asy bem hũ mes que nunca ouuerão rrecado de mouros. Enojaramse (12) muito por ello; pello quall a gemte miuda amdaua rrazoamdo mall do comde, dezemdo que ficara tam espantado dos primeiros mouros, que femgira asy aquelles rrecados, por lhe a gemte ser enviada e ter com elles ousyo. E breuemente dyseram a mayor parte delles a dom Joam que se queriam partir; o qual, vemdo suas vomtades e desy como hi nom avia rrecado de mouros, dise que lhe parecia que pediam rrezom e porem que se aparelhassem com suas fazemdas e se (13) metessem nos navios pera quando Deus dese tempo de viagem, que emtemdia (14) que os mouros não vyriam pello ymverno, que hera tam açerca, no quall totalas gentes, pella mayor parte, desejam asesego. E não soomente as criaturas rrazoaves desejam asesego em aquelles dias, mas as brutas allymarias o desejam e buscam.

Variantes do Cód. B:

- (8) *partysem, partyram.*
- (9) *ouuido.*
- (10) *auer poderam.*
- (11) *Joham, seu jrmão, e.*
- (12) *E anojauãose.*
- (13) *e que se.*
- (14) *ca entendia.*

Como (15) a gemte da plebe sempre he desejosa de sua natureza, muy alegremente trabalharam (16) de se rrecolher; pero, quis Deus ordenar melhor (17) sua viagem do que a elles desejavão. E foy que, depois que foram nos navios, ho vento, que hera leuamte quamo elles começauam de embarcar (18), que he pera fazer direita viagem pera Portugall, volueo logo ao comtrario, que he ao ponemte, e asy lhe foy neccessaryo esperar ate que o vento tornase ao lugar que lhe podese aproueitár; caa, posto que em outros portos os navios posam navegar com dous ou tres ventos ou mais, aaquele estreyto soomemte dous ventos sam neçesarios, [a saber], lleuamte e ponemte.

Estando (19) asy os navios com as vellas alltas, esperamdo que lhe voluese o vento, como jaa disemos, hũ domingo a noyte, pareceo sobre o mais allto monte da Ximeira hum grande fogo, o qual durou por espaço de quatro oras (20); a quall cousa vista pello comde e pellos outros senhores, [asentarom] que tall synall não hera senam avysamento pera os mouros de Grada. E porem teueram logo comselho, esa mesma noyte, de se preçeber. Mas, quem poderia meter em cabeça a gemte que hera nos navios que se tornasem outra vez em terra?

Agora cremos nos, deziã elles, o trabalho em que ellrey he com este homem; o quall, como vee hum pouco de fogo que allgũs pastores fazem pera se quemtar ou pera fazerem de comer, logo mete em alluoroço todo ho rregno de Portugall. Tam amedromtados ficaram daquelles mouros, que as sombras das arvores lhe fazem espanto. Sobre tall deziã elles: vyese agora tempo de viagem, caa nos os leixariamos ficar (21) com seu medo.

O comde, como foy menhã, mandou poer as atallayas pera ho avisarem da frota quando sayse do porto de Gíblaltar; caa elle bem conheçia que semelhante synall nom podia synificar senão grande ajuntamento, quamto mais pello que jaa damtes sabia. E porem nom quedaua de basteçer (22) seu muro e basteçello de pedras e de traues e de todo outro fornymento que lhe parecia que hera neçesaryo.

E, sendo pouco mais de oras de terça, começaram as fustas de sahir, primeiro da baya (23) de Gíbralltar e desy as galles e outra frota miuda,

Variantes do Cód. B:

- (15) *E como.*
- (16) *se trabalharam.*
- (17) *melhor ordenar.*
- (18) *a embarcar.*
- (19) *E estando.*
- (20) *o qual per spaço de quatro oras durou.*
- (21) *leixariamos muy asinha ficar.*
- (22) *correger.*
- (23) *sair da baya.*

a quall em muy breue foy ajuntada sobre o porto da nosa çidade; e heram per todas Lxiii^o vellas. E as galles foram vogamdo, des a porta dAllmina per davante (24) a çidade, e seguiram pera Bulhões. E em aquellas galles hera toda a nobreza e principall força dos mouros; porque toda sua esperança se acabaua no filhar de terra da Allmina, caa per ally tynham que hera gramde parte do seu feito acabado.

E como aquella gente toda hera (25) do rreyno de Grada, que são homens husados em guerra, polas contemdas que comunallmente ham com o rregno de Castella, ouueram ally muy grandes debates, asy de (26) como se azaria a primeira sayda. E hera ally por capitão hum vallemte e ardydo mouro e muy avisado nos autos da caualaria, peroq que mamçeebo fose, que se chamaua Moley Çaide; o quall dise que elles fosem hũa vez de rrosto a Allmina e que fezesem mostrança de querer filhar terra per força e que hos christãos acudiriam ally, nom se avisamdo das outras partes e que, entanto, se sayria elle com allgũs nauios pequenos e hyria filhar terra da outra parte de Barbaçote (27).

162

SETEMBRO 1419

Entretanto, em Ceuta, D. Pedro de Meneses vai conduzindo as operações, dirigindo-se as galés de Bulhões para Almina, onde os portugueses desembarcam e combatem os sarracenos.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 74.

Ho comde, tanto que vio a frota dos mouros, começou de rrepartir suas guardas. Senhor, dise elle contra dom Joham, quero saber de uos omde uos prazera (1) ter carrego de estar, pera eu perder o cuydado desa

Variantes do Cód. B:

(24) *ponta dAllmina dauante a çidade.*

(25) *hera toda.*

(26) *debates antresy de como.*

(27) *Barbate.*

(1) *pareçera.*

parte omde vos esteuerdes; caa, pero este cuydado prinçipall seja meu, vista vosa grandeza nom vos ey em este caso de ter senão por parceiro.

Dom Joham, como hera homem de grande sangue, caa hera neto de dous rreys, a saber, dellrrey dom Joham de Castella o primeiro e dellrrey dom Fernando de Portugall, asy (2) hera homem de grande mesura. E rrespondeo ao comde que estaua ally pera obedecer e nom pera mandar; porem, que filharia aque[lle] lugar em que semtyse que faria mais seruiço a Deus e a ellrrey seu senhor e homrra sua.

O voso lugar, rrespondeo ho comde, me parecee que deue ser a Allmina, porque a mor parte da pelleja, por agora, me parecee que a de ser (3) em aquelle cerco; caa, çerto he que os mouros desta parte do sertão não ham de fazer nada emquanto vyrem as galles acompanhadas de gente. E porem me parecee que sera bem que vos vos vades pera laa com esa gente que trouestes e guardes todo ese cerco.

Dom Joham chamou sua gente e foy tomar sua guarda. Com ho quall heram: Pero Vazquez dAllmada e seu jrmão, Luis Vazquez da Cunha e Afonso Pereira, Joham Pereira Agostinho (4), Luis Gomçalluez Mallafaya, miçes Carlios, Alluaro Barreto, Martym de Crasto, Pero Lopez dAzeuedo; porque, allem dos que elle trouxera, se chegaram outros pera elle, por ser fidalgoo nobre e de grande gasalhado.

E elles postos na Allmina, os mouros das galles começaram de uogar ao longo daquella çidade e mandaram hos navios pequenos que fosem tomar a frota dos christãos, que jazia (5) junto com has coyraças. E, pero que em ello poseram toda sua deligemçia, nunca o poderam acabar; caa os christãos se defemderam muy bem. E ouue hy muitos delles feridos; pero, per graça de Deus, nenhũ falleçeeo; e dos mouros morreram algũs asy logo de presente e ao depois (6) muitos mais.

As galles se foram a Allmina com aquelle conselho que ouueram em Bulhões, omde foram rreçebidas como cumpria a quem queria defemder sua terra. E começouse ally hũa aspera (7) pelleja, da quall se Moley Çayde espidio o melhor que pode, leixando os outros naquele trabalho, e foyse arredor do monte, com duas gallees, e filhou terra; de guisa que, quando se hos nosos dello avisarão, jaa amdauão de fora obra de mill bº mouros, dos quaes peça delles heram jaa sobre o monte.

Variantes do Cód. B:

- (2) e assy.
- (3) por agora, ha de ser.
- (4) Luis Vasquez da Cunha e Afonso Pereira Agostinho,
- (5) jaziam.
- (6) e depois.
- (7) hũa grande e aspera.

Ally se apartou Luis Gomçalluez dAllbergaria e Joham das Agueas e Affonso Pereira e Nuno de Barros, que amtre os outros heram a cauallo, e começaram a pellejar com hos contrarios, dos quais ally foram mortos quatro, e os outros se começaram a (8) rrecolher pello sopee contra as galles; mas, quando jaa os nosos fezeram a volta, ja hera grande soma de contrarios amtre elles e a cidade. E dom Joham e os outros christãos estauam rrecolhidos junto com ha porta da cidade; pello quall, aquelles de cauallo que dise (9) heram postos em (10) grande cuydado, caa lhe nom ficaua por emtão rremedio senam poerse a ventura da morte.

Porem detreminaram de se ajuntarem todos; e, com has lamças nos (11) rrestes e os caualllos correndo, pasasem per meo dos ymigos, caa hos mouros todos heram de pee. E bem he verdade que seu comselho hera por emtão o derradeiro que elles tynham e, firmandose bem sobre seus estribos, emdereçaram seus caualllos contra os ymigos, derribando cada hũ seu mouro. E porem (12) foy ally morto Joham das Agueas e Afonso Pereira ferido e a Nuno de Barros mataram o cauallo. E vendo dom Joham como aquelles vinham trabalhados, volueose com hos mouros, onde mata-ram logo sete e dos nosos morreo hũ.

E, asy de hũa parte como da outra, foram muytos feridos, espiçallmente dom Joham, que rregebeo hũa ferida, de que ao diamte morreo em Allmodouar. A força dos mouros hera grande e os nosos nom ha poderam sofrer. E foylhe neçesario rrecolherse a cidade, caa os mouros creçiam cada uez mais; ca, como tynham a sayda despachada, em muy breue foram em terra mais de (13) çimco mill.

163

SETEMBRO 1419

Como os marroquinos, ao verem os granadinos de posse de Almina, se associam à luta, que foi renhida, e a mortandade grande.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 75.

Variantes do Cód. B:

- (8) *de.*
- (9) *disemos.*
- (10) *em muy.*
- (11) *nas restres*
- (12) *Porem.*
- (13) *em terra pasante de.*

Xeber e Mafamede Angelym heram dos mayores capitães que os mouros do sertão ally traziam. E, tamto que viram os outros mouros de Grada de pose da Allmina, começaram despertar os outros ao combate, o qual foy, em aquelle dia, muy grande e muy perseuerado. E, como quer que o príncipall dano fose dos jmigos, todavia os nossos foram muy trabalhados e muitos delles mais do espritu que do corpo; caa, espantados daquella tamanha multtydão, perdiam (1) esperança de sua salluação. Mas ho comde amdaua per todallas partes, avivando (2) as gemtes e damdolhes esforço, com sua cara muy allegre, com que todos rregebiam com-forto; porque casy a todos nomeaua per seu nome, preguntando a cada hũ per sy se lhe hera allgũa cousa mister. E, homde via que cunpria gemtes ou armas ou outra cousa neçesaria, llogo lhas fazia trazer.

Ora sabee que, asy comtra (3) Alljazira como da outra parte da Allmina, foram casy ymfindos mouros mortos e feridos. E os que da nossa parte morreram foram aquelles (4) que nomeamos e mais dous ou tres desa gemte miuda; e esto príncipallmente per causa da herua que traziam aquelles de Grada. Porem todo esto foy neste primeiro dia, pello avysamento que não tinham; pello quall nom curauão (5) de se achegar aos rremedios, como ao diamte fezerão. Dom Joham, de sua parte, como quer que ferido fose, trabalhaua açaz, como nobre e ardido. E por aquelle dia nom achamos cousa de que mais espresa memção deuamos fazer.

164

SETEMBRO 1419

Prossegue a luta, na qual figuram bons elementos tanto de Granada como de Marrocos, mas com prejuizos e baixas para os sarracenos.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 76.

Variantes do Cód. B:

- (1) *perdiam a.*
- (2) *animando.*
- (3) *contra a.*
- (4) *morrerom aquelles.*
- (5) *curarom.*

Sentio o comde que a filha[da] da (1) terra que os mouros fizeram na Allmina nom era de tanto dapno pera a çidade como seria se sahisessem pellas outras partes da praya. E porem teue sobrello muy bõo avisamento; caa mandou que çimquoemta de caualllo e çemto de pee nom teuessem outro cuydado senam guardar todallas partes per homde os mouros podessem tomar allgũa pose da terra, aallem daquella que jaa tynham filhada. Sobre a quall cousa os comtrarios trabalharam com toda sua força, mas nom podiam elles tam rriamente fazer vogar (2) seus nauios, a[o] (3) lomo da çidade, ou de hũa parte ou da outra, que jaa nom achassem os nosos amte sy, com has armas nos punhos, emderemçados pera elles.

E, porque viam que lhes nom aproueitaua trabalho que sobre ello fezessem, ca nunca tantas vezes poderão fazer contenença pera filhar terra em nenhũa parte da praya que se nom achassem comtrariados, tornaram sua esperamça em derribar o muro a força de pedras. E porem mandaram per duas bombardas muy grosas (4), as quaes muy trigosamente fizeram asemtar; pero, amtes que começassem de fazer obra, conheço o comde sua temção e esguardou a parte per homde o queriam cometer. E mandou logo aparelhar dous emgenhos que tyrassem pera comtra omde as bombardas estauam. Nem prestou aos mouros hũa gramde pauesada que em sua defemsom hordenaram; caa ho mestre dos emgenhos do comde, como homem ensynado naquelle offiço, esguardou bem o geito per homde as pedras começauam (5) fazer tyro e mandou que ho avisassem do tempo em que se os mouros aparelhauam pera tyrar.

E, tanto que a atallaya vio como se ajumtaum pera poer ho fogo a bombardas, avisou o mestre do emgenho, o qual emderemçou asy seu arteficio que, ao tempo que a bombardas estaua pera desfechar, fez carregar o emgenho de mais pedra e foy dar no meio da bombardas. A quall, afora ser quebrada em muytos pedaços, matou o mestre della e tres daquelles sergentes que lhe ministraum as cousas, por que fose acompanhado pera aquelle lago ymfernall, pera o que a sua maa ventura tinha guardado. De que os mouros ouueram gerallmente gramde tristeza, asy pella grande esperamça que naquellas bombardas tinham, como pella perda daquelle mestre, que amte sy aviam por espiçiall. E a outra bombardas que ficou ou não ousaram ou não souberam, por mingoa do mestre, fazer

Variantes do Cód. B:

- (1) a filha da.
- (2) rriamente vogar.
- (3) ao.
- (4) muy grandes.
- (5) de.

com ella tiro. Tornauão a combater asy da hũa parte como da outra; mas sempre hera com seu dapno.

Os mouros de Grada, que heram da parte dAllmina, com presunção de melhores guerreiros, continuavam muito seus combates, como quer que se sempre afastassem com sua perda; caa heram ally nobres fidalgos e outra gente de boa nação e criação. Nem da parte dos mouros nom hera de todo gente villam; caa aquelle sobrinho dellrrey hera dos milhores do rregno. E asy senhoreaua muyta gente (6) nobre, afora outra da corte que se com elle viera e desy, gerallmente, casy a melhor parte do rrey no (7), como jaa disemos.

El aynda amtre as outras gentes de sua lley [era tido] (8) por mais audaz; porque, allem de sua fortalleza, a comtynuação das guerras que ham com hos christãos lhes daa gramde ajuda. Pero, depois que a çidade de Çepta foy tomada, mais rrazão teuerão os seus comarcãos no auto das armas que hos moradores do rrey no de Grada; porque comtynuadamente teueram guerra, sem nenhum amtrepoimento de paz, o que os de Grada sam pello contrayro, caa muito mais tempo tem pazes e treguas que guerra com seus comarcãos.

Esto vimos asy em nosos dias pasar e, dos rreys pasados, segundo leemos, ou per outras conquistas ou neçesydades do rregno, muitos annos despois que daquella pasada que ellrrey Alle Albofaçem (9) fez em Espanha, domde se syguio a gramde batalha do Sallado, casy pella mayor parte esteuerão hos mouros em aseseço; emperoo, todavia são avidos amtrellles por gente espiçiall e asy trabalharão em aquelle çerco, não sem gramde esperança de cobrarem a çidade.

165

SETEMBRO 1419

Recebida carta do alcaide de Tarifa, a recomendar a el-rei D. João I a necessidade de socorro immediato a Ceuta, manda aquele seguir a frota, capitaneada pelo infante D. Henrique, na qual embarca também o infante D. João, e ordena sigam para o Algarve

Variantes do Cód. B:

- (6) e asenhoreaua muita gente e nobre.
- (7) parte da outra do reino.
- (8) As palavras entre colchetes faltam em ambos os códices.
- (9) Alce Albofaçem.

os infantes D. Duarte e D. Pedro e ali tomem a resolução que o caso requerer.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 77.

Como aquella villa de Taryfa he vezynha do rregno de Grada, espiallmemte de Gibaltar, como se os mouros começaram de corregger pera hir çercar a çidade, logo o alcaide daquella villa teue cuydado de spreuer a ellrrey, avysandoo que, se queria defemder a sua çidade, que lhe emviasse trigosamente socorro. Ellrrey estaua jnda nos Paços da Serra, como jaa disemos; e, tanto que ho rrecado pasou per Lixboa, logo os ymfantes foram com ellrrey.

E porquamto, naquelle asejo se finara Breatiz Gomçalluez de Moura, que fora molher de grandes parentes e criados, casy a mayor parte da corte foram com ella, ate que (1) a poseram no moesteiro das Sarzedas, omde tem sua sepulltura. Tornamdose pera a corte, ouueram as nouas no caminho. Trygaramse ho mais que poderam, de guysa que em breue foram em Lixboa. E quis Deus que foram todos juntos em este asejo, em que seu seruico tanto hera neçesaryo.

Hera yso mesmo o ymfante dom Pedro em suas terras, que são no meyo da Estremadura, per espaço de XXX legoas de Lixbõa. E, corremdo eses rrecados pellas estradas, sabemdo como ho ymfante dom Emrrique, seu jrmão, tynha jaa liçemça de seu padre, tememdose que, pero que ha pedise, que lhe nom seria dada, desejando per quallquer maneira ser em aquelle feito, o mais escusamente que pode, se veo aa çidade de Lixbõa, com emtemção de se meter em allgũ (2) dos navios, com femgimemto de seruidor dallgũ outro capitão, com que seu segredo tinha fallado.

Emperoo, como príncipe catholico, quis primeiro fazer autos de chris-tão e foyse comfesar a hum frade, ao qual parecee que comveo de dezer, per neçesydade, o estado de quem hera, nom presumynndo (3) que segredo asy dito em tall tempo e lugar, per allgũ modo fose rruellado. Mas o frade, ou per seu desavisamemto ou gloria vãa ou por lhe parecer neçesario, ouueho de noteficar. O quall, pregamdo amte o pouo, quando foy em fim de seu sermão, encomemdamdo o estado do rregno, amte os príncipes da terra que dise que encomemdasem a Deus que os guardase dos perigos

Variantes do Cód. B:

- (1) *ella, e tanto que.*
- (2) *em hum.*
- (3) *de que hera, presumindo.*

do maar e dos ymigos, foy hũ o ymffante dom Pedro, dezemdo que elle sabia que avia laa de hir e que estaua naquella çidade; pello quall foy neçesaryo ser de todo sua vimda declarada.

Emtom, juntamemte com ho ymfante Eduarte, seu jrmão, rrequerẽrão a seu padre liçemça, a qual lhe de todo foy denegada, mandando que todavia o ymfante dom Emrrique partyse logo com a frota, como amte tinha detreminado, e que ho ymffante Duarte e o ymffante dom Pedro se fosem ambos ao Allgarue e hy ouuesem seu conselho e o que lhe bem pareçese posesem em obra. O ymfante dom Joham criara seu jrmão ymffante Duarte, o qual emtão hera de hidade de xbii^o ou xix anos; e, trazemdo[o] (4) seu jrmão comsygo, mamdou que se fose na frota com ho ymfante dom Emrrique. E, como a frota estaua (5) perçeebida, breuememte fez sua viagem; pella quall seguyndo, chegaram ao Cabo de Sam Viçemte, omde acharam nauios carregados de trigo e vinhos; e, ora fose por serem ymigos ou por causa da neçesydade, foram llogo filhados, o qual mantymemto ao diamte fez gramde proueito.

E, como a frota chegou a Lagos, logo os capitães quizeram que ho ymfante partira. Mas elle, sabemdo como seus jrmãos aviam de hir, quiseos esperar, os quaes se foram a Farão e a frota per esa guysa. Omde lhes chegou rrecado dellrrey que logo desem aviamemto a frota que seguyse (6) sua viagem pera Çepta e que os ymfantes ficasesem ally esperamdo qualquer rrecado que vyese e que, se porventura elles vysem que cumpria, que lhes ficaua tempo pera hyrem, caa em breue o podiam fazer, e que elle eso mesmo faria, ymda que estaua mais afastado. De que os ymfantes nom foram contentes, pero obedeçerão a seu padre, como gerallmente heram acostumados; caa taes çimque filhos creemos que nunca teue prymçepe que tanta obidiemça e rreueremça guardasem a seu padre e a sy mesmos hũs a (7) outros.

Variantes do Cód. B:

(4) *trazemdo.*

(5) *frota ja estaua.*

(6) *que partise.*

(7) *aos.* Sobre a obediência dos Altos Infantes a seu pai pode ver-se: FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 148; e D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, cap. 24. Nesta última fonte há passo que poderá explicar o «geralmente» acima lançado pelo cronista ZURARA.

SETEMBRO 1419

Avisado também D. Pedro de Menezes pelo alcaide de Tarifa de que preparavam os granadinos maior contingente de forças contra Ceuta, resolve comunicar a D. João I o perigo que ali corriam, por Afonso Garcia de Queirós, que depara no mar com a frota portuguesa de socorro.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 78.

Ho comde dom Pedro, como homem prudente e avisado, vio como os mouros cada vez rrecregiã, asy da parte do maar como da terra, e sobretudo que lhe spreuerom de Taryfa como ellrrey de Grada queria pasar, fallou com dom João e com dom Fernando, seu jrmão, se lhes pareçia rrezão de se noteficar aquelle feito a ellrrey. O que os outros dizeram que lhe pareçia muyto bem. E asy juntamente foy logo a carta feita e asynada e o comde fez logo chamar a Affonso Garçia de Queiros.

Ora, dise elle: amigo, compre que vos armeis logo hũa minha fusta da melhor gente que aquy ouuer, asy nos nauios como fora (1), e que llogo esta noyte vos emderemçeys de partir o mais escusamente que poderdes, de guisa que ellrrey, meu senhor, em breue posa per uos ser avisado do pomto em que somos e mais do que esperamos de ser. E vos bem vedes o caso quejando he. Nom cumpre que uos (2) diga quamto vos deueis a esto de trigar.

Affonso Garçia hera homem prestes e de bom coração. E emderemçouse muito asynha, de guisa que, sobre a boca do serão, começou de fazer sua viagem. Desy fez vogar sua fusta, com suas vogas largas e mamsas, per que os mouros nom ouuesem rrezão de conhecer que a fusta hera de christãos, somente que emtemdesem que hera da companhia. E asy se foy sahymdo Affonso Garçia ate que foy alongado dos nauios dos contrarios, que esforçou sua voga e meteo sua fusta em hordenamça de fazer mais trigosamente viagem. E, pasamdo per Taryfa, que sam sete llogos, foram amanheçer ao Cabo da Prata.

Variantes do Cód. B:

- (1) *fora delles.*
(2) *vos eu.*

E asy se foram sayndo aquelle dia ate que chegaram a Pena Furada, que he junto com ho Cabo de Trasfelegar. E, porque Affonso Garçia sem-tio que a gente hera trabalhada, folgou ally ate o quarto da allua, que começou de dobrar o cabo. Mas, tanto que ha allua começou de mostrar sua allegre crarydade, em dobrando elles ho cabo, ouueram vista da frota, que amdaua com callma, que nom podia ganhar a boca do estreito. Ora, senhores, dise Affonso Garçia, nosa viagem nom pode melhor ser, caa me paregee que vejo a frota de Portugal.

Os outros esguardaram contra aquella parte e vyram yso mesmo como a frota amdaua trabalhada, pella mymgoa do vento; e porem muy allegres fizeram vogar sua fusta contra illa (3). E, no primeiro nauio, souberam como ho primcipall capitão hera o ymfante dom Emrri-que, pera cujo navyo se emderemçarão logo. Mas, quando os ymfantes vyram a fusta e lhes foy comtado o çerquo da çidade e como os mouros estauam azados pera se poder em elles fazer grande dampno, ouueram muy grande prazer, preguntamdolhe por todallas cousas que naquelles dias foram pasadas.

Ally fez o jffante ajuntar todoslos capitães e teue com elles conselho. E easy todos acordaram que nom hera bem que (4) hordenasem sua chegada senão de dia. O jffante mandou llogo avisar todos da maneira que aviam (5) de ter em sua sahida e desy que nenhũ não tomase auentagem da sua naao, por velleyra que fose. E, como quer que o vento fose pouco, senam quamto a jusante os lleuaua, pasaram aquelle dia per Taryfa sem lhes o vento fazer nenhũa melhoria.

E, porque a baya de Giballtar jaz a rrosto de Çepta, pero asy como os que vem da parte do lleuante descobre[m] primeiro a nosa çidade, asy os que vão da parte do ponemte são vistos primeiro de Gibralitar. E desy, porque ellrrey de Grada estaua jaa ally corregemdose pera fazer sua pasagem, a gente que amdaua metemdo sua frasca começaram de ver os nauios poucos e poucos, asy como hiam descobrimdo aquella Pomta do Carneiro.

Oo, senhor, disseram os primeiros que foram com estas nouas a ellrrey, a nosa tardança nos daa perda, não soomemte da çidade de Çepta, mas aynda da melhor parte de vosa (6) gente. Vedes ally a frota de Portugal? Veede que fareys a nobreza de vosa caualaria. E asy como os mouros começauam mais esguardar, asy hiam os nauios mais descobrimdo. E ally

Variantes do Cód. B:

(3) No Cód. A: *contrailla*. Em B: *contra laa*.

(4) Em B: *nom hera rrazom que*.

(5) Em B: *que ouuesem*.

(6) Em B: *da nossa*.

começaram a fazer (7) muy grandes fumaças contra os mouros que estavam sobre ho cerco. Mas que seria, caa elles cuydauam, que lhes dauam esforço, noteficandolhe a vimda dellrrey de Grada, e por ello nom leixauam dobrar no que de ante (8) tinham começado?

167

SETEMBRO 1419

A frota chega a Ceuta, enquanto na Almina se combate denodadamente, com baixas de ambos os lados.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 79.

.
E quando foy em aquelle dia, como quer que hos hūs nem os outros (1) da vimda da frota pouca parte soubesem, porem amtre os mouros avia duas maneiras de comtenemças, caa hūs andauam carregados de pensamentos. E, pero que se esforçauam a pellejar, nom podiam postar com hos membros que se desenvolvesem com aquella leveza que ante sohiam. E, como são homens discretos e de grande e semtyda cuydação, deziam amtre sy mesmos: por certo esto nom he synall de nosa conhecida vitorea. Outros avia hy que amdauam tam uiuos e espertos no combate, que lhe parecia que queriam voar, sentymdo hū sobrepujamento de lledige quall em suas vidas nunca teuerom; e estes heram os que naquelle dia aviam dacabar.

.
Os nosos, em sua parte, se achauam tam despejados, que nem aquelles mouros que ally heram nem todolos do mundo nom lhe podiam fazer sombra de temor. E asy foy hū forte combate, em aquella menhã, amte que os navios parecesem. Emperoo, sendo jaa o dia em bõo creçimento, aquelles que tinham officio de soterrar os mortos (2), estamdolhe abrindo

Variantes do Cód. B:

(7) *de fazer.*

(8) *de obrar no que ante.*

(1) *que hūs e os outros.*

(2) *denterrar mortos.*

as sepulturas daquella parte da Allmina, ouuerão conheçimento das grandes fumadas que se, per todallas partes daquella costa, amtre seus amigos (3) faziam. E, sospeitando que nom hera sem allgũ grande mesterio de allgũa manyfesta comtrariedade, mamdarão hũ homem ao castello dAllmina, avisandoo que esguardase comtra a sayda do estreito se veria (4) cousa que hos, em allgũa guisa, podese toruar (5).

E tanto que aquelle foy em çima, vio como hũ navio se emcostaua comtra a pomta de Bulhões. E asy fez hũ fogo; e, logo apos aquelle, vio outro navio, e per semelhante fez outro fogo. E a esto atemdiam (6) jaa tambem os mouros dAlljazira como os da Allmina, pelas grandes fumadas que avia peça que viam. E, quando hũs e os outros viram aquelles dous fogos, sentiram que heram nauios que vinham a socorro. E começaram logo de se torvar e floxar allgũ tanto de seu combate. Mas, nom tardou muito, quando ho mouro fez dez ou xij fogos ajuntadamemte e depois espalhou o fogo per todallas partes, em synal que os nauios heram tantos que os não podia jaa comtar.

Allly ficaram os mouros tam toruados, espiçiallmemte os que estauam na Allmyna, que se nom sabiam dar a conselho. E as galles heram todas da outra parte de Barbaçote. E Molley Çayde, como homem experto e ardido, mandou trigosamemte, asy aas galles como aos outros nauios, que dobrases trigosamemte o cabo do momte e que rreçebesem, asy de hũa parte como doutra, quantos mouros podessem. Empero, não foy mais de hũa que se quisesse atreuer a cumprir aquelle mamdado, porque as outras, ou por se sentyrem menos ligeiras ou por verem o tempo mais comvinhaueu pera salluar sy mesmos que de se poerem em duujda com ha salluação alhea, nom quiserom dally aballar pera homde hos mandauão, amte se aparelharam pera logo partir pera Giballtar.

O comde, como sentyio aquelle allvoroço e conheço que tinha socorro, emtão se perçeebeo milhor. E mamdou aos que guardauão o muro que, per nenhũ caso, se partysem delle; caa se poderia seguyr que os que tinham as guardas, vemdo os mouros alluoroçados, quereriam sahír a elles e nom se saberiam rreger como comvinha pera gente de tam pouca soma, amtre tamanha mulltydão. E pos aynda hy outras guardas sobre aquellas, que sosteuesem a gente, se allgũ mouimemto quisesem (7) fazer. E emvio[u]

Variantes do Cód. B:

- (3) *inigos.*
- (4) *viria.*
- (5) *estoruar.*
- (6) *E esto entendiam.*
- (7) *quisesse.*

dezer a dom Joham que lhe rogaua que ho esperase, caa em breue seria com elle.

Mas o feito nom estaua jaa nesos termos; caa os fidalgos que naquella parte guardauam, sem rrega nem ordem (8), queriam cometer sua pelleja, ao que dom Joham foy neçesario dar consentymento. E aymda a elle mesmo pareceo que comvinha de se fazer asy, por rreter aos ymigos, que se nom podesem asy rrecolher. Mas aquelle capitão dos mouros quis bem most[r]ar que hera digno daquelle offiço: caa, tanto que vio aos nosos sahir, logo rrecolheo sua gente. E não soomente os esperou; mas, com grande ardidez, os foy rregeber ao caminho omde vinham. Agora, dise elle per seu aravigo, se asy he que nos avemos aquy de (9) falleceer, nom seja nosa morte sem grande memoria de nosa ffama.

Ally começaram de pellejar tam rrijamente, que os nosos nom ho poderam sofrer, amtes se rrecolherão o melhor que poderam pera a sombra das portas da cidade, tornando porem outra vez a cometellos com mayor força; e todavia ouueram de leyxar o campo. O comde, como teue da outra parte suas cousas comçertadas, chegou aa porta dAllmina; e, quando vio a gente estar asy assegada, preguntou omde hera dom Joham, o quall, visto per elle como estaua ante os outros, chegou a elle.

Ora, senhor, dise o comde, cometamos estes mouros, caa jaa vedes como se começam a rrecolher. E os de cauallo sejam avisados que se apartem da gente de pee, por nom toruarem ou, perventura, danarem hūs aos outros. E desy, senhores e amigos, nom vos esqueçam vosas forças e antiga virtude em que fostes gerados. Jaa vedes o que vos estes danados quiseram fazer. Pois Deus nos traz tempo em que posais tomar a vingança, nom espereis que, se agora a (10) perdeys, que a posais (11) mais cobrar. Comemdaeuos a Jhesu Christo, armando vossos corações de sua Santa Cruz, e cometeos per toda parte e nom perdoeis a grande nem pequeno. E em esto deu das esporas a seu cauallo e derribou sua lamça e foy saltar no meo dos ymigos, bradando aos seus per muytas vezes: esforçaeuos, senhores, caa esta he a nosa (12). Nom temais sua mulltydão, caa melhor he a fee de Jhesu Christo, em cujo nome trabalhaes.

Os mouros, doutra parte, quando semtyram os comtrairos comsygo, volueram os rrostos e começaram sua pelleja; na quall hūs e os outros trabalhauam com grande força. E se hos mouros, em outros tempos,

Variantes do Cód. B:

- (8) *ordenança.*
- (9) *que nos aquy auemos de.*
- (10) *se agora o.*
- (11) *que o podeis.*
- (12) *vossa.*

soliam tyrar os mortos e feridos damtre os sãos, muy afastados amdauão, per aquella vez, de semelhamte cuydado. Caa, pois os mais sãos nom espe-
rauam de viuer, que carrego podiam ter dos corpos sem allmas, a que jaa
nom podiam aproueitar? Molley Çayde, aquelle sobrinho dellrrey de
Grada, acaudellou sua gemte muy grande peça, a qual cada uez se lhe
fazia menos, asy daquelles que morriam, como doutros que fugiam pera
hos navios (13), com esperamça que se poderiam rrecoher.

A llança do comde hera jaa quebrada e o caualllo morto e elle açaz tra-
balhado; pero, seus criados lhe acorrerão em breue com outro caualllo, no
qual posto, começou de bradar aos seus que tomasem ho momte. E, como
quer que trabalhoso (14) fose dacabar, ouueramse porem em çima, e os
mouros, que ho tinham, começaram de fugir. O comde ouue hũa pedrada
tam grande sobre a barreta que lhe fez perder o lume dos olhos e hũ pouco
foy fora de seu conhecimento.

Ally matarão: Fernam Rodriguez de Buarcos, nobre homem e que
muito seruiço fezera em aquella çidade; e Diogo Vazquez de Portocarreiro,
que tam grandes trabalhos ouuera por defemsão daquella çidade, foy per
semelhamte ferido; e Fernam Rodriguez do Cadauall, de que, a poucas
oras, fizeram sua fim. Porque aquella maldita e escumungada gemte
trazia mortall peçonha em suas armas de ferir, espiçialmente no allmazem.
Vasquo Martjns da Allbergaria foy ally ferido, pellejamdo como vallemte
e ardido caualeiro; e bem he que elle nom morreo logo, amte viueo depois
açerca de xx annos, empero avisado que daquella ferida avya de morrer,
como de feito foy.

E nom he rrezão que a nobreza de Sueiro da Costa, hum escudeiro
fidalgo que viuia com ho ymfante Eduarte, aja de ficar fora daqueste
rregistro; caa elle soomente se achou com tres mouros allarues, grandes
e fortes, com hos quaes pellejou per grande espaço, ate que matou os dous
e ferio ho hũ (15) do quall rreçebeco hũa ferida com ha agu[m]ya (16) per
hũa mão, de que, a pouco tempo, ficou de todo sem ella. Este Sueyro da
Costa foy ao diamte allcayde de Lagos e aynda, com aquella mão (17) que
lhe ficou, pellejou com hos mouros da terra de Guynee, omde, asy pella
bomdade pasada, como pella presente, foy feito caualeiro (18).

Variantes do Cód. B:

- (13) pera os mouros.
- (14) como trabalhoso.
- (15) ferio hũa.
- (16) No Cód. A: agunya.
- (17) Em B: aquella outra mão.
- (18) Cfr. ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, caps. 51 a 58, 67 e 72 e tam-
bém os documentos sobre o mesmo editados por SILVA MARQUES, *Descobrimentos
Portugueses*, «passim».

Outros muitos christãos foram feridos naquella pelleja da Allmina, cujos nomes aquy expresamente nomeando fariamos longa (19) estoria. Porem os mais delles ouueram em breue saude. E algũs que morreram mais foy pella peçonha que as armas traziam, que pella grandeza das chagas. E os outros que no dito feito seruiram sejam contentes da homrra que, por entom, rregeberão e muita merce ao diamte, asy dellrrey como de seus filhos. E nos pasemos noso rrazoado a outro capitollo, n[o] (20) qual ponhamos em soma a grande estroyçam que foy feita nos mouros aquelle dia (21).

168

SETEMBRO 1419

Desembarcam os infantes no Porto de El-Rei, são recebidos pelo D. Pedro de Meneses e pelos demais fidalgos, tingidos de sangue, pela refrega tida com os mouros, entre os quais houvera grande mortandade.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 80.

Hora vejamos que faziam as galles e fustas dos mouros, depois que a vimda da frota foy per todas partes notificada. Omde sabee que, de homze galles grossas que os mouros trouxeram, nom dobrou o cabo da Allmina senam hũa soo, a qual rrecorrerão tamos mouros, que a ouuerom dallagar; mas o patrão della, com hũa agumia, e outros ofyçiaes que o ajudauão cortauam braços e mãas a todos aquelles que viam trauar nas bordas (1) per apoiar acima ou per outra quallquer parte, comtra sua hordenamça. De guysa que, com pouco mais de çimquoemta sobresallemtes, começou de vogar o mais apresa que pode e fazer via de Gibralltar.

As outras galles e nauios que estauão da outra parte de Barbaçote, como viram que os mouros asy hiam de rroldam, teuerão que, se os esperassem, que se poderiam perder; e, senam allgũs que chegaram nadamdo,

Variantes do Cód. B:

(19) Em B: *larga*.

(20) No Cod. A: *na*.

(21) Em B: *em aquelle dia*.

(1) Em B: *bandas*.

emquanto elles corregiam seus aparelhos, todollos outros ficaram ao longo daquella praya. Delles se afogauam nas ondas do maar, bradando aos outros dos navios que os esperassem. Oo, dezião elles, com a derradeira lastima, nembraeuos que somos homens que guardamos, como uos, obidiência a hũ rrey e a hũa ley. Nom nos deyxéis asy desemparados, pois nos trouxestes a esta terra e a (2) este porto de tamta tristura.

Os mareantes nom curauam de suas pallavras; mas, com muy grande força, tyraão pellos rremos, tememdo a vinda dos contrairos, cuja chegada muito aqerca sentiam. E, porque aquelle momte da Allmina entra bem hũa lleoa pello maar e daquella parte vay outra costa de mouros, em que ha grandes pouorações, teueram allgũs daquelles nauios pouco trabalho de guareceer, porque acharam logo aqerca os portos em que pose-ram (3) seus navyos.

Caa, posto que fosem naturais da outra parte de Grada, cuydauam que podiam ally esperar ate que visem tempo em que podesem tornar com mayor segurança. Aymda que allgũs delles, espiçiallmente os dos nauios mais pequenos, se emganaram naquella cuydação; porque, ao depois, quere-mdo tornar de noite pera sua terra, filhaua[m]nos os nauios dos chris-tãos. Ho capitão, que hera sobrinho dellrrey de Grada, nunca fez rrostro pera fugir; ante morreo ally, pellejamdo como homem esforçado e de grande coração. E com elle cayram easy todos hos melhores que ally heram, asy dos maryns, como dos outros.

E, em esto, chegarão os navios aaquelle Porto que se chama deEllrrey e avisarão o comde como os jffantes queriam (4) sahyr. O qual muito a presa fez ajuntar todos os de (5) caualllo que ally heram pera hyr rregeber os ymfantes, mandamdolhe levar bestas em que cauallgasem ate o lugar omde aviam de pousar. E, quando se o comde pos em giolhos, pera beyjar as mãaos aaquelles senhores, elles nom lha quiseram dar per nenhũa maneira, avemdo muy grande prazer quando o vyram asy com sua espada nua nas mãos, toda banhada em sangue, e as armas tuntas per muytas partes, e asy dom Joham e dom Fernando, seu jrmão, com todollos nobres fidallgos que ally heram.

E asy, cauallgamdo, foram pello (6) lugar per homde fora aquella (7) pelleja, na quall (8) amdauam judeus e molheres e outra gemte a rroubar.

Variantes do Cód. B:

- (2) *terra a.*
- (3) *acharom.*
- (4) *quiseram.*
- (5) *todos aquelles de.*
- (6) *cauallgando pello.*
- (7) No Cód. A: *aquelle.*
- (8) Em B: *qual jaa.*

E não sem causa; caa foram ally avidas muytas e muy (9) boas cousas, de grande valor. E, quando os ymfantes vyram a grande multyidão dos mouros que jazia per aquelle campo, louuaram muito o comde e asy a aquelles fidalgos e senhores que com elle heram. Ally viram como jazia, temdydo naquelle campo, aquelle nobre caudell Moley Cayde; caa, posto que elle fose ymfiell, nom leixaremos de louuar sua virtude, sequer por seu gallardão deste mundo, pois no outro, por seus pecados (10), sua gloria he perdida. Elle avia o corpo de boa grandura, com membros correspondentes a sua grandeza, e avia a cara grande e allua e os cabellos louros e amarecados. E bem parecia elle, jazendo, capitam daquella gente.

E por certo que outras muitas pellejas se poderom spreuer em que mayores somas de mouros (11) podessem fallecer; mas, gente asy estremada, pella mayor parte cobiçosa de homrrada fim, nom creio que ate este tempo se posa spreuer nem achar.

Caa, leyxando a grande soma dos corpos sem allmas que jaziam naquelle ajuntamento, que heram dos nobres e daquelles que morrerom pellejando, casy emfidos jaziam ao longo daquella praya, hũs sem braços e outros sem mãos, que feriram aquelles das galles, por não pereçerem com elles. Outros amdaũo nas ondas do mar, que se afogarão com rrayua de chegar a seus nauios; outros tynham ymda vyda e amdaũo nadando com tanto desacordo, que não sabiam estremar a quall parte se deyxariam sahyr; outros se vinham com hos braços cruzados lançar aos pees dos christãos; outros andauam correndo por aquelles matos, avendo ymda allgũa esperança de fugir. Mas, quando de todallas partes se viam cercados de maar, maldeziam sy mesmos; e, por fraca pesoa contraria que visem, com myserauell contenença se lamçauão amtelle.

Caa hũa molher foy vista que leuaua tres mouros ante sy, que ella, per consentymmento delles mesmos, atara. Nem os judeus nom ficauão (12) sem parte daquella gloria; caa, como elles som gentes cujo animo (13) se esforça (14) muito sobre as cousas vemçidas, amdauam tam ferozes em aquelle dia, que aquillo soomente ficaua por descanso aos vemçedores vellos postos naquelle ardimento contra sua antiga natureza.

E finalmente que dos (15) catyuos que se poderam contar, emtra-

Variantes do Cód. B:

- (9) No Cod. A: *nuy*.
- (10) *pois no outro sua gloria, por seus pecados.*
- (11) *de gentes de mouros.*
- (12) *ficarom.*
- (13) *cujos animos.*
- (14) *esforçam.*
- (15) *finalmente dos.*

ram (16) aquelle dia na çidade nouecentos e oytemta e seys. Outros muytos foram demtro que a este comto não vieram; porque aquelles que os tinham escomdiamnos do comde, por lhe nom demandarem o quinto, aynda que cremos que, por aquella vez, llyvremmente posoyo cada hũ aquillo que tomou. Outros muytos ficarão escomdidos per aquelles matos, que pellos outros dias achauão, ou elles mesmos, costrangidos de fome, se vinham a çidade.

E nom seja allgũ que queyra presumir que nos fingemos esta soma ser mayor por emgramdeçermos nosa estoria. Caa devem ter que homde heram homze galles grossas e vimte galleotas e outros navios de rremos, que poeriam muyta gente em terra, quanto mais pasamdo duas ou tres vezes. Dos mortos nom podemos fazer çerta soma, porque foram tamtos e em tantas partes, que se não poderão estimar.

Os que estauão no sertão, tamto que vyram a frota na Allmina e as galles dos mouros partydas, bem semtyrão o que avia de ser. E porem começarão logo de se partir cada hũs pera suas terras. Porem, avees de saber que ally ficarão os pryncipais capitães que ally vieram (17). Soomente Xeber, que se pasara a Allmina, omde foy catyuo de hũ escudeyro de Joham Pereira, a que se elle mesmo ofreçeo, por escusar o outro mayor dano; o qual, visto de (18) Joham Pereira, sagesmente fez troca com ho escudeiro e cobrou aquelle outro. E, apartamdoo, lhe comfesou como hera aquele.

Oo, dise elle, nobre fidallgo, pera vos husardes de vosa nobreza, vos [me] deuiais soltar (19) llyvremmente sem outra rremdição, sequer por não perderdes o exerciço da caualaria; caa pois Aaabu e desy Zaem e os outros meliores daquy (2) derrador sam mortos, jaa não avera hy quem vos venha guerrear. E, se vos me soltais, jaa sabeis que me temdes aquy cada mes. Se foses christão, dise Joham Pereira, cree que logo te esa graça faria. Mas, pois hes ymfiell, he neecessario que sayas per tua rremdição.

Duas mill dobras daua o mouro per sy. E depois morreo, creemos que por Joham Pereira se nom trigar a mamdar rrequerer seu rresgate, por causa de sua vymda a este (21) rregno. Aquy morreo o senhor de Beneigem, que hera hum grande senhor, o quall matou Gomçallo Velho, que depois foy comendador de Christus.

Variantes do Cód. B:

- (16) *entraram em.*
- (17) *pryncipaes que ally vieram todos.*
- (18) *visto por.*
- (19) *vos me deueis de soltar.*
- (20) *outros velhos daquy.*
- (21) *em este.*

169

27 SETEMBRO 1419

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe, para que mais se povoe e melhor se defenda a cidade de Ceuta, por ele libertada das mãos dos infiéis, prorogue por mais 10 anos a plena remissão dos pecados, em artigo de morte, aos fiéis de ambos os sexos que na dita cidade vivam ou a ela forem, anteriormente outorgada por 7 anos. Concedida gratuitamente.

AV., Reg. Suppl., vol. 132, fl. 7. Revelada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 428. A bula respectiva é o documento que se segue a este.

Beatissime Pater.

Ad supplicacionem deuotissimi et fidelissimi sanctitatis vestre sancteque romane ecclesie filii Johannis, Portugalie et Algarbii regis, vt amplius populetur et melius defendatur ciuitas de Cepta, quam predictus rex a manibus infidelium eripuit, omnibus et singulis vtriusque sexus christifidelibus, qui in eadem ciuitate sunt, seu quos ad ipsam accedere contigerint (1), vsque ad septennium, plenariam remissionem omnium peccatorum suorum, in mortis articulo, si in eadem ciuitate uel extra eam decesserint, sanctitas vestra primo concessit.

Sed quia, pater sancte, predicta concessio modicum proderit, cum ad tempus breuissimum est, supplicat sanctitati vestre idem rex quatinus illam dignemini vltra prorogare, saltem vsque ad alios annos decem; nam exinde plurimum sperat populacionem et defensionem predictae ciuitatis.

Fiat. O. Et gratis vbique.

Datum Florentie, quinto kalendas octobris, anno secundo.

170

28 SETEMBRO 1419

Bula Cum omnia uirtutum exercicia, de Martinho V, dirigida a elrei D. João I, a renovar por mais dez anos, a contar do fim dos sete já concedidos, que possam os cristãos residentes em Ceuta ou

(1) No ms. *contingerint*.

ali de passagem escolher confessor que, em artigo de morte, confessados e arrependidos, os absolva.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 202, fl. 31 v., — texto que se reproduz; e fl. 59 v., transcrita na bula *Quia dilatacionem* de 14 de Nov. de 1419, — o DOC. 174.

Referenciada e revelada por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 694.

Martinus, etc.

Carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbij regi
jllustri, salutem, etc.

Cum omnia uirtutum exercicia preclaris digna sint meritis et magna commendacione, illa tamen laudabiliora sunt et excellenciori digna premio ac Deo longe graviora et magis magisque publice salutis et toti ecclesie fructuosa, per que aduersus infideles, paganos et saracenos christiana religio strenue defenditur, roboratur et salutaria sue dilatacionis accipit incrementa.

Prouide catholici reges et principes ac fideles vniuersi gloriosis extolendi sunt apud ecclesiam preconijis et fauoribus apostolicis ac spiritualibus donis amplificandi qui, fidei zelo succensi (1), christianorum fines strenuis operibus militando, protegere simul et augere conantur, quemadmodum tua serenitas effecisse dinoscitur, que suis posthabitis periculis, aduersus ferocitatem gentilium potenter insurgens, diuina sibi suffragante clemencia, ciuitatem de Cepta, in partibus ultramarinis, ab ipsis infidelibus occupatam, regali potentia conquisiuit et illam principatui catholico sue uidelicet subiciens dicioni christianitati restituit, addidit et submisit ecclesie. Ad cuius ciuitatis aduersus vicinas infidelium naciones defensionem, magna opus est fidelium inibi iugiter habitantium multitudine et continua chisticolarum frequencia populorum.

Nos igitur, deuotionis tue zelum in fide sincerum et tam gloriosa regie virtutis opera quamplurimum in Domino commendantes et paternis zelantes affectibus, ut ciuitas ipsa ab infidelium tyrannica seruitute, sub Christi iugo suauis, in vnitatis fidei et ipsius ecclesie preseruatur atque perseueret et, ut fideles ipsi ad huiusmodi frequenciam atque moram feruentius animentur tantoque libentius et copiosius affluant et concurrant ad eandem ciuitatem, quo se maioribus gracijs et muneribus spiritualibus per sedem apostolicam nouerint esse preuentos, tuis in hac parte supplicationibus

(1) No ms. *successi*.

inclinati, gratiam illam plenarie remissionis peccatorum, qua per nostras litteras alias sub datum Florencie, bij kalendas aprilis, pontificatus nostri anno secundo (2), concessimus ut confessor ydoneus, quem singuli fidelium sexus utriusque, tunc in ipsa ciuitate et eciam infra septennium, a die notificacionis dictarum litterarum in illis partibus faciende computandum, moram trahentes huiusmodj duxerint eligendum, omnium peccatorum suorum de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, in mortis articulo, plenam ipsis, in sinceritate fidei, vnitate sancte romane ecclesie ac obedientia et deuocione nostra uel successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrancium persistentibus, remissionem, auctoritate apostolica, concedere ualeat de uberioris gracie dono usque ad decennium, a fine dicti septenij, computandum duximus prorogandam.

Et, ut omnes eciam utriusque sexus fideles, qui infra huiusmodi decennium, in ciuitate predicta, huiusmodi moram siue mansionem traxerint, consimilem gratiam, uidelicet omnium peccatorum suorum, de quibus simili modo confessi et contriti fuerint, plenariam ab eo quem eligendum duxerint ydoneo confessore, in mortis articulo, remissionem, auctoritate apostolica, consequi ualeant, tenore presencium, indulgemus. Sic tamen quod idem confessor de hijs de quibus fuerit alteri satisfactio impendenda eam illis per eos, si superuixerint, uel per alios, si tunc forte transierint, faciendam iniungat quam ipsi uel illi facere teneantur, ut prefertur.

Et ne, quod absit, fideles ipsi, propter huiusmodi concessionem, reddantur procliuiores ad illicita im posterum committenda, volumus quod, si ex confidencia remissionis huiusmodi forte aliqua committerent, quoad illa predicta remissio eis nullatenus suffragetur, quodque per vnus anni, a tempore quo huiusmodi concessionis uelle concluderint, censeri participes computandi, spacium, impedimento cessante legitimo, singulis sextis ferijs, quibus tunc ex precepto ecclesie regulari obseruancia iniuncta penitencia, voto uel alias ad ieiunandum non fuerint astricti. Alioquin, pro illis quibus alias ieiunium eis extiterit indictum totidem alijs, eciam annorum sequentium, quibus ad id, ut premititur, non sint astricti, diebus quamprimum commode poterunt ieiunare aut alia ipsis propterea, per dictum confessorem, si ab eo pecierint, iniungenda pietatis opera facere et exercere debeant atque teneantur. Alioquin, huiusmodj nostra presens concessio nullius sit roboris uel momentj.

Nulli ergo, etc. nostre prorogacionis, concessionis et voluntatis infringere, etc.

Si quis autem, etc.

Datum Florencie, quarto kalendas octobris, anno secundo.

(2) *Alusão à bula Ab eo qui humani, o nosso* DOC. 154.

SETEMBRO-DEZEMBRO 1419

O capitão de Ceuta oferece as chaves do castelo ao infante D. Henrique, que não lhas aceita; os dois infantes demoram ali três meses, hóspedes seus, após o que D. Henrique projecta tomar Gibraltar, o que não efectua em razão de haver sido afastado por tormenta e detido por calmaria e ainda por el-rei seu pai o mandar regressar a Portugal.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 81.

Hos ymfantes foram llogo dereytamente a see, ofregerse a Deus, como catolicos príncipes que heram; e, em saymdo della, o comde dom Pedro se pos de gíolhos, temdo as chaues do castello na mão, pera as entregar ao ymfante dom Emrrique. O quall lhe rrespomdeio que lhas não tomarya, mas que elle guardase com boa ventura seu castello, asy como lhe per seu padre fora mamdado, caa a elles nom lhes falleçeria pousada. Pois, senhores, dise elle, nom he tempo de me vos denegardes húa merçe, a qual he que, emquamto aquy esteuerdes, sejais meus comvydados.

Os jffantes, asy por entemderem que aviam ally pouco de estar, como por conhecerem a grande nobreza do comde, outorgaramlhe o que lhe tam aficadamente pedia. E, por çerto, que não he rrezão que tanta framqueza de senhor aja de ficar sem perpetua nembrança. Caa, em tres meses que os ymfantes ally esteuerão, asy no gasto da viamda como nas dadivas que deu, nos achamos per seus lyvros, despois de sua morte, que subio a despesa a seys mill e seteçentas e çimquoemta e (1) seys dobras, as quais foram despesas com tanta framqueza e com tanta liberrydade, que todos fallarão de sua grande manyfiçemcia. E por çerto que, asy como Deus quis dar homrrada fim a ellrrey dom Joham, em lhe damdo tam grande e tam nobre çidade, asy lhe deu logo hũ dos homrrados caualeiros do mundo pera seu capitão.

E, porque a allgũ, pelos tempos que ham de vijr, podera parecer esta soma grande, saybam que hos jffantes esteueram ally aqerca de tres meses. E bem deuem de comsyrrar çizade que duas vezes fora çercada,

Variante do Cód. B:

(1) mil seteçentas cincoenta e.

aymda que muito não fose, que nom poderia ter as cousas em tall abas-tança como compria pera tais dous príncipes e pera os senhores que ally heram. Caa, posto que ho comde aos outros ordenadamente nom dese de comer, ora hūs ora outros (2) easy cada dia comiam com elle, de guisa que rraramente se podia achar dia em que sua mesa nom fose chea de fidalgos e nobres homens.

E achamos que, em aquelles dias que hos ymffantes ally esteuerom, chegaram (3) o vallor das gallinhas a oytemta rreays e a canada do vinho a coremta, semdo naquelle tempo o vallor da coroa velha do cunho de França çem rreays e nouemta, e as valledias, que hera moeda mourisca, Lxxx, nouemta; e comunallmente esta hera a moeda de ouro que se mais corria nestes rregnos. E isto hera porquanto easy em todos tempos dos greys passados sempre os mouros dallem trautarão em estes rreynos de mercadaria, comprando pola mayor parte todos annos a fruyta do Algarue, a qual nom pagauam senam em ouro.

E a mayor parte daquellas dobras heram feitas em Tunez e heram xxiii quillates e terço de peso. Outras dobras traziam aquelles ymfies, a saber, dobras de Prazida e de Sagillmemça e de Marrocos, de que este rregno foy açaz fornydo, espyciallmente os thesouros dos rreys, como nos começos (4) dos feitos deste rrey fica comtado e se comtara mais adiante, omde fallarmos na mudaçom que fez este rrey dom Affonso, que este llyvro mandou spreuer, destes rreays brancos em outra moeda mais bayxa, a que chamarão espadins.

Ora tornando a prinçipall esemçia de nosa estoria, dezemos que o comde dom Pedro mandaua que se rrepartyse aquelle esbulho, que fora ganhado aos mouros, yguallmente; o que ao ymfante dom Hemrrique não pareceo rrezão, ante dise que cada hū devia de pesuyr aquello com que ho a sua bõa fortuna emcomtrara, de cujo mandado muitos foram allegres. E porquanto este gramde e exçelente príncipe, que viera por capitam daquella frota, hera magnanymo, pareceolhe que, porquanto se asy os mouros vemçeram ante que elle chegase, que nom fezera nada.

E porem temtou de querer filhar a villa de Gibraltar, pera a quall mandou ordenar artelharias e outros emgenhos, de guysa que em breue foy todo aparelhado. E queremdo elle sobre a obra ser comselhado, os mais contrariarão sua vontade, asy por ser lugar da conquista de Cas-tella, como por ser ymverno, em que se podiam (5) seguyr desvayrados

Variantes do Cód. B:

(2) *ora os outros.*

(3) *chegou.*

(4) *no começo.*

(5) *poderiam.*

perigos. Pero, como quer que fose, ordenou ho ymffante de hyr (6) llaa por pesoa pera ver ho perigo quanto hera.

E seguyose que aquella noite rrecregeo tanta tormemta de vento, que llamçou as gallees ao Cabo de Gata, omde depois esteueram bem xb dias, que nom podiam aver vento pera tornar; porem ouue ho tempo damamsar. As galles aballaram per aquella costa de Grada ate que chegaram a Çepta, omde jaa estauam cartas dellrey pera hos ymfantes, que se tornasem logo pera ho rregno; caa bem presunya elle, segumdo a grandeza de seus coraçõis, espiçiallmemte do ymfante dom Hemrrique, que queriam temtar allgũa grande cousa a que o tempo e o numero da gemte nom dariam lugar.

E porque jaa disemos, em outros lugares, da grande obydiençia dos filhos deste rrey, ajamos agora por detremynada sua tornada (7); caa, sobre tall mamdado nom ouue outra detemça (8) senam o tempo, que per hús dias foy muy contrayro pera fazer (9) viagem pera Portugall. E aynda quando partyrão, ouuerão muy (10) grande tormemta, com ha quall correrão allgūs navios a Alljazira (11), omde porque lhe foy necessario, lançarão amcora, sobre a quall esteueram (12) em grande perigo.

Quisera Ruy Gomez dAzeuedo, allcayde que hera dAllamquer, sahir no batell; e, com piadade que avia da gemte, deu lugar que se carregase tanto, que foy necesario que se perdesem todos. Outro navyo em que hera Alluaro Vazquez dAllmada com allgūs outros fidallgos estaua naquelle mesmo perigo; e sayramse no batell, mas teuerão melhor avisa-memto que os outros porque, com has espadas fora, não tomarão senam aquelles princiþais e ajnda com aquelles nom heram (13) sem grande perigo. E por çerto que hera cousa piadosa de ouir os brados daquelles que fycauam; caa, vemdo a morte tam açerca, dorosamente pediam socorro, com que lastymauam as orelhas dos que hos ouujam.

Porem foy necesario de fazerem ally fim; caa a tormemta não deu lugar que ho batell mais tornase e o navyo, emtretamto, correo sobre as pedras, homde se perdeo com toda a gemte que em elle hera. Hũ navyo em que hera Diogo Soarez dAllvergaria e outro em que hera o comendador dAllmada se salluaron per grande ventura. E Alluaro Vazquez e os

Variantes do Cód. B:

- (6) *ordenou o yffante per pesoa pera ver o perigo quanto era.*
- (7) *sua outra detemça.*
- (8) *Omitidas as palavras caa, sobre tall mamdado nom ouue outra detemça.*
- (9) *pera se fazer.*
- (10) *No Cód. A: muy.*
- (11) *as Aljaziras.*
- (12) *estauão.*
- (13) *hiam.*

outros fidalgos que ho seguyram nom pasarão sem outro trabalho, caa sayrom em terra de mouros. E o frio foy gramde e tamto (14) que hũ da companhia falleçeo, com sobegidão daquella friallidade. E esto porque elles nom ousauão de fazer fogo nem buscar pouoado, com temor dos contrarios.

E, andamdo asy de noyte, guyamdose a esmo comtra Taryfa, foram semtydos dos allmogauares. E, como hos corpos postos em temor, nas cousas duujdosas, sempre se emcostam a pior parte, pemsarão que heram os allmogauares dos mouros. Mas quando conheçeram que heram chris-tãos, perderam allgũa parte do semtymento do trabalho passado, e nam sem causa; caa, em Taryfa estaua aquelle Portocarreiro que viera a esta terra, domde tornara com muyta homrra e merçe, como jaa disemos no filhamento desta cidade de Çepta (15), e asy fez aaquelles fidalgos muyto gasalhado e homrroso acolhymmento.

Os ymfantes com outros muitos navios correram aas prayas, outros a Castella, outros ouueram a costa do Allgarue, em tamto que pemsaram que os ymfantes heram perdidos. Hũ navio em que hera Bellemdym (16) de Barbudo pareçee que ouue melhor viagem e foy portar a Lixboa. E quando lhe ellrrey pregumtou por seus filhos e lhe o outro comtou que não avia delles nouas, cullpouhu muyto porque se viera sem elles ao rregno. E gram tempo [se] lhe mostrou por ello semtydo.

172

26 OUTUBRO 1419

Bula Apostolice sedis, de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, duque de Viseu, em que, a pedido de seu pai el-rei D. João I, lhe concede possa contrair matrimónio com a senhora que desejar, qualquer que seja o grau de consanguinidade e afinidade entre os dois, ressalvada porém a lei divina.

AV., Reg. Lat., vol. 202, fl. 58.

Variantes do Cód. B:

- (14) *em tanto.*
 (15) *na fallamento desta filha de Çepta. Cfr. Crónica... de Ceuta, caps. 55 e 56.*
 (16) *Bernaldim.*

Martinus, etc.

Dilecto filio nobili viro Henrico, duci Visensi, carissimi in Christo filij nostri Johannis, regis Portugalie jllustris nato, salutem, etc.

Apostolice sedis circumspecta benignitas, nonnunquam rigorem iuris mansuetudine temperans, de gracia benignitatis indulget quod iuris auctoritas interdicat, presertim cum id in Domino conspiciat, personarum maxime sublimium statu et temporum qualitate pensatis salubriter expedire.

Hinc est quod nos, dicti regis progenitoris tui pro te, dilecto filio suo, nobis super hoc humiliter supplicantis ac tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut cum quacunque muliere, quocumque consanguinitatis uel affinitatis gradu tibi coniuncta, diuina tamen lege non prohibito, uos impediuntis que ex consanguinitate et affinitate huiusmodi proueniunt, non obstantibus, matrimonium inuicem libere contrahere et in eo, postquam contractum fuerit, licite remanere ualeatis, auctoritate apostolica, de speciali gratia, tenore presencium, dispensamus, prolem ex huiusmodi matrimonio suscipiendam legitimam nunciantes.

Nulli ergo etc. nostre dispensacionis infringere etc.

Si quis autem etc.

Datum Florencie, septimo kalendas nouembris, anno secundo (1).

(1) A Súplica respectiva, de D. João I, é de 5 de Maio anterior, — o DOC. 156. O infante D. Henrique não casou nem teve filhos. Assim o asseveraram os autores coevos: — «Luxurya nem auareza nunca em seu peito ouuerom repouso, porque assy foe temperado no primeyro auto, que toda sua vida passou em limpa castidade e assy que virgem o rrecebeo a terra» (ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 4); — «dedit seigneur don Henry, ilij^e filz du roy, Josne de xvliij^e à xx ans (allás 21) et de son saige très bel, de corps grant et puissant, lequiel on disoit chaste vralement, par sa grant vaillance» etc. (Depoimento do coevo companheiro da conquista de Ceuta, escrito entre 1457 e 1459, ANTOINE DE LA SALLE, *Du réconfort de Madame du Fresne*, editado por JOSEPH NEVE, *Antoine de La Salle. Sa Vie et ses Ouvrages*, Paris-Bruxelles, 1903, p. 145); — «Non uolse mai prender dona, soto grande castita» (CADA-MOSTO, *Vlagers de Luis de Cadamoeto e de Pedro de Sintra*, p. 4); — «Dominus Infans vsque ad mortem virgo permansit» (Martinus de Behaim, *De prima inuentione Gujnee*, p. 199). Com base certamente nos autores do séc. XV asseveraram o mesmo os do XVI (Cfr. DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo de situ Orbis*, liv. 1, cap. 22; RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 147, e JOÃO DE BARROS, *Asia*, década 1, liv. 1, cap. 16).

Há anos, JOSÉ DE BRAGANÇA escreveu: — «Na Bib. Vaticana, o rev. dr. Maurício dos Santos viu um verbete do cardinal Carampl que refere o pedido do Infante (D. Henrique) ao Papa, a favor de sua filha natural» (Na Introdução a GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, vol. 1, Porto, a. d., p. XXXI). Pouco depois, DUARTE LEITE acrescentava um ponto ao conto: — «O P.^o Domingos Maurício dos Santos (S. J.) viu na Biblioteca do Vaticano um verbete do cardinal Carampl, relativo a um pedido do infante D. Henrique ao papa em favor

173

14 NOVEMBRO 1419

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe, para mais se povoar e melhor se defender a cidade de Ceuta, onde o monarca faz habitualmente grandes despesas, e ainda para invasão das terras circunvizinhas, no que se trabalha diáriamente, prorrogue, pelo menos por mais 8 anos, a plenária remissão dos pecados em artigo de morte, anteriormente concedida pelo pontífice por 10 anos e depois por mais 7, às pessoas de ambos os sexos que viverem em Ceuta ou lá forem. Concedida como pede, gratuitamente.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 134, fl. 104 v. Referenciada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 428.

Beatissime pater.

Ad supplicacionem deuotissimi et fidelissimi sanctitatis vestre sancteque romane ecclesie filii Johannis, Portugalie et Algarbii regis, vt amplius populetur et melius defendatur ciuitas de Cepta, quam predictus rex a manibus infidelium eripuit, omnibus et singulis vtriusque sexus christifidelibus, qui in eadem ciuitate sunt, seu quos ad ipsam accedere contigerint (1) vsque ad septennium, plenariam remissionem omnium peccatorum suorum, in mortis articulo, si in eadem ciuitate uel extra eam decesserint, sanctitas vestra primo concessit, predictam autem gratiam ad decennium, finito predicto septennio, post ampliavit. Sed, pater beatissime, si predicta indulgentia ad maius tempus dilatetur, spes est quod

duma sua filha natural, que desejava prover numa comenda de Cristo» (*Coisas de vária história*, p. 209). Declarado por DE WITTE: «Nous avons examiné aux archives du Vatican les pages du *schédario* Garampi relatives au Portugal (vol. 83, f.° 151v. à 189) et n'y avons trouvé aucune mention d'un enfant naturel du Navigateur» (*Les bulles*, p. 461), MAGALHÃES GODINHO arrojou-se a supor «já lá não se encontrar» o documento no arquivo do Vaticano (*Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. 3, p. 366). A pôr cobro a semelhante especulação ocorreu, recentemente, o próprio e probo historiador P. MAURICIO GOMES DOS SANTOS, *História e Mito Henriquinos* (Na rev. *Brotéria*, vol. 68, pp. 272 a 279), donde nos permitimos extrair este oportuno comentário: — «...mais triste e sintomática nos parece esta obstinação de historiôgrafos contemporâneos para sublinhar doentamente traços escuros, não por amor da verdade, mas como se as fisionomias sem jaça dos heróis os estonteassem nas alturas» (p. 279).

(1) No ms. *contingerint*.

predicta ciuitas adeo populabitur, quod non solum dicte ciuitatis incole eam defendent, sed terras circumuicinas predictorum inuadent, sicut cotidie faciunt.

Supplicat sanctitas vestra idem rex quatinus illam dignemini vltra prorogare, saltem vsque ad alios octo annos, vt fructus iam dictus inde sequatur et predictus rex in expensis, quas in dies dinumerabiles facit, aliquantulum releuetur.

Fiat vt petitur. O. Et gratis. O.

Datum Florencie, decimo octauo kalendas decembris, anno secundo.

174

14 NOVEMBRO 1419

Bula Quia dilatacionem, de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a renovar-lhe por mais oito anos os privilégios espirituais que outorgara anteriormente, a seu pedido, por sete e por dez anos, aos habitantes da cidade de Ceuta.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 202, fl. 58 v.

Revelada e sumariada por DE WITTE, *Les bulles*, p. 694.

Martinus, etc.

Carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbij regi
Illiustri, salutem, etc.

Quia dilatacionem fidei catholice et christiane religionis augmentum paternis zelamus et exoptamus affectibus, proinde libenter indulgemus et clementi benignitate liberaliter impartimur et concedimus ea que ipsius orthodoxe fidei et fidelium protectioni conferunt et augmento.

Dudum igitur, tuis eciam in hac parte deuotis supplicacionibus inclinati, ad defensionem ciuitatis de Cepta, quam de tirannica seruitute gentiliū et infidelium nationum, regia uirtute, potenter eripiens, salutifero Christi iugo submisisti et acquisiisti ecclesie, per nostras alias litteras indulsimus ut uidelicet confessor ydoneus, quem singuli fidelium sexus utriusque in ipsa ciuitate presencialiter et eciam infra septennium, a die notificacionis ipsarum litterarum nostrarum in illis faciente partibus computandum, moram trahentes duxerint eligendum, omnium peccatorum suorum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, plenam in mortis

articulo remissionem, auctoritate apostolica, concedere ualeat, modo et forma contentis in ipsis litteris, quarum tenor, de uerbo ad uerbum, inferius describitur.

Cum etiam postmodum, eandem gratiam plenarie remissionis omnium peccatorum a fine prefati septennij usque ad decennium, per nostras alias litteras, quarum etiam tenor de uerbo ad uerbum inferius inscribitur, duximus prorogandum.

Nunc, uero, ut ciuitas ipsa de Cepta, successu temporis longioris, ab ipsis diucius et copiosius frequentata inhabitataque fidelibus ad christianitatis aduersus infideles propugnaculum et defensionem potencius muniri roborarique possit tantoque feruentius animentur fideles ad illam inhabitandam protegendamque ciuitatem et ut uberius confluant ad eandem quo se maioribus stipendijs spiritualibus et gratiarum muneribus conspexerint adiuuari; nos, de amplioris gratie dono eandem plenarie remissionis omnium peccatorum indulgenciam, per nos modo et forma expressis in ipsis apostolicis litteris concessam, a fine prefati decennij in ipsis litteris descripti usque ad octo annos immediate sequentes, apostolica auctoritate, tenore presentium, prorogamus.

Tenores autem prefatarum litterarumstrarum, quarum totum effectum, ualorem et efficaciam prorogamus, sequitur in hec uerba.

Segue-se a transcrição das letras do mesmo pontífice Ab eo qui humani e Cum omnia virtutum, os nossos DOCS. 154 e 170.

Nulli ergo etc. nostre concessionis, prorogacionis et voluntatis infringere etc.

Si quis autem etc.

Datum Florencie, decimo octauo kalendas decembris, anno secundo.

175

1419-1420

Como foi redescoberto o arquipélago da Madeira pelos escudeiros do infante D. Henrique João Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira e como foram povoados aquela e o dos Açores (1).

(1) Conquanto os nossos cronistas sejam unânimes em atribuir o descobrimento e povoamento do arquipélago da Madeira a pessoal do infante D. Henrique e o declare o próprio, em carta testamentária de 18 de Setembro de 1460 (Publicada por ex. em

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 83. — Sobre o assunto pode ver-se também: O Manuscrito «Valentim Fernandes», pp. 108-118 e 203-207; DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo «de situ orbis»*, Prólogo; JOAO DE BARROS, *Asia*, Dec. 1, liv. 1, cap. 3; e demais bibliografia aduzida por DAMIAO PERES, *Obra e lugs. infractados*.

Porquanto eu disse no quinto capitullo desta obra, onde faley das cou-sas specyaes que o jffante fez por seruço de Deus e honra do rregno, antre as outras que elle tijna fectas, assy era a pouoraçom das jlhas (2), quero aquy fallar breuemente da dicta pouoraçom, quanto mais pois, em estes passados capitollos, tenho falla[do] das jlhas de Canarea (3).

E foe assy que, em casa do jffante, auya dous scudeiros nobres, de criaçom daquelle ssenhor, homeens mancebos e pera muyto, os quaaes, depois da vijnda que o jffante fez do descerco de Cepta (4), quando a o poderyo daquelles rrex mouros teue cercada juntamente, segundo ja dissemos, rrequererom que os auyasse como podessem fazer de suas honras, come homeens que o muyto deseiauam, parecendolhes que seu tempo era mal despeso se nom trabalhassem algũa cousa per seus corpos.

E, veendo o jffante suas boas vontades, lhes mandou aparelhar hũa barcha, em que fossem darmada contra os mouros, encaminhandoos como

SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, vol. 1, p. 579), os mais recentes historiadores portugueses retrotraem o descobrimento daquelle arquipélago para antes dos meados do século XIV, atenta a precisão com que são localizadas as ilhas respectivas em cartas desde a de Dulcert de 1339; pelo que, denominam *redescobrimento* o achamento do mesmo arquipélago pelo pessoal henriquino, na segunda década do século XV (Cfr. DAMIAO PERES, *História dos Descobrimientos Portugueses*, pp. 15 e ss., e JAIME CORTESAO, *Os Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, p. 233). Sobre o lendário descobrimento da Madeira, aliás tardio e ignorado dos nossos cronistas, veja-se D. PERES, *Obra cit.*, pp. 45 e ss. e a bibliografia ali aduzida.

(2) Els o passo em referência: — «Elle (D. Henrique) fez povoar no grande mar oceano cinco jlhas, as quaaes, ao tempo da composiçom deste liuro, estauam em rezoada pouoraçom, specialmente a jlha da Madeira. E, assy desta como das outras, sentirom os nossos rregnos muy grandes proueitos, a saber, de pam e açuquar e mel e cera e madeira e outras muytas cousas, de que nom tam soamente o nosso rrego, mas ajnda os estranhos ouuerom e ham grandes prouentos».

(3) O autor alude às Ilhas Canárias nos capitulos 79, 80, 81 e 82.

(4) Discute-se a data em que se efectuou o descerco de Ceuta, com base na discrepância das afirmações de ZURARA, que ora o situa três anos ora quatro após a conquista da cidade (Cfr. *Crónica... de Guiné*, cap. 5, e *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 62, e liv. 2, cap. 6). E da fixação daquela data depende a do ano do redescobrimento do arquipélago madeirense. DAMIAO PERES, *Obra cit.*, p. 58, situa-o na primavera de 1419, no que é seguido por JAIME CORTESAO, *Obra cit.*, p. 232. Os nomes dos mancebos em referência são dados adiante pelo cronista.

fossem em busca de terra de Guinee, a qual elle ja tijinha em voontade de mandar buscar (5). E, como Deus querya encaminhar tanto bem pera este rregno e ajnda pera outras muytas partes, guyouhos assy que, com tempo contrairo, chegarom aa jlha que se agora chama do Porto Sancto, que he junto com a jlha da Madeira, na qual pode auer sete legoas em roda. E, estando assy ally per algũus dyas, sguardarom bem a terra e pareceolhe que serya grande proueito de sse pouorar.

E, tornando dally pera o rregno, fallarom sobrello ao jffante, contandolhe a bondade da terra e o deseio que tijnham acerca de sua pouoragom, de que ao jffante muyto prouue, ordenando logo como podessem auer as cousas que lhe compriam pera se tornarem aa dicta jlha. E, andando assy em este trabalho de sse encaminharem pera partyr, se ajuntou a ssua companhia Bertollameu Perestrello, hũu fidalgo que era da casa do jffante dom Joham. Os quaaes, teendo todas suas cousas prestes, partiram vyagem da dicta jlha.

E acertousse que, antre as cousas que leuauam consigo pera lançarem na dicta jlha, assy era hũa coelha, a qual fora dada ao Bertollameu Perestrello per hũu seu amjgo, jndo a coelha prenhe em hũa gayolla; e acertousse de paryr no mar e assy leuaram todo aa jlha. E, ssendo elles alloiados com suas cabanas, pera ordenarem suas casas, soltarom aquella coelha com seus filhos pera fazer criaçom; os quaaes, em muy breue tempo, multiplicarom tanto, que lhe empacharom a terra, de guisa que nom podyam semear nhũa cousa que lhe elles nom stragassem. E he muyto pera marauilhar; porque acharom que, no anno seguinte que ally chegarom, matarom delles muy muytos, nom fazendo porem mingua; por cuja rezom, leixarom aquella jlha e passaramse aa outra da Madeira, que sera quareenta legoas em cerco e doze do Porto Sancto. E ally ficarom os dous, a saber, Joham Gonçalluez e Tristam; e Bertollameu Perestrello se tornou pera o rregno.

Esta segunda jlha acharom boa, specialmente de muy nobres auguas corredyas, que leuam pera regar a qualquer parte que querem. E começarom ally de fazer suas sementeiras muy grandes, de que lhes vierom muy abastosas nouidades. Desy, virom a terra de boons aares e saadya e de muytas aues, que logo no começo tomauam com as mãaos, e assy outras muytas bondades que acharom na dicta jlha. Fezerom assy todo

(5) De sublinhar este passo, a dizer-nos que, desde 1419, era programa do infante D. Henrique buscar as terras de Guiné, o que excede o praso marcado pelo mesmo cronista no capítulo 9 da presente obra, ao asseverar que, no ano de 1433, havia já 12 anos consumidos em tentativas da passagem do Cabo do Bojador. Donde será lícito inferir: embora começado a executar apenas pelos anos de 1421, o programa henriquino data dos anos de 1419 ou 1420 e o descobrimento português das Ilhas Adjacentes constitui o primeiro passo do desenvolvimento desse programa.

saber ao jffante, o qual se trabalhou logo de enuyar la outras gentes e corregimento de jgreia com seus clerigos, de guisa que, em muy breue tempo, foe grande parte daquella terra aproueitada.

E, consirjando o jffante como aquellos dous homeens foram começo de ssua pouoraçom, deulhes a principal governança da jlha, a saber, a Joham Gonçalvez Zarco, que era hũu nobre homem, o qual fora caualleiro no cerco de Tanger, em hũa batalha que ally o jffante venceo, em hũa quinta feira, da qual a Estorea do Regno mais compridamente faz mençom; e ia este Joham Gonçalvez fora em outras muytas boas cousas, specialmente no decerco de Cepta, no desbarato dos mouros que se fez no dya da chegada. E a este deu o jffante a governança daquella jlha, donde ase chama a parte do Funchal (6). E a outra parte, que se chama do Machico, deu a Tristam, o qual tambem fora caualleiro em hũa caualgada que se fez em Cepta, homem assaz ardidio, mas nom tam nobre em todallas outras cousas como Joham Gonçalvez (7).

E foe o começo da pouoraçom desta jlha no anno do nacimiento de Jhesu Christo de mil e iiij^{xx} annos (8). A qual, ao tempo da feitura desta estorya, estaua em razoadã pouoraçom; ca, auya em ella CL. moradores, afora outras gentes que hi auya, assy como mercadores e homeens

(6) Desconhece-se o texto e data da atribuição pelo infante D. Henrique a João Gonçalves Zarco da capitania da ilha da Madeira na parte do Funchal. Aquele figura em documento de 1426 (?), como distribuidor de terras, por ordem de el-rei D. João I, aos povoadores das ilhas (Cfr. SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 109; em 3 de Maio de 1447 diz-se «rregedor por ho dicto ssenhor (o infante D. Henrique) em a jlha da Madejra, em ho Fonchall e seus termos» (Documento publicado por SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, vol. 1, p. 453); em 2 de Março de 1450, o infante D. Henrique afirma que Zarco tem a capitania da ilha da Madeira «na parte do Funchal» (*Ibi*, p. 471); e, em 1 de Novembro do mesmo ano, o Navegador concede-lhe a capitania de parte da ilha da Madeira desde além do rio do Caniço, através da serra, até à ponta de Tristão (*Ibi*, p. 483).

(7) Em 8 de Maio de 1440, portanto dez anos antes da concessão pelo infante da capitania do Funchal a Zarco, nos termos do último documento retrocitado, o infante D. Henrique doou a Tristão, cavaleiro de sua casa, a capitania de parte da ilha da Madeira, desde além do rio do Caniço até à ponta de Tristão (Na *Obra* e vol. *retrocitado*, p. 403).

(8) Na carta de doação do espirital das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta à Ordem de Cristo, de 1460, já acima citada, D. Henrique asseverou: — «começel de pouorar a minha filha da Madeira auera ora xxxb anos e jssu meesmo a do Porto Santo e desy prosegujndo a Deserta, das quaaes jlhas que assy edificuej e nouamente achej...», — o que equivale, portanto, aos anos de 1425. No original de sentença do Dr. Diogo Pinheiro, Vigário de Tomar, das Ilhas e da costa guineense, de 20 de Fevereiro de 1499, lê-se — «podera bem auer oyntenta annos que a dicta jlha era achada pouco mais ou menos e sse começara de pouorar» (ANTT, *Arquivo do Cabido da Sé do Funchal*, maço 1, n.º 1), — o que nos reporta ao ano de 1419. Por duas vezes se faz aquella afirmação no documento em causa.

e molheres solteiros e mancebos e moços e moças, que ja nacerom na dicta jlha, e esso meesmo clerigos e frades e outros que vñao e veem, por suas mercadaryas e cousas que daquella jlha nom podem scusar.

E, na era de mil e iiij^o Rv. annos, mandou o jffante a hũ caualleiro, que se chama Gonçallo Velho, comendador que era na ordem de Christus, que fosse pouoar outras duas jlhas, que estam afastadas daquellas CLxx legoas ao noroeste (9). E hũa daquestas começou o jffante dom Pedro de mandar pouorar, com prazimento de seu jrmão. E seguyusse sua morte em breue, pello quall ficou despois ao jffante dom Henrique. E a esta posera o jffante dom Pedro nome a jlha de Sam Miguel, pella singular deuaçom que el sempre ouuera em aquelle sancto (10).

E tambem fez o jffante dom Henrique tornar aa jlha do Porto Sancto Bertollameu Perestrello, aquelle que primeiramente fora com Joham Gonçalluez e com Tristam, que a fosse pouorar; pero, com a multidom dos coelhos, que caasy som injindos, nom se pode em ella fazer laura, soamente se criam ally muytos gaados e apanhasse sangue de dragom, que trazem a uender a este rregno e assy leuam a outras muytas partes (11). E fez lançar gaado em outra jlha que esta a ssete legoas da jlha da Madeira, com entençom de a mandar pouorar como as outras, a qual se chama a jlha Deserta. E, destas vij. jlhas, as quatro som tamanhas como a da Madeira e as tres mais pequenas.

E, por acrecentamento da ordem de Christus, cujo governador o jffante era ao tempo da dicta pouoraçom, deu aa dicta ordem todo

(9) Sobre a discutida data do descobrimento dos Açores veja-se DAMIAO PERES, *Obra cit.*, pp. 59 e ss., o qual, relativamente aos grupos oriental e central do arquipélago, os primeiro conhecidos, afirma: — «Em resumo, o pouco que com sufficiente segurança pode afirmar-se a respeito das primeiras navegações portuguesas nas águas açorianas consiste no seguinte: em 1427, um navio pilotado por Diogo de Silves atingiu o arquipélago açoriano, de que em 1439 eram já conhecidas as sete ilhas que compõem os grupos oriental e central; entre essas duas datas enviou o Infante expedições de reconhecimento, que all foram lançar animais domésticos. É ainda plausível que essas expedições tivessem tido lugar em 1431 e 1432, e que as comandasse Frei Gonçalo Velho» (pp. 68-69). O diploma mais antigo conhecido sobre os Açores é a carta da Regência de 2 de Julho de 1439, a conceder a D. Henrique o povoamento das sete ilhas dos Açores, onde ele já mandara lançar ovelhas (Publicado por ex. em *Descobrimentos Portuguezes*, vol. 1, p. 402).

(10) Sobre a origem desta devoção de D. Pedro pode ver-se RUI DE PINA, *Crónica de... D. Afonso V*, cap. 126.

(11) Em 1 de Novembro de 1446, o infante D. Henrique doou a Bartolomeu Perestrello, cavaleiro de sua casa, e a seus descendentes primogénitos para sempre a ilha do Porto Santo, «por elle ser o primeiro que, per meu mandado, a dicta ylha pobrou e por outros muitos seruiços que me fez» (Publicada em SILVA MARQUES, *Obra e vol. cit.*, p. 449).

o spritual da jlha da Madeira e do Porto Sancto e todo o spritual e temporal da outra jlha, de que fez comendador Gonçalo Velho. E mais da jlha de Sam Miguel lhe leixou o dizemo e ameetade dos açucaraaes (12).

176

7 JANEIRO 1420

Carta de el-rei D. João I, a nomear administrador dos bens que deixara em testamento Sancha Anes de Palhavã, para sufrágios por sua alma, a Pedro Eanes, contador do infante D. Henrique, por morte do último administrador dos mesmos.

ANTT., Chancelaria de D. João I, liv. 4, fl. 39.

Dom Joham etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que PedrEannes, contador do jffante dom Anrrique, meu filho, nos dise que Sancha Anes de Palhavã, ja finada, fez seu testamento, no qual apartou certos beens dos que auja em termo da cidade de Lixboa e em outros lugares, de raiz, pera se per elles auerem de dizer, em cada hũu anno, em Santa Justa da dicta cidade, por dia de Todollos Sanctos, hũa mjsa officiada e leuãrem em oferta duas marrãas e dous cestos de pam aluo e dous almudes de vinho pollo dicto dia

E, pera esto fazerem e auer de conprir em cada hũu anno, leixou dos dictos beens por amjnstrador Vicente Afonso, morador em a dicta cidade, e que, morto elle, ficase o dicto encargo a seu filho de fazer conprir o que suso dicto he e assy per linha djreita; e que os dictos beens nem parte delles nom pudesem seer uendidos nem em alheados nem em outras pesoas transmudados, mais sempre enteiramente andarem em a pesoa do dicto Vicente Afonso e seus sucesores, como menjstradores pera sempre, elles

(12) Aparte a allusão à carta testamentária já citada de 1460, de doação espiritual da Madeira à Ordem de Cristo, os factos aqui aduzidos pelo cronista não são testemunhados por diplomas conhecidos. Gonçalo Velho já era comendador das ilhas açorianas em 5 de Abril de 1443 (Cfr. *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, p. 425); e, em carta henriquina de 19 de Maio de 1460, a regular a administração da justiça nas ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, é dito aquelle pelo infante «meu cavaleiro e capitão por mim em minhas ilhas de Santa Maria e São Miguel, dos Açores» (*Ibid.*, p. 569).

auer de manteer pera sempre as cousas suso dictas, segundo esto e outras cousas se contem no testamento da dicta Sancha Annes.

O qual Vicente Afonso, per uertude do dicto testamento e clausullas delle, ouue e cobrou a posse dos dictos beens, como amjnjstrador, e os ouue em sua vida, mantendo e comprindo as cousas suso dictas ataa sua morte. E, despois de sua morte, ficarom os dictos beens e amjnjstraçom delles a seu filho Martim Vicente, o qual os assy ouue e amjnjstrou com os dictos encargos ataa sua morte; e, per sua morte, ficarom os dictos beens e amjnjstraçom delles a Lourenço, filho do dicto Martim Vicente Moço, que era aaquelle tempo meyor de hidade, ao qual foe dado titor, a saber Joham Dominguez, torneiro, morador que foe em a dicta cidade, que teue encargo de amjnjstrar os dictos beens em nome do dicto Lourenço.

O qual Lourenço ha gram tempo que se ausentou destes regnos pera outras partes, ha bem xbiij annos, que nom pode seer achado nem nouas del, pero per o titor sobredicto fosse requerido, e se morreo sem auendo hi filho que ouuese dauer a amjnjstraçom dos dictos beens. E assy a dicta amjnjstraçom era e he uaga, per morte do dicto Lourenço, e pertencia a nos de djreito de dar amjnjstrador a elles. E que nos pedia que lhe fizese-mos mercee dos dictos beens e amjnjstraçom delles que aujam os sobredictos.

E nos, veendo o que nos dizia e pedia, se assy he como elle diz e a dicta amjnjstraçom perteence a nos; teemos por bem e damollo por amjnjstrador dos dictos beens e amjnjstraçom delles, assy e pella guisa que o eram os sobredictos e seus sucesores que depos elle vierem per linha djreita, fazendo elle, em cada hũu anno, por a alma da dicta Sancha Annes, as cousas suso dictas. E, per esta presente carta, lhe damos poder que possa amjnjstrar os dictos beens e os aproueitar e arrendar a quem por elles mais der, gardando as clausullas contheudas no dicto testamento.

E que outrossy possa demandar todos aquelles ou aquelas que os dictos beens ou parte delles quizerem ocupar ou puserem algũu embargo, per qualquer guisa que seia, perante quaaesquer jujzes e justiças que ouue-rem e deuam dauer dello conchicimento.

E mandamos ao corregedor da dicta cidade e a outros quaaesquer jujzes e justiças a que esto perteencer, se achardes que assy he como elle diz, que o metades em posse o dicto PedrEannes dos dictos beens e amjnjstraçom delles ou a seu certo procurador e lhe leixedes auer e lograr e posujr e receber as rendas e foros e djreitos delles, sem outro nehũu embargo que lhe sobre ello seia posto. E defendemos ao dicto Pedro Eannes que nom uenda nem possa uender nem dar nem scambar nem per outra guisa em alhear os dictos beens nem parte delles. E, posto que o fazer queira, nom seia ualioso tal uenda nem scambo. E, em testimonho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dante em a dicta cidade, bij dias de janeiro. Elrrey o mandou per Gonçalo Caldeira, seu uasallo, scpriuam da sua camara, nom seendo hi os ueedores da sua fazenda, a que esto perteencia. Joham Afonso a fez. Era de mjl iiij^o Lbiij annos.

177

15 JANEIRO 1420

Carta de el-rei D. João I, de legitimação de Diogo Fernandes Homem, criado do infante D. Henrique, filho de Nuno Fernandes Homem, Comendador do Casal, e de Isabel Roiz, mulher solteira.

ANTT., Chancelaria de D. João I, liv. 4, fl. 18.

Sumariada em SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 468.

Outra legitimaçam ouue Diego Fernandez Homem, criado do iffante dom Anrrique, filho de Nuno Fernandez Homem, comendador do Casal, e de Jsabella Roiz, molher solteira ao tempo da nacença do dicto Diego Fernandez, etc.

Em Lixboa, xb dias de janeiro de mjl iiij^o Lbiij annos.

178

20 FEVEREIRO 1420

Carta de Filipe o Bom, duque de Borgonha, a confirmar, a pedido dos mercadores, mestres de navios, marinheiros e demais súbditos do rei de Portugal e para incremento do comércio de Flandres, a carta de seu pai João Sem Medo, de privilégios aos mesmos, de 26 de Dezembro de 1411.

ANTT., *Casa da feitoria portuguesa de Antuérpia*, caixa 3, maço A, n.º 9, — donde se reproduz. Original com o selo bastante danificado.

Publicada por BRAAMCAMP FREIRE, *A feitoria de Flandres*, p. 422.

Phelippe, duc de Bourgoingne, conte de Flandres, dArtois et de Bourgoingne palatin, seigneur de Salins et de Malines. A tous ceulx qui ces presentes lectres verront, salut.

Savoir faisons nous auoir fait veoir par aucuns et plusieurs des gens de nostre conseil les lectres patentes de feu nostre tres redoubte seigneur et pere, dont Dieu ait lame, scellees de son grant scel, en cire vermeille et double queue pendant, desquelles la teneur est telle.

Segue-se a transcrição da carta de João Sem Medo de 26 de Dezembro de 1411, — o DOC. 8.

Lesquelles lectres dessus transcriptes et tous les pons, articles, graces et franchises contenues en icelles, a lumble supplicacion et requeste des marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez du dit royaume de Portugal, et pour le bien, auancement et augmentacion de la marchandise, que desirons de plus en plus estre exercee, multipliee et accreuee en nostre pais de Flandres;

Nous auons, par grant et meur aduis et deliberacion sur ce euz avecques plusieurs des gens de nostre conseil, loe, gree, consenti, rratiffie et approuue; louons, greons, consentons, ratiffions, approuuons et, se mestier est, de nostre grace especiale et a nostre science, auctorite et plaine puissance, par ces presentes, confirmons, voulans, pour nous et noz hoirs et successeurs, selon que nostre dit feu seigneur et pere lauoi voulu et octroye, par ses dictes lectres cy deuant incorporees, iceulx pons, graces, articles et franchises et chacun a par lui estre tenuz bien et fermement aux dessusdits marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez du dit royaume de Portugal, sans enfreindre ou aler a lencontre, a tousiours mais perpetuellement, se ne feust que, pour aucune cause, jl nous pleust ces pons, graces et preuileges rappeler, laquelle chose nous pouuons faire touteffois quil nous plaira.

Et, en celui cas, se nous les rappellons, les dessusdiz marchans, maistres de nefz (1), maronniers et subgiez auront, apres icellui rappell a eulx signifffie, trois mois despace, pour vidier paisiblement hors de nostre dit pais de Flandres et juridicion, a toutes leurs nefz, biens et marchandises et tout ce que a eulx et ausdictes nefz appartient, sauues les loys, preuileges, franchises et ordonances faictes et donnees par noz deuanriers et nous aux villes et bonnes gens de nostre pais de Flandres dessusdit; lesquelles, entre tous autres cas et personnes, nous voulons du tout demourer en leur vertu. En tesmoing desquelles choses et pour ce que voulons quelles soient bien et fermement tenues, par la maniere que dessus sont escriptes et declarees, nous auons fait mettre et appendre nostre grant scel a ces presentes.

(1) No ms. *nes* por *nefz*, certamente por equívoco do *escriuão*.

Donne en nostre ville de Gand, le vintiesme jour de feurier, lan de grace mil quatrezens et vint.

Sobre a dobra: Par monseigneur le duc, vous et autres presens.

Bouesseau.

Colon est faite (2).

179

25 MAIO 1420

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe conceda a regência e o governo da Ordem Militar de Cristo a seu filho o infante D. Henrique, para aproveitamento dos rendimentos da mesma na guerra contra os sarracenos e na dilatação da fé católica, pois alguns Mestres os dispenderam em fins ilícitos, bem diversos daqueles para que a Ordem fora instituída.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 143, fl. 2 v. Encontrado o presente texto por P. ANTONIO BRASIO, em investigação para *Monumenta Henricina*, foi pelo mesmo revelado, aproveitado e comentado em *A Acção Missionária no Período Henriquino*, p. 62.

Beatissime Pater. Cum olim, per serenissimos reges Portugalie et Algarbi[j], ad impugnationem inimicorum crucis Christi, pro defensione fidelium, fuerit fundatus et dotatus castris, villis (1) et alijs possessionibus ordo milicie Christi, qui per magistrum est solitus gubernari et, proh

(2) Sobre Filipe o Bom, filho único e herdeiro de João Sem Medo no ducado de Borgonha, pode ver-se o recente estudo de JOSEPH CALMETTE, *Les Grands Ducs de Bourgogne*, pp. 181 a 236, e a bibliografia ali aduzida. Como é sabido, ele casou em 1430, em terceiras núpcias, com a infanta D. Isabel, filha de el-rei D. João I de Portugal (Cfr. SOUSA VITERBO, *D. Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha e a restante bibliografia citada por FORTUNATO DE ALMEIDA, História de Portugal*, vol. 2, p. 46, nota 1, e bem assim a mencionada no referido estudo de CALMETTE, p. 206). Pode ver-se também LUC HOMMEL, *Marie de Bourgogne ou le grand héritage*, Paris, 1951, pp. 161 e ss..

Como já observou B. FREIRE, antes da D. Isabel, demos a Flandres, em matrimónio, a gentil infanta D. Teresa, filha de D. Afonso Henriques, em 1184, casada com Filipe de Alsácia, conde de Flandres, a qual passou a chamar-se Matilde, e, em 1211, o infante D. Fernando, filho de Sancho I, à órfã Joana, condessa de Flandres (*A feitoria*, p. 323). De maneira que, Portugal e Flandres, de tempos remotos, se achavam ligados não só por interesses comerciais, mas ainda por laços matrimoniais.

(1) No ms. *vallis*.

dolor, temporibus nostris, qui magistratui illi prefuerant, potius redditus et prouentus ipsius magistratus ad vsus illicitos exposuerunt, quam ad id ad quod fundatus fuerat magistratus ipse deuotusque filius vestre sanctitatis Johannes, predictorum regnorum rex, quodammodo assidue contra perfidos saracenos guerram faciat, de quorum manibus, eciam suffragante gratia diuina, eripuerit nobilem ciuitatem Cepte, in Affrica existentem, et religioni christiane subiugauit, pro cuius custodia etiam continue magna expensarum onera cogitur subire.

Supplicat sanctitati vestre quatenus dictum magistratum, iam vacantem per obitum Lopi Didaci, extra romanam curiam defuncti, dignemini carissimo eius filio infanti Henrico terciogenito concedere regendum et gubernandum etc., ut, contra eosdem saracenos, pro augmento christiane religionis et in alios suos usus, fructus expendere ualeat, de gratia speciali, in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque.

Fiat ut petitur, ad beneplacitum nostrum. O.

Datum Florencie, octauo kalendas iunij, anno tercio.

180

25 MAIO 1420

Bula In apostolice dignitatis specula, de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, em que, a pedido de el-rei D. João I seu pai, o nomeia Administrador Geral da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, por morte do derradeiro Mestre D. Lopo Dias, enquanto for seu beneplácito; porque, instituída outrora aquela Ordem para combater os sarracenos e outros infiéis e para defender os cristãos e dotada para tanto de castelos, vilas e outras possessões e bens, alguns dos seus Mestres Gerais applicaram os rendimentos dela a outros fins, com escândalo do reino, os quais o monarca referido deseja aproveitar agora na guarda e defesa da cidade de Ceuta, por ele subtraída aos mouros e que lhe causa grandes despesas, na certeza de que, cometida a administração da dita Ordem ao infante D. Henrique, os seus rendimentos serão aproveitados em beneficio da fé cristã, da luta contra os infiéis e ainda na conservação e honra da própria Ordem.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 208, fl. 198 v. A presente bula e os três textos pontificios subseqüentes, encontrados por P. ANTONIO BRÁSIO, em investigação para *Monumenta Henricina*, foram pelo mesmo revelados, aproveitados e comentados em *A Acção Missionária no Período Henriquino*, pp. 61 e ss.

Martinus, etc.

Dilecto filio nobili viro Henrico, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris nato, administratori generali ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, per sedem apostolicam deputato, salutem, etc.

In apostolice dignitatis specula, licet immeriti, disponente Domino, constituti, pro singulorum christiane religionis ordinum statu salubriter dirigendo, quantum ex alto nobis conceditur, solícite cogitamus et ipsis dum vacationis incommoda deplorare noscuntur ut gubernatorum utilium pociantur presidio libenter, prout ipsorum necessitas et temporis qualitas exigit, prouidemus.

Sane sicut exhibita nobis nuper pro parte carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, peticio continebat, licet ordo milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis ab olim per inclite memorie Portugalie et Algarbij reges, ipsius Johannis regis progenitores, in dictis regnis laudabiliter et presertim ad impugnandum pro tempore sarracenos ac alios infideles et crucis Christi inimicos et persequendum eosdem necnon pro christifidelium defensione institutus, multisque castris, villis et alijs possessionibus et bonis nobiliter dotatus fuerit; tamen, nonnulli magistrorum generalium dicti ordinis quj pro tempore fuerunt fructus, redditus et prouentus ipsius ordinis, non pro impugnatione et persecutione sarracenorum infidelium et inimicorum huiusmodi, sed in alios vsus, ad eorum libitum, non sine scandalo dictorum regnorum conuerterunt; quodque ipse Johannes rex, quj eosdem sarracenos infideles et inimicos ad presens impugnat quantum potest dirisque cum ipsis assidue guerris inuoluitur, de quorum etiam manibus ciuitatem de Cepta, cum Dei adiutorio, eripuit et huiusmodi christiane religioni subiugauit pro cuiusque ciuitatis custodia et conseruatione continue magna subire cogitur onera expensarum, spem tenet indubiam quod, si administratio dicti ordinis, quj per magistrum gubernari consuevit cuiusque magistratus per obitum quondam Lopi Didaci, ultimi ipsius ordinis magistri, extra romanam curiam defuncti, ad presens vacare dinoscitur, tibi committeretur, hoc in non modicum cederet christiane fidei et prosecutionis huiusmodi impugnationum augmentum et etiam eiusdem ordinis ad talia, ut premititur, principaliter instituti conseruacionem et honorem.

Nos igitur, premissis etiam alias fidedignis relatis intellectis, attendentes quod tu, eiusdem Johannis regis genitoris tui consilio, fauore et potencia interuenientibus poteris, Deo tibi propicio, eidem ordini ac in impugnationum et guerrarum earumdem prosecutione esse quamplurimum fructuosus; te, pro quo etiam dictus Johannes rex, asserens te dilectum terciogenitum suum nobis super hoc humiliter supplicauit, administrato-

rem dicti ordinis, usque ad nostrum beneplacitum, auctoritate apostolica, tenore presentium, constituimus et etiam deputamus, curam, regimen et administrationem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iurium et bonorum ipsius tibi plenarie committentes, ut dictum ordinem tue administrationi commissum, iuxta datam tibi a Deo prudentiam, regas, dirigas et augmentes ac de eius fructibus, redditibus, proveniuntibus, iuribus et obventionibus vniuersis ordines et disponas et illos in tuos et dicti ordinis ac prosecutione impugnationum et persecutione prefatarum usus conuertas, prout veri magistri ipsius ordinis, qui fuerunt pro tempore, de illis ordinare et disponere potuerunt seu etiam debuerunt, alienatione tamen bonorum immobilium et preciosorum mobilium eiusdem ordinis tibi penitus interdicta.

Tu igitur, circa ipsius ordinis administrationem et regimen, feliciter et fideliter exercenda, te sic exhibeas fructuosum, quod idem ordo, diuina tibi fauente clementia, sub tua gubernatione, prouida et salubri votuius continue ampliatur, commodis et salubribus proficiat incrementis, nosque tue diligencie studium fructuosum possimus dignis in Domino laudibus merito commendare.

Datum Florencie, octauo kalendas iunij, anno tercio.

181

25 MAIO 1420

Letras Cum nos hodie, do papa Martinho V, dirigidas aos freires do Convento da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência.

AV., Reg. Lat., vol. 208, fl. 199 v.

Martinus, etc.

Dilectis filiis conuentui ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, salutem, etc.

Cum nos hodie dilectum filium nobilem virum Henricum, carissimum in Christo filij nostrj Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris

natum, in administratorem generalem ordinis vestri, quj per magistrum gubernari consuevit et cuius magistratus tunc, per obitum quondam Lopi Didaci, ultimi ipsius ordinis magistri, extra romanam curiam defuncti vacabat, auctoritate apostolica, usque ad nostrum beneplacitum, constituerimus et etiam deputauerimus, curam, regimen et administrationem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iurium et bonorum ipsius sibi plenarie committentes, discrecioni vestre, per apostolica scripta, mandamus, quatenus eundem administratorem, grato admittentibus honore ac exhibentes sibi, huiusmodi durante beneplacito, obedientiam et reuerenciam debitam et deuotam, eius salubria monita et mandata suscipiatis humiliter et efficaciter adimplere curetis. Alioquin, sententiam siue penam, quam idem administrator rite tulerit seu statuerit in rebelles, ratam habebimus et faciemus, auctore Domino, usque ad satisfactionem condignam inuiolabiliter obseruari.

Datum Florencie, octauo kalendas junij, anno tercio.

182

25 MAIO 1420

Letras Cum nos hodie, do papa Martinho V, dirigidas a todos os vassallos da Ordem da Milicia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência.

AV., Reg. Lat., vol. 208, fl. 199 v.

Martinus, etc.

Dilectis filijs vniuersis vassallis ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, salutem, etc.

Cum nos hodie dilectum filium nobilem virum Henricum, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis illustrius natum, in administratorem generalem ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, quj per Magistrum gubernari consuevit et cuius magistratus tunc, per obitum quondam Lopi Didaci, ultimi

ipsius ordinis magistri, extra romanam curiam defuncti vacabat, auctoritate apostolica, usque ad nostrum beneplacitum, constituerimus et etiam deputauerimus curam, regimen et administracionem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iurium et bonorum ipsius sibi plenarie committentes; discrecioni vestre, per apostolica scripta, mandamus, quatenus eundem administratorem, dicto durante beneplacito, debito prosequentes honore ac ipsius monitis et mandatis salubribus humiliter intendentes ei fidelitatem solitam necnon consueta seruicia et iura a vobis sibi debita exhibere integre studeatis. Alioquin, sententiam siue penam, quam idem administrator rite tulerit seu statuerit in rebelles, ratam habebimus et faciemus, auctore [Domino], usque ad satisfactionem condignam inuiolabiliter obseruari.

Datum Florencie, octauo kalendas iunij, anno tercio.

183

25 MAIO 1420

Letras Cum nos hodie, do papa Martinho V, dirigidas a todos os Comendadores das casas da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência.

AV., Reg. Lat., vol. 208, fl. 200.

Martinus, etc.

Dilectis filiis vniuersis preceptoribus domorum ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, salutem, etc.

Cum nos hodie dilectum filium nobilem virum Henricum, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris natum, in administratorem generalem ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, quj per magistrum gubernari consuevit et cuius magistratus tunc, per obitum quondam Lopi Didaci, vitimi ipsius ordinis magistri, extra romanam curiam defuncti, vacabat,

auctoritate apostolica, usque ad nostrum beneplacitum, constituerimus et eciam deputauerimus curam, regimen et administracionem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iurium et bonorum ipsius sibj plenarie committentes; vniuersitatem vestram rogamus, monemus et hortamur attente, per apostolica uobis scripta mandantes quatenus eidem administratorj, dicto durante beneplacito, tanquam membra capiti obsequentes, exhibeatis eidem obedienciam et reuerenciam debitam et deuotam, ita quod mutua inter uos gracia gratos sorciatur effectus et nos deuocionem vestram possimus, propter hoc, dignis in Domino laudibus commendare.

Datum Florentie, octauo (1) kalendas junij, anno tercio.

184

26 MAIO 1420

Letras Sincere deuocionis affectus, do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido, possa ter altar portátil e que sobre ele, em sua presença e em lugares honestos e convenientes, celebrem missa e demais officios divinos, sem prejuizo de direito alheio.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 237, fl. 251 v., texto completado pelo de *Reg. Vat.*, vol. 176, fl. 308, como indicam os colchetes. No fl. 244 da primeira fonte aduzida, o titulo: «De altaribus portatilibus, anno tercio».

Martinus [episcopus, seruus seruorum Dei].

Dilecto filio nobili viro Henrico, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie regis jllustris, tercio genito, duci Visensi, salutem [et apostolicam benedictionem].

Sincere [deuocionis affectus, quem ad nos et romanam geris ecclesiam, non indigne meretur ut peticionibus tuis, illis presertim quas ex deuocionis

(1) No ms. a data deve estar errada no dia do mês, achando-se nesta cópia e única conhecida *nono* por *octauo*. Não só as restantes letras são do dia 25 como a bula de nomeação do infante é do mesmo dia; portanto talvez não devam ser as presentes anteriores àquela bula. De resto, já o copista sobrepôs à palavra *nono* sinal de erro. Por isso a corrigimos para *octauo*.

feruore prodire conspicimus, quantum cum Deo possumus, fauorabiliter annuamus.

Hinc est quod nos, tuis deuotis supplicacionibus inclinati, ut liceat tibi habere altare portatile, cum debita reuerencia et honore, super quo, in locis ad hoc congruentibus et honestis, possis, per proprium sacerdotem ydoneum, missam et alia diuina officia sine iuris alieni preiudicio, in tua presencia, facere celebrarj, deuocioni tue, tenore presencium, indulgemus.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis infringere, etc.].

Datum Florencie, septimo kalendas junij, anno tercio.

185

26 MAIO 1420

Letras Deuocionis tue sinceritas, do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido, que, se acontecer passar por terra em que vigore interdicto ecclesiastico, ele e seus familiares possam ouvir missa celebrada em voz baixa e assistir a outros officios divinos, cerradas as portas, não tocados os sinos e excluidas as pessoas excomungadas e interditas, desde que ele ou os seus não hajam dado azo ao interdicto nem ele os vise especialmente.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 237, fl. 258, texto que se completa pelo de *Reg. Vat.*, vol. 180, fl. 271, como vai indicado pelos colchetes. A fl. 256 da primeira fonte citada, o titulo: «De locis interdictis, anno tercio».

Martinus [episcopus, seruus seruorum Dei]. .

Dilecto filio nobili viro Henrico, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie regis jllustris, tercio genito, duci Visensi, salutem [et apostolicam benedictionem].

Deuocionis tue [sinceritas promeretur ut uotis tuis, in hijs presertim que ad tue salutem anime cedere ualeant, quantum cum Deo possumus fauorabiliter annuamus.

Tuis supplicacionibus inclinati, auctoritate tibi presencium indulgemus vt, si forsan ad aliqua loca ecclesiastico interdicto supposita te con-

tigerit declinare, liceat tibi in illis, clausis januis, excommunicatis et interdictis exclusis, non pulsatis campanis et submissa voce, missam, diuinam et alia officia tibi et familiaribus tuis domesticis facere celebrari, dummodo tu uel illi causam non dederitis interdicto nec id tibi uel eis contigerit specialiter interdicti.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis infringere, etc.].

Datum Florencie, septimo kalendas junij, anno tercio.

186

26 MAIO 1420

Letras Benigno etc., do papa Martinho V, dirigidas aos familiares e comensais do infante D. Henrique, duque de Viseu, presentes e futuros, a conceder a cada um deles possa escolher confessor próprio, ou seja idóneo e discreto presbítero que o ouça de confissão e o absolva dos pecados não reservados à Sé Apostólica e lhe administre os eclesiásticos sacramentos na forma costumada.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 237, fl. 265, completado o texto com o do fl. 264, do mesmo teor, dirigido aos familiares e comensais do infante D. Pedro, como o indicam os colchetes.

Martinus, etc.

Dilectis filiis omnibus et singulis familiaribus dilecti filij nobilis viri Henrici, carissimj in Christo filij nostri Johannis, Portugalie regis jllustris, tercio genito, duci Visensi, continuis commensalibus, salutem, etc.

Benigno, etc.

[Hinc est quod nos, vestris deuotis supplicationibus inclinati, vobis omnibus et singulis prefati ducis familiaribus, tam presentibus quam futuris, auctoritate presencium, indulgemus ut cuilibet vestrum, prout deuotioni vestre videbitur, aliquem ydoneum et discretum presbyterum in suum possit eligere confessorem, qui, quociens fuerit oportunum, cuiuslibet vestrum confessionibus diligenter auditis, pro commissis cuiilibet vestrum, nisi talia fuerint propter que sedes apostolica esset merito consulenda, debitam

absolucionem impendat et iniungat penitentiam salutarem vobisque et cui-
libet vestrum ministret ecclesiastica sacramenta in forma ecclesie consueta.

Nulli, etc. Si quis, etc.].

Datum Florencie, septimo kalendas junij, anno tercio.

187

28 MAIO 1420

*Letras Sincere deuocionis affectus, do papa Martinho V, diri-
gidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu
pedido e quando os seus trabalhos assim o exijam, possam ele e
familiares ouvir missa um pouco antes de romper a aurora.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 237, fl. 253 v., completado o texto pelo de *Reg. Vat.*,
vol. 178, fl. 311, como o indicam os colchetes. A fl. 252 da primeira fonte
citada, o título: «De litteris ante diem, anno tercio».

Martinus [episcopus, seruus seruorum Dei].

Dilecto filio Henrico, duci Visensi, carissimi in Christo filij nostri
Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, tercio genito, salutem
[et apostolicam benedictionem].

Sincere [deuocionis affectus, quem ad nos et romanam geris ecclesiam,
promeretur ut uotis tuis fauorabiliter annuamus, illis presertim per que,
sicut pie desideras, diuinis officijs intentus existas et spiritualis salutis
tibi proueniat incrementum.

Hinc est quod nos, tuis deuotis precibus inclinati, ut missam antequam
illucescat dies et circa tamen diurnam lucem, cum qualitas negociorum pro
tempore ingruencium id exegerit, liceat tibi, per proprium uel alium sacer-
dotem ydoneum, in tua ac familiarium tuorum presencia, facere celebrari,
ita quod id nec tibi nec sacerdoti taliter celebranti ad culpam ualeat
imputari, deuocioni tue, auctoritate presencium, de speciali gracia, indul-
gemus. Prouiso quod parce huiusmodi concessione utaris; quia, cum in
altaris officio immoletur Dominus Noster Dei Filius Ihesus Christus, qui
candor est lucis eterne, congruit hoc non in noctis fieri tenebris, sed in luce.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis infringere, etc.].

Datum Florencie, quinto kalendas junij, anno tercio.

188

28 MAIO 1420

Letras Benigno etc., do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido, possa escolher presbítero secular ou religioso para seu confessor, o qual, uma vez por ano, o absolva dos casos reservados à Sé Apostólica.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 237, fl. 265, texto que se completa com o do fl. 182, como o indicam os colchetes.

Martinus, etc.

Dilecto filio nobili viro Henrico, duci Visensi, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, terciogenito, salutem, etc.

Benigno etc.

[Hinc est quod nos, tuis deuotis supplicacionibus inclinati, ut aliquem ydoneum et discretum presbyterum secularem uel religiosum in tuum possis eligere confessorem, qui, quotiens tibi fuerit oportunum, confessionibus tuis diligenter auditis, pro commissis etiam in casibus sedi apostolice reseruatis, semel duntaxat in anno, debitam tibi absolucionem impendat et iniungat penitenciam salutarem, auctoritate apostolica, indulgemus.

Nulli ergo etc. nostre concessionis infringere etc. Si quis etc.].

Datum Florencie, quinto kalendas junij, anno tercio.

189

2 JUNHO 1420

Bula In eminenti specula, de Martinho V, a erigir em convento o eremitério dos franciscanos de Ceuta, do título de Santiago, a pedido do infante D. Pedro, duque de Coimbra.

LUCAS WADDING, *Annales Minorum* (Ex lib. 1 de Regularibus, an. 3, fol. 197), ed. de Quaracchi, t. 10, 1932, p. 373, — texto que se reproduz; *Bulla-*

rium Franciscanum, t. 7, p. 537 (omitido o preâmbulo da bula); GUBERNATIS A SOSPITELLO, *Orbis Seraphicus*, t. 1, p. 549; JORDAO, *Bullarium patronatus Portugalliae*, vol. 1, p. 12, e *História eclesiástica ultramarina*, t. 1, p. 103; SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 253, que tomou o texto de SOSPITELLO.

Sumariada em ABRANCHES, *Suma*, p. 349, n.º 2031, e por DE WITTE, *Les bulles*, p. 695.

Sobre este convento veja-se Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, *História Serafica*, liv. 11, cap. 23, onde o autor, que parece não ter visto a bula, pois cita Waddingo, a data de 4 de Junho, por evidente equívoco.

Martinus episcopus, servus servorum Dei.

Ad perpetuam rei memoriam.

In eminenti specula militantis ecclesiae romanus pontifex beati Petri, coelestis regni clavigeri, successor et vicarius Jesu Christi, habens super orbis ecclesias et monasteria universa aliaque loca religiosa plenitudinem potestatis, pervigilis more pastoris, suae providentiae oculis universum orbem terrarum et nationum in illo degentium, qualitates paterna consideratione discutiens et examinans diligenter, ex injuncto sibi apostolatus officio, singulorum salutem appetens et exquirens, quaedam ex locis hujusmodi, pro reductione infidelium, ad ovile Dominicum, ad fastigia ecclesiasticae dignitatis attollit et, tamquam munificus dispensator, donis spiritualibus ac allectivis muneribus erga devotos suos, suum aperit apostolicae largitatis thesaurum, praesertim versus ea loca in quibus, in agro militantis ecclesiae, novellae plantationis in odorem suavitatis et exaltationem christianae fidei fructus in ubertate succedit, catholici populi profectus acquiritur, animarum salus procuratur et divini cultus quaeritur augmentum; unde, quaedam ex illis interdum, pro incremento fidei orthodoxae, attollit, per erectionis ministerium, ac titulo decoris et gradus amplioris illustrat, prout personarum et temporum, qualitate pensata, id conspicit in Domino salubriter expedire.

Nuper siquidem, pro parte dilecti filii nobilis viri Petri, carissimi in Christo filii nostri Joannis, Portugalliae et Algarbii regis illustris, secundogeniti, ducis Colimbriensis, nobis fuit expositum quod, cum idem rex, suorum praesidiis et potentia suffultus, terraeque marique contra infidelium nationes, suis regnis conterminas, bella movens, novissime civitatem Ceptae, quae per ipsos infideles tenebatur, multa potentia expugnaverit atque devicerit; in qua, sicut accepimus, quoddam eremitorium in honorem et sub vocabulo Sancti Jacobi fundatum existit, ac cupiat idem dux, sicut asserit, pro defensione et augmento catholicae fidei ac reductione

infidelium circumjacentium populorum ad eandem, ipsum eremitorium in monasterium et conventum fratrum Ordinis Minorum erigi et monasterii titulo decorari, in quo guardianus et fratres dicti ordinis professores pro tempore, virtutum Domino famulantes, ad divinae majestatis obsequia, quandoque per predicationis ministerium, quandoque ob singularem et laudabilem vitam suam, trahunt alios per exemplum; pro parte dicti ducis nobis fuit humiliter supplicatum ut dictum eremitorium in monasterium erigere ac in illo degentibus pro tempore de opportuno remedio providere, de benignitate apostolica, dignaremur.

Nos igitur, attendentes ex praemissis maximum catholicae fidei profectum verisimiliter proventurum, illis gravitate discussis, matura prius cum venerabilibus fratribus nostris sanctae romanae ecclesiae cardinalibus super hoc deliberatione praehabita, de ipsorum fratrum consilio et assensu ac apostolicae potestatis plenitudine, ad laudem et honorem omnipotentis Dei Patris et Filii et Spiritus Sancti ac beati Jacobi, sub cuius vocabulo dictum eremitorium est constructum, beatorum quoque apostolorum Petri et Pauli ac beati Francisci totiusque caelestis curiae gloriam ac exaltationem militantis ecclesiae ipsorumque divini cultus et fidei incrementum fideliumque salutem, praefatum eremitorium in monasterium fratrum ordinis praefati, auctoritate apostolica, tenore praesentium, erigimus ac monasterium fratrum ejusdem ordinis, dignitatis et honoris titulo decoramus et etiam insignimus ipsumque eremitorium monasterium dicti ordinis, in memoriam indelebilem eorum quae in hac parte geruntur, perpetuis futuris temporibus volumus ab omnibus appellari.

Statuentes, eadem auctoritate, et etiam decernentes quod tam prior et guardianus quam ceteri fratres dicti ordinis, qui in dicto monasterio, pro tempore, residebunt omnibus et singulis privilegiis, immunitatibus, exemptionibus, libertatibus, gratiis et indultis eidem ordini per sedem apostolicam concessis hactenus, et in posterum concedendis et quibus ministri, priores et guardiani et fratres ejusdem ordinis professores ubilibet constituti, de consuetudine vel de jure gaudent et gaudebunt quomodo libet in futurum, uti valeant et etiam gaudere.

Sancimus etiam quod nullus ipsius prius eremitorii rector vel administrator illius possessiones auferre aut ablatas retinere seu minuere aut ipsos guardianum et fratres, qui ibi pro tempore residebunt, aliquibus molestiis fatigare seu temere perturbare praesumant; sed, omnia eis integra et illibata serventur eorum pro quorum gubernatione et sustentatione concessa sunt, usibus omnino profutura, sedis praefatae reverentia in omnibus salva. Nos enim, ex nunc, irritum decernimus etc. Nulli ergo etc. nostrae erectionis, decorationis, insignitionis, statuti, voluntatis, sanctionis et constitutionis infringere etc.

Datum Florentiae, iv nonas junii, anno iiii.

190

9 JULHO 1420

Instrumento notarial, passado ao concelho de Lisboa, sobre a requisição feita ao mesmo por Vasco Martins, escudeiro de D. Fernando de Meneses, em nome deste, de peças de armadura e demais apetrechos bélicos dos moradores da cidade e termo que são recolhidos por ordem do infante para levar em esta armada a Ceuta.

AHCLM., *Místicos de Reis*, liv. 1, fol. 7, doc. 7. Original em pergaminho. Publicado pela Câmara Municipal de Lisboa, *Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1947, p. 41.

Sabham quantos este stromento virem que no ano da era de mjl e iiij e çinquenta e oyto anos, noue djas do mes de julho, em na çjdade de Ljxboa, no paço dos tabalyães, em pressença de mym Affonso Goterrez, tabalyom delrey na dicta çjdade, e testemunhas ao deante scriptas pareçeo Vasco Martijnz, escudeiro de dom Fernando de Menesses, e apresentou hũa procuraçom escripta em purgamynho, ffecta e assygnada per mym, dicto tabaliam, que contava que era ffecta na dicta çjdade, no dicto paaço, oyto djas do dicto mes de julho da dicta era, na quall eram teinhudas por testemunhas Gonçallo Perez e Alvaro Martijnz e Joham de Bragaa, tabalyães e Joham Domjnguez, criado de Martjm Anes, tabalyon, na quall era contheudo:

Que o dicto dom Fernando de Menesses ffez seu procurador o dicto Vasco Martijns, seu scudeiro, que em sseu nome possa pedir e [de]mandar e rregerber todollos arresses que lhe ho jffante manda dar per sua carta, dos moradores da dicta çjdade e de seu termo, pera leuar em esta armada a Çepta e fazer e outorgar quaesquer stromentos dobrigações e as tornar a seus donos taes quaes as rreçebem, com quaesquer penas e clausullas e condyções que conprir, e obrigar seus beens a as entregar as dictas armas a seus donos, de torna vjagem, guardando Deus elle e seus homens e armas de todo perjgo. E que avya ffirmo e estaujll todo o que per o dicto Vasco Martijnz, seu procurador, ffoor ffecto e dicto e procurado no que dicto he, so obrigaçom dos seus beens que pera esto obrigou. E mostrada a dicta procuraçom, o dicto Vasco Martijnz, em nome do dicto dom Fernando, per poder da dicta procuraçom, conheço e conffesou que elle rregebera, na camara da dicta çjdade, per Gomez

Eanes, scripuam da caudelaria em a dicta cjdade, estas armas que sse sseguem:

Primeiramente, jtem, de baçjnetes dez, convem aa saber: hũu baçjnete de baueira, ssem cara; jtem, outro baçjnete de camall com cara, e camall com camall ameado de latom e hũa gjmeira branca; jtem, outro baçjnete de cammall com cara e camall rraasso; jtem, outro baçjnete com camall ameado de latom e com cara; jtem, outro baçjnete com camall e caara com camall rraasso; jtem, outro baçjnete com camall rraasso e com cara; jtem, outro baçjnete com caara e camall ameado de latom; jtem, outro baçjnete de camall rraasso e com cara; jtem, outro baçjnete de Joham Martijnz de Santo Antonynho com camall rraasso e cara; jtem, outro baçjnete de Lourenço Gonçalves, que ffoy tabaliam, e camall ameado de fferro.

Jtem, de cootas oyto, conuem a ssaber; jtem, hũa cota rraassa e rraara; jtem, outra coota rraassa e rraara e rrota; jtem, outra coota rraassa e rrara; jtem, outra grossa rraassa; jtem, outra coota com presas de latom pera faldra; jtem, outra coota rraassa e rraara; jtem, outra coota rraassa e rraara ameada de ferro e duas presas de latom cada ameada.

Jtem, de peças çinquo, conuem a ssaber:

jtem, hũa peça com seus allões çarrada de tras e deante, rraassa e tres pregos onde anda a rreste; jtem, outra peça rraassa com seus allões e com duas uergas no peyto e hũa argolla pequena em ellas; jtem, outra peça com seus allões com dous pregos onde anda a rreste e hũa uerga de fferro atrauassada nos peytos; jtem, outra peça com seus allões bordada de latom e com tres asfroo (?) de portaes em nos peytos de latom; jtem, outra peça com seus allões com faldra destama deanteira e com hũa rreste e duas uergas de fferro e no cabo hũa argolla pequena.

Jtem, de landes: jtem, dous, hũu branco que he de SteuEannes, çurrador, de fustam ajnda boo com outro laudell de ffustam preto; jtem, outro laudell branco de fustam de Vasco Lourenço de Carnyde, hondado na ffaldra e debruado de pano preto.

Jtem, de ssolhas: hũas guarnydas em cajro uerde; jtem outras ssoolhas em pano de ssarapjlheira branca com seus mangotes.

Jtem, de braças dez pares, conuen a saber: dous pares bordados e os outros todos brancos, dos quaes som huuns de Joham Domjnguez, caudeiro, e outros de Denys Stevez do Lumear e outros de Steuam Martijnz, vinhateiro.

Jtem, de rrebraços çinquo pares, dos quaes ssom huuns de Joham Domjnguez das Couas, e outros de Lourenço Gonçalves, que ffoy tabalyom, e huuns dalmazem de Joham Affonso de Carnyde.

As quaes armas o dicto Vasco Martijnz djsse que sse obriguaua, per os bens do dicto don Fernando, a as tornar e entregar na dicta camara de Ljxboa taes quaes as elle rreçeebo, de torna vjagem que veerem de Çepta, guardando Deus o dicto dom Fernando e sua companhia e armas de todo

perjgo de maar e de jmjgos, sso pena de lhes pagar por as dictas armas o uallor que ualleren.

E, em testymunho de uerdade, o dicto Vasco Martijnz mandou sseer ffecto este stromento pera dicta camara, a quall pedjo o dicto Gomez Eanes. Testemunhas que presentes foram: Steuom Martijnz e Gonçalo Perez e Johan de Coynha e Aluaro Martijnz e Gomez Martijnz o Moço, tabalyaes, e outros. E eu, Affonso Goterrez, tabaliam delrrey na dicta çidade, que este stromento screpvy, no quall meu sjgnal fjz, que tall (*Sígnal público*) he.

Pagou o dicto Vasco Martijnz por este stromento e com outro tanto de nota xx rreaes.

| | |
|--------------------------------|-----|
| No verso: Diego Lopez de Sousa | xx |
| Diego Soairez de Bragara | |
| Fernam Gonçallvez seu jrmão | ijj |
| Sancho Gomez de Auelaar | bj |
| Dom Fernando de Menezes | x |
| Vasao Fernandez Coutinho | bj |

191

15 JULHO 1420

Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a João Gonçalves Farto, criado do infante D. Henrique, genro de Gil Gonçalves Sobral, residente na dita cidade, de chão e árvores sitas na mesma povoação, a par da igreja de S. Miguel, pelo foro anual de 9 libras da moeda antiga ou seu equivalente valor, pagas às terças do ano, e um par de capões, pelo Natal.

ADV., *Pergaminhos do cabido*, maço 35, n.º 45, original em pergaminho, destinado ao cabido. Em resumo coevo, exarado no verso do documento, declara-se ser o emprazado João Gonçalves Farto.

Sabham quantos esta carta dencartamento virem que nos, PedrEannes, chantre, e cabidoo da see da çidade de Viseu, estando juntos e chamados per canpaa tanjuda, segundo noso custume, dentro na clasta noua da dicta çidade;

Encartamos a vos, Joham Gonçalluez, criado do jfante dom Anrique, jenirro de Gil Gonçalluez Soueral, e a Branca Gil, vosa molher, moradores na dicta çidade, e pera hũu voso filho ou filha e neto ou neta dantre anbos e, nom aveendo filho nem filha nem neto nem neta, pera duas pessoas, hũa empos outra, quaees o postumeiro de vos nomear em vosa vida ou a ora de vosa morte, hũu chãao com suas aruores que em elle estam, que o dicto cabijdoo ha junto com a dicta çidade, a par da jgreia de Sam Migel, que de nos soya de trazer Aluoro Pirez, tesoureiro que foj da dicta çidade, que parte com vjnha que ora he de Martim Annes, mercador, he da outra parte per hũa careira que vaj antre o dicto chãao e outro chãao que foj de Steuam Fernandez, coregedor, e da outra pello rresio que esta a par de Sam Migel e per outras devysoes, asy como o trazia o dicto tesoureiro.

O qual chãao vos encartamos pera vos e pera as dictas pessoas, como dicto he, so tal preeito e condiçom que vos aproueitedes bem o dicto chãao e façedes em elle toda bemfeitoria que fazer poderdes, em tal gisa que melhore e nom pejore, e que dedes, em cada hũu anno, ao dicto cabidoo, noue ljbraz de moeda antyga ou uerdadeiro valor delas e hũu par de capoes, e pagar as dictas noue ljbraz da dicta moeda antyga ou uerdadeiro valor dellas aas terças do anno, a saber, Natal e Pascoa e Sam Joham Bautista, e os dictos capoes por dia de Natal.

E, se uos ou as dictas pessoas quiserdes vender o dicto encartamento, vendelo ao dicto cabijdoo, tanto por tanto; e, se ell comprar nom quiser, vendelo a tal pessoa que nom seia de maior condiçom que vos e que seia sempre bem obidiente ao dicto cabijdoo com o dicto foro. E obrigamos os beens da mesa do dicto cabijdo de vos lyurar o dicto chãao de qualquer embargo que vos sobre ell sayr pola nosa rrazom.

E o dicto Joham Gonçalluez, que presente estaua, por sy e por a dicta sua molher e pessoas, filhou em sy o dicto encartamento e consenty em elle. E obrigou todos seus beens moujs e rraiz, avudos e por auer, a conprir as condiçoes em este estormento contehudas e a pagar, em cada hũu anno, os dictos djnheiros e capoes como dicto he. E pedirom asy senhos estormentos. E este he o do dicto cabijdoo, que foj fecto na clasta noua da dicta see, quinze dias de julho, era de mjl e quatroçentos e cijnquoeenta e oyto anos. Testemunhas: Gonçalo Lourenço Pynheiro e Afonso Pirez, porteiro do dicto cabydoo, e Martim Gil, creligo, e outros. E eu, Gil Afonso, tabeliom delrrej na dicta çidade, que este estormento escpreuj e aquj fiz meu synall, que tal he. (*Sinal do notário*). Sancta Maria me guarde de mal.

6 SETEMBRO 1420

Sentença executória da bula Romanus pontifex, de Martinho V, de 4 de Abril de 1417, dada por D. Fernando, arcebispo de Braga, e por D. Diogo, arcebispo de Lisboa, pela qual elevam a vila de Ceuta a cidade e sua antiga mesquita a igreja catedral da nova diocese, a que marcam, como termos, todo o reino de Fez e os territórios do reino de Granada mais vizinhos do mar.

ANTT., *Bulas*, maço 11, n.º 13, original em pergaminho, que teve dois selos pendentes.

Publicada: por JORDAO, *Bullarium patronatus*, t. 1, p. 14; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 255.

Fernandus, Dei et apostolice sedis gratia archiepiscopus Bracarensis et primas, necnon Didacus, eadem gratia archiepiscopus Vlixbonensis, executores, auctoritate apostolica, ad infrascripta specialiter deputati, vniuersis et singulis presentes litteras inspecturis, salutem in Redemptore Nostro Jhesu, qui est omnium uera salus et mandatis nostris ymmo uerius apostolicis firmiter obedire.

Noueritis quod, pro parte serenissimi principis et domini domini nostri regis illustris, nobis fuit presentata quedam littera sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Martini, diuina prouidentia pape quinti, executoria cum cordula canapi, bullata sua uera bulla plumbea (1), more romane curie pendenti, non uiciata, non cancellata nec aliqua sui parte suspecta, sed prorsus omni uicio et suspitione carens, ut prima facie apparebat, cuius tenor, de uerbo ad uerbum, sequitur et est talis.

Segue-se a transcrição da bula de Martinho V supracitada.

Quibus quidem litteris sic, ut premittitur, nobis presentatis, cum ea que decuit reuerencia per nos receptis, pro parte eiusdem domini nostri regis fuimus cum debita instantia (2) requisiti quatinus ad executionem dictarum litterarum procederemus, secundum formam et tenorem earun-

(1) No ms. *pumbea*.

(2) No ms. *debita in instancia*.

dem et iuxta traditam (3) seu directam in eisdem a sede apostolica nobis formam.

Nos uero, executores (4) prefati, suis precibus inclinati, volentes in hac parte obedire prefatis litteris et verius mandatis apostolicis et reuenter in eisdem contenta exsequi, ut tenemur; examinatis diligenter per nos prius dictis litteris, ut tenor earum exigit et requirit, auctoritate apostolica nobis in eisdem commissa et pro ulteriori nostra informatione, fecimus aliquos certos nobiles et alios prouidos discretos et honestos viros, fidedignos, expertos et plenariam de premissis in eisdem litteris noticiam habentes, coram nobis conuocari.

Cum alias, in partibus Affrice et specialiter in regno de Fez et eadem villa de Cepta et regno Granate et tempore quo dicta villa de Cepta erat in potestate infidelium et, per Dei gratiam, post recuperationem eiusdem ad fidem et potestatem eiusdem domini regis prefati reperti fuerunt, pro tempore conuersari, habita per nos solerti et diligenti inquisitione singulariter cum predictis, super premissis in eisdem litteris apostolicis contentis, quia reperimus et fuimus, ex eorum dictis, diligenter certi et informati quod eadem villa de Cepta est locus aptus, concedens et ydoneus ad erigendum in ciuitatem; et, quia etiam reperimus quod misquita eiusdem ville, que nunc est in ecclesiam erecta, est ydonea et sufficiens ad erigendam in ecclesiam cathedralem;

Jdcirco, nos, auctoritate apostolica nobis in hac parte commissa, predictam villam de Cepta in ciuitatem et ecclesiam predictam, olim mizquitam, in ecclesiam cathedralem erigimus, constituimus, facimus et ordinamus. Et, eadem auctoritate, precipimus, constituimus et ordinamus predictam ciuitatem et ecclesiam cathedralem perpetuo Ceptensem nominari, haberi et reputari. Et, auctoritate predicta, eidem ciuitati concedimus et assignamus perpetuo, jn territorium, limitem diocesis, totum regnum de Fez; jtem omnia loca et territoria magis propinqua et contigua mari de regno Granate, quod regnum et loca reperimus, per jnquisitionem prefatam, fore et esse propinquiora et uiciniora eidem ciuitati et decenciora in eiusdem territorium terminum diocesis et limitem.

Jdeo, auctoritate predicta, mandamus, statuimus, concedimus et ordinamus quod eadem ciuitas et ecclesia cathedralis eiusdem, deinceps et im perpetuum, gaudeant et gaudere possint omnibus priuilegijs, gratijs, libertatibus et insignijs quibusuis alijs eisdem partibus contigujs ciuitatibus et ecclesijs cathedralibus sub sancte romane ecclesie obediencia et prefati domini nostri pape deuotione consistentibus, de iure uel de consuetudine, quomodolibet debitis. Et generaliter concedimus et eisdem dona-

(3) No ms. *tradictam*.

(4) No ms. *exicutores*.

mus omnia et singula que de jure et consuetudine sunt necessaria ad reformationem prefate ciuitatis de Cepta et ecclesie cathedralis eiusdem. In quorum testimonium fieri mandauimus hanc litteram, sub nostris signo et sigillo.

Datum in Sintria, diocesis Vlixbonensis, die sexta mensis septembris, anno Domini M.^o cccc.^o vicesimo (5).

(as.) Fernandus archiepiscopus. (as.) Didacus archiepiscopus
Vlixbonensis.

193

2 OUTUBRO 1420

Carta de el-rei D. João I, a conceder licença ao infante D. Henrique para feira franca anual em Tomar, a começar no quinto dia depois da Páscoa e durante 15 dias, com os privilégios constantes do diploma.

(5) Conquistada Ceuta em 14 de Agosto de 1415, no dia 23 el-rei D. João I chamou Mestre Fr. João Xira, seu pregador, e Afonso Eanes, seu capelão-mor, e disse-lhes que no domingo seguinte desejava ouvir missa solene com sermão na mesquita maior da vila; pelo que lhes ordenou preparassem as coisas para o efeito. Em 24, o dito capelão foi ver a mesquita — «e achou (conta ZURARA) que lhe compria de seer limpa; ca, posto que ella fosse muy bem ladrilhada aqerca do cháao, jazia em ella grande multidam desterro. E esto era por rrezam das muytas esteiras uelhas e podres que em ella faziam; porquanto os mouros, quando fazem sua oragam, muytas uezes jazem em terra e outras uezes estam descalços, lamçam assy aquellas esteiras por rrezam da friellidade. E, segundo pareçe, que depois que a primeira esteira que alli lamçaram apodreço, nom a quiseram tirar e lamçaram outras sobre ella [...]; por cuja rrezam, em aquelle sabado, foram juntadas muytas enxadas e çestos com que lamçaram toda aquella esterqueyra fora e allmparam muy bem toda a casa». Na manhãzinha de 25, foi benzida, nela montado altar e procedeu-se à missa solene, precedida de solene *Te-Deum*, «muy bem contraponteado» — sublinha o cronista —, com sermão de Mestre Xira. Após aquela, seguiu-se a cerimónia em que el-rei D. João I armou os infantes seus filhos cavaleiros e estes, por sua vez, armaram pessoal seu (Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, caps. 95 e 96). Dedicada à Assunção de Nossa Senhora, foi mais tarde ampliada.

NICOLAU LANCKMAN DE WALKENSTEIN, capelão da infanta D. Leonor, imperatriz da Alemanha, na descrição da viagem daquela de Portugal para a Alemanha, ao falar de Ceuta, aonde aportaram a 22 de Novembro de 1451, informa que tinha aquela mesquita, agora igreja, 180 columnas de mármore de diversas cores e que junto do altar-mor se viam duas magnificas estátuas de pedra verde (*Historia desponsationis Frederici III cum Eleonora Lusitanica*, t. 2, p. 51 e ss. dos *Rerum Germanicarum scriptores* variis de STRUVE, 1717, — cit. por JORDAO, *Memoria historica sobre os bispos de Ceuta e Tânger*, p. 9).

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 11 v. — Publicada por VIRGINIA RAU, *Subsídios para o estudo das feiras...*, p. 163, doc. XIV (1).

Dom Joham pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, emsembra com o jffante Duarte, meu filho primogenjto, herdeiro em os dictos regnos, auendo por nosso serujço e bem da nossa terra, damos poder e lugar e licença ao jffante dom Anrrique meu filho, regedor da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo e duque de Viseu e senhor de Coujlhãa, que elle mande fazer e se faça, em cada hũu anno, em a sua villa de Tomar, hũa feira franqueada, a qual se comece de fazer aos b. dias depois da Pascoa da Surelçam (2) e dure ataa xb dias primeiros segujntes.

E queremos e mandamos que os que aa dicta feira vieren comprar e uender, quaaesquer cousas que seiam as que hi trouuerem a uender e se hi uenderem, assy os que as cousas uenderem como os que as comprarem, nom paguem mais que ametade da sisa, posto que os que as dictas cousas comprarem ou uenderem seiam moradores da dicta villa de Tomar ou de seu termo ou outras quaaesquer partes que seiam. E esto nom se entenda em vinho que se uenda atauernado nem em carne que se uenda a talho. Mandamos que destas duas cousas que se pague toda a sisa em cheo.

(1) A autora faz, a propósito, este interessante comentário: — «Esta carta de feira de Tomar, de 1420, constitui uma verdadeira inovação sob o ponto de vista das imunidades concedidas aos feirantes e revela a ascensão da classe popular na conquista de prerrogativas e liberdades. Pela primeira vez, nesses documentos que regulam as feiras, vemos abaixarem-se perante o modesto e anónimo feirante ou mercador, certas normas jurídicas e sociais até então inflexíveis. O tráfico comercial e o comerciante têm nesta carta os seus títulos de liberdade e a sua acção é nela abertamente favorecida pelo poder central. No dia em que ela foi registada na chancelaria joanina, appareceu um novo tipo de carta de feira, sempre utilizado nos reinados seguintes para favorecer determinadas feiras, e sempre ambicionado por aqueles que o não alcançavam. Como este tipo de carta foi vulgarmente seguido no reinado de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, não só para feiras que se criavam como para beneficiar outras já existentes, classificarei todas as que têm os mesmos privilégios nela contidos, como feiras do tipo de Tomar, e são: Montemor-o-Velho (1426), Penela (1433), Salvaterra de Magos (1434), Vila Real (1435), Tarouca (1435), Almendra (1441), Pombal (1442), Amarante (1442), Viseu (1442-44), Beja (1446), Ourém (1449), Guimarães (1452), Bragança (1455), Valença do Minho (1458) e Sintra (1460)». (*Ibid.*, p. 119, nota 1). E no texto da mesma página assevera ainda aquela Professora: — «Os privilégios concedidos nesta carta são extraordinariamente amplos».

Sobre este assunto e interpretação do facto pode ver-se DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 46 e ss.

(2) Em vez de *Ressurelçam*.

Outrossy mandamos que aos que aas dictas feiras vierem que lhe nom seiam tomadas suas bestas de seella nem dalbarda pera nehũas cargas que seiam nem elles nom seiam constrangidos pera nehũa serujdom, emquanto aa dicta feira vierem e em ella andarem e pera suas casas tornarem.

Outrossy mandamos que os que aa dicta feira vierem nom seiam presos nem acusados nem demandados por nẽhũs malleficios em que seiam culpados, se esses malleficios nom forem daquelles em que nos mandamos que se guardem os coutos do stremo, saluo se esses malleficios forem fectos em no dicto lugar ou termo ou fectos nouamente na dicta feira; que, por taas malleficios como estes, mandamos que seiam presos e se liurem per seu djreito (3).

Outrossy mandamos que os que aa dicta feira vierem nom seiam citados nem demandados por nehũas diujdas que deuan nem por heranças nem por outra nehũa cousa a que seiam theudos e obrigados, saluo se forem diujdas de cousas que conprarem ou uenderem na dicta feira.

Outrossy mandamos que os que aa dicta feira vierem, emquanto a dicta feira durar, elles possam trazer suas armas emquanto na dicta feira andarem.

Outrossy possam andar em a dicta feira em quaeesquer bestas que lhes prouuer, nom embargando a nossa defesa e hordenaçam que em contrairo desto he fecta.

Outrossy mandamos e defendemos aos nossos corregedores e meirinhos, assy da nossa corte como dos nossos regnos, que nom uão aa dicta feira por fazer correigom nem a façam em a dicta feira. Se allo quiserem hir, que uaaõ conprar ou uender, se lhes prouuer, e nom por outra nehũa cousa.

E, em testemunho desto, mandamos dello seer fecta esta carta, assignada per nos.

Dante em Tentugal, dous dias doutubro. Elrrey o mandou. Joham Afonso a fez. Era de mjl iiij^o Lbiiij annos.

(3) *Cfr. Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 5, tit. 118.

194

24 NOVEMBRO 1420

Bula Eximie deuocionis affectus, de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, a declarar perpétua, se a Santa Sé não determinar o contrário, a nomeação temporária, a beneplácito do mesmo pontífice, de Administrador da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, efectuada pela bula Jn apostolice dignitatis specula de 25 de Maio anterior.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 218, fl. 27. É portanto esta a bula definitiva de nomeação do infante D. Henrique para Administrador da Ordem de Cristo.

Martinus, etc.

Dilecto filio nobilj viro Henrico, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij (1) regis jllustris, nato, administratori generali ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij (1) regnis consistentis, per sedem apostolicam deputato, salutem, etc.

Eximie deuocionis affectus, quem ad nos et romanam geris ecclesiam, promeretur ut te specialibus fauoribus et gracijs prosequamur.

Dudum siquidem, pro parte carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, genitoris tui, nobis exposito quod, licet ordo milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij (1) regnis ab olim per inclite memorie Portugalie et Algarbij (1) reges, ipsius Johannis regis progenitores, in dictis regnis laudabiliter et presertim ad impugnandum pro tempore sarracenos et alios infideles et crucis Christi inimicos et persequendum eosdem necnon pro christifidelium defensione institutus multisque castris, villis ac alijs possessionibus et bonis nobiliter dotatus fuerat; tamen nonnulli magistrorum generalium dicti ordinis, quj pro tempore fuerunt, fructus, redditus et prouentus ipsius ordinis non pro impugnatione et persecutione sarracenorum infidelium et inimicorum huiusmodi, sed in alios vsus, ad eorum libitum, non sine scandalo dictorum regnorum, conuerterant; et quod ipse Johannes, quj eosdem sarracenos infideles et

(1) No ms. *algarbi*.

inimicos tunc impugnauerat quantum potuit dirisque cum ipsis assidue guerris inuoluebatur, de quorum etiam manibus ciuitatem de Cepta, cum Dei adiutorio, eripuerat et christiane religionis subiugauerat, pro cuiusque ciuitatis custodia et conseruatione continue magna subire cogeatur onera expensarum, spem teneret indubiam quod, si administratio dicti ordinis, quj per magistrum gubernari consuevit, cuiusque magistratus tunc, per obitum quondam Lopi Didaci, ultimi ipsius ordinis magistri, extra romanam curiam defuncti, vacare noscebatur, tibi committeretur, hoc in non modicum cederet christiane fidei et prosecutionis huiusmodi impugnatio-num augmentum et etiam eiusdem ordinis ad talia, ut premittitur, principaliter instituti, conseruationem et honorem.

Nos, attendentes quod tu, eiusdem Johannis regis, genitoris tui, consilio, fauore et potencia interuenientibus, posses, Deo tibi propicio, eidem ordini ac impugnationum et guerrarum earumdem prosecutione esse quamplurimum fructuosus, te, pro quo etiam idem Johannes rex, tuus genitor, nobis super hoc humiliter supplicabat, administratorem dicti ordinis usque ad nostrum beneplacitum, auctoritate apostolica, per nostras litteras constituimus et etiam deputauimus, curam, regimen et administrationem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iuriumque et bonorum ipsius tibi plenarie committentes, ut dictum ordinem regeres, dirigeres et augmentares ac de eius fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuencionibus vniuersis ordinares et disponeres et illos in tuos et dicti ordinis ac prosecutione impugnacionum et persecutione prefatorum vsus conuerteres, prout veri magistri ipsius ordinis quj fuerunt pro tempore de illis ordinare et disponere potuerunt seu etiam debuerunt, prout in ipsis litteris plenius continetur.

Nos, igitur, volentes te, premissorum intuitu necnon consideratione dicti regis, nobis pro te super hoc humiliter supplicantis, uberioribus prosequi gratia et fauore, predictum beneplacitum nostrum usque ad beneplacitum sedis apostolice, auctoritate predicta, prorogamus et volumus perdurare, constitutionibus et ordinacionibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus dicti ordinis et alijs contrarijs non obstantibus quibuscunque.

Nulli ergo etc. nostre prorogationis et voluntatis infringere etc. Si quis autem etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, octauo kalendas decembris, anno quarto.

195

1420

Desacordo no Conselho de Castela sobre a ratificação do Tratado de Paz de 1411 com Portugal, em que se dividem as opiniões entre trégua por breve tempo e preparação de grande armada com a qual os castelhanos se imponham aos portugueses.

Crónica de Don Juan II, Año 14, cap. 22, p. 388.

De la discordia que hubo en el Consejo del Rey sobre el otorgamiento de las treguas al Rey de Portugal.

Hecho el desposorio del Infante Don Enrique é de la Infante Doña Catalina, fué hablado al Rey como ya sabia como no estaba hecho concierto con el Rey de Portugal, ni le habia seydo hecha respuesta á dos embaxadas que habia embiado, é que era razon que en ello se entendiese; sobre lo qual se hicieron algunos consejos, en que hubo muy diversas opiniones, que unos decian que era bien que se le diese la paz perpetua, otros decian que no era honra del Rey ni del Regno, é que se le debia dar tregua por algun breve tiempo, en tanto que la edad del Rey fuese más madura para entender en lo que le cumplia; otros decian que ante que se entendiese en cosa alguna de lo de Portugal, era razon quel Rey hiciese grande armada, é apercebiese gente é hubiese el dinero que para ello era menester, é que como esto supiese el Rey de Portugal, vernia á qualquier partido quel Rey demandase, lo qual no haria conociendo las divisiones que en sus Reynos habia; é concluyóse quel Rey debia mandar llamar á los Procuradores, é mandarles hacer relacion del caso, é demandarles lo necesario para en esta guerra.

Los quales venidos, otorgaron de servir al Rey con todo lo necesario; é comenzóse á entender en el dinero que menester sería, así para armar gran flota, como para ocho mil lanzas é treinta mil peones que entendian ser menester, é hallóse por los Contadores que así para esto, é para pertrechos é otras cosas necesarias para la guerra, eran menester ciento é veinte cuentos de maravedis. En este tiempo el Almirante Don Alonso Enriquez vino allí de Santander donde habia estado por despachar la flota que el Rey embiaba en ayuda al Rey de Francia, en la qual embió por capitán General á Juan Enriquez, su hijo bastardo, é no fué ende bien aposentado, é aposentóse en San Francisco, é no estuvo ende mas de tres dias porque el Infante no consentia que ningun Grande allí estuviese, salvo los que conocidamente eran de su parcialidad.

196

10 JANEIRO 1421

Letras Etsi nonnulla, do papa Martinho V, dirigidas ao dominicano João de Curral e ao tesoureiro da igreja de Córdoba, a conceder-lhes possam absolver das penas eclesiásticas 150 mercadores que nelas tenham incorrido por negociarem com os sarracenos na fronteira do reino de Castela, devendo impor-lhes penitência salutar, nomeadamente a de esmola para reparação das igrejas de S. Pedro e de S. Paulo de Roma.

AV., Reg., Lat., vol. 213, fl. 88 v.

Martinus, etc.

Dilectis filiis Johanni de Curralli, ordinis fratrum predicatorum, in theologia professori, minori penitenciariorum nostro et thesaurario ecclesie Cordubensis, salutem, etc..

Etsi nonnullae sunt culpe quibus est culpa relaxare uindictam, illius tamen, licet immeriti, vicarij constituti, qui parcendo maxime et miserando suam omnipotentiam manifestat, scientes illi nil esse acceptius quam lucrum querere animarum, libenter in cunctis nostris actibus misericordiam amplexamur ac, modis quibus possumus, conuertentes allicimus et ab ouili dominico ad illud reducimus aberrantes, hijs presertim qui culpas suas humiliter recognoscunt misericorditer ignoscendo ut misericordes a Domino misericordiam consequamur.

Sane, sicut accepimus, nonnulli ex mercatoribus et personis alijs partium frontarie regni Castelle, presertim Cordubensis et Giennensis ciuitatum et diocesum, qui cupiditatis uicio cecati, sarracenis et infidelibus arma, oleum, carnes et alia prohibita, quibus christianos impugnare poterant, post et contra prohibiciones et processus apostolicos uendiderunt uel illa eis ad terras ipsorum detulerunt ac propterea excommunicationis et anathematis sententias aliasque penas in tales promulgatas damnabiliter incurrerunt et in illis cum talium absolutio, preterquam in mortis articulo, soli romano pontifici, ad quem ipsis, propter locorum distantiam uiarumque discrimina, guerras et alias perturbaciones que in eisdem partibus uiguerunt necnon personarum suarum fragilitatem aut alias uarias causas grauis et dispendiosus fuit et est accessus, diutius

insorduerunt, ad cor reuersi, de premissis dolentes, ab intimis desiderent ad ecclesie redire unitatem.

Nos igitur, eorundem mercatorum et personarum animarum periculis obuiare eorumque salutem, quantum cum Deo possumus, procurare uolentes, discrecioni uestre, de qua in hijs et alijs specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus quilibet vestrum illorum ex mercatoribus et personis predictis uobis aut alteri vestrum sua peccata confiteri uolentibus, usque ad numerum centum et quinquaginta duntaxat, confessionibus diligenter auditis, eis pro commissis etiam in casibus in quibus minores penitentiarij nostri eos absolueri possent, satisfacta tamen prius per eos quibus de iure satisfactio impendenda fuerit debitam absolucionem impendat et iniungat, penitencias salutares eosque, si id humiliter petierint, a predictis ac omnibus alijs sententijs et penis, quas propter premissa, a iure uel ab homine, sub quacunque expressione uerborum promulgatas, incurrerunt, auctoritate nostra absoluat hac uice duntaxat, in forma ecclesie consueta, iniunctis ipsis et eorum cuilibet inter alia quod ex facultatibus suis, iuxta illorum exigentiam seu quantitatem, quotam seu summam, de qua uobis uidebitur, in reparacionem ecclesiarum beatorum Petri et Pauli apostolorum de urbe conuertendam, infra tempus, de quo uobis seu alteri vestrum similiter uidebitur, collectori uel succollectori fructuum et prouentuum in illis partibus camere apostolice debitorum, in eisdem partibus deputato, realiter et cum effectum tradant et assignent et, sub uirtute iuramenti per ipsos et eorum quenlibet in vestris uel alterius uestrum prestandi manibus, quod similia propter que huiusmodi sententias, ut premittitur, incurrerunt, de cetero non committant nec ea facientibus prebeant auxilium, consilium uel fauorem ac, pro modo culpe, penitencia salutari et alijs que de iure fuerint iniungenda.

Volumus autem quod vos de summa huiusmodi, postquam collectori uel succollectori predicto assignata fuerit, gentes dicte camere, per uestras litteras, uestro sigillo munitas, quantotius certificare curetis quodque illi ex mercatoribus et personis predictis, quibus huiusmodi absolucionem ab eisdem sentencijs impendetis seu alter vestrum impendet et qui summam ipsam eis pro reparacione huiusmodi decretam, infra dictum tempus per vos eis statuendum, ut prefertur, collectori uel succollectori prefato efficaciter, integre et expedite non tradiderint seu persoluerint lapso dicto tempore, eo ipso in sententias relabantur easdem.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto idus januarij, anno quarto.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA

Registam-se aqui as fontes manuscritas aproveitadas e citadas no presente volume, por ordem alfabética das terras em que se encontram os arquivos respectivos, com indicação das secções, caixas, maços, volumes, livros e fólhos.

BARCELONA

Archivo de la Corona de Aragón

D. Fernando I, Originais, caja 1, n.º 2, 3, 32, 33 e 245; caja 2, n.º 257; caja 3, n.º 412, 413, 438, 465 e 495; caja 4, n.º 655; caja 5, n.º 844; caja 6, n.º 898, 936, 946 e 969; caja 7, n.º 1269 e 2291; caja 8, n.º 1392; caja 10, n.º 1747, 1751, 1759 e 1760; caja 12, n.º 2120 e 2291; caja 13, n.º 2391, 2490, 2491 e 2549. *D. Afonso V*, Originais, caja 15, n.º 159 e 190; caja 18, n.º 1 e 2. *Registros*, n.º 2391, fl. 39 v. e 45 v.; n.º 2400, fl. 4 v.; n.º 2405, fls. 56 v. e 142 v.; n.º 2406, fls. 53, 53 v., 54, 124 e 127 v.; n.º 2408, fls. 5 e 17; n.º 2409, fl. 104 v.; n.º 2410, fls. 11 v. e 12 v.

BRAGA

Arquivo Distrital

Arquivo do Cabido e Sé de Braga: *Colecção cronológica*, caixa 21.

BRUGES

Stadsarchief

Stadscartularium, *Ouden Wittenbouc*, fl. 94.

COIMBRA

Arquivo da Câmara Municipal

Cartas originais dos infantes, n.º 1.

Arquivo da Universidade

Livro dos privilégios, fl. 116; *Livro Verde*, fl. 93.

Biblioteca Geral da Universidade

Ms. 439, liv. I, caps. 5, 6, 9, 62, 72 a 81; e liv. II, cap. 5.

LISBOA

Arquivo Histórico da Câmara Municipal

Livro do provimento do pão, fl. 4; *Místicos de Reis*, liv. 1, fl. 7, doc. 7.
Provimento de Ofícios, liv. 1, fl. 15.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo do Cabido da Sé do Funchal, maço 1, n.º 1. *Bulas*, maço 5, n.º 8 e maço 11, n.º 13. *Casa da feitoria portuguesa de Antuérpia*, caixa 3, maço A, n.ºs 9, 15, 17 e 21. *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fls. 43 v., 157 v., 167 v., 179, 188, 188 v., 195, 196 e 198; liv. 4, fls. 6, 11 v., 18 e 39; liv. 5, fls. 90, 91 v., 93 e 97. *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 2, fl. 43 v. *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fls. 36 v. e 85 v. *Colecção Especial*, parte 1, caixa 6, maço 2, n.º 26. *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*, maço 18, n.º 343. *Extras*, fl. 237. *Gavetas*, 3, maço 5, n.º 5, e maço 7, n.º 12; 17, maço 6, n.º 1; e 18, maço 11, n.º 4. *Místicos*, liv. 3, fl. 218 v. *Núcleo Antigo*, n.ºs 12, fl. 147, e 14-A, fl. 102.

Biblioteca da Sociedade de Geografia

Ms. B. 99, liv. I, caps. 5, 6, 9, 62, 72 a 81; e liv. II, cap. 5.

LONDRES

British Museum

Additional, ms. 18.840, fls. 2 e 2 v.

MUNIQUE

Bayerische Staats-Bibliothek

Handschriften-Abteilung, *Codex monacensis hispanicus* 27, fl. 270.

PARIS

Bibliothèque Nationale

Manuscrits portugais, n.º 42.

PORTO

Biblioteca Pública Municipal

Cód. 784.

Gabinete de História da Cidade

Pergaminhos, liv. 3, doc. 76; *Livro A*, fl. 15 v.

ROMA

Archivio Segreto Vaticano

Regestum Avinionense, vol. 348, fls. 646, 647 v., 653 v. e 669. *Regestum Lateranense*, vol. 157, fl. 124; vol. 160, fl. 49; vol. 172, fl. 305 v.; vol. 187, fl. 294; vol. 189, fl. 183 v.; vol. 195, fls. 289 e 291 v.; vol. 202, fls. 31 v., 58, 58 v., 59 e 59 v.; vol. 208, fls. 198 v., 199 v. e 200; vol. 213, fl. 88 v.; vol. 218, fl. 27; vol. 237, fls. 251 v., 253 v., 256, 258, 264 e 265. *Regestum Supplicationum*, vol. 110, fl. 178; vol. 115, fl. 240; vol. 121, fl. 255; vol. 122, fl. 212 v.; vol. 125, fl. 81; vol. 127, fl. 13 v.; vol. 132, fl. 7; vol. 134, fl. 104 v.; vol. 143, fl. 2 v.. *Regestum Vaticanum*, vol. 176, fls. 308 e 311; vol. 180, fl. 271; vol. 274, ep. 273-8; vol. 328, fls. 348 v., 372 v., 373, 376, 395, 395 v. e 396; vol. 343, fls. 2 v., 66 v., 89 v. e 90 v.; vol. 348, fl. 647; vol. 352, fls. 153 e 246 v.; vol. 358, fl. 6.

SEVILHA

Arquivo da Província Franciscana de Andaluzia

Ms. n.º 88.

VIENA

Staats-Archiv

*Reichs und Haus-Kanzlei Registraturs Bucher, Hands 326/1, Buch 1,
fls. 89 e 97.*

VISEU

Arquivo Distrital

Pergaminhos do Cabido, maço 35, n.º 45.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Exaram-se aqui os nomes completos dos autores e dos títulos das obras citadas no presente volume; para os autores portugueses pela ordem alfabética do último apelido; para os estrangeiros segundo o uso das respectivas nações. Adiciona-se mais alguma bibliografia, relativa aos assuntos e problemas ventilados nos textos e nas notas. Tenha-se em consideração a aduzida no vol. I, especialmente a respeitante às Ilhas Canárias.

ABRANCHES, Joaquim dos Santos. — *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez. I. — Summa do bullario portuguez.* Coimbra, 1895.

AGRELA, Carlos de. — *Famílias da Madeira e Porto Santo — Câmara de Lobos.* No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 9, Funchal, 1951, pp. 10-33.

AGUIAR, Fernando de. — *Breve memória sobre a terceira residência de Zarco na Madeira.* No Arquivo cit., vol. 7, Funchal, 1949, pp. 31-48.

ALBUQUERQUE, Irene Truninger. — *Os designios do Infante D. Henrique e a sua continuidade até Afonso de Albuquerque.* Rio Maior, 1956.

ALBUQUERQUE, Luís. — *Introdução à História dos Descobrimentos.* S. l. n. d., separata da rev. «Vértice», vols. 17 e 18, Coimbra, 1957-58.

ALCOFORADO, Francisco Manuel. — *Qual foy o azo com que se descobrio a Ilha da Madeira.* Publicada por C. Fernandez Duro. No «Boletim de la Sociedad Geografica de Madrid», t. 5, Madrid, 1878, pp. 65-80.

— *Relation historique de la découverte de l'Isle de Madère.* Traduit du portugais de François Alcoforado, escuyer de l'Infant de Portugal D. Henry. Paris, 1671.

ALIGHIERI, Dante. V. — DANTE ALIGHIERI.

ALMEIDA, Fortunato de. — *História da Igreja em Portugal*, ts. 1 e 2, Coimbra, 1910.

— *História de Portugal*, ts. 2 e 3, Coimbra, 1923 e 1925.

ALMEIDA, Gabriel d'. — *As Ilhas dos Açores*. Lisboa, 1889.

— *A Ilha de Santa Maria* (Em que esteve a tripulação dos navios de Colombo no seu regresso da descoberta da América) 1432-1893. S. Miguel, 1893.

— *A Ilha de S. Miguel, seu descobrimento, etc., etc.*. Ponta Delgada, 1885.

ALMEIDA, Manuel Lopes de. V. — BRANDÃO, Mário.

ALMEIDA, Virgínia de Castro e. — *História da maravilhosa tomada de Ceuta aos mouros*. Lisboa, 1940.

— *História da grande rainha Dona Felipa de Lencastre e dos preparativos de guerra*. Lisboa, 1939.

AMAT DI SAN FILIPPO, Pietro. — *I veri scopritori delle Isole Azore*. No «Bolletino della Società Geografica Italiana», série 3, vol. 5, Roma, 1892, pp. 529-40.

ANDRADE, Diogo José Pereira. — *The portuguese and Prester John of Abyssinia*. Bastorâ, 1940.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de. — *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, t. 1, Lisboa, 1875.

ARMELIM JÚNIOR, M. V. — *Os Açores*. No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 40, Lisboa, 1922, pp. 233-70.

ARRIBAS PALÁU, Mariano. — *Repercusión de la Conquista Portuguesa de Ceuta en Aragón*. Separata de «Tamuda», ano 3, semestre 1, Tetuán, 1955.

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho. — *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*. Precedida de um ensaio crítico por..., Ponta Delgada, 1932.

ARTUR, Alberto. — *Notícia histórico-militar sobre a ilha do Porto Santo*. Funchal, 1933.

AZEVEDO, João Lúcio de. — *Épocas de Portugal Económico*. Esboço de História. 2.ª ed., Lisboa, 1947.

AZEVEDO, Pedro Augusto de. — *Os encargos da ocupação militar de Ceuta durante o século XV*. Na «Folha de Viana» de 17 de Agosto de 1915.

— *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Lisboa-Coimbra, 1915-34, 2 vols.

BALLESTEROS Y BERETTA, D. António. — *História de España y su influencia en la Historia Universal*. 2.^a edição, Barcelona-Madrid, 1944-58, 12 vols.

BAPTISTA, Júlio César. — *Portugal e o Cisma do Ocidente*. Na rev. «Lusitania Sacra», t. 1, Lisboa, 1956, pp. 65-203.

BARONIUS, Cardeal. — *Annales ecclesiastici*, t. I, Romae, 1588.

BARRIENTOS, Don Lope. — *Refundición de la Crónica del halconero*. Por el obispo... (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

BARROS, Henrique da Gama. — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2.^a edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares. 11 vols., Lisboa, 1945-54.

BARROS, João de — *Ásia*. Década primeira. — Seguimos sempre a edição de Coimbra, 1932, conforme a «princeps».

BASTOS, Aristides Pinto Ferreira de. — *Comemorações João Gonçalves Zarco. Descobrimento da ilha da Madeira. 2 de Julho de 1420*. Em «O Instituto», vol. 8, Coimbra, 1859, pp. 118-19.

BASTOS, José Timóteo da Silva. — *Porque fomos nós a Ceuta?* Em «O Instituto», vol. 86, Coimbra, 1933, pp. 129-40.

BEAZLEY, Charles Raymond. — *Prince Henry the Navigator the hero of Portugal and of modern discovery, 1394-1460*. A. D. New-York-London, 1895. Versão portuguesa, anotada, de António Álvaro Dória, *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimentos modernos*. Porto, 1945.

— *Prince Henri of Portugal and the progress of exploration*. No «The Geographical Journal», vol. 36, London, 1910, pp. 703-715.

— *Prince Henry of Portugal and the African Crusade*. Em «The American Historical Review», t. 16, 1910.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. — *Rainhas de Portugal*. Estudo histórico com muitos documentos. Lisboa, 1878-79, 2 vols.

BENOIT, M. P. — *Le Prêtre Jean*. Paris, 1952.

BERNARD, Augustin. — *Le Maroc*. Paris, 1931.

BETTENCOURT, Emiliano Augusto de. — *Memória sobre a descoberta das Ilhas do Porto Santo e Madeira. 1418-1419*. (Fragmento de um livro inédito). Porto, 1875.

— *Descobrimientos, guerras e conquistas dos portugueses em terras do ultramar nos séculos XV e XVI*. Lisboa, 1881-82.

BETTENCOURT, J. de A. Albuquerque de. — *Duques de Portugal*. No «Arquivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal», vol. 1, 1925, pp. 41-79.

BOÊMIA, Martinho de. — *De prima inuentione Guinee*. Em «O Manuscrito «Valentim Fernandes». Lisboa, 1940, pp. 187-207.

BOTELHO, José Nicolau Raposo. — *Feitos d'armas dos portugueses na Idade Média* (Fragmento da «Historia Militar de Portugal»). Na «Revista Militar», t. 43, Lisboa, 1891.

BRAGA, Theophilo. — *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*. Tomo 1, 1289 a 1555. Lisboa, 1892.

BRAGADIN, Commandant M. A. — *Histoire des Républiques Maritimes Italiennes. Venise-Amalfi-Pise-Gênes*. Paris, 1955.

BRANCO, Manuel Bernardes. — *Portugal e os estrangeiros*. Lisboa, 1879, 2 vols.

BRANDÃO, Manuel José da Cunha. — *O Infante D. Henrique como soldado*. Na «Revista Militar», t. 46, Lisboa, 1894, pp. 87-102.

BRANDÃO (Mário) e ALMEIDA (Manuel Lopes de). — *A Universidade de Coimbra*. Esboço da sua história. Coimbra, 1937.

BRÁSIO, P. António. — *Santa Maria de África*. Na rev. «Portugal em África», 2.ª série, ano 1, Lisboa, 1944, pp. 151-161, e ano 4, 1947, pp. 56-57.

— *A Padroeira do Império*. Na rev. e série retrocits., ano 3, Lisboa, 1946, pp. 350-57.

- *A primitiva catedral de Ceuta*. Na rev. e série cit., ano 7, Lisboa, 1950, pp. 231-44.
- *O culto de Nossa Senhora na África Portuguesa*. Na dita rev. e série, vol. 11, Lisboa, 1954, pp. 138-44.
- *A Acção Missionária no Período Henriquino*, Colecção Henriquina. Lisboa, 1958.

BRUCHET, M. — *Archives départementales du Nord. Répertoire numérique*. Série B (Chambre des comptes de Lille). Lille, 1921.

BRUGES, Theotonio Palm de. — *Os Descobrimentos e os Açores*. Importância nacional do Arquipélago. Angra do Heroísmo, 1932.

BULLARIUM FRANCISCANUM. Vols. I-IV ed. a Ihoanne Hyacintho Sbaralea, Romae, 1759-68; vols. V-VII ed. a Conrado Eubel, Romae, 1898-904.

BURBURE, Albert de. — *Foram as ilhas dos Açores descobertas por flamengos?* Na rev. «Insulana», vol. 9, Ponta Delgada, 1953, pp. 310-14.

CABRAL, Mariano José. — *Comemorações. Descobrimento da ilha de S. Miguel por Gonçalo Velho Cabral*. Na «Revista Universal Lisbonense», vol. 4, Lisboa, 1844-45, p. 504.

CABRAL, Morais. — *O Infante D. Henrique conquistador de Ceuta*. Na rev. «O Mundo Português», vol. 6, Lisboa, 1939, pp. 101-104.

CADAMOSTO, Luís de. — *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Prefácio e notas históricas por Damião Peres. Lisboa, 1948.

— *Navegações de Luís de Cadamosto*. Texto italiano e tradução portuguesa de Giuseppe Carlo Rossi. Lisboa, 1944.

— *Le navigazioni atlantiche di Alvise da Ca' Da Mosto*. A cura di Rinaldo Caddeo con prefazione, note, appendici... Milano, 1929.

CADDEO, Rinaldo. V. — CADAMOSTO, Luís de.

CAILLAUD, Romanet de. — *Les tentatives des Franciscains au moyen âge pour pénétrer dans la Haute Ethiopie*. No *Bolletín de la Société Géographique*, t. 17, Paris, 1894.

CALMETTE, V. — DROUOT.

CALMETTE, Joseph. — *Les Grands Ducs de Bourgogne*. Paris, 1949.

— *L'Élaboration du Monde Moderne*. Troisième édition, revue et corrigée. Paris, 1949.

— *Le Monde Féodal*. Paris, 1951.

— *Le Moyen-Âge*. Paris, 1951.

CALMETTE (Joseph) et DÉPREZ (Eugène). — *Histoire du Moyen Âge*. Na «Histoire Générale» de Glotz, t. 7, parte 2, Paris, 1939.

CAMPOS, José Moreira. — *Corsários célebres*. Lisboa, 1946.

CANALE, Michele Giuseppe. — *Degli antichi navigatori e scopritori genovesi*. Génova, 1846.

CANESTRINI, Giuseppe. — *Intorno alle relazioni commerciali dei fiorentini co'portoghesi avanti e dopo la scoperta del capo di buona speranza*. No «Archivio Storico Italiano» (Appendice). Firenze, 1846, pp. 93-110.

CANTO, Ernesto do. — *Cartas dos provedores das armadas dos Açores*. No «Archivo dos Açores», vol. 1, 2.^a ed., 1878, pp. 118-140.

CANTO, Eugénio do. — *Collecção de documentos relativos ás ilhas dos Açores extrahidos do Archivo Nacional da Torre do Tombo, &c...* No «Archivo dos Açores», 2.^a edição, vol. 1, 1878, pp. 3-76, e vol. 2, 1880, pp. 9-56.

CAPELLI, A. — *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo*. Seconda edizione interamente rifalta. Milano, 1930.

CARRILLO DE HUETE, Pedro. — *Crónica del Halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete*. (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

CARVALHO, A. L. — *Guimarães em Ceuta*. Guimarães, 1954.

CARVALHO, Joaquim de. — *Aditamentos e Notas a Francisco Leição Ferreira, Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*. Primeira parte, 2.^a ed., Coimbra, 1937, pp. 539 e ss.

— *Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara* (Notas em torno de alguns plágios deste cronista). Na rev. «Biblos», vol. 25, Coimbra, 1949, pp. 1-160.

- *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*. Vol. 1, Coimbra, 1949.
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de. — *O túmulo do Infante*. Na rev. «O Instituto», vol. 41, Coimbra, 1894, pp. 574-92.
- CARVALHO, Vasco de. — *La domination portugaise au Maroc — 1415-1769*. Lisbonne, 1936.
- *La domination portugaise au Maroc du XV.^{ème} au XVIII.^{ème} siècle (1415-1769)*. Lisbonne, 1942.
- CASTRIES, Henry de. — *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, Paris, 1905-09, 4 vols.
- CHRONICA do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira*. Com revisão prefacio e notas por Mendes dos Remedios. Coimbra, 1911.
- CIVEZZA, Marcellino da. — *Storia universale delle Missioni Francescane*. Ts. I-VI, Roma-Prato, 1857-81; VII, 1-4, Prato-Firenze, 1883-94; VIII-XI, Firenze, 1895.
- *Saggio di Bibliografia Francescana*. Prato, 1879.
- CONSTANTINO, Manuel. — *História da Ilha da Madeira*. Funchal, 1930.
- CORDEIRO, P. António. — *História insulana das ilhas a Portugal sujeitas no oceano occidental*. Lisboa, 1866, 2 vols.
- CORNEVIN, Robert. — *Histoire de l'Afrique des origines à nos jours*. Paris, 1956.
- CORPUS IURIS CANONICI*. Ed. Friedberg, Leipzig, 1879-81.
- CORTESÃO, Jaime. — *África nostra. II. — A tomada e ocupação de Ceuta*. No «Boletim da Agência Geral das Colónias», ano 1, Lisboa, 1925, pp. 7-30. Tem separata.
- *Os Descobrimentos Portugueses*. Vol. 1, Lisboa, 1960.
- *A génese da expansão portuguesa*. Na «História de Portugal» da «Portucalense Editora», Barcelos, vol. 3, 1931, pp. 333-51.
- COSTA, Abel Fontoura da. — *Descobrimentos marítimos africanos portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II*. Lisboa, 1938.

COSTA, O. F. M., António Domingues de Sousa. — *O doutoramento em Bolonha do Secretário de D. João I — Doutor Lançarote, Conde Palatino e embaixador ao concílio de Pisa*. Na rev. «Itinerarium», ano 3, Braga, 1957, pp. 202-20.

— *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa* (Do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo). Na rev. cit., ano 5, Braga, 1959, pp. 419-68.

— *A Expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique*. Na rev. «Brotéria», vol. 71, Lisboa, 1960, pp. 409-21.

COSTA, José Pedro da. — *Primeira igreja erecta nas ilhas dos Açores — Casa de residência de Frei Gonçalo Velho na ilha de Santa Maria*. No «Archivo dos Açores», vol. 13, 1906, pp. 193-99.

COUTINHO, Carlos Viegas Gago. — *A náutica dos Descobrimentos*. 2 vols., Lisboa, 1951-52.

COUTO, E. do. — *Historiadores do século XV. Diogo Gomes de Cintra. Descobrimento das ilhas dos Açores*. No «Archivo dos Açores», vol. 1, 1878, pp. 77-86.

CRÓNICA del Rey Don Alfonso el Onceno. Na «Biblioteca de Autores Españoles», t. 66, Madrid, 1877; 2.ª ed., Madrid, 1953, pp. 173-392.

CRÓNICA de Don Alvaro de Luna, Condestable de Castilla, Maestre de Santiago. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo, Madrid, 1940.

CRÓNICA del serenísimo principe Don Juan. V. — PEREZ DE GUZMAN, Fernan.

CRUZ, António. — *O Porto na génese dos Descobrimentos*. Porto, 1960.

CUNHA, D. Rodrigo da. — *Catalogo e Historia dos bispos do Porto*. Porto, 1623; 2.ª ed. Porto, 1742.

DANTE ALIGHIERI. — *Divina Comedia*. Ed. Scartazzini, 9.ª ed. Vandelli, Milano, 1929.

DELACROIX, Simon. — *Histoire universelle des Missions Catholiques*, 4 vols., Paris-Mónaco, 1956-59.

DE LANNOY (Charles) e VAN DEN LINDEN (Hermann). — *Histoire de l'expansion coloniale des peuples européens. — Portugal et Espagne (Jusqu'au début du XIX siècle)*. Bruxelles-Paris, 1907.

DENUË, Jean. — *Rapports économiques et anciens entre le Portugal et la Belgique*. No «Boletim da Casa de Portugal», Antuérpia, 1935.

— *Privileges royaux portugais accordés aux marchands flamands et allemands du XV^e et XVI^e siècle*, Ibi, 1936.

DÉPREZ, Eugène. V. — CALMETTE, Joseph.

DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. V. — MARQUES, João Martins da Silva.

DESCOBRIMENTOS (Primeiros) marítimos dos portugueses. Na «Revista Litteraria», vol. 1, Lisboa, 1838, pp. 437-47.

DE WITTE, Charles-Martial. — *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle*. Na «Revue d'Histoire Ecclésiastique», t. 48, pp. 683-718, t. 49, pp. 438-461, t. 51, pp. 413-453 e pp. 809-836, e t. 53, pp. 5-46 e 444-471, Louvain, 1953, 1954, 1956 e 1958, respectivamente.

DIAS, Urbano de Mendonça. — *História dos Açores*. 2.^a ed., remodelada. Vila Franca do Campo, 1942.

DINIS, O. F. M., António Joaquim Dias. — *As Crônicas Medievais Portuguesas*. Na rev. «Colectânea de Estvdos», 2.^a série, ano 1, Braga, 1950, pp. 299-345.

— *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*. Introdução à «Crônica dos feitos de Guiné», Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1949.

— *Estudos Henriquinos*. Vol. 1, Coimbra, «Acta Universitatis Conimbricensis», 1960.

DOCUMENTOS do arquivo histórico da Câmara Municipal de Lisboa. — *Livros de Reis*. Lisboa, 1957-58, 3 vols..

DOCUMENTOS para a história da cidade de Lisboa. Lisboa, 1947.

DOCUMENTOS das Chancelarias Reais. V. — AZEVEDO, Pedro de.

DOCUMENTOS (5) sobre o Infante D. Henrique e a Universidade. Macau, 1939.

DOEHAERD, R. — *Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Outremont d'après les archives notariales génoises aux XIII^e et XIV^e siècles*. Bruxelles, 1941.

DORESSE, J. — *L'empire du Prêtre Jean*. Paris, 1957.

DÓRIA, António Álvaro. — *Estudos de História dos Descobrimentos*. I. — *O problema do descobrimento da Madeira*. Guimarães, 1945.

— *Los descubrimientos en el Atlantico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesilhas*. Separata da rev. «Bracara Augusta», Braga, 1951.

DORNELAS, Afonso de. — *As armas de Ceuta*. Lisboa, 1925.

— *O bastão de Ceuta*. Na «Folha de Viana» de 17 de Agosto de 1915.

— *Elementos de História. II. — Santíssima Virgem d'África padroeira de Ceuta*. Lisboa, 1924.

— *História e genealogia*. Lisboa, 1913-26, 14 vols.

— *Uma planta de Ceuta*. Lisboa, 1913.

DROUOT et CALMETTE. — *Histoire de Bourgogne*. Paris, 1928.

DRUMOND, Francisco Ferreira. — *Empresas do Infante D. Henrique e descobrimento da Ilha Terceira de Jesus Christo*. Nos «Annaes da Ilha Terceira», t. 1, Angra do Heroismo, 1850, pp. 1-17.

DUARTE, Rei D. — *Leal Conselheiro*. Paris, 1842; 2.^a ed., Coimbra, 1942, a que seguimos.

DUMONT, Georges H. — *Marie de Bourgogne*. Bruxelles, 1943.

DUMONT, J. — *Corps Universel Diplomatique*, t. 2, Amsterdam, 1726.

ENCICLOPEDIA italiana di scienze, lettere et arti. Vol. 34, Roma, 1937.

ENTWISTLE (W. J.) e RUSSEL (P. E.). — *A rainha D. Felipa e a sua Corte*. Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, secção 2.^a, vol. 2, Lisboa, 1940, pp. 317-46.

ERRERA, Carlo. — *L'epoca delle grandi scoperte geografiche*. 3.^a ed., Milano, 1926.

— *Lancelloto Malocelli*. Na supracit. «Enciclopedia italiana», t. 22, Milano, 1934, v. «Malocelli».

ESPARTEIRO, António Marques. — *As caravelas latinas e redondas de Portugal*. Nos «Anais do Club Militar Naval», t. 71, Lisboa, 1941, pp. 773-79.

ESPERANÇA, Fr. Manoel da. — *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*. Parte 1.^a, Lisboa, 1656; parte 2.^a, *ibi*, 1666.

EUBEL, Conradus. — *Hierarchia catholica medii aevi*. Vol. I, Monasterii, 1913; vol. II, *ibi*, 1914.

— *Bullarium Franciscanum*. Veja-se este lançamento.

FARMHOUSE, J. — *Subsidio bibliografico para a história da conquista de Ceuta*. Lisboa, 1915.

FERNANDEZ DURO, Cesáreo. — *Descubrimiento de la Isla de Madera*. No «Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid», t. 6, Madrid, 1879, pp. 245-50.

— *Como se descubrió la Isla de Madera*. No Boletim cit., t. 5, Madrid, 1878, pp. 65-80.

FERNANDES, Valentim. V. — MANUSCRITO (O) «Valentim Fernandes».

FERREIRA, Fernando Bandeira. — *As viagens de descobrimento de iniciativa particular no tempo de D. Henrique*. Lisboa, 1946.

FERREIRA, Francisco Leitão. — *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra, dedicadas à Magestade delRey Nosso Senhor D. João V*. Parte 1.^a, Lisboa, 1729. Reeditadas em Coimbra, 1937, com *Noticia preliminar, Aditamentos e Notas* do Prof. Joaquim de Carvalho.

FERREIRA, Manuel Juvenal Pita. — *Notas para a história da Ilha da Madeira. I — Descoberta e início do povoamento*. Funchal, 1957.

FERREIRA, Marino da Cunha Sanches. — *O sentido europeu e cristão da conquista de Ceuta*. Braga, 1958.

FIGANIER, Joaquim. — *Descrição de Ceuta Muçulmana no século XV*. Lisboa, s. d..

FIGUEIREDO, António Pereira de. — *Portuguezes nos Concílios Geraes*. Lisboa, 1878.

FIGUEIREDO, Jaime de. — *Ilha de Gonçalo Velho*. Da descoberta até ao aeroporto. Lisboa, 1954.

FIGUEIROA, Francisco Carneiro de. — *Memórias da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1937.

FINKE, Heinrich. — *Acta Concilii Constanciensis*. Münster i. W., 1923.

FINOT, Jules. — *Étude historique sur les relations commerciales entre Flandres et l'Espagne au Moyen Âge*. Paris, 1899.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. — *Brasões da Sala de Sintra*. 2.^a ed., 3 vols., Coimbra, 1921-30.

— *Um aventureiro na Empresa de Ceuta*. Lisboa, 1913.

— *A feitoria de Flandres*. No «*Archivo Historico Portuguez*», vol. 6, Lisboa, 1908, pp. 322-442.

FREITAS, Jordão Apolinário de. — *Madeira, Porto Santo e Deserta. Ilhas que o Infante D. Henrique «novamente» achou e povoou*. Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, 1.^a secção, vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 161-185.

— *Quando foi descoberta a Madeira?* (Resenha histórica). Lisboa, 1911.

FRUCTUOSO, Gaspar. — *Saudades da Terra*. Livro I, Ponta Delgada, 1939; II, Porto, 1925; III e IV, Ponta Delgada, 1922 e 1926.

GANSHOF, F. L. — *Qu'est-ce que la féodalité?* Bruxelles, 1957.

GIMÉNEZ SOLER, Andrés. — *La Corona de Aragón y Granada*. Barcelona, 1908.

— *La Edad Media en la Corona de Aragón*. Barcelona, 1941.

GODINHO, Vitorino Magalhães. — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*. 3 vols., Lisboa, 1943-45-46.

GOMES, Armando Sousa. — *O descobrimento e os descobridores das ilhas dos Açores*. No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 66, Lisboa, 1948, pp. 527-55.

GOMES, Diogo. — *As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*. Versão do latim por Gabriel Pereira. No Boletim retrocit., série 17, Lisboa, 1898-99, pp. 265-93. Tem separata, sem data.

GONÇALVES, Júlio. — *O Infante D. Pedro, as «Sete Partidas» e a Génese dos Descobrimentos*. Lisboa, 1955.

GORIS, J. A. — *Étude sur les colonies marchandes méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*. Louvain, 1925.

GOSSART, Ernest. — *Antoine de la Salle. Sa vie et oeuvres*. 2.^e ed., Bruxelles, 1902.

GREGÓRIO IX, Papa. — *Decretais*. No «Corpus Iuris Canonici», ed. Friedberg, t. 2, Leipzig, 1879-81.

GRIBAUDI, Pietro. — *Storia delle scoperte e delle esplorazioni geografiche*. Torino, 1945.

GROUSSET, René. — *Histoire des Croisades et du Royaume Franc de Jérusalem*. 3 vols., Paris, 1934-36.

— *Histoire de l'Extrême-Orient*. 2 vols., Paris, 1929.

— *L'Empire des Steppes*. Paris, 1939.

— *Histoire de l'Asie*. Paris, 1922.

— *L'Asie Orientale, des origines au XV^e siècle*. Paris, 1941.

— *Histoire de la Chine*. Paris, 1946.

GUADALUPE, P. Fr. Andrés de. — *Historia de la Provincia de los Angeles*. Madrid, 1662.

GUBERNATIS A SOSPITELLO, Dominicus de. — *Orbis seraphicus*. Ts. I-IV, Romae-Lugduni, 1632-85; V, Romae, 1689; VI, Quaracchi, 1886.

GUICHOT, D. Joaquín. — *Historia general de Andalucía*. Sevilla, 1870.

GUNTHER, Siegmund. — *La Época de los Descubrimientos*. Traducido de la 4.^a edición alemana por el Prof. L. Martín Echeverría. Barcelona, 1926.

GUTTON, Francis. — *La Chevalerie Militaire en Espagne. L'Ordre de Calatrava*. Paris, 1955.

HARDISSON, Emilio. — *Las Canarias y Portugal*. Porto, 1947. Separata do «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. 10, pp. 165-184.

HEFELE (Charles-Joseph) et LECLERCQ (Dom H.). — *Histoire des Conciles d'après les documents originaux*. Tom. 5, parte 2.^a, Paris, 1913, e t. 7, parte 1.^a, Paris, 1916.

HERRMANN, Paul E. — *La aventura de los primeros descubrimientos*. De la Prehistoria al final de la Edad Media. Versión española por Francisco Payrols. Barcelona, s. d..

HEYD, Wilhelm von. — *Histoire du commerce du Levant au Moyen-Âge*. Édition française refondue et considérablement augmenté par l'auteur. 2 vols., Leipzig, 1885-86. Reimpressa em 1936.

HISTOIRE de l'Eglise depuis les origines jusqu'à nos jours. Tom. 9, Paris, 1953.

HISTOIRE GÉNÉRALE (de Glotz), t. 4, 2.^a parte.

HISTÓRIA da Expansão Portuguesa no Mundo. 3 vols., Lisboa, 1937-40.

HOMMEL, Luc. — *Marie de Bourgogne ou le Grand Heritage*. Paris, 1951.

HUGUES, T. M. — *The ocean flower a poem preceded by an historical and descriptive account of the Island of Madeira*. London, 1845.

HUICI MIRANDA, Ambrosio. — *Las grandes batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas (Almoravides, Almohades y Beni-merines)*. Madrid, 1956.

«*INDICE CHRONOLOGICO dos documentos mais notaveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o Conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade*». Prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ferreira, Director do Gabinete de História da Cidade. Porto, 1951.

INDICES E SUMMARIOS dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra. Fasc. I, Coimbra, 1867.

IORGA, Nicolas. — *Cenni sulle relazioni tra l'Abissinia e l'Europa Cattolica nei secoli XIV-XV. Con un itinerario inedito del secolo XV* (Iter de Venatiis ad Indiam). No «Centenario di Michele Amari», t. 1, Palermo, 1910, pp. 139-150.

IRIA JÚNIOR, Joaquim Alberto. — *A tradição marítima do Algarve anterior às navegações do século XV e depois ao serviço do Infante D. Henrique* (Subsídios para uma introdução à «História dos Descobrimentos»). Na rev. «Las Ciencias», vol. 11, Madrid, 1946, pp. 598-606.

— *Descobrimentos Portugueses. O Algarve e os Descobrimentos.* Com um prefácio de João Martins da Silva Marques. Lisboa, 1956, 2 vols.

— *Por que foi o Algarve, e não outro sítio do país, a região eleita do Infante D. Henrique?* (Antecedentes da conquista de Ceuta à luz de novos documentos). Lisboa, 1953.

JACOME CORRÊA, Marquês de. — *História da Descoberta das Ilhas.* Coimbra, 1926.

JONES (A. H. M.) e MONROE (E.). — *Histoire de l'Abyssinie des origines à nos jours.* Traduit de l'anglais par A. et H. Collin Delevaud. Paris, 1935.

JONG, Marcus de. — *Koning Johan I van Portugal en de Hertog van Holland*. Em «Tijdschrift voor Geschiedenis», de Maio de 1958, pp. 86-95.

JORDÃO, Levy Maria. — *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tanger.* Na «Collecção de historia e memorias da Academia Real das Sciencias» de Lisboa, nova série, t. 2, p. 11. Lisboa, 1858. Reeditada em volume, com aditamentos e correções, pelo autor, quando usava já o

título de Visconde de Paiva Manso, sob o título de *História ecclesiástica ultramarina*, t. 1 (e único), Lisboa, 1872.

— *Bullarium Patronatus Portugalliae regum in ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae*. Tom. 1, (1171-1600), Olisipone, 1878.

JULIEN, Ch.-André. — *Histoire de l'Afrique du Nord. Tunisie-Algérie-Maroc*. Paris, 1952, 2 vols.

— *Les voyages de découverte et les premiers établissements (XV^e-XVI^e siècles)*. Paris, 1948.

KAMMERER, Albert. — *La Mer Rouge, l'Abyssinie et l'Arabie, depuis l'Antiquité*. Caire, 1929-52, 7 vols.

KRAUSSE, Kurt. — *Os Portugueses na Abissínia*. Subsídio para a história da descoberta da África. Lisboa, 1915.

KROHN, N. — *Heinrich der seefahrer und die Insel Madaira*. Erfurt, 1903.

LACERDA, Álvaro Pereira. — *O Infante D. Henrique e o sítio de Belém*. Lisboa, 1941.

LACOURT-GAYET, Jacques. — *Histoire du Commerce*. Paris, 1950-55, 6 vols.

LAFUENTE, Don Modesto. — *Historia general de España desde los tiempos primitivos hasta la muerte de Fernando VII*. Continuada desde dicha época hasta nuestros dias por Juan Valera. Barcelona, 1877-85, 6 vols.

LAGOA, Visconde da. — *Estímulo económico da conquista de Ceuta*. Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, secção 1.^a, vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 55-77.

LANDIM, Gaspar Dias de — *O Infante D. Pedro*. Chronica inedita por..., Lisboa, 1892.

LA RONCIÈRE, Charles de. — *La découverte de l'Afrique au Moyen Âge*. Cartographes et explorateurs. 3 ts., Le Caire, 1925-27.

LA SALLE, Antoine de. — *Du réconfort de Madame du Fresne*. No livro de Joseph Nève, *Antoine de la Salle. Sa vie et ses Ouwrages*, Paris-

-Bruxelles, 1903. Versão portuguesa de Carlos Bocage, com Prefácio de David Lopes, *Consolações dirigidas a Catarina de Neufville, Senhora de Fresne*. Lisboa, 1933.

LEÃO, Duarte Nunes de. — *Chronicas del Rey Dom João de gloriosa memoria, o I deste nome, e dos reys de Portugal o X, e as dos reys D. Duarte, e D. Affonso o V.* Lisboa, 1780.

LECLERCQ, Dom H. V. — HEFELE, Charles-Joseph.

LEFEBRE, Renato. — *Documenti pontificii sui rapporti con l'Etiopia nei secoli XV e XVI*. Em «Rassegna di Studi Etiopici», vol. 5, Roma, 1947, pp. 17-41.

LEITE, Duarte. — *Coisas de vária história*. Lisboa, 1941.

— *Acerca da «Cronica dos feitos de Guinee»*. Lisboa, 1941.

LEITE, Jerónimo Dias. — *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*. Tratado composto em 1579 e agora publicado com introdução e notas de João Franco Machado. Coimbra, 1947.

LLIBRE de les solennitats de Barcelona. Vol. 1 (1424-1546), Barcelona, 1930.

LIBRO DEL CONOSCIMIENTO de todos los reynos & tierras & señorios que son por el mundo & de las señales & armas que han cada tierra & señorío por sy & de los reys & señores que los proveen, escrito por un franciscano español á mediados dal siglo XIV. Edição de Marco Jiménez de la Espada. Madrid, 1877.

LIVRO (O) de Marco Paulo. V. — PAULO, Marco.

LIVRO VERDE da Universidade de Coimbra. (Cartulário do século XV). Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil, Conservador do Arquivo da mesma Universidade. Coimbra, 1940.

LOBO, António de Sousa Silva Costa. — *Historia da sociedade em Portugal no seculo XV*. Lisboa, 1904.

LOBO, Francisco Miranda da Costa. — *A verdade e a lenda de Preste João*. Coimbra, 1944. Separata de «O Instituto», vol. 104, Coimbra, 1944, pp. 1-50.

LOPES, David. — *A conquista de Ceuta. A sua importância política e económica.* Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», t. 1, Lisboa, 1937, pp. 131-36.

— *Os Portugueses em Marrocos: Ceuta e Tânger.* Na «História de Portugal» da «Portugalense Editora», vol. 3, Barcelos, 1931, pp. 385-432.

— *Les Portugais au Maroc.* Na «Revue d'Histoire Moderne», t. 14, 1939, pp. 337-68.

LOPES, Fernão. — *Crónica de D. João I.* 2 vols., Porto, 1945-49, texto que sempre seguimos, à falta de melhor de toda a obra.

LOPEZ, P. Atanásio — *Obispos en el Africa Septentrional desde el siglo XIII.* 2.ª ed., Tânger, 1941.

LUTOLF, A. — *Acerca del descubrimiento y cristianización de las islas del occidente de Africa.* Na «Revista de Historia», n.º 64, La Laguna, 1942, pp. 284-92.

MACHADO, João Franco. — *Descobrimento e colonização do arquipélago da Madeira. — A questão das Canárias.* Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», t. 1, Lisboa, 1937, pp. 275-290.

MANUSCRITO (O) «Valentim Fernandes». Lisboa, 1940.

MARIGNOLI, Fr. Johannes de. — *Chronicon Bohemicum.* Em «Sinica Franciscana», t. 1, pp. 524-60.

MARINESCU, Constantin. — *Le prêtre Jean, son pays, explication de son nom.* No «Bulletin de la Section Historique de l'Académie Roumaine», t. 10, Bucarest, 1923.

— *Encore une fois le problème du prêtre Jean.* No dito «Bulletin», t. 26-2, Bucarest, 1945, pp. 202-22.

MARQUES, João Martins da Silva. — *Descobrimientos Portuguezes.* Documentos para a sua História. Publicados e prefaciados por..., Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1944, 2 vols.

MASCARENHAS, D. Jerónimo de. — *História de la ciudad de Ceuta.* Lisboa, 1918.

MAURÍCIO, Domingos. V. — SANTOS, S. J., P. Domingos Maurício Gomes dos.

MEES, Jules. — *Les Açores d'après les Portulans*. No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 17, Lisboa, 1898-99, pp. 455-77.

— *Histoire de la découverte des îles Açores et de l'origine de leur dénomination d'Îles Flamandes*. Gand, 1901.

MENESES, Manuel. — *O problema da descoberta e povoamento dos Açores*. Angra do Heroísmo, 1949.

— *Revisão ao problema da descoberta e povoamento dos Açores*. Angra do Heroísmo, 1949.

MIGNE, J. P. — *Patrologiae cursus completus: Series latina*, vol. 200, Paris, 1844.

MONROE, E. — *Histoire de l'Abyssinie*. Paris, 1936. V. — JONES, A. H. M.

MONUMENTA Germaniae Historica. Berlim, 1826 e anos ss.

MONUMENTA HENRICINA. Vol. 1, Coimbra, 1960.

NÈVE, Joseph. — *Antoine de la Salle. Sa vie et ses Ouvrages*. Paris-Bruxelles, 1903.

NONO, I. — *La marca amorosa*. Treviso, 1931.

NOWELL, Charles E. — *Prince Henry the Navigator and his brother Dom Pedro*. Na «Hispanic American Historical Review», vol. 28, 1948.

OOM JUNIOR, T. — *O Descobrimento da ilha da Madeira*. Na «Revista Universal Lisbonense», vol. 6, Lisboa, 1846-47.

ORDENAÇOENS do Senhor Rey D. Afonso V. 5 vols., Coimbra, 1786; ibi, 1792.

ORTEGA, O. F. M., P. Angel. — *Las casas de estudios en la Provincia de Andalucía*. Na rev. «Archivo Ibero-Americano», ano 2, Madrid, 1915, pp. 7-62 (continuação).

OSÓRIO, Baltasar. — *Ceuta e a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)*. Lisboa, 1933.

— *Descrição da cidade de Ceuta no século XV*. Lisboa, 1916.

PAIVA MANSO, Visconde de. V. — JORDÃO, Levy Maria.

PALY, Norbert. — *La Casa de Portugal d'Anvers*. No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 63, Lisboa, 1945, pp. 411-29.

PAULO, Marco. — *Ho livro de Nycolao Veneto — O trallado da carta de huū genoves das ditas terras*. Lyxboa, 1502.

— *O livro de Marco Paulo*. Introdução e índices por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, 1922. V. — POLO (Marco).

PEDRO, Infante D. — *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante D. Pedro*. 3.^a edição, com uma Introdução e notas por Joaquim Costa. Porto, 1946.

PEREIRA, Duarte Pacheco. — *Esmeraldo «de situ Orbis»*, 1.^a ed., Lisboa, 1892; 2.^a ed., crítica, anotada por Augusto Epiphany da Silva Dias, Lisboa, 1905; 3.^a ed., com Introdução e anotações históricas do académico Dr. Damião Peres, Lisboa, 1954. Versão inglesa de George H. T. Kimble, London, 1937.

PEREIRA, Eduardo C. N. — *Ilhas de Zarco*. 2.^a ed., Funchal, 1956-57, 2 vols.

— *A lenda de Machim*. Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, 1.^a secção, vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 187-208.

PEREIRA, Gabriel. — *As ilhas do Atlântico — Chronicas de Valentim Fernandes Alemão*. Lisboa, s. d..

PERES, Damião. — *História dos Descobrimentos Portugueses*. Porto, 1943.

— *A Madeira sob os donatários*. Séc. XV e XVI. Funchal, 1914.

— *Génese da expansão Portuguesa*. Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 1, Lisboa, 1937, pp. 121-27.

PEREZ EMBID, Florentino. — *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*. Sevilla, 1948.

PEREZ DE GUZMAN, Fernan. — *Generaciones, semblanzas é obras de los Excelentes Reyes de España Don Enrique el Tercero é don Juan el Segundo, y de los venerables Perlados y notables caballeros que en los tiem-*

pos destes reys fueron. Na «Biblioteca de Autores Españoles», t. 68, Madrid, 1877; 2.^a ed., Madrid, 1953, pp. 697-719.

— *Cronica del serenísimo principe Don Juan, segundo rey deste nombre en Castilla y en Leon*. Na retrocit. «Biblioteca» e tomo, pp. 277-695.

PERIALE, Marise. — *Maroc Lusitanien — 1415-1769*. Paris, 1938.

PESTANA, Alberto da Veiga. — *Uma lenda inconsistente. — Alguns episódios ligados à história da Madeira*. Funchal, 1945.

PESTANA JÚNIOR, M. G. — *Ensaio de crítica histórica. — O reconhecimento do arquipélago da Madeira (1421-1425)*. Funchal, 1920.

PIMENTA, Alfredo. — *As ilhas dos Açores*. (Esboço de síntese histórica). Lisboa, 1943. E na sua *Idade Média (Problemas & Soluções)*, Lisboa, 1946, pp. 349-72.

PLANO CARPINI, Johannes de. — *Historia Mongolorum*. Edição crítica por P. A. vanden Wyngaert em «Sinica Franciscana», t. 1, pp. 3-130. Notas biográficas do autor e recente versão francesa em A. T'SERSTEVENS, *Les précurseurs de Marco Polo*, Paris, 1959, pp. 117-193.

PIMENTEL, Alberto. — *Um contemporâneo do Infante D. Henrique*. Porto, 1894.

PINA, Ruy de. — *Chronica del Rey D. Duarte*. Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza», t. 1, Lisboa, 1790, pp. 71-194; ed. da Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901.

— *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*. Na retrocit. colecção académica e volume, pp. 210-489; na Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901-02.

PISANO, Mateus de. — *Incipiunt gesta illustrissimi regis Johannis de Bello Septensi, acta (fere anno M.CD.LX) per reverendum Matthaeum de Pisano*. Na aduzida colecção e tomo, pp. 7-57. Costuma citar-se apenas *De bello Septensi*. Há versão portuguesa de Roberto Corrêa Pinto, *Livro da guerra de Ceuta, escrito por Mestre Mateus de Pisano em 1460*. Coimbra, 1915.

POLO, Marco. — *Il Milione. Della cosi d'Tartari e dell'India Orientali, nella versione di Gio. Battista Ramusio*. A cura del comuni di Venezia, 1954. V. — PAULO, Marco.

PORTUGALIAE MONVMENTA CARTOGRAPHICA, Coimbra, 1960, 5 vols.

POU Y MARTÍ, O. F. M., P. José Maria. — *La leyenda del Preste Juan entre los Franciscanos de la Edad Media*. Na rev. «Antonianum», ano 20, Roma, 1945, pp. 65-96.

PRESTAGE, Edgar. — *Descobridores Portugueses*. 2.^a ed., Porto, 1943. Versão por Francisco Eduardo Baptista de «The Portuguese pioneers», London, 1933.

— *Viagens portuguesas de Descobrimento*, Lisboa, 1940, versão por Centeno Fragoso de «The portuguese Voyages of Discovery», London, 1939.

QUADRO ELEMENTAR das relações políticas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias. Pariz-Lisboa, 1842-1876, 18 vols.

RAU, Virgínia. — *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*. Lisboa, 1943.

RIBEIRO, João Pedro. — *Memorias sobre as Fontes do Codigo Philipino*. Parte 1, secção 1, Cortes. Nas «Memorias de Litteratura Portuguesa» da Academia das Ciências de Lisboa, t. 2, Lisboa, 1792, pp. 46-129.

RIBEIRO, Mário de Sampayo. — *Do sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém*. Lisboa, 1949.

RIBEIRO, Victor. — *Privilégios de estrangeiros em Portugal* (Ingleses, Franceses, Alemães, Flamengos e Italianos). Coimbra, 1917.

RICARD, Robert. — *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*. Coimbra, 1955.

— *Les Portugais au Maroc (1415-1550)*. Nos «Annales de l'Université de Paris», ano 21, Paris, 1951, pp. 331-39.

ROCHA, João da. — *O Descobrimento da Terra Alta (1416-1916)*. Coimbra, 1916.

— *Frei Gonçalo Velho*. S. d. [1916].

RODRIGUES, António Gonçalves. — *D. Francisco Manuel de Melo e o Descobrimento da Madeira (A lenda de Machim)*. Lisboa, 1935.

RODRIGUES, José Maria. — *O Infante D. Henrique e a Universidade*. Em «O Instituto», vol. 41, Coimbra, 1894, pp. 485-508.

ROGERS, Francis M. — *O sonho de unidade entre cristãos ocidentais e orientais no século XV*. Bahia, 1960.

ROMA DU BOCAGE, Carlos. — *Étude préliminaire sur la prise de Ceuta par les Portugais — Le 21 août 1415*. No «Boletim Comemorativo do V Centenário da Sociedade de Geografia de Lisboa», Agosto de 1915, p. 15-34.

— *O Cartel de desafio do Duque de Bourbon aos Infantes D. Pedro e D. Henrique*. Na «Revista de Historia», vol. 6, Lisboa, 1917, pp. 47-61.

RONCIÈRE, Charles de la. V. — LA RONCIÈRE, Charles de.

RUBRUK, Willelmus de. — *Itinerarium terre Tartarorum*. Edição crítica por P. A. vanden Wyngaert em «Sinica Franciscana», t. 1. Notas biográficas do autor e recente versão francesa por A. T'SERSTEVENS, *Les précurseurs de Marco Polo*, Paris, 1959, pp. 194-331.

RUSSEL, P. E. V. — ENTWISTLE, W. J.

RYMER (Thomas) e SANDERSON (Roberto). — *Foedera, conventiones, litterae et cujuscumque generis acta publica inter reges Angliae et alios*. 3.^a ed., London, 1816-69.

SÁ, Ayres de. — *Frei Gonçalo Velho*. Lisboa, 1899-1900, 2 vols.

SALAS, Javier de. — *Dos Cartas sobre la expedicion á Ceuta en 1415*. Coimbra, 1931. Separata da rev. «O Instituto», vol. 81, pp. 317-38.

SAMPAIO, Luís Teixeira de. — *Os Desafios do Duque João de Bourbon*. Na «Revista de Historia», vol. 7, Lisboa, 1918, pp. 97-108.

— *Antes de Ceuta*. Coimbra, 1923. Separata do «Arquivo de História e Bibliografia».

SANCEAU, Elaine. — *Em demanda do Preste João*. 3.^a ed., Porto, 1956.

SANCHES, José Dias. — *Belém e arredores através dos tempos*. Lisboa, 1940.

SANDERSON, Roberto. V. — RYMER, Thomas.

SANTOS, S. J., P. Domingos Maurício Gomes dos. — *A «Carta do Preste João das Índias e seu reflexo nos descobrimentos do Infante D. Henrique»*. Lisboa, 1960.

— *História e Mito Henriquinos*. Na rev. «Brotéria», vol. 68, Lisboa, 1959, pp. 272-79.

SANTOS, Luís Reis-. — *Iconografia Henriquina*. Coimbra, 1960.

S. LUIS, Fr. Francisco de. — *Obras completas*. Lisboa, 1872-83, 10 vols.

— *Reflexões geraes acerca do Infante D. Henrique e dos descobrimentos de que elle foi autor no século XV*. Lisboa, 1840.

SARMENTO, Alberto Artur. — *Ensaios históricos da minha terra (Ilha da Madeira)*. Funchal, 1939.

— *A Madeira e as praças de África*. Funchal, 1932.

— *Notícia histórico-militar sobre a ilha do Porto Santo*. Funchal, 1933.

SARAIVA, Cardeal. V. — S. LUIS, D. Fr. Francisco de.

SARMENTO, Moraes. — *O Centenário da tomada de Ceuta*. Na «Revista Militar», Lisboa, 1915, t. 67, pp. 499-510.

SAYOUS, A. E. — *Les méthodes commerciales de Barcelone au XV^e siècle*. Na «Revue d'Histoire de Droit Français et Étranger», 1936.

SBARALEA, Ihoannes Hyacinthus. V. — BULLARIUM FRANCISCANUM.

SCHMELLER, J. A. — *Ueber Valentí Fernandez Alemã und seine Sammlung von Nachrichten über die Entdeckung und Besitzungen der Portugiesen in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508, enthalten in einer gleichzeitigen portugiesischen Handschrift der Königl. Hof- und Staats-Bibliothek zu München*. Em «Abhandlungen der Königl. Hof- und Staats-Bibliothek der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften», vol. 4, 1847, pp. 1-73.

S. DETOLE, O. F. M., Fr. Teodosio Somigli di. — *Etiopia Francescana nei documenti dei secoli XVII e XVIII*. Na «Biblioteca Bio-Bibliografica della Terra Santa e dell'Oriente Franciscano», Serie terza-Documenti.

Diretta dal P. Girolamo Golubovich, O. F. M., t. 1, parte 1, Quaracchi (Firenze), 1928, Introduzione, parte prima, pp. IX-XCI.

SEPTENVILLE, Édouard de. — *L'Expédition de Ceuta en 1415*. Paris, 1879.

SERGIO, António. — *A conquista de Ceuta* (Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara). Nos seus *Ensaio*s, t. 1, Rio de Janeiro, 1920, pp. 279-305.

— *Repercussões de uma hipótese: Ceuta, as navegações e a génese de Portugal*. Na dita obra, t. 4, Lisboa, 1934, pp. 229-75.

SERPA, António Ferreira de. — *O descobrimento do arquipélago dos Açores*. Porto, 1925.

— *Açores e Madeira*. Lisboa, 1929.

— *Frei Gonçalo Velho e o fantástico 5.º Centenário do Descobrimento dos Açores em 1932*. Na rev. «Portucale», vol. 2, Porto, 1929, pp. 335-44.

SERRA RÁFOLS, Elias. — *Portugal en las islas Canarias*. Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, 1.ª secção, vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 209-41.

SEVILHA, S. Isidoro de. — *Etymologiarum sive originum libri XX*.

SILVA, P. Fernando Augusto da. — *João Gonçalves Zarco*. Traços biográficos. Funchal, 1948.

SILVA (P. Fernando Augusto da) e MENESES (Carlos Azevedo). — *Elucidário Madeirense*. 3 vols., Funchal, 1945.

SILVA, José Soares da. — V. SYLVA, Joseph Soarez da.

SIMÕES, A. da Veiga. — *O Infante D. Henrique. O seu tempo e sua acção*. Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 1, Lisboa, 1937, pp. 311-56.

S. JOSÉ, Fr. Jeronymo de. — *Historia chronologica da esclarecida Ordem da Santissima Trindade, Redempção de Captivos, da Provincia de Portugal*. 2 tomos, Lisboa, 1789-94.

SLESSAREV, Vsevolod. — *Prestor John — The letter and the legend*. Minneapolis, 1959.

SOLDEVILA, F. V. — VALLS-TABERNER, E.

SOSA, António Sérgio de. V. — SÉRGIO, António.

SOSA, José Maria Cordeiro de. — *O Infante D. Henrique e os Primeiros Descobrimentos Marítimos segundo uma inscrição de Tomar*. Lisboa, 1942.

— *O Infante D. Henrique e os primeiros descobrimentos marítimos*. Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, 1.ª secção, vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 97-104.

STAEDLER, E. — *Die Cruciata Martins V von 4 April 1418*. No «Archiv für Urkundenforschung», t. 17, 1942, pp. 310-18.

SUDHEIM, Ludolphus de. — *De itinere Terrae Sanctae*. Na «Bibl. des lit. Vereins», Stuttgart, 1851, p. 64.

SUMMARIOS dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra, parte 2.ª, fasc. 1, Coimbra, 1867, p. 29.

SYLVA, Joseph Soarez da. — *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delRey D. João I...* Lisboa, 1730-34, 4 vols., especialmente as páginas 379-476 do t. 1.

TOVAR, Pedro de. — *Um Desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique (1414-1415)*. Na «Revista de Historia», vol. 5, Lisboa, 1916, pp. 278-81.

— *O desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique*. Na rev. cit., vol. 6, Lisboa, 1917, pp. 249-62.

T'SERSTEVENS, A. — *Les précurseurs de Marco Polo*. Textes intégraux établis, traduits et commentés par... Avec une Introduction sur la géographie de l'Asie avant Marco Polo. Paris, 1959.

VALERA, Diego de. — *Memorial de diversas hazañas. Crónica de Henrique IV, ordenada por Mosén...* Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1941.

VALERO, Denise. — *Petite histoire des ruines portugaises au Maroc*. Casablanca, 1952.

VALLS-TABERNER (F.) y SOLDEVILA (F.). — *Historia de Cataluña*. Traducida del catalán por Nuria Sales. 2 tomos, Barcelona, 1957.

VAN DEN BUSSCHE, Émile. — *Flandre et Portugal. Mémoires.* Bruges, 1874.

VAN SEVEREN, L. Gilliodts. — *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges.* Bruges, 1904-05, 2 tomos.

— *Cartulaire de l'ancien consulat d'Espagne à Bruges.* Bruges, 1901.

VAN DEN LINDEN, Hermann. V. — DE LANNOY, Charles.

VAN DEN WYNGAERT, Anastasius. — *Sinica Franciscana.* Vol. 1, Firenze, 1929.

VAZ, Cónego Meneses. — *Famílias da Madeira e Porto Santo — Teixeira e Tristão Vaz.* No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 8, Funchal, 1950, pp. 145-179.

VERCI, G. B. — *Storia della marca trevigiana.* Venezia, 1786-91.

VERLINDEN, Charles. — *Lanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries.* Extrait de la «Revue belge de Philologie et d'Histoire», t. 36, n.º 4, Bruxelles, 1958, pp. 1173-1209.

— *Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au moyen-âge (Harfleur au XIV^e siècle Middelbourg au XIV^e et au XV^e).* Na «Revista Portuguesa de História», vol. 4, Coimbra, 1949, pp. 169-209.

VIEIRA, M. Higinio — *Descobrimento do arquipélago da Madeira. Estado actual do problema.* Introdução. Na «Revista da Faculdade de Letras», t. 6, Lisboa, 1939, pp. 209-35.

VON DOELLINGER, I. — *Materialen zur Geschichte des fünfzehnten und sechzehnten Jahrhunderts.* Regensburg, 1863.

VON FREISING, Otto. — *Chronicon.* Em «Monumenta Germaniae Historica, Scriptores», vol. 20, Hannover, 1868, pp. 263-66.

VITERBO, Sousa. — *D. Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha.* No «Arquivo Historico Portuguez», vol. 3, Lisboa, 1905, pp. 81 e ss.

— *A batalha de Toro.* Alguns dados e documentos para a sua monographia historica. Lisboa, 1900.

WADDINGUS, Lucas. — *Annales Minorum seu Trium Ordinum a S. Francisco Institutorum.* 3.^a ed., Quaracchi, 1931.

WALKENSTEIN, Nicolau Lanckmann de. — *Historia desponsationis Frederici III cum Eleonora Lusitanica*. Nos «Rerum Germanicarum Scriptores varii», t. 2, pp. 51 e ss.

WESEMBEECK, Albert de Burbure de. — *Le Portugal et la Fortune d'Anvers*. No «Boletim da Casa de Portugal», Antuérpia, 1936.

— *Les Belges au Portugal dans le Passé*. Lug. cit.

— *Une colonie portugaise à Ostende*. Lug. cit.

ZUNZUNEGUI, José. — *Los orígenes de las Misiones en las Islas Canarias*. Na «Revista Española de Teología», vol. 1, Madrid, 1941, pp. 361-408.

ZURARA, Gomes Eanes de. — *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*. Composta por... Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa segundo os manuscritos N.ºs 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, 1915.

— *Crónica dos feitos de Guiné*. Lisboa, 1949. Nas transcrições atemo-nos sempre a fotocópia do códice de Paris da mesma obra. Sob o título de *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné*, Paris, 1841; em transcrição modernizada, com notas, glossário e Introdução de José de Bragança, Porto, 1937, 2 tomos.

— *Chronica do Conde D. Pedro [de Menezes] continuada aa tomada de Cepta...* Na «Collecção de livros ineditos de historia portugueza», t. 2, Lisboa, 1792, pp. 213-635.

Nas transcrições desta obra reproduzimos o texto do ms. 439 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, com anotação das variantes do ms. B. 99 da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, ambos do séc. XVI, os mais antigos e melhores que se conhecem.

— [*Chronica do Conde D. Duarte de Menezes*] ou *Historia que fala dos feitos que fez o Illustre e muy nobre Caualeiro Dom Duarte de Menezes...* Na retrocit. Collecção, vol. 3, Lisboa, 1793, pp. 3-385.

ZURITA, D. Jeronimo. — *Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, parte 2, Zaragoza, 1579.



ÍNDICES

ÍNDICE CRONOLÓGICO

6 AGOSTO 1411. — Letras *Significarunt nobis*, do antipapa João XXIII, a ordenar ao abade do mosteiro de Santa Maria de Seiga tome as providências que lhe indica para que voltem ao convento de Cristo de Tomar os bens dele distraídos, segundo queixa do mestre e freires do dito convento p. 1

1 SETEMBRO 1411. — Letras *Cum pro nonnullis*, do antipapa João XXIII, dirigidas ao colector dos rendimentos da câmara apostólica em Portugal, a ordenar-lhe custeie as despesas de Nicolau, prior da Ordem do Santo Sepulcro, e de Lançarote de Portugal, enviados pontíficos a el-rei D. João I p. 2

1 OUTUBRO 1411. — Bula *Sincere deuotionis*, do antipapa João XXIII, dirigida a Lançarote de Portugal, a comunicar-lhe as providências tomadas para a liquidação das despesas por ele feitas em serviço da Santa Sé p. 4

1 OUTUBRO 1411. — Bula *Sincere deuotionis*, do antipapa João XXIII, a ordenar aos prelados de Braga, Porto e Évora dêem a Lançarote de Portugal aquilo a que ele tem direito, pelas despesas feitas em serviço da Igreja e noutras ocasiões e lugares p. 6

31 OUTUBRO 1411. — Tratado de Paz e de aliança perpétua, celebrado em Ayllon, entre os delegados de el-rei de Castela e de el-rei D. João I de Portugal, a ratificar por aquele depois de completados os 14 anos de idade p. 8

10 NOVEMBRO 1411. — Carta de el-rei D. João I, a doar o lugar de contador dos contos de Lisboa a Rodrigo Anes, contador do cardal da mesma cidade, a quem o prometera antes da partida deste para Roma p. 32

1411. — Concluído o Tratado de Paz entre Portugal e Castela, em 31 de Outubro de 1411, e pouco depois de regressarem a Portugal os representantes de el-rei D. João I, a rainha de Castela solicita-lhe auxílio para retomar a guerra contra Granada, no verão próximo p. 35

26 DEZEMBRO 1411. — Carta de João Sem Medo, duque de Borgonha, a outorgar privilégios aos mercadores, mestres de navios, marinheiros e súbditos dos reinos de Portugal e Algarve em Flandres, especialmente na cidade de Bruges p. 40

1412. — Após o Tratado de Paz com Castela, de 31 de Outubro de 1411, el-rei D. João I de Portugal oferece-se ao rei D. Fernando de Aragão para cooperar na conquista do reino mouro de Granada p. 48

ANTES DE 22 AGOSTO 1412. — El-rei D. João I manda o Prior do Hospital e o capitão Afonso Furtado à Sicília, cometer casamento à ex-rainha D. Branca com seu filho o infante D. Pedro, como estratagem para, a ida e à vinda, eles estudarem as condições militares de Ceuta p. 49

22 NOVEMBRO 1412. — Carta dos jurados e conselho de Iviça (Balears), dirigida a Fernando I, rei de Aragão, a rogar-lhe oia G. Roig e Bernardo Nicolau, a quem e a outros habitantes da ilha roubaram 10 cativos, levados por nau flamenga e por outra portuguesa a Génova, onde foram vendidos, e a suplicar-lhe faça o possível por que sejam restituídos a seus donos p. 53

23 NOVEMBRO 1412. — Carta dos jurados e conselho de Iviça ao rei de Aragão sobre nau portuguesa que passou recentemente por Iviça e roubou dois cativos mouros p. 54

20 AGOSTO [1412-15]. — Carta de el-rei D. João I a D. Fernando de Aragão, a comunicar-lhe que envia Antão Martins, seu servidor, portador da presente, que vai tratar de coisas do serviço régio e próprias, e a rogar-lhe lhe dê facilidades, nomeadamente para passar a outras partes p. 55

23 JANEIRO 1413. — Carta de el-rei D. João I, a fazer mercê ao infante D. Henrique, a pedido deste, de dívida contraída por João de Évora, contador do infante, por desvio de parte da renda da sisa dos panos de cor da cidade de Lisboa p. 57

10 MAIO 1413. — Bula *Apostolatus officium*, do antipapa João XXIII, dirigida a Aimaro de Aureliaco, professo da Ordem Franciscana, a nomeá-lo bispo de Marrocos, por morte de D. Fr. Diego de Jerez p. 58

24 MAIO 1413. — Carta do infante D. Henrique, a dar por quite João de Évora, seu contador, da dívida acima referida p. 60

8 JUNHO 1413. — Carta de João Scrivá, governador do reino de Valência, dirigida ao rei de Aragão, sobre o português Pero Eanes, mandado submeter a tortura, por lhe haverem encontrado cartas suspeitosas e prejudiciais ao monarca p. 61

15 JUNHO 1413. — Carta dos jurados de Valência a Fernando I de Aragão, em defesa do governador, por este haver procedido contra o português Pero Eanes, pelo que fora censurado pelo monarca . . . p. 63

[1413]. — Carta de João Toreyó, mercador de Maiorca, ao bailio geral de Valência sobre aprisionamento, a 20 milhas de Iviça, de nau portuguesa com 90 mouros peregrinos que seguiam para Bugia p. 64

9 SETEMBRO 1413. — Carta do bailio geral de Valência a Fernando I de Aragão, a solicitar-lhe autorize a libertação dos mouros a que se refere o documento anterior, por possuírem a devida licença . . p. 65

25 SETEMBRO 1413. — Carta da rainha de Aragão a Fernando I, a rogar-lhe tome para seu serviço ou a autorize a tomar Álvaro Mendes, filho de Lourenço Mendes, chegado do reino de Portugal, por queixas que dele tivera o monarca português, o qual era copeiro-mor da infanta e desejava viver com o rei aragonês p. 66

7 OUTUBRO 1413. — Carta dos cônsules da vila de Perpignano, a comunicar ao rei de Aragão, entre outras coisas, haver chegado ali um gentil-homem português, Gomes Pais, que se lhes tornara suspeito; pelo que, detido, apuraram segue para Itália, enviado por D. Afonso I, primogénito do rei de Portugal, com cartas de crença para um bispo e para João de Malatesta e com instruções sobre contrato de casamento, de que é promotor Bernardo de Fortia, entre o dito D. Afonso e a duquesa de Milão p. 67

13 OUTUBRO 1413. — Carta do primogénito de Aragão a D. Fernando I, seu pai, a remeter-lhe carta do rei de Portugal . . . p. 69

25 OUTUBRO 1413. — Carta de João Otger, governador de Iviça, a Fernando I de Aragão sobre nau portuguesa detida em Setembro por nau castelhana e por galera maiorquina, a qual transportava 85 mouros de Valência para Bugia com seguro do bailio geral de Valência e foi levada para Maiorca p. 70

19 DEZEMBRO 1413. — Letras *Pij patris affectu*, do antipapa João XXIII, dirigidas ao Dr. Nicolau de Lapis, colector apostólico nos rei-

nos de Portugal e Algarve, a ordenar-lhe não obrigue o mestre e freires da Ordem de Cristo a pagar a quota das dizimas imposta ao clero de Portugal, pois eles têm colocado seus bens e pessoas ao serviço da Igreja nas guerras contra os cismáticos p. 71

[1413-1414]. — Festejos promovidos em Coimbra pelo infante D. Pedro a seu irmão D. Henrique e por este em Viseu àquêle, antes da ida para Ceuta p. 73

24 MARÇO 1414. — Carta de el-rei D. João I ao corregedor da cidade de Lisboa, em que, a pedido da câmara da mesma cidade, proíbe levar a terra de mouros pão, castanha, avelãs, nozes e outros mantimentos, e ainda aço, ferro e armas, sob pena de morte e confiscação de navios e bens dos infractores. p. 76

28 MARÇO 1414. — Carta de el-rei D. João I, a ordenar aos almoxarifes e escrivães da alfândega de Lisboa e do armazém do Porto que não mais se tome conta aos mercadores e donos de navios dos fretes, mas apenas se lhes exija juramento sobre o assunto e se lhes receba o livro da carga, e a dar providências para se arrecadarem os direitos dos nacionais e estrangeiros e observarem as leis sobre importações e exportações ou sacas p. 77

[1414 ?]. — Parecer do infante D. Henrique sobre a conquista de Ceuta e resolução de el-rei D. João I de a tomar p. 79

[1414]. — O infante D. Henrique, por ordem do pai, transmite a seus irmãos a resolução régia da conquista de Ceuta, e el-rei D. João I, a pretexto de embaixada à rainha da Sicília, resolve mandar estudar as condições estratégicas da praça a conquistar p. 81

[1414]. — Preparativos da armada para a conquista de Ceuta, ordenados por el-rei D. João I p. 83

[JUNHO 1414]. — Reunião de el-rei D. João I com seus conselheiros em Torres Vedras para tratarem do feito de Ceuta e pedido que ao monarca fez antes dela, em Lisboa, o infante D. Henrique p. 85

[1414]. — Organização da armada com navios nacionais e estrangeiros por el-rei D. João I para o assalto a Ceuta p. 87

[1414-1415]. — Convite de el-rei aos fidalgos, azáfama de preparativos e boatos que corriam no país sobre o destino da armada p. 90

16 SETEMBRO 1414. — Convite de João I, duque de Bourbon, aos infantes D. Pedro e D. Henrique de Portugal, para se baterem com ele e com mais 16 cavaleiros e escudeiros, em satisfação de voto que fizera e a fim de evitar a ociosidade, etc. p. 93

26 SETEMBRO [1414]. — Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a conceder ao cavaleiro João Vasques de Almada possa trazer dali para o rei de Portugal, seu irmão caríssimo, 400 lanças p. 95

12 OUTUBRO 1414. — Carta de Fernando I, rei de Aragão, a D. João I de Portugal, a solicitar-lhe providências, em razão das tomadias e malefícios praticados por súbditos portugueses em terras castelhanas depois do tratado de paz com Castela e sobretudo pelos habitantes de Valverde, que ultimamente destruíram aldeia do Mestre de Alcântara, seu filho p. 96

9 NOVEMBRO [1414]. — Carta de el-rei D. João I, dirigida a D. Fernando, rei de Aragão, em resposta a outra dele, em que historia as negociações havidas entre Portugal e Castela após as pazes, por causa de Valverde, único ponto discutido, e a propor se delimite ali definitivamente a fronteira p. 97

[1414]. — Alvorço em Castela pelos preparativos de armada em Portugal; resolução de enviar embaixada a D. João I para que este jure o Tratado de Paz de 1411, como prova real do seu pacifismo a respeito do país vizinho p. 100

[1414]. — Embaixada de Castela a Portugal, constituída pelo bispo de Mondonhedo e por Dia Sanches de Benavides, para juramento por el-rei D. João I e seus filhos do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, então firmado pelos procuradores das duas nações p. 103

[28 NOVEMBRO 1414]. — Memorial dado por D. Fernando, rei de Aragão, a mossem Suero de Nava e ao Dr. Dalman de Sant Dionis, seus conselheiros e embaixadores a el-rei de Portugal, à rainha e a D. Nuno Álvares Pereira, com os assuntos que com eles hão de tratar, pois receia que a armada portuguesa em preparação se dirija contra o seu reino da Sicília p. 107

28 NOVEMBRO 1414. — Carta credencial do rei de Aragão a D. João I de Portugal, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros mossem Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, e a solicitar-lhe dê plena fé a tudo o que da sua parte lhe disserem. p. 109

28 NOVEMBRO 1414. — Carta credencial do rei de Aragão, D. Fernando, à rainha D. Filipa de Lencastre, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, e a solicitar-lhe dê plena fé a tudo o que da sua parte lhe disserem p. 109

28 NOVEMBRO 1414. — Carta credencial de D. Fernando, rei de Aragão e de Sicília, a D. Nuno Álvares Pereira, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, por ele enviados ao rei de Portugal, e a solicitar-lhe dê plena fé e cumpra por obra o que da sua parte lhe disserem p. 110

5 DEZEMBRO 1414. — Carta de João Mercader, bailio geral de Valência, ao rei de Aragão, a dizer-lhe que lhe envia pelo mesmo correio o depoimento obtido do patrão e mercador de nau de Castela ali chegada de Portugal sobre o que sabiam da armada deste país e da finalidade dela p. 111

[1414]. — Embaixada de el-rei D. Fernando de Aragão a Portugal, em razão do aprestamento da armada, e oferecimento de serviços de estrangeiros a D. João I. p. 112

[1414 ?]. — Embaixada do rei de Granada a Portugal pelo mesmo motivo do receio da finalidade da armada portuguesa em preparação p. 117

2 JANEIRO 1415. — Juan Otger, escrevendo de Iviça a Fernando I de Aragão, pede-lhe o informe da chegada das naus de Portugal; pois, como tem noticia de que se preparam os portugueses para avançar para alguma parte de levante, a ilha de Iviça, que lhes fica no caminho, está a preparar-se contra qualquer possível ataque, o que lhe ocasiona avultadas despesas p. 120

9 JANEIRO [1415]. — Carta da rainha D. Filipa de Lencastre ao rei de Aragão, seu sobrinho, em resposta à que ele lhe mandara por mossem Suero de Nava, cavaleiro, e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, seus embaixadores a el-rei de Portugal, na qual lhe assegura que nunca el-rei seu marido, que sobre o assunto lhe escreve o bastante, fará qualquer coisa contra ele p. 121

10 JANEIRO 1415. — Carta de el-rei D. João I, de quitação a João Roiz, seu escudeiro, ichão da rainha, das despesas que ele fizera com o

bispo de Mondonhede e com Dia Sanches de Benavides, embaixadores da rainha de Castela a Portugal, cuja alimentação o monarca custeou p. 122

20 JANEIRO [1415]. — Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a ordenar às autoridades do porto de Londres que, tendo autorizado Álvaro Vasques de Almada a equipar vários homens de armas e a comprar no país 350 lanças para o serviço de el-rei de Portugal, lhes dêem livre trânsito, com dispensa de todos os direitos p. 123

12 FEVEREIRO 1415. — Carta do embaixador Martinho de Torres a D. Fernando, rei de Aragão, sobre vários assuntos respeitantes ao reino da Sicília, nomeadamente acerca dos preparativos de defesa dos sicilianos contra a armada de Portugal, que julgavam ir contra aquele reino p. 124

23 FEVEREIRO 1415. — Carta de Guilherme Mir a Fernando I, rei de Aragão, a dizer-lhe, entre outras coisas, que os reis de Portugal e de Inglaterra preparam muitos soldados, naus e artilharia para fins que ele ignora e que lhe transmitirá de palavra outras notícias que tem de Portugal p. 126

[FEVEREIRO-JUNHO 1415]. — Por ordem de seu pai, el-rei D. João I, o infante D. Henrique segue para o Porto, a preparar ali a armada p. 127

22 MARÇO 1415. — Carta de Fernando I, rei de Aragão, a el-rei D. João I de Portugal, a acusar a recepção da carta que lhe mandou por seus embaixadores e a agradecer-lhe a maneira como ele os recebeu e acolheu e ainda a boa resposta, aliás já esperada, visto o parentesco e a amizade existentes entre as duas casas régias p. 130

3 ABRIL 1415. — Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a seu servidor Ruy Dias de Vega, a ordenar-lhe se informe sobre quantos pilotos leva consigo, na armada, o rei de Portugal, qual a sua naturalidade e linguagem, quais virtualhas e mercadorias transporta e ainda sobre todas as demais circunstâncias p. 131

23 ABRIL [1415]. — Relatório do espião castelhano Ruy Dias de Vega ao rei D. Fernando I de Aragão, redigido em Lisboa, a dar-lhe minuciosa notícia, entre outras coisas, dos preparativos da armada que então se organizava em Portugal, dos navios de que se compunha, com indicação da respectiva origem, tonelagem, tripulação e soldo, dos boatos que corriam no país a propósito do seu destino, nomeadamente contra o reino da Sicília, e a oferecer-se para obter a retirada imediata dos barcos de Espa-

nha e para lançar fogo a todos os restantes fundeados no Tejo, se a seu monarca assim aprouver, o que considera feito de fama . . . p. 132

18 MAIO 1415. — Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a Ruy Dias de Vega, a acusar a que ele enviara, a ordenar-lhe escreva tudo por largo e a comunicar-lhe que lhe remete a solicitada carta da rainha . . . p. 146

27 MAIO 1415. — Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a el-rei D. João I de Portugal, a comunicar-lhe haver recebido sua carta, enviada pelo deão seu mensageiro e por seu secretário, a quem ouviu de sua parte e com eles concordou certos capitulos, como os próprios lhe referirão largamente . . . p. 147

[JUNHO-JULHO 1415]. — Por mandado de el-rei D. João I seu pai, o infante D. Henrique parte do Porto com a frota ali organizada e fundeia em frente do Restelo . . . p. 148

[JUNHO-JULHO 1415]. — Recebe o infante D. Henrique notícia da grave doença de sua mãe, a rainha . . . p. 151.

[JULHO 1415]. — Entrega das espadas pela rainha D. Filipa de Lencastre aos infantes seus filhos, nas vésperas da partida destes para Ceuta . . . p. 152

Como o infante D. Henrique cumpriu os desejos da mãe, na protecção dispensada a fidalgos e cavaleiros . . . p. 155

Recomendações da rainha D. Filipa a seus filhos D. Pedro e D. Henrique e alusão do cronista à atitude do segundo nos precedentes de Alfaro-beira . . . p. 156

[19-25 JULHO 1415]. — Os infantes vão a Alhos Vedros conferenciar com el-rei seu pai sobre seguir a armada para Ceuta imediatamente ou não, após o que reúnem no Restelo com membros do Conselho Régio . . . p. 158

21 JULHO 1415. — Os infantes voltam para o Restelo, jantam com o infante D. Henrique na galé deste, tiram o luto, mandam embandeirar os barcos festivamente, com espanto das tripulações e da cidade, que se entre-têm em comentários vários sobre a mudança rápida do cenário . . . p. 161

23-25 JULHO 1415. — El-rei segue, em 23, de Alhos Vedros para o Restelo na galé do conde de Barcelos, onde se lhe juntam os infantes, e no

dia seguinte ancora com sua frota junto de Santa Catarina, para recolher o pessoal mais facilmente, a qual levantou ferro em 25 . . . p. 163

24 JULHO [1415]. — Carta de João Gomes da Silva, alferes-mor de el-rei D. João I, ao arcebispo de Santiago, seu amigo, a agradecer-lhe os informes recebidos, que transmitiu ao monarca, a dizer-lhe qual a composição da armada e ainda, com autorização régia, que ela se dirige contra os mouros de Belamarim (Marrocos) . . . p. 164

26-27 JULHO 1415. — A armada desce a costa, dobra o Cabo de S. Vicente, onde presta honras às relíquias daquele santo, e fundeia em Lagos, na noite de sábado . . . p. 165

28 JULHO 1415. — O franciscano Mestre Fr. João Xira prega em Lagos ao pessoal da armada, perante el-rei e os infantes seus filhos . . . p. 165

28 JULHO [1415]. — Carta de Ruy Dias de Vega, servidor e espião do rei de Aragão, escrita de Sacavém àquele monarca, a comunicar-lhe o enterro da rainha de Portugal e o que depois succedeu, especialmente com a partida da armada portuguesa, cujo destino supõe ser Gibraltar ou Ceuta . . . p. 166

28 JULHO 1415. — Mestre Fr. João Xira promulga a bula da cruzada e absolve todos os presentes de culpa e pena . . . p. 168

31 JULHO-10 AGOSTO 1415. — Parte a armada de Lagos para Faro, onde demora até 7 de Agosto, por motivo de calmaria, segue então viagem, e vai aproar a Algeciras na tarde do dia 10, crente ainda o pessoal de que seguia contra a Sicília . . . p. 169

6 AGOSTO [1415]. — Carta do arcebispo de Santiago ao rei de Aragão, a enviar-lhe inclusas outras recebidas de Portugal com notícias sobre a armada portuguesa e seu destino, nomeadamente a de João Gomes da Silva, a comunicar-lhe que o conde D. Fradique tornou a Santiago e partiu para Baiona de Minho e ainda a prometer que o duque e marechal alemães serão bem recebidos . . . p. 170

12 AGOSTO 1415. — Iniciada a viagem para Ceuta, grande cerração e impetuosas correntes a estorvaram, lançando as naus em direcção a Málaga, menos a de Estêvão Soares de Melo, as galés, fustas e navios pequenos que, naquele dia, ancoraram diante de Ceuta . . . p. 172

[12 AGOSTO 1415]. — Satisfação, por el-rei D. João I, nas imediações de Ceuta, a pedido que seu filho o infante D. Henrique lhe havia feito em Lisboa, antes da reunião de Torres Vedras . . . p. 172

[12-16 AGOSTO 1415]. — Escaramuça dos mouros com os barcos que primeiro se aproximaram da cidade de Ceuta; em 14 manda D. João I o infante D. Henrique buscar o infante D. Pedro na sua galé e ordenar que todo o resto da frota se aproxime do monarca . . . p. 174

[15-19 AGOSTO 1415]. — Como a frota, por via da tormenta, torna outra vez a Algeciras e como, ao dobrar o cabo de Almina, as galés correm perigo . . . p. 176

[15-19 AGOSTO 1415]. — Vendo Saláh ben Saláh como a frota retirara, despediu os alarves do interior, que tinha chamado em seu socorro, calculados em 100.000, o que veio a facilitar a conquista da cidade pelos cristãos, e el-rei torna a mandar o infante D. Henrique chamar as naus, em cuja ida socorre uma que se desfazia . . . p. 177

[19 AGOSTO 1415]. — Reunião do Conselho com el-rei, em que se dividem as opiniões, propondo uns que voltem para Portugal, outros que se tome Gibraltar e outros enfim, no número dos quais os infantes, que se tome Ceuta . . . p. 178

[19 AGOSTO 1415]. — Em remate das opiniões do Conselho, el-rei manda juntar a frota na Ponta do Carneiro e ali resolve ir sobre a cidade de Ceuta . . . p. 178

[20 AGOSTO 1415]. — O infante D. Henrique aproxima-se da cidade de Ceuta e seus escudeiros manifestam-lhe apreensões acerca da manobra da frota, ordenada por el-rei . . . p. 180

[20 AGOSTO 1415]. — O infante D. Henrique responde a seus escudeiros e sua frota chega à cidade de Ceuta . . . p. 182

[20 AGOSTO 1415]. — O infante D. Henrique desembarca na praia de Ceuta e começa a combater os mouros . . . p. 183

[20 AGOSTO 1415]. — Os infantes D. Duarte e D. Henrique tomam posições dentro da vila . . . p. 185

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante D. Duarte foi tomar a altura do Cesto e D. Henrique se tornou para a Rua Direita . . . p. 186

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante D. Henrique tornou à Rua Direita e das coisas que ali fez p. 188

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante D. Henrique ali pelejou com os mouros e como Fernão Chamorro foi derrubado p. 190

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante D. Henrique e alguns poucos homens estiveram duas horas entre aqueles muros, cercados de mouros p. 192

[20 AGOSTO 1415]. — Como todos pensavam que o infante D. Henrique era morto e como ninguém ousava passar aquela porta, com temor dos mouros que estavam em cima dos muros p. 193

[20 AGOSTO 1415]. — Garcia Moniz atreve-se a transpor aquela porta para ir buscar o infante p. 195

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante regressou ao local em que estivera e como os mouros abandonaram totalmente o castelo p. 197

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante D. Henrique chegou aonde estavam seus irmãos e como foi morto Vasco Fernandes de Ataíde p. 199

[20 AGOSTO 1415]. — Como el-rei mandou chamar o infante D. Henrique e como lhe falou em armá-lo cavaleiro, honra que o infante não aceitou antes de conferida também a seus irmãos p. 200

[21 AGOSTO 1415]. — Como João Vaz de Almada foi hastear a bandeira da cidade de Lisboa sobre as torres do castelo de Ceuta e como o conde D. Pedro de Meneses, alferes do infante D. Duarte, hasteou a deste na torre de Fez p. 202

[21 AGOSTO 1415]. — El-rei D. João I comunica a tomada de Ceuta a Martim Fernandes Portocarreiro, alcaide de Tarifa p. 204

[AGOSTO 1415]. — Após a conquista de Ceuta, el-rei D. João I manda João Escudeiro, homem de sua casa, comunicar o facto ao rei de Aragão p. 206

25 AGOSTO 1415. — Os Altos Infantes são armados cavaleiros solenemente na mesquita maior de Ceuta, transformada em igreja cristã, com as espadas que a mãe moribunda lhes entregara, e eles, por sua vez, armam outros p. 207

28 AGOSTO [1415]. — Carta do Patriarca de Constantinopla, Administrador perpétuo do arcebispado de Sevilha, ao rei de Aragão, a enviar-lhe junto traslado de carta que recebera de Martin Fernandes Portocarrero, Senhor de Moguer e alcaide da vila de Tarifa, a comunicar-lhe a conquista de Ceuta por el-rei de Portugal p. 209

2 SETEMBRO 1415. — El-rei D. João I nomeia capitão para guarda e defesa da cidade de Ceuta, antes de retirar para Portugal p. 210

2 SETEMBRO 1415. — Guarnição que ficou em Ceuta, sob a capitania de D. Pedro de Meneses, alferes que era do infante D. Duarte, a seu próprio pedido p. 213

2 SETEMBRO 1415. — Determina el-rei o regresso da frota ao reino, comunica ao conde D. Pedro de Meneses que tenciona voltar ali em Março seguinte, a prosseguir a conquista, apenas iniciada, e recomenda-lhe o pessoal que fica em Ceuta p. 215

2 SETEMBRO 1415. — Zarpa a frota de Ceuta e fundeia em Tavira, onde el-rei D. João I nomeia solenemente duques seus filhos D. Pedro e D. Henrique, o primeiro de Coimbra e o segundo de Viseu p. 217

DEPOIS DE 2 SETEMBRO 1415. — Ordenação de el-rei D. João I sobre os que foram na armada de Ceuta e ficaram lá por seu serviço, a providenciar sobre dívidas deles, demandas, vendas de bens, arrendamentos e prazos e ainda sobre a comutação das penas de morte, de mutilação, etc., a que haviam sido condenados os homiziados que ficaram naquela cidade, incluída na confirmação de el-rei D. Afonso V, ambas sem data p. 218

13 SETEMBRO 1415. — Carta de João Mercader, bailio geral de Valência, a comunicar a Fernando I, rei de Aragão, a tomada de Ceuta por el-rei D. João I de Portugal em 21 de Agosto último, a dizer-lhe que fará o que possa sobre o assunto do florão da coroa real, etc. p. 222

18 OUTUBRO 1415. — Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, escrita de Perpilhão, a el-rei D. João I, a acusar a carta em que lhe notificara a tomada de Ceuta aos mouros, no que teve singular prazer, por ser coisa que respeita ao serviço de Deus e exaltação da fé católica, a que todos os cristãos e especialmente reis e príncipes são obrigados, e não pouco aumento de sua honra e fama, e a comunicar-lhe que estivera muito doente, mas se acha já em convalescença p. 224

20 OUTUBRO [1415]. — Carta credencial de el-rei D. João I a D. Fernando, rei de Aragão, de apresentação de Álvaro Gonçalves da Maia, vedor de sua casa, que envia para falar com ele sobre algumas coisas e a rogar-lhe o atenda e lhe dê crédito no que lhe disser da sua parte p. 225

20 OUTUBRO [1415]. — Carta de el-rei D. João I a D. Fernando I, rei de Aragão, a convidá-lo para, com a cooperação de Castela, empreenderem, por serviço de Deus e libertação da Espanha, a conquista do reino de Granada, por ser ocasião propícia, atenta a paz existente entre Aragão, Castela e Portugal e dado o isolamento dos granadinos a respeito dos mouros de Belamarim e de Marrocos pela recente conquista de Ceuta, como lhe notificara noutra carta, enfraquecidos ademais os marroquinos por fome e peste, e a dar-lhe instruções para, em sua ausência, não perigar a sua suzerania no Aragão p. 227

23 OUTUBRO 1415. — Resposta dos infantes D. Pedro e D. Henrique ao convite ou desafio que, em 16 de Setembro de 1414, lhes fizera D. João I, duque de Bourbon, para se baterem com ele e mais 16 cavaleiros e escudeiros, primeiro protelado para depois do regresso de Ceuta e agora ainda impedido por aguardarem o bom tempo para a conquista de mais algumas cidades e vilas dos sarracenos, mas não arrumado de vez, pois terão muita satisfação em o aceitar p. 229

18 NOVEMBRO [1415]. — Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, a Abū Saïd Utmán, rei de Benamarim e de Fez, a estranhar-lhe que ele maltrate súbditos aragoneses e outros cristãos residentes em seus reinos, dando como motivo a conquista de Ceuta pelos portugueses, o que equivale a condenar os inocentes pelos pecadores ou por quem lhe causou dano, e a rogar-lhe se abstenha de o fazer e dê facilidades aos que desejem regressar a Castela ou a Aragão, procedendo com eles com justiça e razão e como desejaria que ele, em semelhante caso, procedesse com os marroquinos p. 231

26 NOVEMBRO 1415. — Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, ao rei de Benamarim e de Fez, a estranhar-lhe que, por ordem sua, seus almozarifas, alcaides e demais oficiais tenham tomado a mercadores catalães e castelhanos residentes em seus reinos, sem motivo, dinheiros, bens e roupas, achando-se aliás em paz os ditos reinos, e a rogar-lhe que lhes sejam restituídos p. 233

20 DEZEMBRO 1415. — Carta de el-rei D. João I, a dar a escrivania da audiência dos homens do mar, pertencente à Câmara de Lisboa, a Martim Anes, criado do infante p. 234

1415-1416. — Expedições portuguesas às Ilhas Canárias e para além deste arquipélago, ordenadas pelo infante D. Henrique . . . p. 235

21 JANEIRO [1416]. — Carta de el-rei D. João I a el-rei de Aragão a comunicar-lhe que manda ao Concílio de Constança e ao Imperador a D. Fernando de Castro, Álvaro Gonçalves de Ataíde, o Dr. Gil Martins e o Dr. Vasco Peres ou Pires, como seus embaixadores, a rogar-lhe os tenha em sua guarda e encomenda, enquanto forem em seu território, e lhes passe carta para poderem transitar livremente pessoas e coisas, a qual carta entregará a Constantinopla, seu arauto . . . p. 238

16 FEVEREIRO 1416. — Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Henrique a alcaidaria-mor da cidade de Viseu, enquanto for sua mercê, e todos os rendimentos, foros, censos, emprazamentos, tributos, pensões, frutos, novos da cidade e termo, reservadas apenas ao monarca as sisas gerais, as imposições ou sisas dos vinhos e o serviço novo dos judeus . . . p. 239

18 FEVEREIRO 1416. — Carta de el-rei D. João I, a comunicar ao país haver confiado ao infante D. Henrique o provimento e defesa da cidade de Ceuta e a ordenar aos oficiais régios façam e dispendam quanto lhes ele mandar por suas cartas e alvarás, como se estes dimanassem do próprio monarca . . . p. 240

18 FEVEREIRO 1416. — Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Pedro seu filho, enquanto sua mercê for, o castelo da cidade de Coimbra com todos os rendimentos, direitos, foros, censos, emprazamentos, tributos, pensões, frutos, novos e demais rendimentos régios da cidade e termo, reservadas porém ao monarca as sisas gerais, as imposições dos vinhos e o serviço novo dos judeus, devendo o infante fazer-lhes preito e homenagem pelo castelo . . . p. 242

25 MARÇO 1416. — Por ordem do antipapa Bento XIII, a sua Câmara Apostólica dá, a título de esmola, aos franciscanos Pedro de Perna e João de Baeça, que devem passar à ilha de Canária por mandado do mesmo pontífice, 45 soldos barceloneses . . . p. 243

29 MARÇO 1416. — Carta de D. Fernando, rei de Aragão e de Sicília, a el-rei D. João I de Portugal, a acusar a carta que este lhe enviara por Álvaro Gonçalves da Maia, a propor-lhe a prossecução da conquista do reino de Granada e a responder-lhe que, por ser coisa que toca principalmente ao rei de Castela, seu neto, vai comunicar o assunto à rainha, mãe daquele, a quem escreve juntamente com Álvaro Gonçalves . . . p. 244

29 MARÇO 1416. — Carta da rainha de Aragão a el-rei D. João I sobre a proposta por este feita a seu marido para a conquista do reino de Granada, a louvar-lhe a boa e grande intenção que mostra em desejar o extermínio da religião cristã e o extermínio dos infiéis, conformemente aos anelos do rei aragonês, pelo que receberá de Deus merecimento e remuneração eterna e, neste mundo, como aliás já auferir, fama, renome e singular glória; e a assegurar-lhe que, dando Deus saúde a seu marido, ele irá a Castela, conferenciar com a rainha, logo que possa, sobre o assunto que lhe propôs e sobre outros, após o que se encontrará com o rei de Portugal p. 245

29 MARÇO 1416. — Por mandado do antipapa Bento XIII, a sua Câmara Apostólica dá, a título de esmola, aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, para sua provisão, a começar em 29 do citado mês, 3 florins aragoneses p. 246

1 ABRIL 1416. — Letras *Pia fidelium uota*, do antipapa Bento XIII, dirigidas aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, a conceder-lhes, a seu pedido, licença para fundarem casa na ilha de Forteventura, do arquipélago das Canárias e da diocese Rubicense p. 247

1 ABRIL 1416. — Bula *Prouenit ex uestre deuocionis*, do antipapa Bento XIII, dirigida aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, residentes na casa que lhes permitiu construir na ilha de Forteventura, Canárias, a conceder, a pedido dos mesmos, indulgência plenária em artigo de morte aos próprios, a confrades seus e a seis familiares que habitem a referida casa durante dez anos p. 248

1 ABRIL 1416. — Letras *Ad ea libenter*, do antipapa Bento XIII, dirigidas ao bispo de Rubião (Canárias), a ordenar-lhe ponha à disposição dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, a quem autorizou a fundar casa na ilha de Forteventura, os animais de que eles necessitem para construção da mesma p. 250

1 ABRIL 1416. — Bula *Deuocionis sinceritas* do antipapa Bento XIII, a conceder, a pedido dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, que possam os religiosos residentes na sua casa da ilha de Forteventura eleger anualmente de entre si guardião, a confirmar pelo Capítulo Provincial da Província franciscana de Castela ou pelo seu Ministro, que este nomeie Visitador e ainda a permissão de escolherem confessor idóneo para os absolver p. 251

1 ABRIL 1416. — Bula *Ad ea que*, do antipapa Bento XIII, em que, a pedido dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, lhes concede e

a seus sucessores na casa de Forteventura, Canárias, possam pedir e receber esmolas, por si ou por outrem, no reino de Castela, com autorização dos ordinários do lugar e segundo o parecer deles, para sustento do culto divino e dos religiosos p. 252

6 ABRIL 1416. — A Câmara Apostólica do antipapa Bento XIII concede aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, para provisão deles, 4 florins, a somar aos 3 outorgados em 29 de Março anterior p. 254

13 ABRIL 1416. — Bula *Justis petentium desideriis* do antipapa Bento XIII, dirigida ao arcebispo de Sevilha, ao bispo de Rubicão (Canárias) e ao dilecto filho oficial de Sevilha, a confirmar a licença que dera aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça para fundarem casa na ilha de Forteventura (Canárias), da diocese Rubicense . . . p. 254

12 MAIO 1416. — A Câmara Apostólica do antipapa Bento XIII pagou mais 5 florins aragoneses aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, para sua provisão, a começar do dia 11 do dito mês . . . p. 256

7 JULHO 1416. — Letras *Ad ea libenter*, do antipapa Bento XIII, dirigidas aos arcebispos de Sevilha e de Toledo, a ordenar-lhe entreguem aos operários que hão-de construir a casa franciscana da ilha de Forteventura, Canárias, até 1.000 florins aragoneses, deduzidos das dispensas matrimoniais de sua província eclesiástica, da comutação de votos e de outras esmolas disponíveis p. 257

8 AGOSTO 1416. — Aforamento pela igreja de S. Estêvão de Alfama, da cidade de Lisboa, a João Rodrigues de Amorim, em três vidas, de casas sitas na mesma freguesia, as quais partem com João Martins, mestre dos tréus, por seis libras da moeda antiga p. 258

6 NOVEMBRO 1416. — Carta de el-rei D. João I, a legitimar João Fernandes Homem, filho de Fernão Vasques, clérigo de missa, residente em Bretiande, e de Maria Anes, solteira p. 260

30 NOVEMBRO 1416. — Instrumento notarial relativo à compra feita por João de Lisboa, corrector, a Maria Perestrela, residente na cidade de Lisboa, para o infante D. Henrique e em seu nome, de vinte tonéis de vinho por 141.400 libras, já entregues estas mas não aqueles . . . p. 260

16 JUNHO 1417. — Carta de el-rei D. João I, a doar, de juro e herdade, a mosem João de Pomar, cavaleiro, seu servidor, pelo muito serviço

dele recebido, o castelo de Larotona e seus termos, junto da cidade de Ceuta, reservados ao monarca o senhorio, correição e alçadas . p. 262

10 JULHO 1417. — Carta de el-rei D. João I, a providenciar sobre o pagamento a D. Leonor da Cunha, mulher de D. João de Castro, das terras de Tarouca, Valdigem e Lalim, pelo monarca adquiridas por 2.281.800 libras para património do infante D. Henrique, e das quais tomara posse em 1 de Março de 1413, etc. p. 263

12 JULHO [1417]. — Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a comunicar a seus almirantes que autorizara o cavaleiro Pedro Lobato, enviado do rei de Portugal seu tio, a levar 300 lanças destinadas ao infante D. Henrique, filho daquele, para guerrear os incrédulos e inimigos da fé cristã, e ainda armadura completa para ele, o que tudo isenta de direitos p. 266

14 JANEIRO 1418. — Carta de el-rei D. João I, a doar a João Pereira, seu criado, escudeiro do infante D. Henrique, pelos muitos e estre-mados serviços dele recebidos, para si e herdeiros, todas as quintas, casais, herdades, bens, terras e heranças de Bulhões, em Ceuta, com seus rendi-mentos, direitos, tributos, foros, pertenças e jurisdições . . . p. 267

18 JANEIRO 1418. — Carta de el-rei D. João I, a legitimar Aparício Vasques, cantor do infante D. Henrique, filho de Vasco Gonçalves de Sor-telha, clérigo de missa, e de Maria Antoninha, mulher solteira . . p. 268

22 JANEIRO 1418. — Doação pelo imperador Sigismundo ao infante D. Pedro, duque de Coimbra, da marca de Treviso, em feudo, para ele, filhos e herdeiros legítimos por via masculina, com as províncias, cidades, terras, castelos, etc., com todos os direitos, jurisdições, mero e misto impé-rio, de que tomou posse o nobre varão e governador da casa do dito infante Álvaro Gonçalves de Ataíde p. 269

22 FEVEREIRO 1418. — Letras *Quoniam ut ait apostolus*, do papa Martinho V, dirigidas a todos os cristãos, a recomendar-lhes ajudem com esmolas Pedro e Bartolomeu, frades da Ordem de S. Antão da Etiópia, que, em reverência e honra da Santa Igreja e na esperança e no intuito da sua unidade, com grandes perigos, trabalhos e despesas, tinham vindo ao con-cílio geral de Constança, e a outorgar graças espirituais, durante três meses, a quem os auxiliar no regresso a sua terra p. 274

27 FEVEREIRO [1418]. — Carta do imperador Sigismundo, a doar ao infante D. Pedro, duque de Coimbra e seu feudatário, como senhor da

marca de Treviso a pensão anual de 20.000 ducados ou florins da Hungria, da sua câmara régia, para ele e descendentes, caso o infante passe à corte do Império, a deduzir depois dos rendimentos da marca trevisana p. 275

4 ABRIL 1418. — Súplicas de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe: a) as remissões, indulgências e graças da Terra Santa para si e seus filhos e para os fiéis que desejem coadjuvã-lo na prossecução da luta contra os infiéis, — concedidas aos que forem ou mandarem outrem em seu lugar; b) que dois prelados ou dois sacerdotes escolhidos pelo monarca possam administrar os Sacramentos a quem seguir na armada, — concedido a dois prelados; c) que possam os habitantes de Ceuta e as pessoas que lá forem tratar e comerciar com os sarracenos, na compra e venda de tudo, nomeadamente de víveres, pois deseja o monarca reduzi-los à fé cristã, por amor ou temor, — concedido quanto a víveres; d) que outorgue e ordene a algum prelado «in partibus» que, na outrora mesquita principal dos sarracenos, boa para o efeito, erija igreja catedral e sé episcopal, com cabido e outras insignias próprias de cidade, — cometido aos arcebispos de Braga e de Lisboa; e) que se digne conceder dispensa a seus filhos e filhas em geral de qualquer impedimento, em grau não proibido pela lei divina, para poderem contrair matrimónio com filhos ou filhas dos reis de Castela, de Inglaterra, de Aragão e de Navarra e com outros homens ilustres e, não desejando outorgar dispensa assim geral, ao menos para seu segundo e terceiro filhos e para Isabel sua filha, pois o primogénito já a obtivera, — concedida somente para o segundo filho p. 278

4 ABRIL 1418. — Bula da Cruzada *Rex regum*, de Martinho V, a reconhecer implicitamente a Portugal a praça de Ceuta e as outras cidades e terras que el-rei D. João I, auxiliado pelos demais príncipes e fiéis cristãos, vier a tomar aos sarracenos, a conceder aos combatentes e a quem os custear a indulgência plenária e garantias dos cruzados da Terra Santa e a ordenar às autoridades eclesiásticas do orbe cristão preguem a cruzada todas as vezes que lhes for solicitado pelo referido monarca p. 282

4 ABRIL 1418. — Bula *Romanus pontifex*, de Martinho V, dirigida aos arcebispos de Braga e de Lisboa, a incumbi-los de se informarem sobre se o lugar de Ceuta merece ser elevado a cidade e a respectiva mesquita a igreja catedral, como lhe solicitara el-rei D. João I, e a ordenar-lhes que, em caso afirmativo, o façam p. 288

JUNHO 1418. — Ordenação para a cobrança do pedido e meio que as cortes de Santarém de 1418 outorgaram a el-rei D. João I, mandada depois observar por el-rei D. Duarte, na tiragem do pedido para a conquista de Tânger p. 289

3 JULHO 1418. — Bula *Super gregem dominicum*, de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a conceder licença aos cristãos de Ceuta para comerciarem com os muçulmanos, desde que lhes não cedam ferro, cordas, navios, armas e outras mercadorias proibidas p. 299

8 OUTUBRO 1418. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe conceda o Mestrado da Ordem de Santiago da Espada a seu filho o infante D. João p. 301

8 OUTUBRO 1418. — Bula *In apostolice dignitatis specula*, de Martinho V, dirigida ao infante D. João, filho de el-rei D. João I de Portugal, em que, a pedido deste, o nomeia Administrador da Ordem Militar de Santiago da Espada, para evitar que se convertam os rendimentos da Ordem em fins diversos daqueles para que ela foi instituída, como sucedera anteriormente com alguns Mestres, e sobretudo para os aproveitar na luta contra os sarracenos e na dilatação da fé católica p. 303

29 OUTUBRO 1418. — Alvará do Infante — D. Henrique (?) —, a manter aos lentes da Universidade o antigo privilégio de procurarem e advogarem perante quaisquer juizes, apesar da recente ordenação em contrário p. 306

1418. — Embaixada portuguesa a Castela, a solicitar a ratificação do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411 p. 308

5 JANEIRO [1419 ?]. — Carta de el rei D. João I ao rei de Aragão, seu sobrinho, a recomendar-lhe mossem João de Pomar, que já trabalhara em seu serviço e viera em Dezembro a Portugal, a fim de se preparar para a guerra que tem com os mouros de África, mas que voltara a sua terra, por motivo de recado que de lá lhe viera; e ainda a solicitar-lhe carta de saca para tomar cavalos na Sicília, onde lhe consta haver muitos, para manter a dita guerra p. 309

9 MARÇO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe plena remissão dos pecados, em artigo de morte e sem a cláusula do jejum, para os fiéis cristãos de ambos os sexos que vivam na cidade de Ceuta ou lá forem, em sua defesa. Concedida por 5 anos, com comutação do jejum p. 310

26 MARÇO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe que a plena remissão dos pecados em artigo de morte, concedida dias antes por 5 anos aos cristãos residentes em Ceuta ou que para ali forem em defesa da cidade, se entenda não desde a data da concessão, mas

da sua publicação lá, como consta do despacho pontifício e da bula da mesma data, que se segue p. 311

26 MARÇO 1419. — Bula *Ab eo qui humani*, de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a cuja instância, durante sete anos e nos termos que indica, o pontífice outorga a todos os fiéis cristãos que, por motivo da guerra contra os infiéis, viverem em Ceuta ou ali permanecerem com demora possam escolher confessor que, em perigo de vida, por autoridade apostólica, lhes conceda plenária remissão dos pecados p. 312

4 ABRIL 1419. — Letras *Decens esse videtur*, do papa Martinho V, a conceder que el-rei D. João I, seus filhos e demais fiéis cristãos que desejem participar na defesa da cidade de Ceuta contra os sarracenos possam comprar, nos reinos das Espanhas e noutras partes da cristandade, armas, cavalos, víveres e demais coisas necessárias à defesa e aprovisionamento da dita cidade e transportá-las para lá livremente, por terra e por mar p. 314

5 MAIO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe dispensa para seu filho o infante D. Henrique poder contrair matrimónio com qualquer pessoa e em qualquer grau não proibido por direito divino, para permanecer no matrimónio depois de contraído e ainda a rogar-lhe declare legítima a prole dele oriunda. Concedida a dispensa além do 2.º grau p. 316

13 JUNHO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe que todos os arcebispos, bispos, demais prelados e pessoas eclesiásticas, seculares e regulares, do reino contribuam anualmente, durante 3 anos, com 9.000 florins de câmara, para as despesas da guarda, defesa e manutenção da cidade de Ceuta, por ele subtraída aos sarracenos e entregue à religião cristã. Concedido como pede p. 317

14 JUNHO 1419. — El-rei D. João I manda a Castela João Gomes da Silva, Martim do Sem e Fernão Gonçalves Beleágua, a requerer novamente ao monarca do país vizinho a ratificação do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, porém sem resultado p. 319

13-18 AGOSTO 1419. — Primeiro cerco da cidade de Ceuta por granadinos e marroquinos, durante cinco dias, neutralizado pelas forças portuguesas locais p. 320

SETEMBRO 1419. — Informado o capitão de Ceuta, D. Pedro de Meneses, por cartas recebidas de Tarifa, de que el-rei de Granada preparava frota para novamente atacar Ceuta, notifica-o a D. João I; e o infante

D. Henrique segue apressadamente de Viseu para os Paços da Serra de El-Rei, a encontrar-se com o pai, no intuito de socorrer aquela praça marroquina p. 323

SETEMBRO 1419. — El-rei D. João I manda para Lisboa os infantes D. Duarte e D. Henrique, a fim de prepararem a frota de socorro a Ceuta, depois reduzida, por os mouros haverem retirado o cerco . . . p. 325

SETEMBRO 1419. — Entretanto, em Ceuta, D. Pedro de Meneses vai conduzindo as operações, dirigindo-se as galés de Bulhões para Almina, onde os portugueses desembarcam e combatem os sarracenos . . . p. 329

SETEMBRO 1419. — Como os marroquinos, ao verem os granadinos de posse de Almina, se associam à luta, que foi renhida, e a mortandade grande p. 332

SETEMBRO 1419. — Prossegue a luta, na qual figuram bons elementos tanto de Granada como de Marrocos, mas com prejuízos e baixas para os sarracenos p. 333

SETEMBRO 1419. — Recebida carta do alcaide de Tarifa, a recomendar a el-rei D. João I a necessidade de socorro imediato a Ceuta, manda aquele seguir a frota, capitaneada pelo infante D. Henrique, na qual embarca também o infante D. João, e ordena sigam para o Algarve os infantes D. Duarte e D. Pedro e ali tomem a resolução que o caso requerer p. 335

SETEMBRO 1419. — Avisado também D. Pedro de Meneses pelo alcaide de Tarifa de que preparavam os granadinos maior contingente de forças contra Ceuta, resolve comunicar a D. João I o perigo que ali corriam, por Afonso Garcia de Queirós, que depara no mar com a frota portuguesa de socorro p. 337

SETEMBRO 1419. — A frota chega a Ceuta, enquanto na Almina se combate denodadamente, com baixas de ambos os lados . . . p. 339

SETEMBRO 1419. — Desembarcam os infantes no Porto de El-rei, são recebidos pelo D. Pedro de Meneses e pelos demais fidalgos, tingidos de sangue, pela refrega tida com os mouros, entre os quais houvera grande mortandade p. 343

27 SETEMBRO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe, para que mais se povoe e melhor se defenda a cidade

de Ceuta, por ele libertada das mãos dos infiéis, prorrogue por mais 10 anos a plena remissão dos pecados em artigo de morte aos fiéis de ambos os sexos que na dita cidade vivam ou a ela forem, anteriormente outorgada por 7 anos. Concedida gratuitamente p. 347

28 SETEMBRO 1419. — Bula *Cum omnia uirtutum exercicia*, de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a renovar por mais dez anos, a contar do fim dos sete já concedidos, que possam os cristãos residentes em Ceuta ou ali de passagem escolher confessor que, em artigo de morte, confessados e arrependidos, os absolva p. 348

SETEMBRO-DEZEMBRO 1419. — O capitão de Ceuta oferece as chaves do castelo ao infante D. Henrique, que não lhas aceita; os dois infantes demoram ali três meses, hóspedes seus, após o que D. Henrique projecta tomar Gibraltar, o que não efectua em razão de haver sido afastado por tormenta e detido por calmaria e ainda por el-rei seu pai o mandar regressar a Portugal p. 350

26 OUTUBRO 1419. — Bula *Apostolice sedis*, de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, duque de Viseu, em que, a pedido de seu pai el-rei D. João I, lhe concede possa contrair matrimónio com a senhora que desejar, qualquer que seja o grau de consanguinidade e afinidade entre os dois, ressalvada porém a lei divina p. 354

14 NOVEMBRO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe, para mais se povoar e melhor se defender a cidade de Ceuta, onde o monarca faz habitualmente grandes despesas, e ainda para invasão das terras circunvizinhas, no que se trabalha diáriamente, prorrogue, pelo menos por mais 8 anos, a plenária remissão dos pecados em artigo de morte, anteriormente concedida pelo pontífice por 10 anos e depois por mais 7, às pessoas de ambos os sexos que viverem em Ceuta ou lá forem. Concedida como pede, gratuitamente p. 355

14 NOVEMBRO 1419. — Bula *Quia dilatacionem*, de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a renovar-lhe por mais oito anos os privilégios espirituais que outorgara anteriormente, a seu pedido, por sete e por dez anos, aos habitantes da cidade de Ceuta p. 356

1419-1420. — Como foi redescoberto o arquipélago da Madeira pelos escudeiros do infante D. Henrique João Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira e como foram povoados aquele e o dos Açores p. 358

7 JANEIRO 1420. — Carta de el-rei D. João I, a nomear administrador dos bens que deixara em testamento Sancha Anes de Palhavã, para

sufrágios por sua alma, a Pedro Eanes, contador do infante D. Henrique, por morte do último administrador dos mesmos p. 362

15 JANEIRO 1420. — Carta de el-rei D. João I, de legitimação de Diogo Fernandes Homem, criado do infante D. Henrique, filho de Nuno Fernandes Homem, Comendador do Casal, e de Isabel Roiz, mulher solteira p. 364

20 FEVEREIRO 1420. — Carta de Filipe o Bom, duque de Borgonha, a confirmar, a pedido dos mercadores, mestres de navios, marinheiros e demais súbditos do rei de Portugal e para incremento do comércio de Flandres, a carta de seu pai João Sem Medo, de privilégios aos mesmos, de 26 de Dezembro de 1411 p. 365

25 MAIO 1420. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe conceda a regência e o governo da Ordem Militar de Cristo a seu filho o infante D. Henrique, para aproveitamento dos rendimentos da mesma na guerra contra os sarracenos e na dilatação da fé católica, pois alguns Mestres os dispenderam em fins ilícitos, bem diversos daqueles para que a Ordem fora instituída p. 366

25 MAIO 1420. — Bula *In apostolice dignitatis specula*, de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, em que, a pedido de el-rei D. João I seu pai, o nomeia Administrador Geral da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, por morte do derradeiro Mestre D. Lopo Dias, enquanto for seu beneplácito, etc. p. 368

25 MAIO 1420. — Letras *Cum nos hodie*, do papa Martinho V, dirigidas aos freires do Convento da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência p. 369

25 MAIO 1420. — Letras *Cum nos hodie*, do papa Martinho V, dirigidas a todos os vassallos da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência p. 370

25 MAIO 1420. — Letras *Cum nos hodie*, do papa Martinho V, dirigidas a todos os Comendadores das casas da Ordem da Milícia de Jesus

Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência p. 371

26 MAIO 1420. — Letras *Sincere deuocionis affectus*, do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido, possa ter altar portátil e que sobre ele, em sua presença e em lugares honestos e convenientes, celebrem missa e demais officios divinos, sem prejuízo de direito alheio p. 372

26 MAIO 1420. — Letras *Deuocionis tue sinceritas*, do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe a seu pedido, que, se acontecer passar por terra em que vigore interdito eclesiástico, ele e seus familiares possam ouvir missa celebrada em voz baixa e assistir a outros officios divinos, cerradas as portas, não tocados os sinos e excluídas as pessoas excomungadas e interditas, desde que ele ou os seus não hajam dado azo ao interdito nem ele os vise especialmente p. 373

26 MAIO 1420. — Letras *Benigno etc.*, do papa Martinho V, dirigidas aos familiares e comensais do infante D. Henrique, duque de Viseu, presentes e futuros, a conceder a cada um deles possa escolher confessor próprio, ou seja idóneo e discreto presbítero, que o ouça de confissão e o absolva dos pecados não reservados à Sé Apostólica e lhe administre os eclesiásticos sacramentos na forma costumada p. 374

28 MAIO 1420. — Letras *Sincere deuocionis affectus*, do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido e quando os seus trabalhos assim o exijam, possam ele e familiares ouvir missa um pouco antes de romper a aurora p. 375

28 MAIO 1420. — Letras *Benigno etc.*, do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido, possa escolher presbítero secular ou religioso para seu confessor, o qual, uma vez por ano, o absolva dos casos reservados à Sé Apostólica p. 376

2 JUNHO 1420. — Bula *In eminenti specula*, de Martinho V, a erigir em convento o eremitério dos franciscanos de Ceuta, do título de Santiago, a pedido do infante D. Pedro, duque de Coimbra p. 377

9 JULHO 1420. — Instrumento notarial, passado à Câmara de Lisboa, sobre a requisição feita à mesma por Vasco Martins, escudeiro de D. Fernando de Meneses, em nome deste, de peças de armadura e demais

apetrechos bélicos dos moradores da cidade e termo que são recolhidos por ordem do infante para levar em esta armada a Ceuta . . . p. 379

15 JULHO 1420. — Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a João Gonçalves Farto, criado do infante D. Henrique, genro de Gil Gonçalves Sobral, residente na dita cidade, de chão e árvores sitas na mesma povoação, a par da igreja de S. Miguel, pelo foro anual de 9 libras da moeda antiga ou seu equivalente valor, pagas às terças do ano, e um par de capões, pelo Natal . . . p. 381

6 SETEMBRO 1420. — Sentença executória da bula *Romanus pontifex*, de Martinho V, de 4 de Abril de 1417, dada por D. Fernando, arcebispo de Braga, e por D. Diogo, arcebispo de Lisboa, pela qual elevam a vila de Ceuta a cidade e sua antiga mesquita a igreja catedral da nova diocese, a que marcam, como termos, todo o reino de Fez e os territórios do reino de Granada mais vizinhos do mar . . . p. 383

2 OUTUBRO 1420. — Carta de el-rei D. João I, a conceder licença ao infante D. Henrique para feira franca anual em Tomar, a começar no quinto dia depois da Páscoa e durante 15 dias, com os privilégios constantes do diploma . . . p. 386

24 NOVEMBRO 1420. — Bula *Eximie deuocionis affectus*, de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, a declarar perpétua, se a Santa Sé não determinar o contrário, a nomeação temporária, a beneplácito do mesmo pontífice, de Administrador da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, efectuada pela bula *In apostolice dignitatis specula* de 25 de Maio anterior . . . p. 388

1420. — Desacordo no Conselho de Castela sobre a ratificação do Tratado de Paz de 1411 com Portugal, em que se dividem as opiniões entre trégua por breve tempo e preparação de grande armada com a qual os castelhanos se imponham aos portugueses . . . p. 390

10 JANEIRO 1421. — Letras *Etsi nonnulla*, do papa Martinho V, dirigidas ao dominicano João de Curral e ao tesoureiro da igreja de Córdova, a conceder-lhes possam absolver das penas eclesiásticas 150 mercadores que nelas tenham incorrido por negociarem com os sarracenos na fronteira do reino de Castela, devendo impor-lhes penitência salutar, nomeadamente a de esmola para reparação das igrejas de S. Pedro e de S. Paulo de Roma . . . p. 391

ÍNDICE ANALÍTICO

Este índice respeita apenas aos documentos e anotações do presente volume. Os números indicam as páginas. Nos antropónimos portugueses segue-se a ordem alfabética do último apelido; nos estrangeiros adopta-se o sistema usado nas respectivas nações.

- AABU, 346.
 ABD SELIB, 275. V. — JOAO (Preste).
 ABISSINIA, 276. V. — ETIÓPIA.
 ABRANCHES (Joaquim dos Santos), 282, 288, 314 e 372.
 ABREU (Aires Gonçalves de), 208.
 ABREU (José Maria de), 306.
 ABRI (António), 54.
 ABRI (Nicolau), habitante de Iviça (Balears), 54.
 ABÜ SAID UTMAN, rei de Benamarim e de Fez, 231 e 233.
 ABYLA, 180.
 AÇORES, 235, 357 e 361-62.
 ADICE, 269.
 ADRIATICO (Mar), 275.
 ADURRAFAMEM ABENQUIRA, 324.
 ADUX RAPHAMEM ABEM QUEVIRA, 324 V. — ADURRAFAMEM ABENQUIRA.
 AFAN DE RIBERA (Pero), fronteiro mor de Castela, 31.
 AFONSO (Mestre), embaixador de Fernando I de Aragão, junto de ABÜ SAID, rei de Benamarim e de Fez, 232.
 AFONSO (D.), primogénito de Fernando I de Aragão, 225, 232, 234, 244 e 309.
 V. — AFONSO V (D.), rei de Aragão.
 AFONSO (D.), oitavo conde de Barcelos, filho legitimado de el-rei D. João I e de D. Inês Pires Esteves, 1.º Duque de Bragança, 135, 143, 150, 163 e 185. V. — BARCELOS (Conde de).
 AFONSO I (D.), primogénito do rei de Portugal, 67-68. V. — AFONSO (D.), 8.º Conde de Barcelos.
 AFONSO III (D.), rei de Portugal, 92.
 AFONSO V (D.), rei de Portugal, 58, 137, 157-58, 164, 170, 213, 214, 218, 239, 241, 303, 306-07, 351, 354, 361 e 386-87.
 AFONSO V (D.), rei de Aragão, filho de Fernando I de Aragão, 69, 121 e 308.
 V. — AFONSO (D.).
 AFONSO XI, rei de Castela, 287.
 AFONSO (Álvaro), 323.
 AFONSO (Bartolomeu), 215.
 AFONSO (Fernando), criado do infante D. Henrique, recebedor de el-rei D. João I, 153, 203 e 264. Porta de —, 203.
 AFONSO (GIL), tabelião de el-rei em Viseu, 382.

- AFONSO (João), corregedor de el-rei D. João I na cidade de Lisboa, 76.
 AFONSO (João), escrivão de el-rei D. João I, 241, 364 e 387.
 AFONSO (Lopo), mercador de Santarém, 260-61.
 AFONSO (Maria), mulher de João Rodrigues Amorim, 258.
 AFONSO (Pero), escrivão de el-rei D. João I, 123 e 266.
 AFONSO (Rodrigo), escrivão de el-rei D. João I, rei de Portugal, 34 e 78.
 AFONSO (Vicente), 362-63.
 AFRAG, 181. V. — ALJAZIRA.
 AFRICA, 86, 129, 180, 228, 230, 236, 238, 279, 283, 287, 308, 309, 314, 317, 367 e 384.
 Norte de —, 279. — do Norte, 86 e 320. Santa Maria de —, 214 e 267.
 AFRICANO, 307. V. — AFONSO V (D.), rei de Portugal.
 AGOSTIM (João Pereira), 213 e 330. V. — PEREIRA (João).
 AGOSTINHO. V. — PEREIRA (João).
 AGOSTINHO (Afonso Pereira), 330. V. — PEREIRA (João).
 AGRIGENTO, 126.
 AGUIAS (João das), 331.
 AGUILES, 50.
 ALANDROAL (Rui Pires do), tesoureiro da moeda de el-rei D. João I, 84.
 ALARTS (Mestre Daniel), do conselho do duque de Borgonha, 47.
 ALBERGARIA (Diogo Soares de), comendador de Almada, 352.
 ALBERGARIA (Luís Gonçalves de), 331.
 ALBERGARIA (Vasco Martins de), 149, 326 e 342.
 ALCACER SEGUER, 324.
 ALCACER DO SAL, 303.
 ALCUDIA DE BERBERIA, 222.
 ALDEIA GALEGA, actual Montijo, 167.
 ALEMANHA, 87 e 385. Grão-Duque da —, 115. Grão-Barão da —, 203. Imperatriz da —, 385.
 ALENQUER, 191 e 352. Alcaide de —, 352.
 ALENQUER (João Afonso de), vassalo e vedor da fazenda de el-rei D. João I, 34, 57, 79 e 84.
 ALEXANDRE III (Papa), 275.
 ALEXANDRE V (Papa), 5 e 6.
 ALFARROBEIRA, 156 e 158.
 ALGARVE, 4, 6, 8-12, 226, 242, 273, 334, 336, 351, 353, 369 e 373. Rei do —, 23, 37, 57, 60, 71, 76-77, 97, 122, 130, 225, 238, 240, 263, 269, 276, 278, 301, 303, 309-12, 314, 316-17, 347-48, 355-56, 366, 370-71, 375-77, 386 e 388. Reino do —, 9-12, 19, 21-25, 39, 71-72, 89, 213, 263, 318, 327, 368-71 e 388. Rainha do —, 121.
 ALIGHIERI (Dante). V. — DANTE ALIGHIERI.
 ALJAZIRA, Afrág merlinda ou vila d'al-Mansura, um dos quarteirões ou bairros da vila de Ceuta no século XV, 181, 192, 214, 332 e 340.
 ALLE ALBOAGEM, rei mouro, 334.
 ALGECIRAS, 9-10, 169, 172, 175-76, 179 e 352. Rei de —, 9. Reino de —, 9 e 10.
 ALGEZIRA. V. — ALJAZIRA.
 ALHO (Martim), genro de João Lobato, 34.
 ALHOS VEDROS, 158, 159, 161 e 163.
 ALMAÇAM (Rodrigo Fernandes de), escudeiro e cavaleiro de el-rei de Castela, 96-97.
 ALMADA, 80 e 353. Castelo de —, 80. Comendador de —, 352.
 ALMADA (Alvaro Vaz de), conde de Avranches, 123-24, 208 e 352.
 ALMADA (João Vaz de), cavaleiro e embaixador de el-rei D. João I, a Castela e a Inglaterra, 94-95, 150, 153, 170, 202-03, 263-65 e 326.

- ALMADA (Pero Vaz de), 203, 208, 326 e 330.
- AL-MANSURA (Vila de), bairro de Ceuta, 181.
- ALMEIDA (Vila de), 98. Alcaide de —, 98.
- ALMEIDA (Diogo Fernandes de), 204 e 208.
- ALMEIDA (Fortunato de), 32, 33, 58, 73, 91, 141, 238, 301 e 366.
- ALMEIDA (João de), 326.
- ALMEIDA (Manuel Lopes de), 306.
- ALMENDRA (Feira de), 386.
- ALMINA, actual Monte Acho, 173, 180, 187, 189, 191, 206, 215, 322-23, 329-34, 339-40, 343-44 e 346. Cabo de —, 175 e 343. Ponta de —, 176. Porta de —, 184, 329 e 341. Puerta de la —, 184 e 192. Castelo de —, 340. Monte de —, 344.
- ALMIRANTADO DO REINO, 84.
- ALMODOVAR, 331.
- ALSÁCIA (Filipe de), conde de Flandres, marido de D. Teresa, filha de el-rei D. Afonso Henriques, 366.
- ALTISSIMO, 6, 125 e 270.
- ALTOS INFANTES, 207, 302 e 336.
- ALVAIAZERE, 242.
- ALVARES (Fernando), escudeiro de el-rei D. João I e depois da casa do infante D. Henrique, 191.
- ALVARES (João), tabelião, 261.
- ALVARO (D.), bispo de Évora, 6.
- AMADO (Afonso Domingues), 215.
- AMARANTE (Feira de), 386.
- AMBA SYON, rei da Etiópia, 276.
- AMORIM (João Rodrigues), 258 e 259.
- ANAFILON (?), 141.
- ANDALUZIA (Provincia da), 236.
- ANES (Afonso), rendeiro da casa de el-rei D. João I, 57 e 60.
- ANES (Álvaro), tabelião, 261.
- ANES (Catarina), mulher de Rui Fernandes, mãe de João Rodrigues de Amorim, 258.
- ANES (Gomes), escrivão da Câmara de Lisboa, 235.
- ANES (Lourenço), 259.
- ANES (Maria), mãe de João Fernandes Homem, 260.
- ANES (Martim), criado do infante, escrivão da audiência dos homens do mar, 234-35.
- ANES (Martim), tabelião de el-rei D. João I em Lisboa, 259-61 e 379.
- ANNES (Martim), mercador, 382.
- ANES (Pedro), escrivão de D. João I, 268.
- ANES (Rodrigo), contador do cardeal de Lisboa e depois dos contos da mesma cidade, 32-34.
- ANES (Rodrigo), escrivão do infante D. Henrique, 60.
- ANTEQUERA, povoação espanhola da provincia de Málaga, 36 e 48-49.
- ANTEQUERA (Fernando de). V. — FERNANDO I (D.), infante de Castela e rei de Aragão.
- ANTOING (Messire Henry d'), da Casa de França, 116.
- ANTONINHA (Maria), mãe de Aparício Vasques, 268.
- ANTONINO (Frei), 125.
- ANTUERPIA, 39 e 364. Casa da feitoria portuguesa em —, 39. V. — ANVERS.
- ANTUNES (Nuno), filho de Antão Vaz de Góia, 196.
- ANVERS, 39. V. — ANTUERPIA.
- ARAGAO, 7, 10, 31-32, 36, 49-50, 53, 69, 92-94, 102, 104, 107, 112-13, 117, 125-26, 133,

- 144-46, 168, 204, 207, 224, 226-27, 231, 233, 241, 245, 257, 262 e 315. Rei de —, 38, 48-49, 53-56, 61, 63-65, 67, 71, 79, 94-97, 100-01, 106, 108-14, 120-22, 124-26, 130-132, 134, 147, 166, 168, 170-71, 204, 206, 208-09, 216, 222, 224-227, 229, 231-32, 237-39, 241, 243-44, 278, 281 e 308-09. Rainha de —, 66 e 245. Memorial do rei de —, 125.
- ARAGÃO (Augusto Carlos Teixeira de), 137.
- ARAUJO (Pay Roiz de), 149.
- ARCAMUA (Mundy de), 141.
- ARCHIVO SEGRETO VATICANO, 2, 4-5, 58, 71, 243, 246-48, 250-53, 256, 273, 276, 278, 282, 287, 299, 301, 303, 310-12, 314, 316-17, 347-48, 353, 355-56, 366-67, 369-76, 388 e 391.
- ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGON, 50, 53-55, 61, 63-67, 69-70, 95, 97, 106, 108-11, 114, 120-21, 124, 126, 130-32, 146-47, 166, 170, 208, 222, 224-26, 231, 233, 237, 243, 245 e 308.
- ARCHIVO IBERO-AMERICANO, 254.
- ARIONA (Duque de), 102.
- ARMANACH (Conde de). V. — ARMANHAQUE.
- ARMANHAQUE (Conde de), 126.
- ARMENIA, 275.
- ARNALHO (João Gomes), escudeiro de Évora, 211.
- ARQUIVO DO CABIDO DA SE DO FUNCHAL, 360.
- ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA, 299.
- ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 77.
- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, 260.
- ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU, 381.
- ARQUIVO HISTORICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 76, 234 e 379.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (Lisboa), 1, 8, 33, 39, 48, 56, 60, 76, 122, 137, 239-41, 258, 260, 262-63, 267-69, 287, 289, 312, 315, 360, 362, 364, 383 e 386.
- ARQUIVO DA PROVINCIA FRANCISCANA DE ANDALUZIA (Sevilha), 254.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 306.
- ARRAIOSLOS, 85.
- ARRANDEL (Condessa de), 297. V. — ARUNDEL.
- ARRAS (Paz de), 231.
- ARREDENTAM (Mossem). V. — ANTOING (Messire Henry d').
- ARRIBAS PALÁU (Mariano), 224, 231 e 233.
- ARRUDA, 191.
- ARTOIS (Conde de), 40 e 365.
- ARUENNA, 139.
- ARUNDEL (Conde de), 141. Condessa de —. V. ARRANDEL, Condessa de —.
- ASIA, 354 e 358.
- ATAIDE (D. Alvaro Gonçalves de), embaixador de el-rei D. João I ao concílio de Constança e ao imperador de Constantinopla, 237-38, 269 e 271.
- ATAIDE (João de), 208.
- ATAIDE (Vasco Fernandes de), governador da casa do infante D. Henrique, 148, 198 e 200.
- ATLANTICO, 236.
- ATOUGUA (Martim Afonso da), escudeiro do infante D. Pedro, 92-93.
- AURELIACO (Almaro de), sacerdote professo da Ordem Franciscana, depois bispo de Marrocos; inglês de nacionalidade, confessor de D. Filipa de Lencastre, capelão-mor dos reis D. Duarte e D. Afonso V e Abade Comendatário do mosteiro de Pombeiro, 57-59.

- AURELIACO (João Almaro de). V. — AURELIACO (Almaro de).
 AUVERNIA, 126.
 AVELAR (Sancho Gomes de), 381.
 AVILA, 8 e 32. Bispo de —, 101.
 AVINHAO, 92.
 AVRANCHES (Conde de), Alvaro Vaz de Almada, 95, 124 e 158.
 AYLLO (Tratado de), 7, 31 e 97.
 AZAMBUJA (D. João Afonso de), cartael do título de S. Pedro «ad vincula», ex-bispo de Silves, do Porto e de Coimbra e arcebispo de Lisboa, 33-34.
 AZAMBUJA (D. João Esteves de). V. — AZAMBUJA (D. João Afonso de).
 AZEVEDO (Fernão Lopes de), 149.
 AZEVEDO (João Lopes de), 322.
 AZEVEDO (Lopo Dias de), 214.
 AZEVEDO (Lúcio de), 136.
 AZEVEDO (Martim Lopes de), 149 e 208.
 AZEVEDO (Pedro de), 56, 262, 267 e 289.
 AZEVEDO (Pero Lopes de), filho de Lopo Dias de Azevedo, 214 e 330.
 AZEVEDO (Rui Gomes de), alcaide de Alenquer, 352.
 AZINCOURT (Batalha de), 141.
 AZOHIA. V. — LAEZUYA.
 BADAJOZ, cidade de Espanha, 17-18.
 BAEÇA (João de), franciscano, 243, 246-248 e 250-57.
 BAIÃO (Segundo Senhor de), 82 e 150.
 BAIONA DE MINHO, povoação do município de Galiza, a sul da Ria de Vigo, 170-71.
 BALAGUER, 144.
 BALEARES (Ilhas), 53.
 BALIONIBUS (Nicolau de), Prior da Ordem do Santo Sepulcro, 2.
 BALLESTEROS Y BERETTA, (D. António), 36, 38, 50, 146, 207 e 244.
 BAPTISTA (Júlio César), 92.
 BARBACENA (Senhor de), 86.
 BARBAÇOTE, denominação dada pelos portugueses a uma parte de Ceuta, 174-75, 177, 179, 190, 329, 340 e 343.
 BARBACSAN (Seigneur de), 229.
 BARBATE. V. — BARBAÇOTE.
 BARBUDO (Bellendim de). V. — BARBUDO (Bernaldym de).
 BARBUDO (Bernaldym), escrivão, 294-95 e 353.
 BARCELONA, 61, 69, 137 e 244.
 BARCELOS (Conde de), D. Afonso, oitavo conde de Barcelos, filho legitimado de el-rei D. João I e de Inês Pires Esteves, e 1.º duque de Bragança, 53, 73, 85, 89, 91, 135, 148, 150, 159, 161, 163, 178-79, 181, 188, 203, 299 e 325-26.
 BARONIUS, 275.
 BARRETO (Alvaro), 330.
 BARRETO (Fernão), 215.
 BARRETO (Gonçalo Nunes), fidalgo do reino de Algarve, conselheiro de el-rei e primo de D. Pedro de Meneses, 213 e 215.
 BARRIENTOS (Don Lope), bispo 102, 103, 204-05 e 207.
 BARROS (Henrique da Gama), 73.
 BARROS (João de), 354 e 358.
 BARROS (Nuno de), 331.
 BARTOLOMEU, frade da Ordem de S. Antão da Etiópia, 272-74.
 BASSOL (Bahr), 174.

- BATAILLER (Seigneur de), 229.
 BATALHA (Igreja da), 149.
 BAVIERA (Duque de), 88.
 BAYERISCHE STAATS-BIBLIOTHEK, 235.
 BAYONA. V. — BAIONA DO MINHO.
 BEANGIEU (Senhor de), João I, duque de Bourbon, 93.
 BEATRIS (D.), rainha de Castela, filha de D. Fernando I, rei de Portugal, 7, 9, 12 e 143.
 BEHAIM (Martim de), V. — BOEMIA (Martinho de).
 BEIRA, (Provincia da), 73 e 89. Comarca da —, 73 e 89.
 BEJA (Escudeiros de), 214. Feira de —, 386.
 BELAMARIM. V. — BENAMARIM.
 BELEAGUA (Fernando Gonçalves), doutor, embaixador de el-rei D. João I de Portugal, presente em Ayllon ao Tratado de Paz com Castela de 31 de Outubro de 1411. — 31, 35, 104, 308 e 318.
 BELEM (Igreja de Santa Maria de), 150 e 158.
 BELGICA, 39.
 BELVIS, 70.
 BENAMARIM, 142, 164, 226, 228, 231, 233 e 320.
 BENAVENTE (Conde de), 102.
 BENEIGEM (Senhor de), 346.
 BENTO XII (Papa), 276.
 BENTO XIII (Antipapa), 4, 6, 49, 92, 207, 235-36, 243, 245-48, 250-54, 256-57 e 273.
 BENTO (João), franciscano, 243.
 BENKERNIT (Dom), 64-65.
 BERMEO, 138.
 BIBLIOTECA DE AUTORES ESPANHOLES, 32.
 BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 212 e 320.
 BIBLIOTECA NACIONAL DE BAVIERA, Munique, Departamento de manuscritos da —, V. — BAYERISCHE STAATS-BIBLIOTHEK.
 BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL DO PORTO, 37.
 BIBLIOTECA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, 212 e 320.
 BIBLIOTECA DO VATICANO, 354.
 BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE PARIS, 358.
 BILBAU, 138.
 BISCAIA, 9, 88 e 137-39. Senhor de —, 9. Senhorio de —, 9-10.
 BLANKENBERGHE, 46.
 BOEMIA, (Martinho de), 235, 255 e 354.
 BOEMIA (Rei da), 171.
 BOLONHA, 2, 4, 5, 33 e 92. Diocese de —, 2. Universidade de —, 2. Conde de —, 92.
 BONIFACIO VIII (Papa), 253.
 BORGONHA (Duque de), 39, 91 e 364-65. Duquesa de —, 157, 235 e 366. Cavaleiro camarlengo do duque de —, 127. Conde de —, 365. Ducado de —, 366.
 BORGONHA (Maria de), 366.
 BOUESSEAU, 366.
 BOURBON, arauto de João I, duque de Bourbon, 93-94 e 230.
 BOURBON (Duque de), João I, 93 e 229-30.
 BRABANTE, 39.
 BRABANTE (Clivet de), almirante de França, 229.
 BRAGA, 5-6. Prelado de —, 5. Arcebispo de —, 6, 278, 281, 287-88 e 383. Chantre da Sé de —, 261.

- BRAGA (Diogo Soares de), 381.
 BRAGA (Fernão Gonçalves de), 381.
 BRAGA (João de), tabelião, 379.
 BRAGANÇA, 135, 299 e 325. Primeiro duque de —, 150. Senhor de —, 208. Feira de —, 386.
 BRAGANÇA (D. Fernando de), 148.
 BRAGANÇA (José de), 354.
 BRANCA (D.), regente da Sicília, filha de Carlos III, rei de Navarra e viúva de Martinho da Sicília, 49, 50, 107, 114 e 125.
 BRANDAO (Mário Mendes dos Remédios de Sousa), 306.
 BRASIO (P. António), 214 e 366-67.
 BRENTA, Itália, 269.
 BRETANHA, 48, 76 e 140.
 BRETIANDE, 260.
 BRITES (D.), infanta de Portugal, filha de el-rei D. João I, casada com o conde de Arundel, 141.
 BRITES (D. Inês de), mulher de Martin Afonso de Melo, mãe de Estêvão Soares de Melo, 183.
 BRITISH MUSEUM, 93 e 229.
 BRUCHET (M.), 39.
 BRUGES, 33-34, 39-42, 45-46, 91 e 137. Canal de —, 42.
 BRUNO (Sampaio). V. — SAMPAIO (José Pereira).
 BRUXELAS, 269 e 354.
 BUARCOS, 242.
 BUARCOS (Fernão Rodrigues de), 342.
 BUGIA, povoação argelina, 64, 65 e 70.
 BULAS e outras Letras Pontifícias, reproduzidas e citadas: 33-34, 276, 279-80, 302, 310, 313 e 388.

- Ab eo qui humani*, de Martinho V, de 26 de Março de 1419, — 312.
Ad ea libenter, de Bento XIII, de 1 de Abril de 1416, — 250.
Ad ea que, de Bento XIII, de 1 de Abril de 1416, — 252.
Apostolatus officium, de João XXIII, de 10 de Maio de 1413, — 57.
Apostolice sedis, de Martinho V, de 26 de Outubro de 1419, — 353.
Benigno, etc., de Martinho V, de 26 de Maio de 1420 e 28 de Maio de 1420, — 374 e 376.
Cum nos hodie, de Martinho V, de 25 de Maio de 1420, — 369-71.
Cum omnia virtutum exercicia, de Martinho V, de 28 de Setembro de 1419, — 347.
Cum pro nonnullis, de João XXIII, de 1 de Setembro de 1411, — 2.
Decens esse videtur, de Martinho V, de 4 de Abril de 1419, — 314.
Deuocionis sinceritas, de Bento XIII, de 1 de Abril de 1416, — 251.
Deuocionis tue sinceritas, de Martinho V, de 26 de Maio de 1420, — 373.
Etsi nonnulla, de Martinho V, de 10 de Janeiro de 1421, — 391.
Eximie deuocionis affectus, de Martinho V, de 24 de Novembro de 1420, — 388.
In apostolice dignitatis specula, de Martinho V, de 8 de Outubro de 1418 e 25 de Maio de 1420, — 303 e 367.
In eminenti specula, de Martinho V, de 2 de Junho de 1420, — 376.
Iustus petentium desideris, de Bento XIII, de 13 de Abril de 1416, — 254.
Pia fidelium vota, de Bento XIII, de 1 de Abril de 1416, — 247.
Pia patris affectu, de João XXIII, de 19 de Dezembro de 1413, — 71.
Prouenit ex vestra deuocionis, de Bento XIII, de 1 de Abril de 1416, — 248.

- Quia dilatacionem*, de Martinho V, de 14 de Novembro de 1419, — 313 e 356.
Quoniam ut ait apostolus, de Martinho V, de 22 de Fevereiro de 1418, — 273.
Rex regum, de Martinho V, de 4 de Abril de 1418, — 282.
Romanus pontifex, de Martinho V, de 4 de Abril de 1418 e 6 de Setembro de 1420, — 287 e 383.
Significaverunt nobis, de João XXIII, de 6 de Agosto de 1411, — 1.
Sincere deuotionis, de João XXIII, de 1 de Outubro de 1411, — 4-5.
Sincere deuotionis affectus, de Martinho V, de 26 de Maio de 1420 e 28 de Maio de 1420, — 372 e 375.
Super gregem dominicum, de Martinho V, de 3 de Julho de 1418, — 281 e 299.

- BULHOES, em Ceuta, 267, 321, 329-30 e 340. Ponta de —, 340.
 BURGOS, cidade de Espanha, 18, 19. Bispo de —, 102 e 287.
 BUSSCHE (Emile Van den), 39 e 47.
 CABO DO BOJADOR, 359.
 CABO DA GATA, 352.
 CABO NAO, 236.
 CABO DA PRATA, 337.
 CABO VERDE, 235.
 CABO DE S. VICENTE, 165, 327 e 336.
 CABO DE TRASFELEGAR, 338.
 CABRAL (Fernando Alvares) filho de Luís Alvares Cabral, 149.
 CABRAL (Luís Alvares), 149.
 CACERES, 301.
 CAÇORLLA (Adiantado de), 102.
 CADAMOSTO (Luís de), 354.
 CADAVAL (Fernão Rodrigues do), 342.
 CAIADO (Antão Martins), armador. V. — MARTINS (Antão).
 CALAMOCHA, 127.
 CALDEIRA (Gonçalo), escrivão da Câmara de el-rei D. João I, 239 e 364.
 CALMETTE (Joseph), 40, 91, 141 e 366.
 CAMARA APOSTOLICA, 305 — do antipapa Bento XIII, 243, 246 e 256.
 CAMARATE, povoação de Portugal, 135.
 CAMELO (Alvaro Gonçalves), Prior do Crato, marechal da hoste e Senhor de Baião, 49, 50, 82, 86, 150, 162 e 211.
 CAMELO (Gonçalo Rodrigues). V. — CAMELO (Gonçalo Roiz).
 CAMELO (Gonçalo Roiz), contador-mor de el-rei D. João I, 34.
 CAMPAYANCH (Senhor de), 68.
 CAMPO MAIOR (Alcaide de), 214.
 CAMPORES (Reguengo de), 242.
 CANARIA (Ilha de), 243.
 CANARIAS (Ilhas), 84, 235-36, 247-55 e 358.
 CANIÇO (Rio do), na ilha da Madeira, 360.
 CANTOR, na Gâmbia, 237.
 CAPPELLI (A.), 83.
 CAPLES (Mestre Robert de), do Conselho do duque de Bolonha, 47.
 CARAMPI (Cardeal), aliás Garampl, 354-55.
 CARAUS (Pedro Otays de). V. — OTAYS DE ÇARAUS (Pero).
 CARLOS III, rei de Navarra, 49.
 CARLOS VI, rei de França, 40.
 CARLOS O TEMERARIO, 48 e 235.

- CARMELECH, 229.
 CARNEIRO (Ponta do), 178-79, 181 e 186.
 CARNIDE, 87.
 CARNIDE (João Afonso de), 380.
 CARNIDE (Vasco Lourenço de), 376.
 CARRILLO (Juan), 137.
 CARRILLO DE HUETE (Pedro), 205.
 CARTAGENA, 50.
 CARTAGENA (Don Alonso de), deão de Santiago de Compostela, 32.
 CARVALHAL (Vasco Martins do), 203.
 CARVALHO (Senhor de), 191.
 CARVALHO (Joaquim de), 128, 166 e 300.
 CARVALHO (Joaquim Martins Telxela de), 149.
 CASA DE TRASTAMARA. V.—TRASTAMARA.
 CASAL (Comendador do), 364.
 CASCAIS, 167.
 CASPE, povoação espanhola da província de Saragoça, 36, 49 e 144.
 CASSIODORO, 9.
 CASTELA, 7-9, 31-36, 38, 41-42, 48-49, 65, 86, 95, 97-98, 100, 102-03, 105, 111-12, 117, 122, 137, 142-44, 146, 164, 172, 214, 221, 226-28, 231, 244-45, 237, 298, 308, 315-16, 318, 325, 329-30, 351 e 353. Rei de —, 7, 9, 31, 36, 38, 51, 70, 80, 96-99, 104, 107, 137-38, 143, 204, 223, 231-34, 243-44, 278 e 281. Reino de —, 9, 10, 16, 18, 79, 91, 99, 101, 204-05, 233, 246, 252-53 e 391. Rainha de —, 35, 37, 99, 122 e 246. Coroa de —, 236. Capítulo Provincial da Província franciscana de —, 251. Ministro Provincial da Província franciscana de —, 251. Conselho de —, 390.
 CASTELHANOS, 86.
 CASTELO BRANCO —, 98. Morgado de —, 98.
 CASTELO BRANCO (Gonçalo Vasques de), filho de Lopo Vaz de Castelo Branco, do Conselho de D. Afonso V, 213.
 CASTELO BRANCO (Lopo Vasques de), monteiro-mor de el-rei D. João I e alcaide de Moura, 213.
 CASTELO BRANCO (Nuno Vasques de), filho de Lopo Vaz de Castelo Branco monteiro-mor de el-rei, 204, 208 e 213.
 CASTELO BRANCO (Ruí Vasques de), fidalgo defensor do reino contra Castela, nos séculos XIV e XV, e alcaide da vila de Almeida, 98.
 CASTILLEJOS, 174.
 CASTRO (D. Álvaro Pires de), 149.
 CASTRO (D. Fernando de), 204, 235 e 237-38.
 CASTRO (D. João de), capitão de armada henriquina, 204, 235-36, 255 e 263-65.
 CASTRO (Martim de), 321 e 330.
 CASTRO (D. Pedro de), filho de D. Álvaro Pires de Castro, 149.
 CASTRO MARIM (Vila de), 217 e 226.
 CATALUNHA, 50, 67 e 114.
 CATANIA, 50, 107 e 125.
 CATARINA (Rainha D.), mãe de D. João II de Castela, 7, 9, 10, 27, 29, 30, 35, 38, 48, 102-03, 122, 142, 244 e 390.
 CATARINA (D.) infanta de Castela, irmã de D. João II rei de Castela, 51.
 CATHAY (Reino do), 276.
 CERNACHE, alcunha de Álvaro Eanes Vieira. V.—VIEIRA (Álvaro Eanes).
 CERVEIRA (Álvaro Mendes), 203 e 213-14. Torre de —, 214.
 CERVEIRA (Mem), 77-78.

- CERVEIRA (Mendo Afonso), 203.
 CERVEIRA (Rui Mendes), 214.
 CESTO, 186-87 e 215.
 CEUTA, 8, 31, 33-34, 38-39, 48, 49-52, 55, 58, 73, 75, 79, 81, 83, 85-89, 91-93, 95, 100, 103, 111-12, 117, 122-24, 127, 129, 132, 136, 141-42, 151-53, 155-56, 158, 161, 163-69, 171-73, 175-76, 178-83, 185-86, 188, 190-93, 195, 197-98, 200, 202, 204, 206-09, 211-15, 217-24, 226-31, 233, 238, 240-42, 255-56, 260-62, 266-67, 272-73, 278, 280, 282-83, 286-89, 296-99, 301-02, 304-05, 309-20, 323-25, 327, 329, 334, 336-39, 347-48, 350, 352-58, 360, 367-68, 377, 379-80, 383-85 e 389. Senhor de —, 55, 212, 263, 309 e 386. Bispo de —, 58. Bispado de —, 385. — La Vieja, 181. Capitão de —, 323. Franciscanos de —, 376.
 CHALLON (Jean de), 229.
 CHAMORRO (Fernão), escudeiro do infante D. Henrique, 190, 196 198 e 200.
 CHANTEMELLE (Senhor de). V. — PHILIBERT.
 CHARNECA, povoação de Portugal, 135.
 CHARROLOIS (Conde de), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
 CIDADE DE DEUS, 9.
 CILES (Rua de), 324.
 CIPIÃO o Africano, 129.
 CISMA, 7, 8 e 125. Grande —, 273. do Ocidente —, 92.
 CLEMENTE VI (Papa), 287.
 CLEMENTE VII (Antipapa), 92.
 CLERMONT (Conde de), João I, duque de Bourbon, 93.
 COCHET (Luis), 229.
 COIMBRA, 73, 241-42 e 306. Diocese de —, 1. Bispo de —, 33 e 238. Ducado de —, 242. Cortes de —, 82. Duque de —, 157, 217, 230, 242, 269, 272, 275-76, 376-77. Sé de —, 238. Castelo da cidade de —, 241-42. Câmara de —, 299.
 COLEGIADA DE SANTO ESTEVAO DE ALFAMA, 258.
 COLLON, escrívão do Duque de Borgonha, Filipe o Bom, 366.
 COMENGE (Emerico de), Conde de Comenge, 68.
 COMOLLIS (Pedro), 246.
 CONCILIO DE CONSTANÇA, 33, 125, 207, 237-38, 241, 273 e 317.
 CONSELHO régio, 158, 161, 178 e 263. V. — TORRES VEDRAS, Conselho.
 CONSTANÇA, 33, 125, 207, 237, 238, 241, 272-74, 277, 281, 286, 289 e 317-18.
 CONSTANCIA, povoação de Portugal, 135.
 CONSTANTINOPLA, 237-38. Patriarca de —, 208-09. Imperador de —, 237.
 CORARIO (Angelo). V. — GREGORIO XII (Papa).
 CORDOVA, 9 e 391. Rei de —, 9. Reino de —, 9-10. Igreja de —, 391.
 COROA de Portugal, 242 e 302.
 CORREGEDOR DA CORTE, 305.
 CORREIA (João Esteves), procurador de Lourenço Gomes, prior da igreja de Santo Estêvão, 258-59.
 CORREIA (Martim), 208.
 CORTE-REAL (Vasco Eanes), 184.
 CORTESAO (Jaime), 179 e 358.
 COSTA (Afonso Vasques da), 327.
 COSTA, O. F. M. (António Domingos de Sousa), 2, 4, 5, 273, 278, 282, 287, 301, 310-11, 317, 347 e 355.
 COSTA (Soeiro da), escudeiro fidalgo da casa de D. Duarte, alcaide de Lagos, 342.
 COUTINHO (Alvaro Gonçalves), o legendário Magriço, cavaleiro português, camarrista de João Sem Medo, 40.

- COUTINHO (Gonçalo Vasques), alcaide-mor e herói de Trancoso e marechal de Portugal, 86, 148 e 210.
- COUTINHO (Vasco Fernandes), 381.
- COVAS (João Domingues das), 380.
- COVILHA (Senhor de), 217, 230, 239, 240, 272 e 386.
- CRATO (Prior do), 144.
- CREADOR, 69.
- CRISTAOS, 32, 86 e 319.
- CDOÁCIA (Rei da), 269.
- CRUZADA (Eula da), 286.
- CUNHA (Alvaro da), 149.
- CUNHA (Gil Vaz da), 149.
- CUNHA (João da), tabelião, 381.
- CUNHA (D. Leonor da), mulher de D. João de Castro, 263-65.
- CUNHA (Lopo Vasques da), 214.
- CUNHA (Luís Álvares da), 214.
- CUNHA (Luís Vasques da), 214 e 330.
- CUNHA (D. Rodrigo da), 238.
- ÇURITA (Gerónimo). V. — ZURITA (Gerónimo).
- CURRAL (João de), dominicano, 391.
- DALMACIA (Rei da), 269.
- DALORTO, 276. Mapamundi de —, 276.
- DAMAO (João Pereira), 326.
- DAMME, cidade no canal de Bruges, em S. Luís (L' Ecluse), 42 e 44-45. Costume do —, 41 e 44.
- DANTE ALIGHIERI, 269.
- DAYERES (Drouet), 229.
- DENDAROA, 139.
- DENUCE (Jean), 39.
- DERTUSENSE (Diocese), 248-50, 252-53, 255 e 257.
- DESERTA (Ilha), do arquipélago da Madeira, 360-61.
- DEUS, 1, 4, 6, 8, 9, 11-13, 15-16, 26-30, 33, 35-38, 48, 51, 54-57, 63, 66, 76-77, 79-80, 83-84, 87, 91, 94, 96-97, 100, 108-09, 113, 115, 117, 119, 121-22, 130, 134, 137, 142, 144-45, 147, 153, 155-57, 160, 168, 171, 173, 176, 179, 182, 186, 188, 192, 195-96, 200-01, 204, 206-07, 209-10, 212, 216-18, 222-31, 238-40, 242, 244-47, 249, 253-54, 257-58, 263, 269-70, 274, 278-79, 282-85, 288, 297, 299, 302, 304, 309, 312-13, 315, 319, 321, 324, 327-28, 330, 335, 341, 348, 350, 358-59, 365, 368-69, 372-73, 375, 377-80, 383-84, 386, 389 e 392. Padre —, 9 e 374. Nosso Senhor —, 54, 62, 67, 80, 92, 111, 159, 160, 177, 218, 223 e 375. Senhor —, 91, 168, 179, 184 e 203. Omnipotente —, 270.
- DEVA, 138, 139.
- DEVA (Juan de), 138.
- DE WITTE (Charles-Martial), 33, 207, 226, 238, 282, 287, 299, 301, 303, 310, 314-15, 317, 348, 355-56 e 377.
- DIAS (D. Lopo). V. — SOUSA (D. Lopo Dias de).
- DIAS DE VEGA (Rui), castelhano, servidor de Fernando I rei de Aragão e seu espírio em Portugal, 131-32, 145-47, 166 e 168.
- DÍAZ DE ORTEGA (Pero), 138.
- DINIS (D.), rei de Portugal, 47.
- DINIS, O. F. M., (António Joaquim Dias), 153, 158, 239, 241, 267 e 386.
- DIOGO (D.), arcebispo de Lisboa, 383 e 385.

- DIREITA (Rua), em Ceuta, 186 e 188.
 DOMINGUES (João), criado do tabelião Martim Anes, 379.
 DOMINGUES (João), torneiro, 363.
 DOMINGUES (João), caudeiro, 380.
 DOMINGUES (Vasco), tabelião geral, 260.
 DOMINGUES (Vicente), conservador da Universidade, 306.
 DOURO, 89.
 DUARTE (D.), rei de Portugal, 9, 50, 58, 179, 241, 273, 289, 299, 306, 316, 336 e 386.
 Infante —, 50-52, 73-75, 82-83, 85-86, 88-89, 119, 129, 134-35, 151-57, 159,
 167, 170, 184-88, 197-99, 202-03, 208, 211-13, 217, 239, 242, 263, 267, 307, 325-27,
 335-36, 342 e 386. Príncipe herdeiro —, 307.
 DUCHASTEL (Tanguy), 229.
 DU FRESNE (Madame), 137 e 354.
 DULCERT (Carta de), 358.
 DUMAYNE, arauto do duque de Borgonha, João I, 230.
 DUMONT, 8.
 DUNKERKE, 46.
 DU PONT (Jean), 229.
 EANES (Afonso), capelão-mor de el-rei D. João I, 385.
 EANES (Afonso), escudeiro do infante D. Henrique, depois contador da cidade do
 Porto, 148 e 151.
 EANES (Estêvão), surrador, 380.
 EANES (Gomes), escrivão da codelaria, 379 e 381.
 EANES (João), escrivão de el-rei D. João I, rei de Portugal, 57.
 EANES (Pedro), chantre da Sé de Viseu, 381.
 EANES (Pedro), contador do infante D. Henrique, 362-63.
 EANES (Pero), 61-63.
 EANES (Rodrigo), 123.
 EDESSA, 274.
 EGIPTO, 275 e 277. Sultão do —, 275 e 277.
 ELGAS (Comendador das), 98.
 ELVAS, cidade de Portugal, 17-18.
 ENTRE DOURO E MINHO (Comarca de), 89.
 ENTRE TEJO E GUADIANA (Comarca de), 89.
 ENTRUDO, 85.
 ERRYCHARTE, o mesmo que Richarte, 141.
 ESCUDEIRO (João), 204 e 206.
 ESPANHA, 36, 38-39, 48, 50, 92, 132, 146, 226, 229, 244 e 334. Reis de —, 48.
 ESPANHAS (Reinos das), 314-16.
 ESPERANÇA (Fr. Manuel da), cronista franciscano, 58 e 377.
 ESPIRITO SANTO, 9, 88, 131, 147, 244, 246 e 378. Missa do —, 88.
 ESTAPONA, 324.
 ESTORYA DO REGNO, 360.
 ESTREMADURA, província de Portugal, 89 e 335.
 ESTREMOZ, 239-42.
 ESTONIGA (Fernão Lopes de), 98-99.
 ETIOPIA, 273-74 e 276-77. Imperador da —, 276. Patriarca da —, 276.
 EUBEL, 33, 58, 101, 103, 164, 209 e 276.
 EUGENIO III (Papa), 274.
 EUGENIO IV (Papa), 241.
 EUROPA, 273-75 e 277.

- EVORA, 5, 6, 73, 85-86, 153, 211, 226, 229, 268, 299, 302 e 309. Prelado de —, 5.
Bispo de —, 6. Alcaide-mor de —, 86. Escudeiros de —, 214.
- EVORA (João de), contador do infante D. Henrique, 56-57 e 60.
- EXEA (D. Alfonso de), patriarca de Constantinopla e Administrador do arcebispado de Sevilha, 209.
- FARE, mouro importante, 320.
- FARO, 140, 169, 217 e 336.
- FARTO (João Gonçalves), criado do infante D. Henrique, 381-82.
- FEMBUSTERA, 137.
- FERNANDES (Diogo), marechal de Castela, 31.
- FERNANDES (Estêvão), corregedor, 382.
- FERNANDES (Gomes), 98.
- FERNANDES (Gonçalo), prioste e raçoeiro da igreja de Santo Estêvão de Alfama, 258.
- FERNANDES, Isabel. V. — FERRANDEZ, Isabel.
- FERNANDES (João), escrivão de el-rei D. João I, 99.
- FERNANDES (Pedro). V. — PORTOCARREIRO (Pedro Fernandes).
- FERNANDES (Rui), pai de João Rodrigues de Amorim, 258.
- FERNANDES (Valentim), 235 e 358.
- FERNANDO (D.), rei de Portugal, 330.
- FERNANDO (D.), filho de el-rei D. Sancho I, 366.
- FERNANDO (D.), senhor de Bragança, 208.
- FERNANDO (D.), infante de Portugal, filho de el-rei D. João I, 86, 135, 157, 273 e 302.
- FERNANDO (D.), arcebispo de Braga, 383 e 385.
- FERNANDO I (D.), infante de Castela, tio de D. João II de Castela e depois Fernando I de Aragão e rei da Sicília, 7, 9, 10, 27, 29-31, 36, 38, 48-50, 53-56, 61, 63-67, 69, 95, 97, 100-02, 104-115, 120, 124-26, 130-132, 134, 146-47, 166, 168, 204, 206-08, 216, 222, 224-26, 229, 231-33, 237-39 e 243.
- FERNANDO III (D.), rei de Castela, 86.
- FEROL, 139.
- FERRANDEZ (Isabel), mulher de Gonçalo Martins de Rueda, 231-32.
- FERREIRA (Diogo de), raçoeiro da igreja de Santo Estêvão de Alfama, 258.
- FERREIRA (Francisco Leitão), 238 e 306.
- FERREIR (Gulherme), 66.
- FEZ, 86, 142, 231-34. Torre de —, 202-04 e 213-14. Reino de —, 320 e 383-84.
- FIGERA (Gomes de), 139.
- FIGUEIREDO (Aires Gonçalves), nobre cavaleiro, 129, 149 e 199.
- FIGUEIREDO (Perelra de), 238.
- FILIPA DE LENCASTRE (D.), rainha de Portugal, 9, 58, 83, 92, 109, 113, 118, 121, 152, 156 e 158.
- FILIPPE II, Rei de França, 48.
- FILIPPE II, duque de Borgonha, 40.
- FILIPPE O BOM, duque de Borgonha, 39, 48, 91, 364-66.
- FINKE (Heinrich), 33, 238, 273 e 317.
- FLANDRES, 39-48, 76, 137, 139, 141 e 364-66. A feltoria de —, 39. Conde de —, 40 e 365-66. Condessa de —, 366.
- FLAMENGOS, 39.
- FLORENÇA, 277, 310-11, 313, 315-16, 318, 347, 349, 354-55, 357, 367, 369-76 e 378.
- FOCEM, 324.
- FOGAÇA (Fernão), vedor da casa do infante D. Duarte e embaixador de el-rei D. João I à Corte do duque, aliás conde, de Holanda, 87-88 e 92.

- FOIX (Conde de), 126.
 FORESTZ (Conde de), João I, duque de Bourbon, 93.
 FORTIA (Bernardo de), 67-68.
 FORTEVENTURA (Ilha de), Canárias, 235-36 e 247-257. Visitador da casa dos franciscanos da —, 251.
 FOURMELLES (Mestre Symon de), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
 FRADIQUE (D.), de Aragão ou da Sicília, conde de Luna, 49, 143-44 e 170-71.
 FRANÇA, 7, 13, 18, 40, 81, 126-27, 141-42, 213 e 351. Rei de —, 7, 10, 265 e 300. Reino de —, 40 e 91. Casa de —, 116. Almirante de —, 229.
 FRANCISCANOS, 276 e «passim».
 FREDERICO (D.) de Aragão. V. — FRADIQUE (D.) de Aragão.
 FREDERICO III, imperador da Alemanha, 269 e 385.
 FREIRE (Anselmo Braamcamp), 39, 40, 82, 86, 98, 141, 150, 179, 183, 191, 211, 213-14, 364 e 366.
 FREISING (Otão de), bispo, 275.
 FRIEDBERG, 301.
 FRIVLI, Marca de, 269.
 FRYSA, 142.
 FUERTEVENTURA (Ilha de). V. — FORTEVENTURA (Ilha de).
 FUNCHAL, 360.
 FURTADO (Afonso), Capitão-mor do mar do reino de Portugal, 49, 50, 82 e 150.
 FURTADO (Dlago), capitão-mor do reino de Portugal, 50.
 GABALA (Hugo de), bispo sírio, 274.
 GABINETE DE HISTORIA DA CIDADE DO PORTO, 77.
 GALIZA, 9, 88, 137, 139, 144 e 171. Rei de —, 9. Reino de —, 9-10.
 GAMACHES (Seigneur de), 229.
 GAMBIA, 237.
 GAND, 47 e 366.
 GANSHOF (F. L.), 269.
 GANTE, 48.
 GARAMPI. V. — CARAMPI.
 GARMINA (Juan de), 139.
 GASCONHA, 68.
 GAUCOURT (Seigneur de), 229.
 GEBENNEN, 300.
 GENEVRA. V. — GEBENNEN.
 GENOVA, 53.
 GERONA (Príncipe de), filho primogénito de Fernando I de Aragão, 131, 224. V. — AFONSO V (D.), rei de Aragão.
 GIANA, 141.
 GIBOTALHER. V. — LE BOUTILLER (Guy).
 GIBRALTAR, 166-67, 172, 178-79, 324, 328, 335, 338, 340, 343, 350-51. Estreito de —, 169 e 174. Porto de —, 328. Baía de —, 328 e 338.
 GIL (Branca), mulher de João Gonçalves Farto, 382.
 GIL (Martim), clérigo, 382.
 GIL (Vasco), licenciado em leis e oficial do desemprego de el-rei D. João I, 77 e 98-99.
 GIL (Vasco), conservador da Universidade, 306.
 GIMENEZ SOLER (Andrés), 36, 92 e 144.
 GODINHO (João Rodrigues), cunhado de Gonçalo Nunes Barreto, 215 e 321.
 GODINHO (Vasco Esteves), 191.

- GODINHO (Vitorino Magalhães), 355.
 GOIS (Antão Vaz de), 196.
 GOIS (Gomes Dias de), natural de Alenquer, senhor das saboarias de Alenquer, Arruda, etc., 191.
 GOMES (Diogo), 235.
 GOMES (Fernão), 324.
 GOMES (Lorenço), prior da Igreja de Santo Estêvão de Alfama, 258.
 GOMEZ (Pelegrin), 222-23.
 GOMEZ DE TAPIA (Garcia), doutor em leis de Castela, 96 e 98-99.
 GOMIDE (Gonçalo Lourenço de), escrivão da puridade de el-rei D. João I. V. — LOURENÇO DE GOMIDE (Gonçalo).
 GONÇALVES (Júlio), 269.
 GONÇALVES (Lorenço), tabelião, 380.
 GONÇALVES (Luis), vedor da fazenda de Lisboa, 326.
 GONÇALVES (Rui), 184.
 GORIS (J. A.), 39.
 GOTERREZ (Afonso), tabelião de el-rei em Lisboa, 261, 379 e 381.
 GRA-CANÁRIA (Ilha), Canárias, 236.
 GRANADA, Reino de —, 33-39, 48-49, 79-80, 86, 117, 142-43, 222, 226-28, 243-44, 324, 328-29, 332, 334-35, 337, 344, 352 e 383-84. Rei de —, 117-20, 320, 323, 337-39, 342 e 344.
 GRANDE TARTARIA, 276.
 GRAO KAN, 275.
 GREGÓRIO IX (Papa), 301.
 GREGÓRIO XII (Papa), 4, 6 e 273.
 GRONINGEN, 88.
 GROUSSET (René), 274.
 GUADIANA, rio de Portugal e Espanha, 73 e 89.
 GUARDIOLA (Mossen Andreu), 124.
 GUERRA (D. Fernando da), 33.
 GUILHERME VI, Conde de Holanda, 88.
 GUTMARAES (Feira de), 386.
 GUINE, 128, 149, 157, 191, 255-56, 342, 354 e 358-59.
 GUIOMAR (D.), Condessa, 172 e 204.
 GUZMAN (Don Juan), bispo de Ávila, 101.
 HALLUIN (Monsenhor Guillaume de), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
 HARFLEUR, cidade da França, 141.
 HEFELE (Charles-Joseph) — LECLERCQ (Dom H.), 207, 226, 238, 273 e 301.
 HENRIQUE (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, regedor e governador da Ordem Militar de Cristo, 90, 95, 135, 176-77, 179, 214, 268, 272-73, 278-79, 282, 287-99, 301-03, 305, 317, 334, 347 e 357. D. João I doa-lhe divida de contador seu 56-57. Carta do Infante, de perdão da referida divida, 60. Festejos por ele promovidos em Viseu, 73-74. Parecer seu sobre a conquista de Ceuta, 79-81. Por ordem do pai, transmite aos irmãos a notícia daquela, 81-82. Privilégio que solicita a el-rei de ser dos primeiros a desembarcar na dita praça, 85-87. Incumbido pelo pai de preparar no Porto a frota com gente das comarcas da Beira e de Trás-os-Montes, 87-89. Desafiado, bem como D. Pedro, pelo duque de Bourbon para se baterem, 93-94. Por ordem do pai segue para o Porto, a preparar a frota, 127-30. Avança com ela para Lisboa, 148-50. Ali recebe a notícia da grave doença da mãe, 151. Entrega-lhe ela a espada, 152-55. Como D. Henrique cumpriu os seus desejos, de protector de fidalgos e cavaleiros, 155-58. Ele

e irmãos vão a Alhos Vedros, conferenciar com o pai sobre a data da partida para Ceuta, 158-61. Volta ao Restelo e convida os irmãos a jantar na sua galé, 161-62. Sua viagem para Ceuta, 165, 168-70 e 171-72. Satisfação do pai ao pedido que lhe havia formulado sobre o desembarque em Ceuta, 172-74. Missões que ele lhe comete, 173-75. Aproxima-se da cidade e recelos de seus marinheiros, 180-82. Sua frota chega junto de Ceuta e ele desembarca e começa a pelear com os mouros, 182-85. Ele e o infante D. Duarte tomam posições na vila e prosseguem a luta, 185-93. Lutando denodadamente e isolado, é julgado morto e junta-se aos irmãos, 193-200. Recusa ser armado cavaleiro pelo pai antes de o serem os demais irmãos, 200-01. São armados cavaleiros por el-rei, após o que armam pessoal seu, 207-08. Pessoal henriquino que fica na guarnição de Ceuta, 212-15. Nomeado duque de Viseu e senhor de Covilhã, em Tavira, no regresso de Ceuta, 217-18. Resposta ao desafio do duque de Bourbon, 229-30. Expedições portuguesas às Canárias e para além daquele arquipélago ordenadas pelo infante, 235-37. Carta do ducado de Viseu, 239-40. El-rei comunica haver-lhe confluído o provimento e defesa de Ceuta, 240-41. Possível pretensão do infante à ilha de Forteventura, Canárias, a teor de intensa reacção castelhana testemunhada por letras do antipapa Bento XIII a favor dos castelhanos, 243 e 246-58. Aquisição de vinte tonéis de vinho pelo infante, 260-61. Pagamento por el-rei de terras do património henriquino, 263-66. O infante importa de Inglaterra lanças e armadura individual para guerrear os infiéis, 266. Alvará do infante — D. Henrique (?) — sobre a Universidade, 306-07. Seu pai solicita de Roma dispensa para ele casar em grau não proibido por direito divino, 316. O infante deixa Viseu e segue para Lisboa, a preparar o socorro a Ceuta, ameaçada pelos mouros, 323-29. Chefia a frota no descerco daquela praça, 335-43. Desembarca em Ceuta, 343-46. Demora ali meses e projecta tomar Gibraltar, no que é impedido por tormenta, e regressa ao país, 350-53. E-lhe concedida dispensa para casar em qualquer grau de parentesco, ressalvada a lei divina, 353-54. Escudeiros seus redescobrem o arquipélago da Madeira e povoam aquele e o dos Açores, 358-62. Súplica a Roma para ele reger e governar a Ordem de Cristo, 366-67. Nomeado administrador geral da dita Ordem Militar, 367-72 e 388-89. Concessão pontifícia de altar portátil, 372-73. Privilégio em caso de interdito, 373-74. Privilégio pontifício a seu pessoal, 374-75. Autorizado a ouvir missa antes da aurora quando os seus trabalhos o exijam, 375. Permite-se-lhe escolher confessor que uma vez por ano o absolva dos reservados à Sé Apostólica, 376. Concede-lhe el-rei feira franca anual em Tomar com excepcionais privilégios, 358-87. Pessoal seu, 56-57, 60, 267-68, 358-64 e 381-82.

HENRIQUE IV (D.), rei de Castela, pai de D. João II, rei de Castela, 9, 11, 103 e 106.

HENRIQUE (Conde D.), filho de el-rei de Castela, depois Henrique III, 99 e 390.

HENRIQUE V, rei de Inglaterra, 94, 123, 141 e 266.

HENRIQUE (D.), infante de Aragão, 125.

HENRIQUES (D. Afonso), rei de Portugal, 366.

HENRIQUES (Afonso), Almirante-mor de Castela, 31, 102 e 390.

HENRIQUES (D. Frei João), bispo de Lugo, 31.

HENRIQUES (João), filho bastardo de Afonso Henriques, almirante-mor de Castela, 390.

HERCULES, colunas de —, 236.

HESDIN (Castelo de), 48.

HISTORIA DO REINO. V. — ESTORYA DO REGNO.

HOLANDA, 142. Duque de —, 34, 87-88, 92, 101 e 169.

- HOMEM (Diogo Fernandes), criado do infante D. Henrique, filho de Nuno Fernandes Homem, 364.
- HOMEM (João Fernandes), 260.
- HOMEM (João Gonçalves), 177.
- HOMEM (Nuno Fernandes), comendador do Casal, 364.
- HOMMEL (Luc), 366.
- HUNGRIA, 93-94 e 275-76. Rei da —, 269. Ano da —, 272.
- IBN-JAHIA (Dom Juda). V. — NEGRO (Juda).
- IBN MARZOK, 181.
- IÇARAUS (Fortun Sanchez de). V. — SANCHEZ DE IÇARAUS (Fortun).
- IÇARAUS (ou Çaraus) (Pero Otays de), 138.
- IGREJA, 5, 71, 125 e 241. Santa —, 273 e 279.
- IGUALADA, povoação espanhola da provincia de Barcelona, 38, 207, 244 e 246.
- ILHAS ADJACENTES, 236 e 359.
- IMPÉRIO ROMANO, 275.
- ÍNDIA, 276. Maior —, 275. Preste João da —, 276.
- ÍNDIAS (Rei das), 275.
- INGLATERRA, 48, 76, 88, 91, 93-95, 119, 123-24, 126-27, 141-42, 144, 164, 213, 278, 281 e 326. Doze de —, 213.
- INOCÊNCIO IV (Papa), 275.
- IORGA (Nicolas), 277.
- IRAO, 275. — oriental, 275.
- ISABEL (D.), filha de el-rei D. João I e de D. Filipa de Lencastre, casada com Filipe o Bom, Duque de Borgonha, 91, 135, 142, 157, 242, 278, 281 e 366.
- ISLAO, 277.
- ISORNA (D. Alvaro de), bispo de Mondonhedo, embaixador da rainha de Castela, D. Catarina, a Portugal, 103.
- ITALIA, 67 e 272.
- IVIÇA, ilha do arquipélago das Baleares, 53-55, 64, 69-71 e 120-21.
- JACOB, doutor em Leis, 77.
- JAEN, 9. Rei de —, 9. Reino de —, 9-10. Bispado de —, 103.
- JAFÁ (Porto de), 91.
- JEREZ (D. Fr. Diego de), franciscano, Bispo de Marrocos, 57-59.
- JERUSALEM, 2, 137, 142 e 275.
- JESUS CRISTO, 3-4, 6, 9, 11, 31, 39, 54, 71, 124, 142, 259, 278, 280, 282-83, 288, 299, 303-04, 306, 314, 317, 341, 348, 354, 355-56, 360, 366, 369-74, 376-77, 383 e 388-89. Nosso Senhor —, 11, 31, 54, 66, 71, 97, 110-11, 121, 152, 157, 163, 225, 232, 234 e 246. Corpo de —, 142. Salvador —, 9. Deus Filho —, 282.
- JOANA (D.), rainha de Nápoles, 125.
- JOANA (D.), condessa de Flandres, 366.
- JOANELA, 133.
- JOAO (D.), bispo do Porto, 6.
- JOAO (Infante D.), pai de D. Fernando de Bragança, 148.
- JOAO (D.), infante de Portugal filho de el-rei D. João I, 135, 157, 273, 301-03, 305, 334, 336 e 359.
- JOAO (D.), infante de Aragão, 125 e 133.
- JOÃO I, duque de Bourbon, conde de Clermont, de Forest, de Lisle e senhor de Beaugieu, 93 e 229-30.
- JOÃO I (D.), rei de Portugal, 2-4, 6-13, 15, 28, 31-35, 39, 48-51, 55-58, 60, 71, 75-77, 79, 81-87, 95, 97-98, 100-01, 103, 107-08, 112-13, 115, 122, 124, 127, 130, 137, 141, 144, 146-48, 150, 164, 168, 171-73, 179, 181, 184, 204, 206, 209-10, 217-18,

- 222, 224-26, 230, 234-35, 237-39, 241-43, 245, 260-63, 267-69, 272-73, 277-78, 282-89, 298-05, 307-14, 316-18, 323, 325, 334, 336-37, 347-48, 350, 353-56, 360, 362, 364, 366-370, 372-77, 385-86 e 388-89. Filhos de —, 289. Conselho de —, 83. Fazenda de —, 83. Justiça de —, 83.
- JOAO (D.) I, rei de Castela, 9, 11, 15-16, 103 e 330.
- JOAO II (D.), rei de Castela, de Leão, de Toledo, da Galiza, de Sevilha, de Córdova, de Múrcia, de Jaén, do Algarve, de Algeciras e senhor de Biscaya e de Molina, 8-9, 32, 36, 48, 122, 144, 308, 315, 318-19 e 390. Conselho de —, 319.
- JOAO XXII, (Papa), 275.
- JOAO XXIII (Antipapa), 1, 2, 4-6, 33-34, 57, 71, 238, 273.
- JOAO (Preste), imperador da Etiópia, 274 e 276-77.
- JONG (Marcus de), 88.
- JORDAO (Levy Maria), 282, 287, 314, 377, 383 e 385.
- JULIAO, pai de Maria Perestrela, 261.
- JULIEN (Ch.-André), 86 e 320.
- JUSARTE (João), 211.
- KIRCHEN (João), 277.
- LA CHAPELLE (Philippe de), flamengo, 137.
- LA CHAPELLE (Martin de), flamengo, 137.
- LAEZUYA, 50.
- LA FEAYCTE (Seigneur de), 229.
- LA FUENTE, 36.
- LAGOS, 34., 165, 169, 336 e 342. Baía de —, 165.
- LA HEUSE (Baudran de), 299.
- LALIM, 263.
- LAMEGO, 263.
- LANÇAROTE DE PORTUGAL (Dr.). V.—PORTUGAL (Lançarote de).
- LANCELAU (Rei), 67-68.
- LAPIS (Nicolau de), arcepreste da igreja dos Santos Gervásio e Protasio de Butrio, diocese de Bolonha e colector dos rendimentos da Câmara Apostólica em Portugal, 2 e 71.
- LARAVRY (Pero Yanez de), V.—YANEZ DE LARAVRY (Pero).
- LA ROCHELA, 141.
- LA ROCHELLE. V.—LA ROCHELA.
- LAROTONA, castelo junto da cidade de Ceuta, 261-62.
- LASAO (Juan de), 139.
- LA SALLE (Antoine de), 137, 141 e 354.
- LA TENERIE (Mestre Jaques de), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
- LAS CASAS (Alfonso de), 236.
- LAS MARCHAS (Conde de), 133. Condado de —, 134.
- LATRAO (Concelho de), 301.
- LAUDE, 72.
- LEAO (Reino de), Espanha, 9. Rei de —, 9 e 104. Reino de —, 9-10, 16 e 18. Rainha de —, 35 e 37.
- LEAO (Duarte Nunes de), 8, 111-12, 117, 123, 206-07, 303, 308 e 318.
- LE BOUTILLIER (Guy), fidalgo da casa de França, 116.
- LECLERCQ (Dom H.). V.—HEFELE (Charles-Joseph) et LECLERCQ (Dom H.).
- L'ECLUSE. V.—S. LUIS, no canal de Bruges.
- LEIBNITZ (G. C.), 8.
- LEITE (Duarte), 128, 149 e 354.
- LE MOS (Gomes Martins de), aio do conde de Barcelos, 148, 159 e 161.

- LENCASTRE (D. FILIPA DE). V.—FILIPA DE LENCASTRE (D.).
- LEONOR DE ARAGAO (D.), rainha de Portugal, mulher de el-rei D. Duarte, 156.
Infanta —, 262.
- LEONOR (D.), Infante de Portugal e imperatriz da Alemanha, 385.
- LEPUZCA, 138.
- LESPEE (Porta de), 42.
- LETRAS PONTIFICIAS. V.—BULAS e outras Letras Pontificias.
- LEVANTE, 120.
- LEYDA, 67.
- LIBIA, 236.
- LISBOA, 32-34, 51, 53, 56-57, 60, 74-77, 85, 87, 89-90, 101, 104, 128, 132, 135-40, 145, 148, 150, 172, 180, 202, 210, 215, 217, 230, 234, 258, 260, 262-64, 266, 276, 292, 306, 325-27, 335, 353, 362, 364 e 379. Diocese de —, 1 e 385. Cardeal de —, 33. Igreja de Santo Estêvão de Alfama de —, 258. Arcebispo de —, 33, 238, 278, 281, 287-88, 382 e 385. Arcebispado de —, 240 e 305. Alfândega de —, 77. Igreja de Santa Justa de —, 362. Mosteiro de Santa Maria do Carmo —, 210. Câmara Municipal de —, 379-80. Arnesados de —, 215. Concelho de —, 234 e 379. Universidade de —, 238.
- LISBOA (João de), corrector, 260-61.
- LISLE (Conde de), João I, duque de Bourbon, 93.
- LIVIO (Tito), 128-29 e 216.
- LOBATO (João), contador dos contos de Lisboa, 32-34.
- LOBATO (Pedro), 306.
- LOBATO (Pero Eanes), cavaleiro, vassalo de el-rei D. João I e genro de João Lobato, 34 e 266.
- LOBO (António de Sousa Silva Costa), 136.
- LOMBARDIA, na Itália, 269.
- LONDRES, 93, 123, 141 e 229.
- LOPES (Fernão), 8, 31, 35-36, 38, 48, 95, 98, 164, 204, 226, 277, 318 e 336.
- LOPEZ (Alfon), 138.
- LOPEZ (P. Atanásio), 58.
- LOPEZ (Sebastião), 138.
- LOPEZ DE AVALOS (Rui), condestável de Castela, 102.
- LOPEZ SETZEDO (Garcia), 231.
- LOURENÇO DE GOMIDE (Gonçalo), escrivão da puridade e do Conselho de D. João I, 84, 89 e 133.
- LUGARES SANTOS, 275.
- LUGO (Bispo de), 31.
- LUIS (D.), rei, 133.
- LUMIAR (Dinis Esteves do), 380.
- LUNA (Conde de). V.—FRADIQUE (D.), de Aragão.
- LUNA (Alvaro de), sobrinho de Bento XIII, 92 e 205.
- LUNA (D. Maria de), avó de D. Fradique de Aragão, 144.
- LUNA (Pedro de). V.—BENTO XIII, Antípapa.
- MACHICO (Capitania de), na ilha da Madeira, 360.
- MADAHIL (António da Rocha), 306.
- MADEIRA (Ilha da), 235 e 357-62.
- MADRAGA, 214.
- MADRID, 254 e 276.
- MAE, 96. V.—NOSSA SENHORA.
- MAGRIÇO, V.—COUTINHO (Alvaro Gonçalves).

- MAGUNTIN (Provincia), 272.
 MAIA (Alvaro Gonçalves da), Escrivão da Câmara de el-rei D. João I, rei de Portugal, e vedor da casa do mesmo rei, 31, 35, 37, 207, 225-27 e 243-45.
 MAIORCA. V.—MALHORCA.
 MALHORCA, cidade das Ilhas Baleares, 49, 64-66- e 70. Reino de —, 49.
 MALAFAIA (Luís Gonçalves), 330.
 MALAFAIA (Pero Gonçalves), vedor da fazenda de el-rei e do seu conselho, 213-14.
 MALAGA, 142, 171-73 e 176.
 MALATESTA (João de), 67.
 MALINES (Senhor de), 46 e 365.
 MALOCELO (Lanzarotto), 84 e 276.
 MANJOES (Quinta dos), 261.
 MANRRIQUE (Pero), adiantado de Castela, 102 e 106.
 MAR VERMELHO, 277.
 MARÇALA (Juan de), 143.
 MARCAS. V.—LAS MARCHAS, Conde de.
 MARCOS (Lourenço), 258.
 MARIGNOLLI (Fr. João de), franciscano, 276.
 MARINESCU (Constantin), 277.
 MARINO (Gonçalo), 231.
 MARQUES (Afonso), 322.
 MARQUES (João Martins da Silva), 33, 39, 48, 76-77, 84, 95, 123, 214, 218, 234, 262, 266-67, 282, 287, 289, 314, 342, 358, 360-61, 364, 377 e 383.
 MARROCOS, 34, 57-58, 86, 164, 173, 180-81, 184, 213, 226, 228 e 332. Bispo de —, 57-58. Cabido da igreja de —, 59. Rei de —, 320. Dobras de —, 351.
 MARTIN (D.), rei de Navarra, 125.
 MARTINEZ DE RUEDA (Gonçalo), 231.
 MARTINHO (D.), Arcebispo de Braga, 6.
 MARTINHO V (Papa), 272, 273-74, 277, 282, 287-88, 299, 301, 303, 305, 310-12, 314, 316-17, 347-48, 353-56, 366-377, 383, 388 e 391.
 MARTINS (Alvaro), tabelião, 261, 379 e 381.
 MARTINS (Antão), servidor de el-rei D. João I de Portugal, 55-56.
 MARTINS (Diogo), doutor em leis, 77.
 MARTINS (Estêvão), vinhateiro, 380.
 MARTINS (Estêvão), tabelião, 381.
 MARTINS (Dr. Gil), embaixador de el-rei D. João I ao Concílio de Constança e ao Imperador de Constantinopla, desembargador e protector da Universidade, 237-38, 287 e 317.
 MARTINS (João), mestre dos tréus ou velas latinas, 258.
 MARTINS (Joaquim Pedro de Oliveira), 269 e 275.
 MARTINS (Vasco), tabelião em Santarém, 260-61.
 MARTINS (Vasco), escudeiro de D. Fernando de Meneses, 379-81.
 MARTINS o Moço (Gomes), tabelião de el-rei D. João I em Lisboa, 258-59, 261 e 381.
 MARTRES, 68.
 MARVAO (Castelo de), 214.
 MASCARENHAS (Alvaro Fernandes), Senhor de Carvalho, 149 e 191.
 MASCARENHAS (Jerónimo de), 191.
 MATILDE (D.), nome que passou a ter D. Teresa, filha de D. Afonso Henriques, depois do casamento com Filipe de Alsácia. V.—TERESA (D.).
 MEDIO ORIENTE, 274.
 MEDITERRANEO (Mar), 91.

- MELO (Estêvão Soares de), 6.º senhor de Melo, filho de Martim Afonso de Melo e de D. Inês de Brito, 149, 171-72, 174 e 183.
- MELO (Martim Afonso de), guarda-mor de el-rei D. João I, alcaide-mor de Évora, de Olivença e Senhor de Barbacena, 86, 183-85 e 210-11.
- MENDES, mestre da Ordem de Santiago, 304.
- MENDES (Alvaro). V. — CERVEIRA, Alvaro Mendes. Porta de —, 204. Torre de —, 323.
- MENDES (Alvaro), filho de Lourenço Mendes, Aragão, 66.
- MENDES (João), corregedor da Corte de el-rei D. João I, 240.
- MENDES (Lourenço), pai de Alvaro Mendes, 66.
- MENDOZA (D. Lopo de), arcebispo de Santiago de Compostela, 164.
- MENESES (D. Duarte de), 213-15 e 267.
- MENESES (D. Fernando de), 208 e 379-81.
- MENESES (D. João Afonso Telo de), 1.º Conde de Viana do Alentejo, 211.
- MENESES (Conde de D. Pedro de), alferes do infante D. Duarte, depois 2.º conde de Viana do Alentejo, 1.º de Vila Real, almirante do reino e durante 22 anos capitão de Ceuta, 171-72, 202-04, 208-09, 211-215, 262, 267, 296, 305, 309, 313, 320, 323, 325-26, 329, 331-32, 335, 337, 339, 343, 350-51 e 358.
- MENESES (Fr. Sebastião de), trinitário português, 33.
- MERCADER (João), baillio geral de Valência, 64-66, 111, e 222-23.
- MERINIDAS, 86.
- MESSINA, 125-26.
- METENE (Castelo de), em Ceuta, 321-22.
- MIGNE, 275.
- MILÃO (Duquesa de), 67-68.
- MINHO, 89.
- MIR (Guilherme), 126-27.
- MIRANDA (Ambrósio Hulci), 86.
- MOGUER (Senhor de), 204, 208-09. Senhorio de —, 205.
- MOLEY CAIDE, sobrinho do rei de Granada, 329-30, 340, 342 e 345.
- MOLINA (Senhor de), 9. Senhorio de —, 9-10.
- MOLYNOS, 132.
- MONDANHEDO, 99 e 103-04. Bispo de —, 99, 103-04, 122 e 144.
- MONDO, inglês que combateu em Ceuta, 141.
- MONDONHEDO. V. — MONDANHEDO.
- MONIZ (Garcia), fidalgo que foi da guarda do infante D. Henrique, 149 e 195-96.
- MONTBLANCH, 97 e 109-111.
- MONTE ACHO, 173, 184 e 189. V. — ALMINA.
- MONTEMOR-O-NOVO, 85 e 88.
- MONTEMOR-O-VELHO, 242. Senhor de —, 242, 269, 272 e 276. Feira de —, 386.
- MONTES CLAROS, perto da Líbia, 236.
- MONTPROUX (Senhor de), do conselho do duque de Borgonha, 47.
- MOTREÇU, 138.
- MOURA (Alcaide de), 213.
- MOURA (Beatriz Gonçalves de), 335.
- MOUROS, 192.
- MUGE, 85.
- MULLEY AÇO, 320.
- MULLEY BUALLEY, rei de Marrocos, 320.
- MULLEY BUÇAYDE, 320.
- MUNENDO, 141. V. — MONDO.

- MUNIQUE, 235.
- MURCIA, 9. Rei de —, 9. Reino de —, 9-10.
- MURTA (Dom), proprietário de galés em Maiorca, 64-65 e 70.
- MUSSULMANOS, 86 e 192.
- NAPOLÉS, 134. Reino de —, 91 e 134. Rainha de —, 125 e 133.
- NARBONA (Tratado de), 238.
- NATAL, de Jesus Cristo, 74 e 381-82.
- NAVA (Mossem Suero de), cavaleiro e conselheiro de Fernando I de Aragão, 106-110, 113 e 121.
- NAVARRA, 49. Infanta de —, 134. Rei de —, 125, 178 e 281.
- NAVEGADOR, cognome do infante D. Henrique, 277, 307, 355, 360. V. — HENRIQUE (Infante D.) de Portugal.
- NEGRELOS (Alvaro Afonso de), sobrinho de D. Pedro de Meneses, 215.
- NEGRO (Juda), judeu, servidor da rainha D. Filipa de Lencastre, 92-93.
- NEUFFORT, 46.
- NEUSTADT, 269.
- NEVE (Joseph), 137 e 354.
- NICOLAS (Don Père), 70-71.
- NICOLAU (Bernardo), habitante de Iviça, Ilhas Baleares, 53.
- NICOLAU (Paulo de), escrivão de Fernando I rei de Aragão, 108-111, 131, 147, 225 e 244.
- NOGUEIRA (Alvaro), 203.
- NONO (I.), 269.
- NORMANDIA, 48, 92 e 141.
- NORONHA (D. Fernando de), Conde de Vila Real, 326, 337, 344.
- NORONHA (D. Henrique de), 203 e 208.
- NORONHA (D. João de), 203, 208, 326-27, 329-332, 337, 341 e 344.
- NOSSA SENHORA, 94 e 96. Assunção de —, 385.
- NOVES (Miguel de), 126.
- NOBIA (Patriarca da), 276.
- OBIDOS (Castelo de), 80.
- OCIDENTE, 274. Concílio geral do —, 274.
- ODIVELAS, 166.
- OGIERLANDE (Mestre Dankart de), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
- OLIVENÇA (Alcaide-mor de), 86.
- ORDEM DE ALCANTARA, Mestrado de —, 98; mestre da —, filho de Fernando I, rei de Aragão, 95-96 e 98.
- ORDEM DOS FRADES MENORES ou Franciscanos, 378.
- ORDEM FRANCISCANA, 57 e 373 e «passim».
- ORDEM DE JESUS CRISTO, 1, 71-72, 152, 302, 305, 360-62, 366-68 e 388. Regedor da —, 386. Comendador da —, 346 e 361. Comendadores das Casas da —, 371. Administrador Geral da —, 367, 369, 370, 371 e 388. Mestres gerais da —, 367. Freires do Convento da —, 369. Freires da —, 370. Mestre da —, 71, 85, 150, 203, 211 e 214. Escudeiro do Mestre da —, 203.
- ORDEM MILITAR DE AVIS, Mestre da —, 85, 302 e 307.
- ORDEM MILITAR DE CACERES, 301.
- ORDEM MILITAR DE CALATRAVA (Mestre da), 102.
- ORDEM MILITAR DOS CAVALEIROS DE EVORA, 302.
- ORDEM MILITAR DE SANTIAGO DE ESPADA, 301 e 305. Mestrado da —, 240, 301 e 305. Em Portugal —, 302. Administrador da —, 303. Mestre da —, 85, e 134-35.

- ORDEM DE S. ANTÃO DA ETIÓPIA, 273-74.
 ORDEM DO SANTO SEPULCRO, 2-3.
 ORDEM DE UCLÈS, 301.
 ORDENS DE CAVALARIA, 301. V. — ORDEM MILITAR.
 ORDENS MILITARES PORTUGUEAS, 8, 86, 302 e 305. V. — ORDEM MILITAR.
 ORIENTE, 276.
 ORLEANS (Duque de), regente de França no tempo de Carlos VI, 40.
 ORTEGA, O. F. M. (P. Angel), 254.
 ORTES, 127.
 ORVALHO (João Gomes). V. — ARNALHO (João Gomes).
 OSÓRIO (João Álvares), guarda-mor de D. João II de Castela, 31.
 OSTENDE 39 e 46.
 OTAYS DE ÇARAUS (Pero), 138.
 OTGER (João), governador de Iviça, 69, 71 e 120-21.
 OUDEN WITTENBOUC, 39.
 OUGUELA (Alcaide de), 214.
 OUREM (Conde de), 211. Feira de —, 386.
 PAÇOS DA SERRA DE EL-REI, na Serra de El-Rei, freguesia do concelho de Peniche, 323, 325 e 335.
 PAIS (Gomes), gentil-homem português, 67.
 PAIVA (Diogo Soares de), 327.
 PALENÇA, 101.
 PALESTINA, 276.
 PALHAVÁ (Sancha Anes de), 362-63.
 PALMA (Senhor de), 204.
 PANISCOLA, 248-250, 252-53, 255 e 257.
 PAPIA. V. — PAVIA.
 PARIS, 40, 94, 149, 354 e 366.
 PARISIS, moeda de Flandres, 46.
 PASCOA, 85, 205, 382 e 385-86.
 PATRIARCA DE CONSTANTINOPLA, administrador perpétuo do arcebispado de Sevilha, 208-09.
 PAULO, secretário de D. Fernando I de Aragão, 107-08.
 PAULO (Marco). V. — POLO (Marco).
 PAVIA, 302 e 304.
 PEDRO, frade da Ordem de S. Antão da Etiópia, 372-73.
 PEDRO (Infante D.), de Portugal, filho de el-rei D. João I depois Regente do Reino, 49-52, 73, 75, 82, 85-86, 88-90, 92-93, 128-29, 134-35, 143, 150, 152, 154, 156-57, 161, 163, 173, 175, 177, 179, 187, 196, 203, 206, 213, 217, 229-30, 241-42, 269, 272-73, 275-76, 299, 302, 306, 325, 335-36, 361, 374 e 376-77.
 PEDRO I (D.), rei de Portugal, 92.
 PENA FURADA, 338.
 PENELA, 242. Feira de —, 386.
 PENICHE, 325.
 PENINSULA Ibérica, 79 e 86.
 PENISCOLA. V. — PANISCOLA.
 PEREIRA (Afonso), 330-31.
 PEREIRA (Duarte), 186.
 PEREIRA (Duarte Pacheco), 354 e 358.
 PEREIRA (Francisco Maria Esteves), 93 e 149.
 PEREIRA (Gabriel), 235.

- PEREIRA (D. Gonçalo), Capela de —, 261.
 PEREIRA (João), por alcunha o Agostinho, um dos doze de Inglaterra, combatente da tomada de Ceuta, 213 e 330.
 PEREIRA (João), criado de el-rei D. João I, escudeiro do infante D. Henrique e mais cavaleiro, 267-68, 326, 346.
 PEREIRA (João Alvares), 149.
 PEREIRA (Nuno Alvares), Condestável do Reino de Portugal, 85, 88, 106-08, 110-11, 135, 150, 210 e 273.
 PERES (Damião), 358 e 361.
 PERES (Gonçalo), tabellão, 379 e 381.
 PERES (Vasco), embaixador de el-rei D. João I ao Concílio de Constança e ao Imperador de Constantinopla, cônego da Sé de Coimbra, 237-38.
 PERESTRELA (Maria), 260-61.
 PERESTRELO (Bartolomeu), 359 e 361.
 PEREZ EMBID, 236.
 PEREZ DE GUZMAN (Fernan), 31.
 PERIZ DE LA BARRECA (João), patrão de nau de Castela, 70.
 PERNIA (Pedro de), franciscano, 243, 246-248 e 250-57.
 PERPINHAO, 67-68, 207, 224-26, 232 e 234.
 PERRIBATALHA, fidalgo da casa de França, 116.
 PERSIA, 275.
 PESSANHA (Carlos), almirante do reino, filho de Lançarote Pessanha, 84, 150, 327 e 330.
 PESSANHA (Lançarote), almirante do reino, pai de Carlos Pessanha e filho de Manuel Pessanha, 84 e 150.
 PESSANHA (Manuel), almirante do reino, pai e avô de Lançarote e Carlos Pessanha, respectivamente, 84.
 PESSANHAS, almirante do reino, 84. V. — PESSANHA (Carlos, Lançarote e Manuel).
 PHILIBERT, Senhor de Chantemelle, do Conselho do duque de Borgonha, 47.
 PIANCARPINO (João de), franciscano, 275.
 PIAVA, na Itália, 269.
 PIAVE. V. — PIAVA.
 PIMENTEL (Alberto), 95.
 PINA (Rui de), 158, 213, 277, 303, 316, 354 e 361.
 PINHEIRO (Dr. Diogo), vigário de Tomar, 360.
 PINHEIRO (Gonçalo Lourenço), 382.
 PIRES (Afonso), porteiro do cabido da sé de Viseu, 382.
 PIRES (Alvaro), tesoureiro da cidade de Viseu, 382.
 PIRES (Gonçalo), 259.
 PIRES (Vasco). V. — PERES (Vasco), embaixador de el-rei D. João I ao Concílio de Constança.
 PISA (Concílio de), 2, 4, 6 e 33.
 PISANO (Mateus de), 8, 32, 141, 180, 184 e 189.
 PLANO CARPINO (João de). V. — PIANCARPINO (João de).
 POLO (Marco), viajante veneziano, 276.
 POMAR (Mossem João de), 261-62 e 308-09.
 POMAR (Martim de), fidalgo da corte de Aragão, 262 e 309.
 POMBAL (Feira de), 386.
 POMBEIRO (Mosteiro de), 58.
 PONTA DO CARNEIRO, 338.
 PONTIFICIUM ATHENAEUM ANTONIANUM, 278.
 PORTEL, 135.

- PORTO, 5-6, 31, 33, 35, 74, 77, 89, 90, 127-28, 135, 137, 140, 148, 150, 173, 190, 217, 327, e 354. Prelado do —, 5. Bispo do —, 6, 33 e 238. Armazém do —, 77.
- PORTO DE EL-REI, em Ceuta, 343-44.
- PORTO PETRO, 64-65.
- PORTO SANTO (Ilha de), 359-61.
- PORTOCARREIRO (Diogo Vaz), 322 e 342.
- PORTOCARREIRO (Elvira Fernandes), filha de Martim Fernandes Portocarreiro e 1.ª mulher de Alvaro de Luna, 205.
- PORTOCARREIRO (Martim Fernandes), português ao serviço de Castela fronteiro e alcaide-mor de Tarifa e Senhor de Moguer, 172, 204-06, 208-09 e 353.
- PORTOCARREIRO (Pedro Fernandes), filho de Martim Fernandes Portocarreiro, 172 e 205.
- PORTUGAL, 2, 4, 7-9, 11-13, 15, 20, 32-33, 35, 39, 41-42, 45-48, 50-53, 55, 62, 65-67, 69, 71, 88, 91-93, 95, 97, 100, 106, 108, 111-13, 117, 119-20, 122-27, 130, 132, 136, 141, 144, 146-47, 168, 170-71, 178-81, 206, 208-09, 222, 226-27, 230-31, 235-36, 242, 255, 262, 276, 282, 286, 301, 308, 313, 315, 319, 328, 330, 338, 350, 352, 355, 364, 368-371, 373 e 381. Rei de —, 6, 10, 16-18, 21-25, 28, 31-38, 47, 50, 52, 55-57, 60, 62, 66, 69, 71, 76-77, 87, 93-95, 97, 102, 106-111, 114, 117, 122-24, 127, 130-31, 142-44, 170, 204, 209, 222, 224, 226, 231, 238, 240, 243-46, 263, 266, 269, 276, 278, 281, 283-84, 288-89, 301-03, 305, 308-12, 314, 316-17, 319, 347-48, 354, 356, 364, 366, 372, 374-77, 386 e 388-89. Rainha de —, 107, 110, 121 e 166. Reino de —, 3, 9-12, 19, 21-25, 32, 39-41, 43-44, 47, 50, 66, 71-72, 88, 92, 101, 111, 132, 140, 170, 235, 263, 302-03, 305, 315, 318, 328, 365, 367-71, 385 e 388.
- PORTUGAL (Lancarote de), Doutor em Direito pela Universidade de Bolonha, professor da portuguesa, do desembargo de el-rei D. João I e seu secretário, conde Palatino e embaixador do Concílio de Pisa, 2-7 e 50.
- PORTUGAL (Fr. Lourenço de), franciscano, bispo de Ceuta, 58.
- PORTUGUESES, 39, 192 e 213. Privilégios reais —, 39.
- POU Y MARTI (Fr. José Maria), franciscano, 274.
- POULARGUES (Seigneur de), 229.
- PRAZIDA (Dobras de), 351.
- PRIOR DO HOSPITAL. V. — CAMELO (Alvaro Gonçalves).
- PUNHETE, 135. V. — CONSTANCIA.
- QUARACCHI, junto de Fiorença, 376.
- QUEIRÓS (Afonso Garcia de), 337-38.
- RABAÇAL (Reguengo do), 242.
- RAPPONDE (Mestre Dine), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
- RAU (Virgínia), 386.
- RAYNALDUS, 282 e 314.
- RECONQUISTA, 86 e 278.
- REDENTOR, 284 e 383.
- REIS MAGOS, 275.
- REFOIOS (Mem Roiz de), alferes do infante D. Henrique, 149 e 183.
- REGENCIA (Carta da), 361.
- REGENTE DO REINO. V. — PEDRO (Infante D.), de Portugal.
- REI DOS REIS, 282.
- REIS (Ofício dos), 75.
- RENGATGES, 68.
- RESTELO, 148, 150-51, 158-59, 161, 163-64, 167 e 171.
- RIALTO, na Itália, 269.
- RIBA-GUADIANA, 85.

- RIBATEJO, 90.
RIBEIRA DO SOR, 85.
RIBEIRO (João Pedro), 299.
RIBEIRO (Mário Sampaio), 150.
RIBESALTES (João de), conservador-mor do Património de el-rei D. Fernando I de Aragão, 67.
RICARD (Robert), 173, 180-81, 184, 189, 191 e 213-14.
RICHARTE. V. — ERRICHARTE.
ROBERTO (Conde), 40.
ROCHELA, 48. V. — LA ROCHELA.
ROIZ. V. — RODRIGUES.
RODRIGUES (Estêvão), escrivão de el-rei D. João I, 262.
RODRIGUES (Gonçalo), raçoeiro da igreja de Santo Estêvão de Alfama, 258.
RODRIGUES (João), comitre ou oficial de galés, 204-05.
RODRIGUES (José Maria), 306.
RODRIGUES (Vasco), chantre da Sé de Braga, 261.
ROIG (G.), habitante de Ivíça (Baleares), 53.
ROIZ (Isabel), mãe de Diogo Fernandes Homem, 364.
ROIZ (João), escudeiro de el-rei D. João I e Ichão da rainha D. Filipa de Lencastre, 123.
ROIZ (Mem), porta-bandeira em Ceuta, 199.
ROJAS (D. Sancho de), arcebispo de Toledo, 102.
ROMA, 2-3, 5, 7, 33-34, 59, 269, 278, 305, 389 e 392. Papa de —, 92. Igreja de S. Pedro de —, 391.
ROMA DU BOCAGE (Carlos), 230.
ROMAGNA. V. — ROMANHA.
ROMANHA, na Itália, 269.
ROMERO (Sancho), escrivão da câmara de D. João II de Castela e notário, 31.
ROVIRA (F.), 249, 255 e 257.
RUBICAO (Bispo de), Canárias, 250 e 254.
RUBICENSE (Diocese), 247, 249, 251, 253-54 e 257. V. — RUBICAO (Bispo de).
RUBRUC (Guilherme de), franciscano, 276.
RUBRUK. V. — RUBRUC.
RUSSIA, 275.
RYCHARTE, 141.
RYMER, 95, 123 e 266.
SÁ (Fernão de), alcaide-mor do Porto, 327.
SÁ (João Roiz de), 149.
SACAVEM, 122-23, 128, 133, 135, 152, 166 e 168.
SACRAMENTOS, 277.
SAGILLMENÇA (Dobras de), 351.
SAGRADA ESCRITURA, 319.
SAINT CLOUD, 40.
SAINT GEORGE, 46.
SAINT-REMY (Seigneur de), 229.
SALADO (Rio), 86. Batalha do —, 334.
SALAH BEN SALAH, 174, 176-77, 202-03 e 324.
SALAS (Javier de), 132 e 166.
SALINS (Senhor de), 40 e 365.
SALVATERRA DE MAGOS (Feira de), 386.
SALZEDAS (Mosteiro de), 335.

- SAMPAIO (José Pereira), 40.
 SAMPAIO (Luís Teixeira de), 230.
 SANCHES (Sancho), 124.
 SANCHES DE BENAVIDES (Dias), embaixador da rainha de Castela e caudilho do bispado de Jaén, 103-06 e 122-23.
 SANCHES DE IÇARAUS (Furtun), 138.
 SANCHEZ DE LYANDRE (Gonçalo), 139.
 SANCHO (D.), infante de Aragão, filho de Fernando I, 132.
 SANCHO I (D.), rei de Portugal, 366.
 SANCTA PAU (Mossen Calceram de), 126.
 SAN JUAN DONDARA, 139.
 SANLOCAR DE BARAMEDA, 143.
 SANTA CATARINA, (Forte de), 163.
 SANTA CRUZ, 341.
 SANTA ESCRITURA, 92.
 SANTA MARIA, 382.
 SANTA MARIA, lugar da velha Ceuta, 215.
 SANTA MARIA (Ilha de), 362.
 SANTA MARIA DE AGOSTO, 174.
 SANTA MARIA DO CARMO (Mosteiro de), 210.
 SANTA MARIA DOS MARTIRES (Igreja de), 133.
 SANTA SE, 4, 277, 305 e 388.
 SANTA TRINDADE. V. — SANTÍSSIMA TRINDADE.
 SANTANDER, 139 e 390.
 SANTAREM, 34, 57, 60, 73, 75, 77-78, 80, 85, 132, 135, 137, 260, 289 e 299. Castelo de —, 80. Cortes de —, 289.
 SANTAREM (Visconde de), 48.
 SANT DIONIS (Dr. Dalman de), doutor em leis e conselheiro de Fernando I de Aragão, 106-10, 113 e 121.
 SANTIAGO, 163 e 167.
 SANTIAGO (Convento de), dos franciscanos em Ceuta, 376-378.
 SANTIAGO DE COMPOSTELA, 32, 115, 170-71. Deão de —, 32 e 102. Arcebispo de —, 164 e 170-71.
 SANTÍSSIMA TRINDADE, 33, 36, 109-10, 127, 225, 229 e 269.
 SANTISTEVAN DEL PUERTO, 106.
 SANTO AGOSTINHO, 8.
 SANTO ANTONINHO (João Martins de), 380.
 SANTO ESTEVAO (Freguesia de), Lisboa, 258. Igreja de —, 288.
 SANTO LENHO, 152.
 SANTO PADRE, 169.
 SANTO SEPULCRO, 91.
 SANTOS S. J. (Domingos Maurício Gomes dos), 354-55.
 SANTOS DOUTORES, 319.
 S. DETOLE (Fr. Teodósio Somigli di), franciscano, 274 e 276-77.
 S. FRANCISCO, 390. — de Assis, 378.
 S. ISIDORO DE SEVILHA, 128.
 S. JOAO BAPTISTA, 75, 87-88 e 382.
 S. JORGE. V. — SAINT GEORGE.
 S. JORGE (Mosteiro de), 201.
 S. JOSE (Jerónimo de), 33.
 S. LUIS, no canal de Bruges, 42-45.

- S. MIGUEL (Dia de), 11.
 S. MIGUEL (Igreja de), junto a Viseu, 381-82.
 S. MIGUEL (Ilha de), 361-62.
 S. PAULO, 274, 285, 313, 378 e 391-92.
 S. PEDRO, 2-3, 5, 7, 59, 92, 251, 274, 285, 288, 313, 377-78, 389 e 391-92.
 S. PEDRO «ad Vincula» (Cardeal do título de), 33.
 S. VICENTE (Bandeira de), 202.
 SARDENHA (Reino da), 49.
 SARZEDAS. V. — SALZEDAS.
 SAULS (Jean de), escrivão do duque de Borgonha, 47.
 SCHMELLER, 235.
 SCRIVA (João), governador do reino de Valência, 61 e 63.
 SE APOSTOLICA, 301, 317 e 374.
 SEABRA (Diogo de), alferes, de el-rei D. João I, 187 e 208.
 SEGOVIA, 319.
 SEIÇA, (Abade do Mosteiro de Santa Maria de), 1.
 SEM (Martim do), Doutor e embaixador de el-rei D. João I, rei de Portugal, presente ao Tratado de 1411 com Castela, 31, 35, 104, 308 e 318.
 SEM MEDO (João), duque de Borgonha, 39-40, 48 e 364-66.
 SEM FAVOR (João). V. — SEM MEDO (João).
 SENHOR — referido a Jesus Cristo, 58-59, 80, 235, 251-52, 257, 272, 274, 283-84, 288, 300, 303-05, 312, 348, 354, 369-72, 377-78, 385 e 391-92.
 SEPTTE, (Serpa ?), 230.
 SEQUEIRA (D. Fr. Fernão Rodrigues de), 85.
 SEQUEIRA (Fernão Vaz de), 208.
 SERPA, 230.
 SERRA DE EL-REI, do concelho de Peninhe, 325-26.
 SERRA RAFOLS, 235.
 SEVILHA, 9, 101, 103, 142-43, 209, 222, 254 e 324. Rei de —, 9. Reino de —, 9 e 10. Administrador perpétuo do arcebispado de —, 204 e 208-09. Arcebispo de —, 254 e 256-58. Custódia franciscana de —, 255.
 SICILIA, 49-50, 55-56, 81, 91, 106-07, 113-14, 125-26, 129, 134, 143-44, 146-47, 169, 222-23 e 308-09. Rainha da —, 49-50, 81-82, 245. Reino da —, 49, 51, 91, 106-07, 124-25, 132. Rei da —, 55-56, 67, 96-97, 100, 109-10, 130, 132, 147, 166, 168, 171, 209, 224-26, 229, 238-39, 243-44 e 309.
 SICILIA (Martinho da), rei de Aragão e da Sicília, 49, 125 e 144.
 SIGISMUNDO, imperador dos romanos, 171, 207, 226, 269, 273, 274, 277 e 318.
 SILVA (Aires Gomes da), filho de João Gomes da Silva, 208.
 SILVA (Diogo Gomes da), 149.
 SILVA (João Gomes da), Embaixador de el-rei D. João I de Portugal, seu alferes-mor, presente ao Tratado de 1411 com Castela, 31, 35, 86, 104, 148, 164, 170-71, 208, 308 e 318.
 SILVA (José Soares da), 8, 111-12, 117, 123, 206, 308 e 318.
 SILVA (Rui Gomes da), genro de D. Pedro de Meneses e alcaide de Campo Maior e Ouguela, 214.
 SILVEIRA (Nuno Martins da), 203 e 208.
 SILVES, 33, 152. Bispo de —, 33.
 SILVES (Diogo de), 361.
 SIMOES (Velga) 237.
 SINAI (Monte), 236.
 SINT ANNA TER MUIDEN, 42-43 e 46.

- SINTRA, 53, 80, 82, 85-86, 98, 100, 150, 180, 211, 307 e 385. Castelo de —, 80. Feira de —, 386.
- SINTRA (Pedro de), 354.
- SLESSAREV (Vsevolod), 277.
- SOBRAL (Gil Gonçalves), sogro de João Gonçalves Farto, 381-82.
- SOMIGLI. V. — S. DETOLE.
- SORTELHA (Vasco Gonçalves de), clérigo de missa, pai de Aparício Vasques, 268.
- SOSPITELLO (Dominicus de Gubernatis a), 377.
- SOUSA (Diogo Lopes de), 213 e 381.
- SOUSA (Gonçalo Eanes de), 149.
- SOUSA (Gonçalo Roiz de), pai de Luis de Sousa, 152 e 214.
- SOUSA (D. Lopo Dias de), mestre da Ordem de Jesus Cristo, 72, 85, 150, 211, 214, 367-68, 370-71 e 389.
- SOUSA (Luis de), claveiro da Ordem de Cristo, camareiro-mor do infante D. Henrique e filho de Gonçalo Roiz de Sousa, 152.
- SOUSA (Martim Afonso de), 149.
- SOUSA (Rui de), alcaide do castelo de Marvão, 214. Postigo de —, 214.
- SOUSA (Rui Borges de), 326.
- SOUTHAMPTON, 266.
- STAATS-ARCHIV, Vienna de Austria, 269 e 275.
- STADSARCHIEF, Bruges, 39.
- STADSCARTULARIUM, 39.
- STAEDLER (E.), 282.
- STRUVE, 385.
- STUTTGART, 277.
- SUDHEIM (Ludolfo de), 276.
- SÚPLICAS, 277-79, 287, 289-91, 310-11, 313, 316-17, 347, 354-55.
- SURANA (Francesch), 65.
- TANGER, 33, 156, 289 e 360. Bispado de —, 385.
- TARIFA, 172, 204-06, 208-09, 321, 323-25, 335, 337-38 e 353. Alcaide de —, 334 e 337.
- TAROUCA (Terras de), 263. Feira de —, 386.
- TAVARES (Gonçalo Esteves), 321.
- TAVIRA, 217, 226 e 272.
- TAVORA (Pero Lourenço de), 149.
- TEIXEIRA (Tristão), escudeiro do infante D. Henrique e descobridor da ilha da Madeira, 357 e 359-61.
- TEJO (Rio), 89, 132 e 135. Ribeira do rio —, 132.
- TELLI, na ilha de Grã-Canária, 236.
- TENTOGAL, 75, 85, 242 e 387.
- TERESA (D.), filha de el-rei D. Afonso Henriques, casada com Filipe da Alsácia, conde de Flandres, 366.
- TERRA ALTA, 236.
- TERRA SANTA, 277-79, 282, 285 e 287.
- TERRASSE (Henri), 86.
- TISNADO (Alvaro Vasques), 211.
- TODOS OS SANTOS (Dia de), 362.
- TOLEDO (Rei de), 9. Reino de —, 9 e 10. Arcebispo de —, 102 e 256-57. Província de —, 258.
- TOLOSA, 68.
- TOMAR, 385-86. Convento de Cristo de —, 1. Vigário de —, 360. Feira anual de —, 385-86.
- TOMBUCTU, 237.

- TOREYO (João), mercador de Malorca, 64-66.
 TORO (Batalha de), 213-14.
 TORRENT, lugar da provincia de Barcelona, 62.
 TORRES (Martinho de), embaixador de Fernando I de Aragão, 107 e 124-26.
 TORRES VEDRAS, 75, 80, 85, 87, 89, 116 e 172. Castelo de —, 80. Conselho régio em 1414 em —, 87.
 TOST (Paulo de), 272.
 TOVAR (Pedro de), 93 e 229-31.
 TRAGLIAMENTO, 269.
 TRANCOSO, 86 e 210.
 TRAS-OS-MONTES (Comarca de), 89.
 TRASTAMARA (Casa de), 145.
 TRATADO de Paz de 31 de Outubro de 1411 entre Portugal e Castela, 7-8, 31-32, 34-35, 39, 48, 97, 100, 103, 122, 308, 315-16, 318 e 390.
 TRAVAÇOS (Diogo Gonçalves de), vedor de el-rei D. João I, 187 e 208.
 TREVISO, antiga capital da provincia italiana do Vêneto, 269. Marca de —, 269-72 e 275-76.
 TRISTÃO (Ponta de), 360.
 TSERSTEVENS (A.), 277.
 TUNES, 351.
 UBILA (San Juan de), 138.
 UNIVERSIDADE, 238 e 306-07; — de Coimbra, 308; — de Lisboa, 238. Protector da —, 307.
 URGEL (Condessa de), 107.
 URGEL (Jaime), Conde de Urgel pretendente ao trono de Aragão, 36, 68, 106-07, 112, 144-46.
 VALDIGEM, 263.
 VALENÇA DO MINHO (Feira de), 386.
 VALENÇA, 61-66, 70, 111, 121, 125, 131, 137, 146-47 e 223. Reino de —, 61, 63 e 107. Baillo geral de —, 64-65 e 22. Rei de —, 224.
 VALENCIA DE ALCANTARA, 132.
 VALENCIA DEL CID, 226.
 VALERA (Diego de), 106.
 VALVERDE, 95-98.
 VAN SEVEREN (L. Gilliodts), 39.
 VASCONCELOS (D. Mem Rodrigues de), Mestre da Ordem de Santiago, 85.
 VASQUES (Aparício), cantor do infante D. Henrique, 268.
 VASQUES (Diogo), 324.
 VASQUES (Fernão), clérigo de missa, pai de João Fernandes Homem, 260.
 VASQUES (Gonçalo), raçoelro da igreja de Santo Estêvão de Alfama, 258.
 VASQUES (Gonçalo), escrivão da audiência dos homens do mar, 234.
 VASQUES (Gonçalo). V. — CASTELO BRANCO (Gonçalo Vasques de).
 VASQUES (João), pai de Pero e João Vaz de Almada, 326.
 VASQUES (João), 77-78.
 VASQUES (João), escrivão, 307.
 VASQUES (Martim), escrivão de el-rei D. João I, 240 e 242.
 VASQUES (Nuno). V. — CASTELO BRANCO (Nuno Vasques de).
 VAZ. V. — VASQUES.
 VATICANO, 59 e 354-55.
 VAZ (Gil), 185.
 VELASCO, licenciado em Leis, 77.

- VELHO (Fr. Gonçalves), 235-36, 255, 346 e 361-62.
 VENEZA, 269, 275 e 277.
 VENETO, provincia italiana, 269.
 VERCI (G. B.), 269.
 VERLINDEN (Charles), 84 e 276.
 VERONA (Marca de), 269.
 VIANA (Alvaro de), criado do arcebispo de Santiago de Compostela, 164.
 VIANA DO ALENTEJO (1.º Conde de), 211. (2.º Conde de), 211.
 VICENTE (Lourenço), 123.
 VICENTE (Lourenço), filho de Martin Vicente Moço, 363.
 VICENTE MOÇO (Martim), filho de Vicente Afonso, 363.
 VICENTE (Pero), escrivão de D. João I, 77.
 VIEIRA (Alvaro Eanes), anadel-mor dos besteiros de cavalo por alcunha o Cerna-
 che, 214.
 VIENA, 269 e 275.
 VIGO, 171.
 VILA NOVA DE ANÇOS, 242.
 VILA REAL, 229 e 325-26. 1.º Conde de —, 211. Fronteiro de —, 325. Feira de —, 386.
 VIRGEM MARIA, 108 e 224. V. — NOSSA SENHORA.
 VISEU, 73, 75, 239, 323 e 325-26. Duque de —, 157, 217, 230, 239, 240, 272, 290, 353,
 354, 372-76 e 386. Bispo de —, 238. Alcaidaria-mor da cidade de —, 239. Cabido
 da Sé de —, 381. Igreja de S. Miguel de —, 381-82. Feira de —, 386.
 VISSOC ET THIERRY LE ROY (Mestre Anthoine), do conselho do duque de Bor-
 gonha, 47.
 VITERBO, cidade, 274.
 VITERBO (Sousa), 91, 213-14 e 366.
 VIVAS (Frances Juan), da facção de D. Jaime, Conde de Urgel, 137 e 144.
 VOLGA (Rio), 275.
 VON DOELLINGER (I.), 238.
 WADDINGUS (Lucas), 58, 276 e 376-77.
 WALKENSTEIN (Nicolau Lancman de), capelão da Infanta D. Leonor, 385.
 WESEMBEECK (Albert de Burbure de), 39.
 WESTMINSTER (Abadia de), 95 e 124.
 WYNGAERT (P. A. van den), 275.
 XEBER, capitão mouro, 332 e 346.
 XIMEIRA, 328.
 XIMENEZ (Fernão), 98.
 XIRA (Mestre Frei João), franciscano, 34, 165-66, 168 e 385.
 YANEZ DE LARAVRY (Pero de), 139.
 YANNEZ DE SARASPE (Furtun), 138.
 ZAEM, 346.
 ZARCO (João Gonçalves), escudeiro do infante D. Henrique descobridor da ilha da
 Madeira, 357 e 359-61.
 ZEZERE (Rio), 135.
 ZUNZUNEGUI (José), 236, 246, 248, 250, 252-53 e 256.
 ZURARA (Gomes Eanes de), 8, 31-32, 34, 38, 48-50, 73, 75, 79, 81, 83, 85, 87, 89,
 92-93, 95, 100, 103, 111-13, 117, 123, 127-29, 141-42, 148-49, 151-52, 155-56, 158,
 161, 163-69, 171, 173, 175-76, 178, 180, 182-83, 185-86, 188, 190, 191-93, 195, 197-98,
 202, 204, 206-07, 209, 212-15, 217, 226-27, 230, 238, 242, 256, 267, 272-73, 288, 305,
 309, 313, 318, 320, 323, 325, 329, 331-32, 335-37, 339, 342-43, 350, 354, 358 e 385.
 ZURITA, (Jerónimo), 32, 49-50, 106, 125, 146, 224, 241 e 245.



ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Est. I. — Retrato do infante D. Henrique segundo o códice da «Crónica dos feitos de Guiné» da Biblioteca Nacional de Paris, pp. VIII-IX.

Est. II. — Carta da rainha D. Filipa de Lencastre ao rei de Aragão, de 1415 (Doc. 49), pp. 128-29.

Est. III. — Ceuta segundo *Civitates orbis terrarum* de Jorge Braun, de 1572 (Lib. I, p. 56), pp. 160-61.

Est. IV. — Carta de el-rei D. João I de Portugal a D. Fernando de Aragão, de 1415 (Doc. 108), pp. 240-41.

ÍNDICE GERAL

| | | |
|-----------------------------------|-------|-------|
| AO LEITOR | pág. | IX |
| ABREVIATURAS | pág. | XVII |
| DOCUMENTOS | págs. | 1-392 |
| BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA | pág. | 395 |
| BIBLIOGRAFIA IMPRESSA | pág. | 399 |
| ÍNDICE CRONOLÓGICO | pág. | 429 |
| ÍNDICE ANALÍTICO | pág. | 455 |
| ÍNDICE DAS ESTAMPAS | pág. | 487 |

ADDENDA & CORRIGENDA

| <i>Página</i> | <i>Linha</i> | <i>Onde se lê</i> | <i>Leia-se</i> |
|---------------|--------------|--|---|
| 1 | 22 | autenticas | authenticas |
| 50 | 31 | judicione | judicio |
| > | 34 | <i>Dyago</i> | Assim no ms., por <i>Afonso</i> |
| > | 39 | <i>Diogo</i> | <i>Afonso</i> |
| > | 44 | <i>Laezuya</i> | <i>Laezuya</i> (Azohia) |
| 93 | 18 | British | British |
| 106 | 19 | <i>embazadores</i> | <i>embazadores</i> |
| 116 | 4 | Arredentam, Perribatalha e Gibotalher | Identificados no Índice Ana- lítico pelo texto de Antoine de la Salle. |
| 164 | 36 | RUI DE PINA | FERNÃO LOPES |
| 172 | 17 | <i>pedidos</i> | <i>pedido</i> |
| 173 | 28 | <i>D. João II</i> | <i>D. João I</i> |
| 237 | 16 | <i>Fernandes</i> | <i>Gonçalves</i> |
| 243 | 3 | <i>a Câmara</i> | <i>a sua Câmara</i> |
| 246 | 23 | > > | > > > |
| 260 | 5 | <i>Annes</i> | <i>Anes</i> |
| 269 | 8 | <i>Alvaro de Ataíde</i> | <i>Alvaro Gonçalves de Ataíde</i> |
| 282 | 4 | <i>demais</i> | <i>outras</i> |
| 312 | 5 | <i>concede</i> | <i>outorga</i> |
| 323 | 20 | <i>informa disso</i> | <i>notifica-o a</i> |
| 358 | 1 | cap. 83 | cap. 83, segundo o ms. 42 dos <i>Manuscripts portugais</i> da BNF., pp. 133-35. |
| 360 | 8 | Estorea | Estorya |

ESTA OBRA FOI COMPOSTA E IMPRESSA
NAS OFICINAS GRAFICAS DA «ATLAN-
TIDA», EM COIMBRA, RUA DE FERREIRA
BORGES, N.º 103-111, SOB A DIRECÇÃO
DO MESTRE-TIPOGRAFO JOSE ABRANTES
MACHADO E ACABOU DE SE IMPRIMIR
EM 26 DE DEZEMBRO DE 1960. O RETRATO
DO INFANTE D. HENRIQUE FOI EXE-
CUTADO PELA «LITOGRAFIA DE PORTU-
GAL» E AS DEMAIS ESTAMPAS PELA
«NEOGRAVURA, LIMITADA», DE LISBOA.



